Consciência e Realidade Nacional

1º VOLUME

ALVARO VIEIRA PINTO

ISEB

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS

ALVARO VIEIRA PINTO

CONSCIÊNCIA E REALIDADE NACIONAL

1.º VOLUME

A CONSCIÊNCIA INGÊNUA

★

TEXTOS BRASILEIROS DE FILOSOFIA
— 1 —

RIO DE JANEIRO — 1960

Ao bom estudante
Nelson Rocha
com os melhores
agradecimentos
de
Vieira Pinto
junho 1962

CONSCIÊNCIA
E
REALIDADE NACIONAL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS
RUA DAS PALMEIRAS, 55 — BOTAFOGO — RIO DE JANEIRO
ESTADO DA GUANABARA

CONSELHO CURADOR

PRESIDENTE
Ministro Clovis Salgado

CONSELHEIROS

Dario Cavalcanti de Azambuja, Eurico da Costa Carvalho, Guilherme da Silveira Filho, Hermes Lima, José Leite Lopes, Roland Cavalcanti de Albuquerque Corbisier e Tancredo de Almeida Neves.

DIRETOR

Roland Corbisier

DEPARTAMENTOS

FILOSOFIA — Alvaro Vieira Pinto
HISTÓRIA — Nélson Werneck Sodré
POLÍTICA — Cândido A. Mendes de Almeida
SOCIOLOGIA — Júlio Barbosa
ECONOMIA — Ignacio M. Rangel

SERVIÇOS

ESTUDOS E PESQUISAS — Domar Campos
CURSOS E CONFERÊNCIAS — Alberto Latorre de Faria
PUBLICAÇÕES — Célio Lyra
DIVULGAÇÃO — José Mauro Gonçalves

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS

ALVARO VIEIRA PINTO

CONSCIÊNCIA E REALIDADE NACIONAL

1.º VOLUME

A CONSCIÊNCIA INGÊNUA

★

TEXTOS BRASILEIROS DE FILOSOFIA
— 1 —

RIO DE JANEIRO — 1960

PARA atingir os objetivos em vista dos quais foi criado, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros empreende estudos e pesquisas, realiza cursos e conferências, promove concursos, confere prêmios e bôlsas de estudo e divulga, por todos os meios adequados, os estudos e trabalhos, próprios ou de terceiros, que atendam às suas finalidades.

Empenhado na obra de emancipação cultural do País, o ISEB se propõe, no que diz respeito a publicações, realizar um plano editorial que inclui não só traduções de obras estrangeiras—sobretudo das que nos ajudem a compreender os problemas do homem brasileiro e do contexto semicolonial e subdesenvolvido em que se acha situado—, mas também e principalmente a produção de originais brasileiros que revelem a nova perspectiva em que nos encontramos.

As traduções de obras estrangeiras, nas ciências fundamentais da cultura—filosofia, história, politica, sociologia e economia—, constituirão, em cada uma dessas disciplinas, coleções ou séries especiais, que se distinguirão uma das outras, de acôrdo com a natureza do assunto, pela côr do título das respectivas publicações. Prevemos, não só a tradução de textos clássicos, nessas diferentes matérias, mas de obras atuais e, também, de pequenas monografias, ensaios, conferências, artigos de revista, capítulos de livro, que condensem o pensamento dos autores mais representativos nos diversos setores da cultura do nosso tempo.

Daremos ênfase especial, como foi dito, à publicação de originais brasileiros que atendam à necessidade de compreender e interpretar nosso País à luz das categorias e de

acôrdo com os métodos que caracterizam o esfôrço cultural do ISEB. Editaremos várias séries de textos brasileiros que também se distribuirão nas cinco ciências básicas mencionadas. Estimularemos por todos os meios a formação de uma bibliografia do desenvolvimento, procurando assentar os fundamentos de uma cultura nacional autêntica.

INTRODUÇÃO

A fase em que atualmente se encontra o processo da realidade brasileira apresenta à consciência que o acompanha o problema da origem dessa consciência, de sua natureza e da função que, enquanto representação dos acontecimentos objetivos, lhe cabe desempenhar, não só para ser interpretação correta daquela realidade, como, sobretudo, para ser instrumento eficaz de aceleração das transformações em curso. O conjunto de condições objetivas que constitui o estado de uma comunidade nacional é sempre acompanhado por uma consciência social, onde se reflete. Mas o conteúdo da representação admite extensa variedade de graus de clareza na percepção, desde as formas tão pouco esclarecidas que confinam com o inconsciente, até as que dispõem de lúcida percepção das idéias e noções resultantes dos reflexos dos fatos na consciência coletiva. A sociedade brasileira atingiu uma etapa do seu processo em que se está produzindo profunda alteração na sua consciência; ao lado de frações consideráveis, representadas por indivíduos, grupos e instituições, ainda portadores de formas de pensar agora destituídas de validade, em virtude de transmutações do contexto real, que as relegaram à condição de sobrevivência, começam a despontar novas modalidades de pensamento, determinadas pelas circunstâncias novas, que devem esclarecer, e diferindo, por isso, das anteriores, ainda presentes, não por simples discordância de opiniões, mas por diferença de ordem qualitativa. Enquanto as antigas, embora subsistentes, são reflexo de situações da comunidade brasileira já revogadas por fôrça da expansão histórica e das modificações dos seus fundamentos reais, e, assim, não mais são capazes de interpretar fielmente os fatos e de conduzi-los, as novas modalidades de pensamento revelam uma consciência em plena formação, motivada por essenciais alterações da nossa estrutura social e econômica, em início de desenvolvimento.

Há indubitàvelmente uma nova consciência em ascensão no seio da sociedade brasileira, mas, não sendo ainda dominante, luta por se definir a si própria e refutar os mo-

dos de pensar precedentes. Vivemos um período em que diferentes configurações de idéias, representando cada qual um modo de compreensão da realidade, combatem pelo direito de serem reconhecidas como legítimas e de assumirem a direção política do processo nacional. As velhas representações têm tudo a seu favor, o prestígio intelectual, a tradição de comando, os hábitos gerais, a linguagem adequada, exceto a verdade, pois as idéias que exprimem não mais correspondem à lógica dos fatos; a nova consciência nasce do acôrdo com a realidade em emergência, mas, estando em começo, sofre de natural dificuldade em competir com a outra. No entanto, possui os conceitos que exprimem a verdade dos aspectos originais da realidade, e pode incentivar o desdobramento das condições seguintes. Trava-se, assim, uma luta entre modos de pensar representativos de atitudes e de interêsses antagônicos no interior da mesma comunidade, luta que tende a se tornar particularmente aguda, no caso da sociedade brasileira atual. Sem dúvida, em todos os tempos e em qualquer comunidade tal situação se encontra, pois a mobilidade do real é incessante, e sempre haverá modalidades de consciência opostas, umas interessadas na conservação do estado de coisas presente, outras procurando derrogá-lo. Mas, tratando-se de um país em fase de intensificação do processo de desenvolvimento econômico, como o Brasil de nossos dias, essa luta se reveste de maior intensidade. Mostra-se mais nítido o desencontro dos modos de pensar, numa situação como a nossa, afetada por maior rapidez de transformações. Eis por que ao pensador que dela participa se oferece uma oportunidade mais feliz de surpreender o jôgo das oposições que aí se travam, e de se ocupar dêsse tema, que não tem para êle significado gratuito, de questão filosófica geral e abstrata, mas envolve a escolha de uma posição em face dos acontecimentos. Ao verificar a divergência das consciências, a disparidade no modo como setores distintos da comunidade representam o estado objetivo da nação, o filósofo é levado a indagar como se vieram a produzir essas divergências, qual a razão que as explica, que sentido têm, e que critério o deve guiar para decidir-se em face delas.

Pôsto assim, o tema se converte no tema da origem, do significado e valor da consciência da realidade nacional. Examiná-lo é, em última análise, depois de recolhidas as contribuições de cada uma das ciências sociais, tarefa filosófica, pois diz respeito à compreensão do processo da realidade em geral, e da realidade histórica, que é a nação, em particular,

bem como à investigação da formação da consciência que reflete o estado de coisas exterior a ela. Não faltam na obra dos nossos sociólogos, historiadores, teóricos políticos e economistas, preciosas reflexões e elementos essenciais para o correto empreendimento da análise indicada. Mas não dispensam, ao que nos parece, que intentemos contribuir para realizá-la e chamemos a atenção de outros, para que igualmente se devotem à consideração do assunto. Esclarecer a questão da origem e das formas de consciência da realidade nacional não é matéria de dissertação acadêmica, mas diz respeito à nossa própria situação pessoal, pois temos de tomar partido em face das circunstâncias que nos envolvem, e para tanto devemos ou concordar com um dos modos de pensar que encontramos já formulados por outros ou criar para nós mesmos uma interpretação própria. Seja como fôr, necessitamos ter consciência da teoria da consciência com que enfrentamos a realidade, saber porque motivo pensamos o que exprimimos, ou assentimos no que outros dizem, formando com êles uma corrente de opinião, que atua como fôrça social a favor de certos acontecimentos, obstando ou resistindo a certas modificações. Numa sociedade quiescente ou em ritmo lento de crescimento, a exigência dêste exame dos modos coletivos de pensar é pouco sentida, pois a mentalidade tradicional vigente é acatada sem objeções, uma vez que é razoàvelmente capaz de atender aos fatos, nada ocorrendo de original que crie conflito com o sistema de conceitos pacìficamente aceito. Quando, porém, consideramos o caso de uma comunidade como a nossa, em pleno surto de expansão, o conflito não só é inevitável como é generalizado, ninguém podendo ficar à margem dêle. O pensador, que aí se encontra, tendo, como os demais cidadãos, de tomar partido no embate ideológico, descobre entretanto que lhe compete algo mais do que simplesmente optar por uma das formas de pensar, em competição no meio social, ou mesmo do que elaborar sua maneira original de entender; cabe-lhe investigar o processo de formação dessa consciência coletiva, explicar por que motivo se constituem diversas modalidades de representação da realidade, e sobretudo descrevê-las cuidadosamente para defini-las sem equívocos. Sentindo como tal a sua tarefa específica, o filósofo da nação em desenvolvimento não está apenas resolvendo um problema pessoal, mas trazendo valiosa contribuição ao esfôrço de tôda a comunidade. Aceitando, pois, o tema, e dando início à investigação verá que o problema se desdobra em numerosos as-

pectos de complexidade crescente. Não poderá, talvez, chegar, na primeira tentativa, a produzir uma concepção completa e inatacável; terá de contentar-se em abrir caminhos e tocar em numerosos pontos, que serão objeto de reflexões tópicas, nem sempre lhe sendo possível reuni-las em construções regulares.

O caráter de meditação livre, evidente no trabalho aqui apresentado, é inerente à situação do autor diante do assunto. Desejando pensar por si mesmo o problema que escolheu, sem a preocupação de compendiá-lo numa exposição didática, quis valer-se dos conhecimentos hauridos na sua formação intelectual para, com o auxílio dêles, investigar o tema que se propôs. A liberdade da meditação a que se devotou explica a ausência de dissertações expositivas dos conceitos e doutrinas de que se utiliza ou a que alude, bem como alguma desordem na disposição da matéria e a ocasional retomada dos mesmos assuntos a propósito de questões diferentes. Contudo, julga o autor que a unidade do livro, dentro destas peculiaridades, está assegurada pela fidelidade ao objetivo último: o esclarecimento das formas, da razão de ser e do valor das diferentes modalidades de representação consciente da realidade nacional.

Em tal sentido, torna-se necessário estabelecer de início certos conceitos e formulações que pautarão a íntegra do livro. Em primeiro lugar, é necessário compreender o âmbito próprio do tema investigado; não se trata de discutir o problema geral da consciência da realidade, mas o caso especial da realidade histórica e política constituída pela nossa nação. Claro está que a nação não é idéia abstrata, mas fato concreto, simultâneamente físico e político, pela existência do território, dos recursos materiais, das transformações objetivas que constituem o fundamento das suas estruturas sociais, e pelas atitudes que assume em relação a outras entidades da mesma natureza, pelas determinações de direitos e deveres que impõe à conduta e à liberdade dos homens que nela habitam. Como tal, considerar a realidade da nação significa peculiar maneira de abordar o problema da realidade, sem a preocupação de estabelecê-lo em têrmos de tanta generalidade que venha a assumir o tratamento de caráter metafísico, com que freqüentemente se analisa a idéia de "realidade". Sendo esta delimitada ao seu aspecto de "realidade de uma nação", também a questão da consciência que dela se tem precisa ser especificada. Não iremos discutir o problema genérico da relação entre o pensamento e a coisa,

entre a consciência e a realidade, mas apenas o das relações entre a representação de uma consciência coletiva e a realidade nacional correspondente. Os caracteres específicos desta relação colocam a questão da consciência em têrmos especiais, não tão universais quanto os da relação final do pensamento ao ser, mas com aspectos particulares, que importa desde logo elucidar. A natureza físico-histórica do objeto, a nação, e a social do sujeito, a consciência coletiva, impõem traços originais à relação de representação, entre ambos estabelecida, que nos esforçaremos por investigar. Contudo, não haveria possibilidade de enfrentarmos a questão, se não possuíssemos uma prévia concepção da natureza da consciência, da sua origem e situação em face da realidade, em geral. Ainda que não discutamos êste problema, a solução que aceitamos está subjacente a tôdas as nossas discussões, e consiste em reconhecer o primado da objetividade sôbre a representação que a consciência dela tem. Os conteúdos desta reproduzem aquilo que existe independente dela e que, por suas condições próprias, a afeta e determina. Os fatos, as coisas, os outros homens e as relações entre êles refletem-se na consciência e nela se tornam percebidos. De tal percepção resultam atos que modificam a realidade segundo o projeto que a consciência concebe à luz das idéias que nela se formaram. A operação sôbre a realidade é criadora de coisas e de situações que, sem aquela ação, não existiriam. O papel ativo da consciência é consubstancial à sua natureza de reproduzir em imagem a verdade da existência objetiva. Mas, o reconhecimento dêsse papel ativo e criador da consciência, fazendo ver que muitos objetos são a concretização de uma idéia, que presidiu à sua fabricação, pode levar a crer, errôneamente, que a realidade tôda esteja nas mesmas condições, ou seja, derive da consciência, tornada, assim, o ser primeiro, o próprio ser, original, cosmogônico. Não será, possìvelmente, a consciência individual, limitada, temporal, a quem se atribuirá essa função criadora, pois bem se percebe a sua emergência ocasional num mundo material preexistente; mas, com facilidade, pode-se imaginar a existência de outra consciência, mais geral que a do indivíduo, um espírito universal, entidade transcendente, que desempenharia o papel de antecedente inicial de tôda a realidade. Neste caso, o mundo onde nos achamos derivaria dela, seria a concretização das idéias em fatos e objetos infinitamente dispersos, mas não teria realidade independente do pensamento.

Para a compreensão do nosso problema particular, o da realidade nacional, não necessitamos discutir esta questão; mas necessitamos colocar a nossa discussão à luz da compreensão que tivermos dela. Com efeito, não é indiferente para o êxito do esclarecimento intentado, e mais ainda para a utilidade que possam vir a ter as conseqüências dêste trabalho, eleger uma ou outra das soluções à questão ontológica. Parece-nos que, se nos situarmos no âmbito de uma concepção que idealize a função da consciência, não teremos meios corretos de entender o processo da representação coletiva da circunstância nacional. Em tal hipótese, abrem-se perspectivas de explicação, tão variadas, confusas, fantasistas, que nenhum auxílio trazem à prática efetiva do processo do desenvolvimento do país. Geram-se tipos de representação tão desorientadores e ilusórios, que nenhuma validade mostram em presença das tarefas concretas que cabem a todo membro das sociedades empenhadas na própria interpretação. Já a aceitação da posição oposta permite levar a investigação para o terreno da objetividade, onde a questão essencial, tanto quanto as seguintes, em que se vai desdobrando, terá um tratamento rigoroso, em nenhum momento exposto ao capricho da imaginação. Se a consciência individual e a coletiva encontram a verdade da sua representação na fiel reprodução da existência exterior a elas, é possível não só explicar a razão de ser das diferentes modalidades de representação, justas umas e incorretas outras, mas ainda estatuir critérios para que a legítima oriente a sua intervenção no processo da realidade nacional. A consciência autêntica, que a seguir chamaremos de crítica, não só saberá que é a única verídica, mas terá também a compreensão do sistema de conceitos que a constituem na sua verdade, e que ditarão a prática eficaz.

Não figuram, por isto, no presente trabalho, discussões filosóficas sôbre as relações entre a consciência e o ser, mas tão-sòmente as que se referem à questão restrita das relações do pensamento com a realidade nacional. Igualmente, não figuram, a propósito de muitos outros assuntos, tratados quando se apresenta a oportunidade da reflexão sôbre êles, discussões expositivas das diversas atitudes doutrinárias que suscitam. De certo modo, é possível dizer que o autor dá por suposto o conhecimento delas, e se outorga a liberdade de usar os conceitos que lhes são próprios para esclarecer os

tópicos em exame. Não sendo o livro um tratado expositivo, e sim meditação contínua e, em grande parte, assistemática, a utilização de tais conceitos é lícita e não prejudica o entendimento de algum leitor menos familiarizado com êles, pois o sentido em que são tomados ressalta claro do texto. Deliberadamente não há dissertações doutrinárias, mas apenas a incorporação de alguns produtos da reflexão alheia ao modo de pensar do autor, quando lhe parecerem úteis a exprimir a sua própria compreensão. O livro tem por finalidade contribuir para o esfôrço do desenvolvimento nacional, ao procurar apreciar os reflexos na consciência social das transformações em andamento.

1 — CONSCIÊNCIA E SOCIEDADE

a) *Consciência privada e consciência coletiva*

O problema da realidade torna-se essencial, dêste ponto-de-vista, e deixa de ser simples pergunta filosófica abstrata. A cada momento do processo histórico a sociedade, por seus diversos grupos e classes, produz coletivamente várias imagens de sua existência e tais representações é que irão determinar os julgamentos sôbre os fatos, os projetos de ação e as idéias que a comunidade adotará. Não procuraremos examinar, como tema de dissertação, a relação entre a consciência individual e a social, tão rico é o assunto e tão grande o perigo de enveredarmos pelo rumo das lucubrações. Para a análise que empreendermos, basta-nos entender o duplo papel desempenhado pela consciência individual, que, ao exprimir a sua representação da realidade, ou percebe que o faz enunciando um julgamento pessoal apenas, ou julga falar em nome do sentimento geral. A possibilidade da consciência expressar-se desta dupla forma apresenta a questão da consciência social de modo distinto daquele que a vê de fora, com critério estatístico, considerando-a como o pensamento generalizado de tôda uma comunidade ou de frações ponderáveis dela. Esta última concepção da consciência social é um dado sociológico verdadeiro, apreciável objetivamente, mas, dêste aspecto tão-sòmente, não revela todo o seu significado. O que nos parece importante é referi-la à subjetividade individual, resolvê-la na multidão das pessoas que a compõem, e examinar de que modo, por que mecanismos, partindo da representação, necessàriamente sempre individual, se organizam as modalidades coletivas do pensar.

Cremos que a raiz do processo de conversão do privado em público está num atributo próprio da consciência, que é a possibilidade de fazer da sua percepção um pensamento geral, mediante a certeza, que forja para si, de estar exprimindo o que todos os outros pensam. Na maioria dos casos, a transição entre os dois modos de ser da consciência é des-

percebida. O indivíduo implìcitamente acredita que exprime o que qualquer outro também pensa. Desta maneira, sua representação, realmente privada, assume a seus olhos significação geral e dá-se então esta inversão: em vez de admitir que a consciência comum é produto do seu modo pessoal de pensar, agregado ao de todos os demais, julga que pensa assim porque tal é a consciência universal da comunidade. Não sendo conscientes êste desdobramento e a passagem de um a outro significado, a questão se torna obscura e os limites imprecisos. Não é possível estabelecer, para quem não tiver a compreensão da dualidade que apontamos, a diferença entre os dois modos de representação; daí resulta que tal pessoa será levada a procurar ver de fora a consciência social, apreendendo-a nas suas diversas manifestações por meio de um critério quantitativo. Verificará, então, que ocorrem no meio social comportamentos e representações que se distribuem em formas suficientemente caracterizadas, com freqüência divergentes, e terminará por proceder à descrição das suas principais notas. Quando orientada por uma concepção teórica mais consistente, poderá verificar também que essas diferentes modalidades de julgamento sôbre a realidade coincidem com as grandes divisões da sociedade nos grupos que a constituem, e cujo fundamento são as respectivas situações no processo geral da produção dos bens materiais.

Mas, a aquisição dêste conhecimento não esgota ainda, ao que cremos, a compreensão da consciência, porque omite, ou deixa em plano secundário, a formação da consciência individual a partir da vivência do estado criado para cada homem pela sua participação pessoal no processo econômico. Êste é o aspecto que desejamos salientar. A consciência das classes ou grupos uniformiza-se, sem dúvida, pela comunidade de fundamento econômico em que repousam, mas esta relação entre a representação e o seu suporte não se explica por uma transição imediata, e sim por meio da referência à vivência individual da situação criada para cada homem pela sua colocação no processo da sociedade. Esta é a razão pela qual não precisamos apontar constantemente, no curso dêste trabalho, a base material, física e social da consciência, cujos conteúdos ou comportamentos descreveremos. Interessa-nos, para o fim que nos propomos, apenas êste aspecto: quais as diferentes modalidades de consciência que se constituem no todo social, em virtude de poder o indivíduo transformar a sua compreensão da realidade, motivada pela posição pessoal, em enunciado a que atribui valor coletivo? Quando

cada membro da sociedade acredita que pensa em concordância com os demais, êste pensamento é subjetivamente social; e como acontece que a situação condicionadora do seu modo de pensar se repete para outros indivíduos, é fácil compreender que nestes se gerará também uma representação aproximadamente igual à do primeiro, donde haver um conteúdo social, agora objetivo, no que cada um diz. O importante está em procurar a raiz dessa consciência, tornada coletiva, na transcrição social do pensar pessoal, graças à atribuição, pelo próprio indivíduo, de um significado geral ao que enuncia. Tratando-se de enunciados cujo objeto é a realidade do país, a consciência individual, proclamando-se coletiva, assume o que chamaremos de caráter ideológico, no sentido de ser um julgamento da sociedade sôbre si mesma, por intermédio de quem acredita exprimir o sentimento comum.

b) *As modalidades da consciência*

Dada a infinidade de pontos-de-vista individuais possíveis sôbre o mesmo real, não haveria modos de descrevê-los se, precisamente em razão dos supostos que todos têm, não estivessem forçados a se grupar em reduzidos tipos e, em última análise, a se apresentar em duas modalidades extremas, que chamaremos de ingênua e de crítica. Num caso como noutro a consciência é sempre um conjunto de representações, idéias, conceitos, organizados em estruturas suficientemente caracterizadas para se distinguirem tipos ou modalidades. Contudo, uma distinção fundamental se impõe: é preciso distinguir entre conteúdos da consciência e percepção, por ela própria, do condicionamento dêsses conteúdos. Criam-se, por êste efeito, dois tipos radicalmente divergentes, sendo um aquêle que apenas reflete sôbre o mundo das suas idéias, o investiga, enriquece pela observação, pelo estudo, pela meditação, mas não inclui entre essas idéias a representação dos fatôres objetivos de que elas dependem, ou mesmo nega enfàticamente tal dependência. Outro tipo será aquêle que conhece a existência do necessário condicionamento das idéias que possui, busca relacioná-las aos seus suportes reais e, sem deixar de organizar lògicamente a sua compreensão, não exclui a referência obrigatória a um fundamento na objetividade.

Como a seguir se verá, o primeiro tipo será a consciência ingênua, o segundo, a consciência crítica. É uma distinção qualitativa, a que se dá entre ambos, pois a posse da idéia de condicionamento objetivo não pode ser interpretada

como simples idéia a mais, porém é de tal ordem que estabelece entre a consciência que a possui e aquela que a exclui uma diversidade de natureza. No entanto, cada um dêsses dois tipos pode apresentar graus variáveis de claridade na representação dos seus conteúdos, conforme a maior ou menor riqueza de idéias que possua, a nitidez e precisão com que as aperceba. É lícito, pois, falar de graus de clareza das consciências, distingui-las por serem umas mais esclarecidas do que outras, mais incultas. Mas esta distinção não se identifica à distinção entre consciências ingênuas e críticas, que é a fundamental. No plano da mentalidade ingênua podem-se dar todos os graus de claridade, visto que esta qualidade se define pelo modo como a consciência explora a própria esfera interior de representações. Desde que não saiba do seu condicionamento, ou o negue, estará excluída da condição crítica, e assim poderá enriquecer-se do mais vasto conteúdo de erudição e sapiência, cogitar as mais profundas teorias científicas ou filosóficas, que nem por isso deixará de ser ingênua. Do mesmo modo, a inculta não o é por ser ingênua, pois admite ser também crítica, e sim porque é pobre de idéias ou tôsca nas suas elaborações. Por seu lado, a consciência crítica é capaz de ser tanto esclarecida quanto inculta, e freqüentemente a combinação com o segundo qualificativo é encontrada. Os graus superiores de claridade da consciência, dizendo respeito muitas vêzes apenas à melhor capacidade de explorar a própria riqueza e estrutura interior, sem dela sair, nada presumem, pois, quanto à autenticidade, que é o seu efetivo teor de verdade. Possuirá, em tal caso, ùnicamente a verdade formal das relações entre as idéias, e o poder de criação de novas idéias por artes da imaginação; será ilustrada, o que significa brilhante, e portanto capaz de manifestar certo grau de luminosidade no seu mundo interior e nas expressões com que o exterioriza, sem com isso ser verídica na compreensão da realidade. Em tal caso, pretenderá constituir uma consciência privilegiada, com o que revela a sua essencial ingenuidade.

Quando afirmamos, a seguir, que não há consciência privilegiada, queremos dizer que todo fundamento, em qualquer condição de existência, pode dar origem a uma forma de pensar autêntica, para tanto lhe bastando reconhecer os motivos que a determinam. Com essa afirmação, desejamos excluir o princípio do aristocratismo, que atribuiria *a priori* a certas personalidades o monopólio da verdade. É êste um modo de ver próprio da consciência ingênua esclarecida, naturalmente enfatuada e ciosa de suas retribuições sociais. Ao

dizermos que não há ponto-de-vista preferencial, estamos afirmando que de qualquer ponto do espaço social é possível alcançar a consciência crítica da realidade. Contudo, é evidente que, quanto à verdade da representação, a crítica é privilegiada, no sentido de que só ela reflete autênticamente a realidade nacional. A consciência crítica, mesmo nos graus incultos, é sempre autêntica, porquanto só se faz portadora de uma idéia porque sabe ser levada a pensá-la pela situação em que se acha. Sòmente em relação à consciência crítica se põe o problema da verdade, pois as proposições oriundas do pensar ingênuo não são nem verdadeiras nem falsas, mas, justamente, ingênuas. Tal como se dá na análise lógica dos juízos, que exigem para se caracterizarem como verdadeiros ou falsos, que primeiro sejam dotados de sentido, em relação à análise sociológica da consciência, exige-se que esta seja crítica para admitir a discussão do problema da verdade que acaso enuncie. A combinação perfeita é aquela que, ao mesmo tempo, é esclarecida e crítica. Ampliando ao máximo o seu conteúdo de representações e sabendo da sua vinculação aos fatos e às coisas, é a única a estar em condições de produzir a explicação da realidade nacional. É também a única habilitada a construir de forma estruturada o sistema de categorias ou conceitos gerais que devem servir para a interpretação da realidade. Com efeito, pela amplitude do seu conteúdo, grau de clareza com que o apercebe e julgamento crítico com que examina a sua procedência, está apta a descobrir entre tôdas as suas idéias quais as que constituem os conceitos mais gerais, com que deve apreciar os acontecimentos. As sistematizações da consciência apenas esclarecida, mas ingênua, são inadequadas e se manifestam com freqüência em sistemas filosóficos e sociais, ou em teorias políticas e econômicas, onde se percebe a sua radical ingenuidade. Graças à fácil confusão entre clareza e autenticidade, fazem-se passar por concepções respeitáveis e, de fato, submetem ao seu domínio inteligências das mais valiosas, impedidas por isso de dar ao processo da realidade nacional a assistência e a contribuição útil que só se deve esperar da atitude crítica.

Numa nação em ritmo acelerado de substituição das suas estruturas fundamentais, a análise filosófica da realidade nacional é chamada a produzir os esquemas de compreensão pelos quais obtenha a inteligência do que se está passando. Se não tivermos pensadores que se mostrem capazes de formulá-la, estaremos expostos a um dos três graves riscos seguintes: *a*) permanecer obtusos em face dos acontecimentos,

desprovidos de meios de entendê-los, votados ao silêncio dos ignorantes; *b*) tentar explicar o novo pelo velho, isto é, insistir em servir-se de modelos ideais, fórmulas de intelecção, idéias gerais, que valeram para uma fase anterior e que fatalmente conduzirão a um mal-entendido, quando forçadas a dar razão de fenômenos para os quais não foram preparadas; c) privar o processo de desenvolvimento nacional de um fator de utilidade decisiva no incentivo da sua aceleração, qual seja a correta percepção do sentido dos acontecimentos.

c) *Necessário condicionamento de todo ponto-de-vista*

As considerações anteriores permitem compreender que não existe ponto-de-vista absoluto na apreciação da realidade, que todo ponto-de-vista está necessàriamente carregado do condicionamento posicional, e que, portanto, a distinção fundamental entre as formas de consciência da realidade não é aquela que resulta da diversidade de colocação em face do real, pois a diversidade existe sempre, não é originada pela diferença entre posições privilegiadas e desfavoráveis, mas é a que depende do maior ou menor grau de clareza na representação do condicionamento que afeta a tôda posição, qualquer que seja. Não há ponto-de-vista preferencial, a partir do qual se forme uma perspectiva intrìnsecamente superior a alguma outra, porque nenhuma perspectiva se liberta do condicionamento pela posição de onde deriva. O universo do real nacional pode sempre ser captado de todos os pontos-de-vista, e a compreensão dêste fato conduz a importante conclusão prática: a de que não é lícito excluir como inexpressiva uma interpretação individual da realidade, sob a alegação de que parte de quem não tem qualidade, ou não está em condições, para fazê-la. Todos podem fazê-la porque, por definição, todos têm condições; o que não há é justamente quem não esteja "em condições". Contudo, isso não presume que o indivíduo possua a consciência de tais condições e que, por conseguinte, seja crítica a sua representação. Todo indivíduo, enquanto elemento do universo nacional, está sempre "em condições" de interpretar a realidade, precisamente porque só existe "em condição", isto é, condicionado pela circunstância do seu existir, sendo por isso capaz de constituir um ponto-de-vista possível sôbre aquêle universo, a representação do real da posição onde se encontra. Se isso é verdade, nenhuma representação é suscetível de ser desprezada, por motivo de estar aquêle que a formula situado nos graus inferiores da escala de apreciação, porque tal es-

cala é produto subjetivo de outra consciência e exprime apenas o fato de que esta segunda ocupa posição diferente no espaço social. Aceitar a segunda como privilegiada, seria incorrer, ao menos, em dois graves erros: um, o de pensar que a suposta consciência incapaz não possui, também ela, uma escala de valoração, acreditando só existir uma única, a considerada prioritária; mas, se existem duas escalas, só por meio de uma terceira se chegará a definir qual delas é superior, e assim ao infinito. O outro êrro, mais sério, consiste em ignorar o fato de que, mesmo declarada inferior, essa é a forma de consciência numèricamente preponderante, e por isso a que desempenha atuação mais considerável no processo social. Se assim é, a atribuição de menor valor às formulações desta segunda forma de consciência é a prova de que a primeira, a que se julga excepcional, por desconhecer êstes dois enganos, é na verdade muito menos lúcida do que imagina ser.

Estas reflexões conduzem-nos a estabelecer, fundamentalmente, o problema da consciência da realidade nacional em têrmos de análise do seu condicionamento. A relatividade, que a todos afeta, elimina desde logo a pretensão à posse de qualificações preferenciais e só admite como diferenças de valor as que existem entre graus de claridade na percepção crítica da representação dos condicionamentos. Mas, que são êsses graus? Não podem ser definidos pela maior ou menor área da realidade alcançada pela percepção individual, porque todo campo de visão pessoal é sempre limitado, e nem se diria que melhor conhece, em caráter absoluto, a realidade quem a vê de mais alto, pois não há meio de avaliar se o que se ganha em extensão, sendo necessàriamente acompanhado de perda das minúcias, constitui verdadeiro enriquecimento. Desde que a realidade da nação se multiplica em infinitos aspectos, nunca sendo apreendida na totalidade numérica, pois esta não existe como fato acabado, a alegação da maior amplitude tem apenas valor relativo e muito impreciso, e não permite medir o grau de percepção da consciência. Além do mais, a consciência humilde não é menos rica de conteúdo do que a presunçosa, que se julga mais competente porque acredita ver mais longe. A identificação corrente de consciência pobre com posição social humilde é totalmente errônea. O homem do povo, especialmente o trabalhador manual, em virtude da sua posição, está habilitado a ter uma percepção da realidade que não é menos valiosa, menos expressiva, que a dos representantes das classes dominantes; é apenas outra. Não é, portanto, pelo diâmetro

do horizonte a que se estende que se deve avaliar o grau de representatividade da consciência da realidade nacional. Parece-nos que a definição dêsse grau terá de ser buscada na maneira como a consciência se representa os fatôres que a condicionam, na maior ou menor clareza com que inclui na conceituação de um fato objetivo a percepção simultânea das condições e influências que a determinam nesse ato a proceder como procede.

d) *As idéias da comunidade*

Nada acontece no plano do real nacional que não tenha de ser referido a conceitos gerais, que não possa e não deva ser apreciado segundo uma pauta de valores, de idéias diretoras, que constituem categorias. O fato essencial para a análise que estamos empreendendo é que tais categorias não faltam nunca, quer se trate de consciência tímida e pouco esclarecida, quer de dominante. A consciência inculta, quando crítica, não é menos dotada de categorias de pensamento do que a representação que se presume competente. Não é menos a partir de idéias gerais que o homem do povo enuncia os seus julgamentos. O que lhe dá a aparência de inculto é a ausência de reflexão sôbre as categorias a partir das quais elabora o seu pensamento, é a ignorância das idéias em função das quais se processa o pensar. A consciência inculta pode, como dissemos, tão bem ser crítica quanto a esclarecida ser ingênua. O esclarecimento define-se pela reflexão sôbre as idéias gerais por que se orienta, e estas podem perfeitamente ser ingênuas.

Se assim é, podemos definir o grau de claridade crítica da consciência da realidade pela autocompreensão das categorias que conformam os seus enunciados. Uma consciência é tanto mais capaz de representar a realidade quanto melhor conhece: *a*) as idéias gerais de que se está servindo para formular a sua representação; *b*) a razão por que são essas, e não outras, as idéias gerais que utiliza.

A resposta a êsses dois itens encerra temas da maior relevância para a nossa análise. Em conjunto, êsses temas constituem o problema da origem das categorias, de seu inventário, valor e mecanismo de aplicação. Iremos, no que segue, tentar proceder à enumeração dessas categorias, para o que devemos antes encontrar o fio condutor. Mas, dada a natureza particular do universo a que nos dirigimos, a realidade da nação, e a da intenção que nos impulsiona, sociológica e não metafísica, convém desde logo fixar esta afir-

mação, que será o ponto a que prenderemos o nosso fio condutor: as categorias da consciência autêntica da realidade são determinadas por essa mesma realidade. Hão de ser induzidas empìricamente da objetividade que devem configurar, do real para cuja inteligência servirão, e isso com caráter dinâmico, pois o substrato de que procedem é o processo social. Fica excluída, portanto, tôda construção *a priori*. A teoria geral da consciência da realidade nacional, partindo da constatação das diversas modalidades de representação, deve decidir em que consistirá a excelência que reconhecermos em uma delas, sabendo desde já não ser admissível atribuir à presença do sujeito em um suposto ponto privilegiado no espaço social a melhor compreensão. Terá de definir-se como mais legítima, mais autêntica, em razão da apercepção, com plena clareza, das categorias ou dos conceitos de que procede o seu comportamento, bem como dos motivos que determinam a elevação dessas idéias, colhidas da experiência, à condição de idéias gerais ou categorias de conhecimento.

A consciência, que se sabe sempre situada em um ponto-de-vista, só deve admitir-se como relativamente superior quando incorpora um conjunto mais vasto de fatôres da realidade e é capaz de estabelecer de forma correta, ou seja, verificada na prática, a espécie de relação existente entre êles, quando colhe do mundo real maior número de aspectos, mediante os quais determina com maior objetividade os conceitos genéricos de que se serve, como critério de seus julgamentos. Sinal da sua melhor percepção é a possibilidade de, a partir do seu ponto-de-vista, interpretar as outras interpretações como menos conscientes da multiplicidade de fatôres que condicionam a dinâmica do processo da realidade nacional, e da significação própria de cada um. Assim, a descrição dos caracteres que especificam os diferentes tipos da consciência do real mostrará que as formas mais elementares não são as de menor raio de julgamento, mas as de maior simplificação de apreciação.

Consistindo a consciência da realidade na representação possuída pelo indivíduo, que é sempre existente em comunidade, ao considerarmos as idéias nas quais se resolve essa representação, somos levados a distingui-las em duas classes: idéias que não têm por objeto imediato a própria comunidade, e idéias que se referem à comunidade como tal. Com efeito, a consciência, que deriva da circunstância total, física e social, só algumas vêzes objetiva essa própria circunstância. Nos outros casos, a consciência tem como objeto coisas

ou aspectos particulares, incluídos nessa circunstância, reflete sôbre êles, os conhece e manipula, concebe projetos e enuncia julgamentos de valor a respeito dêles, mas não se refere à circunstância tôda enquanto tal. É consciência de *algo* real sem ser consciência *do real* como tal, isto é, do caráter de *realidade* possuído por tôda coisa ou fato singular, que toma por objeto do seu ato de conhecer. Ora, sòmente quando é pensamento do existente e simultâneamente pensamento da existência, é que se revela fonte de consciência da comunidade, pois só nesta forma os aspectos do real são considerados com a significação de fatôres da totalidade, só neste caso a reflexão cognoscitiva transcende os dados singulares imediatos da realidade para abrangê-la como todo. No primeiro caso, o conhecimento do real pode ser extenso e aprofundado, mas se conserva tópico e particular; será rico de conteúdo extraído da coisa apreendida, mas não apreende a tal ponto a conexão dêsse dado com a circunstância total, que se converta em fundamento de juízo sôbre o estado geral da comunidade, visto a partir daquele dado. Assim, um sem número de idéias podem referir-se a condições particulares da realidade, coisas e fatos, e não dizerem respeito à comunidade enquanto tal, onde ocorrem. Mas, ao lado dessas há outras, que são propositalmente enunciadas sôbre a comunidade. São representações que, pretendendo retratar o estado da realidade social em forma de juízos gerais, vão constituir o fundamento de muitos atos que o indivíduo executará tendo por objeto a comunidade, no sentido de modificá-la. São as idéias vigentes no âmbito da nação e cujo correlato objetivo é a própria nação. São a sua autoconsciência.

2 — CONSCIÊNCIA E DESENVOLVIMENTO

a) *Os fatôres ideológicos na produção do desenvolvimento*

Consideramos que as idéias dêste tipo formam o que chamaremos de *fatôres ideológicos* da realidade nacional. Com efeito, a realidade comporta, é sabido, duas classes de fatôres, os materiais e os ideais. Os fatôres materiais são, como o nome diz, o substrato físico da comunidade, o ambiente, natural ou artificialmente criado, em que assenta e que explora para subsistir. Entre êles distinguimos os que se encontram em estado de atualidade, e são, portanto, objeto de percepção imediata, dos que estão em estado potencial, e embora formem inequìvocamente parte da realidade, são ainda virtualidades que aguardam atualização, só se tornando percebidos na sua qualidade de fatôres do real pela análise objetiva das condições atuais. Não é dêste grupo de fatôres que agora trataremos, para averiguar-lhes o significado e o papel. As referências a êles serão aqui indiretas, porque, de fato, nos interessa mais deslindar o sentido da outra classe de fatôres, os ideais. Compõem-nos as idéias e produções culturais presentes no espaço social. Entre êles uns se encontram no estado puro de idéias; são, entre muitos, os conhecimentos adquiridos no campo científico, as crenças entretidas pela comunidade, os valores consagrados e cultuados, as normas jurídicas, as teorias políticas, as concepções filosóficas, a que também se agregam os produtos da imaginação artística criadora. Outros são as instituições de qualquer espécie que entram na composição da sociedade e que, embora se apresentem como figuras estáveis, como estruturas do real, são de fato idéias objetivadas, são idéias institucionalizadas.

Dos fatôres que em conjunto denominamos ideais, consideraremos apenas o grupo daqueles que chamamos de ideológicos e que são, como dissemos, as idéias que a comunidade entretém a respeito de si mesma. São, de fato, a autô-

consciência da nação. A importância decisiva que lhes cabe e que justifica o interêsse muito particular que nos move a assinalar a necessidade de analisá-los, vem da sua ação no processo do desenvolvimento nacional. É imperioso dedicar algumas considerações ao papel que desempenham no trabalho de transformação da realidade. Na verdade é sempre êste o objetivo último que temos em vista, sendo as análises aqui feitas subsídios para a compreensão dos meios de promover o desenvolvimento do país. A investigação das formas da consciência adquire tôda a sua significação quando compreendemos que os diversos componentes da representação desempenham o papel de *fatôres* da *dinâmica* da realidade. Com efeito, embora sem nos delongarmos na justificação desta proposição, é certo que o processo de desenvolvimento nacional implica a presença de fatôres ideológicos. Por isso julgamos que a análise das formas de consciência da realidade é ao mesmo tempo um inquérito sôbre as diversas espécies de fatôres ideológicos, no sentido aqui definido, capazes de atuar na dinâmica do processo social.

O desenvolvimento nacional não é do tipo vegetativo. O país não evolui como os organismos, que retiram do meio os alimentos que assimilam para crescer. A analogia do processo do desenvolvimento nacional com o crescimento orgânico é limitada e aproximativa. O crescimento orgânico produz-se segundo leis biológicas precisas para o tipo vital em questão; seu curso está sujeito a estrito determinismo cronológico; se condições adversas o perturbam, o resultado será finalmente o perecimento, sem possibilidade de estagnação permanente ou atrofia indefinida. Já o país cresce num ambiente sem homogeneidade histórica, onde há nações em graus diversos de desenvolvimento, as mais fortes exercendo pressões e influências retardadoras sôbre as mais fracas, constituindo assim um "meio" onde a nação em desenvolvimento deve lutar não contra o determinismo natural uniforme em relação ao qual, como acontece com os sêres vivos, está adaptada, mas contra atos insidiosos de concorrência e espoliação estrangeira. Além disto, o crescimento nacional é processo histórico, enquanto o orgânico é natural. Sendo histórico, não possui determinismo automático, que o configure num suceder de acontecimentos e em ritmo temporal necessários, como se desdobrasse no tempo uma razão seminal ou cumprisse a realização de uma entelequia. Sendo histórico, o país é o espaço da liberdade, só limitada pelas condições materiais com que se defronta. Não é resultado espontâneo de fôrças endógenas deflagradas em direção fixa,

obrigadas a conduzi-lo de etapa em etapa, segundo uma seqüência prefigurada, onde a única alternativa possível seja o cumprimento da forma seguinte ou o desaparecimento. O país desenvolve-se segundo o curso chamado histórico, porque é formado pela inumerável sucessão de opções que se lhe apresentam e lhe cumpre resolver tirando de si mesmo os motivos da decisão. São deliberações teòricamente imprevisíveis, embora, depois de efetuadas, sejam compreendidas como resultado dos elementos materiais e fatôres ideológicos que compunham a situação na qual se ofereceu a opção. E não podiam ser previstas porque uma classe dos dados que configuram a situação objetiva são os dados ideológicos, são a multiplicidade das representações que em certo momento a sociedade, pelo pensamento individual dos que a compõem, faz do seu estado, e estas representações, assentando no substrato da situação pessoal e a partir daí refletindo as determinações materiais, são de tal variedade que não é possível calcular antecipadamente a resultante geral. Por isso, o processo nacional está sempre exposto ao imprevisível. Só em caráter imaginário se poderia admitir que se conhecesse exatamente o sistema formado pelas consciências individuais da realidade, único caso em que não haveria surprêsa histórica nas opções de uma nacionalidade, seu destino seria transparente, quem quisesse dirigi-lo teria de antemão a certeza do triunfo. Êste é o motivo pelo qual tôda vez que uma personalidade carismática se propõe ascender ao poder, ou de fato o arrebata, compreende que a condição indispensável de êxito da sua ação é tentar obter a uniformidade ideológica, a igualdade das representações da comunidade no espírito de todos os membros. A unidade ideológica a que visa a pregação dos salvadores, ou que as tiranias tentam impor pela violência, não é mais do que a disciplina do fator ideológico, de modo a que a comunidade possa enfrentar alternativas históricas com respostas antecipadamente preparadas.

Nas formas de convivência democrática, contudo, o processo do desenvolvimento apresenta-se como resultado do esfôrço coletivo, cujo rendimento em cada fase depende, em elevado grau, dos fatôres ideológicos que o impulsionam. Ora, podendo-se, na prática, tomar a êstes como expressos pela modalidade dominante de autoconsciência comunitária, vemos que, na verdade, o *processo do desenvolvimento nacional é função da consciência que a nação tem de si mesma.* Esta tese reveste de excepcional seriedade o exame das modalidades de representação da realidade nacional. Se é justa, significa não ser indiferente o modo segundo o qual cada

indivíduo vê o seu país, não ser inocente o julgamento que emite sôbre os acontecimentos ou os problemas de cada dia, porque, não estando apoiado em representação adequada do real, se fôr produto da percepção desarmada, descuidada e simplória, seu pronunciamento torna-se fator de retardo ou de desvio na marcha do desenvolvimento. Não se diga que, em sua desvalia, uma opinião individual pouco pesa, porque, como expusemos acima, todo ponto-de-vista exprime certa modalidade de consciência e certo grau de clareza na compreensão do real pela comunidade. Por isso, os tipos e graus inferiores se constituem em dados para a compreensão mais verídica, que terá de interpretá-los como pontos negativos ou fatôres de resistência no curso do processo.

Delineia-se assim a escala contínua de autopercepção na consciência comunitária, ao mesmo tempo em que se evidencia que sòmente as formas mais lúcidas, ao possuírem a noção crítica do processo, têm conhecimento do papel que tôdas representam no esfôrço do desenvolvimento. Só a consciência superior sabe que a dinâmica nacional implica fatôres ideológicos, e que êstes podem ou derivar da visão crítica do processo histórico, dependente de categorias lógicas apropriadas, ou ser produto do pensamento simplista e primário, destituído de conceitos universais objetivamente válidos. Veremos, justamente, que um dos traços comuns às consciências obscuras e ingênuas é a insensibilidade à influência das idéias, o que as leva a tratar os acontecimentos como fatos brutos, como ocorrências fatais e inexplicáveis, diante das quais permanecem em atitude de perplexidade, porquanto os fatôres que os explicariam e lhes dariam sentido, os seus antecedentes causais, materiais ou ideológicos, ficam obstinadamente ignorados. Não há esperança de dar ao país recursos que acelerem o seu desenvolvimento senão promovendo um movimento de clarificação ideológica, que explique o mecanismo histórico condicionador do novo processo social, e que, revelando o decisivo valor operatório das verídicas representações subjetivas da comunidade, denuncie como letais ao projeto de ascensão nacional as formas primárias de consciência da realidade.

Os fatôres ideológicos intervêm de maneira complexa na mecânica do desenvolvimento nacional. Se quisermos tentar esclarecer essa intervenção, encontraremos alguns aspectos, que a seguir enumeraremos.

Os fatôres ideológicos *produzem* o processo de desenvolvimento. Esta tese só surpreenderá os que não tiverem alcançado o sentido exato do que entendemos por "processo

de desenvolvimento". Com efeito, o desenvolvimento não se confunde com o simples desenrolar dos acontecimentos diários da comunidade, em que naturalmente se incluem iniciativas criadoras de progresso material. Êsse decorrer cotidiano incaracterístico não contém como fatos novos mais do que os resultantes da manipulação empírica do real de cada momento, convertido em material utilizável para atender à exigência de melhoria das condições de vida. Êsse tipo de progresso não é mais do que uma função elementar, em qualquer grupo social. Ao contrário, o desenvolvimento é antes de tudo um projeto total da comunidade, é um cometimento deliberado do grupo que decide mudar as condições de existência em que se encontra e ascender a forma mais alta. O desenvolvimento nunca é resultado da inércia na dinâmica da sociedade, do prolongamento da ação de alguns movimentos criadores abandonados ao efeito dos impulsos iniciais. É sempre um propósito da sociedade inteira, e por isso implica que esta se tenha convencido da necessidade de empreender êsse esfôrço coletivo. Ora, convencer-se de alguma idéia é próprio da consciência. Logo, o desenvolvimento supõe a consciência, onde aparece primeiramente como idéia, plano de ação, antes de converter-se em cometimento social. Não se tratando de atitude individual isolada, é claro que só a consciência da sociedade, enquanto totalidade, pode ser a sede daquela idéia.

É, então, a consciência social que, em dado momento de sua evolução, percebe a imperiosidade de desenvolver os fundamentos sôbre as quais repousa e as estruturas que articulam a comunidade, como único meio de solucionar as dificuldades que a conjuntura presente lhe oferece. É, portanto, um ato livre e consciente, livre porque libertador, no sentido que mais tarde procuraremos dar à noção de liberdade, embora praticado sob a urgência das condições materiais, aquêle que impele a nação a empreender, de modo ordenado, o seu desenvolvimento, quando reconhece que êsse é o caminho que se lhe depara na resolução de seus problemas. Supõe a admissão da insuficiência do ritmo criador espontâneo e a insatisfação com a esperança imprecisa de que "o tempo" resolverá as dificuldades e que, de qualquer modo, o país cresce, ainda que nada se faça para acelerá-lo. Êste tipo de pensar, que retrata a modalidade primária da consciência social, fica superado pela compreensão que, em determinada fase da história do país, nêle se instala, e em virtude da qual percebe que a promoção do futuro não pode ser deixada ao acaso das iniciativas pessoais, nem à improvisação e

indisciplina dos rumos, mas exige esfôrço coletivo, para o que é essencial a formulação consciente e rigorosa do projeto de desenvolvimento.

No momento em que tal compreensão se revela claramente à consciência social, o desenvolvimento assume a condição de *processo*. Ora, o que define a condição de processo é o envolvimento de tôdas as iniciativas geradoras de progresso por um *projeto* consciente. É evidente, então, que êste, cuja natureza é ser simultâneamente representação e vontade de ação, torna-se fator *produtor* do desenvolvimento. Ora, o projeto é ideológico, porque sendo necessàriamente resultado da tomada de consciência do real, à luz da qual se apresenta como oportuno e viável, é um propósito que a sociedade concebe em relação a si própria. Esta é a razão pela qual nos parece lícito afirmar que os fatôres ideológicos contribuem para produzir o processo. A consciência do desenvolvimento é num só ato representação da realidade e origem de transformações. Estas duas faces são inseparáveis. Só a partir da compreensão da sua unidade será possível construir a teoria do desenvolvimento nacional. É certo que tôda iniciativa é sempre fruto da deliberação individual e, em tal sentido, dir-se-ia que mesmo uma comunidade em fase vegetativa de crescimento não exclui a presença de componentes psicológicos no seu dinamismo, pois também as resoluções que aí se tomam exigem projetos. Mas, neste caso, trata-se de projetos isolados, que, se bem modifiquem realmente, e às vêzes até de modo extenso, os substratos materiais da comunidade, não chegam a derivar de uma tomada coletiva de consciência, que se revele como compreensão da necessidade de realizar a mudança de nível nas condições básicas da existência nacional. A certeza de que só a transformação qualitativa destas resolverá as dificuldades da conjuntura, sendo de todo insuficiente a simples expansão do crescimento, quando mantida a ordem de coisas que as produz, tal é a essência do "projeto" como causa do desenvolvimento, tal a qualidade fundamental que o distingue. Por conseguinte, o projeto de desenvolvimento, ideológico por essência, precisa assumir o caráter e as proporções de ideologia nacional, se tiver de ser eficaz històricamente. De fato, *não há projeto social sem ideologia de massa,* ou seja, sem suficiente unificação do pensamento e da vontade popular mediante uma representação objetiva da realidade e a decisão de modificá-la.

E assim é porque, graças ao projeto, a consciência antecipa a realidade, e então tudo o que configura a realidade

futura—o estado do real que nela existirá e os valores que aí conformarão a vida humana—passa a comandar o comportamento do indivíduo em face da realidade atual. É indispensável acentuar o caráter ativo, instrumental, e não apenas intelectivo, da ideologia como uma de suas características essenciais. Enquanto determinação da vontade das massas nacionais, a ideologia se apresenta como o *ser* em função do *querer ser*. É o comportar-se do indivíduo segundo uma vivência antecipada. Nada mais falso do que supor que ideologia seja fidelidade moral a um sistema de idéias abstratas. Isto é freqüentemente fanatismo. Ideologia, no sentido da eficácia social, é a concepção de nova forma de ser para a existência comunitária, em razão da qual se carregam de valor, positivo ou negativo, todos os objetos, as idéias e os acontecimentos da realidade presente. Se não há projeto sem ideologia e se não há processo de desenvolvimento sem projeto, segue-se que a ideologia é fator que determina o desenvolvimento nacional.

b) O *subdesenvolvimento como contradição principal*

A justificativa teórica da elaboração da ideologia do desenvolvimento funda-se na concepção geral das contradições da realidade. Aceitamos, como princípio, a natureza contraditória de tôda a realidade e o papel desempenhado pela oposição entre os seus aspectos antagônicos no prosseguimento do curso objetivo da história, ao exigir a resolução de cada antagonismo momentâneo. A reflexão atualmente mais adiantada sôbre êsse tema revela ser insustentável a interpretação que considera como único tipo de contradição suprema na compreensão da sociedade, a contradição entre as classes; a reflexão mais acurada percebeu o caráter móvel, dinâmico, multívoco, das contradições presentes no seio da sociedade, indicando serem múltiplas as polaridades, coexistindo tôdas no mesmo momento do mesmo contexto. Chegou-se, assim, à teoria da pluralidade das contradições e à idéia de que o conjunto delas forma um sistema dinâmico, onde, em cada fase do processo, uma é a principal, sendo as demais subalternas, secundárias. À luz dêste conceito, cabe ao filósofo, ao sociólogo e ao político descobrir, pela análise objetiva do campo nacional, qual a contradição que, para a sua realidade, desempenha o papel de contradição principal, e quais as de valor menor, relativamente àquela. Aplicando êste esquema ao caso do país subdesenvolvido, descobre-se que

nêle a contradição principal é a representada pela oposição entre êle e os países desenvolvidos. Tal contradição se efetiva pelo exercício do poder de dominação, que os adiantados impõem aos atrasados. Assim sendo, o subdesenvolvimento é, como tal, uma contradição no curso da história: o país subdesenvolvido constitui um dos lados, um dos pólos de uma contradição, da qual o outro pólo é a nação dominadora. Considerado por êste prisma, o país subdesenvolvido apresenta-se como uma unidade, como têrmo unificado, sem embargo de muitas outras contradições reais que lhe são interiores, mas não alcançam a mesma importância da polaridade internacional, sendo por isso provisòriamente desprezíveis. Ora, o país subdesenvolvido que inicia o seu processo de desenvolvimento possui certa consciência do seu estado e dá origem a criações do saber, da cultura, da arte, do pensamento que lhe são possíveis, dentro dessa condição. Tais manifestações espirituais, culturais, têm por base a realidade do país, mas, como esta é condicionada em grau supremo pela contradição principal que a determina, segue-se que essa produção intelectual, artística, científica e filosófica, em suma, o que se chama a criação ideológica da sociedade e, em particular, a sua reflexão sôbre si mesma, é condicionada pela existência daquela contradição principal.

Generalizando, é lícito dizer que a criação ideológica de uma sociedade tem por fundamento, e exprime, a contradição principal em vigor nessa sociedade no momento dado. Tratando-se de sociedades capitalistas em fase adiantada de desenvolvimento, a contradição principal é a existente entre os interêsses antagônicos das diversas classes que as compõem, donde a produção ideológica aí surgida ter de expressar os motivos das respectivas classes. Já no país subdesenvolvido, onde a contradição principal é representada não pela diversidade de classes, mas pelo estado geral, subdesenvolvido, da nação, de um lado, e o comportamento imperialista das nações desenvolvidas com as quais se relaciona, de outro, a criação ideológica exprimirá, não a base de classe, mas uma base de nação. Num caso como noutro, a ideologia é sempre o pensamento de um dos pólos da contradição principal, é o pensamento pelo qual o grupo humano situado nesse pólo exprime, com maior ou menor clareza de consciência, a sua percepção de estar em contradição com o outro pólo. Parece-nos justificado defendermos a tese da possibilidade de constituição de uma ideologia do desenvolvimento nacional como autoconsciência que a sociedade brasileira tem da exigência de projetar o seu desen-

volvimento material, sem levar em conta, no momento atual, a qualificação de ideologia de classe, porque, à vista do exposto, a realidade brasileira, em função da contradição principal, forma um todo único, onde a divisão das classes é fato de ordem secundária nesta fase do processo; por conseguinte, aquela contradição principal determina o caráter da ideologia própria da nossa sociedade no presente como sendo nacional e não de classe. Eis por que o nacionalismo, onde se irá exprimir essa ideologia, se apóia sôbre um terreno unificado, onde classes distintas unem neste momento os seus interêsses em face da contradição comum a que estão submetidas e que as arregimenta no mesmo pólo do antagonismo. Por isso, os elementos que, dentro do contexto brasileiro, se pronunciam e agem em oposição ao nosso desenvolvimento ou se manifestam contrários ao nacionalismo, que é a ideologia dêsse desenvolvimento, podem não ser considerados representantes de uma classe particular da nossa sociedade, mas representantes do outro lado da contradição principal, ou seja, agentes internos da potência estrangeira dominante.

A teoria geral da contradição na história trouxe-nos êste capital esclarecimento. Serve para dissipar graves malentendidos, como por exemplo o de querer recusar a ideologia do desenvolvimento em razão de não encontrar nela bem definido o timbre de ideologia de classe. Tal não se dá justamente porque a ideologia que defendemos é aquela que se constitui como consciência da sociedade brasileira atual, fundada essa consciência na situação de fato em que se encontra o país, submetido a um complexo de dominação, que deverá romper para ascender a outra fase, mais adiantada, do seu processo histórico. A teoria exposta nas linhas anteriores, só a consideramos válida para a presente fase da realidade brasileira, na qual a nossa comunidade luta para libertar-se das pressões exercidas pelo capital estrangeiro. Não desconhecemos a existência da contradição entre as classes e da sua luta como fator dinâmico salutar no processo do desenvolvimento. Atua no mesmo sentido dos demais fatôres que se empenham em resolver a contradição principal. Contudo, é preciso observar que a natureza dialética do processo permite que a resolução da atual contradição principal—o imperialismo e a desigualdade no desenvolvimento—conduza a outras formas de contradição suprema, agora imprevisíveis. Sem querer discutir demasiadamente êste aspecto apenas conjetural do problema, o que importa é acentuar, mais uma vez, a verdade do princípio que afirma ser a produção ideológica reinante numa

sociedade expressão do modo de sentir a realidade por parte de quem a percebe de dentro de um dos lados da contradição principal. No caso, a sociedade brasileira figura como uma unidade, como ente, dêsse ponto-de-vista, sem divisões internas. O subdesenvolvimento é uma contradição histórica; a marcha do processo universal faz-se na direção que tende a aboli-lo. Mas, enquanto o país se encontra em luta para suprimi-lo, apresenta-se como a contradição suprema, aquela que afeta todos os aspectos da realidade nacional e, por conseguinte, constitui a base objetiva da consciência que o país toma dêle próprio. Se entendermos por ideologia a compreensão que o país tem de si mesmo, e que se manifesta não só nos enunciados explícitos que profere a respeito do seu estado, mas ainda em tôdas as criações intelectuais que, provindo daquela consciência, não podem deixar de estar marcadas por essa mesma compreensão, vemos claramente que a representação que o país subdesenvolvido faz de si próprio forma base suficientemente homogênea e unificada para dar origem à ideologia nacional do desenvolvimento, como projeto da nação tôda, ao se perceber submetida a uma contradição que a oprime e que deseja destruir.

As idéias aqui expendidas sôbre as contradições principal e secundárias servirão para definir o conceito de revolução e esclarecer o equívoco da chamada "ideologia global". Veja-se a êste propósito as considerações contidas na conclusão do presente ensaio.

c) *Os fatôres ideológicos na condução e avaliação do desenvolvimento*

A concepção aqui exposta retrata uma situação de fato. Sua verdade só será posta em dúvida por quem admitir como ponto de partida que a contradição principal é e só pode ser a contradição de classe, ou tende imediatamente a se resolver nesta. Recearão, talvez, os defensores dêste modo de ver que a concepção aqui apresentada venha a mascarar a luta real entre as classes e a constituir, portanto, um artifício, ainda que de boa-fé, de ocultação dos verdadeiros interêsses em choque. Parece-nos não proceder esta crítica, em face do próprio caráter dialético da transmutação das contradições principais. Se, para nós, neste momento, o subdesenvolvimento é a contradição principal, a ideologia que sôbre êle se funda é, só por isso, autêntica, seja qual fôr a classe que, no momento, esteja à frente do processo do desenvolvimento. Não há possibilidade de dissimular ou des-

virtuar a luta de classes porque, em primeiro lugar, se a atual contradição principal tiver de resolver-se nela, passando esta à categoria de principal, dadas as condições do processo objetivo da produção, nada poderá impedir essa substituição, e em segundo lugar, porque é a autenticidade da atual ideologia do desenvolvimento que, fazendo-a contribuir para superar a situação presente, a tornará, enquanto ideologia, insubsistente no futuro.

É preciso dizer-se ainda que os fatôres ideológicos *conduzem* o processo de desenvolvimento. Êste não se compõe da série uniforme de iniciativas transformadoras, determinada, de uma só vez, pelo projeto inicial, e isto porque o desenvolvimento nacional é essencialmente "processo", é por natureza histórico e, como tal, a nação que o empreende de forma consciente sabe que decide, com isso, do seu destino. Se o projeto originário comanda a decisão fundamental, a verdade é que o movimento subseqüente tem de fazer-se ao longo das vicissitudes com que se venha a deparar no curso do processo, as quais, sendo imprevisíveis em grande parte, não podiam ter sido consideradas na concepção primordial. Além do mais, é indispensável notar que o curso do processo reage dialèticamente sôbre êle próprio. Com efeito, é sempre concebido em determinado instante da existência nacional, tendo como razão e fundamento as condições dêsse instante; dirige-se à estrutura do real, que quer modificar qualitativamente. Mas essa modificação traz nova realidade, que se substitui à primeira, e é tal que a ela não mais convém o primeiro projeto, mas exige outro, que, por sua vez, ao realizar-se, se esgota e se torna ineficaz. Assim sendo, só aproximadamente é possível formular em caráter global o projeto do desenvolvimento.

No projeto há que distinguir, como tão essencial quanto seu conteúdo concreto de iniciativas, o propósito de projetar o desenvolvimento. Êste é o principal fator subjetivo, porque é constante e se estende a tôdas as modificações de conteúdo que o desenrolar da realização implica. O que a atitude política de planejar o desenvolvimento deve conter é a ideologia autêntica, porque representativa dos interêsses em ascensão, que, esta sim, marcará com o sêlo da continuidade e da eficiência tôdas as formulações que se desdobrarão como conseqüência do impulso inicial. É importante chamar a atenção para êste aspecto do problema, porque poderia correr-se o risco de ver o projeto do desenvolvimento convertido em empecilho ao desenvolvimento.

Isto é o que poderá ocorrer se a compreensão ideológica

que orientar a política de desenvolvimento não possuir o sentido dialético da implicação recíproca, dinâmica, entre idéia e realidade, entre plano e resultado, mas fôr concebida em têrmos dogmáticos, como programa de ação a ser cumprido mecânicamente a qualquer preço, se a consciência ideológica fôr surda aos apelos de permanente correção das idéias em sua aplicação aos fatos. A ideologia do desenvolvimento, quando idealista, obstinada ou autoritária, torna-se nociva e incapaz de realizar as suas boas intenções, se não tiver caráter dialético, se os homens que conduzem e vigiam o processo não mostrarem a necessária flexibilidade de entendimento, para perceber que, com o gesto pelo qual modificam o real, criam novo real, para cuja modificação se exige novo projeto. Fato significativo a ressaltar aqui é que cada uma destas etapas, resultante da realização de um projeto anterior, expõe configurações dos fatôres materiais e dos fatôres ideais da sociedade que não admitem ser previstas de maneira exaustiva. A única razão séria de que pretende valer-se o espírito conservador talvez seja a que se funda no temor dessa imprevisibilidade. De fato, tôda modificação das estruturas materiais da sociedade, como resultado do acréscimo no seu desenvolvimento econômico, implica o surgimento de novo sistema de relações, cujos conflitos internos se manifestam em problemas, clamam, às vêzes em caráter dramático, por solução. Mas essa contingência inevitável não deve ser argüida como perigo, nem valer como argumento contra a ousadia criadora. Ao contrário, é preciso esperar os desajustes e considerar como auspiciosa a provocação de dificuldades, porque são indício de ímpeto vital no crescimento da nação. O desenvolvimento acarreta problemas em maior número e de tipo mais complexo do que a estagnação. Problemas graves, conflitos profundos, choques de fôrças sociais, desentendimentos ideológicos, por vêzes destruições lamentáveis e até injustiças eventuais. Mas é o resgate que se impõe à comunidade, se quiser superar o nível onde se encontra.

Contudo, é inteiramente errônea a idéia de que é preciso pagar um preço humano pelo desenvolvimento material, preço que não só os reacionários, beneficiados pelo atraso nacional, mas até mesmo representantes sinceros das fôrças progressistas, julgam demasiado caro e por isso inaceitável. Tal idéia não tem qualquer justificação, porque o desenvolvimento é sempre vantajoso para as populações subdesenvolvidas, e se provoca, como dissemos, problemas e conflitos, jamais acarreta a destruição de vidas, mas, ao contrário, a salvação de incontáveis existências, condenadas ao prematuro

desaparecimento pela taxa elevada de mortalidade precoce. A favor da manutenção do presente e do receio da mudança só fala a triste certeza de que, no estado atual, estamos familiarizados com os seus problemas e ignoramos os que virão depois. Esta consideração, porém, só será o pensamento de quem, embora sensível às calamidades da situação reinante, as prefere às transformações que julga incontroláveis. Mas é claro que êste ponto-de-vista só pode ser o de quem, mesmo reconhecendo a miséria da imensa massa dos seus concidadãos, não é por ela atingido. Os que, ao contrário— ou porque são os próprios sujeitos da condição social infeliz ou porque têm para com êstes solidariedade e simpatia inquebrantáveis—, não se resignam à aceitação do desumano, antes, julgam que tudo deve ser tentado para abolir as condições intoleráveis em que sub-existe grande parte dos homens, êsses concebem imediatamente o projeto de alterar o estado de coisas e se impregnam de tal modo dêsse projeto que o elevam ao plano ideológico. Fazem da transformação do contexto material em que vive o povo, não apenas um ideal moral, mas um dever político. Substituem a idéia generosa e humanitária, conteúdo exclusivo do pensamento privado, pela ideologia da ação, patrimônio da consciência da massa. São os que descobriram a ineficiência dos apelos conciliatórios, que, a menos de serem fórmulas mágicas, jamais conseguirão harmonizar o feliz com o infeliz. Descobriram que a oposição de condições humanas não é fruto de natural desigualdade, não é veredicto da Fatalidade cruel, que tivesse distribuído a uns as regalias e votado os outros à pobreza, mas é determinada por certo modo de existência da comunidade com relação à base material que a suporta, e que tal situação pode ser modificada. Com a eliminação das condições anteriores, resolvem-se os problemas que definem tal situação, embora se deflagrem outros, que exigirão a seguir novas modificações.

Importante é, entretanto, compreender que a mesma realidade que a cada momento cria problemas, contém igualmente os meios de solucioná-los. Se realmente o desenvolvimento não consiste na extinção definitiva de todos os problemas de um estado social, como talvez alguém inocentemente supusesse, mas na sua substituição por outros, próprios do estado seguinte, que nasce da resolução dos primeiros, tal constatação não significa ser inútil o esfôrço aplicado em eliminar as dificuldades de cada fase. Porque a substituição de problemas é o modo normal pelo qual a sociedade em expansão conquista os graus superiores de existência. É que

êsses problemas não se apresentam arbitràriamente, mas são função do grau de desenvolvimento das estruturas materiais, conforme a percepção que dêle tem a consciência geral dêsse momento.

No complexo social há tôda sorte de problemas, mas a atenção que despertam distribui-se de modo desigual, sendo dirigida particularmente sôbre alguns, os que atravessam o limiar da consciência coletiva possível, determinada pela fase na qual se encontra o processo da realidade. A importância de cada um é relativa, é função do grau de percepção social, donde não se poder atribuir a nenhum problema significação fixa e urgência absoluta. Por isso, o deslocamento da atenção coletiva de uns para outros é indício de melhoria progressiva do estado do grupo, pois só com o levantamento das condições de base é que afloram à sensibilidade geral, com caráter de urgência, dificuldades que antes eram sem dúvida percebidas, mas se aceitavam com resignação como se fôssem condições adversas, cuja supressão estaria além dos podêres humanos.

Na sociedade subdesenvolvida os problemas comuns são os que aparecem como tais à reflexão de uma minoria intelectual; são, por isso, sutis e muitas vêzes imaginários ou apenas acadêmicos, expressos em forma romântica. Quando se expande a fôrça das massas, com o avanço do desenvolvimento econômico, os problemas tendem a tornar-se cada vez mais "grosseiros", ou seja, são as condições elementares da existência, o que constitui objeto da exigência social.

O fenômeno do aguçamento da sensibilidade social tem significação decisiva na formação da consciência da realidade. O político ou o sociólogo que não souber avaliá-lo devidamente, está sujeito a incorrer em enunciados inconsistentes a respeito da gravidade das situações objetivas. Por conseguinte, se dada sociedade só tem por problemas cruciais aquêles que o seu estado de desenvolvimento lhe permite sentir como primordiais, isto é, como constituindo os obstáculos que, se não forem vencidos, impedirão o curso do seu processo de expansão, então a consciência dêsses problemas mede o grau de avanço do verdadeiro desenvolvimento. Ora, essa consciência, sendo um julgamento da comunidade sôbre si mesma, é o que chamamos de fator ideológico.

Por isso, parece-nos haver razão em afirmar que os fatôres ideológicos dirigem a cada momento o processo, porque o assistem em todo o desenrolar. São, de fato, constituídos por uma sucessão de representações, variáveis com a própria transmutação por êles introduzida no real que apre-

endem. Contudo, essa variabilidade não exclui a unidade geral, que é dada pelo núcleo original do projeto fundador, que marca, com a sua instalação, o momento de instauração de nova fase histórica. De fato, a essência do projeto se define pela intenção coletiva de fazer o gesto capaz de elevar a nação a um novo nível de existência. Examinaremos, mais tarde, a íntima correlação entre a noção de projeto de desenvolvimento e a de desempenho histórico, e então mostraremos que a historicidade é categoria configuradora da consciência verdadeira da realidade nacional. Por ora, desejamos apenas indicar que a presença constante dos fatôres ideológicos se compreende e se justifica porque o projeto total só é imutável no conteúdo e no significado geral, que funciona à guisa de causa final de todos os cometimentos táticos, e é dado pela decisão de construir o ser futuro da nação.

Podemos, ainda, dizer que o processo de desenvolvimento está ligado a esquemas ideológicos no sentido de que compete à consciência a avaliação do estado pelo qual está passando a realidade social na sua evolução. É necessário entender, portanto, a natureza da relação que prende a consciência ao real, se quisermos interpretar não só o papel crítico que exerce sôbre os fatos, como, de modo geral, tôda atividade da consciência, tanto na capacidade representativa quanto no poder de fonte original de ação.

d) *A intencionalidade da consciência coletiva*

A tese fundamental a defender é a de que a consciência não existe à parte do real representado, como se fôsse um interveniente estranho, que se superpusesse à realidade para percebê-la de fora, a distância. A relação da subjetividade ao plano real não é a de ligação entre um suposto mundo espiritual e o das coisas materiais, nem a de mera reflexão óptica, como se o objeto real admitisse uma imagem virtual num espelho, mas é a relação de "intencionalidade". Êste conceito, próprio da escola fenomenológica, merece ser aproveitado, desde que depurado de conotações idealistas. Pode servir para significar não a dependência do objeto em relação à consciência, mas a dependência desta em relação à realidade do mundo exterior. A consciência não tem existência em si, independente, destacada da coisa que representa, mas é sempre consciência *de algo,* tende sempre para aquilo que é a cada instante o seu objeto e se conforma exclusivamente no momento de representá-lo. Não o constitui como existente pelo ato de conhecê-lo, mas se constitui

a si própria por êsse ato. Só assim, ao perceber, é representação subjetiva de alguma coisa objetiva.

A subjetividade é, pois, um caráter legítimo que devemos reconhecer, com a condição de não fazer dela a realidade em si. Temos de entendê-la como modo de ação, específico do existir humano, pelo qual êste se constitui em foco de representações, que se opõe com caráter de polaridade à coisa representada, ligando-se a ela por estruturas relacionais diversas, que, em conjunto, os filósofos da corrente fenomenológica chamam de "intencionalidade". É na relação de conhecimento que o sujeito se vai criando, em face da realidade que preexiste a êle. Contudo, a subjetividade não se define por um único modo de captação do real, mas admite não só variedades distintas de relação com o real, como igualmente número indefinido de graus de claridade perceptiva no ato da representação, em resposta à afecção que sofre por parte do objeto, segundo a capacidade de reação com que elabora o conhecimento das coisas.

A consciência se define pela subjetividade, e é portanto o que determina o sujeito enquanto tal. Mas, ao mesmo tempo, sendo por natureza intencional, só existe no modo de ser referencial, enquanto "tendida" para alguma coisa que não é ela, e sôbre a qual exerce o poder de percepção. Na maneira como fazemos estas considerações, tomando o problema da consciência em tôda a generalidade, aquilo para que tende a consciência é a realidade em conjunto; mas, em razão do objetivo particular a que nos dirigimos, desejamos restringir a análise ao campo especial que nos interessa, a realidade considerada apenas enquanto espaço social histórico de uma comunidade. No entanto, dessas considerações colhemos um dado que nos será de imediata utilidade no esclarecimento do nosso tema próprio. Informados agora dêste caráter essencial da consciência, a sua intencionalidade, ficamos compreendendo que não nos será lícito desprezá-lo no estudo dos seus comportamentos, ainda que só tenhamos em vista um objeto limitado, o real da nação. Tal caráter, sendo constitutivo do ser da consciência, deve espelhar-se em todos os seus modos de ser em face do estado social; deve haver, portanto, modalidades de intencionalidade, segundo as quais se configurarão os diferentes comportamentos do sujeito, em presença daquilo que representa a si como sendo a realidade nacional, ou seja, deve haver formas ingênuas e críticas de intencionalidade.

A compreensão da intencionalidade permite-nos agora estabelecer a correlação da consciência à realidade como con-

vívio ininterrupto e não na forma de mergulhos episódicos ou de contatos isolados. A consciência existe como incessante apreciação do estado de coisas. Não pratica intervenções momentâneas no processo nacional, mas o apreende subjetivamente de maneira constante. O caráter idealista de que se reveste em geral o pensamento fenomenológico o impediu de descobrir a existência da intencionalidade da consciência coletiva. Só a considera na subjetividade privada, pessoal e reclusa, que procura explicar mediante aquela correlação. Contudo, parece-nos indispensável admitir a intencionalidade na consciência social, como fenômeno diverso da simples soma da intencionalidade das representações individuais. Também a sociedade, na sua compreensão coletiva, está sempre voltada para um objeto ou aspecto do real, e sua consciência se define por essa correlação. A percepção social está constantemente tendida para um dado objetivo e se identifica com a elaboração da interpretação dêsse dado. Contudo, a teoria da consciência da realidade deve partir do exame da intencionalidade individual, para mostrar em seguida como se constitui a modalidade coletiva, até o ponto de tornar-se ideologia.

e) *Os componentes volitivos da consciência ideológica*

A apreciação da consciência em relação ao real tem caráter subjetivo. Configura-se originàriamente no âmbito da subjetividade privada e se esgota no ato de representar. Mas, se fôsse sòmente essa a sua função, não seria capaz de conduzir, e muito menos de produzir, o processo do desenvolvimento nacional. Com efeito, sua assistência limitar-se-ia à representação, que se conserva subjetiva. Para que seja eficaz no curso dos acontecimentos, é preciso que da representação seja capaz de passar à ação, ou, noutras palavras, que de subjetivante possa tornar-se objetivadora. Só haverá possibilidade da consciência constituir-se em fator do desenvolvimento se, de algum modo, deixar de ser simples representação para tornar-se projeto e origem de ação ou, ainda, se de especulativa converter-se em ideológica.

Chegamos, assim, a precisar um aspecto do conceito de ideologia implícito nas considerações anteriores, mas que convém destacar: o caráter objetivante da ideologia. A consciência se devolve ao real na forma de projeto de modificá-lo. Com efeito, sem assumir feição ideológica e sem tornar clara sua intenção objetivadora, a consciência é inoperante. A simples representação não contém fôrças criadoras, porque se esgota na imagem mental, se encerra na subjetividade, que,

sendo privada, não provoca impulsos transformadores coletivos. Para que isto aconteça, é preciso a intervenção de outra espécie de fatôres anímicos, os volitivos. É justamente quando a representação concreta do dado real se associa ao ímpeto da vontade que propõe a transformação dêsse dado, que se realiza na imaginação, graças à fusão do aspecto intelectual com o volitivo, a visão do estado futuro, de um "a fazer", cuja apreensão plenamente consciente é o projeto, que se constituirá em núcleo da ideologia do desenvolvimento.

A existência da componente volitiva na construção da ideologia nunca deve ser esquecida. Para o fim específico da análise que empreendemos, chamamos de ideologia a reflexão da sociedade sôbre si mesma, originàriamente na consciência individual de cada um dos seus membros e, a seguir, nas modalidades de comportamento relativamente uniformes da consciência coletiva, reflexão essa que é tão subjetivante, enquanto representação intelectual de um estado de coisas, quanto objetivante, como projeto de transformação dêsse estado da realidade.

Neste sentido, a conceituação de "ideologia" aqui defendida afasta-se de outras formulações que a tomam em acepção mais geral, nela incluindo tôdas as manifestações do espírito, como a arte, a literatura, as instituições jurídicas, a religião e a filosofia. Tomando o conceito nos limites em que o utilizamos aqui, designa a representação consciente que a sociedade faz de si mesma em relação ao estado do seu processo evolutivo, com o qual a cada momento se defronta, visando à sua transformação. Não é apenas representação pictórica, simples apreensão reflexa, como a imagem na superfície polida, mas captação do real sob o impulso do projeto, simultâneo, de modificá-lo. A análise da estrutura epistemológica da ideologia do desenvolvimento leva-nos a descobrir que a consciência da realidade nacional, que nela se desenha, não se identifica com o ato apreensivo, a mera reprodução subjetiva, mas é, a um só tempo, elaboração dessa representação e desejo de intervir ativamente no estado do real percebido.

Pondo em ação os mecanismos da intelecção e da vontade, a gênese da ideologia do desenvolvimento, sua expansão popular e sua sustentação social dependem estreitamente de causas e influências emocionais concomitantes. É porque as determinantes da decisão são imediatamente influenciadas por fatôres sentimentais, que não se deve tratar o problema da constituição da ideologia nacional em têrmos de pura conceituação lógica, considerando-o apenas de um ponto-de-

vista abstrato; não basta jogar com dados objetivos exatos, porque o resultado pode ser um esquema político correto, mas frio, verdadeiro, mas inconvincente. Por esta razão, a elaboração da ideologia transcende o âmbito da economia, da sociologia, e mesmo da ciência política, isoladas ou conjuntamente, para ser criação própria do pensamento filosófico. Não se trata, com efeito, de corrigir planos de ação governamental, mas de suscitar a nova consciência nacional.

f) *Os comportamentos emocionais das massas. O papel da propaganda*

Não é possível levar a comunidade a uma radical transmutação do seu estado consciente, se essa transformação não tiver lugar no espírito das massas populares. A ideologia do desenvolvimento jamais passará de formulação teórica, inoperante objetivamente, se fôr apenas plano e sonho de minorias esclarecidas. Se não encontrar eco no espírito do povo, se não penetrar a consciência das massas e não se afirmar como projeto vital coletivo, não será capaz de cumprir o seu efeito histórico, não renovará a face da nação. Eis por que o problema capital da teoria da ideologia é a investigação dos modos e condições segundo os quais uma imagem da realidade e um projeto de transformação se tornam conteúdo da consciência geral. Existem a êste respeito vários equívocos que convém dissipar, sendo os principais: a presunção aristocrática de outorga de um pensamento às massas populares, a sedução do espírito do povo por artifícios psicológicos, a astúcia demagógica. Determinado grupo de intelectuais pode forjar uma interpretação da realidade e dela tirar conseqüências que se condensem numa proposta de diretrizes econômicas ou políticas, acreditando que é próprio de sua missão de classe culta doá-la em seguida ao povo, para que a assimile e a tome por norma de julgamento e de ação. Se, porém, acontecer que tal formulação não encontre o acolhimento da massa, não chegando a impregnar o pensamento coletivo a ponto de ser sentida por ela como se tivesse surgido dela mesma, é preciso ver no não recebimento popular a prova da inoportunidade daquela proposição. É indício de ressentimento aristocrático acusar o povo de incompreensão. A análise metodológica deverá, antes, indagar dos motivos que teriam condenado a fórmula política, suposta correta, à inaceitação popular. E então quase sempre descobrirá que êsses motivos cifram-se na omissão dos fatôres objetivos que afetam diretamente a vida do homem do povo, e sôbre os

quais êste assenta os seus estados emocionais, fatôres de que a proposição em causa não cuidara.

É êrro freqüente dos teóricos políticos não contar com a reação passional das camadas populares, julgando que seria indigno do seu pensamento lógico esquematizante condescender em introduzir nos planos essa variável—que a êles parece mais que variável, parece volúvel e absurda—que é o fator "massas". Por isso, resignam-se de antemão à indiferença popular, não esperando grande ressonância das especulações em que se comprazem. Compensam, entretanto, tal insucesso com várias explicações racionalizantes, quase tôdas de cunho altivo, ou culpando o povo de não estar à altura de entendê-los, ou declarando que o desentendimento ocorre porque declinam traduzir em linguagem mais simples e acessível um pensamento realmente difícil para a multidão despreparada.

Contudo, longe de ser caprichosa, como julgam, a receptividade do espírito do povo aos planos políticos é ditada por causas reais e objetivas, que são parte do processo que êsses planos pretendem alterar. Em vez de se considerarem incompreendidos, deveriam êsses teóricos admitir que não compreenderam na verdadeira objetividade a realidade que pretendiam interpretar. Porque se o tivessem feito, incluiriam no seu esquema a devida valoração dos fatôres emocionais que o estado presente do real suscita, e dessa forma proporiam um projeto de transformação que não se cingiria aos dados afetivos, mas não deixaria de levá-los em conta. Enquanto pretenderem tratar o problema da ação política segundo um esquema simplesmente psicológico, partindo da presunção de que o govêrno detém a inteligência, é o lado que sabe o que deve fazer, e o povo é incapaz de entendimento, porque seus atos são impulsivos, apaixonados, imprevisíveis, não obterão outro resultado senão a desinteligência, a frustração e por fim o conflito entre ambas as partes. Só a visão metodológica percebe que a formulação teórica de um dualismo psicológico irredutível entre as idéias lógicas e os impulsos emocionais não reproduz a verdade do processo da realidade, onde tanto os sistemas intelectuais quanto as reações afetivas têm determinantes concretos, que é possível descobrir.

Entre os esquemas ideais do projeto político e as tendências emocionais das camadas populares, o papel da ideologia é constituir-se como síntese de opostos, conciliados no projeto de desenvolvimento nacional. Uma consciência esclarecida não desconhece os fatôres psicológicos, mas não se

comporta apenas psicològicamente. Não se recusa a incorporar ao problema os dados anímicos presentes na paisagem humana, antes sabe que deve tê-los constantemente em vista, mas não se deixa limitar por êles, supera-os ao elaborar o projeto de acôrdo com o qual se dispõe a agir sôbre as causas objetivas que os determinam. Aos olhos da interpretação simplista, as reações populares são reconhecidas como elementos do problema político, mas a análise não vai além dessa simples admissão. A existência de um estado de espírito na comunidade aparece, porém, como fato inexplicável em têrmos racionais, e, no melhor dos casos, o que os pensadores desarmados fazem é contar com êle sem exigir maior precisão, procurando contorná-lo para que não venha a obstar os seus objetivos, ou entregando-se a êle demagògicamente, uns na esperança messiânica de que do seio do povo, das suas virtudes e pela fôrça criadora de algum dos seus filhos anônimos surja a natural solução de tôdas as dificuldades; outros com a intenção astuta de tirar das tendências populares imediatos proveitos pessoais. Nenhum dêstes, porém, compreende a necessidade de incluir as reações afetivas da massa entre os dados reais, que têm no processo a sua causa. Uma interpretação clarividente, no entanto, tentará ir até os determinantes dessas reações, procurando traçar o mecanismo pelo qual a vontade popular, partindo das condições reais em que está vivendo e movida pelo anseio de condições melhores, reage psicològicamente da forma observada. E assim sendo, proporá o projeto de transformação da realidade, que conterá entre os seus itens os meios de agir sôbre o *pathos* coletivo da nação por atuação direta sôbre os determinantes objetivos.

É a propósito da ação sôbre o espírito coletivo que convém examinar o papel da propaganda nas ideologias políticas. Todo o esfôrço da ação de propaganda, por parte das ideologias ingênuas, visa a organizar e controlar a consciência pública, de modo que sua atuação crítica possa ser de antemão conhecida, porque artificialmente induzida por meios infalíveis. O vício fundamental que desde logo invalida certas "ideologias" é a suposição de que conseguirão assegurar o triunfo de seus projetos pelo efeito da propaganda maciça, constante e profunda. Julgam os seus arautos que basta descobrir recursos sutis de insinuar no espírito público os seus objetivos, mediante expressões felizes, frases oportunas e exclamações dramáticas, para com isso se apossarem dos mecanismos psicológicos de produção do consentimento popular, a fim de lograrem o ambiente propício às suas realizações. A

precariedade das ideologias políticas que apelaram principalmente para a propaganda, servindo-se dela como suporte no espírito do povo, contando mais com o efeito da divulgação dos seus benefícios do que com o dêsses benefícios mesmo, está em colocar a questão no plano exclusivamente psicológico e em acreditar que basta dominar os meios capazes de gerar a adesão subjetiva para conjurar a ação adversa das causas objetivas. Êsse êrro foi pago ao preço do insucesso histórico. Tais ideologias ruíram porque não assentaram sôbre uma compreensão correta da realidade e não souberam transmitir ao povo o projeto de ação que incorporava as causas reais dos fenômenos concretos e dos estados emocionais, apoiando-se apenas na fôrça ilusória dos ímpetos coletivos que desencadeavam. Ruíram porque acabaram por acreditar na propaganda que preparavam para os outros.

Por isso, nada está mais distante da verdadeira ideologia do desenvolvimento que a suposição de poder difundi-la e fazer dela a nova consciência nacional à fôrça de propaganda. É evidente que se faz necessário um processo prático de divulgação dêsse pensamento, mas não se trata aqui do que se entende por propaganda no sentido habitual dêsse conceito em certos regimes políticos totalitários. Na concepção crítica da ideologia jamais se pretende atuar por meios exclusivamente psicológicos, como também não se confia na sedução da pura elaboração teórica. Entregue à propaganda, a ideologia se converteria em ameaça de ludíbrio coletivo, quando manejada pelo grupo eventualmente no poder. Mas, de outra parte, privada de divulgação, a ideologia do desenvolvimento não passará de artefato mental de um círculo de intelectuais e políticos, sem capacidade de atuação popular.

Para exercer influxo sôbre a dinâmica social, mudando o rumo dos acontecimentos, a ideologia deve surgir da meditação de um grupo de sociólogos, economistas e políticos que, superando o plano restrito das suas especialidades, se alcem ao pensar filosófico, por via da compreensão das categorias reais que configuram o processo histórico, e componham o projeto de modificação das estruturas fundamentais da nação, de tal modo que, ao ser dado a conhecer a esferas mais amplas, ainda que de modo modesto e sem intenção "propagandista", o teor de verdade contida na sua representação possa mobilizar a adesão individual e se transmita em proporção cada vez maior. Mas, em nenhum momento se deverá julgar que a aceitação obtida venha da influência superesclarecida da elite, autora da formulação ideológica

ou da coação mental exercida pela propaganda, entorpecendo as causas reais adversas.

É preciso contar ùnicamente com a verdade objetiva dos enunciados propostos, com a certeza de que incorporam os motivos que comovem a decisão pessoal e de que alcançam a realidade, não na superfície das reações individuais, mas nas causas que determinam as condições em que estas se produzem. As considerações anteriores devem servir para orientar os trabalhos dos defensores da ideologia do desenvolvimento. Como não se trata de concepção que propugne a instauração de regime político de exceção, mas deve poder ser executada em plena vigência democrática, a ideologia está em marcha desde que é concebida, e seu índice de expansão decorre apenas de sua verdade intrínseca. Ora, esta verdade é função da sua oportunidade histórica. Não haverá astúcia capaz de implantar socialmente uma ideologia, como não haverá violência que a extinga. Seria negar a objetividade das causas do processo histórico e supô-lo vagar ao sabor de determinantes exclusivamente psicológicos.

A formulação da ideologia é produto de um estado definido do processo nacional em certa fase de sua evolução e deve refletir a realidade tal como de fato existe. Assim, não é arbitrária nem indeterminada, mas é função do tempo em que surge e sòmente surge para um tempo determinado. É produto do momento histórico, para êsse mesmo momento. Examinaremos mais tarde com atenção êste aspecto do problema. O que desejamos agora é ressaltar a exata significação dos componentes psicológicos da ideologia do desenvolvimento, a fim de que não se gere uma expectativa enganosa na virtude transcendente dos seus enunciados, que a levariam para o domínio da mística social, atribuindo-lhe caráter puramente subjetivo, mas também para que não se ignore a necessidade da divulgação persuasiva, do proselitismo consciente e esclarecido, apoiado na certeza de estar dizendo às massas aquilo que exprime o ponto-de-vista delas mesmas, e que, por isso, só precisa ser conhecido para ser reconhecido. A transmissão da ideologia do desenvolvimento é obra da sua verdade interior, que não é senão a concordância com a realidade e a viabilidade do projeto a que conduz. A persuasão que possui decorre dessa verdade e não é obtida por artifícios psicológicos, muito menos pela coação. Ao ser reconhecida pela consciência das massas como o autêntico pensamento de que careciam para exprimir o seu projeto de existência, a ideologia assume automàticamente caráter ope-

ratório, desencadeia fôrças criadoras, que a fazem transformar-se de vivência subjetiva em fator dinâmico. Já salientamos a diferença entre a simples representação conceitual e o projeto transformador, e como os dois aspectos se unem na consciência do desenvolvimento nacional. Êste último dá origem a atos objetivos porque à veracidade interior da representação associa componentes volitivas, que a inspiração da realidade futura desencadeia. Desta forma, descobre-se que um aspecto essencial da ideologia do desenvolvimento é a sua natureza não especulativa, é a faculdade de servir de norma à *praxis* social, como decorrência de intrínseca tendência objetivante.

3 — CONSCIÊNCIA OCUPADA E DESENVOLVIMENTO

a) *A consciência e a* praxis *do desenvolvimento*

No exame dos modos pelos quais os fatôres ideológicos intervêm no processo do desenvolvimento, observamos o seu papel na produção e direção dêsse movimento. Vimos, em seguida, que a representação do estado da realidade, feita a cada instante pela consciência, apresenta-se como imagem que se carrega ao mesmo tempo de tonalidade crítica, como percepção de fatos que se submete a valores, de modo que da apreciação subjetiva decorre, por via de intervenção volitiva, o efeito operacional dessa apreciação. Êste último aspecto, a consciência como princípio e motor da *praxis* do desenvolvimento, é que desejamos agora assinalar.

Em razão de constituir a representação correta da realidade, a consciência inclui nela a percepção do dinamismo do mundo objetivo e, se é autêntica, dos fatôres materiais que o determinam. Descobrirá que a propulsão do processo objetivo está na dependência da utilização das fôrças virtualmente contidas em cada circunstância momentânea. Caso se tratasse de crescimento vegetativo, a realização dos elementos potenciais far-se-ia de modo automático; como, porém, estamos em presença de um "processo" de desenvolvimento, aquêles elementos não passam espontâneamente à atualidade, mas dependem da intervenção humana, que dispõe intencionalmente os dados da situação real, a fim de produzir eficientemente a transformação dêles. Isso significa que o projeto do desenvolvimento nacional é, na verdade, uma sucessão de projetos, mantidos em continuidade pela intenção geral, que, como causa final, os unifica. Dêste modo, a apreciação que a cada momento a consciência faz do estado da realidade é condição de possibilidade do projeto seguinte. É fator ideológico necessário à concepção dos projeto parciais.

Consideremos, para exemplificar, uma questão concreta: suponhamos que o país em etapa inicial de desenvolvimento

projete instalar a sua indústria mecânica pesada. A representação do estado presente da realidade social e econômica, que, ideològicamente, permite retratar as possibilidades dêsse empreendimento, não pode conter, senão de forma aproximada e com caráter de probabilidade, a prefiguração do que será o estado seguinte, porque êste, em grande parte, é função da realização da iniciativa projetada. O contexto nacional que admite a implantação da metalurgia pesada deixa de ser o que era pelo simples fato de ter gerado êste empreendimento, cuja atualização altera de tal modo o âmbito onde se instala, que impede antecipadamente a apreensão completa de todos os seus efeitos. Êstes admitem ser previstos apenas em sentido geral, o suficiente para tornar objetiva a representação inicial e deixar antever a direção do processo e as vantagens que acarreta a efetivação daquele projeto. Mas o número de perspectivas secundárias que se abrem como decorrência de tal iniciativa é imprevisível. É o resultado do retôrno dialético do efeito sôbre a causa, do aparecimento de potencialidades ignoradas que só a efetiva execução do projeto evidencia. O cumprimento de um projeto, ao lado dos resultados diretos que dêle se esperam, desvenda uma franja de possibilidades não contidas explìcitamente na primeira previsão, as quais retratam a nova realidade oriunda da efetivação do projeto anterior. Para o prosseguimento do processo é necessário que a consciência apreenda essas possibilidades recém-surgidas, pois terá de levá-las em conta na decisão seguinte.

A apreciação autêntica da realidade contém sempre a referência à sua provável inadequação no momento seguinte, pelo que se revela como característica da modalidade simplória da consciência a sustentação obstinada de uma representação e a defesa instransigente da verdade a ela correspondente. Tal atitude é indício de incompreensão da existência de potencialidades no processo real, abertas à previsão apenas até certo ponto, e cuja completa revelação exige a concretização da etapa a que pertencem. A conclusão capital a tirar destas considerações é a de não ser lícito compor sòmente em pensamento a ideologia do desenvolvimento de determinado país. Esta tem de ser feita na prática do processo que desencadeou e a cada momento propulsiona. Por isso, as reflexões aqui expostas servem apenas para delinear a teoria dessa ideologia, não a própria ideologia, pois esta tem conteúdo objetivo variável a cada etapa, de acôrdo com a anteriormente superada, e só se dá a conhecer na vivência da sua efetiva atualização.

Com estas palavras estaremos talvez respondendo a uma possível objeção aos esforços da filosofia em enveredar por êste tema. Julgar-se-ia que nas afirmações gerais dêste trabalho não saímos do terreno teórico e não fazemos mais do que discutir a ideologia do desenvolvimento sem jamais chegar a indicar-lhe o conteúdo positivo. A resposta a esta crítica consiste em mostrar que o elenco de medidas que produzem o desenvolvimento só será estabelecido na e pela prática, e em mostrar igualmente que a prática não será a autêntica realização do processo nacional se estiver dissociada da teoria, ou seja, se não se vir a si própria como cumprimento de decisões ideológicas da consciência social.

A ideologia do desenvolvimento não deve, por conseguinte, estar separada da prática coletiva. Com efeito, só a vivência das condições efetivas da realidade permite ao indivíduo constituir-se em autor de sua transformação. É assim que, em face da situação de privação e de atraso em certo setor do real, só aquêle que participa ativamente dessa situação está capacitado a ter a visão ideológica da sua transformação. Não há outra espécie de relação com os fatos que substitua esta em fôrça criadora. Quem não está prêso ao problema por um vínculo prático, por mais que dêle se ocupe, seja por simpatia moral seja por obrigação profissional, nunca terá a vivência indispensável à revelação de possibilidades de solução que apenas a inteligência, por mais arguta, não será capaz de discernir. Tomemos, para ilustrar, um caso trivial, se não fôsse, ao que nos parece, sugestivo: em face da aflitiva carência dos transportes urbanos, do desconfôrto a que é submetida a imensa maioria da população, como esperar que venha a dar solução satisfatória a êsse problema quem, pela posição que ocupa na hierarquia administrativa ou pelo estado de abastança, dispõe de veículo próprio, e como tal não se utiliza dos meios de transporte a que o povo é obrigado a recorrer? Temos de reconhecer que não basta a dedicação mais sincera e a inteligência mais bem disposta para dar solução a um problema que só funcionalmente é da autoridade administrativa, mas pràticamente é dos outros. O indivíduo que anda de bonde, por exemplo, vê as deficiências dêsse tipo de condução como problema seu, e por isso é rico de idéias em relação ao assunto, discerne soluções que um membro da diretoria da emprêsa ou das altas esferas governamentais, que não se utilizam dêsse veículo, não pode ter. Não se trata de privação intelectual ou moral da parte das personalidades dirigentes. É certo que, na maioria das vêzes, se

esforçam honestamente em dar remédio a situações aflitivas que oprimem o povo; todavia a carência que as afeta é mais profunda, é de ordem existencial: é a falta da vivência efetiva do problema, da prática da realidade na questão em aprêço. A idéia operante não surge da meditação lógica, do esfôrço de intuição intelectual, mas do "manuseio" da situação concreta, do padecimento dos seus efeitos, em suma, da vivência dos fatos pela incorporação da consciência a êles.

Esta *praxis* não pode ser dispensada, nem substituída pelo estudo. É dela que a ideologia toma não apenas os temas que deve enfrentar, mas também as idéias que virão a ser as soluções. Assim sendo, é justo dizer-se que uma comunidade só realiza o empenho de desenvolver-se se o maior número de indivíduos que a compõem fôr constituído pelos que têm a vivência prática das condições decorrentes do subdesenvolvimento. São êsses que estão habilitados a criar a ideologia do desenvolvimento. Porque para êles o desenvolvimento não é matéria teórica, não é assunto de estudo, não é programa abstrato, mas se apresenta como a única possibilidade de resolver as dificuldades em que vivem.

b) *A prática no país subdesenvolvido*

O papel da prática na formulação da ideologia do desenvolvimento é capital. É bem sabida a importância atribuída a essa noção na epistemologia de certas correntes filosóficas, como o pragmatismo ou o marxismo, que investigam a origem e a fundamentação das ideologias. Mas a noção de prática apresenta-se carregada de ambigüidade; não é conceito inequívoco, que se use sem maior exame. Ao contrário, é noção que exige ser dilucidada para servir às interpretações teóricas.

Como não estamos fazendo investigação gnoseológica, não temos por objeto esclarecer, em sentido geral, o papel da prática como critério de verdade. Consideramos aqui o tema específico da ideologia do desenvolvimento, isto é, o desafio histórico que só se apresenta aos países que, como o nosso, estão ainda em fase de subdesenvolvimento, mas ascenderam o bastante no grau de clareza da consciência coletiva para compreenderem que precisam elaborar o projeto de transformação da realidade, a fim de precipitar-lhe a realização. Por isso, a noção de prática nestes países não é idêntica à que teria o filósofo do país plenamente desenvolvido. Pelo fato de nossa prática ser outra, induzimos um conceito de prática

diferente daquele que é próprio de país desenvolvido. A prática de que falamos é especialmente a vivência das condições dessa circunstância particular que é o subdesenvolvimento, e, como tal, privativa da consciência que se vê afetada por essas condições. É dela que deve surgir a ideologia do desenvolvimento.

Para o país subdesenvolvido, o conceito de "prática" apresenta-se em caráter mais simples, mais elementar, e por isso livre de muitas das dificuldades que perturbam os teóricos da questão, que a examinam dentro de outra esfera cultural. Para nós, a prática é inequívoca; estamos num círculo existencial onde os problemas são ainda de tal modo grosseiros, que não se exige maior acuidade para percebê-los, nem para entender o rumo geral em que será buscada a solução. O que acontece conosco não é a perturbação causada pela obscuridade em relação à prática produtora da idéia; o que nos pode desorientar é a coexistência, na circunstância de comunidade subdesenvolvida, de vários estados sociais em níveis econômicos tão diversos que os mais elevados vivem de fato como se pertencessem a outro tipo de comunidade, a plenamente desenvolvida. Dessa disparidade é que pode provir o desvio e a confusão na conceituação da *praxis* social. Porque, para o país subdesenvolvido a única dificuldade consiste em ver reconhecida como sua prática autêntica aquela que é a das massas que o habitam. Para essas, para o homem do povo, que suporta o drama da pobreza urbana, ou para o trabalhador da roça, que labuta na miséria da sua situação primitiva, não há outra prática senão o sofrimento cotidiano, e não há outro critério de verdade para as proposições senão a correspondência com fatos que evidenciem a transformação objetiva do seu modo de existência.

Assim, no que diz respeito à consciência social, a noção de "prática" não admite ser estabelecida em têrmos universais, não tem conteúdo idêntico em todos os contextos históricos, nem se apresenta do mesmo modo como critério de valor em qualquer momento cultural, mas deve ser relacionada com a fase na qual se encontra a comunidade no seu processo de desenvolvimento. No país subdesenvolvido em esfôrço de desenvolvimento, são as massas que detêm o critério da *praxis* social. O risco mais grave que correm êstes países é que suas elites intelectuais, quase sempre pertencentes às camadas econômicamente privilegiadas, ou clientes e beneficiárias delas, se arroguem o direito exclusivo de pensar a tarefa de transformação da realidade em têrmos da prática que é a sua, e na qual a dos outros, a das classes

desfavorecidas, entra apenas como dado de percepção ou motivo de compaixão moral. Porque então, por maior simpatia que manifestem, estarão pensando de fora o problema real. Faltando-lhes a vivência efetiva do subdesenvolvimento como situação pessoal, são apenas atingidas pelos reflexos dessa condição geral nos empreendimentos que porventura venham a projetar, por isto que êstes as obrigam a levar em conta a situação dos outros. Enquanto classe, são afetadas pelo subdesenvolvimento, mas enquanto indivíduos vivem fora dêle. Em tal caso, é impossível que dessa classe surja a autêntica ideologia do desenvolvimento. Com efeito, é admissível que seus representantes sejam capazes de se inclinar intelectualmente sôbre o estado das populações atrasadas, de se transferir a elas em espírito, mas sempre lhes faltará alguma coisa, aquilo que transmuta a simples comunhão simpática em verdadeira identificação ontológica, porque a prática é intransferível. Compreendemos, assim, a íntima correlação que existe no indivíduo entre a sua consciência possível da realidade nacional e o seu comportamento social. A ideologia, não sendo mero artefato intelectual, só surgirá de determinada modalidade de consciência da realidade, aquela que a seguir chamaremos de autêntica ou crítica, a qual, em nosso caso, é condicionada por uma prática particular, a da situação do subdesenvolvimento.

Apresenta-se então a questão de saber que papel compete àqueles que, bem intencionados e sinceramente devotados aos interêsses nacionais, não participam, em razão da sua situação social superior, quer econômica quer culturalmente, da vivência das rudes formas primárias de existência. Seria insensato, e ademais anti-histórico, acreditar que nada possam realizar em favor da comunidade, e que estejam votados ùnicamente ao extermínio. Pensar assim seria ter uma compreensão simplória e obtusa. A questão que levantamos é a do papel das chamadas "elites" no processo de desenvolvimento. Não querendo, embora, desviar-nos para êsse tema, sôbre o qual repetidas vêzes no curso dêste ensaio teremos de fazer reflexões, a propósito de diferentes assuntos que as comportam, diremos apenas que a participação positiva das elites no processo de desenvolvimento deverá ter por fundamento a sua própria prática. Mas não haverá contradição entre esta afirmação e o que dissemos acima? Não. É por meio da sua *praxis,* a única que podem ter, que deverão integrar-se no processo geral. Nem há outro modo, pois não existe possibilidade de constituir-se a consciência legítima, de acôrdo com o que dissemos, senão por meio da atividade

social. Logo, a sua prática é que deve servir-lhes de instrumento de compreensão da realidade, levando-as a cooperar na dinâmica do processo coletivo, sob pena de, então sim, merecerem o repúdio das massas.

Mas, de que maneira lhes valerá a sua situação superior, se dissemos que é a vivência da realidade das massas que decide da constituição da ideologia, e acrescentamos que êsse exercício é intransferível? Há uma solução, dada pela própria estrutura e pela dinâmica da sociedade subdesenvolvida. Nesta, as classes mais ricas são restritas e se acham submetidas a pressões sociais por parte das classes oprimidas, muito mais intensas do que nas situações de pleno desenvolvimento. Falta aqui, ou pelo menos é comparativamente mais exíguo, o estrato intermediário, as classes médias, para amortecer e esfumar as diferenças sociais. Em tais condições, a consciência do indivíduo de posição superior, se assumir de modo autêntico a *praxis* do seu estado, conterá necessàriamente a representação da sua imersão no contexto do subdesenvolvimento geral, dando-lhe a compreensão da dependência na qual se acha em relação às massas que o circundam. Deve ter, pois, o entendimento do quanto é importante para manter o próprio estatuto que seus interêsses coincidam com os da massa, porque sòmente assim aquela consciência será aceita pelo povo, como aliada. Embora não se possa transladar para a prática dos outros, é capaz de fazer coincidir a representação do outro com a sua, e perceber que deve tornar congruentes os seus propósitos com os da maioria da nação, se quiser subsistir. Cabe às elites econômicas, então, incorporar à sua prática os efeitos que sôbre ela exerce a dos outros grupos sociais, refletir criticamente sôbre êsse fato e comportar-se em relação a êle não apenas com demonstrações de simpatia afetiva, mas ainda emprestando às suas iniciativas econômicas o sentido que as faça coincidir com o interêsse da comunidade, tornando-se voluntàriamente empresárias de cometimentos que visem à emancipação nacional.

O encontro com a *praxis* alheia, a dinâmica social o favorece e, em momentos de crise, o impõe. É o caso das reivindicações operárias, das greves e, em forma extrema, da revolução. Êstes acidentes não são senão mecanismos pelos quais a prática de uma classe irrompe na de outra, a qual, embora do seu ponto-de-vista e em função dos próprios objetivos, é obrigada a viver a realidade da primeira. O que compete à fração minoritária é ter suficiente acuidade para produzir a representação verídica dos acontecimentos, a fim de colaborar na descoberta das modificações a serem introduzi-

das no processo real que gerou a distinção que a opõe às massas, ou seja, qual a contribuição a trazer ao desenvolvimento nacional, que justifique a sua existência como grupo. A resolução das oposições implica a percepção global do processo, a qual só existirá com eficácia numa consciência crítica da realidade nacional.

c) *O trabalho e a prática*

Com estas poucas reflexões procuramos mostrar a importância que é preciso atribuir à noção da prática na gênese da consciência da realidade, pois esta consciência, em qualquer modalidade, está sempre impregnada da vivência do estado social. Contudo, estaríamos, ainda, expostos ao risco de permanecer no plano das generalidades se não pudéssemos oferecer uma interpretação em têrmos concretos do que entendemos por prática social. Vamos apresentar apenas algumas considerações, que estão longe de aprofundar o tema. Quer-nos parecer que dois determinantes, pelo menos, são decisivos para a definição da *praxis*, entendida com referência ao indivíduo: um, a posição dêste numa estrutura social dinâmica, onde existem estratos diferenciados, em sentido econômico ou em hierarquia administrativa; outro, a natureza e a quantidade do trabalho que exerce na posição que ocupa. A posição constitui o fator passivo da prática; o trabalho, o fator ativo.

Pela posição, o indivíduo participa de uma *praxis* coletiva, a da sua classe ou categoria, criada para êle pelo grupo a que pertence, constituída antes dêle e longe dêle. É pois a circunstância vital onde está imerso que forma a sua prática, porque o indivíduo a executa involuntàriamente, ao se reconhecer nas configurações do seu grupo, ao aceitá-las, não desejando opor-se ou reagir a elas. Neste sentido, todos os modos do seu comportamento geral estão incluídos nessa condição envolvente, são a rigor atos passivos, se nos é permitido empregar esta contradição de têrmos. Tôdas as suas ações, que, reunidas biogràficamente, lhe compõem a realidade, pois são a maneira como pratica a existência, estão marcadas pela pragmática da posição que ocupa. Em caráter amplo, neste primeiro sentido, deve entender-se como determinante da prática o condicionamento situacional do indivíduo, a que se tem de referir a série particular de atos que executa.

Mas há ainda um segundo determinante da *praxis*, e neste se representa de modo ativo o papel criador do homem. É o que diz respeito ao trabalho individual. Pelo trabalho o

homem encontra objetivamente a realidade. O trabalho constitui um caso especial da ação, mas o que lhe dá especificidade é ser causa modificadora da realidade externa. A ação admite distinções filosóficas, que chegam até ao conceito lógico de ação meramente receptiva. Mas o trabalho é sempre ação transformadora. Qualquer que seja a posição ocupada no espaço social pelo indivíduo, êste, a partir de tal posição, trabalha. E, ao fazê-lo, altera a realidade, donde necessàriamente ser obrigado a constituir uma representação dela, a criar a consciência do estado do real sôbre o qual incide a sua operação modificadora. Vemos, assim, que a consciência é determinada pela prática social primordialmente mediante o trabalho, que, por isto, não basta ser considerado apenas no aspecto social, no significado econômico ou nas repercussões morais. É necessário conceituá-lo do ponto-de-vista filosófico, como categoria existencial, já que não se trata de acidente do ser humano, de condição adjetiva, embora permanente, da sua realidade, mas de um modo de ser que, entre outros, revela a essência do ente que o produz.

O trabalho não é apenas atividade exercida exteriormente pelo homem, mas fator constitutivo da sua natureza, no sentido de que é por intermédio dêle que se realiza a humanização progressiva do homem, e que cada um constrói a sua consciência da realidade. Por falta de compreensão dêste fato, muitas filosofias de caráter pragmático, particularmente as chamadas teorias da razão prática, não chegam a exercer nenhum efeito objetivo, pois se limitam a especular sôbre a ação, referindo-a ùnicamente ao sujeito, só a apreciando por êsse lado, e desprezando-lhe o conteúdo material, que implica a referência ao mundo exterior.

A consciência não se compreende como simples representação passiva, retrato imóvel do real estranho. É, na verdade, a percepção da existência do mundo enquanto espaço para a ação, campo de projetos possíveis. Mas, se o mundo só se desvenda, reproduzido na representação, à medida que se oferece como âmbito de trabalho a ser exercido sôbre êle, segue-se que a consciência autêntica só vê o mundo enquanto modificável, apreende-o como não sendo exclusivamente a aparência imóvel do dado imediato, concebe-o na perspectiva das transformações que lhe serão impressas pelo projeto mediante o qual é captado. É, por isso, uma visão dinâmica, no duplo sentido de revelar a mobilidade própria do real e de ser produto de uma percepção que só se cria pela intenção de operar ativamente a transformação dêsse real.

O trabalho é, pois, a essência da prática. Sem compreen-

der esta conexão, os filósofos se arriscam a tratar êste último conceito apenas no plano especulativo. As teorias que ressaltam o caráter alienador do ser humano, próprio do trabalho exercido em certo tipo de regime político, ou que o fundam no fato de separar o produto do seu criador, são extremamente valiosas e elucidativas de aspectos sociológicos da questão; mas não chegam a ser a completa filosofia do trabalho, porque não examinam suficientemente a alteração que a transformação qualitativa do mundo, fazendo-o passar de subdesenvolvido a desenvolvido, induz na consciência que promove tal transformação.

Os pensadores, se não virem a relação fundamental que liga a prática ao esfôrço produtivo, não descerão da esfera das generalidades. É neste sentido que nos parece justo dizer que as filosofias da existência estão capacitadas a trazer uma contribuição ao esclarecimento do tema. Cremos ser util iluminar a noção do trabalho pela noção da amanualidade, despojada esta da significação idealista que assume nos sistemas que a introduziram. A associação dêsses dois conceitos poderá conduzir-nos a perceber o processo de formação da consciência autêntica da realidade. Para consignar sòmente o resultado da nossa reflexão, diremos que o caráter, necessàriamente transfigurador, do trabalho é a via de acesso à realidade. Por êle o mundo se abre à consciência, e isso tanto mais perfeitamente quanto opera sôbre partes cada vez mais amplas do real. De fato, não há outro modo de captar o real senão introduzir-se na sua mobilidade, esposando-lhe a dinâmica; o meio único de realizar a união do homem com o mundo é a ação. Supor que a consciência discerne num átimo a realidade exterior, é fazer dela um aparelho fotográfico, limitado a tomar imagens que, como os instantâneos da arte fotográfica, reproduzem tudo, menos o essencial, o movimento do objeto.

Para que a consciência possa captar a mobilidade existente independente dela, é preciso que ela própria seja mobilidade. Mas, de que espécie esta pode ser? Os filósofos idealistas a interpretam como o desenrolar dos conceitos do Espírito, considerados móveis no sentido de que geram, cada qual de si, outro conceito, a título de conseqüência, segundo uma evolução contínua. Esta interpretação afirma a coalescência da mobilidade objetiva com a da consciência, mas admite que a última tem caráter de pura mobilidade lógica. Neste caso, para dar razão da coincidência entre os dois movimentos, o do espírito e o do real, é preciso aceitar uma destas hipóteses: uma inexplicável harmonia preestabelecida

entre o pensamento e o mundo; ou, então, o mundo não é, em verdade, distinto do pensamento, todo o seu ser se reduz às idéias, a realidade material, que nos parece independente, é apenas um modo de ser da consciência. Não vamos, é claro, entrar na discussão dêsses supostos, o que nos conduziria à exposição e ao debate de concepções clássicas do pensamento europeu, mas apenas nos interessa indicá-los para ressaltar a proposição que defendemos: a adequação do pensamento à realidade material se faz mediante o ato humano de transformar esta realidade. A êste ato chamamos trabalho.

Com efeito, ao dar início à operação modificadora, o homem encontra a resistência do real e só lhe é possível prosseguir e, portanto, efetuar a transformação intentada, se suas ações corresponderem concretamente ao que o real é em si mesmo, atenderem às propriedades objetivas das coisas, e se inserirem com adequação na trama das conexões causais entre os fenômenos, o que implica deverem tais ações decorrer da representação mental que contém a transcrição, em conceitos, daquilo que, fora do pensamento, é a realidade empírica. Vê-se, pois, que, se aquelas ações constituem em conjunto o trabalho, êste é a origem da consciência autêntica. Torna-se, portanto, necessário empreender a análise das condições desta forma de ação, ou seja, submeter o conceito de trabalho a um exame fenomenológico, para descobrir as implicações nêle contidas, pois nos darão a conhecer a maneira como se produz a nossa compreensão da realidade.

Se as reflexões aqui expendidas são justas, devemos considerar como meros exercícios de inspiração metafísica os ensaios de penetração intuitiva em um suposto "mistério ontológico". Não existe tal coisa senão nos pendores literários de alguns filósofos existencialistas. Não existe "mistério" algum na realidade; há, apenas, o desconhecimento, para a razão humana, de imenso número de coisas e propriedades do mundo exterior, que só se tornarão conhecidas mediante a ação prática que nos dispusermos a efetuar sôbre êle. É o trabalho que nos revela o ser das coisas, e não a especulação lógica apriorística ou alguma sutilíssima intuição metafísica. Ora, ao falar do trabalho, estamos significando a prática social em sentido amplo, entendendo como tal tanto a ação modificadora direta sôbre a natureza material, pelo mineiro que extrai do solo as substâncias para a confecção dos objetos, pelo operário que os manufatura, pelo comerciário que os distribui, pelo lavrador que planta e colhe os frutos da terra, quanto as ações transfiguradoras que alguns homens exercem no sistema das relações sociais, pela

produção de idéias, pela atuação administrativa, pelo cuidado com a segurança coletiva, as quais, sem serem pròpriamente produtoras de objetos, são contudo formas de operação sôbre a realidade, no plano social.

d) *Trabalho e filosofia no país subdesenvolvido*

A apologia do trabalho não é feita aqui apenas como dissertação filosófica. Move-nos o intuito de assinalar um aspecto essencial para nós, decorrente destas reflexões. Referimo-nos à relação desta doutrina com o pensamento e a cultura do país subdesenvolvido. Estamos certos de ser esta a concepção epistemológica conveniente ao país que se dispõe a mudar a sua estrutura e percebe que, para isso, precisa de uma ideologia. Um país não possui o grau de consciência que exibe, não cultiva preponderantemente determinada concepção filosófica, não adere a uma teoria política, não desenvolve particular estilo artístico, por virtude do acaso. Tôdas as manifestações espirituais que em conjunto formam a sua cultura encontram motivação em condições objetivas de sua existência, quer as do momento presente, quer as que vigoraram no passado, e continuam, por inércia social, a produzir efeitos. É lícito, portanto, e não deve ser considerado fútil ou ridículo, discutir o problema da conveniência dos sistemas filosóficos em relação às fases de desenvolvimento atravessadas pela comunidade nacional, procurando descobrir qual o que melhor responde às exigências de certa fase do processo objetivo do país, não só por trazer as idéias diretrizes mais adequadas a compor a representação do que se passa na realidade, quanto por constituir-se em origem de normas fecundas para as operações práticas.

A ideologia de que necessita a sociedade subdesenvolvida só será transformadora se fôr autêntica, e só será tal se surgir de uma consciência que represente verìdicamente o real; esta, por sua vez, só terá essa qualidade se tiver sido configurada na prática, a qual, como sabemos, se define fundamentalmente como trabalho. Por conseguinte, conclui-se que sòmente o trabalho gera a consciência capaz de elaborar a ideologia do desenvolvimento nacional. A filosofia que importa cultivar é portanto esta, a que valoriza em grau supremo o esfôrço criador humano, o trabalho, como fator de modificação do mundo. Esta, a filosofia que nos convém. A que sabe não haver mistérios insondáveis, não ser dêles que nos devemos ocupar, quando a nossa condição de país subdesenvolvido nos impõe obrigações ingentes, de caráter ainda elementar,

quando se trata de dar nova estrutura à sociedade, para que os homens nela encontrem melhores condições de existência.

Não há problemas filosóficos universais senão os de natureza abstrata. Desde, porém, que temos de pensar o real concreto, aquêle com que efetivamente nos defrontamos e sôbre o qual somos obrigados a agir, os problemas deixam de apresentar-se de maneira imprecisa, e se desenham como desafios para a inteligência, partidos das coisas próximas. As tarefas que incumbem ao filósofo do país subdesenvolvido são específicas, refletem a condição da realidade de que o pensador participa. Não admitem ser consideradas em igualdade com as dos filósofos pertencentes aos centros dominantes da cultura, para os quais o mundo é visto da perspectiva do país onde vivem, até agora, sempre algum dos que têm estado em posição cultural eminente. Êsses filósofos pensam a realidade de maneira diferente, sendo-lhes permitida uma multiplicidade de criações ideológicas imensamente rica, por isso que contemplam o mundo do centro de dominação histórica. Daí não sentir a maioria dêles a necessidade de produzir uma ideologia como instrumento de transformação da realidade de que participam; com efeito, para êles não há essa tarefa. Podem então entregar-se a tôda espécie de lucubrações, das mais razoáveis aos simples devaneios metafísicos, porque sua posição de supremacia histórica está desde logo assegurada por pertencerem ao centro dominante. Ainda que não tenham consciência explícita de tal fato, como em verdade não têm, seu pensamento é necessàriamente condicionado pela situação histórica superior na qual se acham; se não percebem tal condicionamento é porque não estão obrigados, pela pressão social, a incluir entre os temas que lhes parecem dignos de atenção, entre as tarefas para as quais são convocados, a de escalar os graus mais elevados da cultura, pois, desde o princípio, já estão situados nêles.

No entanto, para o pensador do país da periferia a perspectiva da realidade é completamente outra; em conseqüência, é igualmente outra a missão que lhe é imposta. Sabe que pertence a um país cujas condições de menor desenvolvimento o privam da possibilidade de dar aos seus habitantes as formas de cultura e os recursos materiais que definem, por referência à fase histórica mundial mais adiantada, os padrões de bem-estar humano. Sabe que a condição para alcançar êsse objetivo, irrecusável da parte de todo ser moral, é a supressão da situação de marginalidade, com o ingresso do país nos níveis de pleno desenvolvimento. E compreende, ainda, que essa transformação, verdadeiramente ontológica,

pois consiste na transmutação do ser nacional, exige uma formulação ideológica que êle, como filósofo, sente ser sua incumbência pessoal elaborar. Não pode, pois, desviar-se dêsse fim, não tem o direito de distrair-se na criação de concepções de cunho abstrato, quando a missão de que está existencialmente investido é indubitável, elementar, é uma só, e dela não há como se furtar, porquanto não apenas a consciência moral de solidariedade humana, mas até os seus mais legítimos interêsses pessoais o obrigam a constituir-se em intérprete do país a que pertence.

e) *A filosofia existencial como filosofia do centro dominante*

O filósofo do país periférico não goza da disponibilidade de interpretar o mundo segundo lhe aprouver; nem tem sentido em relação a êle dizer-se que é sujeito à angústia de uma liberdade que não sabe a que se aplicar. Não sofre a vertigem diante do destino abscôndito, o sentimento de culpa da própria finitude, a náusea em face do Nada, simplesmente porque para êle não há o Nada, há o Tudo. Existencialmente, é um homem em face do Tudo. Do Tudo quanto está por fazer no mundo que é o seu. A filosofia da existência, precisamente porque foi sempre produto cultural do centro dominante, tem-se ocupado até agora, entre outros temas, em especular sôbre o Nada, o que evidencia não estar interessada em coisa alguma e muito menos em modificar a situação real do homem. Mas a filosofia da existência, pensada a partir da situação do filósofo do mundo periférico, revela que, do lado de cá, o homem está em presença do Tudo quanto precisa fazer para realizar-se existencialmente; ressalta mais claramente, portanto, como essência da situação humana, o "a fazer". Porque só fazendo o que precisa fazer, é possível ao homem, e mais particularmente ao homem das regiões subdesenvolvidas, realizar o seu ser. Ora, "o que é preciso fazer", neste segundo caso, não consiste em outra coisa senão em modificar materialmente a circunstância onde subsiste, ou seja, em promover o desenvolvimento nacional. Assim, não tem o filósofo do país subdesenvolvido tarefa mais importante do que cooperar com o trabalho racional para a formulação de uma ideologia, como instrumento de emancipação do seu país. Não tem nenhum direito à futilidade intelectual, quando está diante de imperiosa exigência do mundo a que pertence.

A filosofia da existência, entre tôdas as doutrinas con-

temporâneas, é a que mais expõe os seus adeptos ao perigo da alienação. Com efeito, por isso que é filosofia da *existência*, reflete o modo de existir de quem a pensa; ora, tendo sido êste até agora o existir no âmbito de um país desenvolvido, as categorias que descobre, os valores que consigna e as descrições que faz só valem na suposição daquele contexto cultural. Na verdade, a referência a êsse contexto, ainda que tendo sido passada em silêncio, precisa ser acentuada, não só para a correta avaliação dos sistemas dêsse tipo, como para permitir o seu eventual aproveitamento em outra situação histórica. Não se diga que fazemos confusão, introduzindo arbitràriamente o caráter sociológico ou político em questão que, por essência, é de ordem ontológica, pois se refere às características metafísicas do ser do homem. Além de reconhecermos o quanto há de ilusório em questão dessa espécie, o que desejamos é denunciar a insuficiência das concepções existencialistas, ao ignorar os aspectos objetivos do existir humano, confinando-se exclusivamente na cogitação sôbre a subjetividade, o que é tanto mais de estranhar quanto se trata de corrente filosófica que propugna com vigor a exigência de "concretidade" do pensamento. Não é lícito empreender a analítica da existência, deixando de lado aspectos e dados da situação material, que lhe pertencem tão legítima e significativamente quanto os descobertos pela descrição dos comportamentos subjetivos. A referência ao contôrno histórico e ao nível de desenvolvimento da sociedade é imprescindível; por faltar é que as filosofias dêste tipo não realizam senão em intenção seus louváveis propósitos de oferecer a interpretação concreta do ser do homem.

Para o filósofo do país subdesenvolvido, a filosofia da existência é a mais perigosa de tôdas, se não fôr prèviamente submetida a radical depuração, que a expurgue de todos os traços alienados, indicando o condicionamento, pelo âmbito regional, de muitas das suas proposições, referidas assim às peculiaridades do momento histórico do país a que pertence o filósofo e à sua situação pessoal na estrutura da sociedade. Só refeita de alto a baixo, a fim de que reflita, então, o existir nas condições específicas do país subdesenvolvido é que poderá—e de fato dela algum subsídio se deve esperar—ajudar a esclarecer o problema da situação humana em sua realidade concreta e trazer útil contribuição à mudança das circunstâncias vitais adversas.

Procedendo-se a essa indispensável adaptação, muitas das categorias de que se utiliza aquela corrente não poderão ser admitidas, em virtude de flagrante alienação, e outras,

até agora ignoradas, virão à luz, porque a filosofia da existência sofre desta contradição interna com os próprios postulados, a de, pretendendo descrever o ser do homem como definido pela situação, esquecer-se de explorar o aspecto histórico objetivo dessa "situação", ao tomar implicitamente por situação em geral o que é apenas a de um grupo de indivíduos pertencentes a uma classe particular, residentes em um centro dominante. Êste equívoco, derivado da falta de consciência do condicionamento histórico, que lhe explica a gênese, compromete a tal ponto essa filosofia que, com razão, somos levados a arrolá-la entre as modalidades da consciência que, a seguir, denominaremos de ingênuas. Contudo, a denúncia dêsse equívoco jamais poderia partir dos próprios filósofos do centro dominante, pois têm necessàriamente de reconhecer como autêntica a situação em que surge aquêle pensamento, e são naturalmente inclinados a crer, por ausência de reflexão crítica, que essa situação, na verdade peculiar e local, é a "situação em si". Por isso, não lhes ocorre a exigência de mencioná-la e de analisá-la sob o ângulo do seu valor meramente particular. É preciso que o pensador se translade ao ponto-de-vista do mundo periférico para sentir a inconsistência dessa construção filosófica, nos têrmos em que se apresenta habitualmente e a falácia da sua pretensão de universalidade.

f) *O conceito de amanualidade. O mundo como dado e como feito*

As ponderações anteriores tiveram apenas por finalidade mostrar a necessidade de construir, como instrumento de emancipação econômica dos países subdesenvolvidos, uma filosofia cuja tese central seja esta afirmação: é o trabalho que revela a realidade, à medida que a vai modificando. Se formamos para nós o projeto de transformar o país, porque o estado presente é insatisfatório, e se sabemos que para isso é indispensável uma concepção ideológica, temos de construir a ideologia dessa transformação, alicerçando-a na compreensão profunda da essência do trabalho enquanto categoria existencial. Devem, portanto, ser desencorajadas, por estarem em total oposição aos interêsses nacionais, tôdas as formas de especulação que desviem a atenção dêste conceito decisivo, o do trabalho criador, e lancem o espírito na direção de cogitações abstratas, quinta-essenciais, literárias, ou que o façam consumir-se em análises lógicas frias, rigorosas, coerentes, mas infecundas.

Compreendida a noção central do trabalho e seu papel na definição da prática, torna-se tema filosófico de primeira grandeza, e é preciso, então, submetê-lo à investigação, nas suas diversas variedades e no modo como determinam a consciência individual. Por êste procedimento a prática se revelará no seu conteúdo concreto, as implicações lógicas e as noções categoriais que determina serão estritamente induzidas do real vivido, evitando-se, assim, o que seria uma inconsistência metodológica, a de considerar a prática em caráter genérico, entendida como tôda espécie de atividade material da sociedade, manifestando-se em forma mais importante no campo da luta de classes. É imperioso produzir a concepção que correlacione a gênese das diferentes modalidades da consciência da realidade nacional com a prática pessoal, fundamentalmente a natureza do trabalho executado pelo indivíduo.

A investigação sugerida, ademais, elucidará, e permitirá corrigir, um conceito aproveitável, trazido à luz pela filosofia da existência, e que só assim virá adquirir significação objetiva. Referimo-nos ao conceito de "amanualidade". Viram os teóricos daquela corrente que o mundo se apresenta ao existente humano como espaço de ações possíveis mediante objetos dispostos ao seu redor, a serem tomados como utensílios, e que, portanto, a determinação mais imediata dos entes é a de se darem como algo que "está à mão", caráter êsse que foi chamado de "amanualidade". Com efeito, a objetividade se faz acessível ao homem mediante a amanualidade com que se apresentam a nós os entes circunstantes preexistentes à ação. Com êstes, graças à propriedade de serem o que está ao alcance da mão, e mais amplamente ao alcance da nossa percepção sensível, é que se constitui na consciência a representação do mundo, cujo primeiro círculo, imediato, é êste, tendo por fundo o horizonte da objetividade indeterminada, que só aos poucos se vai configurando, à medida que progride nossa faculdade de apreensão — ou melhor, de "preensão", de "agarrar com a mão" — dos entes que lá se encontram. Êste conceito é fecundo e foi largamente explorado pelos fenomenólogos existenciais, embora servindo a uma concepção equivocada, idealista, metafísica; parece-nos, porém, que um dos seus aspectos capitais não foi devidamente ressaltado. É que, em imenso número de casos, os objetos que se revelam como coisas, em virtude do caráter amanual, são na verdade objetos *fabricados*. São dados à capacidade de manuseio do sujeito, mas para isso tiveram antes de ser produzidos. E só puderam ser produzidos porque a matéria de que são feitos e todos os demais

ingredientes se apresentaram à ação do agente criador segundo uma forma de manuseio mais primitiva, a forma das substâncias brutas.

O caráter de amanualidade implica a gradação nos tipos de manuseio e não se mostra, conforme deixa crer a teoria, como propriedade unívoca. Mas, que se esconde por trás desta gradação do "amanual"? O trabalho. Uma coisa é mexer-se em um pouco de barro, outra é segurar uma vasilha para beber, e outra ainda é tomá-la nas mãos para apreciar a beleza dos desenhos e do colorido que lhe foi dado pela arte cerâmica. Nos três casos, imaginados como exemplo, temos a mesma matéria, mas três graus distintos de manuseio, representando três modalidades de ser, com tudo quanto de significado particular há para cada um; e o que determina a diferenciação entre êsses três modos é a operação do trabalhador, que imprime em cada caso à substância bruta original propriedades que condicionam as diferentes possibilidades de manuseio. Com efeito, é o trabalho que eleva a realidade objetiva de um a outro grau de amanualidade. E com essa elevação surgem concomitantemente novos característicos do objeto.

Na análise da percepção de grande parte das coisas que compõem o nosso mundo, é indispensável acentuar, porque quase sempre esquecido, êste traço: o de que tais coisas foram feitas, custaram trabalho. Êste é parte essencial da sua constituição e deve ser integrado nelas ao julgarmos a sua realidade. É justamente a apreciação dêste aspecto que falta no conceito de amanualidade. É assinalada como propriedade, sem considerar a evidência de que em inúmeros casos o objeto foi fabricado; é atribuída ao mundo em geral, sem levar em conta, na percepção do real, a distinção entre o material e o artefato, o que equivale a reduzir tôda a objetividade à objetividade da natureza original. O mundo exterior aparece assim como mundo natural primitivo, quando, na verdade, grande parte dêle, e precisamente aquela onde cada vez mais se move a existência civilizada, como a seguir esclarecemos, é produzida pela ação criadora do homem. O conceito de amanualidade pode obscurecer-nos uma face significativa da realidade das coisas, omitindo o fato de serem muitas delas produtos de arte, uniformizando falsamente a objetividade. Contudo, com as devidas retificações, merece ser acolhido, porque nos encaminha a uma concepção ativa, e não contemplativa, da realidade, mostrando que o trabalho exercido sôbre o mundo "que nos está à mão", o nosso mundo, é que o transforma eficazmente.

O filósofo da existência examina a presença do homem no mundo como se êste, que aí está e com o qual o homem se vai defrontar, fôsse pura e simplesmente *dado*, quando na verdade é, em grande parte, *feito*. Ora, se é feito, isso significa duas coisas: primeiro, que é feito pelo trabalho, e segundo, que, por essa razão, é histórico. Ambos êstes aspectos são olvidados na formulação do conceito de amanualidade, que permanece assim um item da epistemologia abstrata, não chegando a encarnar-se em propriedade, referida a coisas concretas. Devemos retificá-lo, para nêle incluir êstes novos traços, com o que ganhará maior importância como categoria epistemológica. Pelo primeiro traço, a noção de amanualidade, e com ela a da própria objetividade do mundo, ingressa na concepção da prática. O amanual do objeto é visto como resultado de operação laboriosa, ao cabo da qual algo é *dado* porque foi *feito*. A qualidade de "feito" incorpora ao objeto tôda a soma de trabalho que custou, não o trabalho de fôrças naturais, cegas e fatais, e sim esfôrço humano. É pois dêste último que resulta o amanual do objeto fabricado, e se, como afirma a teoria, é no fundamento do "estar à mão" que se dá a possibilidade de conhecimento do seu ser, pode dizer-se que o objeto é sempre o produto da mão que o faz, dado à mão que o conhece. A objetividade carrega-se, assim, de significado existencial, a coisa é o homem fazendo-a materialmente. A noção do valor econômico do objeto como derivado da fôrça de trabalho aplicado é apenas um aspecto particular dêste conceito mais amplo, que vê na realidade do artefato uma manifestação do ser humano.

Mas, esta mesma conclusão nos encaminha ao segundo reparo que acima indicamos. Descobrindo o significado amanual do objeto como revelação do esfôrço produtivo, descobre-se ao mesmo tempo a sua necessária determinação temporal. Faltou ao conceito existencial de amanualidade a constante vinculação à dinâmica histórica. O amanual do mundo é sobretudo o amanual do conjunto de utensílios que determinado grau do processo cultural chegou a produzir. O esquecimento da correlação entre o caráter de "estar à mão" das coisas e o interêsse por elas, que é efeito do modo coletivo de sentir o mundo, importou pràticamente transformar êsse conceito em categoria abstrata. E foi o que aconteceu a muitos dos que sôbre êle especularam. A amanualidade do ente é variável històricamente; a que se pratica em certo momento é aquela que permite aos homens dêsse tempo ter acesso à objetividade do mundo, tal como se encontra nessa fase da evolução histórica. Depende estritamente do

tipo e da quantidade dos objetos fabricados nessa determinada etapa da cultura. Com efeito, é em função do conhecimento, já possuído, das coisas que alguma outra vem a ser descoberta ou é produzida; mas conhecimento significa comércio do ser humano com os entes interiores ao mundo, significa a "preocupação" e familiaridade manual prática com certo tipo de mundo circunstante, pelo trato com os objetos que o constituem. Por conseguinte, o aparecimento de todo novo objeto, pela revelação da sua presença "à mão", supõe um patrimônio de percepções em aumento constante, que é a própria cultura como fato histórico. Cada indivíduo encontra o mundo povoado pelos objetos que a época na qual nasceu pôde produzir, na fase em que se acha o processo econômico e cultural da sua comunidade. A revelação do mundo, pelo amanual das coisas, se faz, portanto, trazendo sempre o caráter histórico da manufatura e se refere às fôrças de produção, às relações de produção e ao grau de avanço intelectual existentes.

À medida que, pelo progresso da civilização, o homem vai fabricando cada vez maior número de coisas, o mundo onde se move vai sendo constituído por estas coisas artificiais, enquanto as naturais são gradativamente deixadas a distância, num fundo impreciso de simples materialidade amorfa. Para o primitivo, que pouco fabrica, o mundo não se revela como história, é, a bem dizer, natureza pura, porque só lhe é dado manipular objetos que já encontra existindo no seu estado natural. Limita-se a apreender amanualmente as suas propriedades e a servir-se delas. Mas, êste "servir-se de" conduz progressivamente à possibilidade de fabricar coisas que não lhe eram dadas naturalmente, e com isso começa a crescer o número de artefatos, até que, na fase atual da civilização, êstes são em tal quantidade e de tal significação para a existência, que, pode dizer-se, constituem o campo imediato em que se torna presente a objetividade. Quando, na meditação que busca construir a teoria do conhecimento, escolhemos como exemplo de "coisa" a mesa, ou o leito, como fêz um pensador antigo, estamos inadvertidamente vinculando a nossa especulação a um objeto fabricado, sem levar em conta as implicações dessa atitude. Ao tomar a mesa como exemplo, pensamos estar representando um objeto em geral, o que de modo algum acontece. Não é indiferente tomar a título de exemplo a mesa ou a pedra, tanto assim que, por descuidar desta distinção, seremos levados a conclusões sôbre o processo do pensamento, que supomos as únicas legítimas, sem que de fato o sejam.

Ora, o mundo moderno é cada vez mais um mundo de fabricados. O amanual passa a ser predominantemente aquêle apresentado pelo objeto artificial. Porém, todo produzido é o que é em razão dos processos de produção e dos conhecimentos existentes numa sociedade, no grau de avanço histórico a que chegou. Se a sociedade atual conseguiu fabricar tão grande número de produtos que êstes preponderam em quantidade no contôrno existencial, o mundo que através dêles se revela é muito mais o mundo da história do que o da natureza. Enquanto produto da história, decorrente do progresso cultural, manifesta-se como o mundo que o trabalho humano criou. Assim, quando o homem desenvolve a sua prática vital, primordialmente por meio do trabalho, a partir de determinada posição no espaço social, esta mesma posição é resultado do trabalho das gerações anteriores.

Concluiremos que também neste segundo aspecto, no que se refere à prática como condicionada pela posição, é ela dependente do trabalho. Realmente, a essência da prática é o trabalho, no duplo sentido de trabalho individual e de trabalho histórico acumulado. A prática de cada homem se define não só pelo seu esfôrço próprio, mas também pelo esfôrço acumulado de todos os que o precederam, do qual resultou a configuração da situação coletiva em que vai ocupar um ponto particular, de onde opera contra a resistência do que será o seu "meio", e que é apenas o restante da situação comum a que pertence.

g) *A industrialização e o conhecimento do mundo*

Tendo em vista as considerações acima, compete-nos assinalar ainda um aspecto relativo à historicidade do caráter amanual das coisas, o qual nos parece igualmente não ter sido examinado. Saber que a amanualidade reveladora do mundo material é função do momento histórico, leva imediatamente a compreender que está na dependência do estado de desenvolvimento de cada comunidade nacional. Como os países não se nivelam no mesmo grau de progresso, a historicidade do caráter amanual determina que êste assuma significado diferente, conforme se trate de país desenvolvido ou subdesenvolvido. Neste último, o contôrno objetivo é mais pobre de produtos de fabricação humana, porque a etapa do processo onde se acha é marcada pela posse de menor número de conhecimentos científicos e técnicos e menor capacidade econômica. Para o homem dêste país, o amanual é, em maior proporção, o representado pelos entes naturais e obje-

tos de tôsca fabricação, e por isso o mundo que através dêste caráter se revela tem necessàriamente de ser distinto do que se descortina a quem o vê do ponto-de-vista de uma sociedade altamente industrializada. A comunidade que ingressa na fase histórica em que a parte mais valiosa da atividade é consagrada ao fazer objetos, não muda apenas de modo de vida, muda o conhecimento do mundo. Porque êste se dá por meio dos objetos de que dispõe para manipular.

Atingimos aqui a raiz da compreensão dos efeitos humanos da industrialização nos países subdesenvolvidos. Já sabíamos, empìricamente, que a transformação da comunidade que se industrializa é completa e se estende a tôdas as particularidades da existência, aos seus comportamentos, de modo global. Agora, porém, estabelecemos a fundamentação filosófica, que nos explica por que isso acontece, pois com a instalação e o progresso da indústria dá-se a transformação qualitativa do contôrno vital do homem, criando para êle a presença, cada vez mais próxima e envolvente, de coisas fabricadas, e não sòmente de coisas naturais, tornando-se assim a amanualidade do ser cada vez mais a dos entes produzidos pela indústria; e como o mundo é conhecido a partir da prática que se funda nessa amanualidade, é claro que a consciência da realidade será agora diferente da que existia antes, quando o amanual era em sua maior parte a circunstância puramente física. Se é no mundo assim constituído que se vai esboçar para o homem a possibilidade da prática, de que resultará a subjetividade consciente, é claro que a industrialização, construindo um universo de sêres até então ausentes, conduzirá o indivíduo e a comunidade a terem de si e do mundo uma consciência qualitativamente diferente da que podiam ter quando estacionavam nas fases primárias de desenvolvimento.

h) *A superação do subdesenvolvimento pela acumulação do trabalho*

Faltava assinalar esta variação, na modalidade da consciência, mostrando que para os países subdesenvolvidos a amanualidade, referindo-se a um conjunto de objetos que são produtos de um trabalho modificador menos adiantado, dá a conhecer um mundo diferente daquele que se desvenda à percepção dos povos econômicamente mais poderosos. Contudo, na visão da consciência menos rica está contido um fator operatório que nos importa destacar. É que a realidade descortinada na perspectiva do homem do país subdesen-

volvido, embora seja primordialmente a do seu próprio meio, inclui também a percepção de que o âmbito histórico a que pertence é envolvido por outro, econômica e culturalmente superior. Ao apreender esta diferença, surgem naturalmente a questão das razões dela e a procura dos meios de eliminá-la. Ora, a reflexão sôbre a evolução histórica universal, em busca de esclarecimento que permita compreender o estado mais avançado do desenvolvimento de algumas comunidades nacionais, indicará que tal desenvolvimento é resultado do processo de acumulação de trabalho. Descoberto êste fato, está igualmente encontrada a resposta à pergunta sôbre o modo de obter ativamente a substituição da etapa inferior pela superior: é imperioso que os países em fase de subdesenvolvimento desencadeiem no seu interior um movimento de acumulação de trabalho, única maneira de os elevar aos planos mais altos da existência cultural e do bem-estar humano. Em que consiste essa acumulação útil? Para responder, é indispensável estabelecer uma distinção de natureza entre formas de acumulação de trabalho, já que nem tôda soma pura e simples do esfôrço laborioso é capaz de produzir o desenvolvimento, mas sòmente aquela que tem as características dialéticas de "processo histórico".

Com efeito, a mera reiteração do trabalho gera sòmente acumulação quantitativa, que não possui natureza de processo. A repetição milenar de idêntico modo de lavrar o solo, de moldar e cozer o barro para fabricar utensílios domésticos, de tecer os panos de uso imprescindível, de fundir os metais e dêles fazer armas e ferramentas não constitui a modalidade útil da acumulação do trabalho, porque se limita a repetir os mesmos atos formadores sôbre as mesmas matérias-primas, produzindo como resultado apenas a multiplicação quantitativa dos produtos, mas não a sua ascensão qualitativa.

A grande importância da distinção entre tipos de acumulação de trabalho está em fazer discernir que o primeiro regime, criador de acréscimo apenas numérico dos bens fabricados pela comunidade, não exibe as características de processo, o que sòmente ocorre quando a atividade social se aplica conscientemente não a produzir "um mais", porém a produzir "um novo". Neste segundo sentido, a acumulação consiste no aproveitamento de determinado resultado de trabalho como meio para a obtenção, graças ao esfôrço inventivo e à execução de labor de outra espécie, de um resultado novo, de efeito material inédito, de algo que é qualitativamente distinto do produto anterior. Quando isto se dá, as duas formas de trabalho em questão, a antiga e a nova, dei-

xam de ser repetição uma da outra, estabelecendo-se entre elas a relação dialética de meio a fim, o que torna a sua sucessão não apenas cronológica, mas histórica. A realização da forma de trabalho qualitativamente original significa uma etapa superior, e a comunidade que é agora capaz de praticá-la está em relação à outra, que persiste na rotina dos procedimentos tradicionais, em situação de maior desenvolvimento.

Esta análise do caráter dialético do trabalho e a descoberta da natureza de processo que cabe a um dos modos de sua acumulação têm valor capital para os nossos objetivos. E isto porque uma das modalidades da consciência mal-avisada é a que julga ser possível promover a modificação das condições inferiores em que jaz o país, mediante a simples intensificação do trabalho, defendendo, como solução para o desenvolvimento nacional, o "aumento da produtividade", solução conveniente aos exploradores do trabalho das massas. E chega, por um diagnóstico simplório, à idéia ingênua, que, no caso brasileiro, nosso atraso é devido à preguiça e indolência congênitas do povo. Esta é uma noção inteiramente inadequada, não só em razão da sua ingenuidade, conforme adiante veremos, mas porque não é apenas a acumulação quantitativa de trabalho que gera o desenvolvimento, e sim a que chamamos de qualitativa, aquela que se serve dos resultados do modo comum de produzir, vigentes no contexto social, para conquistar outros, diferentes. Êste "novo" do trabalho é que produz o desenvolvimento. É graças a êle que a comunidade salta para outro plano histórico. Como, porém, se trata sempre de proceder à obtenção de produtos materiais, somos levados a tocar aqui a questão da natureza da alteração qualitativa do trabalho, indagando do caráter que dá a determinada operação humana valor substancialmente "melhor" que o possuído por outra, de mesmo fim. Ora, o que define em qualidade um modo de fazer é o que se chama a técnica. Eis-nos assim em face da questão filosófica da técnica.

i) *A filosofia da técnica. A inércia da técnica e a técnica como invenção*

Mesmo utilizando apenas o pouco que dissemos, julgamos ter o direito de expender algumas considerações em tôrno dêsse tema tão discutido. Parece-nos que a essência da técnica, o que lhe confere a natureza de processo, é a acumulação qualitativa do trabalho. Com efeito, temos de distinguir

nela dois significados: um, segundo o qual a técnica é o *know how*, o modo de fazer bem alguma coisa, enquanto execução de atos adequados à consecução de certo resultado, com a maior economia de meios e de tempo. Neste primeiro sentido, técnica é a repetição cuidadosa de atos aprovados e aprendidos, como os mais eficientes para a produção de um efeito útil; é, então, a técnica como amestragem humana para o "fazer bem". Socialmente, há interêsse na divulgação e no cultivo desta face da técnica, porque é a que permite estabilizar por algum tempo o conjunto de relações de produção e dar consistência à estrutura social. É em razão dêste aspecto que se constitui como instrumento de aumento quantitativo da produção. É o aspecto conservador da técnica, considerada enquanto manutenção dos modos de fazer que se revelaram os mais adequados, é a técnica entendida enquanto memória social do bem fazer.

Se nesta forma é útil a sua função, é preciso observar, contudo, que há uma inércia da técnica, no sentido de que os métodos e procedimentos de realização, aprovados pelo consenso geral como vantajosos e produtivos, tendem a implantar-se e a oferecer resistência às modificações que visem a melhorar os seus resultados. Por êste lado, a técnica manifesta um aspecto reacionário, chegando até a converter-se em fator retrógrado, quando se obstina em não ceder lugar às inovações. Compreende-se essa resistência em têrmos de consciência social, ao atentar para o fato de que a transformação progressista da técnica, a de ordem qualitativa, implica o abandono de todo um arsenal de maquinaria, de um mundo de objetos usuais, de idéias e manipulações já aprendidas e tornadas habituais, em favor de novos instrumentos e processos cuja aquisição traz perturbações econômicas e exige esfôrço mental. Não é por acaso que um contingente dos mais respeitáveis de representantes da consciência ingênua e setores mais reacionários da comunidade são constituídos pelos chamados técnicos, como membros qualificados da classe média.

Mas a essência da técnica não está no "fazer bem", e sim no "fazer novo". Com efeito, a palavra "técnica" é apenas a tradução do vocábulo grego que significava arte de produzir em geral. Neste segundo significado, a técnica é essencialmente criação de novo modo de fazer, é por natureza invenção. É inventiva, ao procurar realizar algo melhor por meio melhor. É exatamente êste traço analítico, o "meio melhor", que desvenda o íntimo da técnica. Porque não há

a priori "meio melhor"; nenhum meio ou processo é senão aquilo que é, nenhum é por essência e em caráter absoluto e definitivo "o melhor". Todo procedimento permite sempre que se especule sôbre a possibilidade de transformá-lo, com o intento de descobrir outro que seja "melhor". O encontro efetivo dêste outro é que constitui a técnica, porque é a forma nova do produzir. Mas, ao mesmo tempo que surge como nova a forma de fabricação, surge como novo o produzido por ela.

Como se dá esta substituição do velho pelo novo? Dá-se pelo movimento do espírito criador que, apoiando-se sôbre o velho procedimento, salta para novo tipo de fazer. Ora, o que aparece como modo velho é na verdade o modo estabilizado de trabalho, é aquilo que o estado da sociedade conhece no momento como melhor para chegar ao resultado desejado. Por conseguinte, a técnica vai afetar o modo de trabalho existente e sôbre êle depositar o modo novo e mais perfeito. É portanto literalmente uma acumulação de trabalho, em outro sentido que não a reiteração da forma de produzir, sendo agora a invenção de procedimentos originais e melhores. É uma sedimentação histórica de maneiras de trabalho distintas qualitativamente e superpostas como camadas, revelando a natureza de "processo" do desenvolvimento técnico. Houve substituição qualitativa do trabalho, com evidente vantagem social, porque só é reconhecida como "técnica" a sugestão de outra modalidade de fazer que traz benefícios, definidos por alguma espécie de valor.

Abre-se aqui outro campo de análise, o de saber como se vincula a aceitação social da "técnica", enquanto "novidade", aos valores correntes, e até que ponto a imperiosa superioridade do novo procedimento prático força a sociedade, que não pode deixar de adotá-lo, a alterar os seus padrões valorativos tradicionais. Não nos vamos, porém, ocupar dêstes temas, que levariam a importantes reflexões, por enquanto colaterais. Desejamos permanecer no ponto indicado acima e explorar um pouco mais a noção de técnica como invenção. Reconhecemos, como evidente, que a invenção incide sôbre o existente, do contrário seria criação *ex nihilo*. Consiste então em alterar o existente, que é efeito do modo de ser e de produzir corrente na sociedade. A análise reduz-se ao exame do vínculo entre o existente habitual e a inovação. O dado presente se conserva pela repetição daquele modo de produzir. Mas, a repetição, ao mesmo tempo que conserva o estado de coisas, estimula a imaginação humana a alterá-lo e suscita dialèticamente os meios de rompê-lo, porque, ao

executar ou observar certo trabalho, o homem é levado naturalmente a procurar atingir o mesmo resultado por meios mais eficientes. Entrega-se ao jôgo de ensaios e erros, no qual a imaginação dialoga com a realidade, até que, no curso dêsse confronto e dessa tensão, a inteligência capta nova propriedade do real, ou nova possibilidade de agir, até então desconhecida.

Na manipulação dos objetos, dá-se em certo momento uma fissura na superfície do real, que perde a inteireza com que se apresenta à representação banal e se mostra em novo aspecto ou sentido, logo apreendido pela inteligência. Não seria a análise abstrata que o descobriria, porque só o trato experimental com as coisas, no interêsse de transformá-las, é capaz de oferecer a oportunidade dessas aberturas da realidade, pelas quais imediatamente a inteligência penetra. Fora do campo formal, ou da esfera do imaginário, a invenção é necessàriamente fruto do trabalho sôbre as coisas, do servir-se delas, da atitude de consciência que denominamos, na sua expressão mais geral, de "querer o mundo". Com êstes têrmos, entendemos o desejo de fazer o mundo, de constituir-se em criador dêle, e não apenas de contemplá-lo. A fonte originária da técnica é, então, êste "querer o mundo". Abre-se, pela operação sôbre o real, nova perspectiva para o fazer, e o fazer segundo essa perspectiva será a nova técnica. Esta, se receber o acolhimento social, se estabiliza e gera, em relação aos procedimentos antigos, uma acumulação qualitativa de trabalho. Mas, a mesma situação se repetirá a seu respeito, e assim, como se instalara pela negação dos métodos anteriormente vigentes, um dia pela sua própria eliminação fará surgir o modo de fazer que a substituirá.

É evidente que isto indica tratar-se de movimento que só será apreciado corretamente com o auxílio das categorias históricas. Cremos, com estas reflexões, estar chamando a atenção para um lado pouco considerado na discussão sôbre a natureza da técnica e seus efeitos sociais. A técnica é fundamentalmente um processo histórico. Como tal, deve ser entendida mediante os conceitos configuradores que definem o que se chama "processo", ou seja, enquanto elemento da totalidade que é a cada momento o estado da sociedade. Não é lícito falar de técnica em geral, sem referi-la a um contexto social, a um dado regime de produção e a determinado momento histórico. Só em função do estado global de uma sociedade é que certo conjunto de atos e procedimentos aparece como técnico; por isso o que em uma sociedade é considerado "técnica", em outra não será tal. Sòmente para

certo contexto êsses atos adquirem a significação, mais eminente, de técnicos, distinguindo-se de outros capazes de dar o mesmo resultado, porém considerados triviais. A ordenha das vacas é um gesto humano imemorial, mas, desde que é feita com a consciência de obedecer a determinadas regras de assepsia, ou, até, por meio de máquinas pneumáticas, passa a ser uma técnica para a sociedade que nela vê um modo superior de produzir.

Assim considerada, a técnica não se confunde com a distribuição horizontal de conhecimentos pragmáticos no grupo social. É, antes de tudo, o esfôrço que a comunidade empreende, a fim de melhorar o modo de fabricação dos bens necessários, mediante a alteração dos procedimentos que tem por hábito empregar. É criação do novo a partir do antigo, é, pois, desenvolvimento. Constatamos, assim, êste fato, pelo qual nos é dada, em síntese, a teoria do desenvolvimento, e que exprimimos nesta proposição: *o processo histórico do desenvolvimento nacional consiste no desenvolvimento de processos técnicos de produção.* Eis a razão pela qual o desenvolvimento nacional está forçosamente na dependência do avanço técnico.

Os países subdesenvolvidos só terão a esperança de alcançar o plano onde se acham os mais adiantados, se não estiverem condenados a repetir o desenrolar histórico que permitiu a êstes chegar ao ponto em que se encontram. É claro que, se tivessem de repeti-lo, os intervalos permaneceriam os mesmos, e o movimento histórico jamais elevaria o nível de vida dos mais retardados. Mas é próprio da técnica, precisamente, determinar a aceleração crescente no ritmo de invenção, pois a facilidade com que cada técnica permite aumentar o volume da produção acarreta o encurtamento do seu prazo de vigência, não só porque a manipulação em larga escala de matérias-primas e de utensílios conduz mais brevemente a descobrir nêles novas propriedades, mas ainda porque o modo de vencer a concorrência na produção passa a depender da descoberta de processos novos. Daí o rápido envelhecimento de cada técnica particular. Como os conhecimentos técnicos se difundem pelo mundo todo, cada vez com maior rapidez, os países mais atrasados beneficiam-se dêles para, incorporando-os, encurtar a distância que os separa dos mais prósperos. Desta forma, são êstes últimos que contribuem, pelo próprio empenho em se distanciarem, para que os que vêm atrás mais velozmente dêles se aproximem. De fato, só podem prosseguir no seu desenvolvimento criando técnicas que cada vez mais aperfeiçoem a produção, mas

esta, que o centro dominante tem interêsse seja consumida pelas regiões periféricas, leva à divulgação dos processos produtivos e isso poupa aos atrasados o trabalho de descobri-las, dando a êstes meios de superar ràpidamente a condição de subdesenvolvimento.

Vê-se, assim, que a instauração do processo de desenvolvimento nacional está ìntimamente ligada à possibilidade de enveredar o país pelo rumo da revolução tecnológica. Não serão outras as bases da política educacional conveniente às nações desejosas de abreviar a sua emancipação econômica. É preciso que se esforcem por apoderar-se o mais depressa possível das técnicas fecundas, tendo a consciência de que assim deverão proceder porque a aquisição dêsse saber é o instrumento mais eficaz do seu desenvolvimento. Tais países não poderão vencer o atraso econômico senão pela ação política lúcida e decidida, que determine a comunidade a realizar enorme esfôrço de acumulação de capital para financiar o progresso técnico. O aumento puro e simples da produtividade de baixa qualidade não a tirará do estado de subdesenvolvimento, se não fôr acompanhado da substituição dos modos de produzir. Com efeito, o aumento volumétrico da produção poderá minorar momentâneamente uma premência social, mas não lhe alterará o padrão-de-vida, fazendo apenas o povo consumir mais o mau produto que já consome. É necessário alterar o modo de produzir, proporcionando assim ao país outro nível de existência econômica. É, portanto, de natureza qualitativa, e não apenas quantitativa, a alteração indispensável.

*
* *

Estas considerações foram sugeridas pelo conceito de amanualidade, com o qual nos deparamos ao tentar esclarecer o significado da prática na gênese da consciência nacional. Foi útil desenvolvê-las para precisar aspectos que teriam talvez passado despercebidos a quem se limitasse a incorporar acrìticamente aquelas noções, afetadas, em tal caso, do vício da a-historicidade, que as converte em noções ideais. Falar, por exemplo, do caráter amanual do mundo, mas não dizer de que mundo histórico se trata, é permanecer no nível da gnoseologia abstrata, a qual, embora fale do concreto, dêle não fala concretamente. A filosofia da existência, neste particular, não vai além do empirismo habitual e clássico, nos moldes idealistas de conceber as relações entre o pensamento

e a realidade. Para ambas essas concepções, o conhecimento se funda na experiência exterior, provém dela, do mundo que "aí está" como "existente bruto", e que, acreditam aquelas escolas, conhecemos no ato de apreendê-lo ou de retirar dêle as nossas representações. Falta-lhes, porém, a compreensão de que êsse mundo é sempre um país, com determinada conformação social, numa etapa do desenvolvimento da sua cultura e dos seus recursos econômicos, em certo momento da história.

4 — CONSCIÊNCIA INGÊNUA E CONSCIÊNCIA CRÍTICA

a) *Conceituação das formas da consciência*

A análise dos comportamentos individuais que decorrem das diferentes modalidades de consciência nos leva a admitir ser possível distribuí-los em duas grandes classes, que revelam duas formas fundamentais de consciência da realidade nacional, que chamaremos respectivamente de *consciência ingênua* e de *consciência crítica*. É esta, a nosso ver, a polaridade essencial das representações possíveis do real constituído por uma nacionalidade.

O número de pontos-de-vista sôbre a realidade é em princípio infinito, na prática considerável, mas não a tal ponto que não permita divisar grupos bem delineados, definidos pela posse de características comuns. Analisando-os, chegamos a perceber que o conjunto se conserva no campo de uma dualidade última e irredutível, que tem por extremos duas modalidades supremas de consciência. Estas são esquematizações que assinalam sentidos opostos na representação da realidade, e não devem ser tomadas como formas completas, integralmente constituídas. São, antes, dois paradigmas antagônicos que estabelecem os pólos de atração das formas individuais do pensar, cada uma das quais se caracteriza pela maior aproximação a um dos extremos. São, por conseguinte, tipos que englobam numerosa variedade, mas se conservam suficientemente marcados para que se perceba a radical oposição entre êles. Tôda visão individual do processo histórico de uma comunidade pode considerar-se como situada no intervalo entre uma e outra dessas formas de consciência. Tal visão ou se constitui segundo uma modalidade de percepção que termina por se configurar em uma consciência inocente, precária, simplória do acontecer nacional, ou se apresenta como produto de um pensamento que apreende

os fatos segundo critérios objetivamente válidos, e assim se revela de natureza verdadeiramente crítica.

São dois gêneros de pensar, que definiremos como se segue: *a consciência ingênua é, por essência, aquela que não tem consciência dos fatôres e condições que a determinam. A consciência crítica é, por essência, aquela que tem clara consciência dos fatôres e condições que a determinam.*

Cremos ter chegado aqui à tese mais significativa dêste trabalho. Com efeito, tôdas as considerações anteriores visavam a tornar possível o enunciado desta distinção, que, de agora em diante, nos servirá de critério para a discriminação das múltiplas variedades de representação individual da realidade. Destas, muitas, a grande maioria, as de natureza ingênua, constituídas embora por efeito do mecanismo natural de captação do real, existente por si, não sabem de que fatôres depende a sua formação, nem como estão ligadas a êles, nem, ainda, em que medida essa dependência exprime necessàriamente a influência de tais fatôres. Ignorando o seu condicionamento, a maioria dessas representações julgam ter surgido de modo espontâneo, em virtude de uma liberdade que será o traço que, em seu próprio louvor, mais orgulhosamente ostentam. Acreditam gozar de total disponibilidade e independência em face das coisas e dos acontecimentos, e por isso se acham capazes de conhecê-los com absoluta imparcialidade. Proclamarão a sua completa isenção de julgamento, a intenção de rigorosa fidelidade aos fatos, a certeza de interpretá-los sem obedecer a outras normas senão às leis da lógica, pelas quais se asseguram da verdade do que exprimem, e às da moral, pelas quais pautam os seus inapeláveis veredictos. São formas de consciência que se declaram incondicionadas, porque a dependência para com a lógica e a ética não lhes parece constituir limitação e relativização dos seus enunciados, pois a lógica e a moral são formas do saber absoluto, cujos critérios se apreendem e se aplicam com intuitiva evidência. Para essas modalidades de pensar, a realidade é que se submete inteiramente às suas afirmações. Explicam que assim é, porque, ao que crêem, de um lado, são completamente livres, não dependem de nenhuma influência condicionante ou perturbadora, podendo portanto captar o real com tôda a imparcialidade; e, de outro, são detentoras de critérios absolutos de julgamento, que as colocam em posição de emitir sôbre o que se passa juízos necessários e universais, válidos incondicionalmente. Não deixarão de se acreditar possuidoras da verdade, de uma verdade que

condescendem em comunicar dogmàticamente aos menos afortunados, que ainda não a descobriram, embora, enquanto consciências satisfeitas consigo mesmas, se procurem fechar ao diálogo com algum eventual discordante, que suspeitam mais de malícia que de ignorância. São, portanto, consciências emuradas em si mesmas, ciosas da sua espontaneidade, seguras do que sentenciam e crentes no valor perene de suas afirmações. Chamamo-las de *ingênuas,* porque êsse adjetivo como que resume todos os traços que as definem, pois, com efeito, a pretensiosa simplicidade com que se apresentam e se comportam não merece ser qualificada de outro modo por quem possui a visão crítica da verdadeira gênese da consciência, e sabe que, longe de surgir de uma liberdade absoluta e de exprimir uma verdade absoluta sôbre um real também absoluto, a consciência individual exibe nos seus pronunciamentos a constelação de fatôres objetivos a que está ligada, de tal sorte que em tudo quanto enuncia se reflete inevitàvelmente o complexo do seu condicionamento.

Quando, porém, a consciência tem a percepção desta dependência, seu comportamento não é mais ingênuo. Não pode sê-lo, porque o fato de conhecer-se como submetida a determinações a conduz inevitàvelmente a indagar dos fatôres de que depende, e como êstes não se dão a conhecer à primeira vista, exigem uma análise epistemológica, que só a filosofia está em condições de realizar. Passando da consideração da consciência em geral para o campo, mais restrito, da consciência da realidade nacional, constitui-se esta em forma crítica de pensar quando indaga dos motivos e dos procedimentos pelos quais produz a representação do real de um país, não apenas para apreciar a gênese psicológica de tal representação, mas para descobrir a natureza e a extensão das ações que sôbre ela exercem os fatôres que a condicionam. A simples certeza da sua dependência de alguma coisa exterior a ela, é suficiente para dar a esta forma de consciência natureza oposta à das outras a que aludíamos. Recebe o qualificativo de *crítica* porque, de fato, é uma consciência permanentemente atenta em denunciar as influências a que está submetida e criticá-las. É crítica no sentido etimológico da palavra, porquanto procede à "crise", isto é, à separação dos fatôres atuantes, e capaz de apreciar a significação de cada um, a fôrça da respectiva motivação e, de modo geral, o resultado dêles, expresso nos julgamentos a que é levada em virtude da sua inclusão no contexto histórico, onde assentam os fundamentos de suas atitudes e de

seu modo de pensar. Está sempre interessada em descobrir os determinantes do seu conteúdo, porque sabe que êles existem e tem por tarefa lógica distingui-los e avaliá-los. É, pois, um pensamento constantemente ocupado na indagação sôbre a legitimidade dos seus enunciados, à procura das influências que os explicam, cuja revelação consciente é a finalidade que impõe a si mesma. Sabendo, em princípio, que os motivos são externos, são fatos da sua situação, é uma consciência dirigida para a objetividade, aberta às coisas e aos acontecimentos, voltada para a convivência com os homens e sempre disposta a ver-se a si própria em função do mundo, a explicar-se em têrmos de dependência da história, a sentir-se condicionada pelo processo social, a justificar-se como variável no seu conteúdo, de acôrdo com as alterações da realidade. Não é crítica porque se superponha à realidade, mas, ao contrário, porque se decide a fazer a análise das relações que a ligam a êste fundamento, como espaço de ocorrências físicas e sociais, que a antecedem e de que não se desvincula. É evidente que, sendo esta a sua essência, a atitude metodológica que assume diante do problema da realidade nacional, bem como sua atuação social, em particular o seu comportamento político, serão radicalmente distintas do modo como opera o pensar ingênuo. A certeza de não ser uma espontaneidade indeterminada cria para ela um problema muito mais difícil porque, não renegando a noção da liberdade individual, tem de conciliá-la com a existência de fatôres que sôbre ela atuam, restringindo-a, condicionando-a. A consciência crítica considera a situação humana de um modo que só a reflexão filosófica é apta a esclarecer. Ao invés disso, a consciência ingênua prescinde da filosofia, de que freqüentemente zomba, pois não vê maior problema na formulação, tão simples, com que declara sua pretensão à verdadeira compreensão da realidade. A consciência crítica, porém, é problemática por natureza. Porque, postulando a existência de condições configuradoras, se obriga a empreender a descoberta e o inventário delas, a examinar como agem, e até que ponto esta ação a constrange, levando-a a uma representação onde se refletem aquelas influências. Tôdas estas questões se apresentam naturalmente ao filósofo desejoso de construir de maneira sistemática uma teoria da consciência da realidade nacional, de caráter crítico. No que se segue, o assunto encontrará apenas os seus primeiros delineamentos, pois estamos longe de presumir que venhamos a esgotá-lo. A consciência crítica sabe estar ligada ao processo da realidade nacional

como um todo. Não julgando, como a outra, ter a incumbência de tomar a si o real, a fim de decidir do que é ou não é, esta forma de consciência, desde o primeiro momento em que põe o problema do seu ser, tem a certeza de sua correlação com a objetividade, sendo constituída, enquanto representação, pelo mundo objetivo. Ora, a realidade que lhe aparece como a condicionando, é apreendida como permanente mobilidade de coisas, pessoas, fatos, instituições, valores etc., isto é, enquanto processo que se desenrola no tempo, ou ainda, enquanto história.

Por conseguinte, a consciência que se investiga a si mesma terá como núcleo de tôdas as suas estruturas e reações esta propriedade: a de ser uma consciência histórica. Veremos, em continuação, como tudo que a especifica se organiza em tôrno desta autopercepção fundamental: a de que seu ser é histórico, sua representação é condicionada por uma circunstância objetiva constituída pela forma do real, enquanto presente de um tempo histórico, e, portanto, seus enunciados não possuem a vigência de verdades perenes, mas refletem o momento que lhe dá origem. Ao procurar tomar conhecimento dos fatôres que a determinam, com o mesmo esfôrço que faz para descobrí-los, descobre algo mais: a historicidade dêsse condicionamento. Por isso, seu modo de compreender está sempre sujeito ao pressuposto de uma referência temporal; o real, que é o seu objeto, não lhe aparece como coisa "que está aí", imóvel e idêntico a si mesmo, quer ela o venha a apreender, quer não, porém como circunstância objetiva que a envolve a ponto de constituí-la e de nela imprimir a marca indelével da temporalidade que lhe é própria. A consciência crítica pensa temporalmente, porque sabe não estar pensando a partir de um vácuo histórico e sim fundada em um contexto concreto, etapa presente de um processo autônomo que transmite à representação que dêle tem a qualidade de contínua variação.

Êste caráter acentua-se vigorosamente no domínio mais restrito da consciência, aqui analisado, qual seja o da realidade enquanto âmbito nacional de acontecimentos sociais. Aqui a certeza de radical temporalidade se revela de modo decisivo para quem assume o pensar crítico. Em face da realidade da nação, a consciência crítica adota o modo de pensar histórico com muito mais espontaneidade do que seria o caso se discutisse o problema filosófico da realidade em geral. A sociedade, que forma o contôrno onde vive, é inegàvelmente produto da acumulação temporal de transforma-

ções materiais e da gradual aceitação de costumes e valores. A evidência dêste fato se impõe com tal fôrça, que se alguma coisa nos deve causar espanto é a cegueira da mentalidade ingênua diante dêle. Nota-se, ao mesmo tempo, a que profundeza desce a divisão que as separa e as torna inconciliáveis.

A consciência crítica retira da concepção histórica da realidade as categorias com que a aprecia, e não pode, por isso, entender-se com a outra, que acredita dever interpretar os fatos—o efêmero dos fatos—a partir do eterno. São linguagens diferentes. Para uma, a inocente, o tempo intervém nos fatos apenas para produzi-los, oferecendo-lhes a ocasião, mas as idéias com que os compreenderá e os padrões com que os julgará, êstes não dependem dêle. O homem pode possuí-los de uma vez por tôdas, são absolutos. Para a outra, a historicidade dos fatos não reside sòmente no acidente do seu surgimento, porém é da essência dêles, donde não poderem ser conhecidos nem avaliados sem idéias e sem uma escala de valores que derivam do próprio acontecer objetivo, e por isso são também necessàriamente históricas. Dêste modo, enquanto uma profere as suas sentenças em caráter dogmático, incorrendo na privação completa de comunicação reveladora, e se marca pela incapacidade de percepção da mutabilidade das coisas e dos valores, pela falta de simpatia com o que se prenuncia no tempo e pela recusa de aceitação do novo instalado em lugar do dessueto, a outra é eminentemente sensível ao ritmo das transformações do mundo, dócil à compreensão da inevitável queda e nascimento dos valores, acolhedora de tôdas as medidas que se proponham modificar as condições materiais da vida.

Sendo incapaz de refletir sôbre si mesma e alcançar os pressupostos que a sustentam, a consciência ingênua é vítima da ilusão de julgar-se incondicionada. Desta raiz derivam todos os traços exteriores que apresenta e que a seguir procuraremos descrever. Desligada do processo histórico, coloca-se no ponto-de-vista do eterno e, por isso, absolutiza todos os seus pronunciamentos. Torna-se assim intérprete infiel dos acontecimentos, uma vez que nêles só vê quanto lhe parece que incorporam de idéias e valores considerados absolutos. Ora, o que ingênuamente supõe ser o eterno é simplesmente o que tem a qualidade de passado. Com efeito, só admite como legítimas as opiniões e os critérios que lhe parecem permanentes, mas se assim os julga é porque entende que seu tempo de vigência mais ou menos longo, que lhes empresta

significado venerável, é indício suficiente de possuírem uma verdade intrínseca, pois do contrário não teriam podido durar tanto. É naturalmente reverente a tudo quanto traz a chancela augusta da tradição, que toma, sem mais indagações, por prova bastante de certeza. Incorre, assim, na confusão de julgar eterno o duradouro, aceito sem maior exame, sem indagar de como surgiu e se fixou. Dêsse modo, é inevitável que se mostre insensível a todo aspecto novo da realidade, visto que prèviamente tomou por eterno o que é passado. Repugna-lhe admitir transformações que alterem a segurança dos seus critérios e a obriguem ao esfôrço intelectual de rever as representações que produz, em correlação com as mudanças do real. Não se conforma com estas. Prefere, então, ou imobilizar-se na contemplação estática do mundo de antanho, e é o saudosismo que com tanta freqüência exibe, pouca atenção prestando ao que se passa no presente, que lhe parece sempre uma época inferior, mediocre, vulgar; ou tenta reduzir o presente ao passado, reintroduzir o atual no anterior, submeter o contemporâneo ao modo de pensar antigo, sob a alegação de que vivemos um período de dissolução de valores e instituições, que cumpre, pela fidelidade aos padrões eternos, salvar da derrocada generalizada. Neste segundo sentido, sua visão é pessimista e catastrófica, lastima-se de ter a pouca sorte de viver em tempos tão ingratos e se empenha em restabelecer a existência antiga, que muitas vêzes nem conheceu, mas imagina admirável. Para tanto, assume uma atitude de resistência a todos os projetos modificadores da realidade, caindo na contradição de declarar miseráveis as condições do presente, mas opor-se a qualquer alteração que vise a estabelecer inéditas condições de existência.

Tal é a essência do que se chama, com razão, a atitude reacionária. Esta é sempre uma modalidade da consciência ingênua. Tem evidentemente suportes materiais, é quase sempre a instintiva defesa de regalias de grupos sociais ou de situações econômicas privilegiadas, mas, em virtude da cegueira que mostra em relação a êstes condicionamentos, julga estar falando em nome de uma verdade e de um direito imprescritíveis. Não observa que só lhe parecem definitivos os pontos-de-vista que exprime, porque vigoram desde um passado já relativamente remoto. É levada, então, a pensar que defende uma compreensão absoluta e a cair na falácia de erigir em ideologia a própria condição privilegiada. Justamente porque absolutiza a sua situação, faz dela um paradigma lógico

e moral. Não pode deixar de estar na posse da verdade quem, utilizando-se da interpretação que tem do mundo, chegou a dominá-lo e a instalar-se nas posições proeminentes que agora ocupa; como também certamente se comporta segundo os ditames da única ética válida quem, respeitando-os, ascendeu à culminância social. Acha que todos aquêles que lamentàvelmente não compartilham da sua confortável condição, ou estão a caminho de consegui-la, se são capazes, perseverantes e honestos, ou devem a si mesmos, a defeitos pessoais de ordem moral, à preguiça, à ignorância, à dissipação, a posição inferior em que permanecem.

Explica-se, assim, por êstes traços psicológicos exteriores, a íntima conexão entre a postura reacionária e a liberal, e porque figuram ambas, em ativa aliança, na ideologia da consciência ingênua das classes abastadas e daqueles que refletem o pensamento destas. A consciência ingênua defende reacionàriamente a posição privilegiada em que está montada, acenando liberalmente aos outros para que subam até o ponto onde se encontra e venham partilhar com ela dos benefícios de que desfruta. A união do caráter retrógrado com o liberal é compreensível e representa uma atitude moral de que se cobre a consciência favorecida, permitindo-lhe refutar a acusação de egoísmo pela ostentação de magnanimidade. Dada a falta de lucidez que a caracteriza, a modalidade inocente é, mais que tôdas, inclinada à boa-fé. Por isso é a mais inamovível, a que menos se abre à argumentação, pois a simples discussão dos seus fundamentos já implicaria desconfiança no valor absoluto dêles.

A consciência crítica, porém, é a tal ponto anti-reacionária, que pode dizer-se antecipadora. Suas vistas estão voltadas para o futuro, em cujo horizonte espreita o nascer de tempos novos. Mas, não é apenas por possuir esta disposição psicológica que se justifica a sua verdade, nem desejaríamos enaltecê-la ùnicamente por mostrar esta inclinação. É que tal modo de ser decorre de uma estrutura epistemológica própria, que, como é natural, tem repercussões psicológicas, mas por si é coisa muito mais profunda. Deriva da reflexão reveladora dos motivos que constantemente a determinam. A certeza desta motivação é suficiente para dar-lhe a compreensão da sua validade temporal, para criar a expectativa de uma alteração sempre possível dos fatôres objetivos a que está relacionada, embora só chegue à especificação de quais são os que a influenciam, em cada fase, por via analítica. Sabendo-se variável, expressão de uma conjuntura histórica, a cons-

ciência crítica procede à permanente investigação dos seus determinantes materiais e se constitui, por isso, em consciência adequada a promover a autêntica ideologia do desenvolvimento nacional. Sua docilidade ao processo da realidade dá-lhe ocasião de captá-lo na sua fluência e a torna capaz de analisá-lo e exprimi-lo devidamente, desde que consiga munir-se das categorias convenientes. A compreensão destas lhe será facilitada pela atitude reflexiva que lhe é própria. Ao indagar de como se constitui a si mesma, vai descobrindo os têrmos universais com que lhe é possível captar o processo do real, e assim a representação daí resultante adquire excepcional eficácia, em razão de serem objetivos aquêles têrmos, de serem as verdadeiras categorias do processo nacional. Compreende-se, então, porque só a consciência crítica está habilitada a produzir a ideologia do desenvolvimento. Todo o nosso esfôrço deverá, pois, ser aplicado no estudo desta forma de consciência, a fim de extrair dela as noções universais que a conformam como autêntica.

b) *Distribuição social e histórica das modalidades de consciência*

Do ponto-de-vista da ocorrência social, a distribuição das diversas modalidades de consciência varia em função da conjuntura histórica do país considerado. Quer-nos parecer que é lícito distinguir duas fases em que de modo geral prepondera a forma ingênua na classe mais representativa da sociedade: na condição amorfa de subdesenvolvimento e na de nação plenamente desenvolvida. Entre ambas, a fase intermediária, que é a dos países em ato de emergirem do atraso original para a plena expansão das suas virtualidades, é a fase na qual se torna possível o predomínio da consciência crítica na classe e nos grupos que desempenham o efetivo esfôrço de desenvolvimento.

Com efeito, na vigência do estado colonial ou semicolonial a consciência é inerte, passiva e conformada. A realidade, de que tem a representação, sendo o estado de marasmo econômico e de ausência de iniciativas criadoras, aparece-lhe como se fôsse um mundo não afetado pelo tempo. Sentindo o tempo passar sem que pràticamente se alterem as circunstâncias, embota-se o sentido histórico, porque é natural que desapareça a expectativa de mudanças, para quem nunca as vê acontecer. O aspecto imóvel da realidade, envolvida sempre pelas mesmas idéias e normas, é a origem da crença

na perenidade e no valor absoluto da verdade e do direito destas. A consciência, mantida contìnuamente em presença do contexto subdesenvolvido, não pode deixar de ser ingênua, pois está circunscrita à representação invariável de um real sempre idêntico a si mesmo. Mostra-se conformada com a sua sorte e temerosa de alterações, tão forte é a convicção, que o cativeiro econômico produz, de que seu estado é definitivo. Essa resignação não é indício de fraqueza intelectual ou de abjeção moral, não é vício subjetivo essencial, que a marca com o estigma da inferioridade; é um comportamento que deriva de condições circunstanciais bem visíveis e que, como todo condicionamento material, é histórico, e portanto alterável. Não é uma consciência que traga consigo como que o sêlo da desgraça eterna, mas só se entrega à atitude de prostração e conformidade com o destino, porque não se constituíram ainda para ela os suportes reais que permitirão o abandono dêsse estado de espírito. Mesmo que, de momento, julgue ser definitiva a sua situação, e paradoxalmente ofereça tôda resistência à aceitação das idéias que visam a libertá-la, só o faz porque não lhe é dado outro modo de pensar a sua realidade e, por isso, incorrem em grave incompreensão e se expõem a amargas decepções os que com generosa pressurosidade se oferecem como apóstolos de uma cruzada de esclarecimento ideológico sem a compreensão dos fundamentos objetivos da representação que desejam modificar. Ademais, coincidindo com a abulia e o conformismo, em razão daquele traço comum a tôda consciência ingênua, que já assinalamos, o de procurar converter em ideologia a sua condição, origina-se, por um mecanismo compensador, a tendência à autovaloração do seu modo de ser, conduzindo-a a apegar-se ao passado, que é o seu presente, e a tudo quanto contribui para sustentá-lo, tomada de sagrado horror a qualquer projeto de transformação. Compreendemos, desta forma, porque o subdesenvolvimento é inercial, tende por si a conservar-se, a causar-se a si próprio. O atraso é hereditário.

Esta constatação tem a máxima importância prática para o cálculo da ação política, pois exclui a esperança de que a longa servidão colonial gere por si mesma, por via de uma ideologia espontânea, o movimento de emancipação. É o que a observação histórica comprova, ao nos mostrar que dentro da condição subdesenvolvida nada indica qual será o seu prazo de duração. A consciência que o subdesenvolvimento

determina, por si só, levaria à conservação indefinida dêsse estado. Se tal não ocorre, é porque cedo ou tarde o país atrasado sofre alterações da estrutura material, em conseqüência quase sempre da instalação de dispositivos de dominação externa, destinados a melhor explorá-lo, que acabam por sugerir a um ou outro indivíduo a transformação de consciência, que conduz à meditação crítica sôbre a realidade. Quando isto acontece, rompe-se o círculo vicioso do atraso, dissipa-se a inércia entorpecedora e o país inicia a marcha para a emancipação. A intensificação da espoliação colonial determina o acúmulo de pequenas variações materiais da realidade, que culmina numa crise em algum ponto da estrutura primária tradicional. Com a crise tem origem a reflexão individual sôbre a situação e logo se evidencia o estado inferior em que se acha a comunidade, a qual passa, assim, da condição ingênua, de reprodução mental de um mundo imutável, à de autoconsciência crítica. O motivo determinante da reflexão é indiscutìvelmente a ocorrência daquelas alterações materiais, sem as quais se conservaria invariável a consciência anterior. A ruptura do complexo de ingenuidade, com a correspondente substituição da visão do mundo, não é fato isolado, cujo significado se esgote nessa constatação apenas, mas é ao mesmo tempo ponto de partida de decisiva transformação no processo da realidade, porquanto tem esta conseqüência capital, que a transmutação de qualidade da consciência se constitui em fator de prosseguimento da alteração objetiva já iniciada. Dá-se, desde então, entre os pólos da relação realidade-consciência uma ação causal recíproca. A modificação do real cria uma representação qualitativamente nova, e esta, por sua vez, incentiva a substituição dos seus suportes materiais subdesenvolvidos. Despertado o país para a consciência crítica, se esta consegue definir-se na forma de ideologia do desenvolvimento nacional, a representação subjetiva passa a ser cada vez mais o fator preponderante naquela polaridade. De fato, a interação dialética entre a modificação material e a representação impulsionadora correrá o risco de estagnar logo a seguir em novo degrau, apenas um pouco mais elevado que o anterior, se a comoção inicial não fôr bastante intensa para delinear no consenso coletivo a verdadeira ideologia do desenvolvimento. Quando, porém, esta se esboça, e é aceita pela comunidade, daí em diante se torna o fator decisivo. Pelas razões que já expusemos,

passará a comandar o processo. Por isso, nenhum povo que tenha chegado a forjar a sua ideologia nacional autêntica estaciona ou retrocede no seu desenvolvimento. Entende-se então porque dissemos que a consciência própria dos povos que empreendem a sua marcha ascendente é a que se assinala pela natureza crítica.

Se considerarmos, porém, uma nação que se encontre em nível superior de desenvolvimento, veremos que volta a ser próprio das suas classes dirigentes e grupos mais representativos a forma de consciência de caráter ingênuo. Assegurada a sua supremacia histórica, passam a ver a realidade novamente de um ponto-de-vista estático. Convém-lhes a não alteração de um contexto que lhes é de todo favorável. Por isso, forjam para si mesmas uma representação do mundo apegando-se aos valores que històricamente serviram para configurar a condição de que desfrutam, e os declaram eternos e universais, pois é seu desejo que tudo continue sendo sempre como agora. A nação superdesenvolvida perde a sensibilidade para a história, que lhe aparece como um relato de acontecimentos destinado a sancionar a dominação que ostenta. Esquece-se de que sua situação é produto de longo esfôrço coroado de êxito, que a atual prosperidade se explica por um processo de desenvolvimento, no curso do qual muitas vicissitudes poderiam ter alterado o desfecho, para ela, feliz, se a fidelidade a uma ativa convicção ideológica não a tivesse sustentado. Chegada ao apogeu, a nação dominante não tem outro interêsse senão encerrar a história. E o modo como tenta fazê-lo é tapar os ouvidos à voz da consciência que foi a sua, e agora lhe é molesta. Olvida o seu efetivo passado, ao vê-lo do ápice do presente, pois interpreta as etapas atrasadas vencidas como meros obstáculos de valor lúdico, que se compraz em referir apenas com o fim de melhor gozar, por contraste, das riquezas que atualmente possui. Não se recorda do sofrimento real que é o estado de subdesenvolvimento, que para ela é coisa definitivamente revogada, nem admite que em algum momento tivesse tido a consciência de país subdesenvolvido. Ao constituir em ideologia, se tal têrmo se lhe pode aplicar, o desejo de que nada mais aconteça, decai na atitude ingênua. Fechando-se à história, na intenção ilusória de estabilizar os privilégios que conquistou, fecha-se não só a si própria, mas também à consciência dos outros. Torna-se insensível aos

movimentos normais de transformação que se operam no seu próprio âmbito social, nos quais só vê incompreensível e injustificável agitação, que tacha de criminosa e anti-humana. O mais grave, porém, é que se torna ao mesmo tempo insensível aos movimentos que se dão nos países periféricos e subdesenvolvidos e que visam a conduzi-los à libertação da miséria. Em vez de ter para com êles a solidariedade, ao menos moral, dos triunfadores, recusa-se a compreendê-los, porque percebe que a simpatia que por êles manifestasse seria a aceitação tácita da inconclusão da história, a admissão da possibilidade, ao menos em princípio, da ascensão de outros, a concordância com um porvir diferente, cuja simples idéia lhe faria sentir a instabilidade, e mesmo a precariedade, da sua posição atual. Limita-se quando muito a socorrer os mais necessitados, a ajudá-los a sobreviver, não por sentimentos de filantropia internacional, mas pelo risco de perdê-los como mercados, se os deixasse resvalar para o caos da subversão social. A consciência geral da nação dominante torna-se, assim, reacionária para consigo mesma e para com os outros e, com isso, denuncia a ingenuidade da ideologia que esposou.

Cremos, portanto, ter tido razão em dizer que nas duas extremidades do processo nacional é de esperar predominem as modalidades da consciência desarmada e que entre elas se situa uma fase histórica necessàriamente conduzida pela consciência lúcida. Ora, tal fase é aquela em que os povos empreendem a sua revolução nacional. Chegamos, assim, a um ponto dêste ensaio ao qual devemos dedicar tôda atenção. Depois do que assinalamos, torna-se patente que a consciência crítica da realidade nacional é requisito imprescindível para a revolução que venha arrancar o país do estado de subdesenvolvimento econômico. Mas, é seguro também que esta só ocorrerá pela constituição de uma ideologia que, vinculada às massas, por elas compreendida e incorporada, desencadeie um movimento social, de que o aspecto econômico é apenas um setor, que termine por fazer a comunidade ascender a outro plano de existência histórica. Nisso consiste a sua revolução nacional.

Esta é uma perspectiva aberta a todos os países em fase de atraso econômico. A revolução nacional do desenvolvimento é sempre possível, em teoria, bastando para tanto que se reúnam as condições que a precipitem, donde serem falsas e pouco avisadas as opiniões de alguns historiadores sociais

que admitem uma fatal disparidade entre as oportunidades nacionais, de que resultaria a radical e definitiva impossibilidade para alguns países de se erguerem do estado de primarismo econômico. Sem dúvida, para cada momento, dada a configuração de relações internacionais, há uma distribuição de oportunidades que favorece a alguns, proporcionando-lhes a sua "vez" histórica, e recusa a mesma sorte a outros, mas nenhum fica impedido de executar certo número de gestos que podem desencadear o seu processo nacional de desenvolvimento.

5 — CONSCIÊNCIA POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO

a) *Dois sofismas relativos ao desenvolvimento*

A maneira crítica de pensar traz-nos a êste respeito valiosa contribuição. Serve para denunciar dois eventuais sofismas, que exprimem típicas atitudes ingênuas. O primeiro é a suposição, a que aludimos, de que só alguns países tenham o poder de realizar a revolução emancipadora. Discorrerão os teóricos desta concepção sôbre quais sejam êsses países, quais as suas condições de libertação e razão por que aos outros não é dado praticar a mesma façanha. Múltiplas circunstâncias serão invocadas como causas favoráveis, desde a extensão territorial e o elevado coeficiente demográfico, desde as riquezas potenciais e a posição geopolítica até a alma varonil do povo; os que não possuírem êstes privilégios estarão irrevogàvelmente condenados à marginalidade, ao atraso, à pobreza. Só lhes restará beneficiarem-se dos reflexos que o crescimento alheio exerce sôbre os que ocupam os degraus inferiores. Tal concepção não receia a crueldade e a desumanidade das suas conseqüências, que justifica, em nome do que chama de realismo histórico: sempre assim foi e sempre há de ser. Não nos interessa discutir estas afirmações. A elas oporemos o ponto-de-vista crítico que reconhece haver para todos os países uma *chance* de ascensão histórica. Mesmo não sendo idênticas as possibilidades de que todos dispõem, e embora não possam chegar aos mesmos graus absolutos, sempre existem para cada um meios de elevar-se da condição de subdesenvolvimento à desenvolvida.

O conceito de pleno desenvolvimento é relativo e històricamente variável. Não é dado indiferentemente a todos o desempenho de um protagonismo mundial e, neste sentido, é fato que uns estão carregados de um destino mais grandioso do que outros, do ponto-de-vista da corrente escala histórica de valor. Mas o conceito de protagonismo é variá-

vel, podendo em dado instante uma nação obscura invadir o campo da história, quebrar o sistema de fôrças dominantes e obrigar os que se julgavam os únicos protagonistas, porque eram os grandes da época, a contá-la entre as entidades de primeira grandeza. Criado um mínimo de condições objetivas, a ascensão nacional depende da decisão da consciência coletiva de irromper no cenário mundial, valendo-se de um potencial de ação que jamais é nulo. Os acontecimentos vividos nestes dias, quando países da área periférica, milenarmente inertes na condição de atraso e espoliação, lançam na história o seu gesto nacional emancipador, revelam que tais países se utilizaram da capacidade virtual que nêles existia, a qual, posta em atividade, lhes permite deflagrar o processo de desenvolvimento autônomo. Não parece necessário acrescentar, com referência aos exemplos atuais, o papel da ideologia emancipadora na condução destas transformações nacionais. O desenvolvimento em uns assume proporções e complexidade imensamente maiores do que em outros, mas não exclui para êstes a capacidade de chegarem ao mesmo resultado em têrmos de bem-estar humano. Êste fato significa que em uns a conquista de níveis superiores de existência para a massa só será realizada com a movimentação de um conjunto de fatôres muito mais volumoso, envolvendo complexas correlações internacionais. Porém não é mais difícil do que a ascensão das nações menores, não custa nem mais nem menos a umas do que a outras. Custa o mesmo a tôdas, ou seja, a formação de uma consciência nacional, que empreenda criticamente a análise da perspectiva histórica do país e dos seus recursos materiais e formule a solução do problema social nas bases objetivas representadas naquela consciência.

Todo país, por mais pobre e atrasado que seja, tem recursos para dar início ao movimento nacional de libertação, embora as condições reais dos menores não lhes concedam uma posição que, medida pelos padrões atuais, se considere como a de um centro dominante. Êstes fatos, contudo, devem ser entendidos à luz da historicidade do processo mundial. Só há nações dominantes e outras periféricas dentro de determinada estrutura histórica. A filosofia historicista revela-nos que esta situação, com as relações internas que determina, é variável, não possui nenhuma regalia de perenidade. Pode acontecer que as chamadas nações menores venham a compensar o seu fraco pêso individual pelo desenvolvimento de outras formas de valor internacional, supram, por exem-

plo, as deficiências de poderio econômico pela união de vistas e posse de uma ideologia comum, que lhes assegure em conjunto um relêvo político equivalente à fôrça militar das grandes potências.

A relação internacional centro-periferia só subsiste dentro de uma conjuntura, que é a atual, mas não a definitiva. O futuro poderá levar-nos a nova conjuntura, onde desaparecerá o presente sistema de gravitação, e na qual a noção de periferia deixe de ter sentido, pela alteração conjunta da contextura internacional. Um país agora periférico deixará de sê-lo simplesmente porque se extinguiram os têrmos da relação. Entretanto, a relação de sub a superdesenvolvimento, essa não desaparecerá sòmente por modificação da conjuntura histórica de correlação de poderio. Essa diz respeito às condições da existência humana e, como tal, é de natureza econômica e não apenas política, como a primeira. Nenhuma alteração do sistema formal de relações mundiais que a história venha a trazer, será capaz de modificar o fato objetivo que é a penúria de vida das massas de uma nação, porque êste é um dado material. Só será eliminada pela ação positiva, empreendida pelo país em questão como sua revolução nacional. O subdesenvolvimento tem de ser apreciado em têrmos históricos relativos, mas na verdade é um conceito de ordem existencial, cujo fundamento, em última análise, são as condições materiais em que vive o homem.

O segundo dos sofismas a que há pouco aludimos, e a que sucumbe com extrema freqüência a consciência ingênua, é a afirmação de que o desenvolvimento de um país subdesenvolvido tenha de ser feito por outro que esteja em condições de pleno desenvolvimento. É esta uma enganosa concepção, cujos efeitos são os mais nocivos à nação que começa a despertar para um grande esfôrço histórico. Se nesse momento ouvir dos seus dirigentes e pensadores políticos responsáveis palavras que veiculem essa tese, estará perdida, porque nela se instalarão mecanismos inibitórios das disposições criadoras, as quais perderão o impulso endógeno sob a influência dessa concepção errônea. Sabemos, com efeito, que o desenvolvimento de uma nação tem a natureza de processo no tempo, sendo por isso um dinamismo real. Se assim é, nela existem sempre as condições capazes de permitir-lhe passar de uma a outra fase do processo; todo momento possui um vetor de transformação, pois a realidade na forma como se manifesta contém sempre a possibilidade de modificação. Se não concebermos a nação no seu movimento interno incessan-

te, teremos de considerá-la como corpo estático. Mas tal modo de pensar só é permissível a quem a vê de fora, observa-a, emite julgamentos a distância sôbre ela, sem contudo lhe ser consubstancial, equivale a negar ao país a característica de sujeito possível do acontecer histórico. Se uma nação tem razão de ser, por haver dado a si mesma a autoconsciência que a institui em sujeito de história, sua realidade adquire as qualidades de processo orgânico e, por isso, nela existem sempre fôrças expansivas capazes de elevá-la a um grau mais alto. Contudo, a velocidade do processo não é necessàriamente uniforme, pode o desenvolvimento ser extremamente lento, ou mesmo anular-se, sempre que as fôrças interiores forem, por debilidade, apenas suficientes para gerarem a substituição dos elementos materiais submetidos ao desgaste do tempo, sem capacidade de promoverem efetiva transição de estado. É o que se dá quando o país chega a um equilíbrio entre o que demanda e o que produz. Êste equilíbrio, como tal, não é indício de saúde do corpo nacional. Pode ocorrer tanto nas comunidades situadas no mais baixo nível de evolução, onde são tão escassas as exigências que qualquer pequena fôrça produtiva as satisfaz, quanto nas nações em posição de eminência mundial, que exigem muito, mas estão capacitadas, pela sua infra-estrutura econômica, a dar cumprimento ao que desejam. O desequilíbrio é a lei normal do desenvolvimento. Desenvolver-se é desequilibrar uma estrutura de relações objetivas, porque é pedir aquilo que espontâneamente não poderá acontecer. A todo momento há no real um conjunto de fatôres causais que, abandonados a si mesmos, levam à reprodução do presente. Ora, desenvolver-se é introduzir nesse real em repetição contínua novos fatôres causais, a fim de gerar o *mais-ser do futuro* em relação ao *ser do presente*.

O vício do argumento que discutimos consiste em supor que êstes novos fatôres devem necessàriamente ser exógenos. Mas, se assim fôsse, teriam de pertencer a outro país e, neste caso, a sua ação significaria primordialmente o desenvolvimento dêste, e só em segundo lugar o do país onde viessem a operar. Como tal, não haveria, a rigor, desenvolvimento do inferior, mas apenas expansão do desenvolvimento do superior sôbre êle. Não haveria pròpriamente avanço do país atrasado, porquanto, ainda que, medido em referência ao seu estado prévio, tivesse dado pequeno passo adiante, sendo êste o resultado do transbordamento de fôrças criadoras pertencentes ao outro, em valor absoluto, o intervalo en-

tre ambos teria aumentado, pois o diminuto progresso do inferior lhe é concedido porque vem a ser causa de um progresso comparativamente maior do superior. No quadro desta relação de dependência, o desenvolvimento só é proveitoso em caráter absoluto ao já desenvolvido, além de intensificar politicamente a condição servil dos menores. É a perpetuação do regime de relação centro-periferia, que admite um desenrolar aparentemente inocente e até mesmo assume ilusòriamente função benéfica, mas cuja estrutura lógica encobre a essência do imperialismo. Concordar com essa tese desalentadora é acreditar que o desenvolvimento do inferior terá de ser reflexo do dinamismo do superior, cujas vicissitudes estaria obrigado a acompanhar. É uma concepção de intenção passiva, cujo conteúdo doutrinário é a convicção errônea que nega aos países subdesenvolvidos a posse de fatôres intrínsecos de crescimento.

Falta aos defensores do ponto-de-vista que examinamos a noção do verdadeiro caráter dos fatôres potenciais. Consideram o desenvolvimento efeito mecânico da ação do superior no espaço nacional do inferior, só dependente da vontade do primeiro. Desta forma, ao país retardado cabe permanentemente a oferta muda das suas potencialidades de riqueza, enquanto a decisão, o papel de sujeito do processo, fica reservada ao centro dominante. Os fatôres potenciais, ao que pensam, deverão sempre ser atualizados de fora, pelo menos até que a comunidade atrasada alcance os níveis mais elevados de existência. Parece-nos, ao contrário, que a ação estimulante proveniente do exterior só cria verdadeiramente progresso, em lugar de espoliação, quando em correspondência com a decisão positiva interior, não apenas subjetiva, mas operante, de promover a transformação da realidade. O desenvolvimento econômico pode ser feito, na fase inicial, em pequena parte, *com* o capital estrangeiro, mas nunca é feito *pelo* capital estrangeiro. Noutras palavras, cabe ao país subdesenvolvido utilizar-se do capital estranho para a execução de alguns projetos quando tal fôr conveniente, sem prejuízo de seu próprio capital; mas em nenhum caso deverá considerar que está sendo objeto da generosidade alheia, e sim compreender que paga pesado preço pela provisória utilização de tais recursos. O conceito fundamental da teoria do desenvolvimento econômico é êste: nunca o capital estrangeiro, por si só e enquanto tal, promove o desenvolvimento dos países atrasados. Não há proposições gerais, verdades universais, relativas à significação e à utilidade do

capital estrangeiro para o desenvolvimento dos países atrasados, sem a devida retificação crítica, que as inclua na perspectiva histórica. Dêste modo, só à luz da consideração do grau de desenvolvimento já existente é lícito decidir sôbre a conveniência ou não, da aceitação do capital alheio. Ademais, é preciso discriminar as fontes de procedência dêsse capital, se é de origem privada no país que o exporta, se é de organismos internacionais onde o país recebedor tem ao menos alguma influência, ou se é de fonte governamental. Cabe ao país recebedor discriminar cada caso, pois não são de efeitos semelhantes em sua economia. O capital alheio de origem privada representa um aparelho de permanente sucção de rendimentos, é uma dívida ao infinito, cujo benefício inicial, mesmo admitindo, no melhor dos casos, que tenha tido tal efeito, fica anulado pela incessante remessa de lucros para o exterior. As modalidades de financiamento por órgãos bancários internacionais, ainda quando dominados pelas fôrças do alto capitalismo, sempre favorável aos interêsses das grandes nações que os controlam, são contudo mais aceitáveis, pois admitem prazos limitados de extinção de pagamento. As formas de empréstimos entre governos são as mais desejáveis. Eis por que não é possível falar do papel do capital estrangeiro no desenvolvimento em têrmos gerais e abstratos sem fazer incisivas especificações. Não só quanto ao ponto de origem é preciso distinguir as diversas formas de financiamento, mas também quanto à situação do país recebedor. Para êste o problema da contribuição do capital estranho é função do grau de consciência política de si que possui, e se exprime no exercício concreto da sua soberania. Quando as suas classes dirigentes não alcançaram ainda suficiente domínio do instrumento do poder, mas se revelam em grande parte dóceis às influências externas e se comportam segundo a orientação que lhes vem daquelas fôrças alienígenas, às quais se associam os seus interêsses econômicos, a entrada de maiores parcelas de investimentos constitui agravação da dependência econômica e, portanto, em última análise, retardamento no processo de desenvolvimento.

A cooperação externa deve ser elemento de um projeto de autodeterminação concebido pela comunidade atrasada, e neste caso está incluída no plano que elaborou para si, em razão de possuir agora uma consciência capaz de decidir do seu destino. Nestas condições, não há risco do auxílio externo vir a submeter o processo nacional aos seus interêsses, pois são êstes que imprimirão suas determinações à provisó-

ria contribuição recebida do exterior. A própria idéia de "auxílio" encobre um sofisma sutil, muito da conveniência dos que simulam o estar prestando. Não há, com efeito, ajuda internacional fora de excepcionais circunstâncias, como, por exemplo, calamidades públicas. Todo suposto auxílio é na verdade uma transação, onde, se é normal que a parte doadora aufira vantagens, não é menos evidente que cabe à outra parte limitar tais vantagens e dispor do poder de barganha, que deve exercer em consonância com os seus interêsses. A idéia de auxílio é propositalmente veiculada com o fim de produzir efeito psicológico paralisador sôbre as disposições críticas do recebedor, colorindo com certa tonalidade moral, tendente a despertar sentimentos de gratidão, aquilo que, em suma, é uma operação financeira.

O país subdesenvolvido tem sempre possibilidade de ascender do nível em que se encontra a outro, dentro da perspectiva relativa que lhe oferecem as suas condições reais. Será objeto de análise específica, de ordem conjuntural, declarar que medidas se impõem em cada caso concreto para efetivar as linhas do pensamento aqui apresentadas. A nós importa apenas denunciar o engano, altamente pernicioso, que consiste em supor que o desenvolvimento do país atrasado só possa ser conseguido pela atenção que lhe consagrarem os mais evoluídos. Sendo mero devaneio julgar que as nações fortes entretenham qualquer espécie de sentimento altruísta em relação às mais necessitadas, é preciso compreender que sòmente o interêsse das primeiras as fará voltar-se para as fracas com a intenção de lhes oferecer o que chamam de "ajuda" ao seu desenvolvimento. Só se a expansão destas trouxer às outras alguma vantagem substancial é que o farão; fora disto, ou as deixarão à margem ou se contentarão em explorá-las no nível habitual.

O investimento de capitais e de técnica no país subdesenvolvido só tem efeito salutar no seu processo nacional em condições de plena soberania. Quando o país não dispõe de suficiente poder político para exercer internamente a sua soberania sôbre o seu processo econômico é melhor não receber qualquer parcela de capital estrangeiro. O valor do capital estrangeiro é, primordialmente, função da fase em que se encontra o processo do país recebedor. Onde as condições reais são de completo primitivismo, qualquer investimento, ainda o colonial, é útil, pois possibilita os primeiros alvôres de uma consciência coletiva, em função das primeiras iniciativas de desenvolvimento econômico. Em etapas mais

adiantadas, porém, quando ponderável acumulação de capital endógeno já está empenhada em provocar um surto fabril com a utilização dos recursos naturais internos, a interveniência do capital alheio tem de ser rigorosamente discriminada, dirigida para certos setores e obstada em outros. A existência paralela das duas espécies de capital, em competição, tem de ser considerada como provisória e só será mantida, sob lúcido contrôle das fôrças do setor brasileiro da economia nacional.

A eventual contribuição externa deve ser apreciada do ponto-de-vista de quem a recebe. Para êste é que se apresenta a alternativa de ter nela um instrumento de progresso e de libertação ou um meio de dominação estranha. Compete à sua direção política, servida por rigorosa informação econômica, decidir, mediante a crítica consciente, da conveniência dos investimentos, da forma em que se realizam, do setor econômico a que se apliquem e do modo de retribuí-los. Eis por que a atitude de beato acolhimento do capital estrangeiro no país menos adiantado, pela crença implícita de que só êsse meio realizará o milagre do crescimento nacional, é atitude típica da consciência ingênua. É porque no fundo desta há o temor do seu destino, a desconfiança em si própria, que a faz sentir o seu progresso como um bem sobrenatural, só explicável pela munificência alheia.

A consciência ingênua é essencialmente tímida, ainda que por vêzes sujeita a crises espasmódicas de arrogância pueril. Ligada ao contexto pobre do subdesenvolvimento, é naturalmente propensa a conceber o exterior como um Além, onde tem realidade tudo quanto de bom e belo não possui. É, assim, levada a fazer do mundo externo uma região celestial, cujos habitantes, quando se dignam visitá-la, trazem consigo a aura da sua condição sôbre-humana. Não são sêres comuns, mas criaturas de ordem superior, a quem de direito há que tributar tôda reverência. É uma consciência que não crê em si, não valoriza o que faz, porque o atribui à bondade dos que a auxiliam, reservando para si a parte mais modesta de executante material. Instala-se, portanto, num mundo mágico e assume nos problemas econômicos as formas de pensar que são próprias da visão religiosa da realidade. Admira-se daquilo que vai conseguindo fazer, porque tem a impressão de não ser causa disso, mas devê-lo à generosidade de poderosos benfeitores. Neste sentimento simplório, interpreta a sua dependência como honrosa deferência dos dominadores para com ela, chegando ao ponto, nos

casos de alienação extrema, de julgar que, por mais demonstrações de submissão que dê, ainda assim não estará correspondendo devidamente aos favores de que a cumulam os que condescendem em manter com ela relações econômicas. Na sua teologia subserviente, o Capital desempenha o papel da Graça. É um dom divino que aos pobres cabe apenas esperar, implorando-o fervorosamente, mas cuja efetiva distribuição decorre de decretos gratuitos de uma insondável Providência.

Tal maneira de pensar é evidentemente banida pela apreciação crítica do processo econômico, que revela a interdependência do dominador e do dominado. Sòmente essa concepção fará ver a correlação entre o superior e o inferior, do ponto-de-vista dêste último. Mostrará que a subvenção exterior é um projeto do outro, pôsto em prática aqui. Desde o momento em que a consciência se abre para esta compreensão, altera-se radicalmente a perspectiva dos acontecimentos, invertem-se os sinais que afetavam até então os têrmos da equação, e o papel, em que antes se via o país menos desenvolvido, de puro objeto da filantropia do mais próspero, passa a ser agora o de quem está fazendo positivo benefício aos que com êle negociam.

Traço marcante do pensar ingênuo é a tendência a dar matiz sentimental às coisas econômicas, a apreciá-las segundo considerações estéticas, a escravizar-se a uma etiqueta que lhe ordena assumir sempre atitude respeitosa. Sente, com efeito, como coisa de mau gôsto, chocante, falar em têrmos crus e objetivos de assuntos financeiros. Procura envolvê-los em linguagem indireta, receando ferir a sensibilidade do interlocutor. É a eufemização do econômico. A êste comportamento se opõe o julgamento crítico que sabe constituir o domínio econômico um setor legítimo e fundamental da realidade, e que os fatos aí ocorrentes são regidos por leis formuladas por uma ciência objetiva. Nada justifica o hermetismo em que alguns desejam encerrar esta ciência, convertendo-a em saber quinta-essencial, só acessível a pequeno número de iniciados. O obscurecimento do debate econômico, com o fim de tornar exclusivamente técnica essa ordem de conhecimentos e de reservá-los apenas a reduzido grupo de especialistas, trai a manobra dos interessados em não deixar que as decisões, nestes assuntos, sejam tomadas pelos representantes políticos da consciência comunitária, na falsa insinuação de que são coisas de que êstes últimos não entendem.

b) *Os economistas, os políticos e a consciência ingênua*

Uma das deficiências do país subdesenvolvido é que os seus economistas se incluem, muitas vêzes, nos setores mais representativos da consciência ingênua, quando não acontece, o que é freqüente, sucumbirem à sedução dos proveitos da corrupção e da docilidade às manobras imperialistas. Dá-se então êste impasse: sem a intervenção de técnicos em economia, portadores de uma consciência autêntica, é impossível planejar os grandes empreendimentos de que o país carece para se desenvolver; mas, de outro lado, os economistas mostram-se muitas vêzes incapazes de pensar de acôrdo com a consciência crítica da realidade. O país precisa dos economistas para examinarem os seus problemas, mas a resposta que lhes darão será com freqüência ingênua porque não parte de quem vê o processo de dentro para fora, mas de quem o observa de fora para dentro. Não é sem motivo que isso acontece, e assim sendo é preciso ter clara compreensão dêste fato e mantê-lo presente ao espírito.

Os economistas profissionais de um país subdesenvolvido não estão capacitados, tão-sòmente por motivo de sua qualidade de ofício, a dar a interpretação correta da realidade; êsse papel compete aos pensadores que se dediquem a considerar o problema do desenvolvimento como totalidade, armados de um arsenal de conceitos, lógicos, históricos, sociológicos, imensamente mais rico do que o fornecido pela ciência econômica estrita. Esta fornece preciosa contribuição de idéias imprescindíveis, mas deve incorporá-las a uma percepção mais ampla e geral, à análise filosófica do desenvolvimento. Tampouco os economistas de um país estrangeiro, em fase superior de desenvolvimento, podem fazê-lo, porque ou deturpam por interêsse a realidade ou a interpretam mediante um sistema conceitual inadequado. Êste fato, repetimos, precisa estar sempre presente na consideração dos dirigentes políticos. Não lhes é permitido dispensar o concurso dos especialistas em economia e finanças, pois sem o tratamento dado por êstes aos acontecimentos e projetos faltaria o aspecto técnico indispensável; contudo, não deverão louvar-se integralmente no que lhes disserem os seus assessôres, pois terão sempre de levar em conta o inevitável coeficiente de alienação que lhes afeta os planos e relatórios. Cabe então perguntar pela razão dêsse modo de ser. Poderíamos resumi-la nesta frase: os economistas formam-se no processo econômico desenvolvido. Quando o processo se encontra nas etapas

inferiores, os economistas do país subdesenvolvido formam-se nos livros. São os que, por vocação, se inclinam para esta ordem de estudos, mas, por falta de observação de um considerável processo real em tôrno de si, ou por deficiência de inserção profunda nêle, colhem na literatura a maioria dos conhecimentos, das idéias e dos métodos analíticos de que se utilizam, para em seguida aplicá-los aos fatos oferecidos à apreciação, na escala elementar em que ainda acontecem. Inevitàvelmente será ingênua e alienada a perspectiva assim formada. Só quando o processo econômico, pelas fôrças imanentes que o impulsionam, atinge nível mais adiantado, é que começará a tornar-se perceptível à consciência a lógica própria que o conduz. Esta consciência, porém, não será primeiramente a dos economistas, mas a dos sociólogos e filósofos, que, formados igualmente pelo processo, à medida que se desenrola, adiantam-se todavia na compreensão da realidade, por efeito da intenção com que a apreendem, que é a de captá-la na sua totalidade concreta.

É normal, portanto, nas fases primárias do desenvolvimento, que a maior parte dos economistas exibam uma consciência ingênua. A situação de deficiência antes assinalada rompe-se, no entanto, no curso do processo. À medida que êste se vai configurando na especificidade do caso nacional, constituindo-se como único no decorrer histórico, e se vão tornando imprestáveis os conceitos e apreciações clássicos que os economistas lhe pretendem aplicar, irão êles sendo obrigados, para acompanhá-lo, a despojar-se do saber adquirido e cegamente empregado, e a induzir do real as categorias efetivas com que apreendê-lo. Para tal, seria extremamente fecundo que buscassem a aliança com os sociólogos que, sem dúvida, os terão precedido nesta iluminação conceitual, mas não terão podido elaborar, é claro, na minúcia e tecnicidade da matéria, as noções específicas que os problemas econômicos requerem.

As considerações precedentes, relativas aos economistas como grupo profissional, podem ser referidas, de modo mais ou menos semelhante, também a outros grupos sociais, que exercem decisiva influência no processo de desenvolvimento. A primeira menção cabe aos "políticos", na acepção comum do têrmo, isto é, àqueles cidadãos que se alçaram às posições de representação em virtude do voto popular, ou que, mesmo sem funções oficiais, são de fato representantes do pensamento de parcelas ponderáveis da comunidade, pela preponderância que exercem no meio a que pertencem, e que

se faz sentir na cogitação dos rumos de govêrno. Também nêles, em alta proporção, é visível a consciência ingênua da realidade nacional. Não se trata, neste caso, de um grupo social definido por conhecimentos especializados, mas da classe dos delegados do povo. Cumpre-nos compreender porque assim acontece. Se examinarmos a questão indagando como se processa a mudança de mentalidade política no conjunto social, veremos que a ingenuidade predominante reflete o estado efetivo da consciência comum. A transmutação do pensar ingênuo no pensar crítico, com plena autoconsciência, jamais ocorre, numa comunidade, na maioria absoluta dos seus componentes. Nem mesmo no indivíduo isolado a consciência crítica se identifica inteiramente com o seu modo de ser. Para avaliar o início de nova fase na consciência da comunidade, o que importa não é tanto o número de indivíduos que se convertem à reflexão crítica, nem a relação que êste número tem com a quantidade total, mas o decisivo é que se tenha instalado na consciência social certo número de princípios geradores do pensar crítico. Quando isto se dá, é lícito dizer que a sociedade sofreu uma transmutação qualitativa, que a elevou do plano ingênuo à reflexão consciente. Não é preciso que haja a conversão autoconsciente da massa ao pensar crítico explícito; o que tem importância decisiva é que, em virtude da alteração dos seus fundamentos objetivos, nela se instalem algumas idéias diretrizes, distintas qualitativamente das que lhe comandavam, antes, a compreensão e as reações. São, de fato, idéias que funcionam como focos de outras idéias, são origem de atitudes e julgamentos, que, mesmo conservando-se quase sempre emocionais e toscos, por já terem, entretanto, um mínimo de percepção dos conceitos fundamentais de que derivam, e por serem êstes condicionados em sua verdade pelo estado objetivo do processo, merecem com todo direito ser chamados críticos.

c) *O trabalho, fator de transmutação da realidade e da consciência*

É legítimo dizer que uma sociedade assume a consciência crítica de sua realidade, quando as massas que a compõem assimilam certo número de conceitos configuradores de uma representação do seu próprio estado e do mundo a que pertencem, qualitativamente distinta da que antes a caracterizava. Se os conceitos anteriores eram as matrizes do pensar ingênuo, êstes novos desenham outra mentalidade coletiva, re-

velam novo estágio de percepção, a qual, sendo, por obra dos seus representantes mais lúcidos, reflexiva e indagadora dos seus motivos, deve ser chamada crítica. Que fôrças determinam essa transmutação? Estaria inteiramente equivocado quem julgasse que a substituição do que chamamos de princípios ou módulos do pensar se opere por doação à massa de novos conceitos ou categorias, que um círculo de elite, em cuja inteligência se tivesse primeiramente processado a revelação dêles, outorgasse ao homem do povo, que os receberia, assim, de uma camada superior, como iluminação vinda de cima, dos melhores, mais capazes, mais sábios. Essa concepção equivale a admitir permanente dualidade de estratos na consciência social e a fixar numa relação imutável a diferenciação de valor entre êles. Coloca ambos em correlação estática, fazendo um, o inferior, tributário do outro, que lhe seria superior em qualidade, dotado por natureza de maior dignidade. Êste esquema é, em si mesmo, um modo de ver ingênuo.

A transmutação das fontes, dos modelos do pensar, que configuram a consciência da massa não se faz, pois, pela interferência das elites, mas ocorre tão-sòmente como conseqüência do movimento próprio do processo da realidade. Êste, nos seus estados incipientes, não é capaz de desenhar com plena nitidez para a consciência que o apreende os princípios racionais que o configuram. Em tal caso a reflexão imperfeita da massa não se detém senão sôbre os aspectos superficiais, necessàriamente os mais grosseiros e evidentes. Não percebendo a estrutura, ainda mal conformada, que a condiciona, responde às perguntas naturais sôbre o que está acontecendo com a imaginação de causas e a invenção de mecanismos explicativos sem nenhum fundamento. Não sabendo dar resposta ao que percebe, corre o risco de aceitar passivamente as explicações que, como lições de sapiência, lhe sejam ensinadas por aquêles que reconhece como mais cultos, mais estudiosos e competentes. Torna-se espontâneamente receptiva às interpretações que lhe venham "de cima", que acata e respeita como verdades científicas. Entrega-se com tôda a naturalidade à direção daqueles que admira como sendo a elite intelectual, voltando-se mesmo àvidamente para êles em busca de saber e orientação. Por seu lado, êstes, ao se verem assim reverenciados, confirmam-se a si mesmos na condição de elite e, percebendo-se solicitados, julgam-se distintos, como classe, dos que os circundam, consumando desta sorte o funesto divórcio entre a cultura e a massa.

Tudo isto, porém, sòmente pode ter lugar nas fases primárias do desenvolvimento. Só então é que os condicionan-

tes do processo real são ainda bastante obscuros para que as massas cheguem a ter dêles ao menos um início de consciência. É quando ficam expostas à impostura das elites ou até mesmo a reclamam. Se, porém, as fôrças modeladoras da realidade alcançam níveis de atuação mais altos, é fatal que se vá tornando visível o processo criador do real. A razão dêste fato é que a transformação em que o desenvolvimento consiste não se produz por efeito de fôrças mágicas, extramateriais, pela evolução imanente de uma Idéia ou de um suposto Espírito Absoluto, mas é devida ao trabalho humano aplicado à realidade material.

Voltamos assim a encontrar o tema do trabalho, considerado êste agora na função de fator de transformação da consciência. Enquanto as modificações que o trabalho imprime ao real são de pequena monta, como é o caso na rotina da etapa primária, pode o trabalhador julgar que sua condição é de ordem natural, incluída por necessidade numa estrutura objetiva imutável que a precede e determina, e não lhe ocorrerá a idéia de que o trabalho que executa cria em verdade o mundo onde se encontra. Vê-se a si próprio ligado a êsse mundo e a essa sociedade por uma multiplicidade de vínculos, mas não percebe que o seu trabalho, aquilo que o constitui em essência, é o principal dêsses vínculos. Aceita, por isso, tôda espécie de explicações das condições do mundo onde vive e do seu destino como indivíduo, as quais apelam para as mais variadas causas, mas deixam de mencionar entre os fatôres do real o papel criador desempenhado pelo trabalho. A massa está sujeita então a ser transviada da compreensão legítima e sucumbir às formulações idealizadoras da realidade e das relações sociais que lhe transmitam os expoentes do saber. No entanto, o trabalho que executa vai-se aos poucos acumulando e determinando o surgimento de novas estruturas e relações objetivas, como, por exemplo, novas indústrias, explorações agrícolas mecanizadas, vias de comunicação acessíveis a todos, mobilamento do ambiente doméstico com manufaturas de confôrto etc. Em dado momento êste processo está tão avançado que se produz no trabalhador súbita reviravolta de consciência, assinalada pela compreensão de que tal mudança do real é efeito do seu trabalho. É a revelação, ainda que inexpressa, do mecanismo de transformação da realidade.

Nas fases elementares do desenvolvimento, o trabalho primitivo, pouco rendoso, fabricador de objetos isolados, em pequeno número, ou gerador de diminutos serviços de utili-

dade pública, não se destinava a produzir em geral senão coisas que só reduzido grupo de privilegiados aproveitava. O trabalhador, não participando dos benefícios da transformação da natureza que causava, não era naturalmente levado a refletir sôbre a significação do seu papel, e muito menos a se atribuir, como classe social, direitos particulares em razão de tal atuação. É claro que a transformação dos métodos de trabalho, o consumo dos bens que manufatura e o uso, pelo próprio trabalhador, das obras públicas que constrói, dão-lhe outra perspectiva do seu valor e da sua função na criação da realidade. É o momento em que o trabalhador começa a responsabilizar o seu trabalho pelos melhoramentos de que a comunidade está gozando. E como reconhece que nem todos cooperam para isso, antes muitos são os que se aproveitam do que não produzem, rebela-se e torna-se exigente. O fato decisivo é que a nova consciência se instala na massa e toma os delineamentos do pensar crítico, em conseqüência do desenrolar do processo de crescimento nacional, tendo por fator causal a modalidade superior de trabalho.

Há tôda uma teoria da qualificação concreta do trabalho e das repercussões ideológicas de cada uma de suas espécies, que precisa ser feita para esclarecer a fundo o problema aqui discutido. Não nos atrevendo a acometê-la, permitimo-nos apenas indicar alguns pontos preliminares. O modo pelo qual o homem vê o mundo tem como uma das suas causas condicionadoras, a natureza do trabalho que executa e a qualidade dos instrumentos e processos que emprega. Não é apenas a diferença entre os inúmeros tipos de trabalho que desejamos assinalar como explicativa das diversas percepções do mundo, mas, ainda, e para o nosso propósito êste aspecto é o mais importante, a diferença de nível qualitativo, ou seja, o grau de progresso instrumental e técnico na execução de um mesmo tipo de obra ou de serviço. Com a passagem de um a outro grau qualitativo, altera-se a perspectiva consciente do trabalhador, e sua visão do mundo, sensibilidade aos fatos, escala de valores, ordem de exigências, tudo se modifica.

Consideremos, para exemplicar, um tipo de trabalho tão rudimentar e primário como seja o de cavar a terra para fundação de edifícios, abertura de estradas etc.; suponhamos que, num primeiro momento, o operário o execute com os instrumentos mais grosseiros e penosos, como enxadas, pás ou picaretas, e que, noutro momento, já tenha à sua disposição uma escavadeira para chegar ao mesmo resultado. A melhoria do instrumento certamente se fará sentir na consciência

do trabalhador. Ao descobrir que faz o mesmo objeto ou realiza a mesma tarefa com menor esfôrço muscular relativo, que produz mais na mesma unidade de tempo, não pode deixar de sentir-se mais qualificado. A qualificação da obra se reflete na qualificação da pessoa. O aumento da produção dá ao operário o sentimento de maior participação no resultado final, faz que tenha mais claramente a percepção de ser autor do que está produzindo, estende a sua área de dominação sôbre a realidade, e isso não ocorre sem repercutir na apreciação do seu papel no mundo. Ao incremento quantitativo do produto corresponde um incremento qualitativo do produtor. Nesta nova condição, suas exigências sociais evidentemente serão maiores, de acôrdo com a maior importância que agora atribui a si próprio.

Parece-nos que neste fato, quando devidamente generalizado e analisado em todos os aspectos, está a raiz da transmutação das formas de consciência, bem como a das variações de tensão social, expressas nas crises das relações de trabalho e aumento das reivindicações obreiras. O trabalhador faz a descoberta do mecanismo determinante do desenvolvimento da realidade material ao perceber que êste não é outro senão o seu próprio trabalho. Ora, o ponto decisivo a salientar é que esta descoberta êle a faz por si, sòzinho; esta verdade não lhe é dita por ninguém, muito menos pelas chamadas elites, que a ignoram, e, mesmo que a conhecessem, de modo geral, teriam interêsse em não comunicá-la. É resultado do grau de avanço do processo, é produto da acumulação do trabalho, que, como mostramos, é a técnica.

A análise do trabalho, feita nas linhas anteriores, é primordialmente de ordem existencial e não econômica. Parece-nos que o condicionamento da consciência e sua eventual transmutação partem, de modo imediato, da situação vivida pelo trabalhador, dela é que tiram os seus determinantes. A melhoria qualitativa do instrumento considerada enquanto fato existencial, altera a percepção do operário porque lhe altera simultâneamente o ser. Êste, como sabemos, não é abstrato e sim definido por suas relações sociais, origem de suas operações, logo em íntima dependência do instrumento com que as executa. Claro está que a troca dos utensílios e máquinas de trabalho supõe o processo econômico que a determina, mas a maneira justa de compreender a determinação objetiva do pensamento é referi-la diretamente à circunstância vivida, descobrindo-a pela análise existencial, e só através dêsse condicionamento atingir os fatôres econômicos que indiretamente entram em ação.

d) *A democracia e o processo da consciência nascente*

Assim sendo, compreende-se porque dizíamos, linhas atrás, que o critério para julgar da transformação da consciência social de ingênua em crítica não deve ser a quantidade absoluta de indivíduos que já alcançaram a autoconsciência dessa modificação, pois não é tanto o número dêstes que importa, para apreciar a natureza da representação da mais avançada comunidade, e sim a presença nela, positivamente verificada, das idéias diretrizes da forma crítica de pensar. Se estas já existem, como representação de situações objetivas, e se um grupo suficientemente significativo de indivíduos atuantes no meio social se apoderaram delas e a elas conformam o seu pensamento, pode dizer-se que a comunidade ascendeu a um plano mais alto. Isso se dá em virtude do processo que atinge a todos, mas não obriga mecânicamente a imediata conversão de consciência. Ao contrário, sabemos mesmo que a formação da nova modalidade de pensar corre sempre com certo atraso em relação ao grau efetivo de avanço do processo. Acontece, assim, que o número de indivíduos possuidores do pensar crítico é relativamente pequeno quando, por outro lado, já são inequívocos os efeitos das novas condições da realidade. Se é normal o fato de, na fase de subdesenvolvimento ou de início de desenvolvimento, serem poucos os indivíduos capacitados pela posse da reflexão crítica, é impossível esperar que os elementos que exprimem, por eleição do conjunto, o estado médio de representação coletiva estejam, como grupo, em grau mais adiantado do que o permite a fase correspondente do processo. Logo, é inteiramente descabido exigir-se uma classe de políticos, superiores em qualidade ao grau de consciência possível relativo à etapa em que se acha o processo da realidade. Eis por que a eleição é um procedimento excelente, e a democracia de todo justificada, como a única forma desejável de govêrno, precisamente porque constitui a condição de veracidade para a consciência da comunidade.

Por paradoxal que pareça, é justo dizer-se que um dos grandes proveitos da eleição democrática é impedir a escolha, para os cargos representativos, de indivíduos que se encontrem ideològicamente muito além da fase atual do processo da realidade. Impedindo a escolha dêles, defende o processo de uma intervenção que lhe perturbaria o dinamismo normal. Com efeito, o perigo principal de tal ocorrência seria conduzir as massas a verem no líder uma personalidade exterior a elas, que acatariam por nêle vislumbrarem virtudes

em grau supra-eminente e a quem se entregariam, tudo esperando da mestria da sua ação. Esta eventualidade concorreria para obscurecer gravemente a possível consciência nascente no seio da massa, originada da reflexão sôbre os fatos do desenvolvimento e a participação individual do trabalho coletivo, a que há pouco nos referimos. A eleição na democracia serve exatamente para refutar a ilusão aristocrática, que consiste em supor que são os melhores que fazem o melhor. Com facilidade se discerne o idealismo desta concepção; não existem os "melhores", nem o "melhor" abstratamente, a não ser para os representantes do pensar ingênuo. O caráter de "melhor", aplicado a pessoas ou a ações, só admite ser definido concretamente, em função de uma circunstância histórica particular e em relação ao dado presente da realidade. Neste sentido os "melhores" não são os indivíduos que se apresentam revestidos de atributos sacrossantos, como nobreza, cultura, inteligência, honestidade, riqueza etc., mas os que representam de maneira fidedigna o efetivo estado de transformação por que está passando a realidade, ou seja, se comportam em concordância com as tendências emergentes da sua sociedade, em determinado momento do processo do desenvolvimento nacional. São melhores, porque são os vetores dessas tendências, as quais, por sua ação, se concretizarão na forma de um novo modo de ser da realidade. A sociedade encontra seus líderes naturais naqueles em cuja consciência, antecipando-se aos demais, se instalaram os moldes fundamentais do pensar crítico. São êstes os líderes autênticos, mesmo que disso não tenham noção, e ainda que, de momento, não recebam o reconhecimento dêsse papel por parte da consciência presunçosa. Mas, sendo êsses moldes, ou formas gerais, do pensamento, induzidos do processo da realidade, torna-se evidente que é o processo mesmo que cria os líderes políticos, à medida que êstes, pela participação pessoal que nêle tenham, descobrem o modo de pensar adequado ao que, de fato, está acontecendo.

Vê-se, pois, como é equivocada a compreensão dos que julgam ser preciso "criar líderes", chegando mesmo ao ridículo de pretender fundar para tal fim "escolas de líderes", onde a sociedade cultivaria um pugilo de promissores jovens, que se prepariam pelo estudo e pela disciplina para ser os dirigentes de amanhã. Não se concebe compreensão mais ingênua. Tudo nela está errado, desde o ponto de partida, que consiste em acreditar que os males da nação provêm de "não têrmos líderes capazes". A ingenuidade desta expressão está em ignorar êste fato objetivo: a nação sempre tem

lideres. Apenas o que se dá é que os tem da qualidade que lhe é permitido ter. Se a realidade social é um processo, êste não pode decorrer sem figuras dominantes nas quais se corporifique o grau de consciência geral permitido pelo estado presente. Os que negam a existência de líderes, em determinado momento, só o fazem por antipatia aos que objetivamente o são. Propugnam a criação de um viveiro de dirigentes para tirar o país do baixo nível moral onde se encontra, porque lhes falta a visão crítica da realidade. É ainda mais ingênua esta concepção, ao supor que os portadores do diploma de líder seriam capazes, sòmente pela sua virtude ou ciência das coisas, de intervir de modo a conduzir a realidade pelo rumo melhor e mais digno. Ainda uma vez incorrem na cegueira social de não perceber o dinamismo imanente ao processo real, cujas condições sòmente admitem ser modificadas, dando em resultado a elevação do curso histórico, mediante inteira adesão a êle, e não por atuação exógena. Só modifica o rumo do processo da realidade quem é parte dêle, ao constituir em projeto total a ação que nêle desempenha. Neste sentido, caberia dizer que é o processo que se modifica a si mesmo, por intermédio da consciência que suscita nos que dêle participam.

Outra ingenuidade, próxima a esta, é a que considera necessário, para melhorar o estado social, organizar uma equipe de especialistas em "relações humanas". Para tal fim criam-se cursos, instalam-se centros de formação e recrutam-se alunos, que se propõem a amenizar as agruras da existência cotidiana, intervindo nos desajustes sociais, resolvendo as situações de conflito, frustração e dor, graças ao conhecimento das profundezas da psique humana e das reações emocionais que motivam a infelicidade de tantos indivíduos. Forma-se imediatamente uma pequena coorte de professôres, ansiosos por ministrar aos seus auditores os frutos de um saber haurido nos livros e sobretudo na experiência da vida. Não é preciso maior esfôrço para se perceber a ingenuidade essencial de tôdas estas atitudes. Supõem, para começar, que as relações entre os homens tenham hoje um caráter especial, mais complexo e difícil do que tinham antes, a ponto de justificarem a elevação ao plano da ciência do conhecimento que lhes diz respeito. Acreditam, pois, que no passado, em tôdas as formas sociais, não tenha existido a mesma complexidade de entrelaçamentos pessoais e que só agora se haja descoberto que merecem ser objeto de uma ciência particular. O mais ridículo, porém, é julgarem que o estudo dêsse pseudo-assunto venha a contribuir para alte-

rar as situações sociais. Ignorando o mecanismo real do processo histórico, contentam-se os corifeus destas simplicidades em arregimentar discípulos e proclamar-lhes a possibilidade de uma atuação fecunda, e até mesmo, acham alguns, salvadora, na solução das lutas sociais. Como acreditam que estas não têm fundamento objetivo, consideram-nas apenas conflitos psicológicos e, assim sendo, basta educar melhor o indivíduo para a convivência com outros de temperamento diferente, que estará encontrada a solução para as desavenças, sendo coisa de menor importância o fato de um dos contendores ser um empregado mal pago e o outro um próspero patrão. Mas, não é apenas enquanto ingenuidade que desejamos denunciar aqui esta falsa, e muitas vêzes grotesca, atividade professoral. Há nela um aspecto mais sério. Em primeiro lugar, é indício de um momento peculiar do processo nacional, aquêle em que se verificam rápidas mudanças de estrutura e, portanto, comoções violentas entre os figurantes do drama social, situações essas que os beneficiários das posições rendosas tentam aplacar com auxílio dêsses supostos conhecimentos, onde vêem um corretivo para os desencontros resultantes da fase de transformação da realidade. Além disso, é sintoma também de existir no mercado social grande número de indivíduos sem profissão útil definida, os quais, dotados de certa habilidade verbal, se oferecem para ser professôres dêsses cursos sem substância visível. É o resultado do descompromisso, da futilidade de grande parte do nosso sistema educacional, que lança no mercado um contingente de indivíduos incapazes para o exercício de alguma função útil e que se põem àvidamente a inventar oportunidades de ensinar uma mescla de conhecimentos tomados de diferentes ciências com o fim de fabricar novos campos do saber onde se consigam instalar. São pessoas disponíveis para ensinar qualquer coisa que não esteja submetida a um critério objetivo de verificação do rendimento do saber. Abrigam-se nas formas impunes do ensino. Os cursos e escolas de relações humanas representam, pois, a institucionalização do conhecimento ocioso. Destinam-se a dar ocupações simbólicas a indivíduos cuja situação social não lhes permite ingressar no trabalho manual, e cuja imprecisa qualificação cultural também não os habilita ao exercício de tarefas intelectuais sérias ou de produtivo desempenho profissional superior. As atividades docentes do tipo aqui criticado, e outras que se lhe comparam, são sinal da existência de um sistema educacional que trabalha em larga margem para a obtenção de produtos inúteis, os quais, depois,

terão de ser conservados pela sociedade que os gerou. Criam-se, então, carreiras fictícias, tão-sòmente para efeito de providenciar o aproveitamento do que poderíamos chamar de "mão-sem-obra". De fato, enquanto nas atividades reais e eficientes da sociedade está aplicado o contingente da sua verdadeira "mão-de-obra" e outro, do mesmo tipo, se prepara para entrar em ação, há todo um restante, composto de indivíduos sem qualificação precisa, que, em vez de se prepararem para uma função na sociedade, querem preparar na sociedade uma função para si. É evidente que tal função só poderá ser ociosa e inútil, já que não requerida pela dinâmica do processo real. Tratando-se do assunto "relações públicas" ou "relações humanas", evidencia-se logo o seu caráter fútil e a sua essencial ingenuidade, que consiste em supor que a sociedade não educa suficientemente os homens para a forma de convivência que o estado de desenvolvimento e o regime vigente permitem.

O aspecto grave destas atividades de valor nulo está em que consomem ponderável cópia de recursos sociais, com o que deixam de ser simples frivolidades e de merecer apenas um indulgente sorriso, para exigir séria acusação, pelo que representam como espoliação, como parasitismo dos bens da comunidade. Para o país que necessita mobilizar todos os recursos na promoção do desenvolvimento econômico, as iniciativas do tipo "relações humanas", "liderologia", além de serem produto de pura alienação, pois copiam atividades congêneres de países em fase avançada de organização capitalista, são desperdícios nocivos à sociedade, que não se pode permitir a prática da sustentação de falsas profissões, num regime de permanente propina a semi-intelectuais desocupados.

Os que observam de fora o processo da realidade e apenas o pensam abstratamente ficarão sempre em situação de impotência real; vendo baldar os seus esforços para dar a direção que julgam mais conveniente a um movimento que se realiza à sua revelia, não lhes resta outra atitude senão a indignação, nem outro recurso senão a terapêutica moralista. Acreditarão que, se fôssem "outros" os que estivessem no govêrno, as coisas correriam de outro modo, bem melhor. Não percebem que esta maneira de apresentar a questão é simplesmente abstrata, é a substituição de um problema por uma hipótese, tem por fundamento a prévia evasão da realidade, pois consiste em dar-se antecipadamente uma condição que não é aquela que tem lugar efetivamente. Conduz a uma atitude recriminatória e freqüentemente ao saudosismo.

e) *O significado da educação para o desenvolvimento*

Dentre as variadas formas de ingenuidade da consciência política, uma das mais nocivas é aquela que se exprime por um enganador apêlo aos autênticos efeitos da educação. Apresenta o problema da realidade social, e o da sua direção, como problema de pedagogia; os males da sociedade, como defeitos de instrução, e o que chama de vícios e erros dos homens, como simples ignorância. É o retôrno ao que foi a posição socrática, a crença de que os virtuosos devem ser de direito os dirigentes, de que êstes podem ser preparados para tais funções por obra dos sábios, de que a virtude se ensina.

É sutil êste paralogismo, e nefasto, porque fácil de obter o assentimento público, donde o seu alto índice de contágio. A confusão que cria é difícil de ser dissipada, pois há de fato um problema de educação para o desenvolvimento nacional, apenas a questão não se estabelece nos têrmos em que a concebem os paladinos desta pedagogia simplória. O principal prejuízo que causa é produzir uma noção totalmente errônea do processo da realidade, além de conduzir à prática de investigações e inquéritos sociais absolutamente ociosos, em que se consomem num caminho estéril substanciais recursos econômicos, que um país em esfôrço inicial de desenvolvimento não tem o direito de esbanjar. A educação que é preciso difundir custa o que custa o próprio desenvolvimento nacional. Com efeito, é inteiramente ingênuo pensar que o país possa ter um índice educacional melhor do que o permitido pela etapa em que se encontra o seu processo de transformação. O vício desta atitude, que convém chamar de "pedagogismo", está em proceder em caráter abstrato, ao se referir à melhor educação, aquela que aceleraria o desenvolvimento nacional. Dizemos abstrato, porque os propugnadores desta tendência, quando chamados a explicar o que entendem por educação "melhor", freqüentemente se perdem em enunciados imprecisos ou genéricos, como educação "mais difundida", "mais funcional", o que os leva a se debaterem entre infindáveis propostas de reformas do ensino, "para melhor atender às nossas necessidades". Longe de nós negar que exista tal problema; apenas não aceitamos a maneira pela qual nos é apresentado por grande número de pedagogos profissionais. Julgamos que o essencial é mudar a perspectiva em que é colocado, transferindo-o do plano do pensar ingênuo para o ponto-de-vista da consciência crítica da rea-

lidade nacional. Só então teremos saído de um impasse, de um debate pràticamente infecundo, para uma posição a partir da qual se descortinam novas dimensões da questão. Seria matéria para todo um ensaio o desenrolar dêste tema. Não faremos aqui mais do que fixar um ou outro ponto importante.

A educação não precede o processo de desenvolvimento, acompanha-o contemporâneamente. Entre ambos existe uma tensão dialética que os condiciona mùtuamente. Com efeito, cada etapa da realidade contém no seu dinamismo tarefas a executar, a fim de que se transforme na etapa seguinte; são propostas, são desafios à ação humana, que é solicitada por êles a efetivar-se. Mas são ações complexas, a executar sôbre uma realidade material difícil de penetrar e de entender. A aceitação dêsses desafios, e seu cumprimento, não é coisa que se faça intuitivamente, sem preparo e sem consciência. A educação é justamente a consciência destas tarefas e a mobilização dos meios e recursos adequados a executá-las. A realidade é que suscita o conteúdo da educação conveniente para determinado momento histórico, cabendo apenas à pedagogia, como ciência, estabelecer os meios e os procedimentos próprios a possibilitar a transmissão da matéria que o constitui. A substância efetiva da educação exigida pela fase em que se encontra o processo nacional é que define a cultura. Seria primário conceber a cultura como ordem de conhecimentos específicos, à parte, definidos de uma vez por tôdas, de universalidade incondicionada, desligada de qualquer referência ao tempo e ao espaço sociais, como se fôsse uma nuvem de verdades, certezas e valores imóvel no ar, substantivada na palavra "cultura", e como se esta palavra significasse perenemente a mesma coisa. A cultura não é a acumulação e armazenamento do saber, de qualquer espécie, mas a assimilação dêle segundo uma perspectiva que é consciente dos fundamentos e exigências a partir dos quais incorporou os produtos do conhecimento de uma época anterior e os pensa como saber atual. Culto é o homem que aceita realizar uma incumbência exigida pela comunidade a que pertence e se preparou devidamente para isso, munindo-se dos conhecimentos necessários. Não é de modo algum o que se adornou de leituras clássicas, que perambulou por museus estrangeiros ou absorveu alguma disciplina científica por prazer ou por orgulho em possuí-la. Tudo isso pode fazer parte da cultura, mas não a define; tudo depende do sentido que recebe daquele que se mune das artes, das letras e da ciência.

O conteúdo do que se chama cultura individual é variável històricamente. Só como herança de longo passado, quando as condições da sociedade permitiam a dissociação do trabalho intelectual do labor manual, com a inevitável desvaloração dêste, é que se continua ainda atribuindo ao domínio do saber puro e desinteressado, às disciplinas chamadas "humanistas", ao cultivo do espírito pelas belas-artes, o privilégio de constituir a cultura. Explica-se que tal tenha acontecido numa sociedade onde o trabalho manual era rudimentar e rotineiro, não oferecendo estímulos intelectuais e exigindo apenas preparação mecânica relativamente sumária. Era por isso relegado às classes sociais inferiores, que recebiam por êsse motivo a designação de incultas. As classes superiores, que dispunham do lazer e dos rendimentos necessários, dedicavam-se então ao cultivo do saber desinteressado, das criações espirituais e artísticas, das lucubrações especulativas e denominavam-se a si mesmas cultas.

Ora, esta situação alterou-se na época presente. A complexidade dos procedimentos exigidos para a exploração e utilização da realidade material é de tal ordem que tende a obliterar a distinção entre trabalho manual e trabalho mental, pois o aperfeiçoamento constante das técnicas de produção suprimiu a rotina da execução e obriga, de agora em diante, o trabalhador a permanente esfôrço de revisão de suas noções. Conseqüentemente, a aquisição dos conhecimentos mais avançados—e êstes estão sempre surgindo—passa a ser socialmente muito valorizada. Enquanto de geração a geração se fabricavam sapatos pelo mesmo processo manual, o fato de um indivíduo saber fazê-los não merecia nenhuma consideração especial; mas, numa época na qual se vê cada dia serem oferecidos ao público novos e complicadíssimos produtos de interêsse coletivo, a posse do conhecimento técnico necessário para descobri-los, produzi-los e até mesmo repará-los torna-se um valor altamente apreciado pela sociedade como o prova a retribuição monetária cada vez maior que consente em pagar por êle. Inevitàvelmente, o técnico, o operário que se ocupa dêstes objetos, começa a receber o prestígio social que antes lhe faltava e que era concedido apenas aos doutores. Significa isto que a sociedade passa a admitir como cultura êste modo de saber, ainda que o não declare oficialmente, em virtude de pesar sôbre ela a tradição de um conceito válido apenas no passado. A modificação completa terá lugar, com a clara consciência do novo significado, quando o processo de desenvolvimento estiver tão

avançado, que sejam os trabalhadores em tarefas efetivas de transformação da realidade os que venham a receber as mais altas remunerações.

O processo de desenvolvimento cria os conteúdos autênticos da cultura, aquêles que, para cada etapa, devem constituir a matéria da educação. Ao mesmo tempo, porém, a educação reage sôbre o processo em curso, podendo, se anacrônica, retardá-lo, ou, quando oportuna, ser causa de aceleração. A todo momento coexistem na sociedade duas modalidades de educação, dois sistemas pedagógicos estão constantemente desenrolando-se: um, o oficial, de caráter formal, imposto de cima para baixo, vindo da consciência atual dos dirigentes e administradores para o terreno objetivo; outro, real, imposto pelos fatos na pressão que exercem sôbre o pensamento, o que é ministrado pelo processo mesmo do desenvolvimento na etapa onde se acha. Êste último nunca falta, pois é pressuposto pela realidade das transformações em curso; o que falta é a generalizada compreensão de que os conhecimentos que ministra sejam a matéria da verdadeira pedagogia. Enquanto esta modalidade educativa atua contìnuamente em favor da aceleração da marcha do desenvolvimento, a outra pedagogia, a oficial, será benéfica, ou não, dependendo da compreensão que tenha do processo nacional em andamento, sôbre a qual assenta. De fato, não há desenvolvimento sem consciência correspondente, ao menos implícita, e esta não se forma sem alguma espécie de educação.

O que nos importa assinalar é o papel decisivo reservado à educação bem compreendida, no esfôrço de transformação nacional. Os pedagogos, de modo geral, sabem disso e o proclamam em lemas grandiloqüentes, nos quais se esgota a sua compreensão do problema. Só não sabem qual é precisamente a espécie de educação a ser programada para alcançar aquêle objetivo. São improfícuas as discussões de ordem meramente formal ou psicológica, nas quais infelizmente a pedagogia tende cada vez mais a se encerrar, pois o que se impõe é a compreensão global do processo histórico onde se encontram incluídas, como parte, as atividades educacionais. A educação é eminentemente matéria sociológica, a que o filósofo dá a contribuição de um esclarecimento categorial. A sociedade não pode despender o enorme esfôrço de prover às despesas que custa a difusão da instrução apenas para transformar os indivíduos isoladamente. Êste esfôrço só se justifica, se o faz para se transformar a si própria. É pois um empreendimento do qual a origem e o fim é a sociedade. Esta, porém, não é concebida à parte do

processo material sôbre que repousa, nem está jamais privada da representação dessa dependência para com as estruturas que a suportam. O que varia é o grau de clareza com que a consciência coletiva se compenetra dessa relação e, portanto, o comportamento que assume para com os seus sustentáculos materiais. À medida que se vai esclarecendo a forma crítica de pensar, vão-se delineando, cada vez mais nítidos, os seus interêsses, aquêles que deve cultivar. Aos níveis superiores pertence a nítida representação dos objetivos que lhe são mais úteis, que necessàriamente é vantajoso realizar. Mas ao descobrir que tais objetivos consistem em novas condições do processo real, começa a formulá-los sob a forma de projetos conscientes. É nesse sentido que percebe a significação dos recursos educacionais.

A educação adequada ao país subdesenvolvido que deseja superar a sua fase histórica só deve ser delineada e conduzida por quem possuir a consciência crítica do processo da realidade; para tal país, a educação oportuna é a que permite a uma consciência crítica suscitar o aparecimento de outra consciência crítica É, pois, a auto-reprodução da reflexão crítica, mediante a transmissão de um indivíduo a outro. Só assim é eficaz. Como propagação do pensar crítico, suprime a interferência das concepções ingênuas, sempre nocivas. Gera uma percepção da realidade que vai progressivamente privando de vigência histórica os pronunciamentos da consciência simplista e, com isso, abre espaço cada vez maior à compreensão objetiva dos fatos.

Educar para o desenvolvimento não é tanto transmitir conteúdos particulares de conhecimento, reduzir o ensino a determinadas matérias, nem restringir o saber exclusivamente a assuntos de natureza técnica; é, muito mais do que isto, despertar no educando novo modo de pensar e de sentir a existência, em face das condições nacionais com que se defronta; é dar-lhe a consciência de sua constante relação a um país que precisa do seu trabalho pessoal para modificar o estado de atraso; é fazê-lo receber tudo quanto lhe é ensinado por um novo ângulo de percepção, o de que todo o seu saber deve contribuir para o empenho coletivo de transformação da realidade. Não há nisso uma visão idealizada do processo do desenvolvimento, mas o reconhecimento de que a lógica a êle imanente demanda uma consciência que o represente e uma vontade que se mova conforme as sugestões e exigências dêle partidas.

A transmutação de uma forma de educação em outra, crítica e progressista, não se faz mediante apelos ou con-

clamações. Êstes nada conseguem, porque são produto do pensar ingênuo. Há um momento, porém, em que a sociedade percebe a impossibilidade de continuar a sustentar o aparelho educativo tradicional e empreende sua reforma qualitativa: é quando esbarra nêle como num obstáculo ao desenvolvimento. Nessa ocasião a reforma educacional, visando a um reajuste entre o sistema formal e o real, terá de ser feita necessàriamente e não encontrará maiores resistências. Mas, isso só se dará com o avanço do próprio desenvolvimento, desenhando-se assim o quadro daquela implicação recíproca a que nos referimos. Nesse momento, a reforma educacional não precisa ser pregada por apóstolos. É imposta pelos empreendedores. Sendo matéria eminentemente política, pois que social, chegará o dia em que os políticos dela se ocuparão em caráter de urgência. Para que venham, porém, a realizar a transformação legal exigida pela nova conjuntura, é preciso que se tenham constituído, como homens de govêrno, em função do processo mesmo, que agora começa a exigir aquela modificação pedagógica.

A reforma do ensino nacional é matéria de decisão política, pois diz respeito à percepção geral do estado da sociedade e ao projeto do seu existir futuro. É decisão comandada pela visão da realidade como um todo, que é própria do político, enquanto indivíduo em quem se exprime o grau de consciência existente. Aos pedagogos de ofício cabe apenas organizar os meios de transmissão dos conteúdos do saber, dando cumprimento à orientação educacional cuja origem está fora do seu domínio. Seria grandemente nocivo o êrro de compreensão que levasse os representantes políticos do povo a abdicar do direito de estabelecer as diretrizes educacionais, submetendo-se, mudamente, com respeitoso temor, aos que se julgam técnicos no assunto, os pedagogos de cátedra ou de gabinete. Esta confusão só ocorre nas fases primárias do processo nacional, quando a reverência que os profissionais inspiram lhes é prestada incondicionalmente; é, na verdade, apenas indício da modéstia da consciência política reinante.

Se, em razão da fase ainda elementar do desenvolvimento e em conseqüência de pressões das fôrças sociais retrógradas, exploradoras do rendoso comércio do ensino particular, os representantes do povo votarem uma lei de diretrizes e bases da educação que favoreça aquêle comércio em detrimento da escola pública, leiga, universal e gratuita, deveremos ver neste episódio um índice da verdade do processo político, uma demonstração, por mais que a lamentemos,

da qualidade da consciência existente. Sendo, como efetivamente é, um projeto reacionário e oposto aos interêsses nacionais, seus efeitos logo se evidenciarão pela oposição que suscitará nas camadas esclarecidas da sociedade, que serão assim educadas pela luta que terão de travar para impedir a concretização de tal lei. Por outro lado, expõe a consciência atrasada, mercenária ou submissa, a ter de se confessar tal, com o que a circunscreve e a esgota pelo próprio cumprimento do seu gesto indesejável. Sem a inconveniência das decisões políticas não se cria a radicalização do processo, não se exacerbam as situações objetivas e não se oferecem as condições de uma transformação progressista.

Claro está que, pela ciência que possuem e pelas informações que colhem sôbre as condições do ensino, os especialistas são capazes de ter uma concepção dêste problema e convicções pessoais relativas ao melhor modo de resolvê-lo; mas, uma e outras só adquirem significação socialmente útil quando aprovadas pela comunidade, expressa esta aprovação pela capacidade de tais formulações teóricas de penetrar na representação crítica que os dirigentes políticos fizerem da conveniência das medidas aventadas. São êstes, e não os oficiais da matéria, que se devem pronunciar de forma definitiva sôbre o assunto, porque são êles os portadores dos interêsses sociais objetivos, que seriam beneficiados ou prejudicados pelas reformas sugeridas.

f) *O equívoco da predominância do técnico sôbre o político*

Vêm a propósito estas reflexões sôbre o problema da educação, para denunciar um dos sofismas mais típicos da consciência ingênua, que consiste em desligar da esfera da decisão política certo número de questões, sob a alegação de que, por sua natureza técnica e complexidade, só devem ser discutidas por especialistas e iniciados. Afirma que, em face da longa experiência e do conhecimento profundo de um homem dedicado ao trato do assunto, é inadmissível que se entregue a leigos e ignorantes a faculdade de opinar, e mesmo de decidir. É realmente ingênuo êste modo de ver, no sentido de que formula a questão numa perspectiva restrita, recusando-se voluntàriamente a aceitar o ponto-de-vista global da sociedade enquanto processo histórico. Ignora que, a todo momento, a sociedade tem globalmente uma percepção da situação que está vivendo e, portanto, ao lado da percepção individual, mesmo a do especialista mais capacitado,

há um sentir coletivo, que tem também a sua compreensão, ainda que muitas vêzes obscura e tècnicamente inoperante, sôbre tôdas as questões que lhe dizem respeito. É ingenuidade querer isolar uma da outra, superpondo a intelecção esclarecida à ignorância popular, como se esta fôsse um dado negativo a deixar de fora, uma impureza a eliminar, e não um aspecto real do problema, a ser incorporado à solução. É ingênuo êste modo de pensar, porque não se analisa a si mesmo, não investiga a relatividade da sua posição, não leva em conta o condicionamento dos seus juízos e propostas, dando por suposto o caráter absoluto dos seus enunciados, frutos que são de um saber que julga exterior à sociedade a que pretende aplicá-los. Acredita, inocentemente, ser apolítico e imparcial, apenas técnico, nas proposições que faz, nem de longe desconfiando que nos seus julgamentos esteja implícito todo um conjunto de conceitos, derivados de uma particular concepção da sociedade.

A perspectiva crítica, ao contrário, acentua o significado político de tôda proposta de transformação das instituições e dos procedimentos sociais vigentes, e subordina as decisões que acaso afetem o conteúdo objetivo da realidade à deliberação dos representantes políticos da comunidade. Não são êstes dotados de virtudes especiais de nenhuma espécie, nem, em têrmos gerais, de capacidade pessoal que os habilite a julgar como técnicos dos assuntos examinados; são, porém, representantes da presente consciência do momento histórico do país e, em tal caráter, refletem o processo real nas suas boas e más condições. Só êles estão capacitados, enquanto corpo coletivo, para decidir autênticamente. Os especialistas em qualquer ordem de conhecimento formam uma aristocracia, em relação à média da instrução social existente e, por isso, acham-se com mais facilidade expostos a desvios na percepção do significado dos acontecimentos, do que outros, menos dotados de formação técnica, mas diretamente envolvidos na dinâmica total da sociedade. Os especialistas prestam, e devem prestar, inapreciável colaboração à tarefa da comunidade, mas não é conveniente que lhes seja entregue, ùnicamente em virtude dêsse título, a direção do processo coletivo. Estão mais ameaçados do que outros de sucumbir à alienação, em vista da necessidade de adquirir o seu cabedal de saber nas escolas e na literatura estrangeiras, sem possuírem muitas vêzes a indispensável consciência crítica, para proceder à adaptação das idéias e ensinamentos absorvidos de fora às configurações peculiares da realidade nacional. É verdade que no plano ideológico a carência de

formação crítica das elites é de certo modo suprida pela impetuosidade do processo. Os homens que têm a experiência vivida do trabalho de produção industrial como empresários ou como obreiros estão começando a proceder em público, ainda que de forma empírica, insegura e em alguns casos contraditória, de maneira adequada aos ditames do interêsse nacional. Tão envolvidos se acham na prática do processo, que seu comportamento como agentes de transformação está mais adiantado do que a sua consciência. A prática os induz a terem empìricamente uma conduta de que não possuem ainda a correspondente compreensão ideológica, e só êste atraso na posse da percepção crítica da realidade os inabilita, no momento, a assumir a direção formal do processo. De fato, se isso acontecesse, o desenvolvimento seria conduzido por uma consciência que, não sendo aquela que teria a exata compreensão ideológica, se revelaria tão imperfeita quanto a dos grupos de meros letrados, eleitos, pelo voto, às funções legislativas.

A referência, anteriormente feita, aos economistas, retomada aqui quanto aos educadores, merece ser repetida com relação aos demais setores de conhecimentos técnicos especializados. Êstes exercem socialmente uma pressão positiva muito valiosa no sentido da elevação dos níveis do conhecimento nos diversos assuntos correspondentes a cada ramo da ciência; mas a decisão da comunidade deve caber aos que se acham investidos da representação política. Só assim é que os acertos e os erros dos mandatários se produzem em benefício da sociedade. Com efeito, o que importa socialmente, no sentido em que terá, ou não, ação direta sôbre a realidade, é o acêrto ou o êrro cometido pelos representantes do povo. Os que forem imputáveis ao técnico ou ao especialista não afetam a consciência da massa, que nêles não vê, cometidos por quem não era seu delegado, um acêrto ou êrro dela própria. Sendo, porém, atribuíveis aos políticos, como agentes do povo, são vistos por êste como atos dêle mesmo, na pessoa daqueles que escolheu. Quando, mais tarde, insistimos sôbre a obrigação de preservar os mecanismos e instituições que assegurem a autenticidade, a veracidade da representação do estado social em cada fase histórica, decorre tal exigência do postulado ideológico que estabelece a autodireção do processo da realidade mediante a interação com a consciência que suscita. Tudo tem de ser feito para impedir as distorções constituídas pelas intervenções de agentes menos representativos. É inútil julgar que com a entrega aos técnicos dos principais interêsses da sociedade seja

possível acelerar o curso das transformações e, até mesmo, saltar algumas etapas intermediárias. Esta eventualidade só acontecerá se o processo, nas suas condições objetivas, permitir. Mas, neste caso, a intervenção estranha nada criou, apenas executou o que era previsto na lógica interna dos acontecimentos.

O ideal da "tecnização" da função política é uma manifestação de ingenuidade ideológica. A missão que se impõe à filosofia do desenvolvimento é contribuir para dar aos homens de Estado a compreensão crítica do papel que já estão efetivamente desempenhando, sem disso terem a correspondente consciência. Não propugna pela transferência do comando do processo a outras mãos, nem mesmo àquelas que diretamente o executam, no domínio da indústria, da economia, do comércio ou da cultura, mas defende a manutenção dêste comando em poder da massa por intermédio dos seus representantes políticos. Ela é que o deve exercer, porque não é ingrediente passivo do processo, não é a multidão amorfa dos que serão por êle beneficiados, recebendo a doação que outros lhe fazem, mas é a base real que o suporta, que o realiza concretamente e que deve dirigi-lo. Uma das deturpações conceituais a que está sujeita a teoria do desenvolvimento consiste em julgar que, pelas funções desempenhadas pelas elites dirigentes e empreendedoras, a estas devam ser atribuídos os méritos, as responsabilidades, as honras e, portanto, os lucros maiores das iniciativas progressistas, reduzindo-se a um papel de fundo, a uma ação exclusivamente material e anônima o trabalho das camadas obreiras. Não é inocente êste desvio, antes é o pensamento que convém às elites burguesas se espalhe e se admita, pois valoriza em mais alto ponto a parte que lhes toca, além de dar cobertura às suas pretensões de retirar proveitos cada vez maiores do trabalho das massas assalariadas.

6 — CONSCIÊNCIA DA MASSA E PENSAMENTO BRASILEIRO

a) *A ambigüidade do conceito de massa*

Para desfazer êste equívoco, que afeta até mesmo aquêles que só desejam pensar com isenção e veracidade, não há outro meio senão proceder, como estamos fazendo, à analítica do desenvolvimento nacional, em busca das categorias de pensamento que nos capacitem a bem compreender a realidade. Ora, ao fazer esta indagação, o conceito de massa e a apreciação do seu papel assumem uma significação distinta, até agora em larga parte obscurecida, por ser a categoria "massa" utilizada pelos pensadores sociais em conotações diferentes, e em virtude de aparecer no contexto de ideologias da revolução ou em teorias da evolução histórica que, de modo geral, não superam o plano das construções abstratas.

A análise do processo do desenvolvimento de um país subdesenvolvido dá oportunidade a que o sociólogo ou o filósofo, que pensa partindo do âmbito a que pertence, depare com o fenômeno da massa segundo uma perspectiva totalmente nova, que não podiam ter os teóricos europeus da revolução socialista, para os quais o problema era o da reforma de uma nação. Para nós, porém, não se trata de reformar, mas de formar a nação. É natural, pois, que encontremos a presença da massa segundo um ângulo de apreensão inédito, e que tenhamos de elaborar de modo inteiramente original o conceito que lhe corresponda. Uma das possibilidades mais sub-reptícias de alienação oculta-se na utilização não refletida do conceito de massa. O uso intensivo que dêle fazem os teóricos europeus da sociedade escamoteia o fato de que o seu correlato objetivo são as massas populares daqueles países nos quais, e para os quais, foi induzida a noção. Esta idéia, contendo a representação do substrato humano informe do acontecer social, facilita perder de vista a real diferenciação que há entre massas de um país desenvol-

vido e outras de uma nação subdesenvolvida. Crê-se que tal noção deve valer para qualquer espécie de fundo populacional, onde quer que se imagine. Por não haverem reparado nas ambigüidades do têrmo, muitos estudiosos ou se tomam de invencível aversão por êle, ao considerá-lo um vocábulo irremediàvelmente comprometido com teorias revolucionárias que julgam falsas, ou o repetem mecânicamente, tal como o tiram dos autores que compulsam, mas, num caso e noutro, sem reparar na divergência de significados concretos que encobre. Com efeito, nem a palavra "massa" é de conteúdo subversivo, nem exprime inequìvocamente a mesma realidade social em tôda a parte, sobretudo quando se confrontam nações desenvolvidas com outras em estágios atrasados de existência.

Nossa análise, porém, tem por objeto um país definido e é em relação a êle que devemos indagar em que consiste, para nós, a idéia de massa, a qual só se tornará clara quando, examinando globalmente a sociedade, se descreverem os comportamentos dos enormes contingentes humanos que iniciam, por esfôrço próprio, sua ascensão histórica. Ao longo do presente ensaio aplicamos o têrmo "massas" especìficamente a êstes contingentes subdesenvolvidos, e não a outros.

b) *A constituição da massa no processo de desenvolvimento*

Em relação com o contexto social do país subdesenvolvido, se quisermos delimitar o conteúdo do conceito, melhor do que nos aprofundarmos num debate genérico, será tentarmos esclarecer a tese, que temos sustentado, segundo a qual a ideologia do desenvolvimento tem de proceder das massas, como manifestação da consciência própria que já tenham conquistado. A fim de examinar êste aspecto da questão da realidade nacional cabe dividi-la em três pontos, a considerar sucessivamente: 1) definir a participação efetiva da massa no processo de desenvolvimento, oferecendo-se, então, oportunidade de chegar à conceituação precisa do têrmo, em nosso caso; 2) demonstrar porque a ideologia do desenvolvimento deve ser uma ideologia das massas; 3) explicar de que maneira estas poderão gerar, ou adquirir, essa ideologia.

Iniciando o exame do primeiro tópico, parece-nos correto afirmar, como tese inicial, que a participação das massas no processo de desenvolvimento é conseqüência dêsse mesmo processo, é função do desenvolvimento. Chegaremos, assim, a compreender êste aspecto essencial para a conceitua-

ção do tema em estudo: a massa não preexiste ao desenvolvimento, mas começa a existir quando êle se inicia, e se configura progressivamente à medida do seu incremento.

Um país no qual ainda não teve origem o processo autóctone de desenvolvimento, onde a economia é de natureza reflexa, posta a serviço de uma organização situada em outra área, fora do seu alcance e interferência, é um país onde há sòmente populações aborígenes, contingentes humanos numerosos aplicados a trabalhos de produção primária, aos quais só impròpriamente se pode chamar de massas. Êste vocábulo foi cunhado para designar o análogo de tais multidões trabalhadoras, porém nos países em que já não era de natureza primária, nem entregue a um comando econômico exterior, o processo do trabalho popular. No país periférico, situado no grau extremo do primitivismo econômico, em regime de economia de subsistência ou submetido à exploração colonial, não há verdadeiramente massa. Estamos acostumados a usar esta palavra, e até mesmo é difícil evitá-la, porque por meio dela os autores estrangeiros se referem não só à coletividade obreira dos seus próprios países, mas também a tôda espécie de fundo populacional das regiões atrasadas. Devemos todavia ter sempre em vista a disparidade dos conteúdos numa e noutra situação. Não pode haver massa numa condição social universalmente amorfa, onde não estão ainda delineados os contornos de classes distintas, com fundamento objetivo no processo da realidade, e onde as únicas distinções visíveis são as que separam facções oligárquicas, locais ou alienígenas, entre si, ou estas do restante da população. Nas formas primitivas de labor não há massa trabalhadora, porque a natureza e o regime de produção a que se entregam não permitem a formação de uma consciência coletiva. O uso da expressão "massa", aí, é simples sinônimo de "multidão", mero têrmo quantitativo. Êste fato, que o sociólogo já tinha apreendido, recebe novo esclarecimento da investigação filosófica. Não há formação de uma consciência social significativa, porque o olhar do trabalhador não alcança senão uma fração limitadíssima e invariável do mundo, por nêle estar totalmente imerso. Entregue à faina elementar de extração de minérios, à labuta eternamente idêntica do pastoreio rudimentar ou da lavoura de enxada, à submissão dos empregos caseiros sem expectativas, o trabalhador é de tal forma absorvido pelo pequeno espaço do mundo onde opera, pelo desempenho inúmeras vêzes repetido dos mesmos gestos, e levado à insípida iteração dos mesmos sentimentos, que não há lugar para a formação de uma consciência social, pois esta implica

destacar o homem, tornado sujeito, da objetividade do mundo material. Ora, é isto o que não se pode dar no regime de trabalho servil ou grosseiro. Não havendo sequer o mínimo de consciência coletiva, não se constitui a massa com significado de sujeito histórico, porque a essência da massa como categoria histórica superior se manifesta no fenômeno existencial da comunicação das consciências, motivado pela participação coletiva de determinado contingente humano no processo da produção econômica e nas relações sociais que daí decorrem.

Parece-nos ter chegado aqui a uma noção a respeito da qual a filosofia da existência é capaz de trazer útil colaboração ao aclaramento de conceitos que não são seus e, mesmo, pertencem de ordinário a doutrinas que a hostilizam, freqüentemente com razão. A conceituação da massa enquanto classe operária a define pela comunidade de interêsses nos antagonismos econômicos. Conviria, entretanto, acrescentar que tal união se expressa em um fenômeno mais geral: a unidade de consciência, possibilitada pela intercomunicação, como resultado de um modo de viver semelhante, por fôrça dos determinantes objetivos. O sociólogo europeu não considera, não manipula, enquanto objetos, trabalhadores primários, antes se ocupa de indivíduos já dotados de uma consciência relativamente elevada e, por isto, não tem oportunidade de assistir ao surgimento da massa. Verificando a igualdade de interêsses entre todos, descobre a consciência comum que os anima e os constitui em classe. É levado então a chamar de massa a classe mais numerosa, e insensìvelmente a generalizar as conclusões a que chega, supondo-as válidas para qualquer contôrno histórico, o que nos parece não ser verdade. Se os sociólogos tinham mostrado que atualmente se deve reservar o conceito de "classe" para designar as divisões sociais de fases bem avançadas da economia capitalista, o mesmo deve ser dito, guardadas as diferenças, em relação ao conceito de massa. Esta é uma realidade que desponta como fato social no país que começa a movimentar o aparelho de produção em sentido realmente nacional, quando principia o seu efetivo desenvolvimento. Dá-se então a transformação existencial do trabalhador braçal em ser capaz de refletir sôbre a sua situação e, por isso, de compreendê-la no reflexo que traz no espírito; é capaz, de ora em diante, de auto-observar-se crìticamente, ou seja, referindo às condições reais o seu estado, de compreender a sua existência não apenas em modos emocionais e em têrmos morais, de lamentação, sofrimento, desespêro e esperança, mas em função de uma totalidade so-

cial, que começa a ser alcançada pelo seu olhar intelectual. É o despertar de uma verdadeira consciência pública. Repetindo-se o fato em volume socialmente significativo, pode dizer-se que está instalado na comunidade ainda atrasada o germe da futura massa. Com efeito, se as mudanças nas condições de trabalho, por causas que nãc vêm ao caso examinar agora, prosseguirem seu curso, a consciência individual incipiente robustece-se progressivamente, ganha clareza na representação do real a que está associada. Passa o trabalhador a se ver como autor do trabalho e não como simples fator executante, dentro de um grande encadeamento causal, onde representa papel menor. Instalando-se em seu espírito, esta compreensão significa total mudança na perspectiva do ser humano em relação ao mundo, pois é o fim da subserviência mecânica às necessidades físicas e o começo de domínio sôbre uma realidade com que até aí se julgava confundido. É a devolução do ser a si mesmo, o início do processo de superação da alienação, o término do abandono de si às coisas, que o iguala a elas, por dar a todos o estado comum de objeto; é a ascensão da subjetividade coletiva, em face da realidade material, agora reduzida à condição natural de objetividade, por efeito do trabalho que não mais envolve o trabalhador como elemento de um sistema, mas é realizado pelo homem sôbre o mundo exterior, com o qual não mais se confunde. Existindo esta compreensão, o trabalho deixa de se apoderar do homem, é o homem que se apodera do trabalho.

O momento desta mudança marca um ponto de inflexão qualitativo na evolução da consciência. Quando se dá em elevado número de indivíduos aplicados no trabalho de produção, a sociedade muda de conteúdo. Os trabalhadores, despertados à consciência, encontram agora no campo de sua representação a presença do outro, nas mesmas condições. O concêrto das consciências os constitui em massa trabalhadora. O encontro com o outro é um fato específico, irredutível, tem lógica própria, para cuja exposição se exigem conceitos peculiares. Não deve ser tratado em têrmos psicológicos, mediante explicações como as de imitação, contágio, enfeitiçamento por personalidades poderosas etc. É do domínio da investigação filosófica, que o incorpora à compreensão do existente humano.

Observe-se que, embora salientando a objetividade do processo que sustenta esta modificação e a sua natureza primordialmente econômica, não esgotamos a explicação filosófica com a referência à base material. Esta existe, sem dúvida, mas, para entendermos como atua, é preciso que o problema

também seja incluído na perspectiva de uma teoria da existência isenta de compromissos idealistas. O fenômeno de classe não surge imediatamente do fato econômico, mas contém a mediatização pela consciência, a qual forma um plano interposto, qualitativamente distinto, cuja análise deve ser feita com categorias próprias, para chegarmos a saber como se relacionam as transformações do processo material concreto com as estruturas sociais e os fatos culturais que historicamente lhes correspondem. A comunicação das consciências é um dado indispensável para compreendermos porque é necessário chegar a uma etapa relativamente avançada do desenvolvimento nacional para que em tal fase se cristalize uma consciência de massa. É preciso invocar a vivência da condição econômica, os aspectos existenciais que implica, e estudá-los como ordem específica de fenômenos, para então referir a situação material de base às suas manifestações sociais. Sòmente quando, em virtude das condições objetivas do trabalho, o outro ingressa na interioridade do pensamento do trabalhador é que se constitui a possibilidade da consciência coletiva da massa. Só então se torna interior a finalidade que move o deslocamento coletivo. Antes disso, há apenas acotovelamento dos indivíduos, reunidos em multidão, sem pensamento coletivo próprio, porque cada um não está representado na consciência de cada outro. Em tal caso, o movimento do todo é do tipo do transporte mecânico dos bandos, regidos por uma causalidade externa ao conjunto, atuando sôbre todos os elementos que o compõem, mas não refletida na representação pessoal dêstes. É o avanço do processo do desenvolvimento, determinando a necessária complexidade de correlações no trabalho do indivíduo sôbre a realidade, que cria a condição do encontro útil dos trabalhadores. É a aproximação pela interdependência no mecanismo do processo.

O surgimento da massa é fruto do grau de avanço do processo de desenvolvimento. Mas, se o processo, mediante o encontro das consciências, gera a massa, esta, por sua vez, contribui para impulsioná-lo. Com efeito, a formação da consciência da realidade é condição da passagem desta a fases superiores. Se a massa se constitui quando se criam as condições de possibilidade de uma consciência popular, esta, uma vez formada, torna-se o suporte das representações capazes de gerar o projeto de modificação do real. A consciência, sendo por essência intencionalidade, é ao mesmo tempo a origem a partir da qual a percepção do estado presente conduz a formular o projeto de transformá-lo. Assim sendo, é evidente que a existência da massa, além de ser indício de

consistência superior do processo, é fator de propulsão no desenvolvimento da realidade nacional. O país que já a possui demonstra estar capacitado a alcançar, por auto-aceleração, fases mais adiantadas de evolução e, por isso, deve dar-lhe ocasião de manifestar o seu modo de sentir os problemas da realidade, contribuindo para a formulação de um pensamento geral, que sem essa participação ficaria limitado a exprimir a interpretação dos círculos aristocráticos. A colaboração da massa no processo do desenvolvimento não pode ser reduzida ao *quantum* de fôrça de trabalho que oferece para ser aplicada nas transformações materiais. Não é lícito destacar o homem da massa tôdas as vêzes em que se quer fazer referência à consciência individual, admitindo que a massa só se torna ente social no campo das relações de produção, mas que, fora daí, quando se trata do aspecto humano do agente pensante, o ser coletivo se esvai, deixando em seu lugar uma multiplicidade numérica de indivíduos singulares. A massa é entidade social não só pela fôrça de trabalho, mas igualmente pelo pensar unificado de que é sede. Reduzir-lhe a contribuição ao desempenho de operações físicas é ignorar o fato de que o trabalho que executa gera uma consciência particular e, portanto, um ponto-de-vista sôbre o estado da realidade, e que êsse trabalho, pela comunidade de avanço técnico e de condições materiais e econômicas permitidas pela fase em que se acha o processo de desenvolvimento, tende a coletivizar as consciências particulares em uma representação uniforme.

Os que não compreendem devidamente êste fenômeno, não discernindo o caráter positivo da consciência das massas, são levados a ver nela, pela perspectiva meramente psicológica em que se colocam, apenas uma fôrça de resistência, uma vontade recalcitrante, sempre disposta a reclamações perturbadoras das condições vigentes. Armam-se assim do espírito de oposição a todos os anseios surgidos das camadas populares, onde só divisam instintos desordenados, sentimentos grosseiros de inveja e de rancor para com os que se encontram, merecidamente, na direção da sociedade. Não há atitude mais infeliz, porque conduz os representantes dos grupos dirigentes a se divorciarem do processo social, impermeabiliza-os aos influxos fecundos e às justas reivindicações provenientes da consciência do povo, desfigurados pela distorção que faz ver motivos subalternos em tudo que proclamam. Cortada a comunicação com o substrato popular, a consciência das camadas superiores está irremediàvelmente votada às posturas ingênuas. Êste é o seu grande perigo.

Surpreendemos aqui, na atitude de quem se coloca acima do vulgo, no rompimento de contato com o povo, a principal fonte abastecedora da consciência ingênua. Instalam-se os seus suportes, as suas geratrizes, de onde começa a germinar uma rica floração de comportamentos, tôda vez que o indivíduo se nega a participar da massa, qualquer que seja o motivo dessa repulsa: ou ser alguém que pertence de nascença às classes burguesas privilegiadas, ou nelas ter ingressado, erguido, por várias razões, do fundo anônimo, renegando a seguir a sua procedência ou, mesmo, no próprio seio da massa, ser pessoa que, por sofrer de inibições mentais, enrubesce de pertencer a ela. Separando-se da base popular, a consciência, julgada superior, priva-se da possibilidade de adquirir a autêntica ideologia da realidade nacional. Esta, com efeito, enquanto concepção que propugna pelo desenvolvimento do país, não tem outra origem nem outra sede senão a consciência das massas proletárias, urbanas e rurais. Passamos, assim, ao segundo ponto acima enumerado.

c) *A massa como origem da ideologia do desenvolvimento*

As considerações anteriores fundamentam, ao que nos parece, a justeza da afirmação de que a ideologia do desenvolvimento deve ser uma ideologia de massa. De fato, sòmente a coincidência com os motivos existenciais das camadas populares dará autenticidade ao pensamento que visa a transformar a realidade. São numerosas, no seio de uma comunidade, as possibilidades de constituição de um pensamento ideológico. Muitos grupos ou pensadores isolados chegam, pela meditação sôbre a realidade, a elaborar uma visão do processo nacional e a apontar soluções para as indagações que sugere; mas, para que seja reconhecida como a verdadeira teoria do desenvolvimento, e desencadeie as ações eficazes, é preciso que tal elaboração ideológica traga o sêlo da derivação popular.

Esta afirmação não é ditada por nenhum intuito demagógico, nenhum ressentimento. É preciso fugir da atitude emotiva que elevasse a massa à condição de matriz divina do pensar, envolvendo-a em uma aura mística, convertendo-a em fração eleita do povo, detentora de verdades transcendentais. Os homens que falam a partir da massa, ou pela massa, não são mais excelentes ou capazes que os demais. A fôrça que assegura especial significação ao seu pensamen-

to, e à ideologia que nêle se venha a concretizar, deriva apenas das condições de acôrdo com as quais participam objetivamente do processo histórico. Só agora para o país subdesenvolvido começa a ser verdade esta afirmação. Não é uma verdade abstrata, válida em geral. Anteriormente, em outras fases do processo histórico, pode não ter sido assim, não seriam as camadas populares o suporte do pensamento representativo do real dêsse momento, ou porque não se tivesse ainda configurado a existência da massa, por não haver o teor de consciência necessário ao seu surgimento, ou porque outras classes coincidissem a tal ponto com as tendências do período considerado, que estavam capacitadas a falar em nome dos interêsses nacionais.

Limitando-nos, porém, à realidade atual, é no seio das massas populares que encontram seu ponto de aplicação os vetores do desenvolvimento. Por isso, a elas compete a tarefa de exprimir ideològicamente o pensamento do país em sua emprêsa de superação do estado econômico atrasado. De fato, o surgimento da massa é o grande acontecimento da fase do processo nacional que estamos vivendo. É ela a novidade histórica, o "novo" como manifestação da realidade. Por conseguinte, o seu aparecimento imprime o rótulo de passadas, de decadentes, às configurações sociais que até então detinham o estandarte da representação histórica. O mundo nacional que foi o delas mudou, e agora começa a despontar outra configuração que as deve substituir. Esta é a massa. É isto conseqüência, como dissemos, do processo de desenvolvimento, mas é um fato que temos de reconhecer e interpretar devidamente. Se é verdade que assistimos à emergência de um novo substrato, representando o advento de uma entidade social inédita, tôda interpretação que dêle se pretenda fazer tem de partir de um ponto-de-vista interior a êle. Só é possível compreender o que significa a ascensão nacional da massa pensando êste fato a partir do interior dela, e não observando-o de fora, como fenômeno que não afeta o espectador. Não é razoável exigir que as massas possuam uma ideologia prèviamente à sua constituição, justamente porque só se constituem à medida que a criam, que se reconhecem nela; por outro lado, o avanço ideológico nelas existente, opera a cada momento em favor de sua consolidação, pois se vão cada vez mais realizando e definindo nos contornos do pensamento que nelas se gerou. Não estamos privilegiando, arbitrária e emocionalmente, um estrato social, mas apenas constatando a mudança dos seus conteúdos sig-

nificativos, causada pela transformação de fase no processo nacional.

Ao assumirem a vanguarda do processo, as massas tornam-se origem da ideologia do desenvolvimento por duas razões: *a*) porque são elas que executam as tarefas materiais do desenvolvimento; *b*) porque êste é feito em proveito delas. Como ambas estas condições são objetivas, compreendemos então porque só é autêntica enquanto consciência da realidade nacional a que procede do fundamento popular. Atravessamos o limiar de uma época, sendo a situação presente ainda em grande parte confusa, e para muitos incompreensível, porque coexistem no mesmo espaço nacional duas consciências distintas, exprimindo em linguagens diferentes o seu modo de pensar. Uma, a dos grupos que até bem pouco arvoravam, absolutos e exclusivos, o seu interêsse em interêsse geral da comunidade, e outra, a dos contingentes que se estão ainda formando sôbre sustentáculos dispersos na estrutura social. A primeira goza do privilégio de ter exercido relevante missão na história e, por isso, cultiva ciosamente o prestígio que daí lhe advém. Soube representar um papel decisivo em benefício do país, e de tal modo se houve que mesmo agora não é fácil traçar os limites cronológicos do seu período de autenticidade. Não se resigna a considerar-se superada e por isso busca argumentos para defender a sua posição, ou negando que sejam outros, hoje, os interêsses da nação, distintos dos seus, ou, mais radical, repudiando a teoria que prevê para cada grupo social inevitável declínio, após o cumprimento de um ciclo vital. Sua voz é a mais poderosa, porque domina de cima o panorama, dispõe dos meios para fazer-se entender e fala a partir de um passado onde teve irrecusável vigência.

Já a consciência popular em emergência é desfavorecida, neste particular, em todos os aspectos apontados. Não está ainda devidamente capacitada para impor seu pensamento, não só porque não se arregimentou bastante para forçar as resistências, como porque nem mesmo chegou a conceber de forma clara, segura e completa o seu modo de pensar. A ideologia do desenvolvimento é o seu pensamento natural, mas só agora começam a produzir-se de maneira inconfundível e com a solidez necessária os fundamentos objetivos que permitirão àquele pensamento constituir-se em sistema lógico de proposições. Enquanto os motivos que comoverem o espírito popular fôrem predominantemente emocionais, como a indignação ante as condições miseráveis de vida, o culto de um benfeitor ou a adesão a um herói condutor, não é de

esperar que a ideologia do desenvolvimento venha a ser organizada e atinja suficiente consistência para ser reconhecida pela massa como expressão do seu pensar. Mas, é preciso que ninguém se engane, tais movimentos emocionais são prenúncios iniludíveis do despertar de uma consciência pública e, embora estejam em fase prelógica de formulação, revelam já a próxima cristalização em teses racionais da verdade contida nas condições objetivas que ditam aquelas ingênuas ilusões. Estamos assistindo aos primórdios dessa elaboração, quando a massa não é ainda capaz de proferir em têrmos explícitos o seu ideário, exibindo com freqüência deslizes de conduta e submissões à retórica dos adversários, que só se explicam pelo índice, por enquanto elementar, da sua consciência própria. Mas, o processo está em marcha, e a criação ideológica que lhe deve corresponder é inevitável. Nenhuma tentativa de esmagamento ou de contenção será vencedora, porque para que isso acontecesse seria preciso deter o processo de crescimento econômico.

A emprêsa que possìvelmente alguns grupos dominantes desejam realizar é contraditória, pois consistiria em promover transformações materiais que elevem o nível de riqueza do país, da qual esperam ser os maiores beneficiários, sem ocorrer concomitantemente uma alteração na consciência das massas, que melhoram de condição em virtude da ascensão econômica geral. Por não estarem convencidos da inanidade dessa pretensão, é que vemos tantas vêzes expoentes de grupos que estão objetivamente contribuindo para o desenvolvimento manifestarem subjetivamente modos de pensar mais próprios de interessados em retardar o desenvolvimento. É porque no íntimo crêem ser possível realizar aquela façanha contraditória. Por isso, ao mesmo tempo que impulsionam iniciativas de alto valor para a transformação da realidade material do país, subvencionam escribas e locutores que veiculam conceitos destinados a enfraquecer os ímpetos da consciência popular em formação, denegrindo-os, desvirtuando-os, confundindo-os. A única atenuante que lhes podemos conceder é a ingenuidade com que concebem a marcha da história.

É inevitável que a resistência oferecida seja derrotada, pois a última possibilidade que lhes restaria, aquela a que alguns dos teóricos do seu círculo se apegam, é històricamente inexeqüível: consistiria em dar à massa, para que a use, uma ideologia. Querem por tôda forma obstar a formação de um pensamento popular, e quando chegam a convencer-se da estultice dêste intento apegam-se a um recurso

final: o de concederem êles próprios à massa uma ideologia, tão elaborada na formulação doutrinária e aparentemente tão oportuna, que anule os ensaios de pensamento que começavam a ser feitos pelo povo, instalando no lugar dêstes o produto superior que entregam ao consumo público. Um dos modos de falsificação da ideologia, apresentada como sistema acabado, como corpo de concepções, destinado a satisfazer os anseios da compreensão popular, é constituí-la em forma de extrema generalidade, a fim de nunca chegar a enfrentar os casos concretos, os únicos que falam diretamente à sensibilidade do homem do povo. A êste defeito não escapam alguns dos representantes intelectuais mais categorizados de partidos políticos arregimentados sob o dístico de trabalhistas, os quais merecem todo o respeito pela verdade do seu conteúdo popular. Contudo, por não terem ainda atingido a plena maturação ideológica, tais grupamentos permitem que seus mentores usem de uma linguagem na qual não raro traem o vêzo aristocrático de, como expoentes, se julgarem com o direito de ofertar à falange anônima dos partidários a mensagem de um pensamento esclarecido.

Nesta atitude doadora de idéias está a essência da concepção totalitária de tipo fascista: é a crença de poder sustar o progresso da consciência popular indo ao encontro dela e outorgando-lhe do alto e de uma vez o ideário que acolherá como seu. A noção central que comanda a confecção dêsse ideário e sustenta a esperança na eficácia dêle é a idéia de "concessão". Trata-se de constituir doutrinàriamente, de armar em ideologia, o conjunto de "concessões a fazer às massas". A dificuldade da construção está em definir até onde devem ir tais concessões, e a partir de que ponto excederiam o justo limite que lhe deve impor o "interêsse geral", tal como o interpretam os que dêle são os maiores beneficiários. É esta uma postura ideológica na qual se revela característica a contradição indicada. No íntimo, está a convicção de que as mudanças nas condições materiais só se acompanham de repercussões psicológicas, de ordem afetiva e moral. São estas as únicas que aos representantes dos grupos poderosos parecem normais, que esperam e estão dispostos a aceitar. Mostram com isso serem cegos para o fato inegável de surgirem também idéias e não sòmente sentimentos, quando se altera a realidade material. Daí o seu espanto, tristeza e indignação quando, em vez de gratidão por tudo quanto fazem "pelos pobres", recebem reivindicações.

Deparamo-nos aqui com outro traço do pensar ingênuo. Parece a alguns expoentes do poder econômico que as con-

cessões que fazem, melhorando efetivamente o modo de vida das classes trabalhadoras, devem conduzir a um estado de ânimo de satisfação e reconhecimento capaz de estabelecer razoável equilíbrio entre as fôrças sociais em conflito. Acreditam na viabilidade e eficácia de uma solução psicológica para as dificuldades sociais, pois acham que, se conseguirem criar o clima de harmonia e apaziguamento, aos poucos, dentro dêsse estado de espírito geral, irão sendo resolvidos os principais problemas das classes menos favorecidas. que conquistarão com segurança e em ordem o reconhecimento de seus direitos, sem precisar apelar para a violência. O que é essencial, portanto, é criar a atmosfera espiritual que permita solucionar as discórdias sociais no momento próprio e da maneira mais natural. Não é preciso dizer que escapa aos portadores desta ingenuidade a existência de uma lógica imanente ao processo do real, o fato de que lógica supõe representação ou idéia e, por isso, modificar objetivamente as estruturas da sociedade é ao mesmo tempo produzir novas idéias. Da transformação da realidade nacional, desencadeada pelo desenvolvimento econômico, derivará inevitàvelmente, para a comunidade que dêle se beneficia, nova concepção de si e do mundo, e esta terá de vir da massa. Sendo o desenvolvimento a produção de algo novo na realidade, a ideologia do desenvolvimento tem de ser a teoria do novo. Esta, porém, só pode resultar da prática do novo. Ora, quem tem esta prática é quem pratica o novo. É a massa que realiza pelo trabalho a criação das coisas novas, a serem interpretadas por um pensamento que não só deve constituir a representação correta delas, mas ser também origem do prosseguimento da ação criadora da novidade. A teoria do desenvolvimento reverte, assim, à prática, sendo condição indispensável para a continuação orgânica do processo. Vê-se, pois, que sòmente a massa está em condições de possuir a consciência da realidade nova, detendo as idéias gerais que serão sistematizadas na ideologia do desenvolvimento.

É uma simplicidade pensar que se chegará a apaziguar a massa com concessões, ainda as mais audaciosas. Porque, do ponto-de-vista dos interêsses da massa não se trata de obter concessões, mas de obter acesso; a ela, com efeito, só interessa o que conquista, não o que lhe dão. A justificativa da atitude tomada pela massa encontra-se nos proveitos que, presume, irão resultar para ela da posse de uma ideologia do desenvolvimento construída de acôrdo com os seus interêsses. Ao reconhecer-se como grupo humano diretamente

empenhado na execução dos encargos transformadores, fixa-se na sua consciência a convicção de ser a principal responsável pelo êxito obtido. Não estamos justificando esta convicção; queremos apenas descobri-la e analisá-la. Sabe que houve fatôres estranhos, como o capital e a técnica superiores, que desencadearam as iniciativas de que é chamada a participar como executante material. Sabe que sòzinha, nas presentes condições políticas, não teria capacidade nem oportunidade de dar início ao movimento que está realizando. Mas, do seu ponto-de-vista, aquêles fatôres, embora reconhecidos como verdadeiros, parecem-lhe secundários. Nada obscurece no seu espírito a certeza de que é, em última análise, a sua operação, a fôrça real por ela despendida, que causa os resultados obtidos. Insinua-se naturalmente assim a idéia de que os outros, os empresários, contavam com ela, com a energia que é capaz de produzir, como um dos dados do empreendimento que projetavam. Por isso, o indivíduo pertencente à massa sente-se instrumentalizado, convertido, na intenção dos outros, em instrumento material, em braço para acionar máquinas, portanto em peça humana da maquinaria industrial, e contra isso se revolta.

A redução do homem ao braço, tão freqüente nas teorias econômicas ingênuas e na linguagem corrente que nelas se inspira, tem profundo sentido existencial. Corresponde ao que se poderia chamar de "decapitação" do trabalhador, ou seja, a recusa a conceder-lhe uma cabeça pensante. A concepção simplista vê a massa como formada por uma legião de braços ativos, dispostos a acionar alavancas, mas privada de pensamento original. Diz amiúde que "há falta de braços" para a lavoura, mas nunca disse que "há falta de cabeças". Julga que basta dar ocupação à fôrça muscular disponível e retribuí-la equitativamente, para desviá-la de aplicações inconvenientes, ameaçadoras, revolucionárias, pois acredita que as idéias que a massa eventualmente venha a manifestar são sempre produto de infiltração externa, são insinuações partidas de intelectuais irresponsáveis, visto que, por si mesma, é desprovida de órgãos de intelecção. Considera a revolta popular um fato mecânico, uma agitação de braços desocupados, porque não pode admitir que o indivíduo, que ontològicamente é apenas mão e portanto instrumento para manejar instrumentos, seja capaz de gerar por si mesmo uma idéia. Falta-lhe a compreensão do significado existencial do utensílio, como revelador do ser do mundo, do estado da sociedade e da natureza do agente humano, o que só a análise filosófica é capaz de realizar.

Pouco adianta que se procure convencer o trabalhador da necessidade de incorporá-lo ao mecanismo geral da produção, alegando que alguém tem de trabalhar com as máquinas, de cumprir as tarefas humildes de transporte e manipulação de matérias-primas, de venda de mercadorias, de serviços públicos modestos etc. O fato de ser a sua ação a terminal na cadeia dos fatôres causais da produção dá-lhe uma preeminência insuperável. Parece ao operário que tudo o mais é preliminar, são pressupostos para o que verdadeiramente importa: o fazer, e quem o cumpre é êle. Neste fato talvez repouse o fundamento do conceito de "greve", que nada tem a ver, originàriamente, com a reivindicação de um "direito", não é estratagema astucioso para a conquista de vantagens, mas é um gesto de ordem existencial; em sua essência, não é atitude negativa, não é o puro não-trabalhar, mas, visto de dentro da consciência do trabalhador, é um ato positivo, mediante o qual decide, pelo não fazê-la, tornar sua a ação produtiva, e não do outro, o empresário. Do ponto-de-vista crítico, a greve não é a recusa à ação, mas a apropriação da ação, na forma do não fazê-la. Em plena ocorrência da greve fica demonstrado quem tem na verdade a direção da ação. Em tal circunstância, cabe ao empresário, que no estado habitual é quem dirige a ação, apenas o comando da repressão à greve, ou seja, a tentativa de conjurar a verdadeira ação, constituída pela suposta não-ação, que seria a greve. Desta sorte, ao se negar a trabalhar, o operário está executando a única forma que lhe é dada de trabalhar para si, que é, então, o não-trabalhar, pois o trabalhar, em tal caso, seria o trabalhar para outro.

Inevitàvelmente, qualquer que seja a argumentação que se lhe queira opor, a massa tende a se considerar cada vez mais autora daquilo que decorre do seu trabalho. Gera-se no trabalhador uma multidão de representações subjetivas, que, fortalecidas pela inserção dêle em suportes reais, dão nascimento a uma percepção lógica, contra a qual nenhum efeito têm as demonstrações apoiadas em sistemas da realidade que lhe são estranhos. Daí o fracasso fatal de tôda política de concessões, que não chega a sensibilizar a massa, uma vez que não acerta no ponto decisivo. Ao compenetrar-se cada vez mais do sentimento de ser produtora do desenvolvimento, está, com isso, assentando os alicerces da sua ideologia, a ideologia do desenvolvimento. Daí, também, a impossibilidade de vir a esposar outra compreensão que lhe seja oferecida de fora. O filósofo vê em tudo isso a confirmação do seu enunciado de que a ideologia autêntica da emancipa-

ção econômica nacional tem por fundamento a consciência popular.

Mas, outro motivo ainda conduz a massa a se reconhecer como única matriz dêsse pensamento. É a certeza de que só pela execução de um projeto oriundo dela mesma lhe será permitido aproveitar-se, sem espoliação, do trabalho que executa em favor do desenvolvimento geral. Com efeito, as reivindicações da massa sòmente surgem quando o processo de evolução atinge uma etapa definida. Não derivam de maldade constitutiva, que as leve ao desejo de perturbar os que estão em melhores condições de vida. As populações em regime primitivo de produção, submetidas ao trabalho servil ou de mera subsistência, não são reivindicadoras; são, ao contrário, passivas, embora possam ocasionalmente rebelar-se, nunca, porém, reivindicar. Para tomarem atitudes reivindicantes, é preciso que possuam já um teor de consciência relativamente adiantado, que tenham a compreensão do seu papel na dinâmica da produção e saibam o que representa a sua ação como fator de desenvolvimento. Quando isso se dá, então é inevitável começarem a reivindicar para si não apenas a autoria, mas também os proventos do que produzem. O fato que exteriormente, enquanto fenômeno social, se apresenta como reivindicação da classe trabalhadora, traduz, visto por dentro, certo conteúdo de consciência. Instalando-se nesta certeza de que o desenrolar do processo de desenvolvimento, do qual agora se julga autora, lhe trará novas vantagens e condições de vida mais suportáveis, constitui-se, no anseio do progresso futuro, poderoso motivo para racionalizar a sua participação, na forma da ideologia do desenvolvimento que é levada a elaborar por si própria. Eis por que dizíamos que, ainda por êste aspecto, aquela ideologia deve ter origem na consciência das massas.

d) *A produção da ideologia a partir da massa*

A terceira indagação que fazíamos a propósito dêste tema era quanto ao modo pelo qual as massas poderão gerar tal ideologia. Está excluída, pelas considerações expendidas, a hipótese de que esta lhes seja oferecida pelas elites sociais, que, porfiando por solucionar os problemas gerais, tivessem chegado à fórmula harmonizadora dos interêsses coletivos, doando-a em seguida ao pensamento popular. Se assim fôsse, as massas estariam condenadas a assumir papel passivo, apenas receptivo, quando, ao contrário, o que lhes cabe é uma

atuação material positiva e eficiente, que não pode deixar de ser fonte de representações.

Para explicar o aparecimento da ideologia, temos de estabelecer um princípio que a teoria e a experiência confirmam: muito antes de estarem as massas na posse consciente de um sistema de idéias, já realizaram, graças à intervenção no processo da realidade, as condições objetivas correspondentes a tais idéias, condições que as justificam e lhes dão veracidade. Ou, noutras palavras, a realidade está objetivamente adiantada em relação às idéias que correspondem, numa consciência, à fase histórica que se inicia. O trabalho realizado pelo povo modifica a cada instante as estruturas materiais e a face da realidade; a esta modificação deve ser correlato um acervo de idéias, que explicam o que se está passando e contêm perspectivas lógicas, sob forma de projeto de existência futura. Porém, o ajustamento do pensar ideológico às condições presentes a cada momento não é instantâneo, antes se dá necessàriamente com atraso mais ou menos variável. A razão dêsse retardamento é encontrada em dois fatos: um, a rapidez com que muda a realidade do país que entrou decididamente em fase de desenvolvimento, quando as alterações afetam as estruturas básicas e se faz de modo acelerado, sem dar tempo a que se compreenda logo a significação do que nelas está implicado; outro, constituindo novo aspecto dessa natural inércia ideológica, é a existência de mecanismos psicológicos refreadores que operam em favor da conservação das representações adquiridas, e de que se valem os beneficiários das situações estabelecidas para fazer perdurar, proclamando-as verdades eternas, idéias que tiveram sua razão de ser em condições aos poucos revogadas pelo processo da realidade.

Por êstes motivos, é normal que o quadro ideológico oferecido pela sociedade, sobretudo no país em rápido movimento de expansão, só em parte possua sustentáculos objetivos verdadeiros. Grande parcela do que realmente está acontecendo não tem por enquanto adequada expressão no plano do pensamento. Mas o dado capital a assinalar é a situação das massas neste descompasso. São elas que, pela sua mesma condição de representarem a maior fôrça de trabalho e de darem materialmente execução às tarefas de vanguarda nas transformações em curso, mais diretamente estão efetuando as alterações do real. São, portanto, as naturais portadoras dos conteúdos ideológicos correspondentes às novas situações. Em virtude, porém, do descompasso a que nos

referimos, só algum tempo depois de configurado um inédito contexto social, é que se desenhará com tôda a clareza o sistema de idéias adequado ao novo que acaba de surgir. Ora, êsse sistema, a ideologia para o momento atual, só brota na consciência daquela fração da sociedade que, por ser construtora do novo estado de coisas, é o único setor no qual podem ter origem as representações relativas ao real recém-criado. Só quem pertence à massa e se comporta existencialmente como tal, está habilitado a ver produzir-se em sua consciência a substituição de antigas idéias, crenças e valores, que respeitava sem crítica, por outras que de agora em diante admitirá como as únicas a dar razão dos fatos de que participa.

Não queremos dizer que se exija ser profissionalmente um proletário, um trabalhador braçal ou um pequeno empregado, para alcançar o estado de graça que permita emitir os conceitos da nova ideologia. Não bastaria essa situação, além de repudiarmos a tendência a exaltar de forma mística a classe trabalhadora; importa que o pensador pertença à massa, não simplesmente pelo desempenho efetivo de uma tarefa de operário, nem tampouco por afeição ou simpatia moral exterior, mas por ligação existencial com as condições de vida das camadas populares e total descompromisso com os interêsses das classes exploradoras. Torna-se pensador todo aquêle que, com raízes individuais na vida do povo, assume o ponto-de-vista dêste, recolhe do convívio e comunicação com o "outro", enquanto trabalhador comum, a expressão de uma concepção da sociedade e do mundo nada requintada nem sistemática, mas nem por isso menos autêntica. O pensador autêntico do país em desenvolvimento não preexiste ao processo, mas é constituído por êle. Desta forma, é evidente que todos aquêles que se dedicam a investigar e pensar os acontecimentos sociais, capacitados apenas pelo estudo e formação acadêmica, pouco tenham de útil, embora muito de erudito, a dizer, se não o fazem pela necessidade de esclarecer para si o significado de transformações que esperam, a fim de melhorar as condições de existência.

Antes que o pensador seja capaz de dar corpo lógico às novas representações conceituais implicadas nos acontecimentos, o povo mesmo as vai esboçando, num balbucio ideológico, onde têm suas primeiras tentativas de expressão idéias que, depois, os sociólogos e filósofos procurarão enunciar em forma límpida e doutrinária. É imprescindível assinalar a relevância desta fase da ideologia do desenvolvimento. Com efeito, antes de ser sistematizada

em proposições e discutida pelos entendidos, já os seus moldes estão contidos na consciência popular. O povo vem objetivamente sentindo a realidade de outra maneira e exprimindo inàbilmente êste sentir, embora nas manifestações mais elaboradas do seu pensamento e, por isso, as mais distantes da realidade, ainda continue a proferir enunciados conformes à ideologia dominante. Torna-se necessário o pensador aguçar a sensibilidade para discernir e captar quanto haja de autêntico nesses prenúncios ideológicos difusos no pensamento como em qualquer outra forma de expressão e de comportamento popular. Ora, isso é tanto mais difícil quanto mais estas primeiras manifestações estão contidas, em larga parte, em formas de pensar ingênuo. É preciso, porém, compreender que inevitàvelmente teria de ser assim. Com efeito, as idéias que, no caso, se trata de exprimir apenas agora estão emergindo do contexto objetivo; por isso, não têm meios senão de esboçar penetrações laterais num espaço ideológico constituído, o qual, de fato a caminho do ocaso, é ainda, em relação a muitas das atuais estruturas da realidade, um pensar legítimo. Assim, aquelas idéias em início de ascensão, no afã de se fazarem valer, tendem a adotar comportamentos ingênuos, como sejam, a agressividade, a generalização infundada, a embriaguez da verdade, o profetismo. Antes que se consolide, pelo avanço do processo real, o suporte efetivo que virão a ter, quando então o seu enunciado será a forma crítica do pensar, as idéias desde agora verdadeiras em quarto crescente passam por uma fase durante a qual necessàriamente coexistem numa consciência ingênua com outras já esvaziadas.

Estas considerações sugerem a possibilidade de levar a maior ampliação a teoria dos tipos de consciência da realidade nacional. O paralelismo entre processo real e consciência leva a compreender que há também distribuição cronológica das diversas modalidades dessa correspondência, as quais, vistas dêste ângulo, poderiam ser consideradas como fases de um processo subjetivo próprio. A consciência ingênua corresponde sempre ao que na sociedade está em início de ascensão ou em período de declínio. O pensar crítico exprime o ponto-de-vista relativo às condições que estão atravessando o limiar de vigência dominante e, portanto, começando a assumir a direção do estado social recém-criado, esforçando-se por galgar a plena dominação. Apenas a consciência ingênua representativa das estruturas em extinção é muito mais tenaz e duradoura, em virtude do prestígio adquirido e

da natural impossibilidade de reconhecer de bom grado a própria caducidade.

Se a imaginarmos em corte, qualquer sociedade exibe a todo momento as duas modalidades principais da representação consciente, porquanto, como seu substrato não é fixo, no corpo nacional que sôbre êle assenta estão sempre presentes diferentes fases da evolução histórica. Há um conjunto de configurações dominantes, seja enquanto regime de produção econômica, seja como elenco de instituições sociais ou como complexo de conceitos, crenças e valores cultuados de modo geral. Ao lado daqueles que exprimem a realidade do momento, há indivíduos residuais, representantes da fase anterior, os quais, definitivamente excluídos do primeiro plano, mas não extintos como espécie social, ainda agitam um pensamento que, embora despolpado, insiste em se fazer valer. E há igualmente aquêle início de pensamento, por enquanto mal articulado, a que fizemos referência. O ponto-de-vista crítico é o que, considerando a estrutura dominante, que justifica pela sua eficácia histórica evidente, a aprecia do ângulo da inevitável mutabilidade. Por isso, a consciência crítica é dialética, no sentido de exprimir a realidade do atualmente válido, em função daquilo que nêle está potencialmente contido. Compreende o atual, porque sabe que não seria o que é se para tanto não houvesse razão; não se encerra nêle, não o erige em padrão absoluto, antes o considera na transitoriedade de sua vigência, como premissa da realidade futura. Para esta é que está voltada, e por isso dizíamos, com propriedade, que a consciência crítica é sempre, em certo sentido, uma consciência liminar, porque, mesmo firmada numa situação de fato, não a proclama possuidora do direito de perpetuar-se, por se estar mostrando socialmente eficaz no presente, mas a converte em pórtico de nova condição. É abertura ao que está por vir, ao que começa a ser, é expectação simpática do futuro. Mas não consiste de modo algum em uma atitude emocional, a esperança prazenteira de melhores tempos, e sim na análise exercida sôbre os acontecimentos a caminho de constituírem uma fase de relativa estabilidade histórica, com o fim de descobrir os novos conceitos gerais ou categorias que tais acontecimentos inspiram e que servirão para pensá-los nos seus motivos, no seu significado e nos seus efeitos.

A consciência crítica é eminentemente lógica, racional. Não desconhece, ao contrário, incorpora os aspectos e reações emotivas do grupamento humano, mas os inclui na ló-

gica do processo real, que os explica e os julga. Ora, se a ideologia do desenvolvimento supõe a percepção crítica, é evidente que não tem cabimento exigi-la sistematizada e em têrmos explícitos de um indivíduo qualquer da massa, a qual, contudo, é realmente a origem dela, desde que no seu seio se gesta, pela ação que opera sôbre o real, o novo conteúdo para as idéias. Mas o ato de enunciar a ideologia pertence ao sociólogo e ao filósofo dotados de consciência crítica, que participem da vivência da realidade tal como é sentida pela consciência popular.

Entretanto, êste fato, a incorporação, pelo filósofo, do ponto-de-vista coletivo, está submetido a determinações históricas concretas, não acontecendo do mesmo modo em qualquer situação nacional. No país subdesenvolvido, com muito maior dificuldade as massas encontram os seus filósofos, porque em tal condição a filosofia é pràticamente domínio de pura alienação; o simples fato de ser filósofo ou estudioso da filosofia já é indício de afastamento em relação às camadas ignorantes do povo. A filosofia é aí a fuga à realidade, cultuá-la é sinal de que a consciência não está interessada na circunstância pobre e monótona a que pertence, mas encontra nas delícias das altas especulações, ao tentar solucionar os problemas abstratos de que se ocupa, a compensação para o abatimento que lhe causa a impossibilidade de resolver os outros, os que a atormentam na existência cotidiana. É preciso que o país esteja emergindo do estado subdesenvolvido para que seus sociólogos e pensadores sejam despertados aos acontecimentos significativos e revertam à realidade que é a sua. A presença inequívoca do modo de pensar crítico entre os intérpretes teóricos de certa sociedade, ou entre seus líderes políticos e homens de emprêsa, é prova indubitável de estar o seu processo econômico em fase relativamente avançada de desenvolvimento. O país atrasado não tem sociólogos nem filósofos, e não tem porque não poder ter. Em tal situação, outra coisa não é dado fazer senão acumular o saber alheio, pensar segundo o que se aprende nos livros estrangeiros e, com isso, desenvolver a única cultura cabível em tal circunstância. Há, contudo, um mérito neste estágio, de fato indispensável: a acumulação gratuita de conhecimentos desinteressados, não empenhados na atividade, não exigidos por um desafio premente do contôrno objetivo, é o único exercício possível para a inteligência do país colonial e, embora ocioso e meramente ornamental, cria o hábito do pensamento, o que no futuro se revelará valioso quando

aquela inteligência passar da fase reflexa à fase de consciência autônoma.

No país plenamente desenvolvido as massas encontram com facilidade os seus intérpretes. É que, nêle, já se desenhou com suficiente clareza a estrutura da realidade, de maneira a não ser dado aos que o habitam permanecer em regime de equívoco quanto aos seus verdadeiros interêsses. Os pensadores que nêle florescem são produto de um meio estruturalmente tão bem definido que se reflete na formação dêles, levando o filósofo ou o crítico social que se tenha incorporado à realidade a não sofrer qualquer espécie de perplexidade. Poderão em tal caso descobrir diferentes direções ideológicas em face da mesma realidade, mas esta aparece a todos definida em seus contornos. Daí a natureza do "projeto" no país desenvolvido ser qualitativamente distinta da que tem o "projeto" do país subdesenvolvido. Êsse fato é a origem de muitas das incompreensões que os filósofos e sociólogos das áreas superiores demonstram no tratamento das realidades dos países em fase mais elementar, como igualmente é a fonte da alienação, própria aos intelectuais da nação subdesenvolvida. Os primeiros não entendem uma realidade em processo de emergência histórica, pois a única que conhecem de forma vivida não é dêste tipo. Os outros, formados numa literatura científica que convém a situações diferentes da sua, transferem-se em espírito para aquela existência alheia e, então, ou se esgotam em aprender tudo quanto lhe diz respeito, só dela se ocupando, ou, quando se debruçam sôbre o seu verdadeiro contexto vital, diligenciam por tratá-lo como se fôsse idêntico ao real que se habituaram a estudar. Daí a diversidade qualitativa dos "projetos" para os dois casos aqui discutidos. Que verificamos ser o "projeto" para o país plenamente desenvolvido? É evidente que tem como inspiração suprema conservar sua posição histórica. É certo que mesmo no estado de maior desenvolvimento sempre há um infinito de iniciativas a tomar, um afã de progresso técnico, de conquista de melhores meios de existência, com mais altos padrões de vida, nunca terminado, mesmo porque o país plenamente desenvolvido não deixa de ser um processo histórico, inacabado como os demais. Porém, o que define o caráter do projeto dêsse país, segundo o modo de pensar dos seus grupos dominantes, é que para êle se trata apenas de expandir quantitativamente o progresso material, mas não de conquistar uma posição histórica, porque já a possui. É isto que diferencia os dois casos.

e) *A conversão do pensamento à realidade nacional*

No país subdesenvolvido a energia que o trabalho do povo tem de despender é no sentido de realizar a mutação de qualidade, de passar de uma forma de existência a outra, distinta como espécie e não apenas em grau. É questão aqui de ascender ao plano significativo da história, o que implica a transmutação do ser da nação, a alteração daquilo que objetivamente constitui o seu fundamento: a estrutura econômica, cujo comando e expansão reivindica para si. Não é portanto ùnicamente o incremento em quantidade da produção material, mas a radical mudança de qualidade do produzir, porque deixa de ser a simples extração de matérias-primas destinadas aos centros fabris situados no exterior e passa a ser a utilização, pelo próprio país, dos seus recursos, na forma de produtos que fabrica e consome. É o momento em que o país alcança o estatuto ontológico do ser-para-si econômico.

Não será inútil, a título de exemplo, indicar um ou outro caso em que mais vivamente se percebe a impossibilidade do aproveitamento cego das fórmulas de compreensão do sociólogo ou do economista do nível superior, para a interpretação de fatos do subdesenvolvimento. Assim, é visível a perturbação que acomete o economista europeu ou norte-americano—acostumado a tratar um panorama social definido, onde as relações econômicas assumiram forma única, ou pelo menos apresentam, quando há vários tipos, um dêles largamente dominante—ao se defrontar com o âmbito subdesenvolvido, no qual coexistem todos os níveis e estágios econômicos, desde a economia natural até o sistema socialista. Esta multiplicidade de economias, que o desnorteia, é uma característica da nação ainda atrasada, mas em fase de autonegação do subdesenvolvimento, quando, ao lado de relíquias do estado primitivo, se acham também em vigor medidas, muitas vêzes das mais avançadas, próprias da etapa capitalista ou da socialista. Para êste caso o especialista alienígena está desarmado; seus diagnósticos e predições falham, inexplicàvelmente, para êle. Coisa semelhante acontece aos seus discípulos nativos, que, julgando-se, pelo fato de pertencerem ao contexto em exame, naturalmente habilitados a se pronunciar, vêem votados a inevitável insucesso os planos que elaboram. Se tal se dá é por lhes faltar a imprescindível consciência crítica, que os poderia ter advertido da necessidade de praticar a prévia conversão dos enunciados de procedência forânea ao mundo que é o seu.

Outro exemplo a citar é o problema do trabalho para

as massas. Aqui, a conceituação estrangeira em quase nada contribui para o nosso esclarecimento, pois a questão se apresenta aos olhos do sociólogo ou do político de fora com caracteres que não se reproduzem num contexto social como o nosso. Com efeito, acreditando êles que no país plenamente desenvolvido as massas normalmente encontram o trabalho que devem desempenhar, a falta dêste se apresenta como fato de patologia social, anormalidade resultante de desequilíbrio no processo de produção, freqüentemente em conseqüência de alguma grave comoção histórica. Para o dirigente ou o pensador político de tais países, o problema é fazer a massa retornar ao trabalho em que normalmente deveria estar aplicada, a que indiscutìvelmente tem direito, e de que só por momentânea anomalia foi privada; se alguns operários não encontram a natural ocupação, é preciso cogitar logo dos meios de sanar êsse desemprêgo. No país subdesenvolvido, porém, as coisas se passam de modo diferente: aí não há o problema do desemprêgo, há o problema do emprêgo. Para as suas massas a questão não é recomeçar, mas começar a trabalhar. Os grandes contingentes que nêle constituem um estrato prévio à massa pròpriamente dita, labutam numa atividade de caráter puramente vegetativo, na qual não há desemprêgo, pois se trata do regime de economia natural, onde o desemprêgo é por definição impossível, uma vez que em tal caso não trabalhar é perecer. Êsses contingentes não estão ociosos, nem são indolentes, mas o esfôrço que despendem ainda não assumiu aspecto qualitativamente superior, em volume de produção e condições de execução, motivo pelo qual a tarefa imposta ao político do país subdesenvolvido é a de lhes dar trabalho, fazendo-os ingressar pela primeira vez no plano da produção qualificada, e não, como é o caso no exterior, a de corrigir um distúrbio social. O problema do estadista do país em etapa de desenvolvimento é o de atender a frações cada vez mais numerosas da população, que, em virtude da melhoria determinada pelo progresso geral conseguido, afloram ao limiar da exigência de produção qualificada, em irresistível pressão ascendente. Tal estado tem o aspecto de dado normal e constante do processo social no país em expansão, de modo algum se reveste do caráter de aberração.

As referências a êstes exemplos servem para demonstrar a necessidade de formular as questões que, como desafios, a realidade brasileira nos apresenta, em conceitos que lhes permitam ter soluções compatíveis com a nossa condição. Os têrmos em que se oferece um problema não

são indiferentes. Podem mesmo em certos casos ser a exclusiva origem do caráter problemático do assunto investigado, de modo que o problema só é reconhecido como tal quando moldado nesses têrmos, deixando de o ser, desde que se mude o aparelho conceitual e verbal com que foi apreendido o conteúdo do que se apresentava como problemático. Os têrmos nos quais se coloca uma questão não são inocentes nem casuais; são a expressão de conceitos que resultam da apreensão do real segundo certo sistema de lógica, que os suscita pelo modo como tal lógica se refere à realidade; ao mesmo tempo, uma vez adquiridos, vão-se enquadrar nesse mesmo sistema, figurando nos raciocínios que com êles serão feitos. O caráter problemático do conteúdo de uma apreensão do real está vinculado ao sistema conceitual e à particular estrutura de leis lógicas onde êsse conteúdo é acolhido. A lógica, embora na sua perspectiva formal seja universal, na prática e na consideração do concreto não é, pois quando estamos raciocinando sôbre o processo real—de que o pensador mesmo é parte e não mero observador externo —, não somos indiferentes às conclusões do raciocínio, nem estamos ausentes dos interêsses que representam. A simples manipulação dos têrmos iniciais do problema não é livre de propósitos. O uso de determinado conceito para representar tal fato já supõe uma escolha, suscetível de passar despercebida quando obscurecida pelo uso, mas originàriamente sempre carregada de intenções. Não há conceito "dado aí", pronto, constituído por obra de um pensamento impessoal.

O conceito é conteúdo de uma subjetividade que se defronta com um processo vivo, do qual é parte interessada, e não com um mundo morto, visto através de um instrumento óptico. Não é dado absolutamente primeiro, mas elemento resultante da realidade, cuja objetividade afeta a sua produção, não apenas no sentido óbvio do ser ela a coisa representada, mas ainda no de determinar, pela forma como atende aos interêsses e intenções do sujeito, a oportunidade e a preferência para a formação de tal conceito em vez de outro. O conceito é pois função da maneira como o homem responde subjetivamente às condições da realidade envolvente, não é inato nem *a priori,* mas procede do mundo tal como se apresenta em certo momento da história pessoal do sujeito.

Assim, devemos precaver-nos contra o engano, muito compreensível, de supor objetiva, com valor absoluto, a necessidade de um problema; a verdade é que esta só é sentida em função de um contexto histórico-social particular. É sò-

mente em razão do avanço do desenvolvimento nacional que certos problemas se configuram enquanto tais, com caráter objetivo. Por isso, é também enganosa a idéia da sua necessária universalidade. A esta última ilusão está especialmente exposta a consciência inadvertida dos pensadores do país subdesenvolvido; ainda quando, apresentada em têrmos explícitos, pareçam incapazes de sucumbir a ela, nas formas mais veladas, é desvio dos mais freqüentes. A suposição de que todos os países participam obrigatòriamente dos mesmos problemas é uma insinuação do pensamento das nações poderosas feita à consciência ingênua dos países em fase de atraso econômico, falso ensinamento da cultura mais adiantada, a qual, por obra dos seus intelectuais, não consegue referir-se aos fatos do contexto primário sem enquadrá-los no sistema de indagações a que está habituada.

A realidade é por natureza problemática e desafiante, mas, não sendo qualitativamente a mesma em tôda parte, o conjunto de questões que propõe diferirá segundo o momento de cada processo objetivo. Se consideramos o caso do intérprete pertencente a um país de nível superior, que se disponha a analisar os problemas de um país mais atrasado, não nos devemos esquecer de que a lógica de que se serve não é pura, nem está isenta das determinações que o afetam pessoalmente, pois é sempre alguém "em situação", e portanto o conduzirá necessàriamente a erros objetivos, porque é feita para apreender o processo superior, é adequada, nas suas categorias, ao modo do real que aí se encontra, não valendo para uma realidade que ainda não logrou o mesmo grau de significação. Para esta última, o pensar objetivo terá de proceder de outro modo, as categorias do real da etapa elementar serão diferentes; é preciso então que a consciência desejosa de ser autêntica induza da condição empírica do processo a que pertence êsses conceitos ou idéias mais gerais, para depois servir-se dêles na interpretação dos problemas que a desafiam. Comportar-se de outro modo é incorrer em grave alienação.

Em matéria social, o conceito de "indução" necessita sofrer adequada conversão às condições de pensamento no âmbito subdesenvolvido. Justamente por ser um processo de raciocínio fundado sôbre os fatos, não admite ser desvinculado da "natureza" dêstes. O grau de desenvolvimento do mundo objetivo, determinando a qualidade dos acontecimentos que nêle se passam, reflete-se na capacidade da consciência que dêles se tem de apoderar, criando um estado de maior ou menor clareza de percepção. Não cabe alegar a universa-

lidade dos processos lógicos e a uniformidade do espírito humano. Tal alegação só leva em conta o aspecto formal do procedimento cognoscitivo, neste caso de importância secundária. Especificada, porém, a matéria sôbre a qual incide o raciocínio indutivo e a qualidade da realidade onde cada indivíduo em particular existe, desaparece o valor daquelas suposições, pois se verifica que o processo lógico efetivo é aquêle que se exerce sempre sôbre fatos determinados, assim como o espírito de quem raciocina é sempre o de alguém situado em circunstâncias peculiares. Tais dados concretos influenciam o processo indutivo, a ponto de não ser lícito desligá-lo dêles. As conceituações resultantes trazem a marca dêsse condicionamento. É pura exigência abstrata, a da imparcialidade do raciocínio indutivo, quando os dados que nêle figuram são as próprias condições existenciais do indivíduo. É ilusório acreditar que qualquer outro homem, em geral, julgaria do mesmo modo, se tivesse de considerá-los. Em presença dos fatos é preciso estabelecer radical distinção entre os estudiosos, pois haverá alguns para os quais êsses fatos são vitais, dizem respeito à sua situação como pessoa e comunidade, enquanto para os demais são apenas assunto de observação ou de reflexão. O processo de raciocínio indutivo refletirá esta diferença. Não é só a colheita dos dados, nem tampouco a apreciação relativa de cada qual, é sobretudo a marcha do raciocínio, a natureza da conclusão para que tende, que se vêem afetadas pela "situação" do pensador. A perspicácia intelectual é variável conforme se trate de questão em que o pensador está vivamente empenhado ou de tema acadêmico de cogitação. Temos o direito de julgar que estamos em presença de uma modalidade particular do "partidarismo" filosófico, não no sentido da filiação doutrinária, mas no da colocação das investigações lógicas na perspectiva do valor concreto das conclusões para a consciência coletiva que delas se ocupa.

No decorrer dêste trabalho repetidas vêzes reclamaremos a necessidade de produzir por indução o conhecimento das categorias gerais que dão forma à compreensão da nossa realidade. Esclarecemos, aqui, que submetemos a própria idéia de indução ao mesmo condicionamento, atribuindo-lhe excepcional importância, porquanto é um processo de raciocínio construído sôbre os fatos e êstes são sempre particulares a um contexto social. Não basta procedermos em abstrato à revisão e adaptação dos conceitos categoriais recebidos de fora, da ciência de origem metropolitana, para acreditarmos entrar na posse dos instrumentos convenientes para apre-

ender a nossa realidade; é preciso que tal conversão seja feita por confronto com os conceitos originais induzidos da nossa existência, do modo indicado. Não só há conceitos específicos, oriundos das condições do subdesenvolvimento e da luta pelo desenvolvimento, os quais sòmente nós estamos habilitados a descobrir, como a aceitação dos que nos forem oferecidos prontos ficará dependente da verdade que possuírem em função daqueles que tivermos induzido.

A lógica, como a ética, não pode ignorar a circunstância existencial. A formalização do pensamento é legítima enquanto não esqueça que apenas produz meros esquemas vazios, cuja matéria os fatos fornecerão. Mas os fatos são sempre os de determinada circunstância social politicamente configurada, vividos por alguém que a ela pertence e que, ao se utilizar do procedimento racional representado por aquêles esquemas, tem de sofrer a influência das conclusões que dêle vier a tirar. Se acaso estas lhe forem desfavoráveis, se importarem, por exemplo, manter em posição servil a sua comunidade, não terá o direito, é claro, de torcer a marcha formal do raciocínio, mas será levado a descobrir a inconveniência das categorias de que se utilizava, e a encontrar outras, pelo procedimento indutivo. Por êste meio, ao mesmo tempo em que se revela o significado dos novos conceitos, torna-se claro o delito de alienação que seria a insistência no uso de idéias gerais simplesmente transplantadas. A universalidade formal do processo lógico não tem fôrça coercitiva capaz de impor conclusões, pois estas serão renegadas, quando impróprias, até se chegar à descoberta de conceitos categoriais provenientes dos fatos e adequados a nos dar a correta interpretação dêles. Uma coisa é reconhecer a necessidade de adaptar os conceitos estrangeiros, outra é saber com que critério fazê-lo. Êste critério só pode ser a prévia indução de conceitos originais, válidos para nós, em função dos quais será efetuada a revisão e a aceitação dos conceitos sociológicos de procedência externa.

Sem dúvida, a lógica é universal nas suas estruturas formais, mas à custa de ser abstrata e satisfazer-se em estabelecer relações ideais entre conceitos; quando, porém, quer conduzir uma intervenção eficaz na realidade, deve refletir a natureza dinâmica do processo a que se aplica, derivar dêle, e proceder no concreto e no limitado. Neste caso, a coisa que é objeto do pensamento desempenha papel primordial, não é a simples "matéria do silogismo", de que falam as concepções tradicionais, conteúdo amorfo e indiferente para o jôgo das correlações formais sôbre ela tecidas, mas, ao contrário,

é fundamento de realidade, que origina não só as idéias como ainda as modalidades de julgamento e de raciocínio que o pensador deve utilizar. O mundo particular de objetos, examinado em cada caso, detém as conexões lógicas necessárias à sua compreensão, sendo ilegítimo abordá-lo trazendo como equipamento uma panóplia de categorias universais, quando as únicas convenientes estão nêle mesmo, de onde as temos de retirar pela reflexão crítica. Assim, dois conceitos relativos à realidade histórica e política que apareçam como contraditórios e incompatíveis quando vistos no contexto concreto de um processo superior, talvez não o sejam se considerados na realidade de um país em início de desenvolvimento. Cabe aos pensadores dêste segundo contôrno a obrigação de entender a diferença e de definir, para o seu próprio âmbito, o que se deve admitir como contraditório e rejeitável e o que não é tal.

Ao dizer que compete ao filósofo do país subdesenvolvido construir sua própria teoria da verdade material, do julgamento e do raciocínio correspondente à ordem de objetos, problemas e condições da existência humana com que tem de lidar, acreditamos estar indicando a parte principal da tarefa histórica que tem de desempenhar: a instauração, nesse país, da consciência crítica de sua realidade nacional.

A CONSCIÊNCIA INGÊNUA

Referimo-nos nas páginas anteriores às modalidades da consciência e indicamos que se podem reduzir esquemàticamente a duas figuras extremas, que chamamos de ingênua e de crítica. São apenas pólos de uma multiplicidade que admite numerosos casos distintos, mas servem para facilitar didàticamente a caracterização de dois tipos, que, embora nunca se encontrem na forma pura em que os iremos descrever, são suficientemente definidos para permitirem a análise das formas de consciência da realidade nacional. É valiosa esta divisão porque torna possível configurar dois paradigmas em função dos quais se apreciarão os comportamentos individuais. Nenhum indivíduo cai rigorosamente dentro de um ou de outro, pois nos modos de pensar e de agir que legitimam a sua inclusão em uma das modalidades observam-se eventualmente traços pertencentes à outra. Será pela maior freqüência ou predominância de um grupo de características que diremos encontrar-se no indivíduo mais a forma do pensar ingênuo que a do crítico, e como tal o classificaremos. Contudo, não se deve ignorar que as descrições a seguir dão apenas o tipo paradigmático, e que nem todos os traços arrolados como próprios do pensar ingênuo, por exemplo, se tenham de encontrar obrigatòriamente em tôda consciência ingênua individual. Também não são equivalentes em pêso, uns são mais importantes do que outros, o que explica que alguns sejam achados com maior ocorrência. Se aqui consignamos os menos freqüentes ao lado dos mais representativos, é porque, quando existem, são igualmente reveladores de aspectos significativos de tal espécie de consciência. Questão difícil é a de apresentar em forma compendiada os diferentes traços que apontaremos. Renunciamos a fazê-lo, em vista da certeza de que qualquer critério não fugiria à censura e não estaria livre de arbitrariedade. Por isso, resignamo-nos a seguir uma ordem de exposição que apenas aproximadamente acompanha o grau de importância relativa e de freqüência dos caracteres recenseados, bem como a implicação de cada um pelos anteriores.

Chegamos agora à parte do presente ensaio na qual se torna necessário concretizar em relação à realidade brasi-

leira a análise da consciência nacional. Até aqui não eram específicas de nenhum país muitas das considerações expendidas. Certamente, ao nos referirmos a países subdesenvolvidos tínhamos em mente de modo particular o caso brasileiro; mas, em princípio ao menos, não se limitava ao nosso contexto nacional o domínio de validade do que enunciávamos. O mesmo diríamos quanto às considerações sôbre o processo de desenvolvimento, com as conseqüências de transmutação objetiva que acarreta para os países onde se verifica. Mas agora desejamos referir-nos à circunstância brasileira atual, pois é da meditação em tôrno dos fatos que nela se desenrolam e da observação dos comportamentos coletivos e das atitudes de muitas das figuras mais destacadas do cenário intelectual e da ação política, que tomamos, tendo-os assim descobertos e apreendidos por indução, os traços a seguir catalogados, como subsídio à constituição de uma tipologia da consciência nacional.

A definição geral da consciência ingênua, já a fizemos em páginas anteriores. Dissemos, então, que é por essência a consciência que não tem consciência dos fatôres que a condicionam, que se julga origem não originada e causa incausada de enunciados sôbre o ser das coisas, a significação dos acontecimentos e o valor das ações. É absoluta para si, possui por definição a verdade, de que se vale para julgar dogmàticamente a realidade, decidindo em caráter irrevogável do que é e do que não é, do que deve ou não deve ser, do que há, ou não, a fazer. Não estando vinculada aos fatos, está apenas vinculada às idéias, que considera princípios absolutos. Assim sendo, são os fatos que se devem amoldar às idéias e não estas aos fatos. O caráter fundamental da consciência ingênua é julgar-se origem absoluta, donde não precisar obedecer à realidade, mas julgar que a realidade é que lhe deve obedecer. É, por isso, desarmada de recursos que lhe permitam discriminar, nos múltiplos aspectos da realidade, diferenças de significado e de valor, as quais sòmente seriam apreendidas mediante a posse de categorias adequadas. Não as possuindo, o pensamento ingênuo, na apreciação dos acontecimentos, é vítima de confusões, que se refletem na conduta do indivíduo. Compreende-se que o desvio ou o defeito na qualidade da representação do real afete a atividade pessoal, pois o homem se define pela consciência que tem de si e das coisas; portanto, conforme o modo como vê a realidade, assume em face dela atitudes que manifestam a natureza da sua percepção. Esta é a raiz da nocividade do pensar ingênuo. A ingenuidade não deve ser interpretada em têrmos de defi-

ciência intelectual, mas do ângulo da analítica existencial. Seria justamente ingenuidade acreditar que a consciência ingênua fôsse apenas lamentável pelo estado de obnubilação e ignorância em que deixa aquêle que a não supera. Seria reduzi-la a acidente psicológico de caráter privado e desconhecer que a ação individual é resultante do modo de percepção do real. É impossível confinar a análise da consciência da realidade nacional no âmbito interno da representação pessoal, pois esta não se limita ao registro passivo do estado de coisas exterior, mas é sempre fonte de atos e de palavras que conduzem a atos, donde ser necessário tomar o problema da consciência no campo da existência social. O pensar ingênuo não merece ser sòmente aquilatado como mal para o indivíduo, mais grave ainda é o dano causado à comunidade, que nêle enfrenta um obstáculo realmente prejudicial ao processo de desenvolvimento. Se, como dissemos, êste só encontra a ideologia adequada na atitude crítica, a ingenuidade da consciência cria séria resistência à ação dos que, compreendendo de modo verdadeiro o significado dos acontecimentos, lutam por intensificar aquêle processo.

Dos traços a seguir apontados, muitos decorrem imediatamente do defeito fundamental da consciência ingênua, aquêle pelo qual a definimos, o de não se saber condicionada e pretender, portanto, situar-se em posição absoluta. Os traços definidores da ingenuidade são igualmente decorrentes da incapacidade da consciência simplista de dialetizar a sua posição de sujeito, o que a faz considerar-se sempre absoluta em face da realidade e das outras consciências, e ignorar que é vista pelas outras como objeto delas, que, para si mesmas, são sujeito. Por falta dêste fundamental comportamento, a consciência ingênua se fecha ao diálogo, à ponderação dos seus determinantes e se apresenta como fonte inquestionável de saber. Daí decorrem muitas das suas mais nocivas confusões. Outros traços, porém, derivam da impressão obscura, incorreta e não filosófica, de que possa haver um condicionamento, o qual não chega entretanto a se tornar claramente entendido, sendo na maioria das vêzes errôneos, além de vagos e longínquos os condicionamentos imaginados. De todo modo, o pensar ingênuo, quando menciona algo externo a que estaria ligado, refere-se a coisas ou valores abstratos, que está mais interessado em respeitar que em conhecer, Daí ser levado a tomar como pontos de apoio e critérios valorativos falsas condições, circunstâncias meramente ocasionais, ou a aferrar-se a normas de con-

duta, que sabemos serem variáveis e históricas, mas a seus olhos aparecem como absolutas, capazes de condicionar de fora, como marcos fixos, os enunciados que profere. Por isso, a consciência ingênua não procede racionalmente, uma vez que não dispõe de princípios verdadeiros, dos quais extraia com segurança e rigor as idéias e julgamentos que a constituem como representação do mundo. Ao invés disso, sua lógica é a da emoção. Com êste traço acreditamos ter o direito de iniciar o inventário das suas qualidades, que, já dissemos, são constantes umas, acidentais outras.

1 — CARÁTER SENSITIVO

A consciência ingênua da realidade é de natureza sensitiva. Funda-se em percepções superficiais, o que a faz tomar irrefletidamente a aparência, o sensível com que se defronta, como expressão última da realidade. Reduz, assim, o real ao dado imediato, e êste é naturalmente o que a impressiona no momento. Tal como o sente, julga-o. Daí a evidente impossibilidade de compreender globalmente, em extensão e profundidade. Contenta-se em exprimir a sua reação emocional ao estado presente, mas, não se apercebendo desta limitação, julga estar emitindo conceitos válidos para a realidade como todo. Ora, a reação emocional tem por determinantes objetivos os interêsses materiais do indivíduo e está, pois, na dependência da circunstância de serem êstes favorecidos, ou não, pela situação em que se encontra. A ingenuidade consiste em que, em vez de examinar racionalmente, segundo uma compreensão total, a relação dos seus interêsses com o estado geral do processo, reage emotivamente ao embate das situações criadas e passa a interpretar o conjunto do processo de acôrdo com as vantagens ou prejuízos que lhe causa. Os julgamentos que profere movem-se apenas na linha das valorações genéricas, o processo real é apreciado em têrmos como: "o país vai bem", ou "o país vai mal". Oscilam entre o otimismo beócio e o pessimismo furibundo. Falta a esta consciência a capacidade de discernir entre o conjunto de condições, sempre limitadas e locais, que afetam o indivíduo, e a realidade em tôda a sua extensão e complexidade. Esgota-se no mundo de emoções que lhe causam o seu contôrno pessoal, os fatos que presencia, as idéias que lhe são imediatamente transmitidas. Seu estado de espírito, sempre vibrante ao contato dos acontecimentos próximos, é constantemente moldado pela reflexão astuta mas primária sôbre o conteúdo de vantagens, ou de prejuízos, que lhe tragam êsses acontecimentos. Fecha-se à verdadeira reflexão, que é de ordem intelectual e busca inserir o dado atual numa compreensão configura-

dora do todo; perde de vista o condicionamento das suas situações, ao fazer destas o condicionamento absoluto dos seus estados de ânimo. Nos casos extremos, chega a defender o que se poderia chamar a teoria emocional da realidade, justificando o seu procedimento de indignação e revolta com explicações como: "a situação é assim mesmo, por isso não se agüenta mais", e outras semelhantes, pelas quais pretende estabelecer que é pelo sentimento que se alcança a verdadeira percepção dos fatos.

O mundo aparece-lhe como conjunto de objetos e pessoas destinados a lhe causar bem-estar, não devendo ser avaliado senão por êsse critério. É certo tudo quanto lhe faz bem, como é errado todo o oposto. A consciência simplista, na modalidade não esclarecida, reduz ao domínio do sensorial, do simpático, ou do seu contrário, o significado do real, de onde opor-se a qualquer tendência racionalizante, argüidora, lógica, contra a qual está armada de natural desconfiança. Vê em tôda argumentação um artifício malicioso, empregado pelos seus inimigos e exploradores para fazer calar a reação espontânea, justa e incoercível do povo, que tanto temem. Sua ingenuidade consiste, assim, em atribuir ao pensar lógico o caráter ingênuo, dando-o como disfarce de intenções interesseiras, ou seja, considerando a razão, que é a sua natural adversária, como forma de reação temperamental movida por intuitos subalternos. Respondendo com esta explicação aos ataques que sofre, encerra-se definitivamente na ingenuidade, de agora em diante irreparável. Fecha-se em si mesma, constitui-se em *causa sui,* torna-se fundamento da verdade para si e, desde então, satisfeita com o mundo que secretou em tôrno de si, passa a ver o exterior a partir do que acredita ser a "razão", a julgá-lo pela norma de que é possuída, e que nada mais exprime senão um acervo de hábitos, de reações sensoriais, de impulsos psicológicos elementares, enfim a predominância da sensibilidade sôbre a autêntica racionalidade.

Ocorre, entretanto, que não são apenas as emoções direta e pessoalmente sofridas pelo indivíduo que se refletem nêle em forma de consciência ingênua; por efeito de mimetismo, atrela-se às emoções de outras personalidades e passa a ter, como suas, reações que sòmente nestas outras pessoas se justificariam. A transferência emocional, que se difunde por contágio e determina o comportamento de quem por si mesmo não teria razões plausíveis de reagir com tais emoções, deve-se a uma modalidade de alienação possível apenas na consciência primária. A ignorância essencial que

define esta última, conservando-a privada da percepção dos próprios suportes, a deixa vazia e a constitui em espaço ôco, a ser preenchido ou pelo tumulto das vivências pessoais, fornecedoras de idéias, desde que os fatos alcancem elevado teor passional, ou pela recepção das emoções dos outros, em virtude da natureza passiva, imitativa, reflexa, da consciência simplória, que a mantém permanentemente disponível à influência alheia. Assim, os estados emocionais de individualidades salientes propagam-se no seio das populações ideològicamente desamparadas e aí repercutem como se delas fôssem. É desnecessário salientar a nocividade dêste contágio, que é, por outra parte, o fundamento do prestígio de grande número de notabilidades políticas.

A passionalidade da consciência ingênua é traço capital e decisivo, de que se seguem, por decorrência, muitos dos que depois iremos apontando. A paixão é a sua principal fonte de idéias e, mesmo quando não as origina, serve como critério de verdade. No seu mundo de representações há uma divisão fundamental: de um lado as meras idéias de coisas, fatos e pessoas, triviais e constantes, que formam o conjunto indiferenciado, quotidiano, insignificativo do mundo. São delas que nos servimos a todo instante, para a vida prática, mas não merecem maior atenção, porque a êsse respeito todos estão de acôrdo. E de outro lado, há um grupo particular de idéias, menor, que exprime o nosso julgamento "esclarecido", a representação do mundo, de nossa própria responsabilidade. São as que dizem o que julgamos ser a verdade dos acontecimentos, e valem para formular projetos de ação pessoal ou coletiva. É êste segundo tipo de conceitos que a consciência ingênua considera os únicos essenciais e que utiliza para compor sua visão da realidade. Ora, se indagarmos de como se constituem e por que motivos são incluídos nessa classe privilegiada, veremos que é por lhes ter correspondido, na experiência pessoal do sujeito, forte estímulo emocional, que dotou os objetos ou situações, de que derivam tais conceitos, de um conteúdo ou, pelo menos, de matiz passional intenso. Os fatos concretos que, no âmbito privado de cada existência, provocam forte impressão no estado de espírito do sujeito, são por êste considerados de importância excepcional, e as idéias que os exprimem elevam-se, no seu modo de representar a realidade, ao nível de conceitos categoriais. Graças a esta seleção pela sensibilidade, a consciência ingênua se apresenta munida de um sistema de categorias passionais,

que se tornarão os determinantes da sua concepção do processo nacional.

Não queremos aqui anatematizar a existência de conteúdos emotivos na consciência da realidade; seria ingenuidade. Mais tarde teremos ocasião de explicar o papel que desempenham na compreensão crítica. O que desejamos é situá-los, admitindo-os como necessários e úteis, desde que não pretendam ocupar a totalidade da consciência. Só quando a representação emocional assume postura interpretativa, dando-se como sabedora da verdade sôbre a realidade, profetizando-lhe o curso iminente, é que se torna fonte de equívocos e obstáculo ao desenvolvimento nacional.

2 — CARÁTER IMPRESSIONISTA

Conseqüência necessária da natureza emotiva é o caráter impressionista das formulações da consciência elementar. Como não procede por via de apreciação fundamentada, seus enunciados têm o valor de simples impressões, tomadas dessa aparência, que não consegue apreender na exata significação. Colocada em face do desenrolar dos acontecimentos, sua disposição natural não é a de pensá-los, mas a de senti-los intensamente, e nesse contato emocional encontra a justificação de si própria, pois, ao que lhe parece, a melhor forma de demonstrar interêsse pela realidade é vivê-la, adquirindo portanto o direito de pronunciar-se sôbre ela. Desde que exclui como postura constituidora do seu modo de ser a reflexão crítica, a simples presença diante dos fatos não lhe pode fornecer mais do que uma sucessão de impressões, de mínima duração, em constante mudança. A relação ao real é, assim, punctiforme, a noção que o representa surge no pensamento como uma cintilação, a que logo se segue outra e mais outra, num processo de percepções singulares, onde dificilmente se reconhecerá qualquer conexão racional. Desprovida das condições que a levariam a descobrir o significado lógico dos fatos, nada mais lhe resta senão acreditar que êste é dado pelo conteúdo simpático das ocorrências, sendo assim impelida a estabilizar-se na atitude impressionista, elevada por ela à categoria de procedimento metodológico. Daí a tendência a cunhar ditos de mero valor verbal, que a seus olhos assumem o sentido de verdades universais. A puerilidade de tais locuções resulta de serem fundadas sôbre as mais imprecisas e superficiais impressões, desacompanhadas de qualquer séria análise conceitual.

O impressionismo da consciência inocente conta-se entre seus traços mais gerais e por isso mais visíveis, como é fácil verificar nas expressões correntes de tantas personalidades políticas, quando debatem problemas objetivos. Sabemos com que freqüência se apegam a fórmulas estereotipadas ou produzem frases brilhantes, que pretendem passar por grandio-

sas sínteses da compreensão do real, mas só devem a sua falsa concisão ao fato de exprimirem uma impressão limitada e momentânea.

Posta em evidência, pela investigação crítica, esta característica ingênua, é de esperar fiquemos prevenidos contra ela, ao mesmo tempo que estaremos aptos a denunciá-la nos debates a travar, muitas vêzes sem proveito, por falta de advertência de ser o impressionismo o único fundamento da posição do contendor. Comum, e até certo ponto normal, na consciência do político ou do jornalista em país subdesenvolvido, o impressionismo revela-se indesejável e grave quando afeta o pensamento de especialistas e técnicos. Conduzirá então a algumas formas de cegueira e obstinação no campo das idéias, particularmente nocivas, conforme se observa em homens aos quais é cometido o trato de questões econômicas. Não raramente estão expostos, malgrado a inegável ciência que possuem, a claudicações lógicas, que não se explicam senão pela presença de manchas impressionistas na visão, que julgam ser objetiva, do processo real. Ainda que, à primeira vista, os técnicos e especialistas possam parecer melhor defendidos do pensar impressionista, em razão do alto grau de confinamento que a sua área de ação impõe, a verdade é que sucumbem fàcilmente a essa deficiência, porque o setor que dominam, sendo concreto, prende-se por infinita rêde de conexões à totalidade do real e leva necessàriamente ao estabelecimento de relações que ultrapassam os limites da especialidade. Faltando a percepção crítica do conjunto, está aberta a porta para o deslize no impressionismo.

O motivo pelo qual é imprestável a consciência impressionista é o seu encerramento na subjetividade. Contenta-se com as aparências e, portanto, transporta para o plano do subjetivo o que de fato é conteúdo objetivo dotado de lógica própria. Essa transposição faz que o raciocínio da consciência ingênua seja conduzido em forma de sentimento das idéias, de estados de ânimo dando substrato a representações, porquanto, pela postura fundamental que o define, fecha-se prèviamente à captação das razões objetivas. O dado real, sempre momentâneo e local, despoja-se da sua verdadeira importância, quando deixa de ser dado objetivo, por conseguinte elemento particular de um processo dinâmico, para se tornar fundamento de uma impressão subjetiva, ràpidamente universalizada, que nêle se apoiará para desenvolver implicações decorrentes de relações abstratas ou imaginárias, só cabíveis no plano da subjetividade, as quais não seriam

admitidas se aquêle dado fôsse objeto de percepção crítica e não pretexto para divagações impressionistas. É imperioso discernir o mecanismo de surgimento das formulações de simples impressionismo, porque é uma das ocasiões de perceber a passagem do modo de pensar objetivamente fundado ao subjetivo, infundado. O processo do mundo real desenrola-se segundo conexões materiais que constituem a sua lógica interna. Esta, exprimindo a própria natureza das relações entre os fatos, ou entre as coisas, representa a verdade da realidade. Para que a consciência venha a possuir esta verdade, deverá apoderar-se do sistema das relações objetivas, representá-lo, e a isso apenas se limitar. Em presença de um fato ou objeto, sua reação deverá ser a de apreender o sistema de tôdas as conexões que materialmente envolvem tal dado, ligando-o a outros, e depois a outros e mais outros, terminando por implicar todo o processo real. É o que deve fazer a consciência verídica. Se, porém, em presença do dado, contenta-se em tomar dêle uma impressão, desligando-o do sistema de vinculações reais com outros fatos, convertendo a impressão em conceito, entrelaçado com outros conceitos, é evidente que terá abandonado o terreno objetivo e passado a rodopiar no plano conceitual abstrato, com todo o risco de arbítrio, imprecisão e falsidade no estabelecimento dos enlaces entre as noções, isto é, terá abandonado o rigor da lógica objetiva pela pretensa verdade emocional da subjetividade. Nesta altura seus movimentos se farão no indeterminado; daí em diante tudo que enunciar está irremediàvelmente confundido. A sonoridade das fórmulas, querendo dar-se por universalidade, a simpatia das idéias, fazendo as vêzes de veracidade, não conseguem ocultar a quem as examina crìticamente o caráter de simples construções irreais, conseqüência das suas origens impressionistas.

3 — CONDICIONAMENTO PELO ÂMBITO INDIVIDUAL

Novo aspecto do pensar simplório, decorrência dos dois traços anteriores, é o de ser a consciência ingênua sempre condicionada pelo âmbito individual privado. Apreendendo a realidade nacional a partir de um ponto-de-vista individual, é uma percepção que não vai além da área de existência de quem a constitui. É uma visão limitada que julga ser contemplação de todo o real. Nisso está a sua inocência. O espaço que alcança é apenas o do seu horizonte particular, mas, em vez de saber que assim é, pensa estar abrangendo o universo da realidade. Falta-lhe a compreensão do espaço real, transcendendo o âmbito da sua percepção pessoal, como aliás o de qualquer outro olhar individual, e ignora também que só é possível atingi-lo pela análise do processo da realidade, a qual, partindo da área dessa percepção pessoal, induza categorias que permitam alcançar a totalidade, para além daquilo que é dado a cada um.

Tôda consciência é necessàriamente definida por coordenadas de tempo e lugar, que lhe representam a posição em um ponto do espaço social. Assim sendo, todo pensar, mesmo o crítico, é obrigatòriamente punctiforme, no sentido de ter por sítio de origem um ponto da realidade, sôbre o qual está centrada a esfera individual. O que, entretanto, dá à palavra "punctiforme" significado pejorativo, e a faz exprimir um traço de ingenuidade, é, em primeiro lugar, a ignorância dessa condição e, em seguida, a sua limitação a êsse âmbito privado, que não deseja superar, pois a seus olhos aparece com as dimensões de um universo. Tôda consciência é naturalmente um "ponto-de-vista", uma unidade de representação do mundo, mas a de qualidade crítica envolve de fato a totalidade do real, porque pensa o processo de que participa em tôda a vastidão do seu curso, mediante a aquisição de noções que transpõem o círculo existencial de cada homem. Sabe que assim fazendo está abarcando o todo da única maneira correta, que não há outra forma de ascender à univer-

salidade, embora nunca se desligue do ponto focal onde se acha colocada.

A consciência ingênua confunde o visto com o existente. A ingenuidade consiste aqui em não ter consciência da sua "situação" e do condicionamento a que esta a submete, que a obriga a não poder ser senão uma unidade de compreensão num infinito de outras, distintas e também reais. Como a consciência ingênua não tem presente esta inevitável limitação, não se sente estimulada a transcendê-la pelos meios lógicos adequados. Satisfaz-se em negar a limitação. Daqui decorre a estreiteza natural dos seus enunciados, que supõe serem fórmulas universais, mas à análise do pensar crítico não passam de proposições restritas, denunciando a pequenez do raio visual que alcançam. Falta ao homem afetado desta consciência a possibilidade de ver a sua posição no conjunto mais geral da sociedade e admitir que há múltiplas regiões da realidade que lhe são desconhecidas, um grande número de aspectos estranhos à sua percepção, para cuja compreensão é necessário estar em outra "situação", distinta da sua. É o que acontece ao especialista ou ao homem de ofício que se confina no seu próprio âmbito e a partir dêle se propõe, sem a devida compreensão metódica, captar a realidade inteira: é o militar que pensa sòmente como militar, é o higienista para quem os problemas sociais são exclusivamente os da sua especialidade, é o comerciante que reduz o sistema das relações entre os homens e as dificuldades de ordem política ao jôgo de suprimento do mercado e às questões de compra e venda.

Contudo, esta deficiência não pode ser curada mediante a simples transposição imaginária do sujeito, da sua posição para outra, a fim de experimentar o que é a realidade, captada a partir desta segunda. Seria êsse um procedimento psicológico, sem qualquer conexão efetiva com suportes materiais, donde não passar de mero devaneio, de vivência irreal, incapaz de conduzir à verdade do outro. Não é por êste meio que se supera a restrição posicional da consciência e sim, conforme indicamos, pela ascensão ao plano do julgamento crítico. A superioridade dêste modo de pensar está em saber que o comerciante não deixará de pensar como comerciante e em apreciar a qualidade dos juízos que o indivíduo dessa condição profere, à luz do condicionamento que o afeta. Por isso, a representação de um profissional desta espécie, como qualquer outra que consideremos, aparece à reflexão crítica como necessàriamente relativa e limitada, enquanto aquêle que a profere se encerra no espaço

das suas impressões imediatas e se aventura a julgamentos universais em forma de deduções tiradas da esfera da subjetividade pessoal.

Nos julgamentos globais que emite sôbre a realidade social é que melhor se patenteia a marcha do pensamento ingênuo da impressão particular à generalização explicativa. Fundando-se em experiências interiores do sujeito, seus insucessos, suas desilusões e limitações, a consciência é levada a ver a realidade nacional e, mais amplamente, a totalidade histórica do nosso tempo, como um domínio de desolações e a estabelecer certo número de conceitos relativos à situação universal, nos quais se revela a sua essencial ausência de capacidade crítica. Tais são, por exemplo, os conceitos de "inquietação do nosso tempo", de "crise espiritual" etc. São, evidentemente, expressões simplórias, cuja única vantagem é poderem ser manejadas por literatos, que sôbre elas fazem profundas e insuspeitadas revelações, bem como por outros intelectuais, em geral professôres de disciplinas menores, que às vêzes excursionam aos campos da especulação. Convém assinalar o caráter impressionista de tais conceitos, sem nenhuma correspondência com o andamento real da história, na qual as transformações, por vêzes tumultuosas e dramáticas, ocasionam a permanente preocupação com a existência como fato normal e nada têm a ver com essa pretendida "inquietação", apresentada como situação original, estranha, hermética, sòmente sentida por aquêles que precisamente se mostram os menos preocupados com as verdadeiras transformações sociais em curso.

4 — ABSOLUTIZAÇÃO DA SUA POSIÇÃO

A consciência ingênua é marcada por outro traço ligado ao caráter impressionista: acredita ser absoluta. Absolutiza a própria posição e portanto a verdade inerente a essa posição. A compreensão de tal característica dá-nos a chave para penetrar em muitos dos outros traços que a seguir descobriremos como específicos da modalidade primária. A representação simplória da realidade não duvida de que sòmente ela seja válida, porque não vê como é possível pensar diferentemente. É tão segura de si, que não pode evitar anatematizar os discordantes, a quem, na melhor hipótese, em momento de tranqüilidade, concederá o favor de uma atenção enfadada e cheia de superioridade. Tem plena certeza de si, habita na certeza, considera um mérito, que atribui a si mesma, ter chegado a êste estado de beatitude racional, com a posse completa e definitiva da verdade, depois de tantas e tão penosas experiências que teve de fazer para alcançá-la. Assim, não está disposta a discutir o significado e as razões da sua posição. Parece-lhe que qualquer condescendência com os que pretendem demonstrar-lhe o êrro da sua obstinação, nada mais é do que fraqueza moral, vacilação psicológica e risco de ser seduzida. Nada a horroriza mais do que a defesa do relativismo, seja a propósito do que fôr. Só tem simpatia pelas afirmações vigorosas, lapidares, voluntàriamente surdas às críticas estranhas, pois considera tal conduta virtude rara, a coragem de afirmar, só possuída pelos espíritos verdadeiramente fortes. Não discute, contenta-se em responder. Mas, como não podia deixar de ser, a resposta é apenas a reiteração da sua tendência peremptória, e se destina precisamente a encerrar qualquer possibilidade de debate. Não aceita que lhe acenem com a variabilidade dos pontos-de-vista, fato no qual não vê senão a prova da confusão e incompreensão gerais, e motivo a mais para fazer valer a sua própria opinião, única verídica. Menos ainda admite que lhe lembrem o condicionamento a que está submetida, coisa que lhe parece acidente normal nas condições elementares do

conhecimento, e que deve ser superado pela razão em sua busca da verdade, mas que, de todo modo, jamais constituiria motivo que a afetasse de intrínseca relatividade.

Sua formulação tem fatalmente de ser abstrata, pois só assim consegue ser absoluta. O que lhe falta, em verdade, é a percepção das determinações históricas; por isso absolutiza o ponto-de-vista da sua classe, do seu país, da sua raça, da sua posição ideológica. As afirmações alheias, diferentes ou opostas, passam a ser explicadas, não em função do condicionamento por situações distintas, mas como erros de julgamento, pois o simples referir-se à existência de "outra" posição já é feito apreciando-a segundo o modo de ver da posição absoluta. A referência a uma outra não é cortesia moral para com infelizes ignorantes, pois não lhes assiste nenhum direito à opinião que defendem; é ditada pelo intuito de valer-se do êrro do adversário para ressaltar o próprio e absoluto critério de verdade.

A consciência ingênua tende a assumir o papel de sujeito absoluto da história, para o qual todos os demais indivíduos são objeto. E justamente no apegar-se com insistência a êsse papel encontra o fundamento que lhe ministra a confirmação do seu essencial paralogismo. O sujeito confirma-se a si mesmo como sujeito absoluto, à custa de reduzir todos os outros entes à condição de objetos. Assim procedendo, julga estar agindo objetivamente, e de fato está, dentro dessa falsa formulação. A consciência esclarecida, ao contrário, considera a sociedade constituída por uma comunidade de sujeitos e, portanto, compreende que só é sujeito para si, em relação a si, e sabe que, quando refletida na subjetividade alheia, é objeto desta. É preciso que a segunda seja também uma consciência crítica para aceitar a primeira como objeto-sujeito, e abrir-se assim à recepção do pensar alheio. A consciência que, ao ser apreendida por outra, é objeto, mas para si própria é sujeito, deve entregar-se à compreensão da outra, reconhecendo-lhe, simultâneamente com a aceitação da condição de objeto, como lhe aparece, uma autêntica realidade de sujeito para si. Praticada reciprocamente esta atitude, estabelece-se a dialética das consciências, mediante a qual a posição de sujeito não se torna privilegiada, pois a que lhe é dada enquanto objeto também é sujeito, e ao mesmo tempo sabe que a sua representação subjetiva está incluída em outra representação subjetiva na qualidade de elemento objetivo.

É esta situação existencial que escapa ao espírito ingênuo: o saber-se pensado pelo outro. Ainda quando a admita,

não lhe atribui mais do que significação empírica, circunstancial, julga-a fato trivial, que jamais deveria dar motivo a considerações profundas, a análises sutis, em razão das quais lhe pretendam arrebatar sua soberania absoluta. Sem possibilidade de alçar-se à dialética das consciências, a modalidade acrítica é, por obrigação, solitária, noturna, absoluta. Êste traço manifesta-se claramente na ideologia ingênua. O que a caracteriza é a exaltação de certos princípios e idéias, elevados a verdades eternas. E são precisamente aquêles que coincidem com os interêsses individuais de quem as cultiva, sejam êstes diretamente as vantagens pessoais em causa, ou indiretamente as do seu grupo, classe ou nação. Em relação a êste último caso é que a denúncia do pensar ingênuo, como posição absoluta, se torna imperiosa, pois aí seus efeitos são particularmente nocivos. Quando determinada classe assume o direito de comandar a sociedade, os enunciados que a consciência dos seus arautos profere adquirem validade universal e autêntica veracidade. Se essa classe tem fôrça suficiente para conduzir o processo social, pode, enquanto assim fôr, ter a ilusão de possuir a ideologia privilegiada, a definitiva, a única premiada com a verdade; em conseqüência, desaparecerão, em face desta, os reclamos de alguns dissidentes, incapazes de trazer perturbação ao sistema. Quando, porém, a estrutura das relações sociais fôr tal que já não se mostre tão nítido e indisputável o predomínio de uma classe, os atritos objetivos condicionarão o correspondente debate ideológico. É então o momento em que, se a classe, já menos preponderante do que antes, insistir na sua atitude, agora tornada ingênua, de absolutizar as suas verdades, —o que acarreta a recusa a reconhecer direito de expressão à consciência discordante—, a situação ideológica passará do simples debate ao estado de conflito aberto e grave. A ingenuidade do absolutismo da consciência dominante deixa de ser simples marca tipológica para tornar-se fator objetivo nefasto, origem de pressões sociais que suscitam resistência e luta.

Outras vêzes, a "posição" que o pensamento elementar toma como absoluta é a nação. Dá-se aí a exaltação de um ponto-de-vista, levado ao pináculo do absoluto, de que participa uma sociedade nacional inteira. Neste caso, o "outro", cuja consciência não é reconhecida, é outra nação, sendo-lhe atribuída essencial inveracidade e natural ilegitimidade nos julgamentos que profere, e em todos os seus atos radical malignidade de comportamento. Estamos percebendo, desde logo, o aspecto funesto de tal desinteligência, de que a guerra é

uma das conseqüências não imaginárias, é o caso extremo dos riscos decorrentes da ingenuidade constituída pela absolutização do modo de pensar privativo de determinado ente nacional.

Neste ponto a analítica da consciência torna-se delicada e difícil, porque é forçoso admitir como natural que todo país possua, em grau mais ou menos claro na sua representação geral, um ponto-de-vista comum, sob pena de não ser um ente histórico diferenciado. É representado pelo acervo de idéias, sentimentos, desejos e ações, recohecido e cultuado pela comunidade, ao qual ninguém se opõe nem dêle quer divergir. De certo modo, pois, êste universo de princípios, noções, projetos e emoções que exprimem em conjunto o que se chama o interêsse nacional, atua pràticamente como um absoluto. Reside aqui uma possibilidade de permanente confusão, fácil de ocorrer no pensamento ingênuo; com efeito, a verdade da representação nacional não é absoluta, é apenas coletiva, é um valer para si, que necessàriamente deve incluir-se no esquema de uma dialética das consciências coletivas. O sociólogo e o filósofo não podem ocultar-se êsse fato e se, emocional e objetivamente, participam do sentimento comunitário—e seria alheamento ingênuo e ridículo não fazê-lo—, devem, contudo, manter constante vigilância crítica, a fim de examinar a realidade do seu país à luz do processo histórico plurinacional. Não têm o direito de se ausentar do processo particular a que pertencem, nem de se julgar, como indivíduos, em situação superior às circunstâncias; compete-lhes investir-se da atitude crítica em relação ao comportamento do seu *genos* para melhor encarnar os interêsses da sua nacionalidade.

A consciência autênticamente crítica jamais conduz ao relativismo céptico, à postura estética, de quem se considera obrigado apenas a pensar o que se passa, sem participação, como simples espectador. Não se deve recear que a negação do caráter absoluto do pensamento leve a êsse resultado; muito ao contrário, a consciência crítica é naturalmente impelida a tornar-se militante e engajada. O relativismo que proclama não é o de caráter lógico, que assim se confessa e se justifica com razões abstratas, argumentando com a impossibilidade de encontrar fundamento último para a verdade. É o relativismo que deriva da compreensão do processo histórico geral e se funda na objetividade dêste. Jamais leva à renúncia, ao isolamento, à indiferença, mas à ação, à intervenção direta nos acontecimentos. A intelecção ingênua, pelo absoluto da sua fixação, é que incli-

na à inatividade, ao fatalismo, em razão da certeza, que julga possuir, quanto à verdade do que compreende. Sua percepção a-histórica dá-lhe tôdas as facilidades de sentir-se segura em seus enunciados, e quem está seguro do que sabe, não achando motivos para duvidar, não se dispõe a provar a realidade, dispensa o contato com os fatos, tende, por conseguinte, a não agir. O filósofo crítico, porém, problematiza constantemente a realidade, e como não possui nenhum ponto-de-vista *a priori* sôbre ela, está sempre analisando-a, em permanente procura de conceitos adequados a conformá-la. Sendo o real, que deseja apreender, domínio de incessante mobilidade, sabe que não é legítimo considerar êsses conceitos como adquiridos de uma vez por tôdas, mas que os tem de renovar em função das transformações observadas. Em conseqüência da posição necessàriamente não-absolutista, sua conduta é sempre ativa. De fato, precisa agir sôbre a realidade, interessar-se por ela, aderir a ela, intervir, para captar as categorias que darão forma à verdade das proposições em que a exprime. O pensador ingênuo, porém, pela convicção, que o anima, de pensar no plano do absoluto, despreza o real, que lhe parece nada ter a oferecer de novidade, sendo conhecido de antemão nas idéias a que obedece. Tão profundo e marcante é êste traço, que, uma vez revelado, se torna fàcilmente compreensível nova característica da consciência inocente, a seguir descrita.

5 — INCOERÊNCIA LÓGICA

A consciência ingênua não esclarecida é surda às formulações lógicas, insensível aos matizes na diferenciação dos conceitos. Esta marca é importante porque explica sua impenetrabilidade na discussão com o pensador crítico. Êste, com efeito, em razão da sua atitude, está sempre se debatendo numa análise que a rigor não tem fim, em busca de conceituação cada vez mais precisa da realidade. As fórmulas que propõe, não só não são imutáveis e definitivas, como ainda obrigam a um permanente esmiuçar, a precisar cada vez mais o seu significado, o que implica estabelecer divisões e diferenciações entre conceitos, e ainda no sentido de um mesmo conceito, chegando às vêzes à sutileza. É isso imposição da fidelidade ao real, múltiplo, complexo e inesgotável, a tal ponto que nenhuma formulação pretenderá tê-lo apreendido adequadamente. Como decorrência do esfôrço de concisão conceitual, o sociólogo crítico é levado a enunciados que exigem grande plasticidade de apreensão para serem acompanhados. Não se trata de vêzo pessoal, nem de tendência às distinções sem fim, à imprecisão e à nebulosidade. Êstes caracteres só lhe são atribuídos pela ciência ingênua, que se julga imune a êles, por fôrça do dogmatismo de suas opiniões.

A consciência simplista, dogmática por natureza, exibe ao mesmo tempo, como uma de suas facêtas freqüentes, a constante imprecisão de linguagem e pensamento. De parte do pensador crítico há também, muitas vêzes, aparência de imprecisão, mas os dois casos são completamente diversos: enquanto o último só se revela pouco preciso em razão da imperfeita apreensão atual do dado a que se aplica, e tende a eliminá-la com a afanosa pesquisa a que não cessa de se votar, a mentalidade ingênua é imprecisa pela razão oposta, justamente pela falta de contato com o real e, por isso, a vagueza lhe é constitucional. É imprecisa porque não tem particular estima pela precisão, que lhe parece simples problema técnico, enquanto o seu domínio próprio é o do "pensamento", o jôgo das idéias. Não se mostra especialmente pertur-

bada ou vexada quando lhe apontam impropriedades, indecisões ou mesmo contradições formais no que exprime, porquanto não atribui grande importância a isso que considera mera questão de palavras, de expressão, e quanto ao pensamento, dêle tem a mais sólida certeza. Sorri ao lhe serem apontadas discordâncias verbais, porque no fundo só tem interêsse pelo conceito, pela idéia enquanto tal, que é interior, e da qual está completamente segura. Reconhece às vêzes haver dificuldade em ajustar a matéria pensada à forma expressa, mas em vez de perceber que êsse desajuste talvez exprima inadequação lógica na própria conexão entre as idéias, acredita que sua fraqueza reside apenas no plano da locução. Eis por que se associam na mesma personalidade ingênua o tom dogmático dos julgamentos e a indecisão mais flagrante. Em certos casos, é mesmo tentada a fazer a defesa da imprecisão, como maneira de facilitar ao interlocutor o acesso ao pensamento profundo. A expressão é vaga para ser excitante, convidativa à penetração nas idéias, coisa que seria obstada se a palavra fôsse exata, o julgamento lapidar e o raciocínio geométrico. Parece-lhe que o modo vago e aproximativo de falar, o mais ou menos do sentido, o incompleto da dicção, o esbôço do argumento, terminando pela referência, não formulada, ao resto da verdade, mediante o emprêgo repetido de expressões indefinidas, como "e tal e coisa", valem por um oferecimento de comunicação, como meio de não chocar a sensibilidade do ouvinte nem dar-lhe a oportunidade de retrucar.

O enunciado dogmático ingênuo sòmente parece completo e claro por ser uma tôsca exposição da verdade. O pensador crítico é um homem naturalmente envolvido em dificuldades de linguagem, forçado mesmo a certa obscuridade, porque sua apreensão descobre aspectos originais do real, se depara com dados inesperados, para os quais não dispõe de conceitos já prontos, sendo assim levado muitas vêzes a emaranhar-se na tentativa de dar expressão a essas finuras da análise objetiva. De fato, ou procurará forçá-las a se enquadrarem em conceitos anteriores, mediante a introdução nestes de novos matizes, donde o têrmo que lhe corresponde assumir significado extravagante, ou cunhará vocábulos inéditos para a idéia nova, com risco de contrair o vício do neologismo. É evidente que a propensão da ciência é no sentido de converter a minúcia e a diferenciação, mesmo sutis, em juízos lógicos. Por isso não cabe aqui nenhuma defesa da obscuridade e da imprecisão. Muito ao contrário, o pensar crítico se inclina para as fórmulas límpidas, apenas

não quer chegar a elas desprezando a percepção das diferenças, buscando sòmente efeito estético, mas pela indução das idéias implícitas no real.

A consciência cândida é, como dissemos, cega aos matizes da realidade. Sua atitude freqüente é a de zombaria, é o sorriso condescendente, ao ouvir aquêles que se esforçam em proceder a rigorosa investigação dos dados empíricos. O caráter absoluto da posição que adota, dando-lhe a superioridade, natural em quem já possui prèviamente a compreensão geral da realidade, torna-a insensível à argumentação objetiva, às análises minuciosas, à demonstração matemática. Tem espontânea aversão a discutir em têrmos concretos, enfada-se imediatamente quando se vê argüida com números, tabelas, gráficos, mapas, que lhe despertam irresistível repulsa. A consciência ingênua foge do detalhe objetivo, que acaso contradiga alguma de suas afirmações. Despreza-o, considerando-o coisa de técnicos, matéria especializada, da qual não entende, estando por isso desculpada em dela não tomar conhecimento. Nem lhe parece mesmo necessário levar em conta tais minúcias, pois o que lhe importa são os julgamentos já proferidos, a que aderiu e que não pretende rever. Não se comove nem se deixa convencer pelas razões do adversário, que desde o início já sabia ser pessoa equivocada; o que esta lhe vier a dizer traz a marca do inverídico. Não acredita que valha a pena ocupar-se em debater argumentos, quando o que está em jôgo são atitudes de pessoas, e a sua é sã e verdadeira, não vendo por isso motivos para discuti-la.

Encontramos neste traço um sinal decisivo desta modalidade de consciência, a causa da sua imporosidade à discussão e à crítica. Que adianta demonstrar-lhe a falsidade das afirmações, se essa demonstração obriga a estabelecer diferenciações conceituais delicadas, aponta aspectos objetivos discordantes e, portanto, de antemão não reconhecidos, e apela para um exercício mental, que lhe parece vã "dialética", no mau sentido que a palavra tem para ela? Daí sua contundente hostilidade às formulações críticas, que toma por mera "teoria", e aos pensadores objetivos, que chama de teóricos, dando ao vocábulo conotação pejorativa. Ora, a consciência crítica é inevitàvelmente teórica, no sentido de que se exerce mediante uma teoria, isto é, etimològicamente, uma visão do processo da realidade. Nem pode deixar de ser assim. A indução crítica procede por incorporação à representação subjetiva da lógica imanente a êsse proces-

so e, como tal, sua expressão mais perfeita é, por necessidade teórica, pelo fato de ser eminentemente lógica, enquanto racionalização do real. O pensamento crítico é sempre a tradução do concreto, do empírico, em linguagem racional e, por isso, o filósofo que o encarna tende a ser um teórico, um homem para quem os acontecimentos são fonte perene de novos conceitos, que lhe incumbe enunciar em expressões gerais. Seu modo de falar caracteriza-se pela serenidade de quem, sendo o mais dócil à minúcia, ao dado qualificado, tanto quanto aos aspectos da realidade ainda vagamente divisados, está contudo sempre inclinado a iluminar estas apreensões particulares por uma compreensão global, donde a inevitável tendência teoretizante. Esta, porém, não se confunde com o desinterêsse pela ação, antes, como temos observado, é condição da atividade crescente e fecunda.

É conveniente, contudo, assinalar certos casos nos quais a ingenuidade da consciência parece contradizer o traço que afirmamos, de aversão aos refinamentos e matizes conceituais, pois se mostra precisamente na inclinação a estabelecer distinções e mais distinções entre as idéias que examina. É claro que se trata de procedimento simplório e que as diferenciações descobertas nada têm de comum com a atitude analítica autêntica, própria do pensar crítico. A mentalidade primária é cavilosa e sutilizadora a seu modo, capaz de argumentar por meio de intermináveis "distinguos", mas sempre no plano da essencial incompreensão dos seus fundamentos. A razão dêsse particular aspecto da consciência ingênua, que em vez de infirmar confirma a nossa descrição, é a possibilidade de ser ela culta e erudita, tanto quanto simplista. É no caso da ingenuidade sábia que encontramos êste modo de proceder. A propensão argumentadora, silogística, escolástica, é específica da erudição ingênua, interessada apenas em explorar as conexões abstratas entre as idéias, multiplicando-as por isso a seu bel-prazer, e pouco atenta às situações e problemas objetivos de onde provêm os conceitos socialmente úteis.

Neste traço, melhor ainda do que em outros, percebe-se a oposição entre as duas modalidades extremas da representação da realidade nacional, ao mesmo tempo que se confirma a causa de tal oposição. Sendo a consciência simplista não esclarecida emocional e desligada de fundamentos autênticos na prática da realidade, é espontâneamente hostil ao espírito de racionalidade; a crítica, ao contrário, define-

se pela inclinação à clareza e à logicidade objetiva. O conflito é então inevitável, pois não se harmoniza o modo de proceder, impressionista e subjetivo, de uma com a atitude da outra, submissa ao dado material e concreto. Tal conflito, a que não pode eximir-se, determina por parte da consciência primária um comportamento peculiar, que nos apressamos em denunciar como novo traço da sua fisionomia.

6 — IRASCIBILIDADE

A consciência ingênua é reclamadora, deblateradora. Vemo-la constantemente indignada contra os fatos e as atitudes dos homens, protestando contra os acontecimentos. É atitude típica do jornalista de oposição, do panfletário ou do demagogo que, sem a menor reflexão crítica, limita-se a deblaterar contra tudo e contra todos. É a postura do articulista primário ou do orador comicial de poucas letras, interessados em produzir no leitor ou no auditório imediato efeito emotivo, pela referência sempre fácil às dificuldades da vida, às ações menos louváveis das personalidades destacadas ou às deficiências de um país ainda pobre e atrasado. Supõe comportamento equivalente da parte do público, que lhe assegura por simpatia ingênua a dócil ressonância. Como atitude esquemática, consiste em assumir o plano dos fatos, concebendo-os naturalmente de modo emocional e interesseiro com larga dose de inverdade, deformação, exagêro e injustiça, e compor-lhes o mecanismo causal segundo relações imaginárias. A forma mais habitual desta pseudo-explicação é a substituição dos nexos reais das coisas por ligações entre estados psicológicos dos agentes. Com isto instaura-se um clima de passionalidade, no qual todo ato é entendido como exibição do espírito do autor, e conduz a transferir para a discussão de pessoas o que deveria ser a investigação objetiva do processo real. Produz-se o que se poderia chamar de antropomorfização da realidade, modo de pensar que é como o retôrno ao animismo primitivo, pois as coisas e os fatos deixam de ter entre si qualquer relação causal, para se apresentar como meros efeitos de atuação psíquica.

Nesta perspectiva o mundo se converte em liça, onde se digladiam espíritos antagônicos, criando as coisas e suscitando os acontecimentos como se fôssem meios para alcançar seus fins e combater os adversários. Nada mais é natural, por tôda parte há intenções secretas. Combater os homens é uma forma de construir o mundo, pois é extirpar da realidade os agentes do mal, aos quais se deve tudo quanto de

infeliz acontece. Gritar contra a estupidez, a incompetência e, sobretudo, a desonestidade dos responsáveis pelos negócios públicos é, segundo esta ingênua representação, uma forma de corrigir a realidade, pois basta que se substituam os autores anímicos, que detêm a causa das condições maléficas, para automàticamente se constituir um mundo melhor, mais confortável, mais puro, mais rico.

Claro está que em muitos dos seus expoentes é esta atitude determinada pelos interêsses particulares que defendem; mas não é menos verdade que retrata um comportamento existencial revelador de uma consciência que, se em alguns é artificiosa, na maioria dos que a exibem é sintomática de um modo de ser. Reclama e protesta contra o que acontece e com isso revela a essência da sua ingenuidade, que consiste em desconhecer ou negar a existência de razões objetivas para o que acontece. A consciência primária é inconformada, porque desejaria que as coisas fôssem diferentes; mas tal desejo só surge, ainda que inexpresso, no pensar ingênuo, porquanto só para êste os acontecimentos não têm lógica própria, e por conseguinte poderiam ocorrer de outro modo. É evidente que, para uma compreensão desta espécie, o fato indesejável não exige ser entendido, estudado, mas tem de ser pura e simplesmente suprimido, e a maneira eficaz de fazê-lo, já que efeito e causa se identificam na personalidade do agente, é suprimir êste último. Para isso a condição primordial é conhecer o autor, ou seja, analisar-lhe a personalidade pública e privada, denunciar com estrépito e salutar escândalo as falhas intelectuais e morais, sua incapacidade e corrupção. O protesto por qualquer forma, sem consideração de meios, é o início do procedimento prático visando a suprimir o personagem político, condição de supressão, numa segunda etapa, do próprio fato deplorável. A consciência ingênua tende assim a justificar, com esta lógica animista, a sua conduta agressora, rixenta, ofensiva.

Negando que existam razões objetivas para as ocorrências, a consciência inocente vive com freqüência num estado de irritação em face da realidade, que para ela é uma caixa de surprêsas, quase sempre desagradáveis. Não percebendo a significação teórica do acontecer histórico, vive na decepção de estar num mundo que não obedece ao que, para ela, seria racional. Daí sua permanente irritação contra uma realidade que inexplicàvelmente insiste em só lhe trazer erros, males e contrariedades. Sendo a única sabedora de como as coisas deveriam suceder, depara-se no entanto com uma multi-

dão de fatos, atitudes e opiniões dos homens que não resultam das causas que, parece-lhe, seriam as naturais. Donde ter de exprimir a sua perplexidade em julgamentos como êstes: "estamos num mundo de loucos", "êste país está acometido de um desvario coletivo" etc. Retrata-se assim a candura essencial destas manifestações. É que aos seus portadores não ocorre indagar se existem razões objetivas para o que está sucedendo. Por isso preferem acusar a realidade, desligando-a da ação causal de fatôres objetivos e, então, como julgam sempre adverso o ambiente que os cerca, convertem a existência em acusação moral, reclamam contra a "realidade" do real, que deixa de ser sinônimo de objetividade para se apresentar como pecha infamante. O mundo é um depósito de perversidade, sua malícia intrínseca se evidencia ao teimar em ser o que não devia ser.

É inevitável que êste traço existencial se traduza psìquicamente em comportamento irascível. Ainda por êste lado a consciência ingênua é fechada, circunscrita, tendente, por sistemática reação, a exaltar-se; falta-lhe a moderação que o pensamento crítico da realidade propicia. Ela, ao contrário, exacerba-se e vive em tom crispado de cólera. Seu modo de falar é o impropério, a acusação ofensiva, a descompostura e a calúnia. Sabendo que a ignorância e a imoralidade estão por tôda parte, seu dever é clamar no timbre da mais furiosa indignação, porque só assim, ao que lhe parece, promoverá a revolução das almas, que levará à separação dos bons e dos maus e à definitiva e vergonhosa condenação dêstes. Escorraçados da realidade, os corruptos perderão sua fôrça causal no plano físico e a ordem, a lei e o desenvolvimento material em condições dignas se instalarão na existência nacional. Sente-se recompensada com os aplausos que suscita nos auditórios fanatizados, sem senso crítico, e em tais manifestações vê, simplòriamente, a demonstração da justeza das suas acusações. Basta-lhe o consenso de leitores e ouvintes despreparados, para dar-se como aprovada, como verdadeira no que enuncia.

Seria interessante desenhar a dialética particular desta espécie de consciências, mostrando como se reforçam mùtuamente na sua condição primária e obtusa, em virtude de um fenômeno de ressonância acústica recíproca. Não nos é possível fazê-lo aqui, mas é suficiente assinalar a tendência do par "escritor ingênuo-público ingênuo" a constituir-se em grupo social, cada vez mais destacado do conjunto geral. A dialética deblateradora força os semelhantes a se unirem num círculo de satisfação mútua, e a secioná-los da

base no processo real. Afastam-se cada vez mais da massa, cujos motivos e forma de reclamação são outros, e que se propende para algum fim é para a modificação revolucionária, nunca para a reforma moral. A dialética do ataque verbal desmesurado transforma-se em vício de parte a parte e termina por exercer-se como forma peculiar de virtuosidade mental. Passando à condição de vício, como qualquer outro, é insaciável, obriga os seus portadores a um rodopio cada vez mais frenético, a fim de procurar satisfazer um público para quem as palavras cruéis e infamantes acabam por perder todo sentido à custa de lê-las todos os dias. Enveredando por êste caminho, a consciência ingênua não tem mais possibilidade de fazer-se ouvir pela massa, a quem não interessam as acusações furibundas mas simplesmente verbais e que, nas tôscas acusações que faz, apóia-se em fundamentos bem mais sérios.

O traço que estamos apontando possui especial repercussão social, pois é uma modalidade de comportamento exibido com elevada predominância no campo dos debates políticos no país subdesenvolvido. A inconformação com a realidade, que muitos homens públicos fazem garbo em ostentar, e que a seus próprios olhos indica a vigilância, a rebeldia heróica, a intransigência às seduções da acomodação confortável, se de fato decorre em muitos indivíduos de temperamento exaltado e cavalheiresco, é por outro lado quase sempre indício da ausência de pensar crítico. Se possuíssem compreensão superior não permaneceriam, como fazem, na clave da imprecação. A obstinação em reclamar contra o real tem por premissa inconsciente a ininteligência das condições que o explicam. Mas estas deixam de ser reconhecidas porque não são procuradas, e não são porque a ingenuidade que tinge a totalidade de tal consciência nega o condicionamento do dado real, pelo que é conduzida a ver nêle a obra de uma vontade perniciosa. Para a consciência despreparada, que acredita ser crítica por se mostrar monòtonamente pessimista, todo fato é um malefício. Como dissemos linhas atrás, há nos seus últimos alicerces algo do pensar mágico e por isso a deblateração e o vitupério que lança contra o acontecimento têm o valor de um exorcismo. No fundo, parece-lhe que, a poder de reclamar e descompor, o que está acontecendo acabará deixando de acontecer; o anátema contra o fato opera màgicamente a eliminação do fato. Por isso, essa consciência julga, na auto-ilusão da sua superioridade, ser seu dever supremo clamar sem cessar e manter uma eterna vigilância contra os desvios da história. Crê na eficiência das medidas verbais que toma contra os acontecimentos e julga que, a

poder de tenacidade na linha de conduta intransigente, terminará por dobrar os fatos ao império da sua decisão. Se não quiséssemos cair nós mesmos na ingenuidade, embora cedendo aqui a compreensível atração, poderíamos sorrir da pertinácia com que a consciência parva se mantém na atitude de agressão à realidade. O pior prejuízo que causa a si mesma e aos que lhe são ouvidos é privar-se da oportunidade de compreender o que se passa. Para tanto, porém, necessitar-se-ia a outra forma de consciência e, com ela, a postura crítica, que substitui a interpretação racional aos motivos emocionais.

Não se conclua da denúncia da atitude sistemàticamente protestante que a posição crítica conduza ao estoicismo. Muito ao contrário, se precisamos entender, na sua causalidade própria, os fatos decorridos e prever os que venham a suceder, não é para sofrê-los passivamente, ainda que no silêncio da compreensão iluminada, mas para agir sôbre a realidade que os engendra e, se nefastos, impedir se reproduzam. A posição crítica, como já acentuamos, não é ascética nem conformista. Apenas não se quêda na gesticulação verbal e na agressão moral, pensando ser isso forma meritória de ação, mas se esforça por penetrar no condicionamento da realidade, a fim de alterá-la pela mobilização dos verdadeiros fatôres causais. Não conduz à ataraxia estóica, mas a lúcidos empreendimentos. É fecunda, enquanto o insulto e a vociferação são ineficazes, e se alguma coisa alteram é sòmente a face de quem os profere, nunca a face da realidade.

O fanatismo é por excelência um comportamento da consciência ingênua. Pode estar a serviço de nobre ideal e ser indício de generosidade de alma, de capacidade de devotamento a uma causa, apresentando-se algumas vêzes como qualidade humana realmente comovedora. Mas, julgado no plano da consciência, como modo de ser, revela suas origens nas emoções e nas representações impressionistas, o que explica a sua impermeabilidade à argumentação racional. De quanto foi dito, compreende-se com facilidade que ao complexo de traços já descritos se associe mais um, nêles implìcitamente contido, mas que convém ressaltar, para melhor chamar a atenção sôbre êle.

7 — INCAPACIDADE DE DIALOGAR

Referimo-nos à característica da consciência simplória expressa na sua incapacidade de dialogar. Fundamenta-se êste comportamento nas disposições do pensar anteriormente descritas. A consciência ingênua é a que, tendo assumido a validade absoluta do seu ponto-de-vista, não pode deixar de considerar aberração mental qualquer posição diferente da sua. Sôbre esta não paira nenhuma dúvida, e tanto mais se reforça na convicção em que está, quanto mais alguém procura refutá-la, ou apenas problematizá-la. Nos argumentos que lhe opõe não encontra senão novas e melhores razões para se confirmar a si própria, pois o esfôrço lógico do adversário por dar forma clara ao que diz é a seu ver prova de falta de segurança nas afirmações, e acaba transformando-se em argumento contra todo argumento. O convite ao debate, a tentativa de ordenar racionalmente as idéias, procurando estabelecer os problemas e investigá-los de modo metódico, tudo isso lhe parece recurso tendencioso, indício de falta de certeza em quem o utiliza; demonstra que o adversário vem à discussão sem estar ainda de posse da verdade, mas quer procurá-la enquanto analisa a questão em aprêço, revelando assim a sua debilidade perante quem, desde o início, já está seguro de possuir aquilo que o outro penosamente vem buscando.

Para o pensar inexperiente, absoluto e isento de dúvida interior, a procura da verdade é um escândalo intelectual e uma fraqueza moral; é sinal de confusão espiritual e de incapacidade para realizar a apreensão intuitiva que, dispensando qualquer argumentação, salta diretamente sôbre a idéia verdadeira, apossa-se dela e encontra, na emoção concomitante a essa façanha, a melhor garantia de haver procedido corretamente. Assim, a verdade deixa de ser certeza racional para constituir-se em estado de espírito, denunciado infalìvelmente por inequívoca vibração íntima.

O motivo desta atitude é a emotividade substancial da consciência primária. Para o pensar emocional tôda discus-

são é suspeita de insinceridade; quanto mais clara e lógica fôr a argumentação, qualquer que seja, mais será recebida como recurso capcioso por parte do adversário. O pensador ingênuo prefere que o debate se trave num clima de emoção pura, que os ânimos se exaltem na paixão do discurso político ou da controvérsia sôbre a conduta dos homens, pois nesse terreno sente-se à vontade, está capacitado a responder de modo conveniente, segundo acredita. O apêlo ao raciocínio, ao esfriamento verbal, à análise sensata parece-lhe, de plano. meio desleal de contender, tendo por intuito desviar a atenção de algum ponto essencial, não conveniente ao interlocutor. A impaciência natural a todo comportamento de fundo emotivo não tolera a demora das deduções. E por fim — pretexto último e mais grave para rejeitar o diálogo racional — a certeza resultante destas, ou seja a conclusão de argumentações às vêzes longas, apoiadas em dados ou invocando concepções teóricas, parece-lhe uma certeza menor, fria, incolor, fraca, onde o seu espírito, de tendência exaltada, não encontra garantia e repouso que o satisfaçam. Não troca o ímpeto de que se nutre pelo que considera a pobreza do raciocínio dedutivo. Não haveria maior dano neste comportamento, que só prejudicaria as suas próprias vítimas, se dêle não se seguisse a real impossibilidade do diálogo como forma de conduta coletiva. Ora, o diálogo é condição existencial da realidade humana, que dêle precisa para se fazer a si mesma, e tem forçosamente de exercê-lo no âmbito comunitário, com interlocutores reais e sôbre temas objetivos. O diálogo não pode ser exercício imaginário, a que o espírito se dedique para adestrar-se ou simplesmente para provar a sua verdade em presença de um adversário fictício; tem de ser um drama concreto, travado entre existências que ocupam posições distintas no espaço social, antagônicas em virtude de razões que afetam existencialmente uma e outra.

O homem não existe sem a comunicação que constitui para a sua consciência meio indispensável à compreensão da objetividade. Esta não consiste exclusivamente em que vejo uma árvore, uma casa, o céu estrelado; tais coisas, graças a raciocínios sutis, de fato já expendidos por alguns filósofos, não estariam a salvo de ser declaradas irreais, destituídas de validade objetiva e explicadas como simples conteúdos da representação mental. Mas, à parte outras razões que invalidam esta colocação idealista, a presença do outro, a inegável companhia das consciências alheias, a referência, comum a tôdas, a um ser exterior a elas, em uma palavra, a prática so-

cial do conhecimento afiança a certeza da objetividade. A forma lúcida do pensar sabe que é tal pelo reconhecimento que encontra no pensar de outrem e porque compreende que seus próprios enunciados dependem, para sua verdade, da comunicação estabelecida com as demais existências. O pensar crítico da realidade nacional não afirma nenhuma proposição como verdade *a priori*, descoberta pela reflexão pessoal, auto-suficiente, antes sustenta que a verdade é um valor social, exige a participação por um outro, que a deve aceitar mediante condições que lhe sejam próprias, do contrário não passaria de lucubração solipsista.

Se, portanto, preciso do outro para "com-instituir", quer dizer, instituir conjuntamente, com êle, a verdade do que conheço, por outro lado, não posso dar por suposto que o processo de percepção da consciência alheia seja idêntico ao meu e funcione do mesmo modo tôdas as vêzes em que me convenço de algum conteúdo representativo, pois isto seria admitir que, ao menos para a proposição que enuncia esta identidade, haveria verdade *a priori*, o que é contrário ao postulado inicial. Logo, a consciência crítica só é capaz de formular a sua verdade na base da comunicação social. Quando esta não existe, quebram-se os suportes do pensar lógico, ficando o homem à mercê das impressões e intuições emocionais. A gravidade da postura inocente está em não poder ser considerada simples acidente da psicologia individual, apenas nociva a quem dela sofre. Sendo comportamento a que todos estão expostos, mesmo os que dêle têm ciência, pela inclinação a difundir na coletividade seus enunciados, acarreta crescente dificuldade em receber o corretivo da disciplina racional, em virtude da obstinação com que suprime a comunicação. Não permite que a verdade adquira significado social de caráter crítico, mas a deixa no plano ùnicamente emotivo. Juntando-se a esta impenetrabilidade o furor, a vociferação e o profetismo, temos a imagem tão freqüente do demagogo político. A ingenuidade de que é vítima o leva a indignar-se ao ver que alguém pensa de modo diferente, tem outras razões que não as suas e chega a conclusões discordantes das que lhe parecem legítimas. Opaca à percepção dos autênticos fundamentos da verdade, sua consciência não deixará de considerar maldosa, cínica e hostil a atitude do opositor crítico. Falta-lhe a compreensão do significado social da prática. Ainda quando reconheça uma origem empírica para a proposição verdadeira, acredita poder estabelecê-la na relação de um pensamento individual com o mundo cir-

cunstante; debruçada sôbre êste, a consciência capta os dados sensíveis que refletirão na sua subjetividade, sob forma de idéias, as coisas e os acontecimentos. Escapa-lhe, nesta formulação, o significado do existir coletivo, sem o qual a prática não constitui garantia suficiente contra o solipsismo. Só no âmbito da comunicação existencial é que a prática se torna fundamento da verdade, pois não é na experiência pessoal isolada, mas na experiência enquanto compartilhada com outro, que se estatui o vínculo de conhecimento entre o pensar e o ser. Recusando-se ao diálogo, considera impertinência a atitude do contestador; como não pensa racionalmente, mas em forma de atribuição de valor, a conseqüência imediata a que chega é a necessidade, para o bem da comunidade, de supressão da consciência oposta.

Extraímos daqui um dos aspectos mais sérios dêste traço ingênuo, que deixa de ser em tal caso sinônimo de inocente, inofensivo, para se revelar causa de franco perigo social. Com efeito, impenetrável à comunicação, a mentalidade primária é conduzida a ver na consciência discordante permanente intenção maliciosa, demonstrada na repetida negação das idéias e fórmulas que lhe parecem as únicas justas. E então, para impedi-la de continuar a produzir os efeitos prejudiciais da sua incorrigível erística, considera-se justificada em apelar para a radical eliminação da consciência discordante. A pronta inclinação a utilizar a violência e a cancelar as liberdades, sinais que analisaremos melhor mais tarde, estão no rol das conseqüências naturais da supressão da comunicação.

Um último aspecto desta característica não deve ser omitido: pelo fato de não se aperceber da sua incapacidade de comunicação, a consciência elementar tende a imputar ao adversário êsse mesmo traço, que é sòmente dela. Notando que o diálogo não chega a estabelecer-se entre ela e o opositor, pela incompreensão que, por definição, tem de si e dos seus condicionamentos, não atina com outra explicação para a incomunicação de que sofre, senão a imporosidade do interlocutor. Transferindo, assim, para o outro a responsabilidade de uma situação que bem percebe, dá-se por justificada, tranqüiliza-se de qualquer resquício de dúvida, que acaso ainda a acometesse, quanto à posse plena da verdade.

Impossibilitada de comunicação, a consciência ingênua é, no íntimo, uma consciência solitária. Mas a forma de que se reveste a sua solidão é peculiar: é a procura de assentimento uníssono nas consciências que se lhe assemelham, fazem côro aos seus ditados e, dêste modo, só em paródia

desempenham o papel existencial de "outro". Na verdade, são ecos múltiplos de um só pensar, e como não estabelecem verdadeiro confronto, luta entrelaçadora dos sêres, não chegam a realizar o "convívio amoroso" com o adversário, de que falam alguns filósofos, a comunicação doadora. Não se encontra senão com outra idêntica, cuja adesão só por cegueira constitutiva considera prova de reconhecimento. Na verdade, é isto justamente o que lhe falta: o reconhecimento, porque êste supõe, como diz o vocábulo, a repetição do conhecimento, a retomada dos fundamentos e a reprodução do conhecimento a partir dêles, o que é próprio ùnicamente do pensar crítico. Para êste último há, de fato, reconhecimento quando o outro se incorpora crìticamente à sua compreensão, pois é sinal de que refez em si todo o roteiro do pensar, vindo dos fundamentos até a percepção do aparente, sempre se atendo à lógica objetiva da realidade. À consciência primária, porém, não é dado possuir o verdadeiro reconhecimento; por isso, troca-o pelo aplauso. Contenta-se com a aclamação emotiva, em que vê o sêlo da verdade. Eis por que dizíamos ser a consciência ingênua solitária e prisioneira de si. Vive a farsa de um reconhecimento infecundo, só encontra a adesão dos idênticos e, assim, multiplica-se sem se reproduzir. Instala em tôrno de si um sistema de espelhos paralelos e, na repetição ao infinito da própria imagem, julga haver realizado uma conquista histórica. Não podendo servir-se do falar autêntico, no sentido em que a fala é um modo existencial do homem, destinado a exprimir a verdade do ser, e supondo a consciência oposta possìvelmente divergente, contenta-se em suscitar ressonâncias e considera o reflexo de si mesma satisfatória aprovação.

8 — PEDANTISMO

Há um conjunto de comportamentos da consciência ingênua, referentes, de modo especial, aos temas intelectuais e aos problemas da cultura em geral, que merece ser anotado, pelo muito que contribui para a caracterização daquela mentalidade. São traços que, embora distintos, apresentam sensíveis afinidades, e por isso justificam uma descrição em comum. Difícil é delimitar êsse conjunto e talvez a melhor maneira de proceder à indicação desta classe de comportamentos seja escolher um e servir-se dêle para representar o grupo. Parece-nos não ser errado eleger como atitude padrão o que chamaremos de pedantismo.

De fato, a consciência cândida se destaca por esta nota indefectível, o pedantismo da conduta em face das situações objetivas e da produção intelectual. É um traço inequívoco, que marca a presença da inteligência do país atrasado no terreno da cultura. Tem por fundamento a falsa compreensão do papel da consciência em relação à realidade a que está ligada, donde acreditar que da sua maneira particular de ser, das suas peculiaridades subjetivas, inclinações psicológicas e interêsses pessoais é que devem derivar os modos de acôrdo com os quais desempenha a função intelectual. Tal é, na verdade, a raiz do pedantismo; o resto são os infinitos e grotescos efeitos dêsse vício original. Não alcançaria o verdadeiro significado do que chamamos de atitudes pedantes quem ficasse apenas na descrição delas, pois na maioria das vêzes são conhecidas e não justificariam o interêsse desta análise. O que nos importa é relacionar êsses comportamentos à sua origem na essência da consciência ingênua.

O pedante não é apenas o indivíduo que exibe sua relativa cultura em frases complexas, empoladas, sem perceber o ridículo da atuação pretensiosa, mas é aquêle que assim procede porque tem falsa idéia do papel autêntico da inteligência e do seu desempenho social. A inteligência é para êle, embora não o diga ou nem sequer nisso tenha

pensado, uma faculdade divina, que, no grau superior em que a possui, só é dada a poucos; cabe-lhe primordialmente a função de "adquirir cultura" e, com tal intuito, vota-se com o maior afinco à exaustiva e indormida busca do saber. Põe-se sôfregamente a deglutir todo o alimento cultural que milênios de atividade humana produziram e nessa manducação despende a existência inteira. Mas a cultura que absorve não é destinada a permanecer armazenada nos amplos espaços do seu espírito e sim a atuar no meio social a que o estudioso pertence. Para tanto, está sempre disposto a emitir, a propósito dos acontecimentos diários e das idéias debatidas no momento, a opinião que lhe é ditada pelo saber acumulado. O caráter ridículo das frases que pronuncia, o tom rebuscado, pomposo e altivo das suas interferências nas mais simples discussões, aquilo que constitui pròpriamente o aspecto "pedante" de seu comportamento, são apenas conseqüências exteriores do íntimo e essencial equívoco dessa consciência. O que vulgarmente se reconhece como pedantismo é tão-sòmente o aspecto externo de um distúrbio radical da consciência, a incompreensão da relação que a liga à realidade. Vista por fora, a consciência pedante é tão rica de manifestações, que se torna impossível mencioná-las tôdas. Mais importante do que isso é apontar a conexão entre ela e o estado do meio social onde opera. Êste é realmente o ponto importante.

A inteligência pedante é por essência a das elites do país semicolonial. Compreende-se bem que assim seja. Quando a situação da sociedade atrasada é tão pobre e de oportunidades tão limitadas que sòmente poucos indivíduos dispõem de recursos para a ascensão a um grau relativamente elevado de saber, o aprêço que tal façanha desperta no ambiente acanhado dá motivo a que o autor se julgue uma personalidade incomum; o respeito de que é cercado tende naturalmente a fazê-lo crer que a posição que ocupa é produto de um mérito excepcional, do qual não teria por si só perfeita percepção, se não o visse confirmado pelas deferências de que é alvo. Sente-se, assim, soerguido a um plano superior ao do comum dos homens e daí conclui que, em virtude do saber que possui, está destinado a exercer função oracular no meio social, que dêle espera sempre pensamentos luminosos e sábia orientação. Para assinalar essa posição eminente e a distância que o separa dos comportamentos correntes e das formas triviais de pensar, é levado a externar sua riqueza interior por meio de expressões raras, de palavras difíceis e reflexões obscuras, dando em resulta-

do que seu modo de falar se vai aos poucos diferenciando do vulgar, e termina por constituir uma linguagem dialetal própria, o dialeto do gênio, aquêle que, apreciado segundo os padrões do bom gôsto comum, forma o que se chama de pedantismo. A consciência pedante descamba no "pedantismo" sem o perceber, por fôrça do seu vício essencial. Uma vez consumada a desvinculação com a realidade, o pedantismo se fecunda a si mesmo e começa então a série, tão rica e cômica, de atitudes que bem conhecemos em numerosos dos nossos intelectuais e homens de ciência. Não só a frase se complica, se empola e enriquece de expressões inéditas, mas o próprio pensamento, perdido o contato com o real, entra a explorar regiões de fantasia e a se ocupar de questões inexistentes, resultantes de gratuitas construções de idéias. O desligamento do real é a porta aberta a todos os desvarios da inteligência descomprometida, aos exercícios de simples e vadia especulação.

O pedantismo consiste em que essas cogitações não permanecem guardadas na preciosa inteligência que teve a dita de produzi-las, mas são logo dadas a público, a êsse público que certamente não as irá entender, mas é de esperar que as vá aplaudir. Ao contrário da ingenuidade dos espíritos místicos, ensimesmados, arredios, que se enfurnam nos abismos das confusões com que enchem a cabeça, a do pedante é sempre uma ingenuidade extrovertida, para uso externo, pois tem por finalidade e parte substancial a conquista do respeito público. Não confessa o desejo de ser popular, porque a isso se opõe o conceito que expende sôbre as desqualificações intelectuais do homem comum; mas sempre quer ser pública, ou seja, quer obter o reconhecimento de um círculo de adeptos e admiradores, os quais, pela alta categoria que nêles reconhece, lhe oferecem recompensa satisfatória. Colocando-se na posição de indivíduo excepcional, considera ter por missão dizer aos outros quais os problemas que no momento o preocupam e que idéias lhes sugerem. Pouco importa que não sejam os problemas reais dêsses outros mesmos, mas isto lhe parece secundário, pois sabe que os problemas das grandes massas só têm a importância que lhes é atribuída pela inteligência esclarecida dos homens de cultura superior. Compete-lhe trazer para o meio social as questões de que devem tratar os espíritos realmente bem dotados, e, como é natural, essas questões são as de que se ocupam as grandes personalidades da cultura universal, isto é, os pensadores, artistas e cientistas das áreas metropolitanas. Desta maneira, a consciência pedante considera

que seu mais meritório papel social é o de introduzir a inteligência média das camadas letradas e ávidas de cultura nas altas especulações do saber atual. Acredita que, se o não fizer, o país continuará mergulhado no letargo colonial, sem contato com o mundo das idéias, que, conforme julga, é o "mundo de fora". O mundo interno, aquêle a que pertence, não está em contato com o plano das idéias, não tem idéias nem condições para dar origem a elas. Para que desperte do torpor e da mesquinhez em que jaz, é indispensável a ação de poderosos mediadores, aquêles que, por graça especial do céu, são como que filhos do "outro mundo", embora nascidos aqui. Não fôra êstes gênios locais, não haveria esperança de algum dia o país se levantar e produzir seu próprio saber. Por ora, o que é necessário fazer é transmitir aos ouvintes atentos o destilado do saber universal, que a meditação dêstes poucos iluminados é capaz de oferecer.

A consciência pedante mostra-se ciosa de justificação moral. Acha-se dotada de um dom divino, a que corresponde sua missão social, árdua mas imperiosa. É vaidosa de seus méritos intelectuais, mas considera isto uma pequena fraqueza que não obscurece a grandiosidade de sua função pedagógica no meio inculto. Não há dúvida que se envaidece do aplauso que recebe, e que estimula com o maior empenho, mas apenas para compensar as agruras e canseiras do estudo solitário. Também é verdade ser respeitada mais pelo que o público não entende no que diz do que pelo conteúdo acessível de seus livros e discursos, mas isso a reforça na convicção de ser inovadora e de exercer papel pioneiro. O aplauso, sim, lhe é necessário; a compreensão, menos. Sabe que o meio não está preparado para a perfeita assimilação do seu pensamento, mas isso não é razão para deixar de divulgá-lo ou compactuar com a mediocridade ambiente. Sua função capital é uma só: ser a mediadora do saber entre os centros estrangeiros universais e a restrita e atrasada área nacional. Sua tarefa é produzir no meio local livros que traduzam o conteúdo dos livros estrangeiros. Tocamos aqui num ponto decisivo. Dissemos que a mentalidade ingênua pedante se considera a única, no espaço confinado onde vive, habilitada a excursionar ao reino excelso das idéias. Ora, na prática, penetrar na região luminosa da cultura consiste simplesmente em ler os livros estrangeiros. A isso se reduz, portanto, a execução do seu papel de mediadora do saber. Ler as obras estrangeiras, tanto quanto possível no idioma original, é a grande proeza da mentalidade pedante do país colonial. Exibe com indisfar-

çada vaidade sua biblioteca, êsse recinto sagrado onde convive com os deuses. Lê o mais que pode e se lastima sempre do muito que ainda lhe falta ler. É por isso uma inteligência insatisfeita, ou pelo menos finge ser tal, a fim de reduzir um pouco a própria glória. Mas, a certeza de pertencer ao grupo eleito dos que manuseiam as obras da grande cultura é motivo de tão vivo contentamento interior que compensa as injúrias que às vêzes recebe de espíritos menores, ou mesmo de colegas de erudição, quando é apanhada em flagrante de ignorância de algum assunto importante ou de confusão e incompreensão nas coisas que diz. Não é obrigada a ser perfeita, desculpa-se. Importa-lhe mais valorizar o que sabe e proclamá-lo com empáfia. Confia na ignorância alheia mais que na própria ciência.

Com isso se descobre um aspecto essencial da mentalidade pedante, a sua desonestidade. É realmente inevitável êste traço ético, dada a substância desta forma de ingenuidade. O intelectual semicolonial, que produz para exibir o que julga saber, é invariàvelmente um misto de estudioso e charlatão. Não estando vitalmente interessado naquilo que estuda, só o fazendo por inclinação de espírito, motivo de trabalho ou divertimento intelectual, é para efeito de sucesso público que perlustra as páginas dos tratados, das revistas e dos catálogos. Tem necessàriamente que exibir mais do que de fato adquiriu, e desta maneira envereda sempre por alguma modalidade de charlatanismo. São tão numerosas estas possibilidades que não há tempo de citá-las, mas uma das mais freqüentes, por exemplo, é a impressão de familiaridade com o pensamento de conhecidos gênios estrangeiros, dos quais na verdade só possui materialmente a obra, ou seja, o livro em papel. Disserta com desembaraço sôbre as idéias de personagens dos quais tem o mais superficial conhecimento, dando-se como intérprete e crítico dêsses expoentes da cultura. Nas obras que elabora para o deslumbramento interno, derrama-se em citações de autores estrangeiros, quase sempre no original. Observa-se aqui a necessidade de demonstrar pùblicamente o conhecimento dos idiomas sagrados da cultura, a fim de não ser acusado de compulsar material de segunda mão. Pouco importa que, na maioria dos casos, o conhecimento de tais idiomas seja precário, limitando-se a algumas palavras ou frases feitas, surradas pelo uso, ou a pequenos períodos penosa e incertamente traduzidos.

Modalidade de pedantismo de sabor todo particular é a exibição de cultura clássica. Sabendo ser de bom gôsto

fazer amiúde citações greco-latinas, indício de convívio com os clássicos, portanto, com a própria cultura humanista, tal como a entende a mentalidade semicolonial, o intelectual primário não perde ocasião de citar algumas banalidades ciceronianas, chegando mesmo, nos casos de pedantismo delirante, a reproduzir em caracteres gregos estropiados nomes de obras ou curtas e corriqueiras sentenças filosóficas. É êste um traço que chamaríamos de ingenuidade provinciana, apesar de o encontrarmos tanto em pitorescas teses de concurso de laboriosos intelectuais de província, quanto em pretensiosas e divertidas produções de professôres de faculdades da Capital do país semicolonial. Os que não se atrevem ao cometimento da freqüente visita ao mundo clássico, preferem demonstrar familiaridade com a cultura do nosso tempo, e para tal fim o procedimento mais indicado é exibir especial conhecimento do idioma germânico. Acham que se conseguirem dar a impressão ao grande público de que sabem alemão, terão conquistado definitiva e indiscutìvelmente o lugar de "intelectual". Para isso é indispensável citar os filósofos alemães modernos e contemporâneos no original, sem, evidentemente, a menor concessão ao vulgo, por conseguinte sem descer à lisonja popular de traduzi-los. E há até os que, na impossibilidade de vôos tão altos, contentam-se em citar francês. Tudo isto é ùnicamente exemplo de como a consciência ingênua interpreta e exerce o seu papel de mediadora da cultura. De fato, se a cultura está lá fora, o que há a fazer é trazê-la para dentro. Poucos apenas estão em condições de trabalhar nesse louvável intuito, pois a preparação intelectual exigida é longa, fastidiosa e incompreendida. Todo louvor é pouco aos que conseguem o resultado almejado; tôda recompensa em discursos gratulatórios, condecorações honoríficas, títulos doutorais *honoris causa,* acumulação de rendosos cargos professorais, viagens ao estrangeiro, presidência de congressos culturais etc. é ainda pagamento insignificante em face da alta função que desempenham em benefício do país. Com efeito, que seria dêste se seus homens de elite não falassem francês, não fôssem legionários da honra alheia ou não freqüentassem condignamente os melhores hotéis das capitais européias? Seríamos, evidentemente, uma nação de bugres. Por conseguinte, é preciso não só respeitar, mas honrar e retribuir com tangíveis proveitos aquêles que, pelo saber indiscutível, representam a nata da cultura nacional e nos permitem fazer brilhante figura nos conciliábulos internacionais, nas reuniões acadêmicas ou quando recebemos visitantes ilustres.

Assim, a mentalidade ingênua passa invariàvelmente do pedantismo constitucional ao charlatanismo prático. Uma das maneiras como se manifesta a transição é o total abandono da verdadeira e proveitosa aquisição de conhecimentos em favor do exclusivo exercício charlatanesco. É o caso do suposto intelectual que, uma vez conquistada a aura de personagem importante, de professor universitário, escritor consagrado, colunista político ou mesmo cientista em algum ramo de investigação, desinteressa-se do estudo e se entrega inteiramente à luta pela conquista de elogios, cargos, títulos, medalhas e honrarias em geral. O pedantismo parece passar aqui para segundo plano, no entanto continua sendo a essência do ser e volta à tona tão logo é exigida prova mais séria de valor. Na falta da efetiva substância do saber, que nunca está desligado das necessidades do meio social, o intelectual menor reage aos estímulos e desafios da realidade com uma produção equívoca, de duvidoso gôsto e grotesco pernosticismo. Assim se explica que insistam em produzir obras escritas muitos daqueles que já fazem jus às vantagens do charlatanismo, ou seja, ao repouso mental e à pura exibição pessoal. Se em alguns há ainda aparência de criação, na tentativa de continuar demonstrando capacidade de aprendizagem e constante atualidade de saber, o pedantismo se revela no modo pelo qual exprimem êsse interêsse em relação à cultura. Raramente são os problemas reais do país que lhes atraem a atenção, e mesmo naqueles poucos estudiosos que, apesar de tudo, parecem voltar-se para tais problemas, ainda nêles predomina o traço pedante, pela ansiosa sofreguidão em utilizar-se das teorias filosóficas e sociológicas estrangeiras como fontes exclusivas do saber necessário à explicação das coisas do meio nacional. A linguagem rebuscada, dialetal, em que vazam seus trabalhos, a cômica inquietação em demonstrar perfeito conhecimento do idioma alemão—chegando, nos casos de supremo ridículo, a levar medíocres professôres de província a escrever modestos opúsculos diretamente nessa língua—tudo isso identifica sem êrro a raiz ingênua e pedante de tal mentalidade.

O pedantismo não se percebe apenas nesses ensaios de mobilizar tôda a ciência dos séculos para a discussão das nossas questões nacionais, mas também na intervenção que o erudito colonial se julga obrigado a praticar nas contendas intelectuais alheias. Êste aspecto é dos mais interessantes para a caracterização desta simplicidade. O estudioso colonial não se contenta sòmente em demonstrar aos admiradores locais que está em permanente contato com as altu-

ras, que sabe de tudo quanto se passa nas esferas celestes do saber, dispondo por isso de precioso cabedal de conhecimentos para compreender os insignificantes fatos da área onde habita; faz mais do que isso: quer intervir diretamente nas discussões que lá se travam. Não quer ser apenas ouvinte, leitor, discípulo. Intervém, em pessoa, nas coisas que lá se discutem, acreditando, assim, coroar sua obra de sábio nascido em região ingrata com a inequívoca superação dessa inferioridade. Mesmo a distância, é também um personagem do drama intelectual europeu, pois não se satisfaz em travar conhecimento com as personalidades e idéias em choque, a acompanhar os lances das controvérsias, em tomar partido por um dos contendores; atira-se à liça e, mesmo da parte de cá, se comporta como alguém que estivesse envolvido pelos acontecimentos da região superior e fôsse parte inseparável dêles. É importante esta observação na descrição dos comportamentos alienados. O pedante não se limita a refletir a discussão alheia, a mostrar-se conhecedor de tôdas as suas particularidades. Vai além, invade a arena, trazendo, embora sem ser ouvido, a sua opinião e fazendo-se, ainda que o ignorem, um dos contendores. São numerosos os exemplos de polêmicas intelectuais específicas dos círculos europeus, motivadas por situações que só aí existem e que despertaram a apaixonada e inócua participação de nossos brilhantes homens de letras. Parece-lhes que se não participarem dêsses elevados prélios não estarão provando ser pessoas atualizadas, vivendo os verdadeiros problemas do seu tempo. É que, de fato, para êles não há outros, os do seu país não contam, não lhes merecem a atenção, pois não lhes ocorreria julgarem-se "atuais" em virtude da preocupação demonstrada pelo que se passa na sociedade a que pertencem. Participam, assim, de controvérsias filosóficas que em nada dizem respeito à realidade brasileira, sendo produto de condições sociais próprias das sociedades vetustas, desenvolvidas, dilaceradas por guerras imperialistas; e ao mesmo tempo ignoram que é preciso despender grande esfôrço intelectual criador para dar resposta filosófica justa, e portanto original, às indagações que a nossa realidade suscita. Passa-lhes despercebido, no alheamento onde mergulham, que a realidade dêste país é fonte de inesgotáveis indagações, de valor universal em razão da sua existência concreta, e para as quais o conhecimento do pensar estranho se é útil e mesmo em muitos casos indispensável, de nada vale, porém, quando convertido em recurso automático para a obtenção de fórmulas destinadas a dar solução aos nossos problemas. O

pedantismo é o oposto da docilidade de espírito, a qual, longe de se opor à aquisição da cultura internacional, se define pela utilização desta, a fim de criar a própria cultura, o que supõe a reflexão sôbre os problemas peculiares à realidade do pensador e a elevação das proposições resultantes da compreensão dêles ao plano do saber universal. Sòmente quando o homem de estudo se volta para a consideração da sua realidade objetiva, a do seu país e do seu povo, poderá empregar a erudição que possui, sem receio de resvalar no pedantismo. Se o motivo pelo qual adquire o saber é a premência da realidade, a resposta que mobilize os dados da cultura mundial não se carrega de alienação e pedantismo. Não é o caso, porém, quando o estudioso, o filósofo ou o sociólogo, só manipula o material doméstico para efeito de exibir um saber que havia gratuitamente acumulado para gáudio da vaidade, ou para superar certas condições pessoais por êle julgadas desvantajosas, como origem humilde, procedência racial, estado de pobreza, insucessos profissionais etc.

O pedantismo, como vemos, não é outra coisa senão uma das faces da alienação cultural, específica do intelectual do país econômicamente atrasado. É a falsificação da cultura, não porque o estudioso pedante seja incapaz de apreendê-la corretamente, enquanto acervo de conhecimentos, mas porque não percebe a relação que deveria ter com a sua situação existencial. O exame dêste traço da consciência ingênua põe em questão o próprio tema da cultura e de seu significado para a realidade do país subdesenvolvido. Sendo assunto de larga extensão, não é cabível abordá-lo agora, com a pretensão de dar-lhe adequado tratamento; só precisamos mencioná-lo para descobrir o verdadeiro significado do caráter pernóstico do pensar ingênuo. A exibição da cultura, e o charlatanismo subseqüente, só se explicam se considerarmos o conceito que têm da cultura os que fazem essa exibição. Em função dêsse conceito alcançaremos a explicação do exibicionismo do intelectual ingênuo. A consciência simplória ostenta com garbo sua capacidade de interessar-se pelas coisas do espírito, de abertura para as idéias, de constante disponibilidade à recepção da cultura. Desde que não a produz, a cultura tem de ser adquirida fora, ou seja, recebida daqueles que a exportam. De fato, é necessário mencionar o valor econômico da superioridade cultural, pois os livros que a representam são mercadoria que tem de ser comprada pelo país pobre, e constitui por isso fonte de divisas para o país metropolitano. Quando vemos as sucessivas ge-

rações de professôres universitários de filosofia dos centros adiantados se desincumbirem da obrigação regulamentar de escrever pelo menos um livro sôbre o filósofo mais ilustre do país, não é possível fugir à conclusão de que tal filósofo é, na verdade, um dos itens da pauta do comércio exterior da nação culta. No entanto, para não macular a sublimidade dêste dom, a aquisição da cultura é entendida despojando-a de tôda indelicada referência aos seus aspectos econômicos, e considerando-a apenas como "recepção" da cultura. É precisamente esta última expressão que nos dá a chave para compreendermos o afã da mentalidade pedante em se enriquecer de saber. Para ela a "recepção da cultura" é entendida no duplo sentido da palavra "recepção": no de "recebimento" e no de "festa". A cultura é, em primeiro lugar, aquilo que se recebe de fora, que os outros generosamente nos ofertam, e que a nós, que não a produzimos, cabe recolher com a máxima veneração. A cultura é o bem dos outros, que só excepcionalmente alguns poucos habitantes da região subdesenvolvida conseguem receber e possuir. O respeito que exigem dos seus concidadãos menos afortunados deve ser proporcional aos esforços e às despesas que fizeram para adquiri-la. A recepção da cultura, enquanto recebimento do produto intelectual metropolitano, distingue o pequeno clã de iniciados nos mistérios do saber e dá-lhes o direito de ostentar com justificada vaidade—que apenas aos olhos do vulgo parece pernosticismo—o tesouro de idéias que possuem. Mas, justamente porque o recebimento do saber é um privilégio raro, êsses a quem coube em sorte sentem a sua familiaridade com os gênios exteriores e as obras de arte do passado alheio como um estado luminoso, um êxtase que os arrebata para fora da vida comum do país atrasado, a entrada num festim divino.

O conceito de "recepção da cultura" transita, assim, para o segundo significado. A cultura é entendida, então, como festiva "recepção", a que o intelectual do país pobre teve a honra de ser convidado. Adquirir cultura é participar dêsse divino banquete, no qual, como nos simpósios antigos, os gênios conversam sôbre coisas do espírito. É certo que o convidado ocupa um lugar modesto, não faz mais do que escutar, não ousa interromper ou interrogar. Mas só ter o direito de assistir ao diálogo dos numes já é uma graça sem preço. Sendo festa solene, compreende-se que para nela ingressar se exija indumentária especial, apropriada à cerimônia cultural. O pedantismo ingênuo é a demonstração, dada pelo intelectual, de se achar devidamente paramentado, a fim de

comparecer à recepção da cultura. Neste sentido, pondo de lado tôda ironia, é possível dizer que o pedantismo da consciência ingênua em demonstrar vasto cabedal de conhecimentos não é senão a indumentária intelectual para comparecer à festa alheia. Procuramos explorar o duplo sentido do vocábulo "recepção", porque é rico de ensinamentos a respeito do significado da cultura para a mentalidade inocente do país subdesenvolvido; a cultura, para ela, é, simultâneamente, aquilo que se recebe e a festa a que se vai. A interpretação da cultura como vestimenta do espírito é tão verdadeira que se confirma no fato de haver todo um guarda-roupa especial para os atos de solene demonstração de saber. As vestes talares, as becas universitárias, os fardões acadêmicos e tôdas as demais estranhas roupagens com que se adornam os doutores e sábios, as medalhas e condecorações, as borlas e capelos, e tudo o mais, são a tradução física desta idéia, a de que a cultura é uma recepção, uma festa espiritual, e que a ela não se vai à paisana, com os trajes comuns. Vindos de épocas pregressas, quando o saber era apanágio de diminuta classe letrada, desvinculada do trabalho manual, êsses hábitos persistem em nosso tempo nos países adiantados como curiosas tradições; mas no país subdesenvolvido o açodamento dos seus bacharéis em copiá-los, introduzindo-os no meio sem passado próprio, é a demonstração de que os doutores do país pobre precisam afirmar-se perante as platéias ignorantes como expoentes de sabedoria, e garantir assim a imunidade, que usufruem, de não trabalhar de modo útil em proveito da sociedade. A pressurosa ansiedade pelos símbolos da cultura, pelas vestimentas rituais, é prova da alienação em que vive o estudioso do país atrasado. Não há exemplo mais flagrante dêsse inconsciente modo de ser do que o hábito de ostentar os chamados anéis de grau doutoral. É um hábito típico do pequeno intelectual do país semicolonial, pois é sabido que o uso de tais anéis se destinava no passado a indicar as pessoas que não precisavam utilizar as mãos para o trabalho, os doutores em letras ou em cânones, destacados do vulgo pelo privilégio de servirem apenas como escribas e de não manejarem instrumentos pesados. Enquanto símbolo aristocrático e pedante, é uma jóia de uso diário ostentada por aquêles que vivem permanentemente num estado de cerimônia intelectual, é prova cabal do conceito de cultura como festa do espírito, e constitui uma das curiosidades sociais das camadas cultas brasileiras.

Êsse conceito de cultura explica também o caráter es-

pecífico de "eruditismo" que distingue a inteligência do país atrasado. Se a cultura é o recebimento do saber exterior, o progresso da inteligência se medirá pelo volume dos bens acumulados. Não se tratando de produzir por si, de suas fontes existenciais, o conteúdo da cultura, é evidente que será tanto mais culto quem mais houver entesourado do saber alheio. Esta acumulação sem fim, no duplo sentido de "sem término" e de "sem finalidade", é que constitui a erudição. É o amontoamento incessante do conhecimento sem nenhum objetivo definido, sem qualquer intenção de valer-se das idéias conhecidas para efeito de engendrar de si novas idéias. Não tendo verdadeira finalidade, a erudição se estabelece como finalidade de si mesma, e como em tal caso não tem limite, é, na verdade, um fim sem fim. O erudito é, no ambiente atrasado, um pedante natural, ainda que em muitos casos seja pessoa de hábitos modestos, esquiva, dessas que vivem para o estudo e o recolhimento e fogem a todo exibicionismo. Mas é um pedante, no sentido aqui usado, porque seu saber é resultado exclusivo do íntimo desejo de valoração, sem comprometimento com a realidade. A prova é que são êsses personagens arredios os que se convertem em furiosos exibidores de esmagadora erudição, quando, por qualquer motivo, são afetados no seu domínio próprio de conhecimentos. Êste tipo de erudição é fenômeno característico do estado colonial. Ao lado do cabotino, que pavoneia a ciência que não possui, floresce igualmente êste outro espécime, o sábio inútil. São ambos produto de um meio atrasado, no qual as solicitações para a ação eficaz são rudimentares e escassas. Quando, porém, o país inicia a marcha do desenvolvimento e setores cada vez mais amplos da inteligência vão sendo chamados a cooperar na obra de transformação da realidade, o "engajamento" do intelectual vai-se tornando obrigatório e relegando os casos de ingenuidade de que tratamos à categoria de simples curiosidades em vias de extinção. A erudição onímoda é impossível num meio onde o que importa não é saber tudo quanto se pode saber, mas saber o que é necessário para fazer bem o que se deve fazer. A especialização imposta pelas tarefas vitais torna o erudito universal em ente imprestável, que, socialmente falando, é um indivíduo que nada sabe. O saber tudo é equivalente ao não saber nada, pois não permite dar resposta a nenhuma indagação concreta, não resolve nenhum problema particular.

O bacharelismo, sempre assinalado como distintivo da situação cultural do colônia, é fenômeno social em regressão,

e assim é lícito dizer que o pedantismo, que lhe é congênito, tende a desaparecer à medida que se valorizam as iniciativas criadoras, os trabalhos reais de transformação física do contôrno atrasado. Sinal dêste estado de espírito de progressiva perda de valia social é a duplicidade que agora afeta o intelectual brasileiro ocioso, o qual em privado se considera um inferiorizado, queixa-se aos íntimos do desprestígio em que caiu, da concorrência dos simples técnicos, mas em público continua a se mostrar arrogante e vaidoso da ciência que possui. Pretende salvar-se da imprestabilidade a que é lançado, mediante a intransigente afirmação da cultura que acumulou, sem atentar para o fato de que a mudança das circunstâncias deslocou o conteúdo da cultura das proposições livrescas para os conhecimentos exigidos pela prática social. Na defesa de uma regalia em extinção, o erudito semicolonial refugia-se no auto-endeusamento. A açodada procura de destaque, publicidade, honrarias, elogios etc., tem por fim fazer crer ao público aquilo que o estudioso pensa de si mesmo, isto é, que está em condições de realizar o que ninguém antes dêle pôde. Cada qual acha que é dotado de invulgar perspicácia intelectual, que, servida da cultura adquirida, dá-lhe possibilidades para a criação de idéias e a interpretação dos fatos, até então não oferecidas a ninguém. A crença na própria genialidade, no caráter de indivíduo excepcional dentro da estreiteza do ambiente, leva o pensador ingênuo ou o homem de letras satisfeito com a própria futilidade a se julgar um predestinado, o único com capacidade de produzir as obras que representarão a verdadeira cultura do país. Tudo quanto fizeram os personagens geralmente reverenciados como as grandes figuras do nosso passado cultural é sumàriamente demolido pela frase negadora e pelo sorriso de superioridade do talento moderno. Despreza os grandes nomes antigos porque os considera como pertencendo à fase "atrasada" da nossa história. A época atual não lhe parece, evidentemente, atrasada, pois basta a presença dêle para demonstrar que é uma época de muito maior adiantamento. Em relação aos contemporâneos, sua atitude é também de menoscabo, reticência e, por fim, franca negação. Não acredita que na sua especialidade, ou no panorama geral do pensamento, haja qualquer competidor que com êle se equipare. Cada intelectual inocente se concebe como sumidade isolada, cercado, isso sim, de invejosos detratores, não de verdadeiros concorrentes. Falta aos outros cultura como a sua, e por isso sente-se justificado em introduzir dúvidas e interrogações sôbre o valor da cultura

alheia. Quando não ousa agredir de face os colegas de erudição, com receio das represálias, contenta-se em minar-lhes a reputação em diálogos íntimos.

Nem sempre é o defeito moral, a inveja, o despeito ou ressentimento, a causa do auto-engrandecimento do intelectual do país subdesenvolvido; esta se acha muitas vêzes na cândida convicção de ser um indivíduo dotado de extraordinárias condições de inteligência e de saber, não reconhecidas em ninguém mais, e de que o direito às posições de destaque na comunidade decorre exclusivamente das qualidades subjetivas, mentais ou morais, da pessoa. Tocamos aqui a raiz dessa ingenuidade. Falta a tal erudito a compreensão do papel desempenhado pelo processo da realidade na determinação da consciência pessoal e coletiva. A posição do pensador atual é de fato favorecida em relação à dos antecessores, em razão de fase histórica a que pertence, de viver um momento de transformações reais inéditas nas condições de existência nacional. Neste sentido, a posição do pensador atual é objetivamente excepcional, mas não é êste o motivo que leva o erudito ingênuo a se julgar em situação mais favorável. Atribui-a ao seu gênio próprio, original, e ao poder da vontade, que lhe permitiu acumular a cultura que agora demonstra. Suas razões para crer na melhor perspectiva de que dispõe são subjetivas, nada têm a ver com as transformações da realidade. Se julga que o país progrediu, é porque verifica existirem agora homens do seu quilate. Falta-lhe por completo a noção do valor pedagógico do processo da realidade e do permanente caráter excepcional do presente em relação ao passado, em virtude de ser a forma mais rica das condições objetivas. Desta maneira, o erudito considera-se mais competente que os demais para orientar o curso dos acontecimentos, mas permanece à margem dêles. Vê com lástima que o papel de autor das modificações sociais, econômicas e políticas cabe sempre a pessoas medíocres, inferiores a êle em cultura e ciência. Não compreende como isso possa acontecer e atribui à vulgaridade ambiente, ao baixo nível da massa, a ausência de apelos à sua vasta sabedoria. Sôbre êsse alicerce de permanente frustração, o processo de acumulação de produtos culturais desvia-se cada vez mais da realidade e se espraia no reino das abstrações. É assim que têm origem os tipos pitorescos de sábios em coisas abstrusas, bizantinas, extravagantes, os conhecedores de línguas estranhas, de ciências raras ou de esotéricas pseudo-ciências. O complexo do pedantismo, que daí decorre, é natural em quem, sentindo o desinterêsse co-

munitário em que vai tombando, procura sobrevalorizar-se, como meio de sobreviver.

No país em etapa de relativo desenvolvimento é possível determinar claramente os setores nos quais se desenvolve de preferência o pedantismo. Quando já se verificam transformações objetivas consideráveis, o pedantismo ingênuo não pode mais ser universal, a premência da realidade o exclui de certos domínios do saber, agora ocupados obrigatòriamente por profissionais válidos. Na fase atual da vida brasileira é fácil discernir as áreas ainda devolutas à inteligência pedante; são aquelas nas quais é possível, com a garantia de impunidade, a proclamação do saber. São, em especial, o domínio das letras, da pedagogia, da sociologia, da história, da filosofia etc. São setores do conhecimento nos quais qualquer um pode impunemente proclamar-se especialista e produzir, a salvo de maiores riscos, obras escritas, conferências e pronunciamentos. Nestes terrenos os que aí se instalam têm a certeza de gozar de total impunidade, pois os eventuais executores das sanções sociais são em geral do mesmo tipo e precisam defender para si a mesma liberdade. Não quer isto dizer que não se digladiem em furibundas polêmicas e deprimentes espetáculos de retaliação; mas, trata-se de simples lutas entre marginais superiores, das quais a comunidade não participa. Se a elas assiste com reduzido interêsse, não tem motivo, contudo, para aplicar sanções reais aos fraudadores do saber, porque são discussões que em nada lhe dizem respeito. Nos demais domínios do saber, nas ciências exatas ou experimentais, o pedantismo ingênuo bateu em retirada e tem agora por último reduto alguns estabelecimentos de ensino. É êste um fato altamente auspicioso e indício de mudança qualitativa na estrutura da sociedade brasileira. No exercício das tarefas reais, nas fábricas, nas obras de campo, na direção das emprêsas úteis, no planejamento das grandes iniciativas econômicas, a ingenuidade pernóstica a que nos referimos é agora inconcebível, está excluída pela própria exigência de trabalho efetivo a fazer. Resta então aos representantes residuais de tal mentalidade nesta ordem de conhecimentos exatos refugiarem-se nos cargos de professor dessas matérias, justamente porque no exercício da cátedra continua a lhes ser assegurada a impunidade que o desempenho profissional não mais lhes oferece.

Figura neste mesmo complexo, que chamamos de pedantismo, o conceito que o intelectual alienado tem das "limitações" a que se julga submetido. Com efeito, é esta uma

das noções que, com grande freqüência, se contam entre as reflexões do estudioso colonial. Acredita ser um indivíduo desfavorecido pela sorte, por haver nascido em meio ingrato. O país a que está ligado é atrasado, inculto e não oferece quase possibilidades de desenvolvimento cultural aos que desejam aprimorar a inteligência. Daí o mérito do pouco que consegue fazer, que é, além de obra de espírito, prova de invulgar tenacidade. A incultura geral é árduo pêso que oprime a vontade de saber dos que não tiveram a ventura de nascer em ambiente mais propício. A noção de "limitações do meio" é uma das mais típicas ingenuidades dos letrados do país subdesenvolvido. O sentimento de opressão, limitação, falta de estímulos, pobreza de assuntos a explorar, a impressão de nada haver de valioso a empreender, são os motivos que justificam na consciência primária a sua fuga à realidade, a escolha do caminho da alienação. Em virtude do descompromisso com as tarefas objetivas que a sociedade está realizando, o espírito considera-se desocupado, não sabe a que se aplicar, não sente da parte da realidade nenhum apêlo à compreensão e à ação e por isso parece-lhe não haver outro rumo a tomar senão o completo devotamento à aquisição da "cultura", ou seja, a leitura dos livros estrangeiros. No país nada se faz que lhe desperte interêsse, logo só lhe resta evadir-se para as regiões onde a inteligência produz obras portentosas, em cuja contemplação é grato permanecer. Não é preciso extenso comentário para percebermos o fundo ingênuo dêste conceito. A idéia de "limitações" da realidade nacional só ocorre à consciência desprovida de categorias críticas, ignorante do significado da verdadeira universalidade. Se o possuísse, veria que o meio relativamente pobre e inculto é capaz de dar fundamento a uma visão do mundo tão universal quanto as que errôneamente acredita só poderem ser pensadas por quem está nos centros metropolitanos. Compreenderia que não existem "limitações", ou melhor, que as nossas não se distinguem em essência das existentes em qualquer outro contexto, pois o próprio do ser humano é estar "em situação"; esta condição, se, de um lado, admite ser interpretada como limitação, de outro, sendo constante e permitindo sempre o acesso ao universal, a rigor deixa de ter sentido como limitação.

Em qualquer caso, porém, importa assinalar que o intelectual simplório acredita estar cercado de condições desfavoráveis, ter de vencer as mais penosas dificuldades para realizar o seu ideal de aquisição do saber. Nesta maneira de compreender seu estado, julgando ter de despender sô-

bre-humanos esforços para superar as "limitações" que lhe estreitam a existência, revela-se tôda a gama da mentalidade cândida. Daqui decorrem os comportamentos em que se empenha para o fim de vencer a confinação onde, do contrário, teria de vegetar. Um dêstes é precisamente o pedantismo. A necessidade de superar as estreitezas do ambiente obriga o homem culto a exibir com veemência a ciência que armazenou. A propaganda de si mesmo, o recurso de lisonjear os seus lisonjeadores, de orgulhar-se das honrarias que recebe e demais reações que, em conjunto, formam o preciosismo da inteligência semicolonial são, ao que julga, os meios de que é obrigado a lançar mão para romper o cêrco de que é vítima por parte de um país "que não ajuda" os que se querem destacar no plano da inteligência.

Falta de todo a esta mentalidade simplista a compreensão das verdadeiras limitações que afetam o nosso intelectual, entre as quais uma das principais é o próprio conceito alienado de "limitação". Transviada por esta errônea idéia, deixa de ver as reais limitações. Estas resumem-se na privação da consciência crítica. Por faltar, fica o indivíduo exposto a interpretar como limitações o que é o círculo natural de sua existência. Deixa de perceber que a verdadeira limitação é a ausência de inserção na realidade, a não participação nas tarefas sociais transformadoras da estrutura econômica nacional. A consciência ingênua é levada, assim, a uma curiosa inversão no significado do seu mundo real, a considerar como limitação o infinito de possibilidades que tem diante de si, a chamar de pobreza a riqueza que possui. Não compreende que o trabalho coletivo empreendido pelo povo, e do qual se exime pelo preconceito da cultura desinteressada, é a superação de tôdas as limitações, pois representa a transposição do ser individual para o plano da comunidade, onde se desfazem tôdas as restrições, pela conversão do homem a tarefas mais extensas e, portanto, dissolventes das estreitezas pessoais. Falta ao pensar cândido a noção da transposição de planos de existência. O homem é de fato um ser limitado enquanto vive para si, enquanto coloca seus objetivos no mundo privado e subjetivo onde habita, com ignorância do trabalho e das ações da comunidade. Não há finalidade individual egoísta, por mais alta que seja, que rompa o círculo da limitação existencial. Esta só é vencida pela transposição do indivíduo para o plano da ação social. Sòmente quando se investe das exigências e das finalidades da sua classe e da sua nação e passa a atuar em função dos objetivos destas é que se desvencilha dos li-

mites que o aguilhoavam. O operário que curte o drama da pobreza é um infeliz, abandonado à desvalia da sua insignificância, sòmente até o dia em que descobre a solidariedade que o associa a todos os demais operários, na luta contra os que espoliam o trabalho de todos. Dêsse dia em diante, cessa para êle de ter sentido o conceito de limitação; o trabalhador não é mais um ser limitado, mas, ao contrário, um homem "expandido", se assim nos é lícito falar. Está ligado não mais ao que o estrangula, mas ao que o liberta. A ligação aos companheiros de trabalho significa negar tôda ligação, pois é a condição de triunfo na luta que abolirá os limites que o aprisionam. O mesmo se dá com o intelectual, que antes se lamentava da estreiteza do meio e, depois de empenhar-se na campanha pela libertação da sua comunidade, se vê enriquecido de possibilidades de saber, de aquisição de idéias, de expressão do pensamento, que o mimetismo da fase anterior jamais lhe propiciaria.

Nestas novas condições de existência deixa de ser possível o exercício do exibicionismo pedante, pois as coisas que agora tem interêsse em dizer são simples, diretas, exprimem a verdade dos fatos, que são de todos, e naturalmente devem ser transmitidas em linguagem usual acessível a qualquer um. Com o desenvolvimento das fôrças produtivas do país e a conseqüente transformação das relações sociais, a mentalidade do país em crescimento é ràpidamente alterada. Uns, infelizmente, presos a preconceitos ideológicos caducos, permanecerão na área da alienação, continuando a representar o mesmo espetáculo, agora tornado cômico, do pedantismo cultural, do beletrismo ocioso, do ensino universitário grandiloqüente, do cabotinismo na exaltação das pequenas coisas que fazem; outros, cada vez mais numerosos, participando do esfôrço efetivo que a sociedade despende para se erguer do subdesenvolvimento, alcançarão as formas válidas, críticas, de pensar, e produzirão obras culturais de onde o pedantismo terá sido excluído pela verdade dos fundamentos, pela autenticidade das idéias, pela simplicidade da expressão.

9 — AUSÊNCIA DE COMPREENSÃO UNITÁRIA

Conseqüência ainda dos fundamentos e características apontados é a índole contraditória da consciência ingênua. Como é de esperar, não tem disso a menor percepção e, assim sendo, não hesita em proclamar a sua coerência, de que muito se orgulha, dando-a como sinal distintivo de superior compreensão das coisas. No entanto, a contraditoriedade não é apenas traço imediatamente visível ao exame crítico, mas decorrência natural e inevitável da essência da modalidade simplista do pensar. A ingenuidade que a afeta define-se, como sabemos, pela incapacidade de indagar do que constitui os seus fundamentos. Não o fazendo, situa-se desde logo num plano de exclusiva subjetividade, com o que se destaca do real e, conseqüentemente, se fecha à oportunidade de assimilar a racionalidade imanente aos acontecimentos. Substitui esta pelo raciocínio abstrato, formal, limitando-se a pensar relações entre idéias, contenta-se com o mundo de especulações que constrói e que habita despreocupadamente, tomando-o como reprodução fiel do exterior. Cria para si um estado de ilusão lógica, que determina sua essencial contraditoriedade objetiva. Aos poucos, com o progresso da alienação ingênua, o real passa a ser algo estranho, do qual de vez em quando se aproxima. Como, porém, nos intervalos dêsses contatos, trabalha no vazio lógico-formal, acontece-lhe, nos momentos em que se defronta com a realidade, verificar a incorreção de certas posições assumidas ou de julgamentos emitidos no decurso de tais exercícios abstratos. É evidente que, a cada um dêsses mergulhos na objetividade, é forçada a proceder a retificações e reformulações de conceitos e juízos. Mas, êsses confrontos sucessivos com a existência não obedecendo a nenhuma lei ou critério, aquelas reelaborações se farão fortuitamente e sem nexo congruente.

Assim, a compreensão que exibe, ainda quando mencione o escrúpulo em apoiar-se nos fatos, sabendo-se de que modo procede no seu falso objetivismo, é sempre com-

mites que o aguilhoavam. O operário que curte o drama da pobreza é um infeliz, abandonado à desvalia da sua insignificância, sòmente até o dia em que descobre a solidariedade que o associa a todos os demais operários, na luta contra os que espoliam o trabalho de todos. Dêsse dia em diante, cessa para êle de ter sentido o conceito de limitação; o trabalhador não é mais um ser limitado, mas, ao contrário, um homem "expandido", se assim nos é lícito falar. Está ligado não mais ao que o estrangula, mas ao que o liberta. A ligação aos companheiros de trabalho significa negar tôda ligação, pois é a condição de triunfo na luta que abolirá os limites que o aprisionam. O mesmo se dá com o intelectual, que antes se lamentava da estreiteza do meio e, depois de empenhar-se na campanha pela libertação da sua comunidade, se vê enriquecido de possibilidades de saber, de aquisição de idéias, de expressão do pensamento, que o mimetismo da fase anterior jamais lhe propiciaria.

Nestas novas condições de existência deixa de ser possível o exercício do exibicionismo pedante, pois as coisas que agora tem interêsse em dizer são simples, diretas, exprimem a verdade dos fatos, que são de todos, e naturalmente devem ser transmitidas em linguagem usual acessível a qualquer um. Com o desenvolvimento das fôrças produtivas do país e a conseqüente transformação das relações sociais, a mentalidade do país em crescimento é ràpidamente alterada. Uns, infelizmente, presos a preconceitos ideológicos caducos, permanecerão na área da alienação, continuando a representar o mesmo espetáculo, agora tornado cômico, do pedantismo cultural, do beletrismo ocioso, do ensino universitário grandiloqüente, do cabotinismo na exaltação das pequenas coisas que fazem; outros, cada vez mais numerosos, participando do esfôrço efetivo que a sociedade despende para se erguer do subdesenvolvimento, alcançarão as formas válidas, críticas, de pensar, e produzirão obras culturais de onde o pedantismo terá sido excluído pela verdade dos fundamentos, pela autenticidade das idéias, pela simplicidade da expressão.

9 — AUSÊNCIA DE COMPREENSÃO UNITÁRIA

Conseqüência ainda dos fundamentos e características apontados é a índole contraditória da consciência ingênua. Como é de esperar, não tem disso a menor percepção e, assim sendo, não hesita em proclamar a sua coerência, de que muito se orgulha, dando-a como sinal distintivo de superior compreensão das coisas. No entanto, a contraditoriedade não é apenas traço imediatamente visível ao exame crítico, mas decorrência natural e inevitável da essência da modalidade simplista do pensar. A ingenuidade que a afeta define-se, como sabemos, pela incapacidade de indagar do que constitui os seus fundamentos. Não o fazendo, situa-se desde logo num plano de exclusiva subjetividade, com o que se destaca do real e, conseqüentemente, se fecha à oportunidade de assimilar a racionalidade imanente aos acontecimentos. Substitui esta pelo raciocínio abstrato, formal, limitando-se a pensar relações entre idéias, contenta-se com o mundo de especulações que constrói e que habita despreocupadamente, tomando-o como reprodução fiel do exterior. Cria para si um estado de ilusão lógica, que determina sua essencial contraditoriedade objetiva. Aos poucos, com o progresso da alienação ingênua, o real passa a ser algo estranho, do qual de vez em quando se aproxima. Como, porém, nos intervalos dêsses contatos, trabalha no vazio lógico-formal, acontece-lhe, nos momentos em que se defronta com a realidade, verificar a incorreção de certas posições assumidas ou de julgamentos emitidos no decurso de tais exercícios abstratos. É evidente que, a cada um dêsses mergulhos na objetividade, é forçada a proceder a retificações e reformulações de conceitos e juízos. Mas, êsses confrontos sucessivos com a existência não obedecendo a nenhuma lei ou critério, aquelas reelaborações se farão fortuitamente e sem nexo congruente.

Assim, a compreensão que exibe, ainda quando mencione o escrúpulo em apoiar-se nos fatos, sabendo-se de que modo procede no seu falso objetivismo, é sempre com-

posta de uma sucessão de afirmações que, à visão crítica, se mostram destituídas de validade ao pretender representar o real. Com efeito, a consciência que admite haver uma lógica ínsita à realidade sabe que, para apreendê-la, se exige a permanente aposição do espírito e não, como faz o pensar simplista, contatos episódicos e incompletos, que jamais permitirão captar a verdade do curso dos fatos. Adquiridas ao acaso, aquelas percepções objetivas não se apresentam como dados concatenados, mas tão-só como corretivos à imaginação. Por isso, o pensar que daí resulta é um amontoado de observações desconectadas, reunidas por uma trama conceitual de caráter apenas formal. Ajuntando-se ainda ao quadro qualificações de valor, oriundas de situações emocionais, irracionais ou místicas, o resultado é formar-se uma representação do real, pretensamente lúcida e fidedigna, mas na verdade confusa e contraditória. Êste último caráter manifesta-se em dois sentidos, simultâneo e sucessivo. Pode haver contraditoriedade por incoerência no simultâneo; é a aceitação a um só tempo de dados antagônicos, a tranqüila afirmação de proposições recìprocamente excludentes, a conjugação num só raciocínio de idéias que, bem analisadas, são incompatíveis. Mas há também uma contraditoriedade diacrônica, que consiste na fácil, e quase sempre impercebida, passagem de uma afirmação, de uma atitude, a outra, em momento próximo, inesperada, oposta e não coincidente. Esta forma de contraditoriedade merece chamar-se de volubilidade, e nela se registra mais uma face do pensamento despreparado.

A contradição instalada na consciência ingênua é a de caráter formal e nada tem de comum com a contraditoriedade dialética inerente à realidade. A contradição resulta aqui do imperfeito entendimento do processo, agravado pela introdução de elementos emocionais e valorativos. Êstes componentes incumbem-se de ocultar à consciência a contradição nela existente. Movida por ímpetos irrefletidos, é capaz de assumir, satisfeita, posições opostas e afirmar conceitos inajustáveis, os quais não sendo submetidos à análise, que lhes denunciaria a incompatibilidade, podem coexistir, desde que sustentados por motivos irracionais. Na prática, a contradição e a volubilidade são grave obstáculo ao diálogo. A consciência inocente impacienta-se com a imputação de tais atributos, que repele como afrontosos. Contudo, não tem meios de libertar-se dêles, porque, para tanto, deveria proceder à revisão geral da sua representação, mas a isso se opõe a cândida segurança e indubitabilidade que lhe são próprias.

Ao afirmarmos que a consciência crítica, opondo-se à outra, é constantemente acessível ao diálogo e à problematização, não queremos significar que esta louvável disposição se deva transformar em atitude de eterna indagação, terminando pela recusa a assumir posição prática definida, a "engajar-se", como se diz, no processo social e político. Ao contrário, como sòmente a percepção crítica é capaz de conduzir à firme definição pessoal, o hábito de rever a cada passo os fundamentos das próprias convicções não é o cumprimento da postura dialoçante, sempre meritória, mas a sua corruptela, a ausência de segurança, a perversão de uma atitude em si mesma salutar. Contra esta deformação devemos estar prevenidos, em defesa do predomínio do pensar crítico. Êste, com efeito, em face de questões objetivas, procede a uma meditação prévia, de que resultam posições firmemente estabelecidas; a partir dêsses pontos desenvolvem-se considerações e julgamentos sôbre fatos e pessoas que, pela coerência guardada com os princípios, conservam a mesma qualidade de pensamento crítico. Ao encontrar a oposição de uma opinião diferente, dispõe-se singelamente a travar o diálogo amistoso, procurando trazer o adversário para o interior da sua representação, dando-lhe a conhecer os fundamentos de suas razões. Eventualmente, sob a ação do debate verbal, chega a retificar conclusões e até a descobrir a deficiência ou falsidade de princípios que tomava por verdadeiros. Mas esta correção, e mesmo a possível conversão, não se equipara à volubilidade, nem dispõe à permanente problematização de tôdas as asserções.

Sem dúvida, é próprio do pensar superior saber que se refere a uma realidade por natureza problemática, no sentido em que o real é processo dinâmico e não um todo acabado, imutável, a ser apreendido de uma vez por tôdas, numa rêde de conceitos definitivos. Mas o conjunto de problemas e o caráter decorrente do dinamismo da realidade é de certo modo conservado dentro de moldes limitados pela existência da lógica inerente a essa realidade. Se o pensar crítico julga possuir o sistema de princípios nos quais se configura a racionalidade do processo empírico está, com isso, capacitado a promover a apreensão dos acontecimentos e, portanto, a aceitar todos os problemas com que se defronta. Em tal caso o caráter problemático pertence ao real e não deve despertar a reiterada indecisão pessoal, como se, em razão do dinamismo dos fatos, jamais pudesse a inteligência chegar a idéias suficientemente consistentes. Só se encontra êste modo de ver em quem não está imbuído do pensar crítico,

em quem ignora que êste contém em si os meios de sua retificação, porquanto estabelece a certeza de que a problematicidade é do real e não do pensamento. A consciência ingênua, ao contrário, não problematiza a realidade nacional, que lhe aparece como fàcilmente redutível aos conceitos de que dispõe, geralmente recebidos da maneira tradicional de julgar. A consciência crítica, porém, considera-a um desafio, a que cumpre responder, mas, e isto é o que a caracteriza, para fazê-lo, serve-se da lógica que induz da própria realidade onde se oferece tal problema. Ora, essa lógica, como tivemos ocasião de indicar, não é nem formal nem abstrata, antes é a forma e a lei da reflexão que abrange e exprime o mundo a partir de um contexto histórico e social definido, mais concretamente ainda, de um ponto-de-vista nacional, aquêle a que pertence o pensador. Por conseguinte, a lógica, em função da qual certo estado da realidade, que aparece como problema, eventualmente receberá solução, é parte dos modos de inserção do homem no seu âmbito circunstancial, nacional. Desta forma, um problema que diga respeito à existência do país, não será tratado de modo semelhante por pensadores ou especialistas a êle pertencentes ou por estranhos. Tal igualdade na semelhança de tratamento só existiria se utilizassem todos a lógica que é de nenhum, se os supusermos despojados de participação efetiva no processo da respectiva realidade nacional, reduzidos ao papel de observadores desencarnados, e portanto capazes de pensar sem interêsse prático os fatos que examinam. Imaginando-os assim, poderiam realmente servir-se da transposição abstrata dos acontecimentos em idéias e permitir-se produzir raciocínios formais. Êstes, contudo, não terão cabimento se os fatos de que tratam forem matéria de empenho vital. Entre o pensador participante de um problema real e outro simplesmente curioso, a disparidade inicial das condições existenciais exclui tôda possibilidade de consenso; só formalmente, ou em nome de um princípio abstrato, haverá acôrdo, mas será o acôrdo da indiferença.

Torna-se necessário chamar a atenção para êste aspecto do pensamento crítico, porque com facilidade se admitiria devesse ser um pensamento imparcial. Antes, porém, de se estabelecer esta exigência, é conveniente refletir em que há duas formas de imparcialidade: uma, abstrata, concreta a outra. A imparcialidade abstrata pertence ao pensar simplista e consiste em imaginar um ponto-de-vista supremo, impessoal, eterno, expressão da verdade em si, da justiça pura, da razão transcendente que, em face dos problemas, proferiria sen-

tenças absolutas. Não teria maior gravidade esta ilusão, não passando de cândida jactância, se não fôsse, como de fato é, perniciosa manifestação daquilo que denominamos "impostura do pensamento internacional".

Depois que as condições históricas do nosso tempo levaram as nações, numa intenção e num gesto altamente louváveis, a se gruparem em organismos internacionais, de espécie vária, alguns de caráter político exclusivo, outros dedicados ao estudo de diferentes problemas humanos, o número de pessoas que compõem êsses organismos, recrutadas em todos os países e por isso transferidas do seu contexto para o plano fictício do anacional puro, cresceu ràpidamente, bem como a literatura de natureza política ou científica produzida por essas organizações. Dispondo de recursos consideráveis e de técnicos de notória capacidade, tais instâncias preternacionais consideram-se chamadas a pronunciar sôbre a realidade dos problemas específicos de cada país julgamentos que, por virem dêsse mundo de ninguém, se inculcam como expressão da verdade imparcial. Por êsse equívoco, a atitude de imparcialidade abstrata deixa de ser vaidade de alguns pensadores românticos, para encontrar um pequeno exército de realizadores práticos. É provável que muito tempo se passe até que a consciência nacional venha a ter clara compreensão dêste fato. Tudo concorre para nutrir essa ilusão, a começar pelo interêsse das suas vítimas, mas não podemos deixar de denunciá-la como distorção, só explicável pela ingenuidade essencial da consciência que a exibe.

Ao invés desta, o pensar crítico coloca-se em defesa de outra noção da imparcialidade, a do pensador que vê a realidade a partir dos interêsses da comunidade a que pertence. Em que consiste então o imparcial, e portanto a verdade, dos juízos, se há uma perspectiva preferencial? Consiste, primeiramente, em ter plena representação dêste condicionamento, ou seja, em não cair na inocência de pensar que pensa independente de qualquer determinação; e, em segundo lugar, em saber que a perspectiva na qual se coloca não conduz à alteração do conteúdo do fato, mas apenas diz respeito ao significado dêsse fato. É evidente que ninguém proporá que se mutilem os relatórios, se modifiquem os números indicativos da produção de um país, se neguem os índices do seu estado de progresso social relativo; seria isso estultice. O que desejamos afirmar é que compete ao filósofo, como ao sociólogo e ao economista, assumir o significado interior dêsses dados tal como se apresentam à consciência que os vê

de dentro, como dados que exprimem o estado do real que é o seu, e não outro qualquer.

Assim procedendo, gera-se a verdadeira imparcialidade, a de natureza concreta, aquela que não oculta a dependência em que tôda reflexão se encontra de condicionamentos objetivos, mas tem tão claro entendimento dessa situação que, sem alterar em nada o conteúdo bruto dos fatos, só os incorpora depois de revesti-los do significado que têm para si, e só podem ter para ela, que pertence a tal mundo, e para mais ninguém. É verdadeiramente imparcial porque não é subjetiva, mas reconhece as determinações inevitáveis a que está sujeita e em razão das quais constitui para si a sua percepção do mundo, na única forma autêntica que lhe é permitida. Não é a falsa imparcialidade, a que se funda na suposição da ausência de determinações, mas a legítima, a que busca descobrir entre as determinações de um fato quais as essenciais e quais as acidentais. Nesta discriminação está a verdadeira imparcialidade. As determinações essenciais, aquelas que derivam da inalienável condição do homem de ser um ser no mundo histórico, no âmbito do seu país, e de neste ter lugar o fato em aprêço, não podem ser suprimidas; o que há a fazer, portanto, é incorporá-las lùcidamente aos enunciados do pensamento sôbre a realidade, separando-as das incidentais e efêmeras. Ùnicamente se os pronunciamentos do pensar judicativo se fizerem a partir destas últimas é que merecerão, aí com cabimento, a censura de parciais. Quando o julgamento sôbre a realidade se apóia em determinações acidentais, sendo estas partes do todo, merece ser chamado de parcial. Mas quando exprime o modo de ser do todo, que é o país, não pode ser considerado "parcial", mas, por ser a negação das partes, é a própria imparcialidade. Vê-se bem o risco a que se expõem os políticos, os sociólogos e especialmente os economistas internacionalizados, de resvalar para o campo da consciência ingênua, no afã, em alguns certamente respeitável, de superar o que chamam de estreiteza do seu horizonte familiar e de alcançar uma visão mais ampla, que fazem sinônimo de "mais próxima da verdade". É uma deficiência de compreensão, que inutiliza os seus portadores para o trabalho de construção nacional, porquanto, pela deformação a que habitua, os impede de trazer para seu país os proveitos da experiência e da convivência nos órgãos coletivos das nações, por tantos aspectos úteis e imprescindíveis.

10 — INCAPACIDADE DE ATUAÇÃO ORDENADA

Novo sinal da precariedade da consciência ingênua é a vigência apenas momentânea dos seus enunciados, feitos só para exprimirem a representação das coisas no instante em que são proferidos. É ela fértil em críticas, denúncias, reclamações, quase sempre expressas em tom vigoroso, com o que lhe parece atestar suficientemente seu interêsse vivo e constante pelos acontecimentos. Entretanto, em virtude das características já apontadas, a contradição e a volubilidade, seus julgamentos não se configuram em proposições a que ela mesma se conserve fiel, antes nada lhe custa esquecer-se do que propunha com obstinação pouco tempo atrás. Não exige o reconhecimento ponderado da verdade de suas assertivas, nem se empenha em conquistar sólida penetração na sua consciência e na alheia, não defende senão com calor verbal a veracidade do que diz, porque é ágil em substituir a qualquer pronunciamento um outro, evitando, assim, o ônus das laboriosas demonstrações. Como não resultam de compromisso consciente com suportes materiais definidos, é fácil compor sucessivas e rápidas representações da realidade, a que naturalmente corresponde o tumulto lógico das afirmações e a incoerência psicológica das atitudes. É o que vemos no político cuja consciência social tem motivação de cunho exclusivamente eleitoral. Em certos momentos sua sensibilidade exacerba-se, podendo nessas ocasiões chegar a exprimir de maneira lúcida e crítica valiosas reflexões e propor rumos de ação com grande agudeza e sensatez. Mas é efêmero o vigor dessas manifestações, o que denuncia o seu fundamento num solo de ingenuidade.

Liga-se a êste traço um outro, a inconseqüência. Consiste na tendência do pensar simplista a não se interessar pelas próprias soluções que apresenta. Evidencia-se aqui a natureza superficial e idealizada de seu contato com o real. De fato, a consciência elementar é levada a oferecer àquilo que lhe parecem as dificuldades e problemas do pre-

sente respostas que, a seu ver, bastam para resolver os casos em exame. Todavia, sua constituição inconseqüente a faz esgotar-se na mera propositura de tais soluções, de cujo efetivo cumprimento logo a seguir se desinteressa. Ao ver depois que permanecem as dificuldades, exaspera-se contra a organização social que não atendeu ao que lhe era sugerido e se espanta ao ter notícia de ainda persistirem problemas que já deveriam estar extintos com as indicações que deu. Não se capacita de que lhe falta produzir o esfôrço prático efetivo, que venha executar as soluções propostas. Para ela, basta a proposição. Acredita que esta opera, pela virtude da palavra verdadeira, o efeito desejado. O que lhe falta é compreender que tôda realização concreta implica unidade de pensamento e ação. No seu modo de crer, basta pensar para que a realidade obedeça. O vigor na expressão do pensamento é, para ela, o instrumento mais eficaz e, por isso, desde que o demonstre, considera cumprida tôda a atividade que lhe competia. Como o ato mental é de curta duração, a vigência das operações dessa modalidade de consciência é efêmera e episódica, consumindo-se ao término da emissão vocal.

De outro lado, porém, como a seus olhos os problemas já deviam estar solucionados pelas sugestões que propôs, acusa os administradores e os homens de govêrno de não haverem dado suficiente atenção às propostas que fêz. Transfere, assim, para a direção da sociedade a responsabilidade pela permanência dos males e deficiências reais, que não mais se justificam, desde que já tiveram adequada correção nas diretrizes que ofereceu. Tudo quanto se refere ao cumprimento prático das suas propostas está fora do seu interêsse; é coisa que diz respeito aos que detêm as manivelas do poder, e a culpa é dêles se não sabem aproveitar tão judiciosas indicações e arranjar meios para dar-lhes a devida execução.

Tal atitude é típica da mentalidade dos chamados "políticos da oposição", quase sempre embebida de uma visão ingênua da realidade nacional. Com efeito, a posição de marginalidade administrativa em que se acham oferece-lhes recursos de crítica que não são dados aos que exercem a direção política, e os coloca com facilidade na situação de julgarem que nada lhes cabe fazer senão se constituírem em fiscais da realidade e oráculos dos seus problemas. Justificam-se, assim, da sua inoperância, racionalizam a ociosidade que lhes assegura a dignidade de uma meditação serena e superior, e voluntàriamente se desligam da responsabilida-

de pelo que acontece, ao declarar que esta parte pertence aos outros, aos detentores do poder.

A consciência ingênua, de modo geral, considera-se sempre capaz de resolver qualquer problema de que se ocupa e, quando é chamada a discuti-lo, em controvérsias políticas, assume a atitude de quem, de fato, já o resolveu e não deve ser responsabilizada se outros não executam o que propôs. Ao mesmo tempo, a pretexto de incompreensão, forja antecipadamente a cômoda expectativa dos seus fracassos. Êstes lhe parecem naturais, acostuma-se a êles, espera-os como normais, e quase se poderia dizer que muito se espantaria se dessem bom resultado as medidas que sugeriu. Forma, assim, o hábito da derrota, que, não obstante os repetidos protestos, de efeito apenas exterior, é no íntimo uma situação confortável, pois lhe permite simultâneamente apresentar-se como crítica, realista, e desligar-se do esfôrço de execução. Repetindo-se os esperados insucessos, repetem-se também as reclamações e as propostas de solução para o caso do dia, confirmando-se assim o valor restrito e momentâneo do pensar primário.

Apreciada de ângulo analítico mais profundo, o que esta característica denuncia é, conforme sabemos, a incapacidade da consciência ingênua de apreender a verdadeira índole do processo histórico. Falta-lhe a compreensão do que seja a prática social, filosòficamente entendida. Sua percepção é idealizada e, em virtude dos mecanismos emotivos que acionam os seus julgamentos, termina por desprezar o aspecto prático da existência e a consideração dos fatôres objetivos. Para que o não fizesse, teria de ocupar-se das condições empíricas, de tratar diretamente com questões, como as reivindicações econômicas das massas, por exemplo, que não lhe permitiriam conservar-se em atitude distante e em posição oracular. Mas essa é precisamente a situação que não lhe convém, desde que exigiria serem postos à prova os seus ditames, acarretando-lhe a perda da aura intelectual de infalibilidade de que cômodamente se reveste quem só faz apontar os erros alheios. A consciência ingênua, quando privada do comando político, reserva-se, em princípio, o direito de um dia atuar e, então, alterar a face das coisas. Sua interpretação do processo histórico é improcedente, porque supõe possível a permanente divisão entre pensamento e prática. Admite que o pensamento, por si, é tôda a ação desejável e que a prática seja apenas outra modalidade de ação, relacionada com a primeira, mas distinta dela. Por isso, aceita como natural o esquema da divisão social das atividades

des, de acôrdo com o qual alguns se reservam a parte do pensar puro, deixando a outros a incumbência da realização. É esta uma ingenuidade de cunho intelectualista, que sem dificuldade se converte em aristocratismo, quando, em virtude da percepção da própria inoperância, assume para com o real, indiferente ou rebelde, a atitude moralista.

De fato, o insucesso dos prognósticos e das medidas que sugere, inexplicàvelmente não cumpridos uns e não aceitas outras pela realidade, arrasta o espírito a proclamar a existência de um mal radical, de um princípio nefasto, impregnando o âmago das coisas e corrompendo a vontade dos homens. Melhor será que classifiquemos à parte esta nota do pensar simplório, embora implicada em tudo quanto acabamos de dizer.

11 — MORALISMO

Com efeito, um dos traços mais característicos da modalidade ingênua da consciência é a atitude moralista. Consiste, em síntese, em conduzir a apreciação dos acontecimentos e o juízo sôbre os homens, exclusiva ou predominantemente, segundo o que lhe parece ser o valor moral contido nos fatos e nas condutas. A objetividade das coisas e das pessoas é entendida como simples suporte destinado a dar realidade a valores éticos. O mundo é tomado como manifestação exterior de uma realidade supra-sensível, transcendental, Idéia ou Espírito, que dêle se utiliza como meio para realizar-se moralmente, dêle se serve a fim de que haja ação e esta possa realizar um valor moral. A ação do sujeito é o que justifica a existência material das coisas, pois se estas não existissem os atos não passariam da intenção à realização, ficariam incubados no pensamento do agente e não ofereceriam a possibilidade de se tornarem portadores de um valor. É a necessidade de dar corpo ao valor, por parte da consciência absoluta, que explica o surgimento do mundo. Eis por que o julgamento supremo do real deve ser de caráter teleológico, ético, uma vez que o ser não é fato por si, mas fato (feito) para um valer. Reunindo sob o conceito do Bem todos os valores positivos, esta compreensão da realidade coloca a existência de um ser na dependência do *quantum* de bondade que possui.

Tal é a concepção doutrinária que, sistemàticamente elaborada, foi a de alguns filósofos idealistas, para quem o mundo das coisas é apenas o material sensível do nosso dever. Transportada dêsse plano metafísico para o âmbito, mais restrito, da consciência da realidade nacional, a atitude moralista apresenta-se como a reivindicação do primado da moralidade na prática social. A lei ética é colocada como razão última de todo acontecer histórico e princípio de constituição da sociedade humana, o imperativo que dela decorre é categórico, isto é, deve ser obedecido incondicionalmente. Não existem circunstâncias exteriores que lhe relativizem

a aplicação, campos do real que escapem à sua dominância nem causalidades independentes que lhe oponham resistência. Sua validade é absoluta, é mesmo o único absoluto que a inteligência reconhece e, por conseguinte, dêle é que devem decorrer, como da fonte, os critérios irrecusáveis, não apenas para o julgamento do significado das coisas, mas até mesmo para a declaração da existência. Só se justifica que exista socialmente a instituição, a ordem de relações ou a estrutura política, que incorpora um valor moral. Se tal não se dá, a instituição não é apenas desvaliosa, é nula.

Levada com boa coerência ao limite extremo, esta atitude negará o direito de existência política aos homens que, a seu ver, não corporificam em sua conduta o valor moral. A oposição e combate a tais indivíduos é imperativo público, que não admite atenuação. O essencial desta postura intelectual, a raiz da sua nocividade, está em repelir a validade autônoma das múltiplas séries causais que, em conjunto, compõem o processo histórico, envolvidas que são pela perspectiva ética, pretendendo impor-se à razão como origem única de representações corretas dos acontecimentos. Desaparece, dêste modo, a objetividade do processo histórico, excluem-se os seus sustentáculos materiais, eclipsam-se as diferenças qualitativas entre os fenômenos econômicos e a autonomia das suas leis, oculta-se o fato concreto da relação que liga os líderes políticos às massas que os elegem, para dar lugar a uma perspectiva uniforme que engloba todo ser e todo acontecer sob a jurisdição da lei moral.

Os sistemas metafísicos construídos em tôrno desta concepção desenvolvem uma teoria da história que a faz o cenário onde a consciência moral encontra a possibilidade de realizar as suas exigências interiores; mas a compreensão ingênua da realidade nacional, tal como a encontramos habitualmente em personalidades políticas, não é capaz de esfôrço tão grandioso. Limita-se a representar, de forma desconexa e sem configurá-las sistemàticamente, certas exigências éticas que, infladas numa retórica pueril, recheiam os seus discursos e panfletos. Na vagueza que lhe é natural, contenta-se em profligar a má conduta dos homens, a fustigá-los com a denúncia de sua imoralidade e a lamentar que sejam tão tristes os tempos em que tem a desgraça de viver. Não ocorre aos representantes dessa ingenuidade que o processo real tenha leis próprias, de teor objetivo, que determinam os acontecimentos ao ligarem os fatos às suas condições, e constituem mecanismos de criação da realidade, independentes da nossa vontade e do nosso julgamento.

Observada dêste aspecto, a consciência ingênua revela-se impregnada de idealismo ético, com o que ao mesmo tempo nos denuncia o caráter ingênuo dêste modo de pensar. Sua conformação ou repulsa ao real não decorre da experiência das condições materiais dos fatos, nem é motivada pelo sentimento das conveniências humanas, mas deriva sòmente de postulados éticos. Pouco importa se o modo de vida miserável de um trabalhador o leva a certas reivindicações que, despertando resistências e conflitos sociais, se prestam a apreciações valorativas; o que importa é saber se são justas, porém a decisão a êste respeito não procede da percepção moral que busca fundamentar os seus veredictos no exame do contexto social, nas condições reais da vida do operário, mas desce dos páramos das idéias. Há, segundo pensa, uma lei moral a que o homem e a sociedade estão suspensos, que é seu princípio e sua justificação; portanto, sem monstruosa inversão na ordem das coisas, não é lícito colocar o homem antes da lei. Tôda a secura, a rigidez, a pobreza humana da atitude moralista e puritana pode ser exposta nesta expressão, que resume o seu espírito: não ama o homem, ama a lei.

Na prática, o resultado mais danoso da consciência moralista é deixar de reconhecer a existência de condicionamentos autônomos no processo da realidade. Em presença do fato, em vez de indagar primeiramente das condições objetivas que o explicam, para, num segundo momento e nos casos em que fôr cabível, apreciá-lo pelo seu eventual significado moral, inverte esta sucessão, ou, antes, esgota-se na crítica aos aspectos morais, a que reduz tudo quanto a realidade no âmbito social tem para lhe oferecer. Porém, a postura moralista não é sòmente nociva pela distorção intelectual que representa, mas sobretudo porque é a porta aberta para o desencadear de reações emotivas. Com efeito, diante de um acontecimento histórico ou de um personagem político que lhe aparecem carregados de significado moral negativo, de essencial malignidade, não cabe outra reação fora do desejo de extirpação. Mas, quando movida por tão justa cólera, tenta executá-la, verifica com espanto e tristeza que o gesto purificador é difícil e muitas vêzes não tem êxito, o que a faz convencer-se de que o mal tem resistências inexplicáveis. Impõe-se, portanto, o apêlo à violência, mesmo extrema, contra instituições, coisas e pessoas nas quais a maldade se encarnou. Assim procedendo, a consciência acredita estar restabelecendo o império da lei moral, fim absoluto, único em função do qual todos os meios se legitimam, mas o que ìntimamente dita tal conduta é o desejo

de corrigir a realidade. Nisto precisamente está a ingenuidade que a recobre.

Dissemos que para esta modalidade de consciência o processo histórico social não possui leis causais próprias, apenas é referido superiormente a uma lei ética; esta, porém, não é necessitante, apenas normativa. Os fatos, em si mesmos, ocorrem por mero acaso, ou ao sabor da liberdade humana, que os engendra ou os instiga, sem obediência a qualquer determinação causal objetiva. No domínio econômico, em particular, as ações humanas produzem efeitos que só dependem da vontade de quem os desencadeia. Não havendo leis econômicas reais, os fenômenos desta espécie não têm outra causalidade senão os fins e os interêsses dos homens. Ora, êstes são regidos, em última instância, pela norma ética e jurídica; compreende-se pois que esta norma incorpore integralmente à sua esfera os fatos econômicos.

Outro aspecto específico da cegueira moralista à realidade histórica, convém ser aqui assinalado. Em virtude de tal concepção, só o homem individual é responsável pelo que faz e pelo que é. Quando, na observação dos fatos sociais, depara com a presença de grupos humanos atuando uniformemente em razão de motivos comuns aos seus membros, a compreensão ingênua exige que se resolvam êsses grupos nos seus componentes individuais, pois só a êstes tem sentido imputar a conduta moral. Desta forma, a noção simplista ocasiona a perda da percepção da dinâmica mais complexa da sociedade, onde intervêm grupos, grupos de grupos, classes, consórcios, partidos, nações, dissolvidos todos na sua composição em pessoas isoladas. Quando é obrigada a encontrar a existência e a atuação organizada de certo grupo, classe, ou entidade coletiva, procura sempre descobrir nêles uma personalidade saliente, representativa do conjunto, a quem passa a atribuir significado epônimo, e cujo valor ético exprime o da grei que simboliza. Os demais membros são avaliados por equiparação ao líder e recebem a mesma nota de valor; o grupo social, e sua interferência no processo da realidade, é, desta mesma forma, negado, desde que seus componentes são identificados uns aos outros e todos ao que desempenha o papel de expoente. Como só há virtude no plano privado, o dinamismo das fôrças sociais, expressas em grupos de ação comum, é desconhecido e a uniformidade das condutas de uma fração social, em vez de ser entendida pela igualdade de interêsses que ligam os seus elementos, é explicada pelo efeito enfeitiçador de uma personalidade poderosa, que aglutina em tôrno de si os que têm o mesmo valor

moral do eleito. A constituição do grupo é tornada artificial, porque a rigor só importa a figura dominante. A mentalidade simplista contenta-se com êste modo de entender, embora não saiba explicar porque aparecem comparsas em redor dos chefes, e quando ensaia fazê-lo é ainda em têrmos morais, invoca a cumplicidade nos baixos interêsses, a vontade de explorar o povo, os apetites desenfreados de uma época corrupta, as seduções da demagogia etc. Lastimável nesta compreensão é que ignora ou distorce o fato de serem êsses grupos parte natural do processo objetivo, de se terem constituído em virtude de condições inevitáveis, que os explicam e justificam.

A mais perniciosa conseqüência do moralismo político é desviar a atenção do verdadeiro significado dos acontecimentos do processo histórico, o seu condicionamento material, especialmente econômico, e dirigi-la para uma ordem de cogitações abstrata, a esfera ontológica dos valores, levando a discussão dos problemas da realidade a ser travada primacialmente em função de pessoas. Assim sendo, o fato desaparece atrás do agente. O próprio da atitude moralista é possuir *a priori* a série de exigências éticas que todo homem deve cumprir para se apresentar como digno, "limpo", honesto e constituir-se, assim, em membro da fração eleita da sociedade, aquela que, de direito, é a única que deve organizar a existência coletiva e comandar. Se na prática é forçoso reconhecer que tal não acontece e que, em vez dos melhores, são os medíocres, os rapaces, os sórdidos que auferem as honras e as vantagens do poder, é isso evidente indício de grave subversão moral na ordem das coisas, que só virá a ser sanada pela enérgica atuação da parte impoluta da sociedade. As ações que cada homem pratica têm nêle exclusivamente a sua origem; do modo como age, em função da tábua *a priori* de valores, recebe uma nota de mérito que, se positiva, se estende aos seus atos. Em tal caso, é o indivíduo aceito e confirmado; quando não, recebe os qualificativos de desonesto, "sujo", negocista etc., dos quais dificilmente se livrará, ainda que venha a praticar em seguida muitos outros atos de natureza louvável, porque, procedendo a mentalidade primária pelo método impressionista, o que lhe importa são as primeiras impressões. Mesmo que, depois, por outras ações, merecesse redimir-se do passado, o perdão com dificuldade lhe será concedido, pois não é da objetividade dos atos executados que lhe advém o valor pessoal.

mas, ao contrário, é da opinião já formada sôbre o autor que deriva a apreciação dos seus atos.

As confusões de fundo moralista não são inocentes nos seus efeitos sociais, e disso a atualidade brasileira conhece exemplos instrutivos. Mais prejudicial é esta forma de ingenuidade para nós, em vista de sermos um país que está iniciando em grande escala o processo de transformação de sua estrutura econômica. Nesta fase são necessàriamente grandiosos e complexos os empreendimentos econômicos e vultosas as movimentações de capitais. É fatalmente um período de grande intensidade de negócios, difíceis de ser analisados na sua natural complicação. Sem dúvida uma franja mais ou menos larga de especulações e lucros ilícitos ocorre no curso de transformações tão volumosas e rápidas, processando-se dentro de um sistema de economia privada. Circundada por êste mundo em alteração, a consciência ingênua assume postura fiscal em face dos negócios e se constitui em guardiã da moralidade pública. Sua intenção é cooperar para o advento de um novo modo de proceder no trato político das questões econômicas. Em tal caso, deseja realizar o prévio expurgo do campo econômico, a fim de excluir dêle, pela denúncia e condenação públicas, os maus elementos que o infestam, após o que, saneado o meio social, se realizarão, em plena paz de consciência, tôdas as transações, nacionais e internacionais, de agora em diante santificadas pela pureza moral dos corretores.

Mas a verdade é que, se tal é a sua intenção, o moralismo na prática se esgota na fase combativa, se consome na justa indignação contra os vilipendiadores do mercado. Desejaria formar nova classe de empreendedores, de homens de ação, de criadores de riqueza, revestidos da dignidade pessoal que falta aos atuais especuladores. Gostaria de ver restabelecida a austeridade antiga do negociante, agora degenerado em negocista. Crê na possibilidade dessa emprêsa e está convencido de que, verberando a corrupção, suscitará tão intenso sentimento de reprovação moral na sociedade que retirará dos desmoralizados o apoio inconsciente do povo, que, por enquanto, ainda sustenta as suas maquinações. Se entre os homens de negócio se encontra algum que também dispõe de prestígio ou exerce ação política. sua influência no processo histórico deixa de ser percebida nos fundamentos objetivos que acaso tenha, para tornar-se objeto de insulto e de execração, como decorrência da nota má merecida pela sua personalidade.

Para o país atualmente empenhado no desenvolvimento

econômico o moralismo é sério obstáculo ao progresso, quando se converte em atitude sistemática e consciente. Ignorando o verdadeiro significado do conceito de "ética", sem jamais ter meditado sôbre as condições que constituem socialmente a autêntica moralidade, esta consciência acredita que a possui espontâneamente. O moralismo usurpa os direitos da moralidade, da qual não passa de deturpação ingênua.

Claro está que esta crítica não significa de modo algum a defesa do imoralismo, que, quando real, é sempre nocivo aos interêsses da comunidade. Significa apenas o repúdio do moralismo como atitude que, filosòficamente simplista, é socialmente um defeito de percepção, não isento de conseqüências negativas.

Nas formas extremas, o moralismo ultrapassa o terreno ético para tornar-se interpretação mística da realidade, culminando numa visão apocalíptica. De fato, de denúncia em denúncia, a poder de apontar o mal, que encontra por tôda parte, acaba por convencer-se da íntima malignidade do real, e cai numa concepção maniqueísta, que faz do mal uma substância, um poder objetivo, cuja presença se faz sentir em todo lugar, espécie de fluido nefasto que tudo impregna e contra a qual a fôrça do Bem, o poder da Luz, luta constantemente para conquistar a vitória definitiva no final dos tempos. Esta compreensão do mundo e da sociedade, que vigorou no pensamento de algumas correntes místicas da antigüidade, está contida, embora não confessada, é claro, nos fundamentos da mentalidade moralista atual, pois também esta pensa que o universo é palco da luta do mal contra o bem, ambos interpretados como entidades objetivas, tangíveis, reais. A obtusidade típica dêste comportamento ingênuo, diante do insucesso permanente a que expõe a consciência daqueles que o manifestam, e em virtude da irritação daí resultante, tende para uma noção pessimista da existência, que se compraz na profecia de desenlaces catastróficos iminentes, chegando a acreditar até mesmo na possibilidade da vitória final do Mal sôbre o Bem. À custa de se sentir sempre decepcionada na sua esperança de assistir ao triunfo dos bons, em face da irreprimível ascensão e domínio dos desonestos e incompetentes, a consciência inocente termina por desviar o olhar, enojada da realidade dêste país, definitivamente perdido, voltando-se, então, para outra realidade, outro país, onde, ao que imagina, tudo é diferente, há progresso e decência, bons negócios e compostura.

É quase desnecessário acrescentar que êste vício do pensamento desprovido da correta teoria histórica, é apanágio

de uma classe de remanescentes de famílias prósperas, ou de intelectuais pobremente remunerados, sem fundamentos no processo de desenvolvimento, os quais distribuem as suas proposições a uma subclasse ainda mais ociosa, de pequenos funcionários, de empregados idosos em atividades comerciais e de tímidos candidatos a tôdas as posições sociais marginais. Nunca será o modo de ver da classe trabalhadora, operários ou empresários. Êstes, pela participação real no processo, não o analisam por critérios de moralidade abstrata, mas o examinam segundo normas retiradas da compreensão do curso dos acontecimentos, as quais a seus olhos constituem a nova pauta de valores, os legítimos, os que compendiam a ética própria da consciência ativa na condição presente.

A mais funesta conseqüência da idealização moralista é embotar a sensibilidade aos fatos históricos concretos, substituindo-a pela gnose ingênua de cunho dualista, em que o choque real das fôrças econômicas é ocultado pelo combate místico entre a Luz e a Treva, o Bem e o Mal. Diante do constante malôgro no clamor pelo govêrno dos justos, a consciência, se fôsse dotada de sentido crítico, procuraria indagar se acaso não seria a sua posição errônea a responsável por êsse insucesso; a consciência ingênua, porém, não procede assim. Ao contrário, encontra no insucesso razões para confirmar-se e chega por fim a endeusar-se a si mesma, ao formar uma pequena sociedade de eleitos, circundada pela massa surda aos ditames das leis morais, incapaz de sentir a atração dos espíritos verdadeiramente excelsos e de desvencilhar-se da companhia dos corruptos, dos venais, dos demagogos. É com esta compreensão que a consciência primária pretende intervir no processo político. Seu lema supremo: é preciso eleger os puros e condenar os imorais à danação.

12 — IDEALIZAÇÃO DOS DADOS CONCRETOS

Outro traço que acentua o caráter a-histórico da consciência ingênua e nos oferece oportunidade de perceber novo e curioso aspecto da sua índole imaginativa, é o seguinte: na presença de um problema concreto, a consciência cândida dispõe-se a dar-lhe solução, mas supõe prèviamente modificados os têrmos materiais e humanos da questão. Daí o caráter ideal das suas soluções. Toma um problema e dedica-se a analisá-lo, mas as tendências idealizantes que a animam fazem que aos poucos os dados primitivos sejam alterados e introduzidas como efetivas certas condições hipotéticas, dando em resultado que, no momento de enunciar conclusões e medidas práticas, já o problema não seja o que era inicialmente. Em sua forma extrema, esta característica manifesta-se pela irrefletida exigência de contar com a participação da vontade humana, mas supondo-a de antemão decidida a comportar-se de determinada maneira.

Ao fazer esta pressuposição, a consciência elementar está dando por realizado o que precisamente é problemático, a atitude dos agentes humanos; desta maneira encaminha o problema em têrmos que, desde o começo, o moldam na forma favorável à solução que lhe pretende dar. Assim, por exemplo, em relação a temas de ordem social, como o conflito entre classes, as exigências de melhoria econômica e outros, o sociólogo ou o político desarmado detém-se em delinear esquemas que se referem não à massa popular real, mas a outra massa, com outro nível de educação, hábitos e reações diferentes. Quando, no plano prático, se evidencia o fracasso das suas sugestões, longe de atribuí-lo à falsificação inconsciente e ingênua dos dados e condições de que partiu, passa a manifestar a reação temperamental de irritação contra os fatos, põe-se a deblaterar contra a ignorância do povo, a falta de caráter generalizada, a preguiça e a desonestidade da maioria, tentando, assim, explicar por considerações dêste gênero, o insucesso das suas teses e sugestões

práticas. Conclui, então, que o povo brasileiro não tem ainda condições para fazer política superior, não merece possuir govêrno digno e competente, pois os homens de bem, os homens capazes não têm ainda possibilidade de ser eleitos pela massa que, cada vez mais, se desmanda nos seus instintos primários, na falta de educação, na entrega à demagogia.

Vive assim a consciência inocente na alternância de exaltação e desânimo. Ao imaginar a resolução de um problema, inflama-se no entusiasmo que a visão antecipada do sucesso lhe desperta; como, porém, pela tendência idealizadora, havia imaginado um modo de ser das coisas e das pessoas, que a experiência, no momento da execução, denuncia como falso, em vez de voltar a si e reconhecer o êrro das premissas, simplesmente se revolta contra a realidade e sucumbe à depressão. Exalta-se ao conceber fórmulas solucionadoras das dificuldades e das desgraças contra as quais reclama, vibra na pregação de idéias salvadoras, mas, ao verificar a limitada aceitação que encontram ou o malôgro das emprêsas acaso iniciadas, desalenta-se em rápido abatimento e passa à atitude acusadora. A explicação de tal insucesso é simples: a fórmula imaginada admitia serem outros os dados a que se devia aplicar. Era preciso que as coisas não fôssem bem assim, que os homens tivessem natureza diferente, mas como a realidade é esta que aqui está, não ocorre à mentalidade primária modificar a fórmula, para fazê-la coincidir com a existência, e tudo o que faz é profligar ou desprezar o real, que se mostra indigno da sua solicitude.

Por carência de compreensão objetiva, a consciência ingênua desequilibra-se em face das dificuldades na execução das suas propostas. Tudo quanto não está contido no que previra aparece-lhe como monstruosidade, obra de um gênio nefasto, jamais como êrro. A consciência ingênua não erra, apenas falha. A seus olhos, há tanta coerência no que enuncia que a eventualidade do êrro é inadmissível. Reconhece, porém, que falha com freqüência, mas a culpa do insucesso não é sua e sim das coisas e dos homens. Assim, por exemplo, nas proximidades de um pleito eleitoral decisivo sua posição é rigorosa: apóia o candidato melhor, o mais honrado, o mais puro. Êste deve necessàriamente ganhar. Se, porém, acontece ser derrotado e vencer o menos qualificado, a explicação apresentada pelo político inocente não consiste em admitir a impropriedade das idéias do candidato por êle apoiado, porque seria isso supor houvesse erros nos seus programas, mas em inculpar a massa ignorante que, mais

uma vez, demonstra incapacidade em elevar-se à apreensão daquelas idéias. Em seguida ao desastre eleitoral do seu grupamento político, dirá um dos expoentes da mentalidade ingênua: "Nós não erramos, quem errou foi o povo." Percebe-se fàcilmente a ingenuidade da afirmação: é que as idéias mal acolhidas haviam sido enunciadas partindo inconscientemente da hipótese de ser a massa diferente do que é. Por isso, a desilusão sofrida mais tarde não terá outra via de escoamento senão os condutos nervosos, extravasando nas reações emotivas.

13 — APÊLO À VIOLÊNCIA

Outra marca da consciência despreparada, que descende diretamente do culto ao moralismo e do desencanto pelo malôgro das soluções perfeitas, é a que se revela na inclinação a apelar para a violência na solução das questões sociais. A violência, ideològicamente proclamada como legítima e sistemàticamente exercida como política social, é sempre fruto de incorreto entendimento do processo histórico.

Nossa afirmação deve ser devidamente apreciada, pois é preciso reconhecer que a violência tem sido fenômeno histórico constante, e não poderíamos acusar de ingenuidade o que é um fato, sem sermos vítima da imperfeição que estamos atribuindo a outros. Desejamos apenas relacionar a violência concebida como método de dirigir a sociedade à sua raiz na consciência, mostrando ser traço típico de ingenuidade apelar para ela como meio de forçar a realidade a se enquadrar nos esquemas abstratos propostos para exprimi-la, ou preconcebidos para conduzi-la. Quando, porém, a violência é o gesto da consciência que reflete as crises objetivas do processo histórico, resultantes dos desajustes entre as estruturas da sociedade, em determinado momento, e as fôrças do desenvolvimento, que tendem a modificá-las, deve ser interpretada de outra maneira, pode ser considerada a forma crítica da violência, não mais como tentativa subjetiva de impor um rumo prefigurado ao curso dos fatos. Em tal caso, não se trata da violência pregada como instrumento de permanente domínio social, mas da acolhida de situações catastróficas inevitáveis, sempre de breve decurso, a que se deve seguir a reestruturação do comando político no sentido da lógica do processo evidenciada por essa própria comoção. Para bem distinguir a forma ingênua da violência da sua forma crítica, basta reconhecer que, para a primeira, a violência deve ser exercida contìnuamente, pois se trata de guiar o curso dos fatos de acôrdo com o esquema ideal, enquanto para a segunda as transformações históricas seguem seu processo por um prolongado período, durante o qual se acumulam sem efeitos violentos as perturbações geradoras do momento de

crise. Quando se produz a ruptura, a violência é o modo pelo qual se incorpora à consciência a crise do processo. Mas, neste caso, nada há de comum com a violência ingênuamente entendida, pois não se trata de um projeto subjetivo, não se trata, para a consciência, de querer conduzir de modo arbitrário a sociedade, mas exatamente de intervir apenas no sentido de assegurar ao processo a continuidade dos efeitos das condições reais. Ademais, na hipótese de uma autêntica crise de transformação pelo desenvolvimento, a violência é sempre exercida sôbre fatôres residuais do plano da realidade, para apressar uma extinção que se faria de qualquer modo, e não depende do arbítrio de quem se apoderou do poder.

A ditadura das facções que justificam a coação que exercem sôbre o todo social, em razão do caráter confessadamente minoritário das suas fôrças, embora a seus olhos sejam as que constituem a porção nobre e pura do conjunto, tal é o tipo da violência ingênua. Esta se caracteriza pela convicção de ser exercida pela minoria sôbre a maioria, para o bem desta, é claro, enquanto para o pensar crítico a violência deriva da certeza de ser feita pela maioria sôbre a minoria em declínio, por fôrça do dinamismo social. É o procedimento pelo qual a maioria manifesta o direito de ascensão histórica sôbre uma minoria que, não sendo coibida, se tornaria violenta na tentativa de entravar a marcha das transformações objetivas, e, portanto, se tornaria o verdadeiro agente da violência ingênua.

Sempre houve quem pensasse ser lícito apelar para a violência a fim de bem guiar a sociedade e procurasse razões para justificar êsse procedimento: se o espírito tem, de direito, a função de produzir a realidade exterior e às consciências superiores compete formar as inferiores, a violência inclui-se metafisicamente na essência da idéia, é a expressão da sua natural exigência de se realizar sôbre o curso bruto dos acontecimentos e sôbre a inteligência inculta do homem conum. Segundo esta concepção, a violência seria o modo pelo qual normalmente o pensamento prova seu domínio sôbre o real, compelindo a natureza e a sociedade a se constituírem conforme as deseja. Tal é, entre outras, uma das doutrinas que busca explicar a constância da agressão e defendê-la, cobrindo-a com um manto filosófico.

Para a análise fenomenológica da consciência ingênua, nosso único intuito nestas páginas, basta assinalar esta inegável tendência da compreensão e do comportamento do intelectual ou do político pouco esclarecido. Seu fundamento é o já referido caráter emocional desta mentalidade, para a

qual as idéias, ademais da função representativa, transportam uma carga emotiva que é, nelas, o principal, o motivo que as faz cultivadas e defendidas. O mundo que refletem e devem modificar não é um âmbito objetivo, ao qual o pensamento está ligado segundo relações que não admitem ser arbitràriamente interpretadas; o que o pensar dêste tipo entende por mundo é antes a projeção imaginária dos seus desejos íntimos, a concretização futura dos seus sonhos numa realidade que dê corpo aos valores morais reverenciados e ofereça ao espírito emoções felizes e salutares. Não é posta em questão a existência de um conjunto de relações objetivas que, por leis próprias, explicam o movimento dos fatos e criam para outros indivíduos situações tão diferentes das nossas que para êles a realidade é vista de outro modo, e seus interêsses nela inteiramente estranhos ou mesmo antagônicos aos nossos.

Para explicar o sedutor recurso à ação violenta com o intuito de resolver problemas de caráter social, reúnem-se aqui todos os traços anteriores. Procede da essencial incapacidade de comunicação existencial da consciência ingênua, somada à sua impenetrabilidade ao processo histórico. Apela para a violência com duplo motivo, enquanto meio pedagógico e como recurso corretivo. No primeiro sentido, a violência é, em princípio, indiscriminada, universal, e se exerce sôbre todos os que dela têm necessidade para ser devidamente educados; contudo, na intenção dos seus apóstolos, cabe aplicá-la predominantemente às grandes massas, que não serão reduzidas à razão por argumentos ou pela percepção correta, só reservada às elites, aos melhores. As massas, com efeito, sofrem de congênita debilidade mental, de incorrigível infantilismo, principalmente num "país atrasado como o nosso". É prova de ingenuidade, dizem os ingênuos, esperar delas alguma coisa de bom, uma direção política razoável, o surgimento de idéias oportunas e justas. Precisam, por isso, ser tuteladas pela constante assistência didática das elites, que por elas velam e se encarregam de resolver problemas que são delas, mas não sabem nem formular, quanto mais solucionar. É de crer, pois, que acolham, complacentes e agradecidas, as instruções que lhes são dadas, e se rendam à racionalidade das propostas a elas oferecidas e das atitudes recomendadas. Isto é correto. Se, porém, o que se verifica na prática política é a falência desta expectativa natural, se as massas se rebelam contra ditames do pensar lógico, recusam-se a aceitar as condições que lhes são reservadas e, o que é mais grave, em nome de princípios e invocando di-

reitos inadmissíveis do ponto-de-vista da razão bem formada, então não há outra alternativa senão recorrer à violência contra elas, nos graus e variedades múltiplas em que pode ser levada a efeito, não sendo preciso em tal caso empregar nenhuma sutileza para justificá-la, sua imperiosidade é evidente. Mesmo a contragosto, contrariando aparentemente uma ideologia liberal que, fora destas ocasiões, continua plenamente válida, a fôrça tem de ser usada, porque se trata antes de tudo de educar o povo, não de castigá-lo. A violência tem, em tais condições, valor social útil; é mesmo parte dos planos da razão para realizar-se objetivamente. É um dos mecanismos, segundo o pensar ingênuo, com que a história corrige os seus desvios. De fato, parece-lhe que a história é sujeita de vez em quando a desencaminhar-se do curso perfeito idealmente traçado pela razão, e o modo como retifica a sua marcha é impor pela coação o silêncio e reduzir à impotência as ações individuais discordantes. A violência como corretivo histórico é função normal exercida desinteressada e, quase se poderia dizer, inconscientemente pelos que ocupam o poder, sôbre as massas desorientadas e expostas ao feitiço dos demagogos, a fim de reconduzi-las ao rumo racional previsto no desígnio eterno. Sem nunca pretender chegar a ser tirânica, a mentalidade despreparada tem sempre a tendência a obtemperar as malversações causadas pela ignorância popular. O fascínio da violência ronda a consciência ingênua. Nada mais fácil do que ceder, sempre com a mais altruísta das intenções, ao generoso impulso de suprimir momentâneamente a liberdade para melhor organizá-la.

A sedução da ditadura é um dos malefícios contra o qual mais nos devemos precaver, opondo-lhe a clareza do pensar crítico, sob forma de interpretação lógica do curso histórico. Tal sedução apresenta graus variáveis em suas manifestações. Vai desde os casos mais primários, expressos em julgamentos obtusos como êstes: "Qual! só matando êsses canalhas é que êste país endireita," "É preciso um pulso de ferro para botar isto nos eixos" e infinitos outros do mesmo jaez, até as insinuações mais elaboradas, que se dão conscientemente em forma de doutrinas totalitárias, passando pelas modalidades intermediárias da prédica jornalística ou parlamentar de estados de exceção, como recurso extremo para a revisão moral da máquina administrativa e expurgo dos elementos maculados.

É justamente a larga escala de manifestações dêste traço de ingenuidade que o torna muitas vêzes difícil de isolar.

Mas, tanto no caso grosseiro dos incultos autores de frases como as acima citadas, quanto no das argúcias jurídicas de alguns casuístas politicamente derrotados, que mal escondem o ressentimento nas dobras da doutrinação moralista, o fundamento é o mesmo, é a ingenuidade constitutiva da sua consciência da realidade nacional. São todos homens que, diferindo sòmente nos interêsses que os acionam, não se elevaram à serena meditação sôbre os fatos que presenciam ou de que participam. Por falta de conceitos críticos deixam-se arrastar pela inclinação brutal, admitindo-a, pregando-a ou tentando executá-la. Tal se dá porque reduzem os acontecimentos históricos ao sentido exclusivamente subjetivo, apreciando-o, aliás, do ângulo predominantemente ético, desconhecendo de todo a existência da causalidade objetiva, do determinismo natural, só em par acessível ao comando humano. Não havendo em presença outras fôrças senão as vontades individuais, a única maneira de operar sôbre a realidade é fazer intervir no conflito entre elas, uma outra, mais poderosa, que as domine e discipline. O processo social adquire, assim, o modo de tratamento ideal, o único dinamismo nêle reconhecido é o de ordem psíquica. É compreensível que em tal caso com facilidade se insinue o dualismo maniqueísta, fazendo crer que as fôrças-almas em combate sejam marcadas umas pelo sinal carismático da Graça e do Bem, outras pelo estigma da danação. Um pequeno passo imaginativo a mais e se chegará à doutrina da predestinação, segundo a qual as almas, exclusivos agentes reais dos acontecimentos, estão desde todo o sempre determinadas na sua natureza maligna ou virtuosa. Se assim é, a violência social, por lamentável que seja, desempenha papel metafísico, incompreensível mas necessário, executa os decretos insondáveis de uma justiça eterna, que tem por fim afastar os justos dos condenados, arrebatando a êstes os cargos de direção, transformados em instrumentos da sua perfídia.

É evidente que para esta ingenuidade da consciência, que mergulha em longínquo passado suas raízes, não há outro corretivo senão o laborioso empenho de esclarecimento crítico, visando à completa mudança de atitude. Êsse esfôrço tem de ser feito a partir de muito fundo, pois é também profunda a camada onde assenta a manifestação que quer denunciar e, por isso, a crítica, para ser fecunda e modificadora, deve começar por aclarar questões de princípio, partindo da demonstração de existirem diferentes concepções gerais do processo histórico, mais válida uma do

que outras, de cunho idealizante. Ora, é precisamente o debate dêste tipo que a consciência ingênua repudia, em primeiro lugar por ser próprio da sua natureza emotiva a marca de impaciência e desatenção às longas explanações, o que a leva a não conectar devidamente as diferentes etapas de um raciocínio demonstrativo, e, em segundo, porque as conclusões estabelecidas com tantas minúcias e rigor lhe parecem enfadonhas, supérfluas e inúteis. O motivo principal de não aceitar o diálogo esclarecedor está em não se julgar necessitada de esclarecimento. Sua concepção primária do curso histórico é imediata, total e satisfatória. Daqui advém o modo obstinado com que se comporta e a dificuldade de serem refutados os seus enunciados, pois tal refutação presume a prévia recusa daquela consciência como totalidade. O perigo contido no traço em exame consiste em que, à vista da ineficácia dos esforços por contraditá-lo, venha a suscitar no pensador crítico o abandono da sua posição e o faça deslizar para o campo da reação ingênua. Contamina-o de impaciência e o arrasta ou à desilusão ou à exaltação da atitude violenta. Quando menos espera, no curso infecundo do debate, já o filósofo crítico deixou de ser tal e se está comportando de maneira irrefletida e emocional. É quase inevitável esta mutação, e tanto mais facilitada quanto a atitude crítica, conforme veremos em seguida, recebe do antagonista ingênuo a acusação de ingenuidade. É o fracasso no diálogo iluminador que dá fundamento à situação expressa no aforismo popular, segundo o qual a violência gera a violência. Com efeito, de todos os modos do pensar despreparado é êste o mais difícil de ser excluído da conduta do homem comum.

Devemos contudo distinguir o arroubo de violência, manifestação de impaciência e revolta momentâneas, em que incide mesmo o pensador mais avisado, da forma de pensar lúcida, falsamente proclamada razoável, que se vota ao encômio da fôrça por motivos ideológicos. Neste segundo caso é que envolve concepção ilegítima do fato histórico. Se desejarmos aprofundar um pouco mais a análise, a fim de averiguar a fonte dêste equívoco, típico da consciência primária, iremos encontrá-la em outra nota, ainda mais fundamental da sua essência, outro traço inseparável, enquanto suporte, do que estamos apontando, mas que, por conveniência, examinaremos à parte.

14 — DESPRÊZO PELA MASSA

Temos já assinalado, mais de uma vez, o caráter aristocrático com que a consciência ingênua se concebe a si mesma. Nêle vemos uma variante do seu sentido moralista, em razão do qual naturalmente se escolhe para representar o partido dos melhores, dando-se por paradigma. Não teríamos porque insistir, se não houvesse nesta particularidade algumas finuras de comportamento que não queremos perder a ocasião de descrever.

O espírito simplista é fundamentalmente anti-histórico, e um dos aspectos pelos quais mais nitido se percebe êste caráter está na sua inclinação não sòmente a desprezar a massa, mas até a negar-lhe a existência. Para a mentalidade inocente a massa é um conceito artificial, astuciosamente cunhado por certas teorias revolucionárias, de todo falsas, aliás, e em seguida divulgado pela literatura de propaganda. Por descuido de parte dos sociólogos sensatos, mesmo depois de refutadas e demolidas aquelas doutrinas, o conceito de massa logrou escapar à vigilância e se difundiu na cultura contemporânea, a ponto de se haver incorporado ao vocabulário e ao pensamento do homem comum. No entanto, quando devidamente analisado, tal conceito se revela inadmissível tomado em si mesmo, e só cabível no contexto daquelas fórmulas extremistas, onde nasceu e de onde não deveria ter extravasado. De fato, segundo o pensar inocente, a idéia de massa é arbitrária, não corresponde a nenhuma realidade social efetiva e constante e, por isso, contém sòmente a significação operatória que lhe empresta o esquema revolucionário, que dela se serve, fora do qual é ininteligível. Desde que se repudie em bloco a teoria subversiva, de envolta vai também o conceito de massa. Como o pensamento ingênuo não é revolucionário, nem pretende sê-lo, não tem motivos para utilizar-se de uma idéia e de uma palavra que a seu modo de ver não têm o menor conteúdo verdadeiro. Com efeito, para a compreensão desarmada, a sociedade só contém na sua estrutura uma diferenciação lícita e permanente: a

que se dá entre govêrno e povo. A introdução do errôneo conceito de "massa" visa a deturpar a idéia autêntica de "povo". É uma distorção intencional, cavilosamente alimentada por aquêles que têm interêsse em rebaixar o povo à condição de massa e precisam prèviamente praticar esta substituição conceitual, a fim de, em seguida, tratar as questões nacionais de interêsse popular, em linguagem que as adaptam ao modêlo doutrinário subversivo. É preciso forçar a aceitação pública da palavra, como recurso para facilitar a penetração dos propósitos ideológicos. De fato, na noção de "povo" contém-se uma dignidade eminente, é o sujeito moral do existir social. Na idéia de "povo" está implicado um valor ético nobre, que precisamente é excluído da de massa. Povo é categoria social moral, enquanto massa é referência ao coletivo humano, no que tem de mais baixo e infeliz, a servidão ao econômico. Subtrair o homem à massa, permitir-lhe reassumir seu lugar no seio do povo, deve ser o objetivo de tôda política sã, praticada sob a égide de uma teoria social dignificadora. É preciso reconverter a massa ao povo e nunca estimular-lhe a avassaladora progressão, em que ameaçam ruir e dissolver-se os valores mais elevados da humanidade. É em nome, pois, da dignidade do ser humano, dos seus direitos imprescritíveis, que não toleram ser considerados de maneira coletiva, que se impõe a denúncia do conceito artificial de massa e sua retirada dos "esquemas sadios" de compreensão da sociedade. Esta é a companhia das pessoas morais, cada qual com destino individual único e irrepetível, sede de deveres e direitos que não admitem tratamento nivelador. A massa é a negação da pessoa, é a sua antítese radical, de tal sorte que tôdas as possíveis compreensões da realidade social, no geral como nos problemas particulares, dividem-se sòmente em dois grupos opostos, conforme acentuem a preeminência da pessoa sôbre a massa, ou a preponderância desta sôbre aquela.

Mas, em virtude da inclinação emocional própria do comportamento ingênuo, aquilo que, no seu modo de ver, é um êrro conceitual desperta-lhe uma reação anímica que ditará a conduta sentimental manifestada pelo desprêzo e, em grau mais avançado, pelo ódio à massa. Não é intento nosso discutir aqui a questão sociológica da origem e significação da massa nem mesmo examinar os problemas filosóficos que tal realidade suscita. É bem sabido que a massa nem sempre existiu no curso da história, mas só na época moderna, quando se instituiu um tipo peculiar de convivência social, em que a divisão do trabalho impõe a divisão de

classes, se observa o fenômeno do surgimento da massa. Não é êste contudo o tema de que vamos tratar. Para o nosso intuito, uma vez que nos interessamos sòmente pela descriação dos modos da consciência nacional, importa analisar a diferença que a mentalidade simplória estabelece entre êsse conceito e o de povo. Valioso para a caracterologia de tal tipo de consciência é ser essa diferença fundada sôbre a atribuição de um grau moral. Sendo forçada a reconhecer a existência do sentir e agir coletivos de larga fração social, mas considerando-os marcados por uma nota ética menor, acredita-se justificada na hostilidade em que envolve todo pronunciamento popular, onde não enxerga mais do que odiosa irrupção das camadas inferiores da sociedade, movidas por instintos primários repulsivos. A massa é, para o pensamento inocente, instrumento verbal artificioso, criado pelos interessados em manejá-lo contra as instituições e as idéias vigentes. É uma noção subversiva. Para contestá-la, é preciso mostrar que o homem originàriamente pertence ao povo; êste é que representa o conceito de coletividade humana nobre, original, autêntico. A massa, se tivermos de aceitar como fato a sua realidade—porque de direito sua existência é discutível—, é uma situação secundária, derivada da primeira, o "estado de povo", em virtude de processos sociais degenerativos, que, não remediados a tempo, levaram extensos contingentes humanos a se precipitar na triste condição a que os teóricos dos credos sediosos deram o nome de massa e querem fazer passar por componente normal da sociedade. No princípio era o povo. Nêle é que o homem nasce, e se mais tarde é obrigado a perder-se na indistinção da massa, êsse trânsito constitui uma degradação. Como elemento do povo, o homem conserva sua personalidade particular, está em comum com outros sem deixar de ser qual é; quando, porém, se acotovela no seio da massa, anonimiza-se, perde o nome e a face, renuncia ao que tem de singular, de único, em favor dos interêsses médios da multidão desqualificada.

A massa é a condição a ser abolida por todo movimento social que desejar produzir a verdadeira dignidade do homem. Esta deverá processar-se pela ascensão individual de um a um, não pela ascensão de todos de uma vez. De fato, não haveria, neste caso, realmente ascensão, pois ainda quando se fizessem consideráveis melhoramentos no padrão médio de vida da maioria, não seriam acompanhados da diferenciação pessoal, do aperfeiçoamento do homem como tal, que é o fim exclusivo a alcançar. A massa como fenômeno social pa-

tológico, indício de uma civilização decadente e próxima do extermínio, que perdeu o senso dos valores morais, que se afasta de Deus etc., tais são alguns julgamentos típicos do pensar ingênuo, inconscientemente repetidos.

Contido ainda nesta mesma postura primária, está outro traço, que sempre a acompanha e a ela se ajusta o desprêzo pela máquina. A mentalidade elementar tem a êste respeito concepções simples e radicais. Em resumo seu cândido raciocínio é êste: o mundo vive nos tempos modernos a era da máquina, que o homem criou para poupar-lhe trabalho e produzir em maior quantidade os bens de que todos necessitam; contudo, a humanidade não está hoje mais feliz do que antigamente, quando não possuía êstes poderosos instrumentos de produção, antes, ao contrário, o que vemos é a máquina voltar-se contra o homem, esmagá-lo espiritualmente e mesmo destruí-lo fisicamente, quando manejada pelos que dela se servem para seus sinistros desígnios. A mecanização do mundo, em vez de libertar, acorrentou o homem, em vez de favorecê-lo, tornou-o ainda mais infeliz.

Não nos alongaremos em reproduzir frases dêste tipo, a cada passo ouvidas e lidas, que nos oferecem oportunidade de colhêr belos exemplos de manifestações da consciência ingênua. Associada embora a outros aspectos da totalidade formada por êsse tipo de consciência, esta particular manifestação deriva quase sempre da atitude moralista a que já fizemos menção e se reforça pelo outro pendor, também citado, o desprêzo pela massa. Julga o pensar simplista que a máquina é responsável pela degradação moral que, a seu ver, afeta a sociedade contemporânea e, embora não chegue ostensivamente ao ponto de pregar a destruição das máquinas, pois no fundo está muito contente em utilizar-se delas, assume todavia uma atitude, decorrente destas confusões, que tem para nós considerável importância: referimo-nos à hostilidade para com a industrialização do País. Sinal patognomônico de ingenuidade de consciência é a menção ao falso problema da antinomia entre industrialização e agricultura. Na conjuntura brasileira, quando o nosso País se está movimentando para transformar sua estrutura de produção, êste traço simplório se apresenta com grande freqüência, revestindo-se de relativa seriedade pelo quanto de enganoso contém.

A industrialização é, para a consciência obscura, o incremento da mecanização da sociedade; quanto mais o País se industrializa maiores contingentes humanos passam ao serviço da máquina e dela acabam escravos. Ora, esta trans-

formação é um mal, porque desloca o homem dos sadios labores do campo, do amanho da terra e da fixação à gleba natal, onde sua vida decorria na paz bucólica, propícia ao culto das tradições, da fidelidade aos valores antigos que fizeram a grandeza da Pátria e temperaram a alma dos que por ela batalharam, e o lança, rompendo tudo quanto lhe dá autêntica dignidade, no turbilhão urbano, onde, sem ganhar sequer maior confôrto físico, perde os seus mais preciosos bens espirituais. Daí a evidente má vontade com que os representantes dêste modo de pensar observam o crescente surto industrial do País. A êle opõem o modo de vida agrícola, lastimando que o País esteja perdendo o seu sentido histórico. Só a contragosto admitem modificação desta espécie, que procuram cercar de tôda sorte de precauções e limitações, para que seus efeitos nocivos sejam mínimos e se resguardem os "valores humanos" em iminente perigo de extinção. Vêem na crescente urbanização sintoma assustador dêste movimento social, a que atribuem todos os males que presenciamos. O êxodo rural é para êles o trágico efeito desta infeliz tentativa de mudança na nossa estrutura econômica, devida à nova mentalidade que está lançando o País na temerária aventura de uma industrialização afoitamente produzida, sem plano, sem base, sem oportunidade, a qualquer preço, por simples espírito de imitação de nações mais poderosas, com as quais não nos podemos comparar, e que a fizeram em longo prazo porque para tanto tinham condições viáveis. Nós, porém, estamos destruindo uma estrutura pobre, atrasada, não há dúvida, mas estável e moralmente sã, a qual só exigia ser modernizada, não substituída. Estamos agora desviando o Brasil da sua vocação agrícola, que o levaria a conquistar, pelos métodos de cultivo intenso, esplêndida situação de riqueza e abundância, para fazer dêle um país industrial de baixa categoria. O resultado são os dramas do desajustamento de milhões de trabalhadores rurais, forçados a emigrar, a queda da produção alimentar e o aparecimento da ameaça da fome como eventualidade não distante. É o apêlo enganador da cidade industrializada que responde pelo crime social da migração campesina, cometido pelo País inteiro, em conjunto, contra os infelizes sertanejos que, com absurda ignorância, se dispõem a trocar a pobreza livre, e até sob certos pontos-de-vista pitoresca, da existência rural pela servidão do trabalho mecânico.

Era indispensável que, mesmo não entrando no debate da inexistente antítese entre agricultura e indústria, para mostrar a falsidade de tal formulação, e as razões explicati-

vas da persistência com que é apresentada pela consciência primária, nos detivéssemos ao menos em assinalá-la, porque, malgrado a total inconsistência dos enunciados acima reproduzidos, o espírito que os dita é real, e, lamentàvelmente, não menos reais os efeitos desastrosos que produz. Num país para o qual a superação da fase histórica de atraso econômico depende, precisamente, da implantação de poderosa estrutura industrial, a pregação da hostilidade à máquina, do desprêzo pelas artes mecânicas, é obstáculo ruinoso no caminho do desenvolvimento, agravado pela maneira como tal atitude se apresenta, sob a capa de um problema irreal, a oposição entre lavoura e fábrica. Por isso, importa denunciar com veemência a simples propositura desta suposta antinomia como comportamento revelador de uma consciência ingênua, de todo alheia ao processo histórico, a par de ser também ato negativo quanto aos interêsses do País. Para quem, como nós, não pretende mais do que recolher alguns índices reveladores do tipo ingênuo de pensamento sôbre a realidade nacional, não há motivo para entrar na discussão dos temas específicos sôbre os quais se exerce a reflexão imperfeita que exibe tais índices. É apenas enquanto sinais de ingenuidade de consciência que nos ocupamos dessas manifestações, não debatendo o mérito das questões objetivas sôbre que versa a representação pueril. Mas não é possível deixar de assinalar a conexão existente entre os diferentes traços recenseados, o que é compreensível, pois, como sabemos, a consciência é uma totalidade, sua apreensão do real é unitária e, só para efeito de análise descritiva, se dissocia em aspectos múltiplos, na verdade sempre interligados e implicando-se uns aos outros.

Assim, convém mostrar como a malquerença e o temor da industrialização decorrem da tendência moralista subjacente. A consciência elementar assume caráter retrógrado, pràticamente nefasto, de compromisso irracional com a tradição, com tudo quanto representa o passado, do qual tem apenas visão romântica e a-histórica. Vive no contínuo temor do futuro, que lhe parece encobrir uma incógnita provàvelmente mais desfavorável que propícia. Sendo por natureza opaca ao processo do real, cai na simpleza de exaltar a existência, que julga arcadiana, das populações do interior entregues à faina nobilitante da terra opulenta. Embriagada de lirismo pelas éclogas que compõe e declama, não é capaz de despertar para a consideração lúcida dos fatos, que a faria ver então o quadro de espantosa miséria que é ainda em grande parte a vida dos nossos homens do campo, la-

butando por produzir da terra que não é sua um fruto que também não é. Não lhe acontece imaginar que êsses trabalhadores curtem doloroso drama individual, nenhum interêsse têm em "fixar-se à terra" que não lhes pertence, jamais lhes ocorrendo que o sofrimento por êles suportado é condição para se manterem vivos certos "valores humanos" que na cidade alguns publicistas tanto reverenciam. Seguramente não é com o seu consentimento que desempenham o papel que lhes é atribuído. Por isto, quando se erguem a um plano de consciência pouco além do grau vegetativo e começam a descortinar horizonte vital mais amplo, anseiam por desprender-se de sua triste situação, agora remediável pelo recurso da emigração. A notícia de melhores condições de trabalho na indústria de um centro fabril ou na agricultura mecanizada de regiões mais adiantadas determina o empreendimento de uma aventura que, individualmente considerada, pode ter êxito ou insucesso, mas apreciada em relação ao processo social é um progresso e um bem. O chamado "êxodo rural", nas condições em que agora se produz, é um fator positivo no curso do nosso desenvolvimento.

A percepção dêste dado escapa ao pensador ingênuo. Por lhe faltar o entendimento objetivo das transformações da realidade, por conservar-se apegado a esquemas abstratos, evolvidos de idéias sem validade histórica, um fato da envergadura desta geral movimentação humana, que exprime a transmutação qualitativa das bases do processo produtivo nacional, é apreendido num juízo *a priori*, derivado de postulados sociais e éticos fixos e, uma vez emitido, sustentado com cega pertinácia. Desta forma, o sociólogo ou o político ingênuo são levados a proferir necedades como a de culpar a máquina pela desumanização do homem, vendo nela a causa demoníaca do surgimento da massa, êste ser nefasto que, uma vez constituído, comporta-se como fator maligno no plano social: é incontrolável e irredutível à razão, julga ter direitos próprios, é ilimitado na sua ambição. Se a massa não fôr contida na sua pretensão de identificar-se com a sociedade inteira, chegará ao ponto crítico da subversão. Esta eventualidade é contemplada pela mentalidade simplista como desenlace apocalíptico. Não a julga, como sem dúvida é, uma crise profunda e séria, que pode em certos casos ser infausta; para ela, tal fato é a conflagração final, prevista nas cosmogonias arcaicas, o *dies irae* das alucinações místicas dos profetas. É a punição suprema de um mundo que não soube preservar o seu tesouro de virtudes, violou os princípios mais santos da lei moral e deliberadamen-

te se lançou à desumanização do homem abdicando da pessoa em favor da multidão, pelo culto da máquina, na esperança de salvação pela indústria. E o resultado é êste—a revolução, o aniquilamento final. Não é necessário maior esfôrço para se depreender o caráter ingênuo dêste conceito, da hipótese da destruição total, a que com grande freqüência se refere a consciência simplória. A revolução é sem dúvida uma crise histórica, que se presta literàriamente à pintura apocalíptica que dela fazem os conservadores. Mas é, antes de tudo, um fato histórico, cujas condições são objetivas e cuja razão de ser decorre da lógica implícita nos acontecimentos e nada tem a ver com os julgamentos subjetivos a seu respeito. Só pelo ângulo dos interêsses de indivíduos ou de grupos sociais pode ser apreciada como mal ou como bem; objetivamente é apenas um acontecimento, que exige ser entendido para que não se tente conjurá-lo por exorcismos verbais. Por outro lado, se é o fim catastrófico de certa configuração social, é ao mesmo tempo o início de outra, nova. Por conseguinte, o julgamento que o considera como suprema calamidade indica apenas o ponto-de-vista do julgador, porquanto, para os que esperam aquilo que virá depois, ainda quando esta esperança seja também com freqüência um traço do pensar ingênuo, a convulsão, longe de ser um colapso, é uma alvorada.

Com a devassa dêstes aspectos da mentalidade primária, sempre disposta a assumir o tom aristocrático, a desvalorizar o trabalho mecânico e a denegrir o surto industrial, queríamos denunciar algumas de suas características que mais ameaçam o processo de desenvolvimento nacional. O desprêzo pela massa instala o hábito da postura fidalga, funesta ao despertar de solicitude pelos empreendimentos materiais. Seciona as vias naturais de aproximação aos problemas das coletividades votadas ao trabalho e impede que sejam aceitos com simpatia os seus reclamos. Gera, portanto, uma intriga inconsciente e difusa entre empresários e obreiros, dando motivo assim a êste outro produto da consciência ingênua, a chamada "questão social". Na verdade, não existe tal coisa, não há nenhum conteúdo específico que corresponda a êsse título. O que há é a sociedade como realidade objetiva, como fato. É preciso não confundir o imaginário conceito de "questão social" com o caráter problemático da realidade social. Esta, como todo real, é mobilidade e portanto mudança sucessiva, pelo que todo estado presente suscita a indagação sôbre o estado futuro. Neste sentido há evidentemente uma questão social, isto é, a sociedade está constantemente pondo em ques-

tão o seu ser atual e projetando o seu ser futuro. O que porém "questão social" significa na linguagem corrente do pensar simplista é um problema definido, o da relação entre patrões e empregados, capital e trabalho, considerados em situação de conflito, à espera do procedimento político que lhe dê solução definitiva, mediante a designação a cada qual dos grupos em choque dos respectivos âmbitos onde se devem manter, dos direitos e limites a respeitar no trato recíproco. Encontrar a fórmula de resolver em têrmos finais e para sempre êste conflito, é o desejo de tôdas as especulações filosóficas, sociológicas e políticas que, radicadas no mesmo terreno de ingenuidade, ignoram a dinâmica objetiva da sociedade, "questionável" por natureza, porque não cria problemas que não esteja em condições de resolver, como nada resolve que não se torne novamente problemático.

O conceito de "questão social" é artifício de certas correntes ideológicas desejosas de converter em assunto, em "questão", o que, em si, é a própria realidade. É uma tentativa de enquadrar em fórmulas conservadoras dos privilégios das facções dominantes o embate real entre as diferentes classes sociais. É um recurso que tem por fim destacar o pensador da sociedade, oferecendo-lhe um tema para desviá-lo de uma tarefa, superpô-lo à comunidade na condição de quem se defronta apenas com um material de estudo. Ao transformar o real em assunto, o sociólogo se considera investido de podêres superiores para decidir sôbre êle. Esta ilusão acomoda-se muito bem ao conjunto dos traços ingênuos, apenas é infecunda como atitude prática.

As considerações expendidas indicam-nos a necessidade de assumir a compreensão crítica em face da complexidade de relações que constituem o processo social. Vista assim, a massa deixa de ser a corruptela do povo, para configurar-se como noção objetiva, que nos permite apreciar, na sua causalidade intrínseca, os movimentos que origina, livrando-nos de fazê-lo por meio de conceitos de validade abstrata, de onde sòmente decorrem conclusões ideais. que a realidade desmentirá.

15 — CULTO DO HERÓI SALVADOR

Intimamente associado ao traço precedente é oportuno considerar outro, também distintivo da consciência nacional ingênua: o culto do herói salvador. Decorre, com efeito, da mesma modalidade de percepção do processo da realidade, desprovida de princípios críticos. Resulta da transferência para o plano político da inata aversão à massa e da postura aristocrática próprias daquela consciência. É a solução que, na sua inocência, lhe parece adequada ao estado social calamitoso em que o país se despenhou, definido, a seu ver, pela "desorientação dos espíritos", pela "ambição desenfreada", pela "falta de vergonha generalizada", pela "falta de caráter", que conduzem ao desgovêrno, ao caos e por fim à revolta popular. Quando tal estado se apresenta, e é o caso atual da realidade brasileira, não é lícito esperar que a sociedade se recupere por ação das suas fôrças naturais. O mal de que padece é demasiado severo e profundo, e poucas as esperanças de voltarem à razão e à ordem os instintos desencadeados. Estaria, pois, perdida a nação que chegou a tal extremo, se, por emergência providencial, não surgisse do seio dessa abominação a figura do salvador, em quem se encarna um poder preternatural, capaz de superpor-se às fôrças sociais comuns, anular o efeito desvairado destas e recolocar o país na senda das suas tradições e do seu destino.

O libertador surge necessàriamente, é a universal calamidade que o suscita. Explica-se tal necessidade e, portanto, justifica-se a esperança do advento iminente do reformador, porque, segundo o pensar ingênuo, a história é regida pela lei de proporção, de medida, que determina haver limite para o mal, cujo excesso é contido por uma fronteira infranqueável, próxima à qual ou a sociedade desmorona e desaparece, se desassistida pela Providência, ou, como é de crer, faz emergir da desordem e da corrupção a personalidade regeneradora. Esta teoria histórica traduz a sua lei do "limite ao excesso" neste enunciado, a seu ver supremo: "Não pode continuar assim." Não se trata, ao que julga, de opinião

individual, desabafo indignado, mas de verdadeira lei histórica, exprimindo a existência de uma proporção máxima de males, fixa, a qual, quando atingida, impõe a reversão do curso dos acontecimentos.

Tôdas as vêzes que um país chega ao grau de desorganização de suas instituições e de descalabro na chefia dos negócios públicos, que se apresenta claramente à consciência das pessoas de bem como "não podendo mais continuar assim", esta mesma consciência descobre, na pessoa de um dos seus representantes, o salvador que se erguerá para pôr um paradeiro à desgraça geral. Identificado o herói, renascem as esperanças, porque há agora alguém em tôrno de quem os homens dignos se podem grupar para levar a bom têrmo a batalha das fôrças do bem contra o crime. São tanto mais lídimas estas esperanças quanto se sabe que o número das pessoas bem formadas é muito maior do que geralmente se pensa, tendo faltado apenas, para realizar a união invencível, o fascínio do condutor. Êste é um predestinado. É chamado a cumprir uma missão nacional e disso tem plena consciência. Sabe que palpita no íntimo do seu ser uma graça transcendente, com que foi marcado e a cujo apêlo não deverá fugir. Lança-se à pregação e, depois, à ação, com a certeza de ser instrumento da Providência. A luta a sustentar será dura, porque, se alguns logo o reconhecem como o esperado, nem todos têm a mesma felicidade, muitos se obstinam em cobri-lo de ofensas e de ridículo. Mas nada o abate, porque aos poucos ao redor dêle começam a reunir-se parcelas consideráveis do sentimento nacional e, precisamente, a melhor parte. Desde que isso aconteça, o sucesso da causa passa até certo ponto a plano secundário, pois o essencial está feito, é a formação da falange do bem, a criação do partido em que se vêm agora refugiar todos os que o apodrecimento exterior ainda não contaminou.

Êste traço de ingenuidade admite duas variedades, conforme a figura do condestável já se acha presente corporalmente no âmbito da sociedade, ou é vivida apenas na expectativa da sua parusia, do seu iminente advento. O primeiro caso foi o das nações que se deixaram cegar pela pessoa de um guia iluminado, submeteram-se à impostura coletiva assim criada e encontraram na vergonha e nos sofrimentos da derrota o prêmio da ingenuidade. O segundo, mais freqüente, interessa-nos particularmente, pois diz respeito a situações políticas de que temos farto conhecimento, sendo comum em países que sofrem os efeitos da desmontagem das suas velhas estruturas. A falta de correta com-

preensão dos acontecimentos, que só o pensar crítico teria meios de propiciar, torna a representação das transformações sociais em curso colorida por uma tonalidade ética, que termina por superar em importância o conteúdo objetivo dos fatos. Para a consciência assim formada o problema nacional brasileiro se apresenta como uma questão de "salvação".

Chegamos aqui a um ponto que nos parece decisivo, sintetizando talvez tudo quanto queremos dizer sôbre o caráter moralista do pensar ingênuo. Para êste o que supremamente importa nos problemas sociais é o aspecto ético; o problema geral da nacionalidade se apresenta como o da salvação moral do País. Na linguagem jornalística vulgar, êste tema pode admitir tratamento apenas literário, superficial, mas, na verdade, em consideráveis setores da consciência coletiva, traduz a vivência de um sentimento profundo, a convicção de que é preciso primeiro melhorar os homens para depois, com um plantel humano mais perfeito, dar solução definitiva aos problemas nacionais. Se a tarefa é, pois, aperfeiçoar o homem, pelo soerguimento moral, devemos antes de tudo imitar aquêle que reconhecemos como melhor, para formar com êle a sociedade eleita que a seguir procederá à solução das questões que a todos afligem. Por isso, temos de convir que o problema nacional se reduz exclusivamente a esta incumbência,—a salvação do País pela campanha dos justos devidamente arregimentados sob a chefia de um pastor excelso. A idéia de "salvação" é elevada à condição de categoria do pensamento, torna-se conceito destinado a abranger fatos objetivos; acredita-se que tem pleno sentido falar da "salvação" de um país e que tal modo de formular em conjunto os problemas nacionais tem significado lógico, a que deve corresponder determinada atuação concreta. Seria preciso o corretivo da inteligência crítica para desnudar a candura desta compreensão. Para os que assim pensam, o País está perdido, portanto só há uma coisa a fazer, salvá-lo, donde a tarefa mais urgente ser a descoberta do salvador. Não é fácil, pois os falsos messias são legião, sempre dispostos a engodar a credulidade da massa iletrada. Daí a natural resistência das elites em reconhecer como ungidos os que se erigem em tribunos do povo. O redentor deve vir de cima, receber primeiro o aplauso e o beneplácito das camadas superiores, ricas e letradas, da sociedade, para grupar o exército dos escolhidos que deverá em seguida dar combate às turbas incultas e aos corrompidos que as dominam. Sabendo que serão sempre minoria, sua confiança está na virtude sôbre-humana do apóstolo, por destino ne-

cessàriamente vencedor. Chegamos aqui ao momento em que nos é dado perceber, em tôda a amplitude, o grave mal-entendido a que a consciência moralista ingênua conduz, ao tratar problemas concretos, segundo a retórica de uma suposta exigência de redenção nacional. Anseia pela salvação do Brasil. Ora, o Brasil não precisa ser salvo, precisa ser desenvolvido.

E, porque é equivocada tôda essa formulação, a maneira como se manifesta o seu conflito com a realidade é a ironia em que desemboca a atitude salvacionista: quanto mais proclama a necessidade de salvação por intermédio do predestinado, mais verifica o insucesso de tal esperança. no fato da indiferença e do desrespeito crescentes da massa em relação aos que se oferecem para salvá-la. As explicações que apresenta para êsse fenômeno são evidentemente simplistas; não vale a pena mencioná-las, interessando-nos tão-sòmente examinar, crìticamente, os fundamentos da mentalidade salvacionista. Funda-se sôbre a visão exclusivamente moral da história. Consiste em supor que a dinâmica dos acontecimentos reais, se abandonada a si mesma, acarreta inevitàvelmente a ruína da sociedade. O suceder material na história é sòmente a base de existência sôbre a qual devem achar sustentáculo os fins morais. Êstes não podem prescindir das ações objetivas, do contrário não sairiam da ordem da intenção subjetiva. Mas, o desenrolar puro e simples dos acontecimentos não deve ser separado do plano dos valores, sob pena de assistirmos à tirania dos fatos brutos, tornados fôrças cegas, esmagadoras do homem e criadoras de condições adversas à felicidade social. Urge reprimir os fatos, contê-los nos limites do direito. O fato real, desligando-se do direito, constitui-se em calamidade, porque, nêle, o homem participa ùnicamente enquanto agente material, movido pelo que há de mais inferior em sua natureza, os instintos, os interêsses mais grosseiros. Se o homem não se orientar por um princípio ético, se não fôr de acôrdo com essa norma que intervém no campo da prática política, não há esperança de que o exclusivo jôgo das causas econômicas impeça a catástrofe final. O salvador é justamente aquela personalidade polar que corporifica a tendência de superação do plano meramente material e realiza a integração da sociedade na ordem dos fins morais. Funda-se esta atitude, pois, em uma doutrina idealista, que falseia de todo a verdadeira significação dos fatôres dinâmicos da história. E, pela aversão, que instala no espírito, à realidade econômica, contribui para subestimar sua decisiva importância, substi-

tuindo-a pela ilusão do progresso moral. Em vez de facilitar a solução de problemas objetivos, de que advirá para o homem considerável melhoria da vida real, insiste em querer que se satisfaça com a purificação moral da sociedade. Mas as aflições de que sofre o homem do povo são demasiado urgentes e sérias para que, a seus olhos, um valor moral abstrato seja o bem mais precioso. Almeja transformações materiais do seu modo de vida, e dêste motivo é que tira os seus julgamentos. Quando, portanto, se recusa a comparecer aos comícios do moralismo, ou rejeita a proposta dos salvadores, o homem anônimo da massa está raciocinando com categorias muito mais autênticas, concebe a realidade de modo muito mais objetivo, do que os apóstolos da consciência idealizadora, que lhe acenam com a possibilidade de elevar-se na escala da perfeição.

Não pertence à consciência do povo a idéia da perdição do País. O povo não raciocina assim. Sofre no próprio corpo as deficiências causadas pela pobreza e reclama melhores condições de existência, mas não idealiza essa situação. Não lhe associa valores éticos, e, por isso, tem mesmo secreta condescendência pelos que lhe são apontados como ladrões e "sujos", desde que dêles receba algum benefício real. O que jamais chega a despertar-lhe a simpatia e captar-lhe a adesão é a secura das fórmulas moralistas, a rigidez das exigências de conduta, a vociferação das imprecações. As elites moralizantes desprezam a massa pela brutalidade e materialidade das reações que exibe; mas não percebem que tal se dá pelo estado de pobreza em que vive a maior parte. Com efeito, a pobreza nivela os indivíduos no plano dos misteres elementares, proporcionando-lhes uma representação do real muito mais autêntica do que a das classes abastadas. Na vivência da pobreza o homem possui naturalmente uma consciência crítica. O homem pobre tende a se ver a si próprio como um ser solitário, atuando no mundo em contato imediato com as fôrças materiais, o que o faz julgar-se uma destas fôrças, entre as outras. O homem pobre não manda em outros homens, age por si, só domina os instrumentos do seu trabalho, com os quais se confunde. O braço que martela é o seu próprio, fortalecido. Nos efeitos que produz vê primordialmente a si mesmo, esquece-se de si como sujeito em frente ao mundo, para dissolver o seu ser nas ações que efetua, identificando-se com as fôrças físicas que manipula. Sendo, entretanto, dessa labuta pobre que retira os meios de sobreviver, quando imagina a melhoria de condição, é no seu próprio trabalho que põe tôdas

as esperanças. Daí suas reivindicações serem sempre no sentido de vender mais caro o seu trabalho. Esta é a única fonte de confiança, a única salvação que divisa. Por aí se vê o engano em que incidem os que lhe querem oferecer uma redenção idealizada, o remédio moral aos seus males. A *praxis* da pobreza é um dom extraordinário, que só não frutifica naqueles que, se a superam algum dia, se esforçam depois por olvidá-la. Nos que a vivem de fato, desperta uma consciência que aos outros não é dado penetrar. Ora, no país subdesenvolvido é êste, naturalmente, o estado de espírito mais geral. Não é possível captá-lo no seu íntimo sem o ter vivido, ou pelo menos sem o assumir autênticamente.

A consciência ingênua, quase sempre pertencente às camadas médias e altas da escala social, incorre aqui num equívoco fatal às suas pretensões reformistas, e nem sequer sabe que o comete. Sem dúvida, não lhe falta muitas vêzes generosidade nem nobreza de intenções; seu interêsse pela elevação do nível de vida das massas, que sabe ser miserável, é verdadeiro e sinceramente humana a sua compaixão. Quer ajudar a massa a sair do estado de pobreza. Mas—e aqui está o equívoco referido—, quer fazê-lo de fora, enquanto a massa quer fazê-lo de dentro. Esta diferença capital é a origem da desinteligência que inevitàvelmente opõe uma à outra, na mesma meritória intenção. Com efeito, há dois modos de apreciar o problema da extinção da pobreza: um, por uma perspectiva exterior a essa realidade, consiste em promover meios de elevar o padrão de existência da massa, agora pràticamente em regime de miséria, permitindo-lhe gozar de maior confôrto, possuir melhor poder de compra e recursos para se educar e divertir. Tudo, porém, sem que se rompa o equilíbrio das posições sociais, de antemão declarado intocável, no qual sempre caberá o lado favorecido aos que, de fora, tanto se empenham em ajudar os pobres. Propõem os propagandistas dêste pensamento a voluntária diminuição do desnível social, mesmo com algum sacrifício de parte dos mais abastados, a quem solicitam ceder um pouco dos seus privilégios e reduzir ligeiramente a sua fartura em benefício de multidões sofredoras. Tal é o espírito que dita frases como esta, por exemplo, de que se fazem até lemas de programas políticos: "tornar os ricos menos ricos, para tornar os pobres menos pobres". Só a comovente ingenuidade de quem as enuncia, o livra da acusação de má-fé. Funda-se esta doutrina na idéia de que, na estratificação social, as camadas superiores exercem um poder benfazejo sôbre as de baixo, não só por lhes oferecerem o paradigma do sucesso e exibirem os ca-

minhos que a êle conduzem, mas também por desempenharem o que se poderia chamar de efeito de sucção, pois cada vez mais necessitam retribuir melhor os que as servem, com o que dão ingresso no seu plano a quem, deixado só, permaneceria nos degraus inferiores. Não apenas porque estimula o desejo de imitação, mesmo acompanhado de sentimentos menos dignificantes de inveja e ressentimento, como também por criar interêsses práticos, acredita o pensar ingênuo que compete aos ricos salvar os pobres.

Tal não é entretanto o ponto-de-vista dos pobres. Êstes encaram o problema da eliminação do seu estado de miséria, do interior dêle, não pensam segundo esquemas de equilíbrio social, que não sabem o que é, pois a sua vida é a permanente experiência do desequilíbrio. Não se sentem obrigados a respeitar nenhuma convenção, nenhuma ordem ou estrutura coletiva, porquanto, ao que lhes parece, são estas que configuram a realidade onde se encontram. Desta maneira, sem qualquer maldade intencional, estão naturalmente disponíveis para tôdas as transgressões, porque, vistas de dentro, estas chamadas transgressões são excursões ao exterior do seu estado de penúria. É um engano pensar que existe contìnuamente uma consciente intenção revolucionária na massa; esta só aparece em condições especiais, após longo período de propaganda ideológica, de politização prática, exige demorado processo evolutivo das bases materiais e nem sempre se organiza de maneira eficaz. Não é a revolução que os ricos e os exploradores devem temer, é a revolta. A primeira só é possível em circunstâncias particulares; para produzir-se obedece a leis históricas definidas, tendo por condições preparatórias transformações objetivas que envolvem aquêles mesmos que a ela se opõem, e não conseguirão impedi-la quando tiver de ocorrer. Mas a revolta é sempre possível. Não é senão mediatamente determinada pelo processo da realidade. Não decorre de nenhuma lei e daí o fato de, embora às vêzes terrível, ser efêmera. A revolta pode sempre ser vencida, a revolução, não. A revolta é abalo social que exprime o descontentamento de um grupo ou classe decidida a lançar mão dos recursos ao seu dispor, a fim de modificar o estado insuportável em que se encontra. O que a caracteriza é ser uma erupção, o rompimento de dentro para fora, como tentativa de uma parte da sociedade de acabar, pelos seus próprios meios, com a opressão que não

mais tolera. É com maior freqüência um protesto da pobreza, mas é também o oposto das tentativas, que chamamos externas, de dar remédio à mesma condição. A solução externa está limitada, na oferta de meios viáveis, pela obrigação de respeitar um equilíbrio universal, em que crê e de que é beneficiária. Não será senão acomodadora e cautelosa no bem que faz. Já a solução interna não tem o que respeitar, pois se trata de ganhar o máximo, sem nada ter a perder. A fôrça terrível do revoltoso vem justamente da sua pobreza; nada de pior lhe pode acontecer. A derrota não o desanima porque não conta com a vitória como certa. O que lhe importa é exprimir na sua façanha um protesto, que começa sendo do indivíduo isolado, depois é de alguns que confabulam, e por fim de muitos que se amotinam. Daí também a fraqueza do revolucionário, o qual, ao contrário, conta com a vitória, tem motivos teóricos, racionais para sabê-la inevitável, e, se a não conquista, sucumbe ao desânimo e à dúvida interior.

A existência de uma consciência interior à massa, que a faz ver seus problemas de dentro para fora, é fato que escapa à reflexão dos sociólogos ou dos políticos que a ela não pertencem. Constitui-se assim para êstes o estado de alienação em relação ao povo, inexistente para os intérpretes ingênitos à massa. Esta diferença explica a natureza necessàriamente alienada do salvador, figura por definição impossível de nascer do seio da massa. Os que dela se destacam, por exprimirem os seus anseios, não são por ela considerados como redentores e sim como agentes e porta-vozes das suas decisões; se lhes dá poderio e apoio é para que representem e executem o seu pensamento, não para que a conduzam. Para a massa a revolução está naturalmente em curso; não precisa ser provocada, não depende de chefes, mas de arautos. Se êstes a souberem exprimir, a transformação real não deixará de ocorrer tal como é esperada. Ao contrário, as classes exteriores à massa não crêem na revolução como processo, mas como sucesso. Daí a sua relativa tranqüilidade, em face dessa desagradável eventualidade. Sendo acidental, em princípio, é sempre evitável, e mesmo quando iminente ou já em curso, promovida por aquêles que não têm o direito de fazê-la e a tornarão instrumento de desgraça geral, é sempre remediável com os recursos de que dispõem os detentores do poder le-

gítimo. É questão apenas de inteligência, pureza de caráter, abnegação e espírito de luta, que a má revolução jamais vingará. A idéia da revolução é tema habitual nas preocupações da consciência ingênua, porquanto também ela possui o conceito de revolução, e manifesta por vêzes impulsos revolucionários. Apenas, como é de esperar, êstes assumem as características das atitudes oriundas do pensar pueril, o que nos leva a captar outro sinal da mentalidade elementar, a seguir indicado.

16 — MESSIANISMO DA REVOLUÇÃO

Êste novo traço da consciência inocente pode ser definido como o messianismo da revolução. Há na mentalidade ingênua a implícita tendência a crer no que chama a "certeza de melhores dias". Horroriza-se diante do estado de coisas atual, mas sabe que em tempo não infinitamente distante, o País se restabelecerá e, pela ação dos homens dignos, que não o desampararão, retornará ao equilíbrio e ritmo de progresso ansiado por todos. A causa profunda que determinará tal transmutação dos tempos é a revolução. Por isso, espera que se deflagre e antecipadamente lhe dá apoio. A revolução é um acontecimento histórico certo e infalível. Ocorre tôdas as vêzes que as coisas não podem mais continuar assim. É um bem, pelos frutos que produzirá, sendo dirigida pelos homens íntegros, que, em dado momento, enfeixam nas mãos o poder fulminante da cólera popular, e é um castigo para os que se excederam no despotismo, no desregramento e na incapacidade de gerir os negócios públicos. Por isso, a revolução é uma crise social grave, que atemoriza os mais criteriosos espíritos, mesmo os que a sabem inevitável e ao cabo benfazeja. A fim de forçá-los a sacudir a tibieza que a protela, para gáudio dos desonestos locupletadores da desgraça presente, é preciso poderosa consciência revolucionária, e essa a mentalidade ingênua acredita que possui. Pensa estar armada de uma teoria revolucionária, onde apóia suas análises e seus prognósticos, com que se satisfaz, e que lhe dá a necessária fundamentação ideológica. Apenas, como não podia deixar de ser, o que chama de teoria não passa de um estado de espírito de flagrante inocência intelectual, de conteúdo ùnicamente emotivo e impressionista. Assim, proclama que só a revolução, conduzida por uma figura carismática, salvará o Brasil. É a grande esperança, a única que resta, e para a qual é preciso apelar, mesmo que a muitos de comêço não agrade tal idéia, pelas angústias que desperta, pelo temor do desfecho que venha a ter.

A idéia da revolução não se apresenta sistemàticamen-

te ao pensar simplório; apenas em certas ocasiões a adota, sempre com íntima aversão, sòmente se resignando a admiti-la quando, no seu modo de ver, falharam os demais recursos para solucionar a crise do tempo atual e não cabe mais aguardar a chegada de melhores dias sem abolir, pela violência, vícios que se entranharam nas classes dirigentes e ameaças que fermentam no espírito das massas. A revolução aparece-lhe, neste caso, como a única salvação; mas, a revolução que concebe nada tem de comum com o conceito de igual nome resultante da visão crítica da história. Para a primeira, a revolução virá porque a corrupção e a indignidade chegaram a tal ponto que se configura a situação de que nasce necessàriamente o herói vingador. Está constituído o fundamento das transformações bruscas da história, dado pelo estado da realidade que a consciência sente não "poder continuar a ser assim". Neste enunciado se esgota tôda a sua doutrina da revolução. É, como vemos, um belo exemplo da atitude impressionista, própria do modo primário de pensar.

Alicerçada sôbre esta impressão e neste tom de valoração ética, justifica o seu messianismo. Com efeito, a revolução tem, para a consciência simplória um caráter messiânico. Será um tempo de terror salutar, a aurora trágica dos dias fartos. Crê que há de vir, trazendo a justiça, a reparação das ofensas, o advento do milênio. Até na forma de referir-se a ela o pensamento ingênuo assume o tom profético. Dela tudo espera, está convencida que há de vir, embora não saiba como nem quando. Dispõe sòmente de vagas indicações; por exemplo, ao julgar ser indispensável a presença de poderosa personalidade para pregá-la e comandá-la quando soar a hora. O ungido pelo destino, no momento oportuno, convocará os bons dentre o seu povo e marchará. Não se sabe, porém, quem é êle, nem como se revelará. Tampouco se sabe quando se desencadeará o movimento, tudo indicando que aconteça quando a situação de descalabro do País fôr excessiva. O porquê da revolução deve ser buscado na incompetência, irresponsabilidade e corrupção dos homens de govêrno, que, na loucura da ambição e da corrupção, perderam contato com os interêsses do povo. É por isso que êste, cansado de suportar a vida miserável, se revolta e dá ao homem superior, que lhe acena com a perspectiva de melhores dias, a fôrça suficiente para derrubar o regime que apodreceu.

Tais são, em resumo, as proposições que fazem as vêzes de teoria da revolução para o pensar inocente. É claro não valer a pena discuti-las, pois são o próprio vazio de inteli-

gência. Postas em letra de fôrma, envergonhariam os seus locutores, nos momentos em que se detivessem em reflexão um pouco mais tranqüila, mas no debate jornalístico e na voz do homem da rua são freqüentes, exibindo sem desconfiança a sua clara ingenuidade. Como a consciência simplista é naturalmente inclinada a venerar o chefe no qual reconhece dons carismáticos, transfere para êle a responsabilidade da revolução, considerando ser sua obrigação apenas apoiá-lo no devido momento. O libertador, quando chegar a hora, fará a revolução; é o motor, o agente único, todos os demais figurantes são subdivisões da sua vontade. Só êle carrega a glória ou a culpa que o movimento merecer. Fica completamente obliterada a idéia de um processo objetivo, como suporte dos sismos sociais; é entronizada em lugar dêste a personalidade-causa, como responsável pelo evento histórico, pois tem podêres para realizá-lo conforme desejar. Neste assunto a mentalidade cândida não é muito exigente, não se detém a meditar sôbre o que será aquela transformação e as modificações reais que ocasionará. Tudo isso, a seu ver, compete ao salvador, que evidentemente deve saber o que vai fazer. Não nutre, portanto, apreensões a êsse respeito. Em virtude da facêta, já apontada, de fácil inclinação à violência, não se furta a imaginar sob as côres mais rubras o episódio revolucionário; quer mesmo que seja arrasador, liquide de vez com os ladrões e os exploradores do povo, satisfazendo-se em imaginação em vê-lo o mais sangrento e destruidor. Isso lhe é particularmente cômodo, porque no íntimo sabe que não será afetada por êle, pois nem pertence à raça dos que merecem castigo, nem ao grupo dos que deverão executar a condenação. Sua postura é a do espectador que aplaude o espetáculo. Enquanto êste não começa, comenta-o, como se faz no teatro quando se aguarda o início de uma peça famosa.

O messianismo da revolução é um traço que convinha denunciar nesta análise, porque, especialmente no âmbito de uma realidade como a nossa, estamos, mais que outros, expostos a incorrer nêle. Os exemplos históricos, em passado ainda bem próximo, são comuns. À medida que se agravam as contradições objetivas como decorrência do desenvolvimento material que o País está empreendendo, a consciência ingênua, desconhecendo a razão de ser do que se está passando e incapaz de apreensão global, que transcenda o dado particular, é perigosamente inclinada a sucumbir ao messianismo em qualquer das suas múltiplas formas. O remédio que a libertaria dêsse devaneio seria a visão crítica da história.

Esta, porém, pertence à outra forma de consciência, para cuja percepção a revolução não é episódio ocasional da realidade política, não deriva da vontade magnética de um condutor, não obedece às intenções arbitrárias de um pugilo de justos, não tem por causa a corrupção moral. A revolução é fenômeno natural na dinâmica da história, é a manifestação sensível de uma transformação qualitativa da realidade social. Obedece a leis, e não a chefes. É trazida por um processo e se distingue das convulsões físicas no fato de que seu determinismo inclui a ação de fatôres anímicos, a decisão de grupos sociais consideráveis, que a empreendem para atingir fins ditados pelos seus interêsses. Não é espontânea nem mecânica, mas também não é arbitrária, no sentido em que seria o gesto mágico de uma vontade onipotente, que tiraria de si os seus únicos determinantes. É, ao contrário, acontecimento resultante do processo objetivo, cujas determinações específicas o tornam possível em certos momentos, e só nestes. Tem leis que o pensamento crítico não pode recusar, e que constituem o fundamento último da sua ocorrência. Só obedecendo a elas a decisão psicológica tem podêres de efetuá-la, dentro da margem de liberdade na qual lhe é dado mover-se. Está vinculada à dinâmica histórica inelutável, que oferece as ocasiões em que se operam as transições de qualidade.

A compreensão crítica exclui necessàriamente o apêlo messiânico à revolução, pois sabe que esta não se produz por invocação, como exclui a noção da imprevisibilidade do seu conteúdo, que de antemão se sabe consistir no acesso à etapa seguinte do desenvolvimento nacional.

17 — ADMISSÃO DA EXISTÊNCIA DE PROBLEMA SUPREMO

Em conexão com o traço que acabamos de examinar, encontra-se outro, também muito significativo do pensar ingênuo. Referimo-nos à tendência a escolher arbitràriamente um problema nacional e considerá-lo supremo, acreditando que da sua solução decorra a dos demais. Esta é de fato uma facêta da consciência inocente, com a qual nos deparamos amiúde, não tendo sido devidamente apreciada enquanto manifestação de ingenuidade. Por êste ângulo é que a desejamos analisar.

Ao pensador desarmado de categorias lógicas, a realidade se apresenta como tecido complexo e confuso de sêres e fatos, sendo tão numerosos os problemas que suscita e tão difíceis, que não acredita haja entre êles nenhuma interligação ou vínculo racional unificador. Em face de tal complexidade, das múltiplas situações problemáticas a desafiar a compreensão, a consciência imperita é levada a postular dentre os problemas um como essencial, e a julgar que, resolvido êste, os demais encontrarão fácil encaminhamento. Justifica-se tal postura por lhe parecer absurdo pretender alguém resolver todos os problemas de uma só vez. Logo, não cabe outra alternativa senão atacar o mal pelo lado mais grave. Resta decidir sôbre qual seja êsse problema capital, porque em contexto infelizmente tão rico de deficiências muitas são as dificuldades que podem ser consideradas supremas. Aqui os portadores da consciência cândida dividem-se no seu diagnóstico ao sabor das preferências individuais: para uns será a falta de saúde das nossas populações, para outros o analfabetismo, para outros ainda a precariedade dos meios de comunicação ("governar é abrir estradas"); há quem ache que somos um país de clima desfavorável, e por isso o nosso homem é um doente crônico, preguiçoso nato, fisicamente incapaz para a produção superior; dirão ainda que temos um caráter mal formado, herança de raças diferentes, ilògicamente misturadas; outros acharão que a po-

pulação escassa não nos dá o número de braços necessários para executar as tarefas que devemos acometer; julgarão alguns que o problema culminante é o da falta de capitais, e que a penúria dêstes explica todo o nosso atraso; ainda, alguém dirá que precisamos fixar o homem à terra, para retornarmos às épocas de fartura de produtos agrícolas; é a falta de energia elétrica abundante e barata que nos esmaga, segundo uns; é a pobreza do nosso solo e os efeitos maléficos da erosão, resultante do desflorestamento criminoso, que nos arrastam à pauperização, acreditam ainda outros; o problema do Brasil é o do saneamento e revigoramento da moeda, do crédito fácil, da liberdade da iniciativa privada, desafogada da opressão do Estado, como querem muitos; o que nos importa é a liberdade absoluta de informação, de debate, de imprensa, dizem principalmente os jornalistas; e assim indefinidamente, pois não é possível enunciar tôdas as variantes desta atitude.

O que nelas há de ingênuo não é a natureza dos problemas a que se referem, em si mesmos todos reais, graves e demandando a máxima atenção para serem o mais brevemente solucionados. A ingenuidade desta conduta consiste em pretender reduzir a multiplicidade dos problemas a um só, admitindo que desaparecerão automàticamente, ou ao menos se amenizarão, desde que aquêle, considerado essencial, seja resolvido. Nisso está a ingenuidade. Mesmo tratando-se de questões tão fundamentais, como a expansão das vias de comunicação, a saúde e a educação do povo ou a formação da infra-estrutura de produção energética, a colocação delas na posição de questão única, associada à crença de que de sua solução decorrerá a completa modificação do panorama geral, é um traço de candura, que somos obrigados a denunciar.

Para a compreensão ingênua os males de que a nação padece têm uma só raiz, uma só causa. É uma variante do mesmo traço de primarismo que estamos analisando, a redução a uma só origem de tôdas as condições desfavoráveis dispersas num sem número de fatos. Como amostras do conceito de "mal originário" servem as mesmas que apontamos com relação à escolha do problema capital. Vem a dar no mesmo escolher um só problema como decisivo, ou julgar que todos os males do País decorrem de uma só razão. Em ambos os casos, a mentalidade primária põe-se a buscar êsse arquiproblema ou essa causa única, que explica todos os aspectos deficientes da nossa realidade, a fim de concentrar sôbre ela os esforços da sociedade, pois acredita que uma

vez eliminada estarão desfeitas as conseqüências que observamos. Atacar dificuldades circunscritas e particulares, sanar males locais, é tarefa ingrata e improficua, pois o mal reponta sempre, num infinito de novos problemas, que jamais serão solucionados se forem atendidos apenas no plano dos efeitos; sòmente a descoberta do foco transcendente do mal, sua exposição pública e o combate sem tréguas movido pela inteligência das elites e pela vontade da parte sadia da sociedade conseguirão extingui-lo. O que torna difícil êste cometimento é que, por motivos inexplicáveis, a fonte maligna, o problema crucial, não revelam à primeira vista a sua importância máxima, fazendo-se passar por uma questão entre outras, aparentemente equivalentes. É preciso a perspicácia do saber esclarecido ou a meditação feliz de alguns estudiosos mais capazes, para apontar, sob o disfarce da igualdade, a natureza radicular de determinado problema da realidade ou a significação quinta-essencial de uma calamidade nacional. Exposto assim, vê-se bem por que êste modo de pensar dá testemunho do tipo de consciência onde se produz: falta-lhe o verídico sentido da totalidade do real, que para ela se apresenta dividido singelamente em questão suprema a questões derivadas.

Êste vêzo se observa com significativa freqüência na mentalidade dos técnicos. Como especialistas, estão afeitos ao trato constante de um aspecto parcial do mundo, e de tanto se interessar por êle, acabam convertendo os demais em secundários e dependentes. Não é, portanto, a natureza específica de determinado problema, proclamado supremo, mas a elevação de um qualquer ao grau supereminente, que revela a falta de percepção correta por parte da consciência. A noção crítica, ao contrário, diria que a realidade nacional é uma totalidade, onde os aspectos parciais têm relevo desigual, mas não condicionamento à parte, como errôneamente supõe o pensar ingênuo, para o qual os diferentes dados da objetividade estão sujeitos a condicionamentos próprios, autônomos. Falta-lhe a percepção global, que revelaria a conexão intrínseca de todos os problemas e aspectos da realidade, mostrando-os constituídos por um só condicionamento, aquêle que decorre da fase histórica em que se encontra o País no processo de desenvolvimento. É precisamente o conceito de processo que está ausente da reflexão simplista, como temos dito repetidas vêzes, e aqui, no exame desta nota particular, tal ausência explica porque algum problema é promovido à categoria de decisivo. Na concepção do real como processo, compreendemos que todos os problemas se

interpenetram, só relativamente são uns mais importantes do que outros, e sobretudo temos a clara noção de que a solução, sempre particular, a ser dada a algum implica a consideração simultânea dos demais e só é possível em função do estado do conjunto na fase em que se encontra ao longo do processo.

Tocamos assim num segundo aspecto desta incorreta compreensão do caráter problemático próprio de tôda existência real: acredita a consciência ingênua que os problemas podem e devem ter sempre soluções completas e definitivas. Ignora a noção de solução històricamente possível. Não aceita a idéia de resolução parcial, compatível com as condições objetivas do processo de desenvolvimento; requer para o seu problema favorito solução total e definitiva. Não a conseguindo, ou desanima, e declara inútil o empenho em tentar obtê-la, ou exige que sejam sacrificados todos os recursos, mediante a concentração total das disponibilidades, a fim de aplicá-los na obtenção dos resultados que deseja. De fato, a idéia de solução parcial, o conceito do que se pode chamar de "taxa histórica de realização" possível para cada etapa do processo objetivo, tem como condição a percepção do desenvolvimento nacional como um todo. É evidente que há questões vitais e outras menores, e que as primeiras têm de ser atacadas com prioridade, porque a sua resolução oferecerá um sem-número de possibilidades para a satisfação de muitas outras exigências. Esta atitude não será ingênua, desde que se apoie na percepção da fase histórica e se conduza com a certeza de que assim procede a fim de obter a modificação geral da estrutura comum, e não com o pensamento pueril de que se está ocupando com a questão mais grave, absolutamente. Nenhuma questão é em si mesma mais grave. As questões só se tornam relativamente mais graves quando da sua solução depende a de um maior número de outros problemas. Mas, a relação entre elas é lógica, exprime a interação entre tôdas, a reciprocidade dos efeitos e das causas, é determinada pelas leis do desenvolvimento do processo, e não arbitrária e decidida por preferências individuais ou por interêsses profissionais de quem emite uma opinião pessoal. Em caso algum, porém, haverá questão única, eminente, da qual defluam tôdas as restantes, aquela cuja eliminação transformaria a realidade de áspera e problemática em pacífica e acolhedora. Na relativa diferença de gravidade entre os problemas sempre haverá alguns que constituirão temas dominantes, centralizando cada qual uma esfera de questões obje-

tivas, e não admitindo serem englobados em um único problema.

Uma variante desta modalidade da consciência ocorre em alguns publicistas, que, em suas análises da realidade nacional, fixam uma idéia como principal e em tôrno dela fazem girar tôdas as considerações. Não chegam muitas vêzes a elevá-la à condição de problema e a elaborar-lhe o enunciado em minúcias, mas apenas se mantêm na reiteração constante de tal idéia, que se afigura a êsses espíritos simples como o ponto-de-vista a partir do qual é conveniente abranger tôda a realidade brasileira. Assim, por exemplo, a alguns aparece como decisiva a idéia de raça; devemos ter sempre na lembrança não sermos uma raça pura, portadora de uniformidade de espírito e de hábitos, que facilitaria nossa afirmação como povo. A mistura de raças marcou o nosso destino, e embora não haja conflitos entre elas, trazem contribuições de desigual valor enquanto fatôres de progresso; a miscigenação é portanto causa retardadora da nossa evolução, pela qual se explica em grande parte o atraso em que nos encontramos. Outros elegem o clima tropical como idéia obsessiva, de que fazem depender tôdas as dificuldades com que nos defrontamos. Outros, a alma ou o caráter do povo, de que aliás não têm opinião muito favorável, nêle encontrando a raiz de quase tôdas as nossas deficiências. Alguns chegam até a acusar a imensidade territorial, como se fôsse um mal de que padecêssemos e de que pagaremos indefinidamente as desastrosas conseqüências. É inútil prosseguir no inventário de tais simploriedades, que não as esgotaria, e na verdade não desperta maior interêsse, pois importa menos saber quais são, do que definir a modalidade de consciência que as escolhe e interpreta. Tôda vez que deparamos com explicações do conjunto da realidade nacional a partir de uma só idéia, seja esta qual fôr, podemos ter a certeza de estarmos em presença de uma manifestação de ingenuidade.

Cabe aqui responder a uma possível objeção às considerações que acabamos de fazer; vale a pena levantá-la pois ajuda a esclarecer o tema geral dêste ensaio: talvez alguém nos acuse de cair no próprio vício que profligamos, fazendo do desenvolvimento uma idéia fixa. Julgar-se-ia que transformamos o desenvolvimento em problema único, incidindo assim no traço de ingenuidade que somos os primeiros a condenar. Ainda que à primeira vista possa causar efeito,

examinada melhor logo se vê a inconsistência da objeção. Realmente o desenvolvimento nacional não é "um" problema entre outros, ao lado de outros, nem a idéia dêle é arbitrária e abstrata. O desenvolvimento nacional é a síntese de todos os problemas, o englobante, a integral de todos êles. No sentido rigoroso da palavra, nem é mesmo problema, pois não se configura dentro de um sistema de relações, mas é êsse sistema como um todo, não supõe âmbito exterior de que surge, porém é êsse mesmo âmbito dentro do qual sòmente adquire sentido de problema tudo quanto nos aparece como tal. Por conseguinte, ao fazer dêle o tema fundamental de nossa meditação e ao indicá-lo como fim normativo de nossos projetos de ação, não estamos incorrendo no êrro da idéia fixa, nem na simplificação ingênua da complexidade do real, reduzido a uma dificuldade única, suprema, mas, ao contrário, oferecendo naquele conceito o universo de relações, materiais e espirituais, que conformam a nação. O desenvolvimento engloba todos os problemas sem ser problema, porque é antes de tudo o próprio curso da realidade. Esta por si é desenvolvimento no sentido de contìnuamente evolver de si mesma os seus estados momentâneos. Ao assinalarmos o significado culminante do conceito de desenvolvimento, queremos sobretudo ressaltar o papel do dinamismo do real na gênese da consciência que o representa, e as possibilidades de ação que a consciência assim formada é capaz de exercer, alterando, acelerando ou retardando o movimento da realidade. Se algumas vêzes nos referimos ao desenvolvimento nacional como o problema que mais urge compreender, é com certa liberdade de expressão, sujeita às retificações agora expendidas. A preocupação com o desenvolvimento do País não é atitude que limite a reflexão a um aspecto singular da realidade, mas disposição de espírito de plena abertura à totalidade dos problemas. Deriva da convicção de que não haverá solução para êles fora do reconhecimento da sua total conexão. Êste modo de ver impede portanto seja um problema escolhido arbitràriamente como principal.

A idéia do desenvolvimento não se confunde com aquelas que denunciamos como ingênuas, por serem tomadas como princípio de explicação universal dos acontecimentos, ou de causa última de todos os males, porque traduz uma teoria geral da realidade nacional. É o conceito da essência

histórica da nação como processo no tempo, condicionado por fôrças materiais e por decisões volitivas, que, em sua interação, determinam a cada momento a forma de existência da realidade, em permanente transmutação. Por conseguinte, a idéia do desenvolvimento não é obstinação que revele o caráter inocente da consciência que dela se apossa, mas é a representação mais esclarecida e verídica que dá estrutura ao pensar crítico da realidade nacional.

18 — COISIFICAÇÃO DAS IDÉIAS

Já que estamos examinando uma das maneiras como se comporta a consciência inocente com relação às principais idéias que forjou, convém desdobrar um pouco mais a nossa investigação, indagando de como se utiliza das noções que possui e qual a extensão do seu universo conceitual. Se assim fizermos, iremos descobrir novas marcas da sua fisionomia, impossíveis de omitir no presente ensaio. Referimo-nos, quanto ao primeiro item, à tendência daquela modalidade de consciência a converter os conceitos abstratos em coisas, dotando-as de ação definida e de fôrça física a que se pode imputar um malefício.

Êste traço é altamente significativo do pensar ingênuo, é o que chamaríamos a sua natural disposição a "coisificar" as idéias, expressão usada por alguns filósofos. Em vez de reconhecer a natureza conceitual dos elementos do mundo das representações, a consciência primária tende a devolver ao real, petrificando-os em supostas entidades "em si", como coisas ou fôrças materiais, os conceitos que dêle retirou, que abstraiu da existência física mediante as sensações recebidas, e que agora, em virtude do procedimento "coisificador", se tornam sêres existentes no mundo. São impressões subjetivas que, por mecanismo peculiar ao espírito simplista, se projetam na existência com significado de entidades objetivas. Claro está que com êste procedimento de pensar, desaparecida a delimitação entre o subjetivo e o objetivo, a razão crítica deixa de funcionar. São, por isso, irrefutáveis os pseudo-argumentos que emanam dessa modalidade de consciência, e inútil qualquer debate que comece por admitir os têrmos simplificados em que apresenta suas proposições. Desde que a idéia é coisa, tem cabimento indagar-se das suas propriedades, como se faria com um corpo natural. O pensar primário lança-se então a discorrer em forma categórica sôbre o que lhe parece serem os atributos da idéia-coisa, suas relações com outras e sobretudo seus efeitos objetivos, como se estivesse falando de uma substância física.

histórica da nação como processo no tempo, condicionado por fôrças materiais e por decisões volitivas, que, em sua interação, determinam a cada momento a forma de existência da realidade, em permanente transmutação. Por conseguinte, a idéia do desenvolvimento não é obstinação que revele o caráter inocente da consciência que dela se apossa, mas é a representação mais esclarecida e verídica que dá estrutura ao pensar crítico da realidade nacional.

18 — COISIFICAÇÃO DAS IDÉIAS

Já que estamos examinando uma das maneiras como se comporta a consciência inocente com relação às principais idéias que forjou, convém desdobrar um pouco mais a nossa investigação, indagando de como se utiliza das noções que possui e qual a extensão do seu universo conceitual. Se assim fizermos, iremos descobrir novas marcas da sua fisionomia, impossíveis de omitir no presente ensaio. Referimo-nos, quanto ao primeiro item, à tendência daquela modalidade de consciência a converter os conceitos abstratos em coisas, dotando-as de ação definida e de fôrça física a que se pode imputar um malefício.

Êste traço é altamente significativo do pensar ingênuo, é o que chamaríamos a sua natural disposição a "coisificar" as idéias, expressão usada por alguns filósofos. Em vez de reconhecer a natureza conceitual dos elementos do mundo das representações, a consciência primária tende a devolver ao real, petrificando-os em supostas entidades "em si", como coisas ou fôrças materiais, os conceitos que dêle retirou, que abstraiu da existência física mediante as sensações recebidas, e que agora, em virtude do procedimento "coisificador", se tornam sêres existentes no mundo. São impressões subjetivas que, por mecanismo peculiar ao espírito simplista, se projetam na existência com significado de entidades objetivas. Claro está que com êste procedimento de pensar, desaparecida a delimitação entre o subjetivo e o objetivo, a razão crítica deixa de funcionar. São, por isso, irrefutáveis os pseudo-argumentos que emanam dessa modalidade de consciência, e inútil qualquer debate que comece por admitir os têrmos simplificados em que apresenta suas proposições. Desde que a idéia é coisa, tem cabimento indagar-se das suas propriedades, como se faria com um corpo natural. O pensar primário lança-se então a discorrer em forma categórica sôbre o que lhe parece serem os atributos da idéia-coisa, suas relações com outras e sobretudo seus efeitos objetivos, como se estivesse falando de uma substância física.

Entre as numerosas idéias que sofrem tal processo de corporificação, permitimo-nos citar, a título de exemplo, uma das mais expressivas, ocorrendo com extrema freqüência—o "mal do Brasil". Nada mais comum do que ouvirmos nas conversas diárias, nas orações parlamentares, ou lermos nas colunas dos articulistas referência a isto que chamam "o mal do Brasil". Pouco haveria que despertasse maior interêsse neste conceito, se não se tratasse de um caso de evidente "coisificação". Em vez de representar a idéia de uma situação considerada desfavorável, má, inaceitável para quem a concebe em sua representação da realidade, e de ser, portanto, a expressão de um estado de espírito em face das circunstâncias, o têrmo passa a referir-se a algo de mau em si, o "mal", entendido como dado empírico, com existência concreta e individual, como ser ou fôrça do mundo. Não é mais uma apreciação, é um fato, não é modo de dizer, é presença corpórea. O mal de que o País está acometido é para a inteligência cândida como um fluido deletério que se espalhou pela atmosfera e tudo envenenou, homens e instituições. É uma coisa que aí está, que exerce efeitos físicos, tal qual um vapor ou uma radiação. O País sucumbiu à sua ação nociva; o mal está entre nós, ocupou a face da terra, instalou sua influência perturbadora em tôda parte. A consciência simplista considera-o não apenas fato real, mas verdadeira substância. É ser, ocupa lugar, sentimo-lo, palpamo-lo materialmente, por assim dizer, e embora sutil não é menos poderoso. Nas repetidas referências que lhe faz, revela sempre o sentimento de estar defronte de um objeto definido, de existência concreta, de agente personificado contra o qual se lança como a um adversário exterior corpóreo. É importante frisar que poucas vêzes se dá ao trabalho de precisar-lhe os traços distintivos, não se interessando em definir claramente em que consiste o mal. Basta haver coisificado o conceito para falar dêle com desembaraço, sendo tão certo que todos sabem de que se trata, que é supérfluo expressar o conteúdo, mesmo porque é geral, amplo, abrange todos os males, e por isso é impreciso. Contudo, às vêzes o especifica e acha então que o mal é a "falta de vergonha", "a baixeza de caráter", "o analfabetismo", "a preguiça" etc. Para outros espíritos, êstes conceitos assumem diretamente o caráter de coisa, sem necessidade de ser antes corporificados como "o mal". De um ou de outro modo, o procedimento da consciência simplista é o mesmo, e só êle nos interessa. Quer se trate do mal, de modo geral, quer da falta de vergonha ou do analfabetismo, é sempre na forma

de entidades substancializadas que aparecem. Assim, a condição iletrada, por exemplo, não tem a significação de característica social, explicável pelo estado em que se encontra a comunidade no seu processo de desenvolvimento, porém assume a natureza de coisa, com propriedades e ação definidas, que se revelam no indivíduo que dela sofre, ao ponto de, por fim, o analfabeto deixar de ser homem para ser o analfabetismo, desaparece a pessoa para só restar o mal de que padece. A realidade humana contida neste problema cede lugar à materialização do conceito. Não será, pois, de estranhar se aquêles que incorrem neste equívoco se mostrarem insensíveis aos aspectos sociológicos mais profundos da questão, uma vez que, para êles, o problema se oferece como a erradicação física de um agente morboso.

Juntamente com êste traço, revela-se outro, que nos apressamos em assinalar: a pobreza de conceitos do pensar ingênuo. Não é a coisificação que constitui, neste particular, o principal vício da representação inocente; é sobretudo a sua parcimônia de idéias. Justamente porque se destacou da realidade, a qual, no infinito de aspectos variáveis que exibe, dá origem a um número considerável de noções, a consciência elementar não tem a seu dispor mais do que reduzida lista de conceitos com validade objetiva. Em tais circunstâncias, sua atitude natural consiste em forçar a multiplicidade de dados e aspectos do real a enquadrar-se no exíguo aparelho mental de que dispõe.

A realidade é por demais ampla e variada para caber na limitadíssima rêde de idéias gerais de que se utiliza a forma primária do pensar. Daí resulta uma necessária impropriedade, cujos efeitos logo se fazem sentir na colocação dos fatos em arbitrárias equações e no julgamento aprioristа de que são objeto. É preciso forçar a nação e seu desenvolvimento histórico, que, evidentemente, suscita sempre novas formas de ser, a caber na estrutura lógica preparada pelo espírito para apreendê-la. A pobreza de conceitos é feição indiscutível do pensamento simplista. Curioso é que disso se orgulha muitas vêzes, por julgar tratar-se da legítima redução lógica do real a gêneros conceituais supremos, necessàriamente limitados a pequeno número. Cria assim confusão entre o verdadeiro pensar crítico, que procede por categorias induzidas da realidade, realmente poucas, e a simplificação ingênua que não é senão indigência. É imperioso, pois, em vista desta possível confusão, que o pensar crítico esteja atento a discernir as tentativas de captação do real mediante reduzido grupo de idéias, sem qualquer

significado categorial, mero produto da penúria da representação equivocada, da autêntica apreensão por conceitos com legítimo valor de categorias, ou seja, as idéias gerais segundo as quais o espírito apreende a lógica imanente à realidade. Conseqüência da inadequação entre as idéias elevadas indevidamente à condição de gêneros supremos do pensamento e os fatos que são forçadas a abranger, é a falsidade de que se cobrem os enunciados primários; além disto, os conceitos com que opera a consciência desarmada, sendo usados sem nenhum respeito pelo seu âmbito normal de aplicação, ficam de todo privados de rigor. Caracterizam-se pela imprecisão com que referem os objetos, e, visto serem fruto de percepção impressionista, só aceitam confirmação por assentimento também de mera impressão. Reação típica da consciência assim formada é a irritação que a acomete diante de qualquer exigência de rigor, ao fazer frente aos pedidos de maior precisão, aos desafios à demonstração. Tal comportamento parece-lhe impertinência, descabido atentado à segurança dos enunciados oriundos de impressões evidentes e que não admitem, sem má-fé, ser postos em dúvida. A pobreza de recursos explica por que nos seus discursos retornam sempre as mesmas idéias, o que aliás julga ser bom indício do que chama "fidelidade às idéias". Justifica, assim, sua limitação, consagrando-a como virtude. Com êste gesto fecha-se ainda mais à comunicação e ao contato, que lhe dariam a oportunidade de outras aquisições. Encerra-se na parca estrutura conceitual disponível, e rejeita qualquer sugestão como novidade perturbadora.

Essa conduta não pode deixar de ser infensa à verdadeira apreensão da realidade, pois o dinamismo desta, expondo a cada instante diferentes aspectos, e revelando sempre ocorrências originais, sem precedentes, implica a repetida aquisição de outros conceitos para perceber o novo em surgimento, determina permanente alargamento do campo das representações. O pensar crítico é rico porque é acolhedor, jamais considera terminado e completo o elenco de idéias de que necessita para entender a realidade. Sabe que são em número ilimitado, e só por haver entre elas uma estruturação lógica que permite reduzi-las a gêneros mais altos, a noções supremas, é que as abrange de modo sistemático; porém, tais noções supremas não estão adquiridas de uma vez por tôdas, mas, ao contrário, acham-se em processo de revelação permanente, em função da mobilidade do real, de modo que a consciência nunca tem o direito de dizer que está de posse do sistema definitivo de idéias categoriais imprescindíveis

para exprimir a realidade. Tal sistema é aproximado e variável, está fatalmente sempre em atraso em relação ao mundo, cuja evolução caminha adiante da representação que dela se tem. A tendência do pensamento ingênuo a reduzir os problemas nacionais a um só é uma das manifestações da congênita pobreza de conceitos. O mesmo se dirá da fixação de uma idéia principal, em tôrno da qual desenrola monòtonamente as suas proposições. Considera com reservas a proliferação de problemas, diante dos quais se sente tomado de vertigem, o que o leva a recolher-se prudentemente à segurança das suas poucas mas sólidas idéias.

Êste modo de pensar não se limita a simples equívoco do entendimento, mas é considerável obstáculo prático ao desenvolvimento nacional. Não será possível empreender os esforços históricos que temos por diante de nós sem proceder à completa remodelação de nosso modo de ver a realidade, sem a substituição das idéias de que nos servíamos quando eram outras as condições de existência e pobre em extremo o panorama da realidade. Isto implica amplo trabalho de elaboração de idéias, a produção de conceitos novos para o reequipamento da consciência, enriquecendo-a de criações ideológicas capazes de exprimir os aspectos mais recentes da realidade. No país que se equipa materialmente, mudando a sua fisionomia, deve ocorrer correspondente substituição de idéias, como processo subjetivo correlato ao processo de substituição da estrutura econômica. A criação de novos bens de produção significa simultâneamente a criação de novas idéias, as que permitem compreender a modificação operada no real pela introdução de tais bens. O acontecimento representado pela incorporação de novo objeto na estrutura da realidade tem de expressar-se em um conceito até então inédito. Se isto não acontece, se utilizarmos os vocábulos existentes para dizer coisas novas, o caráter de autêntica novidade fica ocultado pelo emprêgo do têrmo antigo agora com outra significação. Só a consciência atenta, não deformada pelo orgulho da sua pobreza, é capaz de se enriquecer ideològicamente e portanto melhor compreender o país que se enriquece materialmente.

19 — MALEDICÊNCIA E PRECIPITAÇÃO DE JULGAMENTO

Muito próximo do traço ingênuo anterior está outro, que com freqüência é observado: a precipitação na atribuição de qualificativos. Sendo emocional, impressionista e por isso ilógica, a consciência mal formada é, por natureza, precipitada. Profere julgamentos sem nenhum respeito pela necessária fundamentação. Em presença de um acontecimento ou em relação a uma pessoa, sobretudo tratando-se de personalidades políticas, manifesta a sua apreciação pela atribuição de qualificativos, quase sempre deprimentes, logo a seguir admitidos como julgamentos objetivos. Cedendo a esta inclinação, a consciência simplória qualifica o indivíduo como "ladrão", "canalha", "negocista", "traidor", "vendido ao capital americano", "a serviço de Moscou" etc. É evidente tratar-se apenas de expressões irrefletidas, sem a menor intenção de constituírem a verdade, mas é êsse mesmo caráter de gratuidade que as revela como surgidas da consciência ingênua. São uma variedade da forma inautêntica do falar, o "falatório", a que se referem alguns filósofos contemporâneos, ao fazerem a analítica existencial.

O uso da linguagem a serviço do pensar inocente, carregado de conteúdo emocional, dá em resultado a veemência verbal aqui indicada. Sabemos que o falar é um atributo existencial do homem, que o utiliza de modo autêntico, quando diz a verdade do ser, nas condições em que êste se revela, ou de modo inautêntico, quando se desprende do fundamento no real, e se faz fundamento para si, ou seja, dá por fundamento à palavra não o ser mas outra palavra. Constitui-se assim o dizer pelo dizer, o falar sem fundação na existência, o discurso gerador de discursos, num processo de mero automatismo verbal. É inútil, por suposto, indagar do que significa a lógica em tal caso, pois as palavras ditas se encarregam de suscitar associações com outras, mediante o nexo emocional e impressionista. Contudo, o caráter de inautenticidade, e portanto de inverdade, das afirmações acusató-

rias não lhes diminui em nada a fôrça persuasiva e a eficácia pública. De fato, os acusadores não pretendem apelar para nenhum mecanismo demonstrativo, não exigem adesão, mas confiam no poder de difusão que têm na consciência das camadas populares tôdas as afirmações que procuram apresentar as personalidades políticas de relêvo como responsáveis pelos males que afligem a vida do povo. O julgamento da massa pode ser influenciado por êste poder de insinuação, malèvolamente manobrado por empreiteiros políticos.

No entanto, não é a esta face da questão que nos referimos agora, e sim ao fenômeno da maledicência como característica do pensar ingênuo. Êste acolhe com prazer a difamação, a intriga, a calúnia, especialmente em relação a personalidades com função de govêrno. É fato normal em qualquer comunidade, mas o importante, para nós, é associá-lo à consciência precária, como uma de suas manifestações. Tão banal é, que aparentemente nem valeria a pena denunciá-lo, se a análise dos seus substratos não nos desse algumas valiosas indicações para a caracterização geral da modalidade simplista do pensar. A maledicência ou a atribuição apressada de apodos é indicativa de um ingrediente essencial de tal modo de pensar, o ressentimento, a que por natureza é propensa aquela consciência. Sendo tema predominantemente psicológico não nos cabe examiná-lo em plenitude, e por isso nos limitamos a delinear-lhe a projeção no plano da consciência da realidade nacional. A insatisfação individual, as infinitas razões que em cada homem conduzem ao fracasso, as realizações esperadas mas constantemente adiadas, tudo isto admite tradução impessoal, mediante a transferência da esfera interior para a exterior, para o âmbito nacional, e se exprime na maledicência coletiva.

Por um mecanismo de projeção, o estado de espírito opressivo desfaz-se quando o indivíduo transporta para o ambiente, em forma de impressões recebidas de fora, o sentimento que tem de si. Vendo o mundo, e, portanto, a nação, na tonalidade da tristeza e da desgraça, estabelece um vínculo simpático entre o espírito e o real, em virtude do qual desafoga a frustração interior, pela convicção de que a culpa do que acontece cabe ao estado da realidade, má e inóspita. Sem querer enveredar por explicações de base psicológica, quase sempre frágeis, é inegável que, em muitos casos, a consciência ingênua caluniadora é vítima de ressentimento constitucional. Há, de parte da mentalidade elementar, natural pendor a denegrir o real, a julgá-lo feio, hostil, insu-

portável. O mundo não é o que deveria ser, e em particular o nosso País, mais que outro qualquer, está infelizmente em condições lamentáveis. Ressentimento semelhante ao de alguns indivíduos por aquêles de quem dependem, e que parecem estar sempre em condições injustamente excelentes, é o que os portadores desta consciência, de modo geral, têm para com o País. Atribuem-lhe a culpa das limitações e infelicidades que atingem todos, e como o País é representado pelos que o governam, são êstes, em última análise, o alvo daquela geral maledicência. A consciência ingênua vive na impressão de que o Govêrno é uma espécie de empíreo, um mundo à parte, de encantos e delícias, onde tudo é diferente da existência de nós outros que vivemos aqui em baixo. Para ela, os homens dividem-se entre os que pertencem ao Govêrno e os que não pertencem. Aos primeiros tudo é fácil, tudo é possível, têm o direito de fazer o que quiserem, ganhar quanto desejarem, sem entraves e obstáculos que os dispositivos legais só opõem à atuação dos outros. A idéia da distinção qualitativa entre a vida dos detentores do poder e a do resto do povo, é o fundamento do ressentimento coletivo, do qual a maledicência é apenas corolário. Tal idéia exprime a diferença de essência existente entre govêrno e massa. É bem certo que os detentores do poder foram elevados pelo voto popular à posição que ocupam. Mas, ao olhar ingênuo, govêrno e massa estão situados em planos diferentes por natureza; o govêrno constitui esfera ontológica distinta, e por isso, desde que alguém nela ingressa, transmuta-se em sua substância, não é mais um homem comum, e sim indivíduo sacralizado, revestido de atributos sôbre-humanos, que demanda a máxima reverência, mas ao mesmo tempo desperta surdo ressentimento. A idéia de que o eleito chegou àquela posição pela vontade da massa inspira aos próprios que o elevaram o rancor de ter sido êle, e não quem nêle votou, que subiu ao poder. O sentimento de uma dívida de gratidão, nunca resgatada, dos eleitos para com seus eleitores, é universal na mentalidade popular primária, que julga haver contraído um direito à obtenção de favores dos poderosos em troca do voto que lhes deu. Quando, à primeira pretensão, se vê desatendida, fica indignada pelo desagradecimento dos que à sua custa escalaram o poder.

Para a visão inocente, o govêrno encarna a realidade, porquanto acredita que tudo existe por determinação dêle, de modo que, se as coisas são assim, e são más, a culpa é dêle, pois se quisesse as faria completamente diferentes. A concepção do ilimitado poderio do govêrno é traço simplório

dos mais típicos. Provém da total incompreensão dos suportes objetivos da sociedade. A consciência simples, apreciando a realidade em caráter subjetivo, reduz o mundo a um combate de vontades, a um prélio anímico, por meio do qual explica porque todos os males que a afligem são devidos à decisão dos outros. Ora, os outros, coletivamente, são representados pelos que decidem por todos, são o govêrno; êste é, portanto, em última instância, a causa suprema dos males da realidade. O conceito do govêrno como autor da realidade conduz a fazer dêle o objeto de tôdas as acusações. Evidentemente não é possível esperar de concepção tão ilógica a fundamentação da justa crítica aos comportamentos dos dirigentes. A imprecação contra êles levantada é o clamor contra o desconfôrto em que vive o homem comum. À consciência infortunada, imersa no ressentimento por não encontrar nas condições de vida a realização dos seus desejos, não resta outra atitude senão deblaterar contra os que chama de "poderosos", cujo crime imperdoável foi haverem transposto o nível do viver comum, foi terem-se evadido da miséria coletiva, ingressando no que lhe parece serem os páramos elísios da existência.

Por outro lado, ainda, a maledicência tem um segundo determinante que chamaremos de descaracterização do valor. Um dos lineamentos da consciência simplista, como veremos depois, é a crença na imutabilidade dos valores, traço êste que coexiste com a completa incapacidade de caracterizá-los. Refere-se aos valores de maneira indeterminada, imprecisa, e, embora pelo fundo moralista onde se apóia esteja sempre invocando o aspecto moral das relações humanas, na prática não sabe como definir os critérios para a sua avaliação. Valores como a honradez, o patriotismo, o devotamento, a pobreza, a corrupção, a traição etc. são a preocupação constante dessa consciência, mas não é capaz de exprimir ao certo em que consistem. Não dispõe, para medi-los, de outro padrão além da apreciação subjetiva, e como esta não exige nenhuma base concreta, aquela consciência com a maior facilidade e displicência se lança a distribuir rótulos de valor às pessoas e coisas na forma como lhe apraz. Com igual inconsciência uns louvam, outros condenam o mesmo homem público. A propensão a lançar sempre um qualificativo aos indivíduos, elogioso menos amiúde, calunioso ou infamante quase sempre, resulta do total descomprometimento com a realidade, por motivo da falta de compreensão do autêntico falar. Nada lhe custa ofender, porque não tem o que respeitar, nem a pessoa a quem ofende,

por suposto, nem a exatidão do conceito que aplica, porque não a reconhece.

A consciência ingênua tem aqui um dos seus sinais mais freqüentes, no qual se revela o equívoco, já apontado, de atribuir ao govêrno do momento a responsabilidade da realidade nacional. Sendo esta no país subdesenvolvido evidentemente insatisfatória, causa de graves situações conflituosas e fonte de profundos sofrimentos, em virtude daquele engano de compreensão, as desgraças presentes são transferidas ao govêrno, como principal autor ou cumplice. Ignora o pensar desarmado as reais condições do processo histórico, a significação dos fatôres objetivos que determinam a evolução dos acontecimentos, e que, por implicarem a ação dos homens, particularmente a dos detentores do poder, são com facilidade obscurecidos por uma inversão da fórmula, que faz dos homens os determinantes últimos e onipotentes do processo. Assim, a consciência ingênua tem a predisposição a antropomorfizar o processo histórico. Poderíamos, mesmo, catalogar esta atitude como nova característica entre as que desenham o perfil da modalidade cândida de percepção. O mundo, para ela, apresenta-se sob traços humanos. Tudo que acontece é produto de fôrças concebidas por analogia com as qualidades dos homens, todo fenômeno oculta intenções subjetivas, tem caráter benévolo ou ressuma secreta malícia, porque na verdade não há acontecimentos naturais, no sentido físico, mas sòmente ações volitivas; os fatos são ingrediente acessório no jôgo perene das almas em luta. O mundo deve ser entendido em forma de discussão entre pessoas. Particularmente no trato do fenômeno econômico é onde se mostra mais nociva esta ingenuidade, porque resulta na total inversão da ordem dos fatôres determinantes. As fôrças econômicas são privadas de objetividade, a materialidade das relações de produção é substituída pela psicologia dos impulsos egoistas, a teoria econômica é absorvida pela moral. Claro está que, neste esquema, de fato o enriquecimento é sempre suspeito de desonestidade, o sucesso público, de corrupção. Desta maneira, os que se encontram no momento em posição social elevada, no govêrno ou no contrôle das fôrças econômicas, são naturalmente merecedores de censura e difamação. A simples posição que ocupam diz tudo; não é preciso investigar fatos ou apurar denúncias. O apêlo ao bom senso, partindo dos acusados e ofendidos, já é indício de culpabilidade; é a tentativa de lançar mão de procedimentos de desvio da atenção pública, a fim de levá-la a perder-se nos enredos de difícil investigação, quando o crime é pa-

tente: é o próprio êxito. O recurso à lógica e à justiça dos tribunais é a prova mais evidente da má-fé dos poderosos. Para a imprensa difamadora é sinal de fraqueza o empenho em defender-se. O que tem valor por si é a calúnia, é a infâmia, porque estas contam a seu favor com a consciência ingênua total, que abrange tanto os vociferadores quanto os que se comprazem na leitura das acusações.

O traço agora analisado não significa apenas a revelação de uma forma de inocência no pensamento da realidade. O que lhe confere seriedade é dar origem a um comportamento público que se converte em obstáculo ao afã de praticar os atos essenciais à aceleração do processo material do desenvolvimento, nos países como o nosso. Com efeito, na fase em que o País processa a renovação de suas estruturas econômicas, sobretudo se. como é o caso brasileiro, tal transformação se produz em regime de inflação monetária, estabelece-se uma movimentação de riquezas que as faz passarem das mãos de uns, ou mesmo de tôda uma classe, para as de outros. O aumento da riqueza implica a redistribuição social. Uns, que antes nada tinham, em pouco tempo enriquecem e outros, antes opulentos, estacionam ou se pauperizam. Mas, para a consciência ingênua, moralista por definição e trabalhada muitas vêzes pelo ressentimento, que é um dos seus pendores, o acréscimo de riqueza conquistado por alguns não pode deixar de ser julgado ilícito e criminoso. Tôda razão tem, pois, quando brada contra êle. Faltando-lhe a representação crítica do fenômeno do desenvolvimento, processando-se no âmbito de uma estrutura social capitalista, o que a afeta e impressiona é a desmedida facilidade com que enriquecem os aproveitadores do momento, é a natureza nefanda das ações que evidentemente devem ter praticado, pois do contrário não se explica como obtiveram tais proveitos em tão curto prazo. A apreciação psicológica e moralista dos fatos dá-lhe possibilidade e fundamento para denunciar ao povo os endinheirados, especialmente os empreendedores e homens de negócios, bafejados pelo condenável surto industrial que o País presencia, acusando-os de prosperidade, de se locupletarem na "voragem inflacionária", graças aos favores que lhes concedem seus parceiros ocultos, os altos personagens da máquina governamental. Sendo o desenvolvimento um processo que realmente altera as condições objetivas do país, determinando nova distribuição de privilégios aos beneficiários das novas fôrças produtivas lançadas no campo social, é claro que as recriminações de ordem moralista, as objurgatórias, sobretudo as

campanhas de calúnia e difamação, conduzidas contra os homens proeminentes, que estão realizando, em seu proveito embora, e mesmo com lucros ilícitos, a transformação da realidade, representam um freio, um obstáculo, voluntàriamente oposto ao processo de expansão por aquêles que não são capazes de adquirir a consciência crítica da realidade. Se a tivessem, compreenderiam que, apesar da justa revolta contra os especuladores e aproveitadores da expansão econômica do momento, dado o regime político e social vigente, estamos vivendo nova aportunidade de distribuição de riqueza, que levará alguns, mais capazes, mais audaciosos e empreendedores, à célere acumulação de bens, impossível de conseguir numa sociedade econômicamente estabilizada ou em ritmo lento de progresso. O enriquecimento rápido de alguns indivíduos, excetuados os casos de evidente apropriação ilícita, é fenômeno normal nesta fase, é o enriquecimento rápido do próprio país. É claro que ninguém defenderá que se acobertem as trapaças porventura praticadas no bôjo da inevitável confusão causada pelo veloz crescimento. Mas, o que não se pode considerar senão como contribuição negativa ao esfôrço nacional é a sistemática difamação dos homens públicos, dos grandes empresários, ainda que de recente extração, em nome de um moralismo primário ou de uma concepção estática da estrutura econômica e social.

O que, de fato, inspira os detratores dos bem sucedidos é a filosofia do antidesenvolvimento, é o ideal da imobilidade social, a manutenção do estado atual; os que, conscientemente ou não, defendem a presente distribuição da pecúnia, enquanto consideram ungida de dignidade e conquistada pela virtude a fortuna dos que enriqueceram no passado, não percebem que os atuais detentores da riqueza, ou os seus antecessores, foram beneficiados pelas condições sociais vigentes na época em que enriqueceram. Não se trata de denunciar a origem, talvez fraudulenta, de tais fortunas, agora esquecida, de tão remota; seria isso retornar à crítica moralista, aplicando-a retroativamente, o que não lhe diminui a ingenuidade. O que tem significação é indicar aos difamadores do enriquecimento atual que, antigamente como hoje, não teria sido possível o amontoamento da riqueza sem condições sociais particulares, que são, portanto, a sua explicação. Se mudam estas condições—e mudam sempre—, nada há de estranho que a cada passo a sociedade esteja

procedendo como que a uma nova distribuição das riquezas disponíveis. A consciência crítica é capaz de traçar a linha de caracterização entre as antigas e as novas formas de enriquecer. Estas últimas encontram justificação no contexto social novo onde ocorrem, e devem ser apreciadas sob o ângulo da eficiência com que contribuem para a aceleração do processo, e não pela sistemática redução do fator econômico a um problema psicológico, na dependência de julgamentos éticos.

20 — CRENÇA NA IMUTABILIDADE DOS PADRÕES DE VALOR

Correlativa à atitude moralista e ao ressentimento, há outra característica do pensar ingênuo, de que desejamos fazer menção: é a crença na imutabilidade dos padrões de valor. É das mais típicas e reveladoras desta espécie de representação do real, divorciada da verdade histórica. Para êsse pensamento existe uma ordem de valores éticos, estéticos, sociais, religiosos etc., dotados de vigência eterna, perfeita e imutável. O valor existe por si, absolutamente. Sua essência implica a existência, é independente do tempo e das circunstâncias. Sua função é valer.

O valer precede o ser, a existência não é apenas fato, mas cumprimento de um fim. O existente não acha explicação num antecedente causal, mas num princípio ético. Todo existente precisa ser justificado para ser entendido, do contrário sua presença é uma aberração. Tal modo de pensar inclina à interpretação do mundo pelas causas finais, pois o fim se apresenta como valor a realizar pelo ser, que justamente para cumpri-lo é pôsto na realidade. À escala eterna e invariável de valores é imperioso tornar adequados os atos humanos, para dela receberem a nota axiológica. O padrão de valor antecede a existência humana, pois subsiste por si; o homem é chamado a existir para realizar atos cuja medida moral, estética ou política está antecipadamente fixada. Assim sendo, tôdas as ações humanas são de fato comparáveis, pois a escala que as mede é universal e absoluta. Ainda mais, se o valor antecede eternamente o ato, é exigência para a constituição dêste, que só adquire completa significação quando marcado pela nota valorativa. Mas, se a métrica axiológica preexiste e é invariável, a história desenrola-se exclusivamente dentro dos limites desta única escala de valor. A apreciação dos fatos se faz portanto extraindo-os do tempo, pela comparação exclusiva com a norma ética em aprêço. Segundo êste modo de compreender, não apenas os fatos futuros devem ser idênticos aos passados, pois o que

os gera é a lei e esta é invariável, mas o futuro pode ser julgado antecipadamente, e estabelecida em tôrno dos acontecimentos próximos a previsão de valor, determinando, assim, com grande antecedência a reação da consciência ingênua em relação a êles, quando se produzirem. Cria-se para todo acontecimento futuro uma expectativa armada, um pré-julgamento, em razão do qual, quando o fato ocorrer, sua representação será recebida numa consciência que já tem apreciação formada sôbre êle. Com facilidade esta atitude, transferindo-se dos fatos para a essência das pessoas, marca com o ferrête do desapreço público tôdas as ações por elas praticadas.

Acreditando na imutabilidade dos valores, a consciência simplista a cada momento os invoca para justificar-se, menos abertamente nos seus fanatismos, mas sempre nos seus anátemas. Segura de estar de posse da norma eterna, seu papel social é aplicá-la inflexìvelmente. Cumpre-lhe decidir do bem e do mal, tem o poder de decretar o certo e o errado, escolher entre o belo e o hediondo, separar o honesto do impudico. Traz em mão o código implacável, que vale hoje o mesmo que valeu outrora e valerá no porvir; com isso retira da história a função judicativa. Vista por êste ângulo, a consciência ingênua revela ainda uma vez seu caráter absolutista. Nega-se a conceder direitos a qualquer espécie de relativismo, no caso presente a qualquer doutrina que insinue a possibilidade de ser transitória a vigência de certos valores, nascidos do seio da sociedade e nutridos pelas circunstâncias. Julga que as circunstâncias sòmente contribuem para dar origem aos atos reveladores dos valores, porém êstes subsistem por si, intemporalmente. É a história que se submete ao valor, não o valor que se submete à história. O dogmatismo idealista, fundamento dessa atitude, torna-se, assim, perfeitamente visível. Há um plano ideal onde os valores têm realidade em si, a história nada mais faz do que proporcionar a matéria em que se encarnam. Êste modo de compreender é, evidentemente, o oposto do adotado pela consciência crítica, que se utiliza da concepção objetiva da história, segundo a qual nenhuma existência e nenhum valor se constituem à parte do movimento universal da realidade. O valor e o código em que se exprime são produtos históricos, cuja vigência é determinada por condições objetivas que lhes assinalam duração e situação limitadas. Nenhuma lei antecede em caráter absoluto a existência; é a realidade que, no curso das transformações desenvolvidas em razão da sua causalidade implícita, oferece à representação

certos conteúdos que assumirão o significado de normas de valor em vista de servirem como pontos de referência para o julgamento das ações humanas. Em última análise, a apreciação das ações é sempre relacionada ao estado da realidade, do qual recebem a sanção devida, de acôrdo com a contribuição dada ao processo em andamento. A lei moral refere-se apenas à função operante, útil, dos atos que se prevêem. A norma é um sinal discriminatório, de natureza exclusivamente prática, destinada a facilitar o reconhecimento das ações desejáveis de acôrdo com os interêsses do processo social. É uma condensação da experiência coletiva, cuja utilidade é reconhecida, na fase atual do processo, em virtude da lógica interna dêste. Exprime-se então em um mandamento, de que se extrai necessàriamente um valor, conforme o ato submetido ao mandamento demonstra cumpri-lo ou contrariá-lo.

Em sentido autêntico, o valor está ligado ao real, na forma pela qual a sociedade o vive. Só quando, por motivos que a história do processo explica, certos grupos sociais começam a perder o contato direto com a realidade, deixando de trabalhá-la materialmente, para se ocupar sòmente com aquêles que se ocupam dela, o que ocorre quando se constitui uma classe ociosa, dedicada à meditação pura ou à fruição dos proveitos acumulados, já sem obrigação de pensar as regras da sua conduta na forma de determinantes imediatos de ações concretas, referidas à satisfação imperiosa de exigências vitais, é que o valor começa a destacar-se do seu suporte objetivo no curso dos acontecimentos, a se sobrepor à realidade, como modo de ser à parte. Na sua origem, o valor é sempre operatório, seu conteúdo específico não se destina a valer senão para um contôrno social limitado, no período de tempo em que está em vigor. É um meio de que a sociedade se utiliza para ensinar aos seus membros quais os comportamentos solicitados pelo interêsse geral e quais os que o contrariam. Antes de sua ascensão ao céu metafísico, o valor foi um dado da *praxis* social.

Cairíamos, contudo, em equívoco semelhante ao que estamos denunciando, se o reduzíssemos a um dado que, embora empírico na origem, se tivesse fixado de maneira definitiva, tornando-se patrimônio inalienável e perene de uma estrutura social. Nada há nêle de eterno ou imutável, mas tampouco é mero resultado de um sem número de experiências comunitárias procedidas ao acaso. O valor é sempre relativo a um momento do processo histórico. O que nêle há de empírico é a sua evidente derivação do estado da reali-

dade em certo instante; mas êste empirismo não deve ser entendido em sentido psicológico, e sim social. Não estamos definindo o valor pela utilidade em abstrato, porque o útil mesmo é um valor. O que recusamos é a explicação psicologista que nêle veria apenas a expressão de um hábito social definitivamente cristalizado, contra o qual nada mais poderia a mobilidade do real. Se assim fôsse, o valor passaria a constituir a sociedade, não permitindo que tivesse trânsito à existência senão o que é *a priori* valioso, bloqueando a ocorrência de tudo que contrariasse a norma habitual, em vez de ser a sociedade que constitui o valor. O valor pode ser hábito simplesmente na transitoriedade da psicologia individual, mas quanto à situação coletiva, está sempre na dependência dos sucessos que em cada fase remodelam as condições da existência. Interpretá-lo como hábito social coercitivo, seria colocar-lhe o fundamento no passado, nas etapas já vividas da sociedade, no decurso das quais o grupo foi tendo tempo de sedimentar psicològicamente aquela disposição, transformando-a em norma por via hereditária. Ao que acreditamos, porém, o valor atualmente valioso não se funda na experiência passada, mas nas exigências atuais do processo em curso, em função das quais a comunidade constitui o seu projeto de ação, donde poder dizer-se que é como se o valor se fundasse também na experiência futura. De fato, a realidade no seu movimento próprio determina novas configurações, dentro das quais se terão de processar os atos já conhecidos e mais outros, novos, resultantes das condições originais surgidas com a transformação. Tais atos, nessa nova condição, deverão suscitar subjetivamente normas que os identifiquem e selecionem segundo os interêsses sociais do momento. Surgirão assim os valores adequados à experiência em andamento, os quais se opõem aos tornados caducos ou inaplicáveis. Esta compendiação normativa, que a sociedade procura transmitir aos seus novos membros para estimulá-los a praticar os atos valiosos do momento, durante algum tempo é viva e fluente. mas em seguida se enrijece na alegação de um dever consuetudinário. É a validade do valor que suscita a sua substituição, justamente porque, sendo válido, aciona o processo da realidade a transmutar a fase atual em outra, na qual os valores serão outros. Dêste modo, o valor ao se valorizar se desvaloriza, porque cumpre sua função de valer, dando incentivo a novas condições objetivas para as quais se exigem valores de ação que anulam a validade dos anteriores.

A essência do valor é, pois, eminentemente dialética.

Um segundo aspecto desta contradição merece ser assinalado: de um lado, o valor surge como instrumento subjetivo adequado a facilitar a aceitação e a assimilação das novas condições determinadas pela transformação da realidade, mas, de outro lado, justamente porque se subjetiva, tende a se volver em idéia, a cristalizar-se em entidade metafísica e portanto a perdurar daí em diante por si, independentemente das condições objetivas. Quando se dá êste segundo caso, o valor é a antítese do que era no primeiro, deixa de ser fator positivo do processo, para tornar-se obstáculo. Destaca-se do processo e se imobiliza. Como a realidade prossegue em suas metamorfoses, os estados seguintes irão ser recebidos por uma consciência que dispõe do elenco de valores adequados à fase anterior e não a esta, que agora se apresenta. O conflito e a incompreensão daí resultantes são inevitáveis: a consciência pretende atender às novas exigências com os instrumentos da sua antiga eficácia. O insucesso a que é levada, entretanto, não lhe serve de lição, não a encaminha à revisão dos padrões de que se utiliza, mas, caindo num terreno de ingenuidade constitucional, determina reações de irritação e de agressão à realidade adversa. Por êste modo de comportar-se, a crença na invariabilidade dos valores vem a converter-se em obstáculo ao progresso do desenvolvimento. As modificações da realidade não devem ser entravadas por considerações decorrentes de normas cuja validade declina, mas facilitadas pela compreensão de que as futuras formas de cultura trazidas pelo desenvolvimento dirão qual o conjunto de valores que atenderá à realidade nascente. Acreditar cândidamente na rigidez da norma é impedimento ponderável não só à concretização do novo, mas ainda à sua aceitação pacífica. No país que está empreendendo ativo processo de superação do subdesenvolvimento tal situação se apresenta de forma mais dramática. Grande parte das resistências e da oposição à plena utilização dos recursos disponíveis vêm do receio de que as novas condições sociais não compensem com o mal que causam o bem que eventualmente tragam. Tem-se nesta formulação, com freqüência ouvida, exemplo típico do pensar ingênuo, no terreno aqui analisado. Em primeiro lugar, incide na visão maniqueísta já denunciada, na concepção de um dualismo de fatôres éticos substancializados, o bem e o mal, como agentes da sociedade e da vida humana. Mas, em seguida, revela ter origem vinculada à crença na imutabilidade dos padrões de valor; para ela, bem e mal são realidades definitivamente estabelecidas. O bem é isto;

o mal é aquilo; assim foi e sempre será. Não ocorre aos adeptos dêste modo de pensar que em outras situações objetivas, impossíveis de ser previstas com precisão desde agora, os conceitos de bem e de mal, enquanto denotações axiológicas, terão outra significação, porquanto se referirão a conteúdos diferentes, a ações concretas que responderão a exigências dêsses tempos vindouros.

Dentro desta névoa de ingenuidade é que a consciência simplória debate, por exemplo, a chamada questão do humanismo. Tal como é apresentada correntemente, trata-se de questão só existente para o pensar ingênuo. Para a atitude crítica, o que nela acaso haja de legítimo incorpora-se a outros problemas efetivos e deixa de ter a significação que lhe empresta a mentalidade desarmada. Reduzida à essência, apresenta-se como a suposta escolha, que a civilização teria de fazer, entre o predomínio dos valores "humanos" e a destruição dêstes pelos interêsses da máquina, pela submissão aos valores "mecânicos". Ou o homem, com tudo quanto lhe dá a dignidade eminente que possui no mundo, em virtude da sua natureza espiritual, destino imortal, ânsia de felicidade e instinto de liberdade, de que resulta a cultura autêntica, fiel a uma tábua de valores eternos, onde encontra a possibilidade de perfazer livremente a sua personalidade; ou o mundo mecanizado, adverso ao homem, impondo-se a êle pelas exigências da fabricação material, pela fatalidade das relações econômicas, apagando nêle aos poucos os traços de sua essência divina, absorvendo-o no gigantesco organismo da Produção, dirigida pelo Estado despótico, no qual sucumbe como homem, reduzido a simples e pouco valiosa peça de maquinismo, a insignificante detalhe de uma extensa linha de montagem.

Procuramos com estas palavras imitar as expressões com que literàriamente numerosos publicistas discutem êste pseudoproblema. É quase desnecessário acrescentar que se trata de concepção própria dos setores conservadores da intelectualidade nacional, submissos à crença em valores transcendentes e para os quais o homem tem de realizar uma "natureza" humana, sempre a mesma, predeterminada e independente das circunstâncias sociais. Por outro lado, têm uma idéia do papel do trabalhador que o representa como definitivamente vítima das condições do trabalho a que está prêso. Por falta de compreensão histórica, não lhes ocorre imaginar que em outras condições de organização social da produção o homem poderá alterar as suas relações com os maquinismos que agora o aprisionam e lhe arruínam a personalidade, e

converter o trabalho fabril em fator de realização do seu ser, graças à conquista dos bens criados pelo conjunto da sociedade. Aquelas expressões simplórias derivam da total incompreensão da filosofia do desenvolvimento, associada à ignorância de que precisamente para o bem do homem, e só para êste fim, se justifica a ciclópica emprêsa de arrancar o país subdesenvolvido do estado de penúria. Porque, de fato, nêle não existe humanismo, senão na literatura ociosa de alguns escritores bem instalados. Para êsses países, a questão não é defender o "humanismo" vigente, mas tornar realidade pela primeira vez o verdadeiro humanismo. Não existe antagonismo entre o homem e a máquina, fora das salas de conferências. Os que tanto se preocupam em não deixar que se extingam os valores do espírito num mundo "avassalado pela máquina", além do mau gôsto estilístico em que vazam essas proposições pueris, dão prova de não compreender a natureza histórica do processo social. Não percebem êste fato decisivo: o que se opõe ao humanismo não é o mecanicismo das sociedades superdesenvolvidas, mas o desumanismo das sociedades subdesenvolvidas.

Em tôda sociedade haverá sempre um padrão superior de humanidade nas relações entre os homens. O humanismo existirá sempre, pois nenhum estado social é viável na base do inumano. O desumano só pode existir momentâneamente, como hiato entre etapas sociais, nunca estabilizar-se em formas duradouras. Os regimes de terror nos instantes de convulsão revolucionária, não são pròpriamente regimes, mas fenômenos sísmicos, pois não têm possibilidade de perpetuar-se. A derrocada sangrenta de uma ordem social exige ser seguida da reestruturação em outra forma, na qual tendem a constituir-se novos padrões de convivência. O humanismo existe sempre em tôda sociedade, coincidindo, é claro, com injustiças e aberrações, crimes e violências, de que nenhuma está isenta.

Mas o dilema "ou o homem ou a máquina" é uma das mais perniciosas falácias do pensar ingênuo, vindo a ser grave obstáculo ao desenvolvimento nacional, pelo receio, que instala em certos espíritos menos avisados, de estarmos caminhando para uma época cruel, que, ignorando os direitos da pessoa humana, seja ainda mais difícil do que a atual. Esta simples suspeita deve ser afastada com veemência pela análise da razão crítica. A história, considerada em seu curso geral, evolui no sentido da mais fácil realização dos interêsses humanos. Por isso, a sociedade que se industrializa não apenas salta de nível qualitativo na estru-

tura objetiva que lhe dá suporte, como sobretudo oferece uma forma coletiva mais perfeita de viver. A errônea crença na imutabilidade dos valores, conduzindo à formulação do dilema simplista entre homem e máquina, torna-se fonte de atitudes funestas, ao determinar a resistência à industrialização dos países subdesenvolvidos. É freqüente verem-se apresentar reservas a essa transformação, devido à suspeita, que assalta os espíritos timoratos, sempre inclinados a preferir a conservação do imperfeito à aventura das remodelações, de que a nova etapa social possa trazer graves riscos para os valores eternos que, segundo acreditam, são os atuais. Cabe aqui, quase com ironia, denunciar a contradição em que incorrem os defensores da eternidade dos valores, os quais, na prática, se mostram tão inquietos ante a perspectiva de os verem extinguir-se. Se realmente crêem na sua validade eterna, nada há que recear a seu respeito.

É falsa, por conseguinte, a crença na perenidade da constelação de valores, definitiva e única possível; mas o que não é falso é o primarismo dessa concepção e sua nocividade. Substituindo-a pela compreensão dialética da produção dos valores, em consonância com o movimento da realidade, estaremos dando ao País em processo de expansão uma fecunda categoria, que facilitará acolher prazerosamente, em nome do ideal humanista, as transformações, ainda as mais profundas, que se fizerem necessárias para permitir-lhe a plena utilização dos seus recursos em favor dos que o habitam.

20 — DESPRÊZO PELA LIBERDADE

Nesta mesma ordem de considerações, convém assinalar outro pendor do pensar inocente a que, de certo modo, já fizemos referência, e se enquadra na perspectiva da concepção rígida dos valores: é o desprêzo pelos reclamos da liberdade individual. Está intimamente associado ao item precedente.

Na sua essência, êste traço expõe a contradição inerente à consciência simplista, que, por um lado, cultua em tropos grandiloqüentes o ideal da liberdade como valor supremo, mas, por outro, mostra-se autoritária e intolerante quanto ao exercício individual da mesma liberdade. Liberal em princípio e nas declarações formais, é, na prática, hostil ao efetivo cumprimento do direito de livre atuação. Recusa aos outros a liberdade que não cessa de reclamar para si. Na sua cega parcialidade, acredita que, ao defender a liberdade para si, a está defendendo em geral, ou seja, para todos os que a merecem.

O alicerce desta atitude está igualmente, e talvez de modo mais profundo, no caráter absolutista da consciência primária. Para ela, a liberdade é um atributo concedido ao ser humano para um destino específico: o de realizar a perfeição da sua natureza, segundo a idéia que ela faz desta última. A liberdade está, portanto, vinculada à verdade *a priori*, tanto quanto ao valor eterno. Como, por constituição, aquela consciência, em virtude da sua pretensão de validade absoluta, é a única a estar de posse da verdade, cabe-lhe de direito decidir sôbre o exercício da liberdade, concedendo-a sòmente a quem, achando-se orientado para a verdade, irá utilizar-se do poder de livre decisão, a fim de realizar concretamente as idéias verdadeiras que possui. Concedê-la a outros, não participantes da verdade, é contribuir para destruí-la, pois entre as coisas que considera falsas estão as teorias dos que, conforme julga, pretendem sopitar a liberdade. Dêste modo, é preciso negar a liberdade aos que negam a liberdade, para que ela se realize na sua plenitude;

esta não se mede pela área da sua distribuição, mas pela identificação com a verdade absoluta e os fins morais. Por isso, logo que o outro, no uso da sua liberdade, pratica ações que lhe contrariam os interêsses ou as crenças, a consciência elementar cassa-lhe o direito que, segundo diz, não soube exercer.

O conceito de liberdade proclamado pelo pensar ingênua é portanto contraditório. E a causa de tal contradição, encontramo-la, mais próxima, no traço descrito no item anterior: a fidelidade a valores imutáveis. Por motivo desta crença, a consciência primária é povoada por uma multidão de valores, que julga os únicos possíveis, e cultiva como eternos e subsistentes por si. Assim sendo, a liberdade que defende é aquela que se destina, de acôrdo com a verdade *a priori*, a permitir o cumprimento dêsses valores, e não de outros, inexistentes ou ilusórios. Logo, não se compreende que a liberdade venha a servir para a dedicação a falsos valores, conduza a ações que desvirtuam os verdadeiros; por conseguinte, em nome mesmo do princípio liberal é preciso impedir a alguns o direito à liberdade. Não escapa ao pensamento ingênuo a existência desta contradição, mas, como é de esperar, tem para ela uma explicação, que lhe parece convincente e apaziguadora de quaisquer escrúpulos lógicos ou éticos. Consiste em admitir que há uma funesta dualidade na essência do homem, a partilha entre razão e imaginação. Pela primeira destas faculdades, são-nos conhecidos os verdadeiros valores, porém a imaginação, opondo-se a ela, é capaz de produzir inesgotàvelmente a idéia de outros, falsos, aparentes, infundados, contudo tão ou mais sedutores que os legítimos. Se a liberdade fôsse o poder de realizar ações indiferentes quanto aos seus resultados, fonte de gestos lúdicos, seria de fato ilimitada e não haveria direito de cerceá-la quando inclinada a pôr em prática valores julgados não genuínos; mas, a razão nos ensina que a liberdade é um dom da natureza moral do homem, e como tal está vinculada à verdade dos autênticos valores que deve cumprir. Justifica-se. então, com o auxílio dessas lucubrações, o paradoxo do liberalismo intolerante: a liberdade, do mesmo modo como na concepção dos filósofos dialéticos idealistos, só existe para dar cumprimento aos conteúdos *a priori* da razão. Os valores, sendo preexistentes e imutáveis, servem-se da liberdade como do instrumento que lhes permitirá aparecerem objetivamente sob as espécies dos fatos nas ações humanas. A liberdade só existe, pois, para cumprir a lei, que é eterna.

Não é de estranhar, portanto, que, politicamente, a atitude de tal consciência seja de fato o autoritarismo mais prepotente. Escorada em confusos raciocínios de teorias mal compreendidas, a consciência ingênua chega a esta curiosa conclusão prática: justifica sua intolerância de fato em nome da tolerância de princípio. É sabido que certas concepções do pensamento existencial apontam o caráter paradoxal do que chamam de autêntica liberdade, aquela pela qual o homem construiria a sua realidade; não se deve confundir, porém, êste paradoxo com o anterior, embora seja, tal como o outro, ingênuo, infundado e errôneo. Apoiada nessa confusa concepção, a mentalidade elementar decreta não poder a sociedade escusar-se de policiar a liberdade, sob pena de anarquizar-se. O exercício do policiamento porém conduz na prática a suprimir o direito de ativa dissensão ideológica; de fato, como o limite entre as ações de menor importância ética ou política e as que, mais graves, ofendem o sistema de valores reconhecidos úteis e os únicos corretos, não é uma fronteira definível de maneira inequívoca, vale mais, para tranqüilidade geral, privar dos meios de ação aquêles que despertem qualquer suspeita de querer atentar contra a ordem de idéias vigente. Sendo impossível a análise detida dos casos individuais, é preferível, por precaução, retirar de cada um o direito que ameaça arruinar a todos.

Vemos, portanto, que os traços de fácil apêlo à violência, de exasperação e vociferação, já descritos como facêtas da consciência simplória, se conjugam com a tendência a recusar aos outros o direito de pensar e agir de modo diverso do julgado verdadeiro. Estamos agora em condições de perceber em que fundamento assentam aquelas diversas manifestações, antes expostas: repousam tôdas sôbre a crença na eternidade e imobilidade dos valores. É, pois, o mesmo espírito antidialético e anti-histórico, definidor daquela modalidade do pensar, que anima todos os seus comportamentos. A intolerância justifica-se enquanto defesa da ordem, entendida esta como a configuração social atualmente existente de fato. Por ser a real, parece aos olhares ingênuos a única justificada e a que, por direito, é perpétua. Escapa-lhe a reflexão de que antes da atual houve outras, e que o mesmo pensamento, aplicado naquele tempo, teria impedido o surgimento desta, que seus defensores de agora consideram a única legítima. Defender a causa da ordem em abstrato, enquanto atitude ideológica inflexível, é um dos sinais marcantes da consciência despreparada. Para ela, a ordem é o supremo bem da convivência comunitária e se consubs-

tancia na estrutura da realidade atual, cuja margem de variação é mínima. O real é isto que aí está, e não se teria realizado se nêle não se concretizasse um sistema de relações que estabelece entre os elementos sociais uma ordem válida pelo simples fato de se haver tornado efetiva. A defesa da ordem supõe inocentemente o privilégio do presente e o encerramento do processo histórico. A atitude conservadora, não fôssem as causas objetivas que a explicam, torna-se compreensível quando levamos em conta a visão anti-histórica, que lhe nutre a crença de poder paralisar as transformações sociais a pretexto de defender uma condição considerada satisfatória para a imensa maioria dos homens. Ressalta êste modo de pensar, mais que em qualquer outra concepção, na doutrina sociológica da escola positivista clássica.

A ordem, concebida na prática como o Estado que garante os interêsses da classe dominante, deve ser mantida a todo custo; só há um progresso desejável e admissível, é o que assegura cada vez mais a manutenção dessa ordem. A única evolução tolerável na sociedade, nas idéias e instituições, nos costumes e relações econômicas, é a que conduz ao fortalecimento da hierarquia social vigente, resguardando-a de qualquer risco de alteração. Dentro dêste esquema, a liberdade não é livre, se nos é lícito exprimir assim, mas vinculada a uma ordem de coisas fixa, e só vale para permitir os atos que reforcem tal estado, contra os perigos de perturbação. Ora, o que mais ameaça a ordem vigente não são as reações esporádicas de indivíduos ou grupos, insatisfeitos com a situação, mas a crença na sua contingência, a idéia de que possa ser outra, e mesmo de que deva ser outra, quando forem diferentes as condições reais sôbre que repousa, a certeza de que sua validade histórica atual é acompanhada dialèticamente da compreensão de sua precariedade. O mais funesto dos conceitos para os defensores da "causa da ordem" é o de que a disposição atual deve mudar e ceder lugar a outra, que será tão "ordem" quanto a presente, por mais que se mostrem impermeáveis a êste entendimento os que não dispõem senão de um modo de ver simplista.

Os verdadeiros adversários da causa da ordem não são os inquietos, os rebelados com as injustiças e infelicidades contidas na chamada "ordem", que afinal não fazem senão prestar-lhe um serviço, apontando os defeitos e insuficiências a serem corrigidos sem quebra do arcabouço fun-

damental; são os ideólogos que a relativizam, rasgam-lhe os estatutos de direito ao demonstrar-lhe a transitoriedade. Como, porém, a pregação destas idéias supõe a liberdade de expressão, a política ideològicamente conservadora terá muito mais de recear a livre manifestação do pensamento do que a livre explosão do ressentimento. Com efeito, o instrumento histórico capaz de determinar a substituição da ordem é a liberdade. A liberdade é assim disputada por dois grupos, os que a pregam com o intuito de, por meio dela, reforçar a ordem presente, pois a consideram condição do progresso, que redundará em tornar imperecível o atual estado de coisas; e os que a desejam para utilizá-la na construção de uma outra ordem, futura. A consciência crítica da realidade nacional acolhe favoràvelmente os anseios da livre ação individual, porque sabe, em primeiro lugar, que é inútil pretender sopitá-los, porquanto, se assim fizesse, não conseguiria mais do que obrigá-los a mudar de tática; e em segundo lugar, porque conta com êles para a realização das transformações que tem em vista. Em páginas ulteriores dêste trabalho procuraremos expor e defender o que nos parece ser a doutrina crítica da liberdade, entendida em função do contexto do país subdesenvolvido e do momento histórico de expansão do seu processo econômico.

Nada é mais falso do que supor que a teoria do desenvolvimento nacional patrocine a crença no determinismo mecânico, segundo o qual a realidade presente automàticamente produzirá a etapa seguinte, em virtude de cega fatalidade. Ao contrário, a lógica do processo implica a liberdade da intervenção humana, como origem de decisões eficazes. A lei imanente ao processo das transformações do real exige a consciência onde se reflita e a liberdade desta que a reconhece como lei. A necessidade como atributo da lei não consiste em que esta produza exclusivamente por si as situações e os acontecimentos a ela submetidos, mas no fato de, sendo reconhecida pela consciência a lei do processo objetivo, determinar que os atos partidos de tal consciência se conformem com as suas exigências.

Com efeito, a consciência, enquanto representação, é fonte de ação e, conhecendo a lei objetiva, não deixará de projetar senão os atos tornados possíveis em vista da lei, e portanto contidos no determinismo empírico dos fenômenos. O conhecimento da lei faz da liberdade concreta um instrumento dela. Contudo, a liberdade de reconhecer a lei, ou não, persiste sempre, mas é claro que a liberdade de não reconhecimento da lei se reduz apenas à ignorância de que

ela existe. Na prática, no caso de não ser admitida, o curso da realidade sofrerá retardamento em suas mudanças ou alterará os seus rumos. Sendo a liberdade exercida no reconhecimento da lei, é parte dessa mesma lei. Ou seja, falando por momento em têrmos antropomorfizados: o processo real conta com a liberdade para promover os atos que o desenrolam, mas não tem poder de determiná-la a nenhum ato em particular, nem mesmo ao primeiro dêles, que é precisamente o de reconhecer a lei a que está submetido. Quando, porém, isto se dá, a consciência se apossa criticamente da compreensão do processo, e ao perceber que nêle estão as oportunidades de satisfazer interêsses prementes e não atendidos de imensa massa de sêres humanos, passará a fazer do futuro um motivo de ação, a se decidir em função dêle. Incorpora-se, assim, mediante atos livres, ao processo cuja representação justa agora possui. Dêste modo, a liberdade se transforma na fôrça com que, falando ainda em linguagem metafórica, a história contava para se realizar. Como, porém, as condições da realidade e a estrutura das relações econômicas em determinado regime de produção, constituem aspectos da existência material do mundo exterior, a liberdade só intervém para modificar combinações de fôrças existentes; neste sentido é que se diz com razão que se torna, ela própria, fôrça objetiva. É indispensável, portanto, que disponha do mais amplo campo de ação, que não lhe sejam impostas outras limitações senão as que provêm naturalmente das resistências físicas contra as quais opera, e nunca as que derivam de outra liberdade superior, a de alguém que a ela se oponha, procedendo como obstáculo irremovível. Se não houver autonomia das liberdades individuais não se configurarão as condições ótimas de desenvolvimento do processo real, no qual a iniciativa, esclarecida pela compreensão crítica, tem papel decisivo.

Mas é justamente aqui onde a mentalidade primária engendra efeitos negativos, ao partir do pressuposto, embora inconfessado, de que a liberdade é um mal, ou pelo menos um perigo. O que podia ter realizado de bom já fêz, é precisamente o estado de coisas atual, de modo que de agora em diante seus reclamos são sempre suspeitos de intenções malévolas. Para a consciência que arvora em valor definitivo o estado presente, a liberdade só foi um bem em ter permitido que êste se constituísse, mas seria logo a seguir um mal se viesse a servir para alterá-lo. Cria-se assim o que se poderia chamar a doutrina dos graus de perfeição da liberdade, segundo a qual os atos livres não se equivalem

em qualidade, sendo uns melhores do que outros, e perfeitos apenas os que reforçam concretamente a situação vigente. Exemplo característico desta ingenuidade, é a atuação dos políticos de oposição aos regimes opressivos, que na fase da perseguição bradam sem cessar pelo direito de crítica e de ataque, mas logo a seguir, se porventura assumem o poder, comportam-se igualmente como opressores, para defender, contra terceiros, o que julgam ser a liberdade conquistada.

Vê-se bem aqui o conceito simplório da liberdade, confundida com um estado externo acidental, que é preciso obter pelos benefícios que proporciona aos objetivos pessoais de quem luta por ela. A consciência crítica advoga a liberdade como condição de desdobramento das virtualidades implícitas no processo de desenvolvimento. Vê nela fundamentalmente uma característica do ato, e só em segundo lugar do agente. Não queremos contudo antecipar a apresentação do nosso próprio ponto-de-vista, que será exposto e discutido ao examinarmos as categorias da consciência crítica. Aqui desejamos apenas encarar a questão da liberdade na forma em que habitualmente é tratada pela consciência simplista. O modo crítico de pensar não receia que do embate das ações livres venha a resultar impedimento à expansão nacional, abandonada à anarquia de impulsos contraditórios, todos igualmente lícitos e permitidos. Por isso, sua defesa da liberdade refere-se antes de tudo às liberdades populares. Não discute o problema em caráter doutrinário, seus aspectos metafísicos ou jurídicos, nem em relação a indivíduos isolados, o que fàcilmente a encaminharia à posição aristocrática, onde a liberdade seria concebida como dote privativo das elites; tais formulações são próprias do pensamento cândido. Discute-o como problema histórico, como exigência da consciência da massa. A consciência ingênua fala da liberdade, a consciência crítica precisa dela. É à massa que é preciso dar liberdade, para desenvolver as novas fôrças produtivas de cuja operação depende a realização das transformações objetivas. A consciência superior defende a liberdade como fator benéfico e indispensável, sabendo de antemão que o povo a vai usar no sentido de conseguir o bem-estar econômico e o aperfeiçoamento cultural.

21 — INTELECTUALISMO NA CONCEPÇÃO DOS PROBLEMAS SOCIAIS

Parece-nos oportuno fazer seguir as considerações acima da indicação de mais um traço do pensar inocente: o caráter intelectualista das soluções que propõe para os problemas sociais. Consiste êste ângulo da sua natureza em acreditar na eficácia das idéias puras para dar remédio às dificuldades e desequilíbrios da sociedade e corrigir o que julga serem os desvios do seu curso histórico.

Segundo êste modo de pensar, os males da sociedade são fundamentalmente de ordem intelectual, têm sua causa última na confusão das idéias, que impede os homens de perceber o verdadeiro significado e a disposição natural dos fatôres sociais, obstando, assim, a que a comunidade se organize de acôrdo com o plano racional que, caso fôsse entendido e seguido, viria solucionar problemas que não devem sua aflitiva realidade senão à ignorância generalizada.

A causa dos males nacionais tem de ser procurada naquilo que certos pensadores chamam de "anarquia mental". A sociedade ocidental culta, por mais que haja evoluído na aquisição do saber, na capacidade de invenção de técnicas para trabalhar a natureza e na criação de condições de confôrto humano, não conseguiu realizar o mesmo progresso na organização lógica do saber, de modo que as ciências se desenvolvem sem se organizarem em sistema coerente e completo, e, por isso, quanto mais rápido é o avanço da cultura, tanto mais se agrava o estado de anarquia intelectual, cuja conseqüência imediata é a desorganização dos costumes. A desordem da razão instala necessàriamente a desordem moral. Esta, por sua vez, acarreta a deterioração política. As instituições se decompõem, deixam de atender aos seus fins próprios, e portanto os problemas sociais ficam sem instâncias legais que os resolvam em nome da coletividade, quando a desordem moral, e tôda a corrupção que a acompanha, se produz como resultado da obnubilação

mental. Se assim é, a sociedade não subsistirá se não encontrar no seu seio pequeno grupo de pensadores políticos, de filósofos, encarregados de fornecer-lhe as idéias claras de que o povo se deve alimentar. As idéias não são decoração luxuosa da sociedade, mas a condição da sua possibilidade de existir, pois sem elas sobrevirá o caos, por falta dos fatôres intelectuais indispensáveis para manter a estrutura política. A veracidade das idéias vigentes na comunidade é para ela questão de vida ou morte, porquanto se vier a impregnar-se de algum êrro intelectual grave pagará com o declínio e a aniquilação a sua fraqueza. Pensar corretamente e policiar as falsas concepções, é uma função permanente no organismo social, e mesmo a mais importante, porque é a que assegura a conservação e estabilidade do corpo coletivo. Para desempenhá-la tem de haver, portanto, uma elite de homens esclarecidos, capazes de compreender o verdadeiro espírito que deve presidir às relações sociais, e dotados do poder de se fazerem ouvidos e respeitados. Da presença e qualidade dessa elite depende o destino da sociedade. Porque, conforme acreditam os adeptos destas simplicidades, vivemos atualmente em plena crise social, cuja raiz tem de ser buscada na desordem das idéias. Conseqüentemente, a reforma da sociedade há de fazer-se por meio da reforma da inteligência. É inútil remover as condições materiais básicas desfavoráveis, é errôneo acreditar que com melhores meios de subsistência as grandes massas verão resolvidos os problemas que hoje dão causa às suas agitações. Tais medidas serão sempre insuficientes, porque afinal de nada adiantará conseguirem melhor padrão de vida, se a sociedade a que pertencem não tiver uma elite esclarecida que comande a dinâmica do progresso que aí se opera, no sentido da realização cada vez mais perfeita da disciplina moral, e se esta elite não dispuser do prestígio e do poder de tornar eficazes os seus enunciados. Com efeito, o melhoramento das condições de existência não tem limites; nada valerá dar às camadas populares mais alto nível de confôrto, se concomitantemente não lhes forem fornecidas idéias justas sôbre os seus direitos e a correta constituição da sociedade; do contrário, sua natural tendência ao desregramento e à ambição desmedida as levarão a renovar as reclamações de melhorias, num movimento sem fim. Para sofreá-las dentro dos limites da sã razão, é imprescindível a prédica de uma ideologia científica, que as esclareça sôbre seu papel, dotando-as de idéias capazes de arrefecer-lhes os instintos desabridos.

A reforma da sociedade deve vir "de cima", a rigor basta fazer-se nas camadas dirigentes. Quando estas estiverem devidamente iluminadas, tudo o mais se conseguirá sem dificuldades, porque a sociedade tem uma hierarquia natural na sua estrutura, composta que é de classes superpostas e irredutíveis, cujo concurso harmonioso só será obtido pela clara compreensão do regime de relações imutáveis que deve haver entre elas. Se, por ignorância dessa hierarquia, as que estão mais abaixo se sublevam e clamam pelos mesmos direitos, ou se as superiores afrouxam a necessária disciplina moral, entregando-se aos excessos propiciados pelas boas condições de vida de que desfrutam, instala-se a anarquia. O perigo de revolução é iminente, e se esta chegar a produzir-se será uma catástrofe nacional, que retardará por tempo imprevisível o advento da ordem natural. A revolução é sempre um mal, porque indica a exacerbação dos instintos egoístas e seu predomínio sôbre as tendências altruístas, sempre conciliadoras, nas quais deve alicerçar-se a ordem de convivência. Além do mais, a revolução deriva de errônea precipitação no processo de evolução social, pretendendo conseguir pela violência e pelo tumulto o que só será alcançado pela reforma da razão individual, aceitando voluntàriamente submeter-se à disciplina de um sistema de idéias. A revolução é acidente histórico, nunca necessário e sempre evitável, porquanto os podêres de que dispõem as elites dirigentes são tão grandes, que sòmente à sua própria cegueira e inoperância devem atribuir as perturbações revolucionárias de que serão as primeiras vítimas. Se possuírem a reta representação do equilíbrio social e das medidas a serem executadas para conter em seus justos limites as pretensões das classes obreiras, tendo, como têm, a seu favor a verdade do sistema social vigente, não deixarão de ter sucesso na defesa do domínio que legìtimamente exercem. O problema social cifra-se, pois, no conhecimento, por parte das classes superiores, das leis naturais que regem a sociedade. É questão de inteligência, de compreensão exata, de ciência. Quanto aos outros, os que, por ocuparem posições inferiores, não dispõem de poder de comando, mas se acham em situação de obediência, aceitarão com prazerosa docilidade a supremacia e o govêrno da elite, desde que para isso sejam educados.

Completa-se, com êste último aspecto, o esquema da concepção intelectualista da consciência social: a sociedade é dividida em dois planos superpostos, a elite intelectual, o patriciado, detentor da cultura e do direito de pensar, e a

massa obreira, diligente executora do trabalho material. À primeira compete produzir as idéias, à outra absorvê-las, submissa. A transmissão das idéias, do plano superior ao inferior, constitui o principal escopo da educação. Por êsse motivo, uma teoria da educação é inseparável da teoria intelectualista da realidade social. Com efeito, educar-se é o único destino honroso oferecido aos que não habitam a região olímpica. A mentalidade primária, imbuída do preconceito intelectualista, que na prática lhe assegura a supremacia dos seus interêsses, apela para a educação como instrumento para obter a obediência dos que não pertencem à classe superior. Sabendo que os interêsses dêstes não coincidem com os seus e que, por isso, não lhes ocorrerá espontâneamente tomar as atitudes que dêles deseja, percebe que é preciso educá-los para tanto, reduzindo assim a educação a um processo persuasivo, destinado a impor os pontos-de-vista da classe culta com função dirigente. Supõe que está atitude é moral e justificada, porque a massa, como tal, não tem compreensão alguma, é o puro disponível às idéias, e quando julga que as produz não faz mais do que desorientar-se no regime de anarquia e confusão. A educação visa a convencer as camadas populares de que as idéias que motivam as suas agitações provêm de elaboração improvisada, espontânea e caótica, impossível de traduzir-se em sistema racional, idéias desacertadas, às quais, por ignorância, misturam os seus dignos e respeitáveis anseios de progresso e bem-estar. É por deficiência de esclarecimento intelectual que isso ocorre. Os impulsos humanos coletivos são justos, mas, por êrro da inteligência, em vez de se exprimirem em idéias certas e adequadas, que os conteriam dentro dos limites onde encontram viabilidade, vão manifestar-se em conceitos enganosos, em julgamentos infundados, em conclusões absurdas.

Onde estão, porém, as idéias certas, as que de fato convêm à imensa maioria? Na inteligência das elites. São elas que, pela cultura adquirida, estão em condições de pensar pelos que não sabem pensar e de interpretar para as massas as suas tensões interiores, que, ou não chegam a exprimir-se, não passando de esbôço amorfo de pensamento, ou se enunciam em noções equivocadas. As elites devem corporificar a sua interpretação em proposições acessíveis, em forma de doutrina clara, rigorosa, compreendida por todos. Difundi-la e fazer o povo aceitá-la é o que compete à educação. A consciência ingênua orgulhosa não confia na sabedoria do povo, nem mesmo quando êste declara as suas necessidades mais elementares, o que lhe convém, o

que deseja ser. Ao contrário, sendo o povo no todo social a parte por natureza ignorante, o êrro intelectual o afeta de modo constitutivo e por isso dêle não se livra por seus próprios recursos, mas sòmente quando recebe a cultura que lhe é oferecida, pronta, pelos que têm a possibilidade de criá-la. Além do mais, como são as elites que estão na posse do poder e, de ofício, lhes compete resolver os problemas gerais da população, é preciso que êstes sejam equacionados segundo o modo próprio de compreender da mentalidade superior, pois, se forem moldados noutra forma, na linguagem com que os exprimem as classes menos favorecidas, não encontrarão condições favoráveis de solução, não sendo devidamente entendidos pelos únicos que têm obrigação e poder de solucioná-los. Até mesmo para se dizer o que se sofre, há a maneira correta, conveniente, "educada", ao lado de outras, grosseiras, impertinentes, ilógicas. A assistência intelectual das elites começa, pois, pelo trabalho de dar forma às próprias reivindicações das camadas indóceis da sociedade. Esta primeira tarefa é essencial, porquanto, se não forem disciplinadas as exigências populares, o problema nasce conturbado e em más condições para posterior resolução.

Uma vez que tenham atendido à incumbência de formular adequadamente os problemas que afetam as massas, ajudando-as a não se perderem em pretensões desmedidas, embalando-se na ilusão de desempenhar um papel político indevido, as elites passam, no segundo momento da sua assistência, a empreender pràticamente a resolução das questões sociais. Esta não consiste, contudo, na reforma imediata das instituições, mas em prepará-la pela reforma moral prévia. Realizar a transformação ética, a reforma das consciências, é tudo quanto lhe parece necessário fazer como atuação objetiva. Recompor a sociedade, saneando-a pelo enriquecimento intelectual, é o papel da educação. As idéias certas determinarão a conduta certa, a qual é condição indispensável para corrigir os desequilíbrios sociais. Corrigir os erros do pensamento popular, evitando-lhe os desvios e as impertinências, é produzir as condições de normalidade da evolução social, dentro da qual, pela dinâmica espontânea da realidade, sempre em regime de ordem, terão encaminhamento e solução os problemas coletivos.

Tal é o traço intelectualista que, com outros, nos parece caracterizar a consciência ingênua. Sua pobreza de compreensão é evidente. Faz da sociedade uma idéia inteiramente abstrata, divorciada dos verdadeiros móveis das

ações humanas. Seu conceito da estrutura social é estático, limita-se a assinalar a cada classe, e a cada indivíduo dentro dela, uma posição única, invariável no curso histórico. Há classes inferiores em si, natural e irremediàvelmente colocadas em posição subordinada, incapazes de conhecer e de exprimir por si próprias os seus interêsses. Êstes estão regulados de antemão pela estrutura rígida e perene do corpo social, cuja evolução é do tipo da evolução natural, linear, regida por um determinismo mecânico, necessário e inabalável. Segundo êste esquema, uma elite de sábios deve comandar a reforma dos costumes, mediante o conhecimento das leis gerais do todo. Não é preciso demasiado esfôrço para percebermos que a mentalidade simplória incide aqui no êrro de tentar "fundar por cima" a sociedade, se assim nos é permitido dizer, quando a verdade se reduz a êste truísmo: a sociedade é "fundada por baixo".

A concepção intelectualista ignora o significado das bases materiais da existência e sua causalidade objetiva, não valoriza devidamente os condicionamentos que, de modo inelutável, as transformações históricas impõem. Acreditando que tudo depende das idéias, a consciência ingênua fica irremediàvelmente fechada à percepção do que representam as exigências econômicas, como motivos existenciais do comportamento da massa. Sua tendência teorizante apresenta-lhe o quadro de miséria das massas trabalhadoras rurais e urbanas em caráter de mera sistematização lógica, abstrata e incolor, onde não cabe a presença vivida do sofrimento, mas tão-só a idéia, fria e distante, de um estado realmente desagradável. Como tem da realidade uma noção subjetiva, julga poder alterar a face da terra agindo apenas sôbre as outras subjetividades. Pensa que transmitindo idéias anula os fatos, que satisfazendo o espírito remedeia as necessidades. Chama de anarquia social o que na verdade é a permanente gestação de novos tempos. Não percebe a candura da pretensão de opor-se ao movimento histórico porque não reconhece a existência dêsse movimento. Seu esquema é rígido, estático, formal. Seu anelo supremo é a ordem, consistindo na imitação pela realidade de um mundo de idéias hierarquizadas segundo relações perpétuas. Em tal modalidade de consciência, não é de estranhar que o autoritarismo, a tendência à ditadura, à repressão da liberdade, ao castigo do êrro intelectual, acompanhem sempre êste traço de ingenuidade. Justifica-se, assim, a chamada "ditadura republicana", a ação moralizadora e justiceira do bom tirano, que executa a nobre missão de pôr em ordem os fatôres

sociais, tornando realidade o ideal, concebido pelos sábios, de uma sociedade orgânica, limpa, tranqüila, estável. O que há de mais grave neste simplismo é o seu efeito entorpecente sôbre o trabalho de promoção do desenvolvimento nacional. Ao propagar o mito das elites e da reforma intelectual, a consciência ingênua, de um lado, tapa os ouvidos aos clamores populares, indistintamente considerados como sintomas de anarquia moral, e, de outro, credencia um grupo de cúpula para fazer a reforma das instituições.

A implantação da ordem, a salvação nacional, terá de ser feita pela fôrça das elites, mas a consciência se defronta então com esta circunstância paradoxal: nunca sabe ao certo quais são os que de direito devem ser considerados como constituindo a elite. O reconhecimento da elite é a tragicomédia da mentalidade ingênua; com efeito, por não se resolverem as questões segundo o modo como desejaria, atribui tal fato a que o País ainda não chegou a formar a elite desejável e, assim, ao mesmo tempo em que apela para os expoentes da inteligência, à vista do insucesso constante, nunca os aceita no presente. Por mais que subam aos postos de govêrno homens aparentemente qualificados por predicados intelectuais e morais, sua evidente ineficiência em vez de conduzir a consciência simplória a rever o esquema geral em que se apoiara, a faz apenas declarar não constituírem por ora tais homens a elite suspirada. O intelectualismo é então arrastado a uma espera indefinida, que acaba sendo sentida como insucesso e o impele a dissolver-se em duas tendências opostas, igualmente ingênuas: ou o messianismo, quando explica faltar muito ainda para que o País encontre os homens de que necessita, a fim de pôr côbro aos descalabros atuais, porque temos muito de progredir até se formar o escol social com suficiente vergonha e espírito patriótico para empreender com honestidade, eficiência e punho de ferro a reforma que se faz imperiosa; ou o saudosismo, quando coloca no passado a idade de ouro e a declara irremissìvelmente perdida, contentando-se em cultuar-lhe a memória, em exaltar os grandes mortos, que deveriam cada vez mais dirigir a ação dos vivos, os varões que outrora com honra e sabedoria serviram à Pátria, construindo-lhe a grandeza, e nesse culto encontram o lenitivo espiritual para o contato com a podridão ambiente.

A nocividade dêste comportamento primário está em desviar para o plano abstrato a autêntica e imprescindível contribuição da inteligência ao processo de desenvolvimento, contribuição que nada tem a ver com o estilo de pensar que

acabamos de descrever. Por isso, fica desde logo refutada, por improcedente, a objeção, que acaso nos fôsse feita, de cairmos também nós no vício do intelectualismo, ao propugnar para o País a necessidade de uma ideologia do desenvolvimento. Tal não é o caso, porque, em primeiro lugar, a ideologia não é, a nosso ver, fórmula intelectual, não reflete uma concepção abstrata das relações sociais, antes é apropriação do processo da realidade no seu conteúdo material, o que implica a primordial consideração das condições objetivas, cuja lógica é concreta; quando, fundados na percepção das condições empíricas, diligenciamos por tirar delas um plano de desenvolvimento do País, estamos fazendo exatamente o oposto da atitude intelectualista. Além do mais, não incorremos na ingenuidade denunciada, por não associarmos à teoria do desenvolvimento nenhuma cogitação moralista, à maneira dos que pregam o esclarecimento das idéias como meio para melhorar o estado moral da humanidade, premissa indispensável a qualquer solução política. E por fim, podemos dizer também que não caímos no defeito indicado, porquanto para nós a origem e o suporte da ideologia do desenvolvimento acham-se nas massas e não nas "elites", no sentido em que os setores sociais que se consideram tais se concebem a si próprios. Por tôdas essas razões, não assistiria nenhum direito a quem desejasse dirigir contra nós a nossa argumentação. O intelectualismo é de fato uma ingenuidade, mas nela não caímos, pois sabemos que a função, única e insubstituível, da inteligência deve ser a de pensar de modo crítico o processo da realidade. É o que nos propomos fazer na segunda parte dêste estudo, examinando a forma crítica da consciência da realidade nacional, a fim de descobrir as categorias que a configuram, entre as quais, veremos, está a da racionalidade do processo objetivo. Sem incidir na inocência de uma concepção intelectualista, ninguém mais do que nós reclama os direitos da razão a ser a suprema instância criadora da representação verídica do mundo e a comportar-se como origem dos projetos eficazes de transformá-lo. Embora daí resulte uma teorização da existência nacional histórica, os caracteres distintivos há pouco mencionados excluem qualquer semelhança com o ponto-de-vista intelectualista ingênuo.

22 — CULTO AO BOM-SENSO

Outra modalidade da atitude inocente aparentada à anterior é a que chamaremos de culto ao bom-senso. Mais freqüentemente encontrada em indivíduos de escassa instrução, não raro é esposada por aquêles que, descrentes de teorias que não chegaram a entender, declaram, num gesto iconoclasta, só restar aos homens de bem a confiança no bom-senso, e que, se nos dirigíssemos pelas suas infalíveis inspirações, tudo andaria muito melhor.

Parecendo à primeira vista a negação da atitude intelectualista, na verdade coincide com ela ao ignorar a correta apreensão racional do processo histórico. Proclamar a superioridade do bom-senso é ou demonstração de primarismo ou indício de desespêro e desânimo nos esforços da razão. No primeiro caso, o bom-senso é a suposta faculdade de que os ignorantes enfatuados se julgam munidos e que os dispensa de considerar o trabalho dos estudiosos e dos pensadores empenhados em interpretar a realidade. Segundo crê, a realidade é simples, os "intelectuais" é que a complicam. Os problemas do País, afinal de contas, são elementares, basta possuir mediano bom-senso para ver o que é preciso fazer. Ora, êsse bom-senso a consciência ingênua pensa possuir. Por isso, não tem a menor cerimônia em oferecer a propósito de qualquer dificuldade a solução conveniente. Espanta-se, e depois se irrita, ao ver como, apesar disso, tantos se obstinam em investigações, estudos, discussões, quando tudo é tão simples e fácil de resolver.

Um primeiro grupo de representantes desta mentalidade é composto por pessoas evidentemente de formação intelectual mínima, e embora não cheguem, por isso, a divulgar de forma impressa o seu modo de pensar, êste não é menos importante, uma vez que goza de larga difusão oral. Seu atrativo está em dar aos não instruídos um fundamento para manifestar-se, envaidece a ignorância, apresentando-a como estado virginal do espírito, onde teria exercício desimpedido uma intuição compreensiva, espontânea, perdida

pelos que se entregaram à opressão dos estudos científicos. Encontra-se algumas vêzes uma tentativa de justificar esta posição, principalmente da parte de alguns escritores que, apoiados em vago conceito da excelência natural da razão humana, confiam num dom particular do espírito, que seria uma espécie de instinto, para dar resposta prática aos problemas oferecidos pela vida. Pensam que as complicações com que nos debatemos são artificiais e desapareceriam se adotássemos maneira simples de encarar as coisas, renunciando às exigências excessivas e sobretudo às divergências e ódios que separam os homens e as nações. É justificável apelar para o bom-senso, porque é uma faculdade inerente a todo ser humano, só obscurecida e tornada impotente pelos eruditos, os especialistas, os técnicos, que desnecessàriamente se encarniçam em procurar soluções complexas para o que só a êles parece difícil. Sendo o bom-senso uma propriedade comum a tôda a espécie humana, é por meio dêle que se terá de construir a organização social mais perfeita, única a receber o assentimento unânime da humanidade. O bom senso é patrimônio universal e foi dado ao homem justamente para servir de faculdade intuitiva comum, capaz de encontrar soluções aceitáveis por todos. O que é preciso pois é rejeitar as cogitações artificiais e formular tôdas as questões em têrmos de bom-senso.

Um segundo grupo adota êste mesmo comportamento não por primarismo, mas por desespêro. É também composto de ingênuos, mas seus motivos são outros. São pessoas que julgam ter procurado por tôda parte a verdade e o caminho, mas não a achando, desanimam do poder da razão armada de conceitos e doutrinas e concluem só haver salvação na espontaneidade. São os que passaram vários anos de vida estudando, superficialmente, é claro, teorias filosóficas, lendo livros de apologética das diversas religiões, perlustrando amenas exposições da história, consumindo as melhores obras de divulgação científica, ou informando-se das principais doutrinas econômicas. Coletando, assim, ao acaso, certo cabedal de conhecimentos, nêle não encontram a satisfação que o espírito almeja. Não sabem como ordená-lo, não acham apoio para escolher posições definitivas, e por isso permanecem em regime de absoluta perplexidade intelectual. Após quase sempre um fracassado ensaio de chegar a uma conclusão eclética, proclamam-se desiludidos dos podêres da inteligência pura; é quando passam a fazer a apologia do bom-senso. Só nesta atitude adquirem o desejado repouso espiritual. Acreditam tanto mais na superior

validade desta fórmula, quanto a ela só chegaram depois do que julgam ter sido exaustivas e sinceras diligências de busca da verdade nas ciências, nas filosofias e nas religiões. Chegaram ao bom-senso após terem feito o possível para obter uma resposta da inteligência.

No terreno das especulações abstratas, esta atitude não é nem mais nem menos válida que outras do mesmo gênero. Quando, porém, sua nocividade se patenteia de modo mais sério é ao se constituir como forma de consciência da realidade nacional. Neste caso, o culto ao bom-senso origina uma completa doutrina da realidade, consistindo em acreditar na ordem espontânea da sociedade, determinada pelo caráter do mundo e pelos instintos e tendências de que o homem é portador. O homem e a natureza compõem de direito um conjunto harmonioso, infelizmente destruído pela inconsciência e maldade de alguns, que, em lugar de cultivá-lo, introduziram a frenética corrida de interêsses, a sofreguidão de riquezas e a sêde de poder, impulsos estranhos à constituição própria do homem, negadores da sua bondade congênita. O bom-senso era a faculdade cognoscitiva que correspondia a êsse estado harmônico, e por isso só apelando novamente para os seus ditames será lícito esperar a recuperação da ordem natural perdida.

Seja-nos permitido aproveitar a ocasião para assinalar a afinidade entre esta ingênuidade e outra, que muitas vêzes lhe dá a mão e se exprime numa locução constantemente ouvida de publicistas e políticos simplórios: é o têrmo "o bem comum". Faz parte infalìvelmente do repertório da consciência ingênua. Encontramo-lo como uma espécie de síntese de certos programas políticos, é uma palavra sublime que os propugnadores de tais correntes repetem com unção. Parece-lhes que ao invocar êste sagrado objetivo unir-se-ão os bons para a cruzada reformadora dos costumes cívicos e para a supressão das injustiças entre os homens. Resume a idéia de que a estrutura da sociedade e a resolução dos seus problemas têm por fim estabelecer o "bem comum". Com isso compõem um conceito que assume valor de significado supremo. Em função dêle se ordenam todos os demais e se hierarquizam os valores. Estabelece-se então uma espécie de universo platônico, onde cada idéia recebe o seu conteúdo significativo da relação que mantém com o Bem supremo. Êste é o valor final, a que deve visar o político, o sociólogo ou o especialista em qualquer ramo de conhecimento ou de atividade, pois da sua eventual concretização dependem o equilíbrio e a paz do todo social.

Denuncia-se, porém, o fundamento primário desta postura, quando se percebe que o têrmo "bem comum" pouco mais é do que um *flatus vocis,* uma emissão vocal sem qualquer conteúdo lógico seguramente definível. Com efeito, tentando-se analisá-lo, verifica-se faltar aos que o empregam a noção delimitada e clara do que representa. Contentam-se com o nome, prescindindo do que significa. Parece-lhes que basta falar em bem comum, pois todo mundo sabe o que é. De fato, se os interrogássemos, num impossível diálogo, diriam talvez que "bem comum" é o bem de todos os que vivem na sociedade de uma nação; mas, ao perceberem a tautologia, explicariam que se trata de organizar as relações sociais de tal modo que todos os homens, seja qual fôr a sua posição, encontrem no estado da realidade recursos que favoreçam a solução dos seus problemas e apoio para desenvolver os valores morais inerentes à personalidade. Desta forma, o "bem comum" é a possibilidade para todos do bem de cada um. Qualquer outra indagação não obterá mais do que fórmulas vagas e inocentes, porquanto a resposta única, se é que existe, a uma questão talvez desprovida de sentido, só seria fornecida por uma teoria da totalidade da sociedade e do processo histórico, e isso é coisa a ser realizada pelo pensar lógico, armado de instrumentos de análise intelectual, ou seja, tendo a natureza exatamente oposta à do bom-senso, que é a faculdade da qual procede a inconsistente e primária noção do "bem comum". Inventariando os ingredientes da consciência simplória, pareceu-nos indispensável não faltasse a menção da ingenuidade contida nesta locução, não deixássemos de consignar-lhe o caráter irrefletido, a vacuidade lógica. O "bem comum" a rigor não é nada, jamais poderá ter expressão objetiva, e por isso os que o apregoam não vão além do influxo mágico da palavra, na qual vislumbram a pacificação social, pela expansão da personalidade moral e justo atendimento das necessidades da pessoa humana. De que maneira, porém, se alcançará êsse valor beatífico, escapa totalmente ao conceito, que conserva, entretanto, grande prestígio e eficácia demagógica entre pessoas sem reflexão crítica. O efeito sedutor desta palavra, a que sucumbiram os seus cândidos defensores, propaga-se, pela ação dêstes, a outras consciências singelas, fazendo que cada um dos seus cultores seja ao mesmo tempo seduzido e sedutor. Dá-se com as palavras de tal espécie aquêle efeito mágico a que já nos referimos; valem por si, tornam-se substâncias, passam a ser o objeto ou a situação que deveriam apenas significar,

de tal sorte que basta o espírito aderir emocionalmente a elas e repeti-las sem cessar, como uma encantação ritual, para acreditar que por meio delas causará a transformação da realidade. O indivíduo começa a viver da palavra, do seu sortilégio, o qual, se não chega a alterar a ordem real das coisas, é capaz de alterar a perspectiva de quem as percebe, dando-lhe a ilusão de se haverem tornado diferentes do que eram.

Ainda a propósito do traço ingênuo agora discutido, e porque de certo modo lhe é conexo, convém fazer alusão a outro comportamento que com grande freqüência o acompanha. Referimo-nos à atitude de orgulhosa superioridade em relação à ciência racional. O desprêzo pela ciência, embora não confessado em têrmos crus, é uma das faces da consciência ingênua; uma das suas reações é opor-se ao que chama de "cientificismo". Entende que é seu dever verberar as exorbitantes pretensões da ciência a resolver os problemas humanos, mostrando as estreitas fronteiras que de direito demarcam o campo do saber científico, e ressaltando a existência de outra ordem de conhecimentos, os filosóficos, metafísicos ou religiosos, superiores em dignidade e profundeza aos da mera investigação da natureza. O cientificismo consistiria no defeito próprio ao homem de ciência de julgar-se capaz de tratar tôdas as questões com o mesmo espírito, os mesmos métodos e intenções com que analisa os objetos específicos da sua investigação profissional. Seria a exorbitância da ciência, a violação dos contornos que lhe estão traçados pela natureza particular dos objetos de que se ocupa, pela menor dignidade ontológica dêles, pela modéstia dos recursos intelectuais postos em jôgo, pois não vai além da engenhosidade experimental, da indução empírica e da generalização relativa. É necessário denunciar êsse defeito, dizem, porque subverte a ordem normal do conhecimento, segundo a qual o saber admite graus progressivos de intelecção, de acôrdo com a pureza abstrativa crescente dos seus objetos, se dispõe em planos definidos superpostos e não tolera a transgressão dos limites respectivos. Porém, o resultado mais pernicioso dessa desobediência intelectual é que dela decorrem graves danos para a personalidade moral do homem. É, no fundo, o êrro do racionalismo, levado às suas extremas conseqüências. Termina por endeusar a ciência e fazer crer que ela dará à humanidade a solução de todos os problemas e a decifração dos enigmas do universo. Ora, isto é ilegítimo, é uma ilusão, pensa a consciência ingênua. Além do mais, tem efeitos fu-

nestos porque desvia o pensamento dos elevados temas que superam a mera pesquisa científica, empobrece a razão, em vez de fortificá-la.

Pouco importa, para a mentalidade inocente, que continuamente e de modo cada vez mais impressionante a ciência venha conquistando extraordinárias vitórias; tudo isto é considerado desde logo como simples ganhos de fato, os quais, por mais prodigiosos que sejam, significam só acréscimo de quantidade no conhecimento e não substancial aprofundamento das questões essenciais. Há, com efeito, uma diversidade de planos do saber que reduz consideràvelmente as alegrias da ciência pelos triunfos alcançados, colocando-os em suas justas e modestas proporções. O processo cognoscitivo está vinculado a uma estrutura imutável, que estabelece as diversas ordens do saber, em caráter infranqueável. O que é próprio de uma, objetos e modos de apreensão, não vigora em outra, sendo incorreto transladar para novo plano o que só tem validade em região diferente. Fundada nesta concepção epistemológica, a mentalidade cândida sorri das pretensões da ciência natural, confinada, segundo julga, a um degrau inferior da escala abstrativa; muito acima estão as atividades especulativas puras, que superam o interêsse pelos sêres materiais particulares e se dirigem à contemplação dos objetos universais. Ingressa no mundo das verdades superiores, onde descobrirá a solução para as questões relativas à essência do homem e ao seu destino imortal. Compraz-se o irracionalismo ingênuo em apontar as margens de ignorância que circundam a área do conhecimento, em referir-se aos arcanos inacessíveis, às perguntas eternas e inquietantes a que jamais o homem, com os parcos instrumentos da investigação científica e sem a ajuda da luz sobrenatural, dará resposta. Daí, portanto, a atitude de desmascarar as pressurosas e indébitas pretensões da ciência e de acalmar os seus arroubos especulativos. Quando a ciência pretende, pelo estudo das condições objetivas da realidade, no mundo material ou na ordem das relações do espírito, compor para o homem um programa de encaminhamento e progressiva resolução dos seus problemas, tal atitude é tachada de ilusória em princípio e de nociva na prática. Ilusória, porque o homem jamais se desembaraçará das indagações supremas a respeito do seu ser e do seu destino, as quais não podem ser respondidas pelas ciências; e nociva, porque inclina ao empirismo, ao naturalismo, ao materialismo, isto é, a doutrinas que diminuem a riqueza da visão cognoscitiva.

Por isso, depois de haver despertado justa indignação e de ser ràpidamente pulverizado, o "cientificismo" é objeto, a seguir, de deliciosa ironia. É flagrante ver como a ironia é o comportamento adotado pela consciência ingênua para se referir à ciência, em geral. Na verdade, julga-se superior à ciência e por isso tem o direito de tratá-la desta maneira, que é de efetivo desprêzo, embora evite dizê-lo e mesmo se recuse a aceitar tal acusação. Mas na prática sua postura é a de quem está muito acima das coisas de que fala, à vontade, portanto, para se manifestar. De fato, engloba a natureza numa perspectiva mais alta, o que lhe basta para dominá-la, sem necessidade de penetrá-la pelo exercício efetivo de qualquer atividade científica especializada. Refere-se sempre à ciência como noção genérica, pouco lhe importando o conteúdo de cada ramo particular. A idéia geral que dela faz dispensa-a de praticar qualquer especialidade, de antemão já sabe o que a ciência é. Todo o imenso trabalho, o heroísmo, a luta do homem em arrancar novos conhecimentos à natureza, em criar novas idéias, em interpretar por meio de teorias os dados da realidade, vão de encontro a um pensar simplista, que se satisfaz *a priori* consigo mesmo, que não crê no poder da razão, que o circunscreve arbitràriamente, ditando-lhe, a partir não se sabe de que fundamento, os direitos e desinteressando-se das emoções que as descobertas de novos fenômenos e as realizações, às vêzes fabulosas, da técnica propiciam a quem as conquista e aos que são capazes de sentir quanto representam como triunfo humano. O preconceito anticientífico é sempre traço da consciência ingênua. Não é de estranhar que o encontremos com mais freqüência em publicistas e ensaístas que se presumem pensadores ou sociólogos. São geralmente sectários de alguma doutrina filosófica ou religiosa a que entregaram o cuidado de fornecer-lhes os princípios do seu julgamento e raciocínio. Quando as concepções da ciência, ainda as de caráter de simples hipóteses, contrariam ou lançam dúvidas sôbre o bem fundado das proposições metafísicas ou teológicas a que aderiram, revoltam-se, parecendo-lhes isso odiosa exorbitância, pois a razão humana, segundo sabem, possui modalidades diferentes de operação para os diversos planos da realidade e por conseguinte têm o direito de exigir da ciência que se recolha aos temas de sua competência, tal como entendem que êstes devem ser.

Não seria mais grave esta primária confusão se os referidos articulistas ociosos fôssem os únicos a assim pensar. Quando, porém, se revela mais perniciosa é ao ser en-

contrada nos próprios homens de ciência, sobretudo nos estudiosos da sociedade. Difundida entre os cientistas, esta noção os torna maus filósofos, em nada contribuindo para a sua melhor produção científica. Persegue-os com a idéia da sua subordinação a domínios alheios, fazendo-os perder de vista a unidade do conhecimento; restringe o papel social que desempenham, apresentando-os, aos próprios olhos, como obreiros de atividade útil porém menor, cuja fundamentação e supervisão cabe a outros; tende a conceituar a ciência como mero exercício prático, valiosa pelos bons resultados que obtém, mas restrita no seu alcance interpretativo. Por sôbre o trabalho ingente e produtivo da investigação científica a filosofia ingênua lança um olhar orgulhoso e displicente, no melhor dos casos apenas cortês. Esta atitude diminui a eficácia social das ciências, especialmente as físicas e naturais; é resíduo do beletrismo colonial. Quando a encontramos entre sociólogos, além de revelar a incorreta percepção que tais estudiosos têm dos fatos e do curso histórico, é indício também do seu pendor pelas ingenuidades filosóficas. É sabido que estas exercem sôbre êles inegável fascínio, do qual não se poderão livrar a não ser construindo para si uma consciência crítica da realidade nacional, desviando-se das ciladas que lhes venham a armar certas doutrinas, apenas compreensíveis enquanto produtos da especulação metropolitana tradicional, mas inadequadas a interpretar o mundo visto da perspectiva de quem habita as áreas marginais subdesenvolvidas. Mediante a análise crítica saberão acolher os resultados da ciência como essenciais à construção da realidade, não sòmente pelo novo que surge no campo da existência, sob forma de objetos criados pela técnica científica ou de acontecimentos resultantes do avanço da pesquisa, mas sobretudo pelas novas idéias oriundas da interpretação do mundo com fundamento nos progressos da ciência.

Não é lícito ao pensador crítico ignorar os resultados da produção estritamente científica e tratar com desdém o trabalho intelectual dos matemáticos ou dos homens de laboratório; não é possível pensar a realidade sem essa primordial contribuição, sob pena de instalar desde o início a tarefa filosófica no vazio de dados empíricos e na ignorância de idéias eficazes em setores particulares da realidade. O divórcio entre a cogitação reflexiva e a obra dos cientistas experimentais ou teóricos viria prejudicar sèriamente os que não pretendem filosofar em condições de fátua gratuidade. Contudo, o que até certo ponto explica o mal-entendido da ati-

tude aqui examinada, é o fato de serem os cientistas, com freqüência, portadores da consciência ingênua, a qual claramente se revela quando se põem a filosofar, como amadores, sôbre assuntos de suas especialidades ou dêles deslizam para outros campos onde não têm a mesma competência. Neste caso, o que incumbe ao filósofo não é desdenhar da eventual inabilidade teórica dos homens de laboratório, mas fazê-los partilhar da metodologia crítica com que os julgam, a fim de livrá-los da estreiteza de compreensão que os faz ter uma percepção tendenciosa do real, em conseqüência do aprisionamento no universo de idéias a que estão habituados. Em nenhum momento, porém, será permitido ignorar o seu pensamento ou excluir a sua contribuição, a pretexto de serem apenas pontos-de-vista da "ciência", entendida esta como atividade subordinada, menor, incapaz de atingir a verdade autêntica. O pensamento crítico, ao contrário, valoriza no mais alto grau o papel da ciência, no domínio prático tanto quanto no campo teórico. O homem de ciência não é menos capaz do que o filósofo de contribuir para formar a compreensão da realidade, embora se distingam as atitudes próprias a um e a outro; a única diferença importante é a que separa, em ambos, o modo de pensar ingênuo do crítico. Desde que proceda à meditação crítica, o cientista oferece inestimável subsídio ao processo intelectual, e ninguém mesmo poderá fazer em lugar dêle as reflexões necessárias sôbre a matéria de que trata. É inteiramente impossível à filosofia elaborar a compreensão da realidade sem levar em conta os elementos e as interpretações da teoria física, as análises sôbre os princípios da matemática, os resultados obtidos em seus ramos mais avançados, as novas concepções da lógica.

Restringindo-nos, como é do nosso intuito, ao problema da consciência da realidade nacional, na mesma medida permanece válido o exposto. Terá certamente conseqüências prejudiciais ao entendimento do processo histórico do País a atitude de antagonismo àquilo que os portadores da mentalidade deformada chamam, só êles, de "cientificismo", e que encobre, de fato, o desprêzo e a hostilidade às ciências empíricas. Para o país compelido a promover o seu desenvolvimento, tal conduta é mais do que inoportuna, é insensata. Significaria cortar as raízes que alimentam a luta pela transformação do mundo atrasado, a conquista dos conhecimentos indispensáveis ao trabalho material, considerando-os coisa secundária. É um resíduo idealista, que sòmente se encontra naqueles que, no fundo, só desejam a

transformação das idéias, não a das condições objetivas. Opor-se ao ensino intenso e preferencial da ciência e da técnica, ou, por qualquer forma, obstar a campanha social de incentivo à formação científica e tecnológica da nossa mocidade, é permanecer na visão literária e moralista da realidade, preferindo a salvação espiritual do homem pelo bom comportamento, à sua mudança das favelas ou dos mocambos. Na verdade, ou se imagina a melhoria social como passagem a um outro estado de espírito, no qual todos os homens estejam providos de idéias sadias e contentes com a conquista dessa felicidade intelectual, ou se tenta realizar como objetivo principal e imediato a alteração das condições materiais de vida das grandes massas, e para isso se tornará imprescindível a contribuição do modo de pensar científico.

23 — DEFESA DO PROGRESSO MODERADO

Marcada pelo traço que acabamos de descrever, não é de espantar que a consciência ingênua apresente outro, naturalmente associado ao anterior: a insensibilidade aos empreendimentos grandiosos. É a descrença generalizada na viabilidade das grandes obras destinadas a alterar de maneira profunda a realidade nacional. Com efeito, esta é bem uma característica da modalidade simplória do pensar. É o cepticismo em relação às possibilidades humanas de realizar algo portentoso, qualquer criação material que exija esfôrço superior, sério e tenaz.

A consciência pueril, no seu bom senso, entende ser norma de sapiência não crer no invulgar, não dar prova de inocência ao se extasiar com promessas de cometimentos monumentais, quando a sabedoria prática ensina que os fatos são sempre mais modestos que as esperanças. Julga possuir bastante experiência da vida, para saber como são enganosas as tentativas de realizar grandes emprêsas, pois é boa conhecedora da natureza humana e compreende quanto é difícil forçar um povo de natural preguiçoso, displicente e ignorante a trabalhar um pouco mais e melhor. Por isso, não deixará de acolher com sinais de altiva incredulidade os projetos que visam a modificar radicalmente aspectos tradicionais da realidade nacional. Muitas vêzes nem chega a combatê-los, porque seria "ingenuidade", desde que são tão inconsistentes, tão impossíveis de descer do reino da fantasia, que não merecem senão a resposta da ironia. Não leva a sério propostas grandiosas, pois está convencida de que não temos gente nem meios para executá-las. Não passam de sonhos de políticos, de administradores ou de técnicos, na melhor das hipóteses visionários bem intencionados, embora não consiga ocultar sua permanente e justificada suspeita de que êsses empreendimentos na verdade sejam apenas projetos de vultosas negociatas. Tem fundadas razões para desconfiar que nada de majestoso é proposto, sobretudo quando parte dos homens de govêrno, sem

23 — DEFESA DO PROGRESSO MODERADO

Marcada pelo traço que acabamos de descrever, não é de espantar que a consciência ingênua apresente outro, naturalmente associado ao anterior: a insensibilidade aos empreendimentos grandiosos. É a descrença generalizada na viabilidade das grandes obras destinadas a alterar de maneira profunda a realidade nacional. Com efeito, esta é bem uma característica da modalidade simplória do pensar. É o cepticismo em relação às possibilidades humanas de realizar algo portentoso, qualquer criação material que exija esfôrço superior, sério e tenaz.

A consciência pueril, no seu bom senso, entende ser norma de sapiência não crer no invulgar, não dar prova de inocência ao se extasiar com promessas de cometimentos monumentais, quando a sabedoria prática ensina que os fatos são sempre mais modestos que as esperanças. Julga possuir bastante experiência da vida, para saber como são enganosas as tentativas de realizar grandes emprêsas, pois é boa conhecedora da natureza humana e compreende quanto é difícil forçar um povo de natural preguiçoso, displicente e ignorante a trabalhar um pouco mais e melhor. Por isso, não deixará de acolher com sinais de altiva incredulidade os projetos que visam a modificar radicalmente aspectos tradicionais da realidade nacional. Muitas vêzes nem chega a combatê-los, porque seria "ingenuidade", desde que são tão inconsistentes, tão impossíveis de descer do reino da fantasia, que não merecem senão a resposta da ironia. Não leva a sério propostas grandiosas, pois está convencida de que não temos gente nem meios para executá-las. Não passam de sonhos de políticos, de administradores ou de técnicos, na melhor das hipóteses visionários bem intencionados, embora não consiga ocultar sua permanente e justificada suspeita de que êsses empreendimentos na verdade sejam apenas projetos de vultosas negociatas. Tem fundadas razões para desconfiar que nada de majestoso é proposto, sobretudo quando parte dos homens de govêrno, sem

que por trás da pretendida audácia de pioneiro ou do falso entusiasmo dos criadores de gigantescas emprêsas, se aninhem as mais despudoradas intenções de especulação e se tramem as mais revoltantes manobras de favoritismo oficial, num mundo de negócios escusos. Tôda obra pública de grande vulto é um escândalo potencial.

Mas não é só a prevenção moral que leva a consciência primária a se indignar. A seu ver, as obras são sempre projetadas em dimensões excessivas, muito além da medida razoável, ou executadas sem ser indispensáveis, ùnicamente para criar o supérfluo que dê ocasião à negociata. Esta atitude, obstinada e sem apoios, nada tem de comum com a conclusão, a que muitas vêzes chega a análise crítica, de serem certas obras governamentais defeituosamente planejadas quanto às dimensões, à disponibilidade de recursos ou à possibilidade de pleno emprêgo dos fatôres produtivos de origem interna. A consciência crítica, quando aponta inconvenientes desta espécie, não o faz para desencorajar sistemàticamente a realização dos planos grandiosos, mas para se defrontar com a situação real; é movida, sempre, pelo ímpeto de forçar as barreiras dos dados presentes, animada pelo sentido de destino que, sem quebrar a objetividade, quer superar em breve prazo as limitações atuais. Já a consciência elementar, estreita e timorata por essência, porque privada de descortino histórico, procura encolher o real, simpatiza com o menor, tende a desejar pouco, a valorizar o acanhado, considerando tais propósitos virtuosa demonstração de modéstia. Bem examinada, esta tendência não exprime senão o seu caráter conservador, sua vontade de que tudo mude o mínimo possível, já que não consegue o ideal de nada mudar jamais.

A consciência moralista com facilidade descobre a causa da sofreguidão governamental em executar obras descomunais: se o poder público se limitasse a fazer o exeqüível, nas proporções justas de viabilidade e segundo o critério de real imprescindibilidade, não deixaria margem à especulação, não teria favores a distribuir. Mas, como é perverso por natureza, sonha então com fabulosas construções para enganar a opinião popular, dando a impressão de estar promovendo o desenvolvimento do país, quando na verdade está apenas criando ocasiões propícias aos seus condôminos de se locupletarem com as transações em vista. Sendo irrealizáveis, por haverem sido dolosamente planejadas fora de medida e oportunidade, as grandes obras estão naturalmente votadas ao insucesso. São obras para começar, não para

acabar. Porque o começo é sempre possível, e por pouco que se prolongue o incerto prosseguimento, é isso bastante para que muitos enriqueçam. Não importa que se abandone em meio a emprêsa impraticável, desde que se passe a conceber nova realização colossal, a ter o mesmo destino. Com a experiência dêstes fatos, a consciência bem avisada não se vai deixar iludir. Proclama definitivamente sua descrença nos empreendimentos a que denomina de faraônicos. Contudo, de tanto se opor aos projetos criadores acaba enrijecendo-se numa distorção especial de espírito que a faz declarar serem êles na sua totalidade desnecessários. É aí que êste traço de ingenuidade se revela fatal ao surgimento da consciência do desenvolvimento nacional. Porque, quando sistemàticamente sustentado, exerce função esterilizante sôbre o meio social, espalhando sutil incredulidade que, embora não definida racionalmente nos seus motivos, nem por isso deixa de causar efeitos. Tratando-se de traço do pensamento ingênuo, não foge a ser, como sabemos, de natureza impressionista; é pois isento de fundamento. Não argumenta senão na aparência, pela palavra e pelo juízo formal, a fim de parecer que está disputando a partir de bases sérias e respeitáveis. Na verdade, é uma cortina ilógica, gesticulação vocal em forma de proposições. A vivência psicológica que a anima é a emoção, a vontade de opor-se a todo custo à política de desenvolvimento intensivo do país; dêsse motor oculto deriva a energia com que finge argumentar e que lhe alimenta os propósitos de descrença, menosprêzo e ironia.

Nenhum caso exemplifica melhor êste viés da consciência ingênua do que a transferência da Capital da República para o interior do País. É um tentame histórico de suprema envergadura, material e politicamente considerado. O debate da questão não só é razoável como ainda útil, imprescindível; mas não é a êsse gênero de controvérsia que nos estamos referindo. O que constitui exemplo típico de comportamento ingênuo é a reação emocional de oposição, dúvida e sarcasmo que tão amiúde encontramos em face do problema da mudança da Capital, na fase em que era ainda um projeto em andamento. Aquêles que expendiam juízos infundados para na verdade encobrir a postura ideológica assumida, revelavam a sua ingenuidade constitutiva pela desconfiança em nossa possibilidade de realizar qualquer construção de vulto. Como o fundo do pensar é emocional, as razões invocadas são pseudojustificações, simples disfarce do comportamento irracional. Neste sentido, a discussão, acaso trava-

da com os representantes de tal modalidade de consciência, é completamente inútil, porquanto não procedem a partir de convicções refletidas, nem se deixariam abalar por demonstrações rigorosas.

Compreender-se-á, porém, o motivo da oposição do pensamento simplório à autêntica consciência do desenvolvimento, ao se descobrir êste fato de decisiva importância: a consciência ingênua tem a sua própria teoria para explicar a evidência de que, em meio a tôdas as dificuldades opostas ao nosso crescimento pela ausência de uma política nacionalista coerente na direção do nosso processo econômico e na resistência às pressões externas, temos progredido consideràvelmente e realizado obras ingentes, as quais, ao serem concebidas, foram alvo das mesmas dúvidas que envolvem as agora projetadas. Tal teoria, a que daríamos o nome de teoria ingênua do desenvolvimento, resume-se em dizer que a consciência primária acredita no crescimento nacional espontâneo. Conforme seus princípios, o País se desenvolve porque tem de se desenvolver, porque não pode parar, sendo próprio da natureza das sociedades organizadas criarem contìnuamente novas e melhores condições de existência, em virtude de um dinamismo que lhes é inerente, de modo que a contribuição da inteligência e da vontade humana é posterior ao processo, está incluída nêle, mas não é a parte motora. O crescimento nacional é vegetativo, resulta de impulso interno, que, enquanto existe a sociedade, determina a frutificação da sua capacidade vital em obras espirituais e materiais. O processo é automático, preexiste ao indivíduo, impondo-lhe suas leis e seu ritmo. O que o homem faz, tinha de ser feito, o possível e o impossível são determinados *a priori*, de onde os gestos de audácia, as promessas de realização, as convocações para tarefas excepcionais, não serem senão entusiasmos de adolescentes, só concebíveis em políticos irrequietos, ignorantes do verdadeiro significado do processo histórico.

Julga essa teoria que a sôfrega ingerência da ação governamental é perturbadora e só faz retardar o crescimento espontâneo. Não acredita em planos de conjunto, em direção econômica do processo nacional, em projetos complexos e de demorado acabamento, porque tudo isso lhe parece intervenção desnecessária num movimento que se faz de qualquer modo, que tem compasso certo e rumo predeterminado, donde a preocupação de acelerá-lo ou dirigi-lo representa desejo teòricamente absurdo e pràticamente nefasto. Os exemplos que cita são todos, é claro, destorcidos pela apre-

sentação inocente. Quer fazer crer que as coisas acontecem no momento oportuno, por isso vê no planejamento ambicioso, sobretudo por parte do Estado, tentativa afoita de precipitar, sem razão, o que virá, se tiver de vir, ou não virá, apesar de tôdas as fadigas, se ainda não houver chegado a sua hora. Uma frase popular retrata fielmente esta postura do pensar ingênuo; é a que diz: "O Brasil cresce durante a noite." É a teoria do desenvolvimento espontâneo, do não reconhecimento do papel regulador e promotor exercido pelo homem. Ao ver dessa mentalidade, o que para nós forma o conjunto de realizações do passado, foi produto de uma feliz sucessão de oportunidades históricas, as quais, ao se configurarem por obra de um processo expansivo inconsciente, a respeito do qual nada sabe, deram a alguns homens ocasião de exercer as faculdades de inteligência e de aplicar os recursos econômicos de que dispunham, em cometimentos que, em tais condições, se mostraram justificados e, por isso, foram bem sucedidos. O País estava maduro para êles, os exigia e facilitava. Mas, eram exigências reais, ou seja, objetivas, segundo a interpretação ingênua desta palavra, e não do tipo das atuais exigências extemporâneas, a seu ver subjetivas, não passando de desejos de alguns políticos irrequietos ou capitalistas ambiciosos. Julgam que o planejamento da ação ou a emprêsa colossal violam a lei das oportunidades. Estas são cegas e pertencem ao que entendem—à sua maneira—por processo da realidade. As obras excepcionais são tentativas de forçar a história a acelerar o passo, a aceitar já a realização do que só deveria vir mais tarde, embora não se saiba quando, nem por que meios. A audácia criadora é considerada infantilidade, precipitação, "ingenuidade". A mentalidade conscienciosa e equilibrada contenta-se com o crescimento natural, lento mas seguro, não amedrontando as pessoas sensatas com perspectivas catastróficas, não acarretando comoções sociais. Encontramos assim o que seria a justificativa final, a seu favor, declarada pela mentalidade primária. Pensa que o afã de produzir obras estupendas ou de iniciar emprêsas industriais de vastas proporções é a causa principal dos abalos que estão inquietando o País, expõe-no a crises sociais e econômicas, a sérios perigos para a estrutura política e acabam por se converter em fatôres retardantes do progresso. Dêste modo, o ganho obtido com a emprêsa colossal é na verdade ilusório; o processo em conjunto não se desenvolve mais depressa por efeito dessas iniciativas do que se prosseguisse no ritmo espontâneo, com a vantagem de

não haver neste último caso sobressaltos sociais nem riscos políticos.

A diferença entre tal doutrina e aquela, verdadeira, dada pela reflexão crítica sôbre a natureza do processo nacional, está em que para o pensar despreparado as crises sociais são necessàriamente o mal e a desgraça, enquanto a percepção racional as mostra inevitáveis, explica-as como momentos de transmutação das estruturas objetivas, tornadas impróprias para atender a exigências inéditas. As crises são sem dúvida momentos inquietantes, de perigo e de sofrimento, são a hora da negação, mas também a da afirmação. Para os que se apegam obstinadamente ao que é negado, são o desencadear das potências do mal, a destruição dos direitos e dos valores estabelecidos e reverenciados, o castigo e a ruína do País. Para os que, porém, compreendem o mecanismo normal do processo da realidade, as crises se mostram como instantes criadores, são fissuras do tempo histórico, das quais é lícito esperar o surgimento de algo novo, e certamente melhor, cujo aflorar à superfície da história jamais se efetuaria por simples acréscimo contínuo. Não há dúvida de que os empreendimentos materiais grandiosos se incluem entre os fatôres de desequilíbrio do curso do processo nacional, e nesse sentido são causas adjuvantes do advento de crises políticas e econômicas; o importante, porém, é que não se faça a análise da conjuntura onde se desenrolam, aplicando significações morais aos fatos ou às intenções, e sim observando ser inevitáveis os pontos de inflexão e de fratura. A dinâmica da realidade os incorpora, pois os abalos que nêles se produzem são determinantes da aceleração do processo, o qual suscita sempre a exigência de realizações cada vez maiores, para as quais, em princípio, nunca há recursos suficientes, e que só serão cumpridas pela vontade de superação. A teoria simplista do desenvolvimento normal é a que faz dêle função do que julga serem os recursos disponíveis. A teoria crítica da história demonstra, no entanto, ser necessária a contribuição do desejo de "mais fazer" para desentranhar da realidade os recursos potenciais que contém. A crise é precisamente o atualizar-se dêsse potencial oculto. Causa a descontinuidade do processo, o desnível súbito, mas é também indício de haver passado da qualidade vegetativa para a histórica. O temor dos abalos sociais desaparece, desde que se saiba serem racionalmente compreensíveis: a lógica dos fatos os explica, prevê e dirige. A idéia de que possam ser definitivamente suprimidos é ingênua e portanto nada adianta adver-

tir do seu perigo ou lamentar-lhes a ocorrência. Quando se dão, não vieram por acaso ou por maldade. Demonstram que o desenvolvimento nacional em curso impunha substituições no regime de convivência ou na estrutura da produção, que o País devia atender com urgência a novas necessidades da população e para isso precisava lançar-se a cometimentos materiais de natureza, ou em escala, até então sem precedentes. A descrença e o sarcasmo que venham a receber da consciência primária, tendo fundamento emotivo nos receios de perturbação da ordem vigente, contribuem para evidenciar a constituição impressionista geral daquela forma de pensar.

É esta a primeira vez, no decorrer de nossa análise, que encontramos a consciência ingênua de posse de uma conceituação do "processo" nacional: a teoria do crescimento germinativo, espontâneo, contínuo. Claro está que para êste espírito a idéia das crises de transformação merece anátema. Repudia os planos de realização de qualquer emprêsa de vulto, porque entende que a grande obra é composta pela soma de pequenas obras e não por criação brusca, inesperada e descontínua, devida a diminuto grupo de audazes empreendedores. O que importa é a acumulação constante de pequenas realizações que vão aos poucos transformando o País, ao possibilitar iniciativas sempre maiores do que as anteriores. O conjunto cresce lenta mas sòlidamente, e não aos saltos, por suntuosas produções esporádicas. Além do mais, o crescimento contínuo, ao ver da mentalidade elementar, tem a vantagem de não acarretar desequilíbrios regionais, o que fatalmente acontece no regime de construções colossais. Com efeito, de modo vago e sem esmiuçar devidamente as razões profundas do fato, atribui as diferenças de desenvolvimento econômico regional à grandiosidade excessiva de certos empreendimentos locais. Êstes, para serem levados a cabo, obrigam a uma drenagem de recursos, que se vão depositar num ponto apenas, com prejuízo da equitativa distribuição nacional. O relativo sucesso de uma grande emprêsa chama outra, esta mais outra e, por fim, cria-se extenso parque industrial, só realizável com sacrifício de enormes áreas, que se vêem empobrecidas, pela sucção de suas disponibilidades em capital e mão-de-obra para os locais das edificações monumentais. Vê nesse fato um mal gravíssimo, porque crê ser possível conseguir o desenvolvimento harmonioso do conjunto nacional em pé de igualdade, por movimentos paralelos de igual velocidade. Prega,

por conseguinte, o que chama de "distributismo", a idêntica repartição de rendas tanto em relação às regiões, quanto, na escala social, em relação às classes que a compõem.

A idéia de que a distribuição da riqueza tem precedência sôbre a sua acumulação, e que esta última não deve ultrapassar certo limite restrito, além do qual é imperioso, para o bem comum, proceder-se a nova distribuição, é uma das concepções do pensar simplista, onde se manifesta o vêzo do humanitarismo idealista, caro à formação da consciência primária. Julga que a repartição eqüânime permitirá o desenvolvimento uniforme. É mais uma razão para se opor aos projetos de cometimentos portentosos, que fatalmente causam desnível econômico, pela concentração espacial da riqueza, determinando funestas crises sociais nas partes espoliadas.

Ora, a reflexão crítica chega à conclusão oposta. Sem defender, evidentemente, o princípio da exaustão das áreas pobres, nem considerar como definitivo o desnível regional, mas, muito ao contrário, tendo em vista precisamente a abolição mais breve dêste inadmissível estado de coisas, considera contudo não ser realizável o processo do desenvolvimento sem se gerarem momentâneos desequilíbrios, um dos quais é o que tem lugar entre áreas diferentes do mesmo país. É inevitável que assim aconteça, para que se estabeleça o circuito econômico, criador de riquezas. Mas, de modo algum constitui esta diferença uma espoliação, pois o que momentâneamente é canalizado para alguns centros fabris mais desenvolvidos logo a seguir é devolvido às partes atrasadas sob forma de valorização da mão-de-obra tornada escassa, de melhoria obrigatória de salário, de ruptura do complexo rural, do aumento da demanda de confôrto e de outros acontecimentos, todos tendentes, mediante o intenso surto da consciência social e consecutivo incremento do seu potencial político, a preparar a área aparentemente prejudicada para sair do estado de estagnação e dar também, dentro da unidade do processo nacional, o salto histórico que a converterá em região produtora adiantada. O desequilíbrio é a lei do desenvolvimento e o seu motor. Só seria desgraça se fôsse definitivo nos moldes em que existe em certo momento. Na verdade, porém, é variável e evolui para configurações sempre novas, que corrigem a desigualdade anterior. Trata-se de uma contradição interna do processo de desenvolvimento, que é resolvida por efeito do avanço dêsse mesmo processo. O desequilíbrio de uma fase é compensa-

do pelo da fase seguinte, que resolve e supera a situação primitiva, embora criando novas espécies de diferença entre aspectos da realidade. A diversidade regional sempre existiu, mas tende a se extinguir no futuro, pela redução cada vez maior da desigualdade entre as partes; porém esta redução é efeito do desenvolvimento, que, por isso, terá de processar-se por algum tempo segundo um ritmo de contradições e desequilíbrios distintos dêstes que agora conhecemos. O distributismo seria a nivelação morna e sem estímulos, o confôrto moral da igualdade na miséria.

É preciso distinguir os aspectos de inevitável desequilíbrio causado pelo processo de desenvolvimento, do desequilíbrio que é expressão justamente da falta de desenvolvimento. Enquanto o primeiro tipo é dinâmico, dialético, se extingue a si próprio ao serem superadas as contradições objetivas, o outro é estático e traduz a estagnação de um estado social de espoliação. Enquanto o primeiro é vencido pelo próprio processo que o determina, o segundo é impedimento ao início do processo de resolução das desigualdades regionais. A atual preocupação com os problemas resultantes das desigualdades regionais é absolutamente legítima e meritória, por revelar aspectos da nossa realidade que devem colocar-se no primeiro plano da consciência nacional. Mas, é igualmente necessário compreender que, por trás dessa justa preocupação, se escondem também manobras econômicas de grupos imperialistas, interessados em criar um estado de espírito de aguçamento da sensibilidade regional contra o poder central, com o fim de levar essas populações a aceitar os "bons ofícios" das organizações estrangeiras, sempre prontas a auxiliá-las, exportando por baixo preço os escassos produtos do tipo colonial que tais regiões produzem. Sem a devida conversão do problema aos seus autênticos têrmos nacionais, pela expulsão dos agentes e pressões externas, não está preparada a equação do desequilíbrio regional para receber a conveniente, indispensável e urgente solução. Antes que a política nacionalista tenha expurgado o País dessa intromissão danosa, corremos o risco de ver um verdadeiro e grave problema converter-se em ameaça para a existência do único agente que lhe pode dar a solução real—a comunidade brasileira como um todo unido. Sòmente a interferência direta do Estado permitirá corrigir e impedir que se agravem os desníveis existentes, o que aconteceria se deixado o processo econômico ao livre jôgo da iniciativa privada.

Antes de encerrar a análise dessa facêta da mentalidade cândida, devemos aduzir outro dos motivos que fundam o comportamento em exame: o desinterêsse pela técnica. Os trabalhos majestosos, os importantes cometimentos industriais são, hoje, resultados do enorme avanço tecnológico. A soma de trabalho necessário para chegar ao domínio das técnicas produtivas é tal que absorve a atenção total do homem e exige iniciação desde cedo. A grande obra é produto da mentalidade tecnológica, que valoriza em mais alto grau o saber fazer e paga por êle os mais elevados salários. Aí está precisamente o motivo que a consciência simplista tem para não ver com bons olhos a pretensão de realizar grandiosas construções e de industrializar a tôda pressa o País. Para ela, a tecnologia conduz à deformação do homem. Por isso, desaprova-a. Sabe que a vida humana não pode prescindir da técnica, que nos dá melhores condições de existência, mas em princípio lastima que tenhamos de dedicar tanta atenção a uma forma de atividade que distancia o homem de suas raízes espirituais, e por isso recalcitra ao máximo em aceitar o crescente interêsse pelas técnicas.

Já falamos a êste respeito e não é o caso de retornar agora às considerações anteriormente expendidas; convém aqui apenas retomar a questão para focalizá-la pelo ângulo da sua relação com o comportamento de hostilidade aos empreendimentos de maior monta. Com efeito, o que a consciência inocente chama de "absorção do homem pela técnica" parece-lhe fato funestíssimo. Seduzido pela técnica, vibrando de orgulho por dominar com seus meios a natureza física, o homem deserta dos valores, para apreciar apenas o que é manuseio material e criação interesseira, com evidente prejuízo para o cultivo das coisas espirituais. Transformado em técnico, para êle o Bem e o Mal passam a ser o bem-feito e o mal-feito. Os valores perdem sua suprema significação ética, convertendo-se em valores técnicos: bem é o que é bem-feito. Tal tendência é avassaladora, a ponto de marcar com seu signo tôda a civilização contemporânea, mas, longe de ser benefício, dá em resultado a pior corrupção, o deperecimento do sentido espiritual da existência. É a absorção do homem pelo que há de mais inferior na sua atividade, a simples fabricação material ou o estudo e o trato dos fenômenos da natureza com objetivos meramente utilitários. A técnica é insaciável; aquêle que sucumbiu à sua enganosa tentação está perdido, nunca chegará ao término dos seus desejos, pois, desde que a investigação da natu-

reza não é mais feita para alcançar uma interpretação racional, que daria fim às ânsias de descobrimento dos fatos, mas para valer-se dêstes com o intuito de satisfazer interêsses práticos, não há limite a êste último desejo. Cada realização técnica sugere a descoberta de outra técnica para fazer de forma mais perfeita os instrumentos da primeira, e assim ao infinito. Se o conhecimento de um fenômeno não se destina a enriquecer a visão teórica da realidade, mas a permitir a melhor utilização da natureza, o processo técnico não terá fim, pois a melhoria das condições de vida abre sempre novas possibilidades de ainda melhorá-la, e eis então o homem acorrentado à técnica, roubado ao lazer e ao cuidado da própria alma, que lhe dariam a oportunidade de encontrar os autênticos bens da existência. Já não seria o caso, se o homem se deixasse absorver pelas preocupações superiores, se devotasse ao estudo especulativo, à filosofia abstrata, ao direito, à teologia, à história, às matemáticas puras, a tôdas essas ocupações espirituais, que só são chamadas de ociosas pelos técnicos, porque são incapazes de se elevar até a altura onde participassem delas. O empreendimento grandioso implica altíssima valoração do técnico, chega mesmo a exigir que o artista se converta em fator de produção, quando sua obra arquitetônica, estatuária ou pictórica, por exemplo, está prevista no conjunto da edificação. Isto, porém, significa degradar a arte, submetê-la às encomendas, negar a lírica vagabundagem em que devem viver os verdadeiros cultores das coisas do espírito.

Por sua natureza essencialmente impressionista e moralista, como pelo total despreparo teórico, desarmada que está dos instrumentos de reflexão crítica e de conhecimento do significado objetivo do processo histórico, a consciência ingênua tem de ser hostil aos empreendimentos grandiosos. Sendo-lhe natural êste pendor, percebe-se quão nociva é a mentalidade primária aos países que necessitam urgentemente desenvolver-se. Constituindo-se em elemento de resistência aos projetos de grande vulto, que são justamente os mais necessários para remodelar a face da Nação, aquela consciência se torna causa de retardamento do processo transformador da realidade. Neste particular, como dissemos, mais séria é a sua nocividade, porquanto chega a formular teòricamente a doutrina do antidesenvolvimento, sob forma de motos, como os de "crescimento normal e espontâneo", "ilusões do desenvolvimento", "perspectiva de crises sociais",

"desequilíbrio regional", "distributismo da riqueza", "humanismo em vez de técnicismo" etc. A tôdas estas ingenuidades só cabe opor, como terapêutica eficaz, a compreensão verídica do curso do desenvolvimento. Será a representação intelectual que forneça as categorias adequadas a enquadrar os fenômenos observados e a julgá-los segundo outra lógica, não a abstrata e de base emotiva, mas a que opera concretamente com as condições efetivas da realidade nacional e aprecia as partes segundo a lei do todo.

24 — IGNORÂNCIA DO POTENCIAL POLÍTICO NA ATUAÇÃO INTERNACIONAL

Um dos critérios de que se vale a consciência ingênua para apoiar as suas argumentações é a comparação entre situações nacionais de países distintos. Desnecessário é dizer que daí resultam raciocínios pueris e injustificados, incapazes de resistir à análise crítica mais elementar.

É um aspecto da mentalidade simplória que cumpre denunciar enèrgicamente, porque talvez seja de todos os seus traços o mais malicioso, o mais carregado de intenções inconfessáveis. Procuram os representantes da consciência ingênua criar graves confusões, jogando com a comparação entre situações nacionais díspares, para efeito de racionalizar a atitude tomada em relação à nossa e de apoiar os projetos que preconizam e não encobrem outra coisa senão os seus interêsses privados. Fazem uso de argumentos que sempre causam algum efeito na opinião pública menos esclarecida, porque emocionam, pela acareação entre a nossa situação, na aparência inferior, e a de alguns outros países que julgamos de importância menor, mas exibem, para surprêsa nossa, índices de progresso que os colocam em altura incompreensível. É então que os entendidos intervêm, para dar a explicação da diferença: os outros seguiram uma política mais sábia, tomaram decisões que lhes permitiram chegar aos resultados agora visíveis, enquanto nós ou não conseguimos descobrir serem aquelas as boas medidas, ou, mesmo tendo em vista o sucesso que produziram, nos recusamos a adotá-las. Daí a campanha que empreendem utilizando a todo instante o argumento comparativo.

Mas não só em cotejos internacionais o argumento é usado, senão também para apreciar situações regionais e ainda para avaliar a participação de classes distintas no processo nacional, a fim de dizer qual tem atuação mais meritória, e até mesmo para ressaltar o papel de indivíduos isolados, cuja ação se revela excelente em confronto com a

de outros. Em todos êsses casos é o raciocínio por comparação que entra em jôgo. Desejamos, contudo, chamar a atenção para os enganos e as manobras escusas que insensìvelmente se insinuam neste modo de discutir. Claro está que a comparação entre países, classes ou pessoas é lícita e constitui procedimento útil, às vêzes mesmo indispensável, à compreensão da realidade. Quando, porém, se produz o desvio na ingenuidade, excluída a má-fé consciente, é ao pretender passar por argumento absoluto, ao julgar que a apresentação simultânea de duas situações de fato encerra o debate, porque expõe com tal evidência as conclusões, que dispensa qualquer interpretação. A ingenuidade dêste modo de pensar consiste em criar o conceito de "pêso" do fato e cultuá-lo com supremo respeito. O fato, uma vez verificado, existe por si, é inamovível, não precisa explicações, diz tudo, é irrecusável. Preferível é considerá-lo isoladamente, na eloqüência da sua simplicidade, do que envolvê-lo em teorias, que lhe obscurecem o significado. Na argumentação comparativa, quando se apresentam lado a lado os números indicativos de duas situações nacionais independentes, relativos a um mesmo aspecto da realidade, nada pode diminuir o valor probante dêsse paralelo, qualquer comentário ou tentativa de análise é sintoma de derrota do interlocutor, que esperava o resultado oposto. A consciência ingênua, portanto, está sempre disposta a convencer-se, em vista do pêso dos fatos; quando êste é considerável, as teorias são supérfluas.

Com esta reflexão, a mentalidade primária fica impossibilitada de compreender o engano em que incide, ao supor que haja apreensão de um fato sem sistema de idéias na consciência apreendedora, que as obteve de suas experiências anteriores, mas funcionam, para cada nova apreensão, como estrutura preexistente. Ignora que os dados comparados pertencem a processos nacionais específicos, de cuja dinâmica resultam e cuja exata percepção implica o conhecimento da lógica própria a cada um dêsses processos. Só por motivo desta é que se geram e são reconhecidos como fatos, pois não são "fatos em si", isolados e absolutos, mas manifestação de uma realidade que, enquanto totalidade atual e passada, os suporta e explica. Assim sendo, situações pertencentes a dois processos distintos só muito relativamente e de maneira indireta admitem ser confrontadas. A consciência ingênua desconhece que, ao procurar estabelecer comparações entre fatos, está relacionando os processos nacionais de que decorrem. Se êstes processos têm, cada qual, sua dinâmica

histórica própria, a comparação é na maioria das vêzes enganadora, porque consiste em pensar o fato alheio segundo a lógica do nosso processo, ou, inversamente, em avaliar a nossa situação do ponto-de-vista do desenvolvimento dos outros. Não nos estamos opondo, é claro, ao cotejo dos resultados de experiências nacionais distintas, mas à sistematização do procedimento e à uniformidade de significado para as conclusões que habitualmente dêle se tiram. Seu valor principal está em registrar a diferença efetiva dos estágios de evolução, não em converter-se em argumento peremptório e padrão de julgamento. Se, ao aplicar certas medidas, um país alcançou resultados que outro está longe de atingir, não quer isso dizer que seja automàticamente aconselhável ao segundo enveredar pelo mesmo caminho, pois, antes de tudo, talvez não possa fazê-lo por motivos concretos em virtude das condições do seu processo próprio e, além do mais, nada assegura que, se as adotasse, viria a obter necessàriamente resultados idênticos.

O argumento comparativo é extremamente perigoso pelas sugestões que produz e pelas distorções interpretativas a que se presta. Os que o manejam para fins escusos praticam um jôgo alternado, ora recusando interpretações, quando a exposição nua dos dados lhes parece inculcar a conclusão que desejam, ora construindo explicações, quando podem usar os dados paralelos como ilustração, ou em apoio da tese defendida. Supõe uma lógica universal indiferenciada, imanente ao processo histórico ecumênico, válida a todo momento para o conjunto das nações, fundada na qual a analogia entre as realidades peculiares a cada país encontra justificativa. Tal lógica, contudo, só existe em caráter geral, enquanto sistema formal de compreensão da história, não oferecendo base, pela sua mesma generalidade, senão para aproximações descritivas, sem fôrça persuasiva. Sòmente quando se particulariza em processos nacionais distintos é a história percebida em suas leis efetivas. O que resulta da comparação entre cursos independentes tem significado teórico e valor metodológico. Estamos, como nação, vivendo um processo único e irrepetível; os acontecimentos, isoladamente, admitem ser enquadrados em categorias gerais, mas, considerados no contexto objetivo, enquanto pertencentes à nossa realidade, só são entendidos em função do processo total que os engloba e dentro do qual, ùnicamente, encontram explicação.

Uma das maiores dificuldades de superar a mentalidade ingênua está em conseguir o necessário vigor do pensar crí-

tico, a fim de apreciar o processo nacional e dêle induzir as categorias reais que o conformam, sem ser inadvertidamente arrastado a introduzir naquela apreciação categorias abstratas ou estranhas à realidade a compreender. Isto é difícil, porque exige ímpeto criador, de nós que até agora, por motivo do estado de dependência cultural em que vivíamos, de modo geral, sempre praticamos o estudo como condição inicial para nos julgarmos capacitados a encetar a compreensão de qualquer aspecto de nossa realidade. Ora, o estudo, na única forma possível até então, significava tomar de empréstimo produtos da cultura alheia. Estávamos submetidos a esta norma opressora: para compreender a nossa existência precisávamos de uma formação cultural, geral e particularizada, que só o estudo prévio nos podia fornecer; mas estudar era embeber-se de produtos do pensar alheio, era aparelhar-se de conceitos, regras e pontos-de-vista oriundos de uma realidade diferente daquela à qual nos queríamos dedicar, tornando-se assim não raramente óbice à tarefa premeditada. Esta antinomia, própria de tôda situação colonial, só será desfeita pela busca consciente do pensar crítico, que exige o propósito expresso de converter o acervo de conhecimentos hauridos no estudo anterior, em material para uma apropriação intelectual seletiva e transformadora, colocando sob o signo da "suspensão" tôdas as idéias e normas habitualmente tomadas como evidentes e universais, aplicadas por nós sem crítica, para submetê-las à análise que, ou revele a sua conveniência e sentido em face da nossa realidade ou lhes mostre a inadequação e nos faça rejeitá-las. A gênese da consciência crítica demanda um gesto deliberado, porque temos necessàriamente de partir do estado ingênuo, não só por ser a condição primitiva e natural no país subdesenvolvido, como ainda por sermos a êle levados pela própria educação com que acreditávamos estar subindo ao plano superior do conhecimento. Conforme dissemos, a atitude ingênua não coincide com a ignorância, mas muitas vêzes com o saber e a boa cultura, e não raramente com os casos mais respeitados de vasta erudição.

Neste sentido o argumento tirado da comparação entre situações nacionais distintas se evidencia simplista e inconvincente. Quando manejado no exame de dados objetivos, como, por exemplo, ao comparar índices de produção econômica ou de crescimento demográfico, constitui procedimento útil, e mesmo indispensável, mas não deve erigir-se em razão final, encerrando o debate ao revelar a nossa inferioridade em determinado terreno e fazendo germinar

em nosso espírito as sementes do desalento e da descrença. Não tem maior significação crítica, por isso, exibir os índices do nosso analfabetismo ou a reduzida extensão de nossa rêde ferroviária, vendo nêles sintomas de atraso porque são desfavoráveis em confronto com os de outros países. Corremos, com isso, o risco de transformar o atraso em "coisa em si", fazê-lo "causa sui", razão suficiente da realidade, em vez de interpretá-lo como estado do processo nacional. As comparações internacionais mal compreendidas arrastam a consciência simples, à custa de se repetirem, a fixar o atraso patenteado naqueles confrontos, a considerá-lo situação definitiva. Tomado o dado numérico e ocultada a sua relação com o processo nacional, desaparece a função significativa, pois deixa de ser sinal do estado do país para se reduzir a um puro número. Se mencionamos, por exemplo, a relativa exigüidade da nossa rêde de ferrovias, mas deixamos de referir o fato de ter sido quase tôda ela construída em período de colonialismo econômico, para servir ao escoamento de produtos primários de diversas regiões, estaremos omitindo na compreensão dêsse aspecto da realidade a relação entre êle e a totalidade história, de que é parte, e nos incapacitando, portanto, para interpretá-lo devidamente. A comparação entre fatos é um procedimento simplificador que, para praticar-se lìcitamente, deve ser consciente dos limites da sua validade e da exigência de um correto sistema de idéias que sirva para interpretar os dados.

As distorções psicológicas que o argumento analógico provoca são consideráveis. Resultam, de modo geral, de ser a comparação dos índices numéricos feita de preferência com relação a países de progresso superior ao nosso, donde causarem a deformidade do nosso estado de espírito, que se exprime pela generalizada tendência ao desconsôlo e ao pessimismo. Forçam-nos a nos vermos permanentemente em posição de retardamento, de "falta", a nos sentirmos fracos e isolados na presença terrível dos poderosos. Dá-nos o sentimento de dependência para com os mais adiantados, o qual chega a ser negativista e paralisante, fazendo-nos julgar que só do auxílio recebido do alto virá para nós a oportunidade de ascensão. A mais nociva talvez dessas distorções é a que oblitera o nosso senso de comunidade com as demais nações subdesenvolvidas. Pelo vêzo repetido de só nos avaliarmos em confronto com os ricos, deixamos de perceber a comunidade da nossa situação com a de muitos outros países em estágio histórico semelhante ao nosso. Perdemos, assim, a consciência da unidade de interêsses que com êles temos

e abrimos mão da possibilidade de a êles nos unirmos, para formar uma fôrça relativamente homogênea, a fim de aumentar o pêso político de cada um no jôgo das pressões internacionais. Subjugados ao complexo do atraso, de que constantemente somos lembrados pela insistência com que nos inculcam as estatísticas de produção e desenvolvimento, insensibilizamo-nos a perceber a realidade nacional em têrmos políticos, ignoramos quanto podemos valer como fôrça respeitável no cenário internacional, para só atentar nas nossas ainda reais deficiências econômicas. Surge daí o estado de espírito ingênuo que subordina o pêso político de nosso País ao grau do desenvolvimento efetivamente realizado. Para os pensadores e estadistas primários que assim procedem, entre os quais se enfileiram muitas das personalidades que, entre nós, tratam dos negócios externos, é preciso primeiro ter considerável poderio econômico para depois assumir atitudes enérgicas e corajosas nos prélios internacionais. Escapa-lhes a compreensão de que o fator decisivo não é o desenvolvimento atualmente atingido, mas a fôrça expansiva liberada pelo país em etapa de emergência histórica do seu estado anterior de atraso e privação de domínio de si. Desde o momento em que o País desencadeia o seu esfôrço de expansão econômica, gera-se dentro dêle um potencial político que aumenta em progressão superior à do crescimento material e só ficará inaproveitado se os seus líderes disso não tiverem consciência. As massas, porém, a quem se deve o suporte dêsse impulso, ràpidamente percebem o poder novo que estão criando e não mais admitem as formulações valorativas anteriores, depressivas e pessimistas, que só continuam a ser repetidas pelos que não estão diretamente engajados no processo transformador da realidade. O país em ascensão só pode ser avaliado por frios índices de confronto internacional pelos que o vêem de fora, ou por não pertencerem a êle ou por viverem nêle, mas sem participar das transformações em curso. Mas, para quem está envolvido no trabalho efetivo de alterar a realidade, não há índices fracos ou desanimadores, porque todos são indicativos de uma soma de trabalho vivido. A fôrça que advém do sentimento de estar despendendo grande energia na obra de alteração da estrutura econômica do País não pode ser medida nem quebrantada por critérios analógicos. Tem sentido existencial, vale não apenas pelo "tanto" objetivo que foi produzido, mas vale um "tanto a mais", de natureza subjetiva, que se incorpora à primeira quantidade sob forma de disponibilidade de valor, a ser utilizada pelos

dirigentes do País no significado eminentemente político que possui. Significa êste fato caber à produção obtida um coeficiente existencial que multiplica de muito o seu valor.

A introdução de um coeficiente político na equação do desenvolvimento altera completamente qualquer quadro estatístico. A potência real do País não será avaliada sòmente à vista de seus gráficos e tabelas de produção, porque o mesmo dado numérico muda de sentido conforme represente um grau estático e equilibrado de realização ou resulte do ímpeto coletivo que deu origem a tal quantidade. No segundo caso, há que acrescentar ao *quantum* bruto, ao valor aritmético, uma verdadeira mais-valia histórica, representada pela soma do esfôrço nacional despendido para obter aquêle resultado, e que se traduz por um excedente de fôrça política.

Sòmente considerando-se permanente o esquema internacional de subjugação, os países mais fracos ou mais pobres aparecem identificados aos seus índices numéricos. Desde, porém, que se compreenda não serem definitivas as relações de equilíbrio, tem-se de admitir que certos países, atualmente em posição modesta, estão de fato a caminho de etapa superior. O sinal da predestinação objetiva que transportam é o afã no desenvolvimento, aliado à existência de recursos materiais e demográficos capazes de dar base real ao processo expansivo. A consciência crítica, não atada a nenhuma configuração fixa, está sempre à espera de novas e próximas ascensões nacionais. É capaz, portanto, de descobrir no fenômeno do desenvolvimento uma dimensão histórica, que não se exprime ùnicamente pela quantidade de êxito conseguido, mas anuncia, sob forma de um atual *superavit* de valor, a preponderância futura. Produz-se, de fato, no processo do país em desenvolvimento o que podemos chamar de mais-valia política, que talvez tenha passado despercebida aos estudiosos, preocupados como estão muitos dêles em indagar apenas da mais-valia econômica, origem do excesso de rendimento de que alguns se apropriam em desfavor de outros. No entanto, os mesmos atos de promoção econômica geram também a primeira, a mais-valia política, da qual sòmente o Estado deve apropriar-se. A diferença está em que de uma os empresários particulares podem apoderar-se, enquanto da outra, só o Estado. Como não cabe aos promotores da iniciativa privada dela se valer pois é computada como soma de todos os esforços parcelados, apenas o Estado, ou seja, o Poder Nacional, tem

direito de se utilizar dela para os fins que lhe são próprios. Ora, êstes fins são sobretudo políticos, são o acréscimo do prestígio e da atuação internacional do País, a qual deixa de ter o significado caricato de mera pretensão sem apoio nos acontecimentos, para se revestir da gravidade que lhe outorga o poder da mais-valia política em que se funda.

O ascenso histórico de um país, ameaçando romper equilíbrios e relações de dominação, gera um potencial político que não deve ser avaliado em têrmos puramente econômicos. A expansão nacional, à medida que permite desarticular a composição dinâmica internacional, multiplica o poderio do país em desenvolvimento. Se admitirmos, além disso, que, em momento histórico como o atual, numerosos países da chamada região periférica estão, simultâneamente, em graus variáveis, executando o mesmo tipo de esfôrço nacional, em conseqüência do qual se encontram em fase de sensível desenvolvimento, compreenderemos que a reunião dêles em um movimento conjunto seria o meio de capitalizar a mais-valia política, disponível em cada um, para uma atuação internacional organizada, que lhes daria relevante papel no comando do processo mundial, e de que se valeriam para eliminar os obstáculos que opõem ao seu pleno desenvolvimento os que no momento detêm a supremacia econômica e o poder de arbítrio. Não se diga que a aglutinação de tais países em um movimento único é obstada pela dispersão geográfica, que os coloca em áreas geopolíticas distintas, submetendo-os a determinações históricas e a vínculos a diferentes centros de dominação, de que não conseguiram desvencilhar-se. A unificação do processo histórico mundial no mesmo processo ecumênico destrói as separações geográficas e tende a aproximar os semelhantes, os que se encontram em fases equivalentes de evolução. A unidade da história derruba a idéia da constante e definitiva divisão do mundo nas atuais áreas de domínio, cada qual pertencente a um centro hegemônico, mostrando-a como idéia a ser chamada de ingênua, por anti-histórica, se não fôsse, como é, pérfida, posta a serviço dos interessados em manter tôdas as formas de subserviência.

A formação do bloco de países em simultâneo surto de desenvolvimento viria libertá-los do círculo vicioso em que se debatem, de não ter condições para desencadear o processo de libertação econômica, por falta de suficiente fôrça política, e de não dispor dessa fôrça por serem subdesenvolvidos. A falácia lógica dêsse círculo, que só a vivência histórica concreta permite denunciar, está em que tal ra-

ciocínio se funda na suposição de rigorosa equipolência entre a fôrça política e a econômica. Se, porém, descobrirmos que tal igualdade não existe, que o esfôrço econômico, quando resultado da consciente incorporação de um projeto pela vontade da massa, gera um *superavit* de valor político, rompe-se a fatalidade daquele argumento e torna-se patente a todos haver a energia necessária para conjurar no campo internacional os obstáculos ao desenvolvimento. A condição única para isso é substituir o pensar ingênuo, capaz de se deixar embalar por argumentos especiosos, como os que derivam da comparação pura e simples entre dados relativos a países distintos, pelo ponto-de-vista crítico, que encaminhará o homem de govêrno, o sociólogo ou o filósofo à descoberta daquela mais-valia política, de que se utilizarão para orientar em novo sentido o seu entendimento da realidade e as operações a exercer sôbre ela.

Quando se pretende, por exemplo, que devemos decidir da nossa política de exploração das riquezas minerais, em particular do petróleo, tomando por base resultados obtidos por outras nações com os métodos que adotaram, além da evidente má-fé dos que preconizam essa diretriz, temos de desmascarar em tal atitude o êrro filosófico aqui discutido. Mesmo que fôsse bem intencionado,—o que certamente não é,—êste modo de pensar revelaria deplorável ingenuidade. Pode acontecer, para nos atermos ao caso lembrado, que a política de concessão a emprêsas particulares, nacionais ou estrangeiras, do direito de explorar as jazidas petrolíferas, para alguns países, com estruturas políticas e econômicas e fundamentos demográficos e geográficos diferentes dos nossos, seja, do ponto-de-vista do grau de consciência que atingiram, a linha oportuna do seu desenvolvimento, a que consulta os seus verdadeiros interêsses nacionais. Daí não devemos tirar senão informações gerais, subsídios para o nosso exame próprio, e jamais conclusões imperiosas, como se a causalidade histórica que em outra parte supostamente foi eficaz e útil, aqui se venha a repetir, quando é diferente o contexto nacional e outro o grau de avanço, os objetivos e as possibilidades de autodireção, pela consciência coletiva, do processo de expansão econômica. Temos o direito de julgar que para nós aquela linha é inconveniente, contraria os interêsses do nosso desenvolvimento. Não sòmente não a queremos para nós, mas devemos repudiar qualquer ato internacional, acôrdo, tratado, ou convênio, em que figuremos como executantes de uma política espoliadora em relação a países econômicamente menos desenvolvidos do que nós.

Quando defendemos o monopólio estatal da pesquisa, extração, processamento e distribuição do petróleo, temos em vista não só as indiscutíveis vantagens econômicas de tal diretriz, atualmente mais do que comprovada na prática, mas sobretudo visamos à conquista do potencial político representado na demonstração dada pelo País de ter podido resolver por si, contra pressões externas, o problema da criação das fontes de energia para o seu desenvolvimento. Acenar, portanto, com os discutíveis sucessos obtidos em outra nação como conseqüência da entrega dos recursos minerais ao comando econômico estrangeiro, e pretender levar-nos a seguir o mesmo caminho é, fora a malícia interior do argumento, êrro lógico. É negar o pluralismo dos processos nacionais, a multiplicidade qualitativa das formas de desenvolvimento, que destrói em princípio a validade do argumento analógico. Fica êste reduzido ao puro efeito psicológico, à impressão que, à primeira vista e para a reflexão desarmada, é capaz de causar. Seu valor probante, tratando-se de analogia histórica, é extremamente exíguo, por isso seus autores o utilizam confiando no impacto emotivo que desperta, quando hàbilmente manejado.

O que a reflexão crítica revela, ao contrário, é que cada processo nacional corporifica as exigências da lógica própria à realidade particular do país considerado; nada impede que o mesmo grau superior de desenvolvimento de certa nação seja alcançado em outra por vias e métodos políticos distintos. Ao desfazer o engano do argumento por analogia, o pensar crítico imuniza a consciência política contra o desânimo, a descrença e o derrotismo, que lhe poderiam inocular as estatísticas mal compreendidas, e defende-a de pior do que isso, de se curvar, dócil, aos intentos dos que recorrem àquele argumento para favorecer interêsses pessoais.

25 — VISÃO ROMÂNTICA DA HISTÓRIA

Como incompreensão da singularidade das realidades nacionais, o traço anterior leva-nos a comentar outro, que lhe é afim: referimo-nos ao conceito que a consciência ingênua tem da história em geral. Trata-se da visão romântica da história.

Fundamentalmente, consiste em supor que a história de uma comunidade nacional, ou a do mundo, é um movimento conjunto presidido ou governado por uma fôrça superior, uma vontade divina ou um destino fatal, de tal sorte que os acontecimentos, além de ser aquilo que são na sua objetividade e nos mecanismos imediatos que os explicam, admitem também uma componente transcendente, constituída pela ligação de cada fato particular com o movimento absoluto da história, concebido como razão causal envolvente. Os fatos revestem-se de duplo significado, produzem-se simultâneamente em dois planos, o do acontecer visível, empírico, acessível à investigação científica, mediante a descoberta de relações causais com antecedentes objetivos, e o do acontecer invisível, cumprimento da determinação transcendente, só revelada pela visão filosófica da história como totalidade. Reduzida à expressão mais simples, tal é a estrutura interior do que desejamos denominar de doutrina romântica da história. As formas exteriores de que se recobre são inúmeras, distintas e até opostas quanto a aspectos particulares. Para começar, múltiplas são as concepções do que seja êsse determinante, o envolvente do curso histórico: um Destino ignoto, cego e irracional, que, como a Moira antiga, submete ao seu desígnio impenetrável os atos humanos e os fenômenos da natureza, em conseqüência do que, sendo seu plano inapreensível à inteligência finita, a história se converte em domínio de total irracionalidade; a Providência divina, vigiando o desenrolar da vida humana, assistindo-a bondosamente com freqüentes intervenções auxiliadoras, numa repetição de pequenos milagres despercebidos; um princípio metafísico, entendido como Razão, Es-

pírito, Ego ou Idéia, realidade última e portanto única, que desdobra ao longo do tempo os seus momentos necessários, os quais aparecem sob forma de acontecimentos singulares, enquanto fenômenos, aparências limitadas daquele processo universal, apreendidos por nós como fatos particulares sòmente porque não nos é dado abranger de uma vez a totalidade de que fazem parte; uma Lei lógica segundo a qual a realidade de cada época está subordinada a um esquema abstrato, de validade intemporal, que liga as etapas do desenrolar histórico por uma correlação racional imanente e as determina unìvocamente, ainda quando não se perceba à primeira vista a forma universal que as engloba.

Por diverso que seja o conceito do princípio universal que suporta ou conduz a história, o traço romântico é o mesmo: é a crença num segundo significado dos acontecimentos, em razão do qual são interpretados como se tivessem um lado secreto, como se fôssem a mensagem cifrada do Princípio ou do Fundamento, de que os iniciados têm a chave reveladora. Esta crença não se constitui apenas nos moldes de uma doutrina filosófica, mas, por ser atitude própria da consciência ingênua, pode estar presente até no julgamento do homem comum, não iniciado nas altas especulações que desvendam o mundo transcendental da segunda realidade e permitem nêle ingressar. Há na modalidade simplista do pensar a inclinação a conferir um segundo sentido às coisas, a ver os fatos como dúplices. Não são só aquilo que aparentam ser, são também manifestações de uma razão superior, que os explica, e a que os entendidos fazem alusão, muito embora não cheguem a precisar convenientemente êsse significado oculto. Assim, em presença de um acontecimento social ou político, os portadores dessa consciência mostram-se dispostos a ligá-lo originàriamente a um acontecer transcendente, a desvinculá-lo do mundo sensível para receber significado decorrente dessa interpretação hermética. Os que assim procedem perdem contato com o real, caem no labirinto dos simbolismos. O mundo deixa de ser o encadeamento necessário dos fenômenos, os atos dos homens e as transformações sociais despojam-se da qualidade empírica, que os torna compreensíveis nos seus condicionamentos culturais e materiais, para se converterem em signos de uma super-história imaginária. O acontecido, como tal, perde importância, porque é logo recolhido à hermenêutica fantasista que prèviamente o explica. O resultado é a história concreta ficar privada do sentido do novo. De fato, para essa noção ingênua nada de original pode ocorrer, não há emergência do imprevisto, por-

que o curso objetivo deve apenas trazer à luz o acontecimento na sua materialidade, mas o verdadeiro conteúdo, êsse preexiste à sua realização no tempo. A consciência fica exposta aos delírios interpretativos e à distorção sistemática nas suas apreciações, em virtude da posse antecipada do conhecimento. Torna-se insensível aos fatos, perde a capacidade de reagir à vida diária, de indignar-se com a injustiça e a opressão, de sofrer com o curso das coisas, pois se inclina sempre a depreciar o acontecido para nêle só ver a confirmação do modêlo oculto a que se prende. A negação metafísica da originalidade do real habitua o espírito a ter na presença de fatos inesperados uma surprêsa envergonhada, pois a rigor não deve haver o inesperado e sim ignorância do inevitável. O fatalismo, nas suas múltiplas formas e graus, é o comportamento em que desemboca esta disposição do pensamento inocente. Ressalta logo a nocividade de tal conceito, que conduz à indiferença pelo real vivido, à não participação na atividade social, ao cepticismo revestido das aparências de saber profundo.

De modo geral, a consciência ingênua tende a minimizar tôda ocorrência objetiva, a vivê-la numa perspectiva intelectual ilusória. Em conseqüência desta postura mágica, as reações emocionais que o fato deveria normalmente suscitar, dada a sua natureza, são substituídas pelas que derivam da exegese ideal. O indivíduo não reage mais ao concreto vivido, mas estabiliza-se emocionalmente em atitude uniforme. Como está de posse do segrêdo último da história, pouco lhe importa o que efetivamente se passa. Em vez de ser, portanto, uma consciência crítica, alerta, sempre pronta a interferir na marcha das ocorrências, porque crê na ação causal que é capaz de desempenhar, queda-se na apatia de uma conduta invariável diante de qualquer coisa que aconteça, exclui-se do circuito das causas sociais atuantes, porque tem os olhos voltados sòmente para o rumo superior da história, só se preocupa em contemplar o curso inteligível do acontecer, do qual as projeções sensíveis são acidentes de menor valor.

A atitude assim fixada admite tipos diversos, em concordância com o ilusório pressuposto teórico de que derivam. Será otimista ou pessimista, com a mesma falta de razão. Se a consciência primária adere à teoria do processo histórico que postula o progresso indefinido da humanidade, em um universo que o Espírito dirige em busca de um fim, definido pelo cumprimento do plano da Razão ou de Deus, será necessàriamente otimista e considerará os fatos, mes-

mo os mais revoltantes ou catastróficos, como componentes indispensáveis à realização do melhor dos mundos. Encontrará justificativa para tôdas as humilhações, desgraças e retrocessos, furtando-se, assim, à crítica iluminadora do processo objetivo e aos sentimentos fecundos que as situações cruéis deveriam suscitar. O otimismo cego e irracional obnubila a consciência, prepara para as capitulações mais vergonhosas, expondo-a ao ridículo dos enunciados pueris, aliciando-a para o cortejo dos satisfeitos. Atitude desta espécie resulta muitas vêzes de íntima vocação para o servilismo. São os timoratos em face do curso histórico, difícil de ser entendido ou comandado com segurança, freqüentemente desumano e decepcionante para as mais nobres esperanças, que ocultam a sua impotência a empenhar-se em luta áspera e incerta, profetizando-lhe os resultados favoráveis, com o que se dispensam de participar dela. Contribuem para obscurecer, a si e aos outros, o verdadeiro sentido dos fatos, o qual só é captado na análise dos antecedentes objetivos, ponderando-lhes a importância e prevendo-lhes os efeitos; alheiam as coisas da realidade de que fazem parte, mediante um julgamento de valor, dogmàticamente otimista.

Se, ao contrário, porque descreiam da existência de uma Providência tutelar ou de uma Idéia racional envolvente do suceder histórico, concebem o movimento da realidade como destituído de sentido lógico e incapaz de ser conhecido nos seus determinantes, constituirão a variedade pessimista do pensar ingênuo, simétrica e oposta à anterior, mas idêntica em natureza. O pessimista incide no mesmo engano de romantizar a história. Insiste em ir ao encontro dos fatos com um prévio juízo de valor. Não está capacitado para ver objetivamente o ocorrido, pois isso demanda disposição de ânimo livre e aberta, mas se apressa em qualificá-lo como desfavorável. Nada se passa que não contenha secreta perversidade, não se revele causa de sofrimento, não seja, no melhor dos casos, desperdício de fadiga ou completa inutilidade. O mundo, para o pessimista, não merece a atenção que lhe dão os pobres mortais empenhados em explorá-lo e transformá-lo. Julgado de vez e definitivamente provada a sua essencial iniqüidade, o que há a fazer é evadir-se dêle pela atitude contemplativa do filósofo, que reserva para si o direito de superpor-se à multidão, dedicando-se apenas ao conhecimento desinteressado, pela fantasia do anarquista platônico, ou pelo monaquismo. Contudo, o pessimismo não consiste tanto, como de ordinário se crê, em declarar que o sentido das coisas é intrìnsecamente mau, como em pensar

que as coisas não têm por si nenhum sentido e são incapazes de receber algum; não é tanto o julgar que os acontecimentos tendem para o pior, como admitir que não tendem para fim algum, nem podem ser dirigidos para um objetivo consciente. Se assim fôsse, o curso da história, além de incognoscível, seria impenetrável a todo projeto existencial. A reflexão filosófica, patenteando ser próprio do homem projetar o seu destino, utilizando os fenômenos do mundo mediante o conhecimento dos determinismos causais objetivos, encontra no conceito pessimista da história sério obstáculo. Se os acontecimentos são por definição incapazes de receber um sentido decorrente do projeto de existência formulado pelo homem em função da sua prática social, o projeto existencial, onde se exprime o propósito de transformar a realidade, não passa de fantasia de alguns filósofos contemporâneos. A evolução do mundo prossegue indiferente, infligindo ao homem a dor e a decepção, sentimentos quotidianos da imensa maioria da humanidade, sem poder ser modificada pelo desejo de alterar-lhe o rumo esmagador. O fato brota da lei inexorável, à qual só é possível opor a compreensão lúcida ou a evasão mística. O projeto de criar novos fatos e situações ou de corrigir favoràvelmente a marcha dos existentes, é ilusão de algumas consciências generosas, pois em verdade o projeto mesmo é um fato igual aos outros e portanto previsto na lei universal, que o engloba e que não pode ser modificada por êle. O projeto existencial supõe a capacidade do agente de produzir atos livres, ou seja, libertadores e a disponibilidade da ação a receber um sentido. O fatalismo pessimista, negando uma e outra, interpreta-as como elos, em tudo iguais aos demais, da mesma cadeia que acorrenta o homem à história.

Uma das formas a que amiúde se recolhe êste estado inocente do espírito é a ironia. Não se trata, porém, aqui da ironia referida por alguns pensadores existenciais, cuja significação é outra, mas não constitui tema da nossa análise. Assinalamos apenas a ironia do pessimista enquanto tipo de reação de uma consciência ingênua, convencida da sua superioridade em face das coisas e dos homens. É a forma passiva de pessimismo, a resposta dos inertes. Sabendo ser inteiramente inútil o trabalho de desviar para melhor o rumo das ocorrências, a consciência simplista considera a certeza desta fatalidade uma noção sublime, conhecimento só atingido por alguns poucos, a ser guardado no âmago do espírito. A única manifestação exterior de tão recôndita sabedoria é a ironia com relação aos que julgam, na cegueira

que as coisas não têm por si nenhum sentido e são incapazes de receber algum; não é tanto o julgar que os acontecimentos tendem para o pior, como admitir que não tendem para fim algum, nem podem ser dirigidos para um objetivo consciente. Se assim fôsse, o curso da história, além de incognoscível, seria impenetrável a todo projeto existencial. A reflexão filosófica, patenteando ser próprio do homem projetar o seu destino, utilizando os fenômenos do mundo mediante o conhecimento dos determinismos causais objetivos, encontra no conceito pessimista da história sério obstáculo. Se os acontecimentos são por definição incapazes de receber um sentido decorrente do projeto de existência formulado pelo homem em função da sua prática social, o projeto existencial, onde se exprime o propósito de transformar a realidade, não passa de fantasia de alguns filósofos contemporâneos. A evolução do mundo prossegue indiferente, infligindo ao homem a dor e a decepção, sentimentos quotidianos da imensa maioria da humanidade, sem poder ser modificada pelo desejo de alterar-lhe o rumo esmagador. O fato brota da lei inexorável, à qual só é possível opor a compreensão lúcida ou a evasão mística. O projeto de criar novos fatos e situações ou de corrigir favoràvelmente a marcha dos existentes, é ilusão de algumas consciências generosas, pois em verdade o projeto mesmo é um fato igual aos outros e portanto previsto na lei universal, que o engloba e que não pode ser modificada por êle. O projeto existencial supõe a capacidade do agente de produzir atos livres, ou seja, libertadores e a disponibilidade da ação a receber um sentido. O fatalismo pessimista, negando uma e outra, interpreta-as como elos, em tudo iguais aos demais, da mesma cadeia que acorrenta o homem à história.

Uma das formas a que amiúde se recolhe êste estado inocente do espírito é a ironia. Não se trata, porém, aqui da ironia referida por alguns pensadores existenciais, cuja significação é outra, mas não constitui tema da nossa análise. Assinalamos apenas a ironia do pessimista enquanto tipo de reação de uma consciência ingênua, convencida da sua superioridade em face das coisas e dos homens. É a forma passiva de pessimismo, a resposta dos inertes. Sabendo ser inteiramente inútil o trabalho de desviar para melhor o rumo das ocorrências, a consciência simplista considera a certeza desta fatalidade uma noção sublime, conhecimento só atingido por alguns poucos, a ser guardado no âmago do espírito. A única manifestação exterior de tão recôndita sabedoria é a ironia com relação aos que julgam, na cegueira

das labutas em que se esfalfam, estar cooperando para transformar a ordem das coisas. A ironia indica a superioridade do ironista, como depositário do segrêdo da história. Não obriga ao combate sistemático das opiniões divergentes, e por isso não assume o caráter de doutrina estruturada, não se dá à condescendência de discutir. Apenas satiriza as posições alheias e, sobretudo, zomba das fadigas daqueles que acreditam ser possível e valer a pena melhorar o mundo. Tem a inclinação a dispensar com parcimônia o tesouro do seu conhecimento, só de quando em quando oferecendo aos outros, afanosos mortais, eventuais esclarecimentos, que não necessitam, sendo destinados a quem são, ser expostos sistemàticamente. A ironia exprime-se em proposições isoladas, dispensa a teoria, exclui a verificação, absolve das inconseqüências. Dá-se como intervenção momentânea de um saber total, que jaz oculto nas profundidades da inteligência e nem sempre responde quando solicitado. Não argumenta, porque já é a conclusão. A não ser quando descamba para as modalidades inferiores do gracejo e da chacota, prefere sempre dissimular-se e provocar apenas a dúvida e o sorriso.

Os efeitos do estado de espírito pessimista, em qualquer modalidade, são, no plano do interêsse social, os mais nocivos. São a cobertura ideológica de comportamentos antinacionais tão nefastos como a ociosidade, o oportunismo ou a imoralidade. Destrói tôda perspectiva de ação, ao desmoralizar antecipadamente os resultados. No entanto, por isso mesmo que é socialmente destruidora, a consciência pessimista é impossível como consciência da massa. Cumpre-nos chamar a atenção para êste aspecto importante da questão. As massas, por natureza, não são afetadas pelo pessimismo filosófico, porque sendo êste um sentimento antisocial, só é encontrado em exceções individuais. As massas, ao contrário, são inclinadas ao otimismo, que é o reflexo na sua consciência dos anseios de superar suas condições materiais de vida e de conquistar um destino melhor, da crença no próprio poder de realização. O pessimismo só se torna significativo enquanto traço característico da consciência isolada, quase sempre a do intelectual ou do político pertencente à elite do país subdesenvolvido.

Examinaremos, em análise à parte, o caso da consciência política pessimista e a sua oposta, a ufanista. Aqui desejamos tão-sòmente assinalar êsses traços como dependentes da concepção romântica da história. Naqueles que se julgam habilitados, pelo grau de cultura ou pelo trato com os problemas sociais, a possuir a percepção geral do

processo da realidade e a expender considerações de validade universal, é que se encontram de preferência essas variedades do pensar ingênuo. Daí justamente sua maior nocividade. Quando obscurecem a consciência de homens que, pela posição que ocupam na sociedade, deveriam ser os primeiros a ter a compreensão objetiva das coisas, estas tendências se tornam particularmente danosas ao interêsse coletivo. Por motivos que tentaremos explicar a seguir, as chamadas elites dos países ainda em regime semicolonial de cultura sucumbem com facilidade ao primarismo e à ingenuidade destas inclinações divergentes. Tornam-se, então, fatôres negativos do progresso da comunidade. A descrença que as afeta, à qual a massa é por natureza infensa, produz efeitos desproporcionados à sua importância, em vista de se instalar nos que ocupam os postos de comando. A falta de coincidência da consciência dessas elites com a das massas, situação vigente em todo início de expansão nacional, faz que as segundas, enquanto permanecerem fora da direção social, não tenham possibilidade de ver utilizada tôda a sua energia criadora, por motivo da descrença de que são objeto por parte das supostas elites, e estas, por sua vez, não sentindo o potencial de ação existente nas camadas populares, porque as observam de fora, a distância, e as acham ignorantes, desorganizadas, apáticas ou turbulentas, se confirmam no seu cepticismo a respeito da capacidade do povo. A raiz profunda do pessimismo das elites está na desvinculação da massa, o que as torna incapazes de sentir a riqueza de energia contida no sofrimento e no labor das nossas populações, na vontade de transformar por seus próprios meios suas condições de vida. Nos homens do povo, por mais profundas que sejam as amarguras da existência, jamais surgirá a reação céptica ou pessimista: o que pode é surgir a reação revolucionária. Não são discrentes de si, mas daqueles que se arrogam o direito de tutelá-los. Se êstes últimos, pelo ócio, incompreensão, suntuosidade de vida ou arrogância, se destacam das massas, intimamente se dessolidarizam da sorte delas, e depois acomodam uma desconexa filosofia pessimista para justificar a displicência, que adotam como expressão de alta sabedoria, podem estar certos de que não conseguirão, entretanto, instalar no coração do povo o cômodo desânimo em que prosperam.

Essas considerações mostram como algumas formas da consciência simplista admitem particular condicionamento pela situação individual, recrutam-se em classes definidas. Ao apreciar o traço que estamos analisando, o romantis-

mo da teoria histórica, trata-se de tendência do pensamento que diz respeito primordialmente às personalidades dirigentes e às camadas cultas em geral. Vimos que têm propensão a crer num princípio condutor da história, em função do qual interpretam os fatos. Outro aspecto que ainda valeria a pena assinalar, pois não é mais do que variedade da atitude romântica, é o caráter antropomórfico assumido muitas vêzes por êsse princípio, o que dá aos julgamentos dos portadores de tal consciência tonalidade inocente das mais típicas. Consiste em reduzir o processo histórico à ação das individualidades humanas, ou de agentes abstratos e entidades lógicas cujo comportamento é concebido em igualdade com o comportamento humano. Consiste, na verdade, em negar a existência de fôrças objetivas no campo da realidade e sua atuação específica. É o desconhecimento da materialidade dos fenômenos e das suas leis próprias, substituída no pensamento romântico por operações caprichosas, subjetivas, explicáveis segundo as formas de ação humana. Para êsse modo de ver, a história seria produto da vontade do homem e se resumiria na interação dos indivíduos uns com os outros. Nenhum condicionamento de outra espécie a determinaria. Mesmo quando reconheça a existência de instituições sociais dotadas de dinamismo próprio e de fôrças objetivas em curso, a consciência ingênua imagina-as à semelhança com o agir humano, personifica-as, como se fôssem providas de alma capaz de proceder de acôrdo com desejos, intenções, de lutar e padecer, enfim, antropomorfiza-as. Aí está o caráter simplista desta concepção e também a sua periculosidade. Os que assim pensam, explicam todo acontecimento atual em forma de confronto entre pessoas. Só vêem no ocorrido os seus agentes humanos próximos e se obstinam em compreendê-lo apenas em função dos motivos de quem dêle participa. Desta maneira, os fatos, especialmente os de natureza política, perdem o caráter objetivo, sendo transferidos da sua causalidade própria para a esfera subjetiva das personalidades que, segundo êste modo de pensar, os provocam. Fica totalmente obscurecida e ignorada a dinâmica do processo histórico, suas bases materiais e os determinantes das transformações. Tudo parece ser efeito exclusivo de agências humanas, de pessoas atuantes, que guardariam em si o segrêdo dos seus motivos e seriam portanto a causa última da história. É negada, ou desconhecida, a lógica imanente ao processo da realidade, considerado como embate de paixões em conflito, resultado das orgulhosas aspirações de

indivíduos salientes, da vontade dos grandes condutores de povos.

Trasladado para o plano anímico, o mecanismo real da história desaparece do campo de compreensão. Os resultados dêste êrro em matéria tão fundamental são principalmente dois, entre outros: o primeiro, a inclinação do indivíduo comum a entregar-se ao culto da personalidade eminente, do herói carismático, em quem se consubstanciariam as energias geradoras das realizações históricas. Se a história é ùnicamente produto da vontade humana, é claro serem os homens dotados de fibra excepcional, de temperamento dominador, os que estão destinados a propelir o curso dos acontecimentos. Convém, pois, associar-se a êles, ou combatê-los encarniçadamente, conforme pareçam desejáveis, ou não, os intuitos pessoais que têm em vista executar. O culto da individualidade egrégia ameaça espraiar-se à consciência das camadas populares e converter-se em adoração do vencedor. Não foi por outro modo que ascenderam ao poder, e nêle se mantiveram, muitos dos tiranos que dirigiram os povos. As massas que os suscitaram, transferiram para êles o potencial de ação que realmente era delas, acreditando serem aquêles super-homens os verdadeiros motores do processo histórico, confiaram-lhes a defesa dos seus interêsses e dêles esperaram a realização dos seus anseios. O sucesso das ditaduras nos países de estrutura atrasada, regimes de volição pessoal, de endeusamento primário dos caudilhos, está intimamente ligado ao processo de antropomorfização da história. O desconhecimento dos fatôres reais permite carregar algumas personalidades mais destacadas com o que parece ser um influxo numinoso, causa das ações decisivas aos olhos do pensar ingênuo. Não existem fôrças objetivas, existem pessoas, a história não se desenrola motivada por pressões materiais exercidas sôbre os homens, que necessitam prover à sua subsistência, mas se resolve em última análise em imensa gigantomaquia, no combate entre sêres sôbre-humanos, de que depende o destino das multidões de vulgares mortais. No fundamento desta convicção, que tem sido repetidamente a tragédia das rãs que pediram a Zeus um rei, está a aludida distorção da consciência autêntica, terminando na prosopopéia dos fatôres históricos.

O outro resultado dêsse mesmo êrro é a perda do enorme potencial de ação social contido no curso dos acontecimentos, produto das tensões inerentes às condições concretas do real. Essa disponibilidade de poderio social, em vez de ser buscada de propósito, porque o observador está de

posse das verdadeiras categorias do processo natural, é negligenciada pela interpretação inocente, ao transferir para a conduta humana a causalidade das transformações objetivas. O mundo deixa de ser visto como sucessão de fenômenos produzidos em virtude de uma interação imanente, da qual a história reflete a forma como as gerações dela se apropriaram em seu benefício, para ser concebido tão-só como tecido de atos psíquicos, penetrando de tal maneira o substrato material dos fatos que êstes aparecem como resultados anímicos. Nada é mais pernicioso ao país subdesenvolvido, prestes a iniciar sua marcha ascendente. Nunca chegará a trilhar o caminho seguro que o levará à rápida modificação da estrutura social e econômica, enquanto permanecer prisioneiro desta ingenuidade. Tenderá a praticar uma política personalista, que se contenta em debater o valor das individualidades salientes no meio social, ignorando a existência de outros fatôres do acontecer histórico. Êste comportamento de consciência gera a mentalidade que prefere discutir a conduta dos homens, pois inocentemente acredita serem êles os responsáveis únicos pelo estado de coisas existente. Predispõe a recusar o debate de idéias, que julga ser subterfúgio para desviar a atenção popular da má atuação daquêles que se encontram instalados no poder. Será, portanto, uma consciência naturalmente moralista, apreciando os acontecimentos pelo ângulo do valor ideal atribuído aos personagens políticos em evidência, já que não reconhece a existência de causas materiais no processo quotidiano.

Como habitualmente o comportamento moralista da consciência primária se esgota na atitude de imprecação e vitupério, reações objetivamente estéreis, o processo real prossegue inalterado, tendo por efeito que, se é calamitoso o rumo dos acontecimentos, a consciência moralista, não percebendo os verdadeiros mecanismos em ação, não os poderá corrigir. Descobrimos, assim, esta facêta do moralismo político, sua íntima associação à antropomorfização da história, procedendo ambos os traços da mesma simploriedade de consciência. Ao denunciarmos a ingenuidade desta conduta, estamos profligando o seu exagêro em simplificar o processo histórico. É evidente que não pretendemos menosprezar o papel do homem comum na promoção da realidade social, nem o das individualidades proeminentes. Trata-se, tão-só, de denunciar o êrro representado pela ocultação dos fatôres materiais no curso da história. O homem faz a história, mas não a faz por capricho ou ao sabor de suas

disposições subjetivas. Faz porque está submetido a um mundo circundante, onde fenômenos múltiplos se passam, causados uns por outros, segundo relações inerentes ao processo geral e porque é capaz de apropriar-se, graças à reflexão consciente, das determinações daqueles fenômenos, e com isso produzi-los ou dirigi-los em proveito próprio. Neste sentido, a antropomorfização da história admite de certo modo um aspecto legítimo, ao se conceber a consciência como motor da história, por ser consciência do processo objetivo da realidade. Sòmente então se torna lícito incluir o processo objetivo na categoria de finalidade. A apropriação de tal processo pela consciência origina acontecimentos chamados históricos, mas seria ingênuo esquecer que só há consciência dêles porque são reais fora da representação que os apreende. Não precisam do espírito para se produzir, mas para se historicizar. A erupção de um vulcão numa ilha perdida do Pacífico, assinalada pela primeira vez em certa data, pode ter sido a repetição de fenômeno idêntico várias vêzes ocorrido, mas apenas essa é histórica, pelo fato de só então ter sido registrada por uma consciência. As fôrças econômicas subjacentes à sociedade são a-históricas até o momento em que alguém percebe que grupos humanos atuam efetivamente no plano da realidade em função delas.

Nas formas mais primitivas do desenvolvimento da consciência social, no estágio a bem dizer virtual da representação, as relações de produção sôbre as quais se organiza a vida da comunidade não são percebidas, são apenas praticadas, em repetição indefinida. Contudo, não é menos verdade que o estado de coisas vigente a elas está ligado; dêsse modo, quando, pelo desenrolar do saber, se inicia a reflexão do espíîrito sôbre êsses suportes concretos, o que era real mas a-histórico, durando desde há muito justamente porque não incorporava a representação consciente do tempo, que é a história, passa a ser real e histórico, e com isso ingressa em nova dimensão do tempo, a dimensão cronológica, na qual cada existente recebe data e prazo. Todo aspecto particular do processo objetivo ao se historicizar na consciência decreta o dia do seu vencimento, extingue a condição anterior de perduração indefinida. O antropomorfismo é a modalidade elementar de ingresso dos mecanismos objetivos da realidade no campo da consciência social. As pessoas simbolizam as situações, tornando assim mais fácil ao pensamento ainda inábil o trato e a compreensão destas. Se considerarmos alguns indivíduos proeminentes ou certos grupos dotados de poder de intervenção na sociedade como

corporificando, quer o saibam quer apenas outros o digam, fôrças objetivas em ação, estaremos praticando razoável antropomorfismo, admissível desde que calculado e em grande parte convencional. Ao representarmos o dinamismo do processo como desempenho de agentes individuais condicionados, estamos de certo modo reconhecendo a transformação do acontecer natural em história e ao mesmo tempo destacando o papel da vontade humana na criação do curso histórico.

Pela faculdade de fazer atos livres, que o constitui, o homem transforma os condicionamentos naturais em suceder histórico, graças às alternativas que abre mediante o seu projeto de existência. Assim, configura a história, tornando-a imprevisível enquanto sucessão empírica. Como, porém, o poder de decisão não afeta a existência das fôrças materiais, não podendo suprimî-las ou criar outras, originais, a atuação da liberdade está limitada ao âmbito particular que a consciência consiga ter da realidade onde deve agir. Será tanto mais livre quanto maior fôr a sua compreensão dos determinismos próprios da realidade sôbre a qual tem de agir. A liberdade não é poder extra-terreno, que desceria do alto para interferir na ordem das coisas, não é intervenção surgida de um centro psíquico imaterial, mas se manifesta na qualidade das ações, que fazemos seguir da nossa decisão. A liberdade não é a escolha entre decisões, mas a qualidade de certos atos que decidimos praticar. A infinita multiplicidade dos fenômenos da natureza dá fundamento objetivo à nossa liberdade e lhe permite, mediante a qualidade dos atos que praticamos, constituir-se como a essência do nosso ser. Do contrário, a liberdade, consistindo ùnicamente na eleição subjetiva entre pelo menos duas propostas de ação, ao se realizar, nos constituiria como o nada. Com efeito, sem a correlação ao mundo real, origem das alternativas exteriores, quer dizer, capazes de determinar séries distintas de acontecimentos objetivos, nossa liberdade seria o contínuo exercício de escolhas imaginárias, de decisões subjetivas a favor de uma representação tão irreal quanto a oposta, e por isso equivalente a ela. Se assim fôsse, a liberdade não constituiria o nosso ser, mas o nosso nada, pois identificaria a nossa essência à permanente representação de imaginários, o que nos tornaria tão irreais quanto aquilo que estaríamos imaginando. Um ser cuja essência consistisse em se mover no plano do imaginário seria também imaginário. Por conseguinte, para que a liberdade tenha sentido ontológico, é preciso que diga respeito ao universo concreto, a sociedade

e a natureza, sôbre o qual se faz sentir como apreensão do dado e transformação dêle, mediante o trabalho, dando-lhe configurações que não se produziriam por si mesmas.

É indispensável, portanto, que sublinhemos o êrro da consciência antropomorfizante, não só pelo que tem de nefasto ao conhecimento do processo da realidade, como porque, reduzindo a história tão-sòmente aos figurantes do drama e convertendo até mesmo os elementos do cenário em personagens dotados, como os outros, de podêres anímicos, desvirtua o significado da liberdade, tornada apenas um nome metafísico.

27 — ROMANTISMO NA CONCEPÇÃO DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS E POLÍTICAS

Cabe ainda destacar certos aspectos do comportamento ingênuo que, embora pertencentes à mesma atmosfera de romantismo anteriormente assinalada, merecem ser comentados à parte. O primeiro dêles é o que descreveríamos como romantismo no trato das relações econômicas. Para o conceito idealizado da história, característico desta forma de consciência, o fato econômico não é entendido como pertencente a um domínio particular da realidade material, mas incluído, com a atenção relativamente diminuta que lhe é concedida, na fórmula abstrata que contém o segrêdo da história. Priva-se o fato econômico da sua objetividade própria enquanto fenômeno material, consistindo na exploração dos recursos naturais do país, na produção de objetos e no dispêndio de trabalho segundo determinada forma de relações sociais entre os homens; ignora-se que o produto fabricado ou cultivado deriva das condições da natureza e se incorpora, uma vez realizado, a essa mesma natureza, não só porque no ato da sua produção têm de ser obedecidas as propriedades naturais das substâncias e as leis do determinismo natural, mas ainda porque, depois de existentes, os objetos criados contribuem para oferecer novo panorama da natureza, distinto daquele em que não havia essas coisas surgidas pela realização econômica. A circunstância de ser o homem o agente das transformações desta espécie, conduz a precipitada apreciação do fenômeno, transferido para o território das ciências do espírito, olvidando-se pràticamente o seu aspecto de fato natural. Supõe-se que o homem existe anteriormente ao fato econômico, pois lhe basta para existir a posse da "essência humana", eterna e invariável, quando, em verdade, o homem é um ser que precisa produzir a sua existência mediante o trabalho sôbre a natureza, dentro de um regime de relações sociais com os seus semelhantes. Ne-

nhuma das manifestações específicas da realidade humana teria lugar se prèviamente o homem não se fizesse existir, no sentido rigoroso da palavra, ou seja, se não organizasse a produção dos bens e das condições indispensáveis à sua subsistência. Antes de produzir qualquer coisa no domínio da cultura, o homem tem de se produzir a si próprio pelo trabalho.

Sôbre o fundamento externo de um ato de transformação da natureza a mentalidade cândida amontoa valorações de ordem ética, teleológica, metafísica e até mística, decorrentes tôdas da mesma noção romântica, que atribui ao Espírito, à Razão ou à Providência o papel de agente supremo do "devenir" histórico. Com efeito, se existe uma lei abscôndita presidindo a evolução da realidade, e se essa lei é o pensamento ou a intenção íntima de um Espírito universal, ou a fórmula racional que associa lògicamente os momentos sucessivos da história, a razão humana no seu exercício subjetivo tem por tarefa elevar o fato econômico do plano bruto da materialidade ao da racionalidade. Todo acontecimento empírico só é devidamente compreendido quando pôsto na perspectiva da lei suprema. Significa isto que é preciso ligá-lo por intuição abstrativa ao mundo racional superior, do qual tira a sua justificação, ou seja, é preciso superar lògicamente o mecanismo da produção econômica para vê-lo de fora, de cima, do ponto-de-vista da Razão universal ou do Espírito absoluto. O caráter material do fato econômico perde-se, assim, na distância, não é mais do que o simples ponto de partida, logo olvidado quando se busca iluminá-lo com a claridade de um princípio transcendente. O plano econômico adquire então uma nota de inferioridade, que explica o tratamento desdenhoso a êle dispensado pela concepção idealista da história. Se acrescentarmos a isto os motivos tradicionais, que sempre fizeram relegar a posição social inferior os que se dedicam às atividades econômicas e mercantis, onde se reflete o orgulho das classes ociosas, abastadas, entre cujos membros, e seus dependentes, agregados e parasitas, se recrutam os pensadores representativos do pensamento idealista, teremos explicado esta valoração depreciativa e compreendido a origem daquela doutrina idealizadora. Com efeito, a idéia ingênua de envolver a história no véu romântico da teoria do Espírito universal não poderá ser defendida em nossa época senão como produto filosófico de um grupo sem suportes nos fatôres de progresso da história, só preocupado em traduzir racionalmente os objetivos políticos que tem em vista, incapaz de entender os determi-

nantes da situação que deseja manter ou alterar segundo suas conveniências.

Contudo, no passado, em outra fase e noutro contexto nacional, o idealismo na concepção da história exerceu papel positivo, servindo aos interêsses de povos que, derrotados ou oprimidos, precisavam nutrir-se da crença mística na sua possibilidade de independência e de ascensão, a fim de não sucumbirem ao desânimo, enquanto suportavam condições materiais desfavoráveis e não dispunham de meios eficazes de reagir, por não haver ainda uma classe suficientemente forte para, na defesa de seus interêsses, conduzir o movimento de libertação nacional. Hoje, porém, a mesma atitude é ingênua e funesta, porque estão abertas aos povos as vias da independência efetiva; assim, cultivar a liberdade em espírito é trair a oportunidade de conquistá-la concretamente, contentando-se em viver na esperança de obtê-la. A teoria idealista da história, que, em outra época, teve caráter revolucionário, é agora retrógrada e conservadora.

A constituição de um plano político em si, desligado da realidade econômica, auto-suficiente enquanto esfera do real, é um dos maus resultados dessa noção simplista das coisas. Aos poucos, o fato político assume significado independente e se torna domínio distinto. Passa a ter causalidade própria em antecedentes de igual natureza ou a ser determinado por intervenções psicológicas, que o explicam segundo um conceito teleológico idealista. A razão política estabelece-se, assim, como fator explicativo na história, mas, em vez de ser entendida nos verdadeiros motivos objetivos que a condicionam, é tomada como fôrça autônoma, resultante das disposições anímicas de parcelas da comunidade. Desvirtua-se nesta atitude tanto a essência do fato econômico, quanto a do político. O primeiro é reduzido à condição de dado bruto, inferior, o segundo, idealizado, obra do espírito, da razão ou da vontade, quer de indivíduos predestinados, quer de povos. De todo modo, desconhece-se a existência dos alicerces econômicos da história política, ou, quando não são ignorados, não estão constantemente presentes à consciência. O fenômeno político é tratado em moldes exclusivamente subjetivos, como se consistisse em um intercâmbio entre indivíduos movidos apenas pelas reações psíquicas que nêles produzem os atos dos seus antagonistas ou comparsas. A política assume, assim, o significado de conflito entre espíritos; quando se patenteia, em certas ocasiões, o terreno de interêsses materiais a que se vinculam os personagens, longe de interpretar-se êsse fato como normal e

conrceto, como o condicionamento das formas de pensar e sentir pelos fatôres objetivos, procura-se anular essa relação, considerada anômala, inconfessável, transferindo para o plano da subjetividade pura o choque dos interêsses. O indivíduo, enquanto interioridade, enquanto espírito e pessoa moral, recebe tôda a responsabilidade pelo conflito econômico. Atribui-se ao indivíduo poderoso, ao rico banqueiro, ao grande homem de negócios, a responsabilidade da ordem econômica, como se de sua exclusiva vontade, de sua generosidade ou iniqüidade, dependesse a conjuntura. Com a desfiguração do processo econômico, sublimado em operações volitivas e entregue aos julgamentos morais, dá-se também a perda da perspectiva social. Traduzido em fórmulas subjetivas, o fato econômico não só se descaracteriza na sua natureza material, mas igualmente se descola do contôrno social. Deixa de ser pensado como fator essencial na compreensão da sociedade. Não se procura interpretá-lo como afetado pelas fôrças sociais presentes, e menos ainda se apreende a influência do processo material na distribuição das pressões políticas e na formação de grupos no interior da comunidade.

De tôdas essas confusões o resultado é uniforme: a consciência ingênua tem para com a realidade econômica uma atitude de absoluta incompreensão. Ignora a natureza dêsse domínio do real, ignora os condicionamentos que determina, na forma de fenômenos sociais e estruturas políticas, é indiferente aos mecanismos pelos quais se processa a correlação entre as bases de produção, circulação e troca econômica e as disposições jurídicas montadas para atender ao sistema de relações por elas constituído. Desprovida da percepção justa, a consciência primária derrama-se em juízos cândidos, tão variados que é impossível passá-los em revista, mas todos reveladores da mesma opacidade ao caráter objetivo das ocorrências econômicas.

Na sua manifestação mais alcandorada, essa ingenuidade dá-se ao luxo de se apresentar como teoria filosófica da história, naturalmente idealizada, assim como no comportamento prático se patenteia naquilo que chamaríamos de pudor do econômico. Como os interêsses econômicos são materiais, grosseiros na sua dura realidade, são uma ordem de problemas inferior, da qual só por imposição da vida os espíritos fidalgos se vêem obrigados, com natural repugnância, a tratar, não é de bom-tom referir-se a êles em linguagem crua, direta, mas é conveniente, quando se tiver de mencioná-los, recorrer a circunlóquios, abordá-los de maneira indi-

reta, tímida, delicada. Constitui-se, assim, a eufemização do econômico. É freqüente observar-se êsse comportamento no trato dos dependentes humildes para com os magnatas. É traço característico da postura colonial e portanto de ocorrência habitual nos países subdesenvolvidos. O temor respeitoso em frente dos potentados, especialmente estrangeiros, faz a discussão de problemas econômicos revestir-se de certo tom indireto; no espírito dos homens do país subdesenvolvido a consciência do atraso e da pobreza origina a tendência a se desgostarem das ocasiões em que são forçados a debater tão desagradável assunto, e os leva com freqüência, nos debates internacionais de questões econômicas, a aceitar soluções desvantajosas, desde que sejam as mais expeditas, encerrem o mais breve possível, e de qualquer modo, tão aborrecidas e humilhantes conversações. A falta de pertinácia na defesa dos interêsses do país pobre tem fundamento no íntimo desprazer causado aos políticos, diplomatas e administradores de cúpula pelo trato da matéria econômica, pois são obrigados a ter constantemente relembrada a condição inferior em que comparecem a êsses conciliábulos. Resolvem mal, mas rápido, para se libertar do descontentamento que sentem por questões dessa ordem. A atmosfera onde se respira êsse mal-estar tem por causa a incompreensão idealista do fato econômico. No regime de exploração colonial tal estado de espírito é geral. Compreende-se bem que aí só os exploradores sejam ativos no campo econômico, só êles se ocupem de modo deliberado das coisas do comércio e das finanças e portanto só êles falem abertamente dos seus interêsses monetários. Os outros, porque são os explorados e porque naturalmente têm secreta vergonha da sua condição, preferem silenciar sôbre tais assuntos, referir-se a êles o menos possível, usar quase sempre metáforas e eufemismos.

Convém observarmos, como sinal dos mais expressivos das promissoras transformações operadas em nosso meio, o surto do debate econômico, a atenção crescente à investigação dos problemas da produção e do comércio e a tomada de consciência, por parte da mentalidade popular, do papel central que êsses problemas representam para o entendimento da realidade. A certeza de estarmos vivendo o momento de superação da fase atrasada e ingressando em fase mais elevada da existência nacional nos é dada pela compreensão, agora generalizada, de que a mudança a efetuar é fundamentalmente de ordem econômica, diz respeito ao aumento e à diversidade na produção dos bens que melhoram a vida

do povo. A fase do cuidado primordial das massas pelas discordâncias políticas de caráter pessoal declina sensìvelmente e cede lugar a outra definida pelo crescente interêsse da consciência popular nos problemas econômicos. Ainda quando os debates se travem de maneira ingênua, sem preparo técnico, desarmados de instrumentos conceituais claros e sem conhecimento preciso dos dados, a mera atenção pelo assunto já é sintoma de decisiva importância. Se indagarmos o motivo de tal deslocamento de atenção, veremos que está no ingresso de um número cada vez maior de indivíduos no circuito econômico produtivo. Antes, quando a população quase tôda vivia entregue aos afazeres elementares, no grau ínfimo da atividade de produção, na rotina de um trabalho explorado e sem perspectiva, era impossível que as massas participassem do debate econômico, ou só o podiam fazer na modalidade primária da murmuração, ressentimento e revolta contra os opressores e aproveitadores, contra as condições inaceitáveis de vida que levavam, sem compreender porquê. Agora, porém, a mudança que se está operando, ao condicionar o afluxo da mão-de-obra para modos mais altos de produtividade, lançando no mercado maior e mais variado número de objetos de consumo, determina o alargamento da área de contato com os fatos de natureza econômica, que favorece a percepção pelas massas dos seus verdadeiros interêsses, não permitindo que êstes se mantenham no plano ideal, como fins distantes, a atingir de maneira incerta e confusa, mas revelando-os como situações imediatas a conquistar, decisões concretas a tomar, apresentando-se à consciência em forma de desejos inequívocos. Como o circuito da nossa produção interna está ligado aos movimentos de exportação de produtos e importação dos bens de que carecemos, o comércio exterior, antes coisa de que jamais o grande público tomou conhecimento, é agora matéria relevante das cogitações populares. Não é mais assunto técnico, de que só os peritos se ocupam, mas se vai incorporando à consciência das massas, ao desdobrar-se a percepção da realidade. É inegável, contudo, que estamos apenas assistindo ao raiar dessa consciência. São os primórdios de uma intelecção que sòmente agora começa a ter suportes objetivos. Enquanto não se consolida e universaliza essa atitude, pela compenetração, por parte das massas, dos seus verdadeiros interêsses, estamos numa faixa do processo onde é de esperar a ocorrência de numerosos mal-entendidos. A imprecisão dos contornos não permite à consciência despertante assumir com plena segurança o ponto-de-vista crítico. Explicam-se assim

as reiteradas ingenuidades de que padecemos, só nos cabendo lastimar que, por causa delas, tenhamos de nos ver privados ainda por algum tempo de condições mais vantajosas para o nosso desenvolvimento.

Entre tais ingenuidades seria o caso de citar a confusão entre o processo econômico, enquanto ordem de fenômenos objetivos, e o plano dos valores. A produção de bens e as trocas mercantis, como procedimentos que lidam primordialmente com as propriedades das substâncias da natureza e dos objetos fabricados, com as energias físicas, são por necessidade regidos pelas leis naturais, de caráter empírico; o significado ético que adquirem resulta da apropriação pelo homem dêsses mecanismos, mediante o conhecimento das qualidades das coisas e da possibilidade de pô-las a seu serviço, incluindo-as no seu projeto de existência. O processo econômico não está subordinado a uma pauta eterna de valores. É no curso dêle que os valores se vão constituindo, pela maneira como a sociedade aprecia as situações criadas. Assim, a concentração da riqueza nas mãos de uma minoria é apenas um caso particular de distribuição quantitativa, e só é humanamente condenável quando mostra que, para ser mantida implica a espoliação do homem, exige privar consideráveis multidões dos benefícios que a posse daqueles bens proporcionaria. Não existe valor ético absoluto inerente ao fato econômico. O valor lhe é dado, como todo valor moral, em função de um estado social. É no consenso da sociedade, e portanto na perspectiva da etapa histórica onde se acha, que tal valor se apresenta dominante. A consciência impregnada socialmente dêle verá o fato econômico segundo o critério de julgamento que deriva de tal valor. Assim é que, segundo o caso, afastará como pernicioso certo tipo de prática econômica ou acolherá como desejável outro. O processo econômico, sendo objetivo e tendo causalidade própria, será portanto beneficiado ou impedido, conforme sejam tomadas determinadas medidas, cuja execução dependerá no entanto do critério subjetivo, que as valoriza como boas ou más.

A consciência coletiva, sede dos valores vigentes na sociedade, constitui-se em fator de progresso econômico, ou, ao contrário, de estagnação e retrocesso, conforme os valores a que se subordina estejam, ou não, em consonância com as exigências objetivas do processo. O caso mais comum será o descompasso entre tais exigências e o seu atendimento, dependente, como vemos, da valoração ideal. Verifica-se, realmente, que a consciência a quem compete deliberar sô-

bre as medidas econômicas convenientes ao incentivo do processo, é quase sempre carregada de grande inércia social, causada pela realidade já vivida, e refletindo uma situação ultrapassada. É uma consciência cujo modo de pensar não mais corresponde aos interêsses do processo econômico do momento, o que se explica por ser a mobilidade com que evolui o mundo material mais rápida do que a capacidade média da consciência em apreendê-la.

O atraso da consciência em relação ao mundo, inevitável dentro de certos limites, não sendo criticamente reconhecido e avaliado, converte-se em causa de múltiplos enganos, típicos do pensar simplista. O desejo de impor valores declinantes ou peremptos manifesta-se, por exemplo, pela recusa em aceitar algumas medidas que objetivamente contribuiriam para incentivar o processo do desenvolvimento, as quais, na perspectiva ingênua da confusão de fatos com valores, aparecem como perigosas e condenáveis. Acredita que tais medidas trazem em si um valor invariável, não são suscetíveis de receber significado conferido pelo projeto político da sociedade, mas transportam oculta intencionalidade, boa ou má, que deve ser revelada, a fim de que a coletividade dela tome conhecimento. Algumas são más por natureza, só cabe repudiá-las, pois o mal está nelas por essência, não admitem portanto inclusão num plano político, mas tão-só a análise ética para desentranhar o seu valor secreto. Se, na fase em que nos encontramos, a lógica econômica indica, por exemplo, a conveniência de expandirmos ao máximo a nossa área de comércio, o que significa entrarmos em negócios com países com os quais ainda não temos relações comerciais diretas, ao verificar-se que grande parte de tais países têm regimes políticos diferentes do nosso, definidos por ideologias sociais distintas da que adotamos, a consciência ingênua recusa-se a dar assentimento a tal medida em nome da preservação de valores que lhe parecem permanentes. O comércio com tais países é um fato que carrega em si um valor, fixo, nefasto.

A superestrutura retórica em que se procura envolver a resistência aos imperativos econômicos, é a mais variada, não vale a pena descrevê-la. Tratando-se de operar no plano da ingenuidade, são emocionais e não lógicos os critérios. Neste sentido, vale como razão tudo que possa afetar a sensibilidade de grupos sociais predispostos. Desde razões teológicas até apelos nativistas, qualquer argumento serve, uma vez que não precisa ser verdadeiro. Claro está que nem sempre a consciência ingênua é também ingênua no outro

sentido da palavra, ou seja, desinteressada de obter proventos. Muitas vêzes a ingenuidade intelectual coincide com os mais torpes interêsses anti-sociais, que a ignorância favorece, fazendo crer serem respeitáveis. De todo modo, temos aqui um exemplo do conflito que surge entre as exigências reais do processo de transformação do país, levada a efeito pelo homem em seu benefício, e considerações subjetivas, axiológicas, concebidas como verdades eternas. Serve esta menção para assinalar até que ponto a intervenção de representações ilusórias prejudica o grupo social que a elas sucumbe. Pois a transformação material que se deve realizar é sempre feita em vista do bem-estar humano, não tem outra finalidade. Uma vez desencadeada a série dessas transformações, ao se constituírem em processo, gera-se dentro dêle uma lógica própria a que é forçoso obedecer, sob pena de desvirtuá-lo, de estancar-lhe a fecundidade, de diminuir o ritmo de sua proveitosa expansão. Não é lícito, pois, daí por diante, ou seja, desde que o país se lançou decididamente no caminho do desenvolvimento, interferir no curso do processo, assim deflagrado, por meio de considerações estranhas a êle, submetendo as medidas subseqüentes, que a lógica daquele curso está exigindo, a ponderações alheias à dinâmica dos fatos. Ora, é isso o que faz a consciência ingênua, quando pretende, como vimos, submeter aos padrões da ética política romântica, ou às opiniões dos teólogos, as pautas do nosso comércio exterior. Convinha que apontássemos êste resultado indireto da concepção romântica da história, que chamamos de romantismo econômico, pois é mais danoso nos países, como o nosso, que necessitam empregar com lucidez tôda a sua inteligência para compreender a realidade material, que visam modificar, a fim de oferecer condições de vida mais humanas às suas populações. Para êsses países, a consciência crítica do fato econômico é imperiosa, só do rápido desenvolvimento e da penetração de tal modo de pensar nas camadas populares se deve esperar o incremento geral do processo de ascensão nacional.

28 — PESSIMISMO

Sendo estilo próprio de uma peculiar modalidade da consciência, o romantismo que a afeta exprime um fenômeno total. É de prever, assim, que múltiplos outros aspectos dessa consciência estejam vinculados ao mesmo fenômeno e dêle recebam a tonalidade. A denúncia do caráter idealista do pensar romântico tem sido muitas vêzes feita; mas os autores se limitam a registrá-lo ou descrevê-lo, sem aprofundar-lhe o significado de ingenuidade em face da concepção empírica da história, e muito menos o associam a uma forma particular de representação da realidade política. Não basta, pois, referirmo-nos ao romantismo, implícito ou confessado, presente nas formulações do pensamento simplório; é preciso examinar mais de perto algumas de suas projeções no comportamento da consciência. É útil, por isso, mencionarmos ainda alguns traços, importantes não só pela freqüência com que se verificam, como também pela aparente plausibilidade com que pretendem justificar-se. Desejamos mencionar a seguir dois dêsses, que retratam atitudes correntes de pessoas comuns em nosso meio, ao apreciar a realidade do País. O primeiro a ser lembrado é o que se manifesta pelo pessimismo ilógico.

É disposição típica da consciência primária, e consiste na perspectiva sôbre o real nacional, que o vê sòmente na dimensão catastrófica. Segundo a teoria confusamente implícita nesse pensamento, a história da humanidade, e a de cada país em particular, só tem possibilidade de mover-se em duas dimensões: a paradisíaca e a catastrófica. A primeira é a marcha dos povos que, por graça excelsa do destino ou da Providência, conseguiram encontrar meios de enriquecer e homens que os conduzissem dignamente, e por isso foram lançados no caminho do bem-estar, do poderio, da felicidade. Mas a êstes, na verdade bem poucos, se opõem outros, os que estão trilhando a via da amargura. São os que, mal dotados pela sorte, sofrem de alguma privação que os relega ao estado de penúria. De todos os males que os

assolam, o mais grave, ao qual insistentemente faz referência o pensamento inocente, é a falta de homens dignos, capazes de imprimir direção superior aos negócios públicos. Se são desafortunados pela pobreza de recursos naturais ou exigüidade do território, pela posição geográfica desfavorável, pelo baixo padrão de cultura, tudo isso ainda não representa um mal comparável à carência de homens de valor intelectual ou de dirigentes assinalados por perfeita compostura moral. Quando isto acontece, não importa que o destino tivesse sido pródigo em dons materiais, que concedesse a determinado povo—é o nosso caso—um vasto território, repleto de recursos exploráveis, habitado por gente boa, simples, trabalhadora, unida no mesmo desejo de possuir uma nação próspera, poderosa, feliz: nada disso adianta se, como por secreto sarcasmo, o mesmo incompreensível destino não terminou de despejar sôbre nós a sua cornucópia, dando ao País homens hábeis para dirigi-lo. A falta dêste favor supremo, irônicamente, anula todos os outros; o País, imenso, rico e forte como é, oferece então por absurdo o triste espetáculo de uma nação, que tudo faria prever votada às culminâncias da história, arrastando-se, atrasada, nos degraus ínfimos do desenvolvimento humano, quando não ameaçada de precipitar-se no abismo das convulsões políticas. É a perspectiva catastrófica, que se constitui como um eixo de coordenadas sôbre o qual a apreciação pueril projeta os acontecimentos.

A consciência simplista é arrastada por efeito destas confusões a cometer o pecado do desespêro. Quando se convence da inutilidade de todos os esforços, da absurdidade do heroísmo de alguns homens bem intencionados, desespera do seu país e admite que a nação descamba inevitàvelmente para o abismo. Por culpa daqueles que tudo tiveram nas mãos,—porque, conforme diz, se há terra que haja sido bem aquinhoada pela Providência foi a nossa, —daqueles que podiam, se fôssem mais inteligentes ou mais dignos, ter feito a grandeza insuperável dêste povo, estamos vivendo as vascas da agonia, tão mais penosa quanto mais longa. O futuro que nos espera é certamente tenebroso. Não é possível dizer com exatidão em que consistirá, mas se ainda não se desenha claramente no espírito dos homens bem formados, já é sentido sem dúvidas no seu coração. Marchamos aceleradamente para o caos, para a *debacle* econômica, para as lutas sociais, a guerra civil, a servidão das ditaduras liberticidas. Nossa situação presente é aquela que se enuncia na frase, sempre repetida, de estar-

mos à beira do abismo, dançando sôbre a fina crosta de terreno que encobre um vulcão.

Tal é a visão apocalíptica que, para a consciência ingênua, se constitui em categoria de pensamento. Não quer, é claro, indagar de sua justeza, o que seria criticá-la. Assume-a em bloco e se comporta nos pronunciamentos de cada dia, em face dos dados com que se defronta, segundo a inspiração dessa imagem sinistra. Estabelece-se, assim, um estado de espírito de pessimismo crônico, de mau humor histórico, de tendência ao pânico, em razão do qual os fatos não são mais recebidos com naturalidade, porque antecipadamente vêm marcados pelo sinal aziago da tragédia. Nada acontece por êsse ou aquêle motivo natural, mas para dar cumprimento a funesta profecia. E assim a consciência, enfeitiçada pela visão terrorífica, está impossibilitada de apreender a objetividade das coisas e dos fatos, posto que os toma como simples material para a confirmação do já sabido. É evidente que em tais condições não distingue entre aquêles que realmente são lamentáveis, enquanto revelam desacertos administrativos ou ocorrências censuráveis, e os que indicam progresso nas realizações e tino de direção. Não precisa nem de uns nem de outros para fixar o seu modo de ver, que não é induzido da realidade, e por isso não depende da natureza realmente infeliz ou desanimadora dos acontecimentos, pois não é à vista dêstes que forma o seu julgamento pessimista, mas, ao contrário, porque é dotada de obstinado ânimo derrotista é que tais acontecimentos lhe aparecem como funestos. A consciência ingênua tende a fixar-se em posturas simples e rígidas. Uma vez que do substrato sentimental nasce a representação dominante, que a ocupa por inteiro, configura os seus juízos por essa equivocada percepção e fica de tal modo prêsa a ela que a imagem emotiva que a empolga funciona como sistema de categorias que utiliza para interpretar a realidade.

O traço melancólico da consciência primária é encontrado com grande freqüência. No indivíduo pertencente às classes chamadas cultas, com suposto cabedal de conhecimentos, no jornalista mal letrado, no bacharel ou no doutor médio, no político suburbano, no funcionário público de serviço ocioso, no técnico de parcos recursos e, de modo geral, nos intelectuais de classificação imprecisa, é que se observa de preferência. São pessoas que se dão ao luxo de proferir juízos gerais, mas, como não dispõem de formação cultural suficiente, deixam-se impelir pelos pequenos choques que a vida quotidiana lhes inflige, os quais, somados, vão

amassando o terreno de um estado emocional próprio à edificação da consciência ingênua. Esta observação tem importância, porquanto descobre a origem daquela reação psicológica. A extensa ocorrência desta modalidade de comportamento é indício de mal-estar social afetando determinados grupos dentro da comunidade. O pessimismo ilógico, manifestado na predição calamitosa, é característico de algumas camadas da pequena burguesia, dos profissionais semi-úteis, dos fracassados da política, e reflete o desajuste social de que padecem, como classe. É raro, antinatural e só explicável como fenômeno secundário de mimetismo, entre os que vivem de atividades realmente produtivas ou no comando superior do processo político. Nestes é mais fácil e habitual a reação de revolta. Para êles a gravidade do futuro não está nas confusas ameaças que oculta, mas na possibilidade que oferece de permitir a realização de radicais alterações. Não vêem o mundo e o país marchando para o despenhadeiro, mas para a revolução. Sabem, com muito melhor senso crítico, que o conceito de abismo deriva de um estado angustioso, é subjetivo, não admite descrição exata. Além do mais, o precipício ou o caos só se apresenta como tal quando apreciados pelo indivíduo que é vítima dessas impressões e as adota sem exame; só tomam sentido de perdição para quem está situado dentro de determinada constelação de valores ou se bate pela defesa de interêsses particulares. Mas a mesma realidade, vista de outro ângulo, isto é, percebida pela consciência moldada por outro tipo de projeto existencial, torna-se coisa completamente diversa. Nada tem de aterradora, de demoníaca, de apocalíptica. Não anuncia o fim de tudo quanto é desejável como justo, moral, humano, mas precisamente o começo da realização dêstes valores. As duas apreciações talvez só estejam de acôrdo na idéia de uma fase crítica, de um momento violento de transição a produzir-se pròximamente. Mas, ainda aí, o que uma, a do pessimista burguês, considera desgraça, a extinção de uma época, de uma cultura, de um modo superior de ser do homem, a outra, a do empresário de vanguarda, do analista econômico servido por correta teoria histórica, do operário ativo e útil, julga momento necessário de desorganização, que, ao menos enquanto virtualidade, contém significado criador. Esta segunda maneira de ver está mais próxima da teoria racional, crítica, da história. Com efeito, a idéia do abismo escancarado à frente do país, à espera de engoli-lo e aniquilá-lo, não passa de pesadelo romântico. O país nunca se perde, transforma-

se. Se as mudanças, permanentes como são, assumem às vêzes proporções excepcionais, que definem transições qualitativas súbitas e radicais, isso se deve a que escapam à nossa percepção as modificações diárias na fisionomia e na estrutura da realidade, fazendo-nos crer que esta só varia quando se quebram as suas vigas mestras. Fica-nos despercebido o fato da adição contínua dos efeitos. Por isso, julgamos, ingênuamente, que haja períodos estacionários, nos quais certo modo de vida e uma escala de valores se estabilizem. Ao divisar confusamente a aproximação de pontos críticos no decurso histórico, a consciência desarmada se amedronta ante a ameaça que representam para a ordem existente. E como esta lhe parece a única possível, ou pelo menos a única desejável, o pressentimento de sua fragilidade desperta-lhe visões apocalípticas, expressas na ampla gama de enunciados simplistas que vai desde amargurados lamentos até o paroxismo das imprecações.

Tôdas essas atitudes se tornam compreensíveis quando descobrimos que se alicerçam na teoria romântica da história. Em primeiro lugar, supõem o caráter homogêneo do acontecer histórico nacional, o país é tomado como um todo interiormente indiferenciado, sendo por isso cabível compará-lo, na fantasmagoria niilista, a uma pedra rolando pelo despenhadeiro. O vício desta atitude é ignorar a multiplicidade de condicionamentos dos fatos reais, o que implica necessàriamente a multidimensionalidade do processo, a sua divisão em séries de acontecimentos, conexos uns aos outros, mas dotados de relativa independência dentro do dinamismo geral da evolução da nacionalidade. Desta maneira, se acontece estarem alguns setores da realidade seguindo um curso desfavorável, conforme o ponto-de-vista de particulares interêsses e valores, outros setores podem estar trilhando rumo completamente diferente. A perspectiva sombria e vaticinadora de desastres já não será tal quando colocados os fatos num esquema pluralista do curso histórico. Denunciada a desmedida importância que os privilégios e valores do julgador assumem para o seu julgamento, quando o impedem de ver com independência o movimento exterior, a apreciação que anunciava globalmente um futuro calamitoso, cede lugar à análise crítica, a qual diferencia, ainda que dentro da equação pessoal, os pontos adversos no processo da realidade de outras séries de ocorrências, onde nada justifica a reação acrimoniosa e pessimista. Não se trata, é claro, de imaginar um julgador privado de ponto-de-vista, o que é absurdo; apenas se deseja indicar a neces-

sidade de não deixar que os aspectos considerados desagradáveis ou negativos da realidade engendrem reações terroristas e invadam a totalidade da consciência. O corretivo para esta eventualidade é a compreensão do caráter multifásico do processo.

Outro fundamento equivocado da mesma atitude derrotista é pensar que as mutações históricas, cuja irrupção apavora a consciência tímida, são obrigatòriamente destruidoras da totalidade das condições vigentes. Crêem os simplórios representantes dêsse estado de espírito que tudo quanto há de bom e valioso no atual estado de coisas será aniquilado pelo desmoronar no abismo. O futuro prenuncia-se então como o mal absoluto, a ruína total da obra fecunda do passado, de tôdas as dignificadoras formas de viver, dos bens espirituais e sobrenaturais conservados pela tradição, o que impele o pensamento a empreender, ainda quando disso não tenha noção consciente, a tarefa de exorcizar o futuro, de suspender o tempo. A ameaça das fôrças sociais vulcânicas é terrível porque uma vez desencadeadas nada escapa ao seu poder destruidor. Ao invés disso, a análise crítica aponta o processo histórico nacional, mesmo em fase revolucionária, movendo-se dentro de limites muito mais estreitos do que julga o pensar ingênuo. Na verdade, em perspectiva global, as transformações que se operam num momento de crise ou de fratura social são relativamente poucas e as proporções impressionantes com que se apresentam são mais efeito de óptica, dependem de ser vistas de perto. À observação distanciada, postas na fluência da história, sua significação não é alterada, o que se altera são as impressões que despertam e os juízos emocionais que condicionam. As subversões ocorridas são sòmente aquelas que se podiam produzir, por motivo de haver chegado ao ponto crítico o mecanismo específico da sua produção. São relativamente poucas as mudanças colaterais que as acompanham por estreita implicação. Tudo mais transita incólume de uma fase a outra, à espera de que a sua linha causal alcance os pontos cruciais onde ocorra o rompimento próprio.

O que leva a mentalidade primária a falar em "colapso da civilização", "fim dos tempos", "noite da barbaria", "crise do mundo moderno" e outras ingenuidades dêste tipo, é a crença simplória de que tôdas as linhas de evolução particulares, múltiplas como são, estejam de tal modo solidárias umas com as outras, que o ruir das mais importantes acarreta ao mesmo tempo o desaparecimento de tudo quanto coexistia com elas. Tal apreciação é contudo indefensável.

Os grandes episódios que assinalam por vêzes drásticas mudanças de rumo no decorrer histórico, só em caráter relativo devem ser interpretados como rupturas na seqüência dos fatos. O surgimento do novo, com a abolição do existente, é real, mas não absoluto; o inédito sòmente se apreende e se destaca sôbre a tela de fundo daquilo que é conservado. O curso da história apresenta evidentemente turbulências, em nada se comparando ao fluir remansoso dos rios profundos. Há crises, mas não há cortes; se alguma coisa se extingue é porque foi substituída. Dêste modo, um tanto da realidade anterior subsiste na que tomou o seu lugar, e assim a verdade daquilo que desaparece está na existência daquilo que prossegue. Para quem vê o acontecimento pelo lado da cessação, o que o substitui tem caráter de negatividade, é o mal, é o cataclismo; mas para quem o considera na perspectiva da realidade em emergência, o desaparecimento tem sentido positivo, é um bem, é o que se poderia chamar o "anaclismo", a transformação ascendente e promissora. Ao descrever as mudanças sociais consideradas calamitosas, seria necessário dizer tudo quanto, ao mesmo tempo, não mudou, quanto subsistiu e prosseguiu, às vêzes mesmo sem ser afetado pela onda julgada aniquiladora, e só veio a ter o seu próprio ponto crítico, na maior obscuridade, quando já floresciam as novas formas históricas resultantes da reconstrução posterior ao momento considerado como desmoronamento da civilização.

Uma terceira ingenuidade, envolvida neste confuso método judicativo, repousa sôbre o equívoco do conceito das chamadas "fôrças sociais vulcânicas". Para a consciência inocente, enfeitiçada por profecias sinistras, a realidade nacional equipara-se a uma região sísmica, constantemente ameaçada por erupções imprevistas, que teriam origem em processos incompreensíveis e incontroláveis, desenrolando-se nas profundezas. Ignora que as supostas erupções vulcânicas têm causas sociais, passíveis de apreensão lógica. O conceito de "civilização ameaçada" é típico da mentalidade ingênua. Tanto mais contraditória é esta atitude, quanto é encontrada naqueles que defendem a excelência do presente estado de coisas por ser fundado em verdades e valores eternos. Como entender, então, que possa estar ameaçado o que por natureza é eterno? O sentimento de insegurança que se apossa dos que têm ainda bastante generosidade para compadecer-se da situação em que sobrevivem milhões de sêres humanos, é a resposta mais eloqüente à falsa concepção histórica, que considera o mundo, tão harmoniosamente organizado,

em risco de ser destruído pelo desatino e violência de impulsos irracionais. A colocação dos problemas sociais neste molde impede o aproveitamento do que há de valioso nas condições vigentes e merece ser ainda preservado. De fato, a teoria da hecatombe universal impermeabiliza o espírito à idéia das justas concessões, impede-o de aceitar e promover as substituições imprescindíveis, empedernindo a consciência numa rigidez pirrônica, porquanto, para defender o que acredita intocável, é levada a recusar qualquer outra modificação. Se, ao contrário, se colocasse em outra perspectiva, compreendendo não haver verdades nem valores eternos, saberia que cada etapa histórica realiza um progresso sôbre a anterior precisamente porque instala no espírito dos homens, em lugar das antigas, novas idéias, que valem como ideais, em função dos quais se produzem os esforços destinados a resolver os problemas do momento.

O que os defensores da doutrina estática e romântica pretendem é que ideais, supostos perenes e sublimes, devem valer permanentemente, despertar a mesma devoção dos homens em todos os tempos, quaisquer que sejam as condições objetivas com que êstes se defrontam. Quando verificam, no pensamento das massas, a falta de ressonância das idéias que lhes são mais caras e recolhem, em resposta à sua pregação, surdo clamor de protesto, reivindicação e revolta, em vez de indagar criticamente desta insatisfação, perdem-se em lamúrias moralistas sôbre a maldade dos homens ou explicam-na pela existência de fôrças convulsivas no corpo social. Postulam, assim, a curiosa teoria, segundo a qual a sociedade, por si, é harmoniosa, ou pelo menos tende a organizar-se em forma equilibrada; mas sofre continuamente o assalto de podêres destruidores, representados não só pelos fatôres físicos adversos, de incidência episódica, como pelo aparecimento de homens malignos, em geral de grande prestígio intelectual e sedução, que enfeitiçam o povo e o arrastam para o desvario das revoluções. Estas, ou são vencidas, e foram apenas distúrbio inútil e inglório na marcha ascensional da boa sociedade, que paga, nos trabalhos despendidos na reconstrução e no tempo perdido, os sucessos efêmeros dos demagogos; ou são vitoriosas, e então é o caos, a catástrofe, a ruína do processo histórico, vertido no abismo insondável, de onde talvez venha a emergir de novo, mas em forma de regimes sociais execráveis, ou no qual se dissolverá definitivamente. A revolução espreita a cada momen-

to a situação social organizada, todos os dias podem ser a sua véspera. Depende da ação de alguns homens que se proponham perturbar a correnteza da história e tenham as qualidades que predestinam os caudilhos. Não estando submetida a nenhum condicionamento objetivo, é produto da vontade perversa de alguns poucos, que nela encontram oportunidade de dar vazão a instintos reprimidos, a ressentimentos subterrâneos ou a apetites de dominação e enriquecimento. O terreno exterior existe, é fato, há motivos de descontentamento popular, mas êste não chega a gerar as corretas soluções, sóbrias e pacíficas, porque antes disso os demagogos se apoderam da alma das massas e fazem das obtusas inclinações nelas existentes uma fôrça a serviço dos fins ocultos que alimentam.

Assim é vista pela consciência ingênua a situação atual do Brasil. Muito há que criar e corrigir, a fim de obtermos condições de vida razoáveis para a maioria da população. Os homens prudentes, os de bom-senso, estão atentos, na postura de eterna vigilância, não faltam com seus conselhos e ensinamentos, e nem mesmo se negariam ao sacrifício de tomar o govêrno para dignificá-lo e pôr ordem na administração. Mas infelizmente não terão oportunidade de fazê-lo, porque pouca esperança há de que venham a ser ouvidos pelo povo, por demais ocupado com os problemas materiais, e porque as potências destruidoras, sustentadas por interêsses e influências tenebrosas, até de origem externa, lançarão antes o seu bote criminoso. Nosso País, como estrutura social, é frágil e, não encontrando quem o defenda, acha-se na iminência do colapso. Estamos vivendo talvez dias finais, nesta vigília de naufrágio. O Brasil pode acabar, porque o que se entende por Brasil é uma existência espiritual, um ser histórico sublime, definido pelo culto de valores insubstituíveis, por uma ordem particular de convivência humana, cuja manutenção ao longo do tempo permitiu que se configurasse em realidade nacional determinado espaço geográfico habitado. Se aquêle conjunto ético-cultural desaparece, acaba de fato a nação que dêle vivia e nêle tinha sua razão de ser. Não importa que subsista, povoado pelos mesmos contingentes humanos, o mesmo território; é isto dado bruto, material, mera sobrevivência demográfica, destituída de significado moral e histórico. Na verdade, a nação que antes existia está extinta. Com a maior desenvoltura e sem sombra

de suspeita do que nelas há de simploriedade intelectual, a consciência cândida mergulha nestas graves cogitações, e acaba por acreditar nas sombrias conclusões da sua sabedoria.

Contra êste panorama desolador não encontra alívio senão convertendo-se à posição oposta, que compartilha com a anterior do mesmo grau de ingenuidade intelectual. Referimo-nos ao entusiasmo ufanista.

29 — UFANISMO

Sendo embora o inverso da visão pessimista em que se compraz a consciência singela, é contudo modo de ser tão acrítico quanto aquêle. O têrmo "ufanismo" deriva, como é sabido, do título da obra de um escritor nacional, que pinta com traços emocionantes nossa grandeza territorial, as riquezas de nossa terra, suas belezas naturais, a amenidade do clima, a bondade da nossa gente e os nobres predicados do caráter nacional. Das considerações sôbre êsses aspectos da realidade brasileira, retira o autor a certeza de que podemos caminhar desassombradamente, como nação estamos predestinados a grande futuro, somos, mercê de Deus, que não nos abandonará, um dos povos fadados um dia a brilhar entre os mais prósperos e poderosos do mundo. Nada nos deve amedrontar, nem há razão para cultivarmos inclinações pessimistas, descrença nas nossas coisas ou angústia quanto ao que nos espera. Quando meditamos sôbre as riquezas fabulosas que jazem em nosso subsolo ou contemplamos o espetáculo maravilhoso das nossas imponentes cataratas, nenhum estado de espírito é cabível senão o da alegria, da exaltação de nós mesmos e da adoração da Providência que nos cumulou de tão prodigiosas graças, e por isso só temos por que nos ufanarmos de haver nascido nesta terra dadivosa, que certamente chegará ao seu radioso destino pelo trabalho do povo honesto, sofredor e bom que nela habita.

Despido do lirismo peculiar de que se reveste, na pessoa daquele autor e de quantos o imitaram, o ufanismo pode definir-se como um comportamento da consciência em face da realidade, que cumpre ser examinado nos seus fundamentos e manifestações. Foi útil que aquêle livro nos tivesse dado no seu título o elemento para forjar o substantivo genérico que tão bem designa esta atitude. Nesse vocábulo condensamos um conjunto de demonstrações de consciência, cuja característica central é a satisfação com a realidade. Trata-se do estado de um espírito satisfeito com o mundo

que lhe é dado, contente por achar-se tal como é, com ser o reflexo de um ambiente nacional em que se deleita. Neste sentido, a definição do ufanismo admite ser levada à máxima generalização, podendo exprimir-se como a auto-satisfação da consciência nacional. O mundo exterior, configurado no país a que pertencemos, é bom, é perfeito. Essas qualidades são inerentes ao seu ser, em virtude do decreto providencial que lhe deu um lugar privilegiado entre os demais. A alma do homem que o habita não pode deixar de refletir essa perfeição e de regozijar-se consigo mesma. Sem dúvida, não é tanto a percepção da excelência do que está realizado que justifica esta euforia, nem o ufanismo consiste na glorificação das condições existentes, antes é inteiramente compatível com o reconhecimento de múltiplas insuficiências e aspectos negativos na realidade do País. O que o constitui por essência é a acentuação da perfeição potencial, a tal ponto que faz desaparecer as fronteiras entre o real e o possível, fundidos um com o outro, para comporem indistintamente a objetividade, a que se refere a consciência. Considerando em conjunto o que está feito e o que pode ser feito, o último é tão grandioso que termina por ofuscar a consciência, esvaindo na distância, como real menor, o real atual, levando-a a conceber objetivamente o mundo sòmente sob as espécies do futuro.

Surpreendemos aqui, nesta substituição de planos, a gênese da consciência ufanista. O espírito transporta-se da existência de fato para a expectativa de existência, mediante a especulação sôbre os aspectos potenciais da realidade, entregues à imaginação fantasiosa. É a transfiguração do presente, reduzido ao estado de simples suporte do imaginário. Assim, por exemplo, sabendo-se que o nosso País é rico, a consciência pode jactar-se dessa riqueza e comprazer-se no pensamento dela, sendo coisa secundária o fato de achar-se ainda em grande parte em estado potencial. Uma vez tornada habitual esta maneira de pensar, perdem-se os contornos do real. À fôrça de congratular-se com o virtual, e sendo êste confusamente definido, a imaginação transborda das avaliações conscienciosas e se espraia nas margens da fantasia. Torna-se motivo de orgulho não apenas o que se espera ter um dia, em razão de ser conhecida com segurança a existência das condições de sua possibilidade, mas tudo quanto a imaginação faz conceber como precioso e desejável. Nos seus vôos poéticos, o espírito se ufana pelo que julga haver de ser real um dia. Simultâneamente, impelido pelo mesmo arroubo lírico, inclui os valores estéticos, que descobre nos

aspectos atuais da realidade, entre os motivos de orgulho. Nas alturas da inocência a que se alçou, todos os valores se confundem, a beleza torna-se riqueza. Os maravilhosos panoramas de nossa terra, suas verdes campinas, seus rios majestosos, florestas impenetráveis, praias paradisíacas, céus estrelados, tudo é contado como haveres. Desta maneira, o sentido dos verdadeiros valores e do que constitui a verdadeira riqueza potencial é obliterado por quiméricas divagações.

O ufanismo se torna deficiência séria, no terreno prático, quando, comportando-se como antecipação do contentamento causado pela conquista de resultados favoráveis na ação prática, acaba por dispensar sua realização efetiva. Para a consciência crítica, a satisfação deriva do dever cumprido e da obra acabada; vem sòmente depois que os esforços construtivos chegaram a seu término e é para consegui-la que se justifica o empenho árduo de transformar a realidade atual. Se, contudo, por uma distorção da consciência, é possível chegar a um estado de satisfação ao simples pensamento dos portentosos trabalhos a realizar, o cumprimento efetivo dêstes torna-se inteiramente dispensável. Basta-nos contemplar na imaginação a esplêndida realidade futura, para têrmos o direito de nos envaidecer dela. O trabalho material necessário para concretizá-la parece até mesmo uma diminuição de dignidade na ordem das relações do pensamento com o mundo, pois o espírito se afasta da fruição pura para entregar-se à insipidez das operações construtivas.

O ufanismo é o sentimento precipitado do futuro, visto sempre na forma de existência magnífica, que haveremos de ter, simplesmente porque tal é o destino que nos aguarda. Enquanto isso, o trabalho a desenvolver para conquistá-la banha-se em atmosfera de irrealidade, onde os obstáculos efetivos se diluem na convicção otimista geral. Tocamos aqui o aspecto objetivamente mais prejudicial da postura ufanista. Se apenas se mantivesse no plano do devaneio, esgotando-se em ditirambos ou ardendo em exaltações patrióticas, essa atitude não espalharia os germes da sua oculta nocividade; poderia até mesmo parecer propícia, pois a evocação de agradáveis fantasias, acompanhando o trabalho de cada dia, seria estimulante e recompensadora. Na verdade, o espírito ufanista é modalidade de consciência de efeito paralisante. Conduz à atrofia do sentido objetivo, da observação veraz e do julgamento exato. Suspenso no êxtase da visão beatífica, participando desde agora da deslumbrante realidade

porvindoura em que se embala, acaba o espírito por perder a noção da fronteira entre o atual e o futuro e, assim, transita sem perceber de um a outro. Quando se depara, então, com a dura precariedade do mundo presente, ao viver as cenas da pobreza, atraso, incultura e enfermidade, insensìvelmente se desloca para a região do futuro, que nenhuma linha divisória separa do real, e aí encontra na substituição do ser pela quimera a imediata resolução dos problemas e temores que o assaltavam. Emigrando em pensamento para a Terra Prometida, esquece-se logo da melancólica paisagem de que fugiu, e entra a gozar, sem sombras, as delícias da pátria feérica. Em tal situação as reações normais de repulsa e indignação cessam, o estímulo à ação provocado pelos espetáculos terríveis e as injustiças atrozes perde o poder de suscitar a cólera das revoltas.

O ufanismo anula no indivíduo a possibilidade da revolução. É um estado emocional beato, de absoluta complacência com a realidade. Diz-nos isto: coube-nos, a nós brasileiros, a sorte de habitar a melhor porção da Terra e, embora tenhamos obrigação de corresponder, pelo trabalho honrado e pertinaz, a esta dádiva de Deus, não há motivo para nos preocuparmos sobremaneira com um destino que nos está assegurado, nem para assumirmos posição sistemática de crítica e problematização da realidade. Temos tão grande cabedal de bens materiais e de fecundidade espiritual, que tôdas as dificuldades—de fato existentes—, se hão de resolver aos poucos, não diremos por si sós, sem cooperação de nossa parte, mas com natural facilidade, muito mais simplesmente do que crêem os teóricos de propensão pessimista, os quais, só em formular os problemas em linguagem austera, complexa e carregada de incerteza, já estão contribuindo para perturbar-lhes a resolução, não de certo espontânea, mas relativamente fácil. O modo de pensar crítico, segundo esta tendência inocente, peca pela falta de visão finalista. Ignora o sentimento de destino e êste, em nosso caso, abre-nos perspectiva alentadora. Não devemos, portanto, renunciar ao prazer das emoções patrióticas, trocar a imediata euforia da esperança pela frieza das estatísticas e viver confinados na postura ascética, no contato exclusivo com o dado empírico, tão amiúde adverso e desanimador. Antes o excesso de otimismo, pensa a consciência ingênua.

Convém desfazer por todos os meios o engano desta proposição. Para o pensar despreparado, por isso que só opera na base de estados emocionais, a percepção da realidade apresenta-se na alternativa entre pessimismo desen-

corajador e otimismo ufanista. Não raramente, balançam-se no mesmo espírito as duas atitudes. Desde que ambas radicam no solo da mesma ingenuidade, alternam-se com facilidade na consciência individual, que do derrotismo e da profecia terrorífica voa, em outro momento, para a confiança mais beata, graças à resolução mental dos problemas reais. Explica-se a oscilação, pelo fato de que o indivíduo corrige os desalentos do pessimismo irracional por súbitas expansões poéticas, que lhe servem de refrigério. Mas, de todo modo, indo embora de um a outro extremo, não se liberta do defeito essencial da ingenuidade e se mostra tão incapaz de apreender o real numa direção quanto na outra.

É inegável, no entanto, que o livro, tornado paradigmático do ufanismo e ao qual se deve a própria palavra, exerceu em seu tempo valioso papel sociológico. Naquele período havia justificações objetivas para o seu aparecimento. Quando éramos ainda um país em plena fase agrária, praticando um regime de economia semicolonial, distante de qualquer possibilidade de industrialização e portanto privado da percepção lúcida do processo da realidade nos seus fundamentos materiais, nutridos pelos produtos intelectuais da cultura estrangeira, por conseguinte habitando em espírito as terras de beleza e grandiosidade histórica a que nos transladávamos, não tínhamos outro meio de dar-nos consciência do nosso ser nacional senão pelos recursos emotivos, pela fascinação de idéias poéticas, pela fôrça mágica das visões. Cumpriu, assim, aquêle livro fecundo trabalho de exaltação do nosso patriotismo, que nêle se embalava. Contribuiu decisivamente, no grau máximo possível em sua época, para criar a consciência nacional. Não podíamos, então, reconhecer-nos mediante a intercomunicação causada pela participação de todos no mesmo movimento transformador da realidade material, e por isso não dispúnhamos senão dos meios subjetivos, invocatórios, sentimentais, para entrelaçar a nossa consciência coletiva. Quando, porém, a marcha das modificações objetivas nos impôs os rumos que estamos agora trilhando vigorosa e definitivamente, alterou-se de tal modo o caráter da existência nacional, que a ela não mais corresponde o espírito que animava a literatura ufanista. O que naquele tempo foi valioso, é agora contraproducente. Não nos convém acariciar sonhos de grandeza, quando sabemos que são apenas sonhos. Sem dúvida não nos podemos dispensar de pressentir o futuro, os tempos vindouros e até certo ponto é lícito dizer que vivemos o futuro, tanto quanto o homem é um ser, por

essência, projetado para o porvir, que não esgota a sua realidade no ser quotidiano, mas nela inclui o futuro, enquanto projeto. Temos direito a acreditar no advento de uma época de prosperidade, de poderio e de larga melhoria de existência para a nossa gente. Mas é preciso que o sentimento dêsse futuro melhor seja acompanhado da consciência de que só o trabalho que pertinazmente empreendamos o irá realizar. Para tanto, é indispensável a análise atenta dos dados atuais, na secura dos seus índices numéricos e no desconsôlo de muitos dos relatórios dos técnicos e especialistas que a estudam.

A noção de que o trabalho humano, e só êle, realizará a transformação que almejamos, não dá motivo a eliminar a perspectiva radiosa, nem tinge de qualquer amargor a alegria dos tempos que promete, antes assegura, como formulação crítica da realidade, a crença na aproximação da época melhor. O ufanismo aqui denunciado como simplório é aquêle que vise a insinuar na consciência brasileira atual o comportamento de candura e esquecimento em face da realidade, que ameace entorpecer energias necessárias à obra árdua de revolucionar as condições de nossa vida, por anular ímpetos de revolta ou desinteressar-se da crítica rigorosa dos dados empíricos. Mas, é inegável que nada se realiza de grande com a ausência do sentimento. Seria tão ingênua a propositura da atitude estóica e impessoal para com o próprio país, quanto o conselho de adormecer ao som das odes que o exaltam.

A consciência crítica reconhece a dimensão emotiva da reação humana, sabe que nada se constrói sem amor pela coisa a construir, que um coeficiente sentimental não deve ser excluído do projeto de operação sôbre a realidade. Um elemento que, com as devidas precauções, não hesitaríamos em chamar de místico, no sentido leigo da palavra, intervém na formulação correta do estado do processo nacional. Saber em que consiste e contê-lo nos limites adequados, dando-lhe expressão devida e função útil, é um dos temas que cumpre examinar quando procedermos ao estudo do pensar autêntico. Ver-se-á que êste inclui a percepção sentimental e com ela conta. Não se convocam as massas a realizar o plano de transformações radicais da realidade sem que as perspectivas assim abertas lhes despertem reações emotivas afins das que, noutro terreno, se considerariam devotamento místico a um objetivo transcendente. Nenhum inconveniente há

em que tal aconteça, desde que êsse quanto de entusiasmo e devoção à causa não se torne obstáculo ao surgimento e propagação da compreensão superior. É inevitável e salutar o orgulho pela realidade nacional, sobretudo por parte do país efetivamente dotado de imenso potencial a desenvolver, e que começa a colhêr os primeiros frutos do seu trabalho construtivo. O que agora apontamos como êrro ingênuo é a exclusividade do sentimento ufanista, ou o seu excesso, enquanto modos da consciência capazes de desvirtuar a verídica reflexão sôbre o processo da realidade nacional.

30 — SAUDOSISMO

Ligando-se ainda ao mesmo conjunto de comportamentos derivados da concepção romântica do curso histórico e muito próximo dos traços anteriormente apontados, conviria assinalar um outro, a que bem se aplica a designação de saudosismo. Poderíamos defini-lo como uma síntese de pessimismo e otimismo; pessimismo em relação ao presente e otimismo quanto ao passado.

É inútil repetir que se trata de mais uma elaboração ingênua da consciência não munida dos instrumentos do pensar lógico. Segundo êste modo de ver, a realidade presente está marcada pelo signo da decadência. Tôda existência atual é resultado da degenerescência de uma realidade melhor, espelhada principalmente no campo ético, mas visível também na ordem material. Como interpretação da história, prende-se aos conceitos de "idade de ouro", de "paraíso terrestre", ou outros, que significam a crença num estado perfeito nas origens da humanidade. Mesmo quando não se eleva às alturas de teoria da história, manifesta-se ao acreditar pelo menos na situação melhor dos tempos precedentes. No país subdesenvolvido, o saudosismo é amiúde a reação própria da consciência dos grupos endinheirados em face das transformações materiais que anunciam o advento de nova era. Como reação aos prejuízos que sofre, gera-se o pendor a apreciar o atual comparando-o com o estado anterior, onde não havia os mesmos motivos de inquietude. A generalização desta atitude em estado de espírito e forma de consciência se faz facilmente e produz a universal exaltação do passado, compendiada na doutrina da degenerescência social como lei da evolução histórica.

Em sua forma mais comum, êste estado de espírito se revela no constante confronto do presente com um passado mais ou menos próximo, mas sempre preferível ao momento atual. Nisto está a essência do saudosismo: na crença irracional de que o passado era melhor. As expressões que encontra para dizer essa convicção variam muito, sendo nu-

merosas. Entre elas, destacaremos as seguintes: "antigamente era melhor", "a vida era barata", "os homens tinham mais caráter", "havia mais honestidade", "trabalhava-se mais", "vivia-se mais tempo" etc. Em tôdas oculta-se o mesmo princípio saudosista, a comparação dos dias de hoje com um vago passado, do qual não há idéia bem definida, mas é tomado na imaginação inocente como época de abundância, de vida fácil, de bons costumes, de governos corretos, mas que infelizmente passou e deu lugar a "isto que está aí".

Na teoria primária de que se alimenta esta consciência, segundo mostram os toscos enunciados que reproduzimos, o princípio configurador parece ser êste: a história não é a marcha ascendente da comunidade, que modela cada dia melhores condições de existência, em progresso contínuo, mas o registro de um processo regressivo, pelo menos no período em que nos é dado viver. Por incúria dos homens, por terem sucumbido às funestas seduções da vida moderna, que aperfeiçoaram as bases materiais da existência, mas perverteram o caráter, a história não exibe o espetáculo de progresso harmonioso, no qual bem-estar exterior e melhoria moral andem juntos. Há razões, portanto, para lastimar o desaparecimento daquele mundo antigo, onde se vivia com muito mais tranqüilidade, tão humanamente, onde se praticavam com maior sinceridade as virtudes morais, conforme nos atestam as figuras dos nossos avós, pelo que dêles ouvimos contar. Certamente eram melhores e mais puros aquêles tempos, ainda que não houvesse tantas invenções técnicas, que hoje nos dão, por efeito da comodidade tão penosamente conquistada, a ilusão do progresso geral da humanidade. Para a consciência saudosista, o critério de avaliação do real é a lembrança do que foram os bons tempos de antanho. Basta rememorarmos a poesia das nossas velhas cidades, com o pitoresco da sua vida, modesta talvez, porém sem o terror das inúmeras inquietações em que agora nos debatemos, que aí já se nos oferece o modêlo ideal, pelo qual podemos aferir o estado de coisas presente. O Brasil colonial ou imperial era pobre materialmente, não há dúvida, mas havia nêle certo sentido de existência, um culto de valores, hoje desaparecidos, cuja ausência priva tôdas as realizações atuais, por magníficas que sejam como triunfos da inteligência, daquilo que lhes daria o significado de verdadeiro progresso. Não encontrando na aridez, na trepidação, na desumanidade da vida contemporânea essas belezas espirituais que dignificariam o ser do homem, é aconselhável voltarmo-nos para o passado e buscá-las como um perfume cuja sensação eva-

nescente queremos reter a todo custo na memória. A consciência ingênua pretende, assim, converter o saudosismo em categoria prática, para o fim de estimular, por via imaginativa, esforços capazes de restaurar efetivamente o essencial da realidade passada. Pretende, pela constante comparação entre o mundo de hoje e o de outrora, estigmatizar os delitos e a miséria da atualidade, mas não tem em vista apenas o sentido moral da pregação edificante e sim visa a reconduzir os homens às excelências do passado.

Captamos, com isso, os dois traços principais dessa atitude: sua ingenuidade e seu reacionarismo. Ingênua, porque procede de uma noção pueril do processo histórico. Deixa-se embalar pela poesia do passado, o que, enquanto devaneio, é sentimento natural e uma das inclinações mais freqüentes e agradáveis da nossa imaginação. Êsse estado emocional, que deriva do hábito, normal em todos nós, de só guardarmos dos tempos idos as ternas recordações, e que, como fato da psicologia individual, é perfeitamente compreensível, por uma transposição indevida passa a valer para o passado da comunidade nacional. Conservando da época antiga lembranças resultantes de uma ficção, pois se compõem da reunião de alguns traços felizes, percebidos no impreciso da imaginação ou retidos na memória de quem viveu, já vai longe, a realidade daquela época, ou dela se impregnou pelo que lhe contaram, o pensamento saudosista acredita ter restabelecido o quadro fidedigno da existência anterior e poder apresentá-lo, assim fixado, como paradigma para o dia de hoje. Despreza qualquer concepção lógica da história. Repudia a idéia de progresso e não sabe exatamente que correlação admitir entre o desenvolvimento material e as transformações dos costumes e das idéias. Parece-lhe que o modêlo perfeito de sociedade seria aquela onde se realizassem todos os avanços técnicos que a inteligência humana é capaz de produzir, garantida, porém, a permanência das instituições, costumes, modos de vida e valores consagrados pelo prestígio da antiguidade, porque no seu regaço a humanidade concebeu tudo quanto de grande fêz até agora.

À medida que se distancia no tempo, o passado se fixa; e com isso perde-se a idéia da sua fluência quando era presente. A imagem imóvel do vivido anterior opõem-se, assim, à mobilidade do vivido atual. A consciência ingênua contrapõe, errôneamente, a variação do tempo presente, único onde lhe parece haver transformações, à invariância do passado, esquecida de que também êle foi tempo de mudanças. Se, como é do seu feitio, considera o pretérito uma época de

ordem, beleza e fartura, e por isso o prefere, a imagem sedutora que dêle forjou, contendo a nota de imobilidade, cria a disposição anímica de antipatia por tôda espécie de mudanças, e quando reconhece no presente um momento em que estas se processam ràpidamente, afinca-se na repulsa a todo projeto de alterar a realidade. Quando não se enrijece na recusa a participar da existência moderna, julga que a conciliação entre as condições pretéritas e a situação presente é sempre possível, e que, se em verdade não está sendo conseguida, é porque um fator anormal se interpôs, a degenerescência do caráter dos homens, hoje em dia tão comum.

O que há de mais prejudicial, porém, neste estado de espírito é que a consciência primária não se limita à nostalgia do passado; pretende restabelecê-lo. Torna-se aí reacionária, assume postura de resistência à realidade, deixa germinar em seu seio uma atitude de má-fé para com o mundo, que a fecha à compreensão dos acontecimentos. Em forma passiva, revela-se êsse propósito ao se desinteressar pelos planos de desenvolvimento nacional, dos quais sorri com superioridade, quando não com amargura, vendo nêles causas de agravamento das condições adversas ao modo de vida pelo qual suspira. A precipitada transformação da realidade, ainda que venha trazer alguns benefícios às populações atrasadas, afligidas por males tradicionais, é, apesar de tudo, prejudicial aos supremos interêsses do país, porque não pode ser controlada, de modo a acompanhar-se de equivalente progresso moral. Melhorar materialmente a vida do povo sem ao mesmo tempo estabelecer o sistema de providências que assegure o concomitante desenvolvimento dos bens espirituais, a fim de alcançar o autêntico "humanismo integral", é pior do que nada fazer, porque é fraudar a oportunidade de realização harmoniosa dos mais altos valores da personalidade humana. E ainda, a cisão entre o rápido crescimento exterior e a melhoria ética leva as massas, na satisfação com que recebem os bens trazidos pelo primeiro, a se desinteressar da outra, do cultivo das coisas espirituais, que estarão ameaçadas de se estiolar, na corrida desleal que devem sustentar com o avanço dos melhoramentos materiais, em virtude de uma política que estimula sòmente êstes.

O que a consciência ingênua culta concebe como solução para os problemas do nosso tempo é a ascensão das fôrças da fé transcendente e do amor místico, aquilo que melhor exprime a natureza do homem, pois emana das fontes internas da alma. Ao lado dos esforços por reorganizar a

sociedade, inspirados nos preceitos de uma moral sublime, que resolverá todos os conflitos entre os homens e satisfará a tôdas as necessidades das massas até agora desamparadas, essa renovação pela fé e pela caridade significa o progresso na descoberta do mundo das realidades espirituais, único meio normal e digno pelo qual o homem penetrará nas profundezas da sua natureza sem mutilá-la nem desfigurá-la. Parece-nos desnecessário frisar a soma de ingenuidades contidas nestes enunciados, que, contudo, constituem tôda a contribuição que importante corrente filosófica tradicional, segundo a palavra de um dos seus expoentes, tem a dar ao problema da humanização da existência. Por mais que nos façam sorrir, temos de reconhecer que estas puerilidades são levadas a sério por consideráveis frações das classes letradas em nosso País. A salvação pelo espírito, pela fé, pelo retôrno saudoso ao passado, tal é a fórmula humanista que faz as vêzes de programa político para importante setor da consciência primária. Eis por que observa ela com extremas reservas o açodamento dos planos de desenvolvimento econômico do país. Recebe com severa suspeita os grandes projetos de rápida expansão da economia, tendo para com êles uma atitude de crítica sempre pronta e permanente antipatia. Contribui com isso para espalhar o desencorajamento na consciência das massas, que justamente precisam crer na eficácia das medidas da revolução material, como único meio de solucionar seus dramáticos problemas.

A mesma tendência da consciência assume, porém, forma ainda mais perniciosa quando passa da simples resistência à ação positiva. É quando se decide abertamente à pregação restauradora. Na maioria das vêzes, justamente por ser caso extremo, o fenômeno se cobre apenas de pitoresco ou de ridículo, não chegando a despertar apreensões. Tal, por exemplo, o saudosismo monarquista entre nós. São gestos que não afetam em nada o processo real, apenas oferecem matéria a comentários jocosos. Mas, é preciso perceber que, se os dêsse tipo são socialmente inofensivos, é porque constituem formas limites de ingenuidade; seu ridículo está patente, e assim não têm possibilidade alguma de aliciar maior círculo de opinião. Há, no entanto, formas mais discretas de saudosismo, manifestações larvadas, operando por meio de insinuações céticas quanto ao presente e referências indiretas à benignidade dos tempos idos, em que êsse traço ingênuo não aparece logo à primeira vista. Têm por isso condições de atuação mais vantajosas e maior periculosi-

dade. O saudosismo é, então, difícil de ser descoberto e denunciado, tal a finura das emoções em que se envolve. Mas, o sinal certo da sua presença é quando racionaliza a opção pelo passado.

O reacionarismo saudosista, que, nos períodos imediatos às grandes transformações sociais, assume caráter revolucionário restaurador, é, em qualquer situação, perigoso e nefasto, mas especialmente para os países que se acham em fase de expansão de sua economia, com a correspondente mudança de conteúdo social. Com efeito, êstes são países cuja consciência popular deve ter por dimensão dominante o futuro. É para aquilo que se precisa fazer que se devem voltar as atenções; para o a fazer como afazer. Para tais países, o futuro, e não o passado, deve ser o manancial de todos os sonhos. Não há que tomar o passado senão como registro de experiências feitas, jamais como livro de receitas a aplicar. A esperança, e não a nostalgia, é o sentimento que acelera a consciência das massas e é capaz de conduzi-las às tarefas reivindicatórias. A mentalidade saudosista esquece o imenso atraso, a miséria, o sofrimento, a enfermidade, a humilhação, a ignorância em que viveram nos tempos idos milhões de sêres humanos, para entregar-se sòmente à evocação poética dos costumes fidalgos, heróicos, galantes de reduzidíssima camada social superior, do bem-estar de alguns poucos afortunados.

Mesmo quando não confesse pretender o retôrno puro e simples àquela ignominiosa situação, a tendência de espírito que adota é de simpatia para com tudo isso, reconhece sem revolta aquelas condições antigas, que não a impressionam, e para as quais tem benévola desculpa; é contrária a qualquer tentativa de abolição radical do estado material de miséria, mediante a rápida promoção do porvir. Receia o excesso nas transformações; quando muito concordaria com lento e gradual progresso, de maneira a permitir, se é possível falar assim, a concomitância do passado com o futuro. Julga que, dêsse modo, assimilaria um ao outro, fundiria a ambos num tempo sem curso, concedendo existência ao futuro, mas ao mesmo tempo não o fazendo diferente do passado. Falta-lhe o sentido da novidade essencial do futuro; quer que seja a reprodução do passado idealizado. O culto da tradição adquire o significado de norma de agir. Com efeito, tornar tradicional um hábito de vida ou um valor significa conduzi-los ao longo do tempo para entregá-los inalterados aos que, não fôra esta conservação, talvez viessem a criar espontâneamente outros. Mas, a maneira de

transportá-los do passado para o futuro consiste em dar-lhes fiel cumprimento no presente. O afã de viver efetivamente o dado tradicional, fazendo dêle regra do existir atual, tem por fim introduzi-lo intato na época por vir, impedindo que tombe na dessuetude das coisas revogadas pelo tempo e se recolha à subjetividade da memória. O tradicionalismo, como sinônimo do saudosismo, é o enunciado dêste na ordem prática. Convencida de que há condições de vida válidas absolutamente, a consciência saudosista constitui-se em guardiã do pretérito enquanto tal, conduta onde se confundem numa só a defesa das criações antigas aproveitáveis e a do que é caduco. Desprovida da compreensão crítica do processo histórico, essa consciência está inabilitada a discernir entre as duas coisas. Engloba no mesmo culto tradicionalista, e por isso se afadiga em mantê-las, as condições vitais ainda valiosas e as peremptas. Ora, a distinção entre elas é imperiosa, mas não será feita senão pela análise crítica, que busca averiguar o grau de aplicabilidade e de funcionalidade de cada qual em vista do momento atual do processo. Mas, para praticar êsse exame, que significa, em princípio, admitir o abandono do decrépito, quando tal seja, é necessário repudiar a mentalidade simplória e definir-se pela reflexão crítica, pois só esta indica que há sempre algo do passado a substituir, a fim de conquistar a melhor realização do presente.

Sem a visão dialética objetiva da história, o pensamento iludir-se-ia ao acreditar no direito à permanência eterna de formas de vida e valores sociais. Pretenderá restaurar o antigo, por lhe faltar as categorias do conhecimento histórico. Do contrário, saberia que a função dos modos de viver, dos costumes, relações sociais e valores que defende foi precisamente a de promover, em seu tempo, a situação em que já não podiam vigorar. Consideraria, assim, a decadência um conceito normal, enquanto categoria de intelecção do fato histórico, e se decidiria a aceitar dòcilmente a supressão do anacrônico, como condição para manter o que ainda é vigente. Sendo crítica, não cairia no êrro do anarquismo histórico, que consiste em declarar, em bloco, inválido e imprestável tudo que é passado. Saberia que as instituições e crenças ideológicas não têm, tôdas, o mesmo prazo de validade, de sorte que a morte de umas, quando constatada, não obriga a declarar a nulidade simultânea de tôdas as demais. As transformações do contexto social supõem prazos díspares de vigência, porque entre os fatôres objetivos atuantes em dado momento alguns, ao desenvolve-

rem sua ação, chegando a certo ponto, determinam a destruição de outros que com êles coexistem, apressam o processo de seu aniquilamento. Alguma coisa de uma fase histórica passa necessàriamente à que se segue; por isso a permanência daquilo que se conserva por algum tempo é condição de possibilidade da transformação do que perece.

A presença dos fatôres conservados e a eliminação dos residuais desenham a fisionomia da fase seguinte e dão-lhe estrutura, onde se estabelecem condicionamentos que virão liquidar os modos do passado, antes plenamente úteis e ainda, até certo ponto, desempenhando função positiva no próprio fato de se extinguirem, porquanto ajudam a se produzir, ou a se firmar, os dados da realidade nascente. Adquirimos, assim, o conceito crítico da estrutura social, reconhecendo que devem existir a cada momento aspectos em emergência e outros em decadência. Os últimos podem parecer estáveis porque têm o prestígio do passado, e sua decrepitude na maioria das vêzes só lentamente se processa. A impressão imediata que oferecem é de serem parte substancial da existência da sociedade, e portanto inabaláveis. Contudo, só parecem invariáveis porque dão suporte às mudanças que sôbre êles se desenrolam. Estão destinados a desaparecer, quando o novo mundo de idéias e instituições que suscitam estiver completamente desabrochado. Temos, portanto, de estar munidos desta compreensão ao abordarmos a análise de um contexto histórico; devemos estar preparados para encontrar diversidade de prazos de validade entre os elementos componentes de dada estrutura. Subsistem lado a lado na mesma ocasião histórica realidades pertencentes a épocas diferentes. As que radicam no tempo já vivido completam a parte final do seu ciclo de validade e aguardam substituição. Outras sòmente agora eclodem e em breve assumirão a dominância. Não basta, pois, para a devida inteligência do processo da realidade nacional, que se coloquem os acontecimentos e os projetos comunitários na perspectiva evolutiva da história, no sentido trivial de simples sucessão temporal; é indispensável que nos apropriemos do significado lógico implícito naquela perspectiva, e êste é de natureza dialética.

A concepção simplista da história supõe haver duas ordens de realidades: uma, os pensamentos, instituições, valores, ideais, está fora do tempo; outra, os acontecimentos objetivos, sujeitos ao escoamento temporal contínuo e unilinear. Ignora essa mentalidade que a evolução histórica é global, está sempre esgotando, apenas em grau variável, o

sentido de todos os fatos que nela se desenrolam. É justamente porque sente o efêmero das condições exteriores, que a consciência singela se arvora em paladina de leis eternas. Se pudesse convencer-se do caráter dialético das transformações históricas estaria sempre bem disposta a receber o inovado, e distinguiria com clareza o que deve agora ser abandonado do que por enquanto convém ser mantido, pois não chegou ainda a sua hora final. Esta malealibilidade de julgamento histórico é interdita à mentalidade saudosista. Desconhece que a consciência crítica é em muitos aspectos conservadora; nunca porém é reacionária. Procura discernir o que ainda tem utilidade, mas está pronta a imolá-lo quando se tiverem devidamente configurado os novos motivos de interêsse. Não preconiza a abolição simultânea de tôdas as condições presentes, mas sòmente a daquelas que entraram em conflito com as fôrças objetivas, ao abrirem estas as atuais perspectivas do processo. Entretanto, não significa que valorize como permanentes ou melhores as coisas que conserva; apenas reconhece não ter chegado ainda o momento de desapossar-se delas.

Dissemos, linhas atrás, que o saudosismo é tipo comum de mentalidade nos países em rápido regime de transformação. O motivo está em que nêles é comparativamente menor o prazo de vigência útil das formas de convivência e das normas sociais. O caráter necessàriamente revolucionário de que se têm de revestir muitas das alterações a fazer, torna mais flagrante a caducidade dos valores e das formas de organização social em uso. Causando, portanto, impressão mais viva da insegurança e transitoriedade das coisas e das idéias, suscita, naquelas consciências que não se deixam iluminar pela reflexão crítica, apêgo mais veemente ao que vai ficando para trás.

31 — PRIMARISMO POLÍTICO

Próximo a terminar esta enumeração de alguns dos principais traços da consciência primária, desejamos ainda assinalar três, que merecem atenção. O primeiro, de que agora nos ocupamos, diz respeito à fácil manipulação política da consciência ingênua. Discutindo-o em forma mais ampla, cabe examinar aqui a questão do comportamento político dessa consciência.

No país onde não se instalaram ainda com plena eficiência os suportes materiais do pensamento crítico, é de esperar que a maior parte das suas camadas relativamente politizadas permaneçam em estado de espírito primário. As condições objetivas ainda predominantes favorecem o pensar abstrato, o interêsse primordial pelas idéias, pela produção intelectual de caráter literário, gerando espaço social carregado de contendas fúteis ou idealizadas e, por isso, desvinculadas do processo transformador da realidade. De fato, enquanto o processo nacional não alcança fases mais adiantadas, enquanto se move no segmento inicial, onde a sociedade se define pela estrutura primitiva de exploração do mundo exterior, agrícola, pastoril ou extrativa, em bases quase sempre latifundiárias, com relações de produção simples e pobres, ausência quase completa de mercado interno, imensas massas de população vivendo pràticamente em regime de economia natural, não é de esperar que subsista outra percepção da realidade senão a ingênua. Por definição, o que a caracteriza é a ignorância das condições que a determinam, donde a ilusão de se julgar incondicionada, de habitar um reino de idéias puras, no qual procura resolver problemas metafísicos, graças à lógica abstrata que descobriu. A crença no reino do espírito, no plano ideal, na ordem dos conceitos, onde a inteligência penetra, investiga e sentencia, em virtude do poder divino do *lumen rationale* ínsito na alma humana, só se explica, enquanto concepção ociosa, pela ausência de interêsse em relação aos problemas vitais da existência, pelo afastamento do pensar

em relação ao curso objetivo da realidade. Mas tal desinterêsse e distanciamento não ocorrem arbitràriamente, são, êles próprios, condicionados por situações externas; só têm lugar quando a realidade se encontra em estado de relativa quietude, quando o processo da sua transformação dormita nas fases iniciais de grande lentidão. O mundo tem então o aspecto de permanência, predomina a sensação de invariabilidade, mesmo se nos traços particulares se observam algumas modificações. O essencial é que o mundo todo aparece imodificado e por isso a impressão que causa de ser o mesmo todos os dias, conduz a consciência com facilidade a julgá-lo imodificável. Como não está habituada a ver mudanças imprevistas, não acredita em transformações rápidas e profundas, que eventualmente venham a melhorar a situação do homem.

É claro que só na vigência do regime de torpor do processo nacional, de dilatada tardança no seu ritmo de desenvolvimento, é possível à consciência iludir-se sôbre seu papel, criando no domínio do raciocínio abstrato problemas metafísicos e distraindo-se, nos longos lazeres que a rotina da realidade lhe propicia, em descobrir-lhes as soluções mais adequadas. Tal é a situação intelectual típica do período colonial da consciência no país periférico. Num mundo onde concretamente nada de extraordinário se passa, o espírito fica livre para se entregar aos vôos da imaginação, pois lhe parece que sua função própria é destacar-se do mundo material, das questões práticas e construir, ou descobrir, por sua iniciativa, outro orbe, povoado de entes ideais, que lhe oferecem os mais fascinantes problemas. Sentindo-se como poder de representação de objetos, distintos de si própria, parece-lhe que seria desvirtuar a sua natureza divina, se condescendesse em se ocupar das coisas triviais circunstantes, com as quais só tem comércio forçada por necessidades da vida. Se existisse só para isso, não se justificariam a fôrça idealizadora que sente dentro de si, os ímpetos ideais que a convidam a arrojar-se para fora do plano da banalidade diária, a sêde de claridade e de beleza que a estimula. Deve haver, certamente, outro mundo de objetos mais dignos de consideração do que êstes que a cercam, e a êles é que está destinada. Afastar-se das coisas materiais, dedicando-se às idéias puras é para ela a condição de encontrar a sua mesma dignidade e o seu exercício natural. Acontece, porém, que a consciência desocupada nem sempre se limita aos devaneios metafísicos, mas, obedecendo à sua determinação natural, volta-se, algumas vêzes, para o mundo que a rodeia e com-

preende que seu problema é interpretá-lo. Claro está que em tal caso o procedimento será geralmente falseado, pois os fundamentos sôbre os quais estabelece sua compreensão da correlação entre consciência e mundo são idealizados, uma vez que não menciona o condicionamento primordial da representação por parte da realidade exterior. Tem origem, assim, a consciência ingênua da realidade.

Vemos, pois, que a condição de existência generalizada da mentalidade primária e, conseqüentemente, de seu domínio político é a permanência do país nas fases rudimentares do processo de desenvolvimento. À medida que se vão instalando na comunidade nacional os fatôres de fase mais avançada do progresso material, dão-se modificações tão acentuadas na fisionomia da realidade ambiente, às vêzes de caráter agudo, como revoluções políticas e graves crises econômicas, os problemas reais se avolumam e seu número cresce a tal ponto que a consciência não pode esquivar-se a tomar conhecimento dêles. A modificação exterior repercute então obrigatòriamente na consciência, despertando-a das divagações e atraindo-a para a consideração de questões concretas. O pensador isolado, dono de uma consciência particular, ocupado com o mundo de idéias de sua exclusiva curiosidade pessoal, deixa então de ser possível, pois a urgência das imposições exteriores destrói o direito do pensar privativo e obriga o espírito a se aplicar aos temas de interêsse coletivo. Apreciado enquanto processo da consciência, é lícito dizer-se que a transformação objetiva, a aceleração do desenvolvimento material determinam a progressiva coincidência da consciência individual com a social. A reflexão pessoal tende a fundir-se com as formas coletivas de representação e reação emocional, em virtude de serem cada vez mais assumidos pela primeira os motivos que afetam a sensibilidade popular. Contudo, como é inevitável, a problematização segundo a qual o mundo começa a aparecer à consciência, não se dá de imediato em tôda a amplitude. São aspectos parcelados do real os que se vão manifestando em caráter premente e determinando o comportamento crítico em relação a êles.

O despertar da reflexão superior e o trânsito para o universo de representações a ela correspondente não se fazem no comum dos homens por salto brusco, não são revelação ofuscante, mas lento processo de mutação qualitativa na natureza do conhecimento, mediante o qual se instalam aos poucos, de início quanto às questões mais urgentes e grosseiras, os modos de pensar crítico. Assim sendo, na re-

presentação que o indivíduo faz do mundo circunstante, coexistem percepções críticas sôbre um fundo de pensamento ainda largamente ingênuo. Todavia, uma vez desencadeado o processo alterador da realidade nacional, ao se instalarem nela os moldes de etapa mais rica do desenvolvimento, é a consciência crítica a que se amplia, com a gradual supressão do modo de pensar inocente. Não se espere, entretanto, chegar a formas puras nas modalidades de percepção; não há consciência totalmente ingênua, nem exclusivamente crítica. O que importa, o que define uma dessas modalidades é a proporção em que nela predomina a reflexão segundo um ou outro tipo de pensamento. Há razões que impedem a gênese das formas puras e causam sempre a presença simultânea das modalidades antagônicas do pensar. Cabe à análise crítica discutir os seus próprios limites e dizer até que ponto é permitido ir, no momento presente, a sua área de influência. Num país como o nosso, onde o desenvolvimento econômico se acha na iminência de produzir um salto qualitativo na estrutura da realidade, é natural que encontremos amplo domínio ocupado pela consciência cândida, ao lado de intensa crepitação de pensamento crítico. Não se pode evitar, no entanto, o predomínio atual da percepção elementar.

Está claro que a conversão crítica da inteligência brasileira, importando protestos, exigências materiais, estudo das condições econômicas e denúncia dos aspectos líricos com que pretendia cobrir a miséria real, representa aos olhos do pensar simplista estreitamento, pobreza, obsessão. Para os possuidores do pensar superior a realidade se revela em aspectos precisos, as questões que oferece são nítidas e inadiáveis, não comportam devaneios nem dúvidas, indagações transcendentais nem alternativas hiperbólicas. As leis descobertas pela consideração concreta dos fatos são logo confirmadas pela prática, e tão evidentemente mostram derivar da existência objetiva, que a ninguém ocorre tomá-las como procedentes da região etérea das idéias puras. São êles, portanto, os homens que se colocam na vanguarda do movimento de transmutação da consciência. Contudo, à superioridade cognoscitiva que possuem não corresponde sempre equivalente preeminência social. A não correspondência tem lugar não só em relação à mentalidade dominante na sociedade, pelo fato de não haver ainda a classe empreendedora autênticamente nacional conseguido dar aos seus interêsses particulares o caráter de interêsse geral da coletividade, como porque na consciência do mesmo indivíduo per-

tencente a êste grupo subsistem por vêzes as duas modalidades de representação. Uma parte da sua mentalidade já está investida dos novos motivos de pensamento, mas nas áreas restantes repercutem ainda situações anteriores, ligadas à percepção ingênua. Não estando unificada em si mesma, a consciência crítica não pode estar unificada socialmente. Nas fases incipientes do progresso da consciência, a variedade ingênua é de muito a mais representativa. É sabido, ademais, que um dos traços definidores do comportamento da burguesia nacional em conjunto é a sua duplicidade, que a faz oscilar entre dois pólos, ora identificando-se com os anseios das massas trabalhadoras, esposando as suas reivindicações e propugnando por medidas que as favorecem, ora aliando-se aos representantes do capital estrangeiro e participando de manobras lesivas ao desenvolvimento do País.

Encontramos aqui o que devemos chamar de antinomia do desenvolvimento nos países atrasados: consiste em que as fases primordiais do desenvolvimento econômico têm de ser conduzidas pela consciência cândida preponderante, precisamente aquela que é incapaz de possuir a verdadeira compreensão do que está acontecendo. Percebe-se agora a diferença existente entre o processo de libertação política e o de libertação econômica: enquanto o primeiro pode ser guiado pela consciência ingênua, na etapa em que, sendo ela a única possível, tem autenticidade social, o segundo supõe fase do processo nacional que exige a direção do pensar crítico. Contudo, como dissemos, o modo crítico de pensar não teria meios de se iniciar socialmente, senão apoiando-se em realizações objetivas que devem ser produzidas pela modalidade simplória da consciência. No entanto, o trecho histórico dentro do qual é exeqüível o desenvolvimento do país sob a direção do pensamento ingênuo é muito estreito e por isso em breve se apresentará esta alternativa fatal: ou as classes engajadas no processo, e já dotadas de relativa compreensão crítica, assumem o comando e prosseguem rumo às metas superiores, ou as virtualidades vislumbradas por efeito das realizações preliminares se desvanecem, absorvidas e aniquiladas pelas falsas interpretações da consciência equivocada. A opção não admite ser protelada por longo tempo, pois o período no qual se apresenta é curto, é o reduzido segmento onde já há um *quantum* de transformações reais suficiente para desenhar a encruzilhada, transformações tão modestas que puderam ser produzidas pela mentalidade ingênua, mas ao mesmo tempo tão consideráveis que não prosseguirão a não ser sob a conduta do pensar crítico.

Muitos dos momentos dramáticos da história dos países subdesenvolvidos não são outra coisa senão estas encruzilhadas. A escolha entre rumos divergentes aguça os antagonismos de interêsses, mesmo quando êstes sejam mais potenciais do que reais. Fica então pendente de liberdade da consciência comunitária a decisão quanto ao sentido que imprimirá ao processo. De todo modo, é preciso admitir que a derrota da consciência crítica incipiente é sempre possível, e não há que contar com nenhum automatismo que assegure o desencadeamento irreversível do processo. Enquanto o país está vivendo os períodos iniciais da luta pela sua libertação econômica, não deve julgar-se imune ao retrocesso, pois a consciência prática que preside a essa fase de sua existência é predominantemente aquela desarmada das categorias indispensáveis à compreensão da realidade que reflete e sôbre a qual atua. A consciência ingênua tem a seu favor o prestígio de um passado longo e pontilhado de reais vitórias. Freqüentemente conta em seu ativo a glória de ter sido autora da constituição do organismo nacional, conquistando-lhe a soberania política; tem a seu favor a defesa das liberdades, a obra de estruturação do regime, a sanção dos costumes populares, as bênçãos das instituições eclesiásticas.

Tendendo a estabilizar-se nas modalidades primitivas de produção econômica, a estrutura social regida pela consciência inocente cada vez mais devolve a essa mesma consciência a imagem imobilizada e consuetudinária, fato que é tomado pelo pensamento simplista como prova da sua perfeita adequação ao real. Por ser ignorante, imobiliza o real e depois, vendo-o imóvel, declara-se adequada a êle. Temos, assim, um exemplo da implicação causal recíproca entre o pensamento e a existência exterior, no caso da representação primária. Com isso, confirmam-se aos olhos desta as apreciações em que exprime a sua compreensão. Como, porém, embora lentamente, o processo real não cessa de se mover, aos poucos se vai distanciando do quadro mental que o representa, tendo por conseqüência que a correlação do pensamento se vai fazendo, cada vez mais, apenas com os aspectos formais da realidade, com os complexos de idéias que tomam o lugar das coisas, e sempre menos com os conteúdos empíricos efetivos. Esta é a razão pela qual se chega a uma situação como a nossa atual, quando a consciência elementar subjuga quase integralmente a área do processo político. Não mais dominante na área econômica, é ainda a forma reitora do pensar político. Nos seus moldes, raciocina a maioria dos componentes do que se chama vulgarmente

de elites dirigentes. Consiste, em substância, numa distorção do pensamento, em virtude da qual os problemas reais são apreendidos e depois resolvidos, em têrmos exclusivamente políticos. Não se trata, porém, da significação crítica do fato político, que neste estudo tão amiúde defendemos, mas da ingênua, a forma idealizada e, por isso, retórica, jurídica, personalista, de perceber e interpretar os acontecimentos sociais. Tal se dá porque nessa esfera a consciência se encontra à vontade, não sofre contradição por parte dos objetos para os quais se volta, pelo simples motivo de que êstes são produtos formais, dados e relações fictícias, e não coisas ou fatos objetivos. A desmesurada importância que adquirem as lutas partidárias nos países atrasados, entre facções de baixo teor ideológico, provém desta circunstância. Por falta de suficiente conteúdo real, sob a pressão de imensas massas desprovidas de reflexão politizada, os temas oferecidos à consideração governamental são restritos, pouco variados, donde se identificarem os interêsses gerais objetivos da sociedade com as poucas pessoas que os representam. O debate parlamentar, a seleção de quadros para a administração superior, a distribuição das oportunidades, tudo gira em tôrno de pessoas, acreditando os que assim procedem estar dando tratamento adequado a questões realmente nacionais. Não pretendemos, evidentemente, igualar a compreensão política com a noção ingênua da realidade. Muito ao contrário. Não só existe uma compreensão política crítica, como a rigor só esta se deveria reconhecer como política. Entretanto, no período inaugural do processo de desenvolvimento é inevitável que a direção política caiba à mentalidade simplista, originando-se, assim, a contradição a que há pouco nos referíamos.

A astúcia da consciência, a que aludem os dialetas idealistas, como a faculdade de sempre o espírito realizar os seus fins pela mediação de um objeto interposto, ao longo das condições mais variáveis, e até adversas, tem correspondência no plano sociológico, objetivo. Apenas, neste último caso, deve ser considerada como um momento pelo qual passa a consciência ingênua no país subdesenvolvido. Como tôda forma de percepção, tem categorias próprias, e delas se vale para interpretar os fatos e ordenar, em relação a êles, o seu modo de agir. Manifesta-se especialmente enquanto consciência política apropriada para atender ao jôgo dos fatôres sociais em âmbito restrito, pobre e inculto. É, por isso, modalidade típica da consciência política municipal, que acredita resolver os problemas com que se defronta por meio de manobras, conchavos e troca de

favores, com o que julga harmonizar os interêsses em conflito. Cria-se, assim, a figura do político de província, quase sempre bem sucedido, porque é realmente dotado de inegáveis predicados de sedução pessoal, de habilidade em prometer o que só pode realizar incompletamente, em discutir os assuntos em encontros reservados, furtivos, no tom de cochicho, pois se apresenta sempre como sabedor de informações reservadas, estritamente confidenciais. Dá-se como mediador entre fôrças poderosas e procura acomodar as divergências, cedendo a ambos os lados alternadamente, sem compromisso real com os acontecimentos. Não vê senão pessoas portadoras de interêsses e pretensões. Tôda a sua ciência está em saber manejar as ambições, as vaidades, as esperanças dos homens, exercício no qual, em verdade, se revela freqüentemente consumado psicólogo. Quando se eleva a fazer reflexões gerais sôbre si próprio e sôbre os outros, expende uma filosofia da vida que não deixa de estar carregada de sabedoria, porquanto se demonstra eficaz na prática das circunstâncias primitivas a que se aplica.

Mesmo sendo um arremêdo filosófico, não está privada de idéias diretrizes. Entre estas, há que assinalar a idéia da redução dos problemas reais a conveniências de pessoas destacadas. A massa não existe, só têm importância as figuras salientes, capazes, de algum modo, de exercer influência e de se chocar com outras, de propósitos antagônicos. Criada esta conjuntura, intervém, então, o político com a sua ciência própria, que êle mesmo com orgulho proclama ser constituída principalmente de "esperteza", a fim de acomodar as divergências, sempre solícito em defender o ponto-de-vista do interlocutor do momento e disposto a dar por satisfatórias as soluções parciais. Mostra-se assim uma segunda "categoria" dessa consciência ingênua, que chamaremos, por convenção, o "incompromisso". Segundo êste conceito, o verdadeiro dirigente político é, por definição, o indivíduo que se alçou ao plano do integral descomprometimento com as correntes e os grupos sociais em conflito, pois sòmente em tal caso está capacitado a exercer aquilo que constitui a sua função própria: a harmonização das partes conflitantes. A luta de interêsses é real, mas nela o político não deve ter partido, seu papel é amenizá-la, por concessões simultâneas aos adversários. Daí decorre outra idéia geral que também faz as vêzes de categoria para essa consciência primária: a de que só há, e mesmo só convém haver, soluções parciais para os problemas. Fazer política é atender um pouco a cada um dos querelantes, dando a cada qual al-

guma coisa do que pede, para colocá-lo na situação de não ter motivos de prosseguir reclamando, desde que foi atendido "na medida do possível", mas ao mesmo tempo não pender de tal modo para um dos lados que impeça de satisfazer igualmente a parte oposta. Eis por que para essa mentalidade é êrro capital radicalizar a ação governamental. A maneira mais funesta de incidir nesse êrro não é tanto possuir interêsses pessoais ligados a um dos pólos do litígio—para essa eventualidade existem numerosos expedientes e subterfúgios que permitem mascará-la, sem violar externamente a lei da equidistância—e sim aderir com sinceridade e por convicção ao pensamento de uma das facções em disputa. Êsse o pecado imperdoável, que retira ao infeliz "idealista", que não soube resistir à tentação do sectarismo, tôda idoneidade para conduzir como autêntico chefe a marcha dos negócios públicos. Convencido de batalhar por uma idéia, enfeitiçado pela crença numa causa, o militante político está inutilizado para a direção; não será mais do que um agitador, ingressa na condição de "parte", a que se opõem outras "partes", cumprindo então ao verdadeiro "chefe" disciplinar-lhes o jôgo ao contentar-lhes as pretensões. Fugir à caracterização ideológica, tal é a regra de ouro da sabedoria política da consciência ingênua. Mantendo-se livre de qualificações doutrinárias, o político de mentalidade simplória acredita ter o direito de planar acima do campo das controvérsias e, quando oportuno, ignorá-las, em proveito do que considera ser as soluções reais. Não se ocupa de teorias, prefere tratar diretamente com as pessoas.

A ambigüidade do político primário é, pois, constitutiva, é condição do sucesso que alcançou e da situação que ocupa; sendo a escola onde formou o seu aprendizado sociológico, não a vai abandonar mais tarde. É isso que torna particularmente grave para o processo geral da realidade brasileira a presença de figuras dêste tipo nos postos governamentais. Enquanto o processo estava na etapa elementar, tal consciência, além de única possível, era naturalmente eficaz; não havia exigência de modos mais lúcidos de compreensão. Como, porém, a realidade evoluiu e o processo nacional atingiu graus de complexidade nos quais já não é admissível conduzir os fatos de acôrdo com a consciência simplista e desarmada, se os homens que, por efeito da escolha popular, manipulam as alavancas do poder, tendo vindo da fase anterior onde executavam, sempre com êxito, as manobras de acomodação, não perceberem o inadequado do seu costumeiro procedimento às novas circunstâncias, pro-

duzir-se-á séria crise política, resultante da incompatibilidade entre o estilo da autoridade existente e as tarefas objetivas que tem de assumir. É o caso do político cuja suprema astúcia consiste em esquivar-se à definição ideológica, em fugir ao debate dos problemas nacionais conforme idéias e teorias, preferindo trocar o prestígio da posição de intelectual pelo que chama de "eficiência", o trânsito assíduo pelos corredores dos ministérios.

Contudo, essa situação aproxima-se ràpidamente do fim. Os fatos se aceleram de tal maneira que cada vez mais se torna inoperante a consciência "esperta". Há, em verdade, uma fase do processo real que se poderia caracterizar pela "esperteza de consciência", como sendo a modalidade de representação que lhe corresponde. É atitude ingênua, mas atuante e eficiente enquanto as condições o permitem. Porém, com o avanço do desenvolvimento nacional, vão-se criando situações objetivas, para atender às quais a esperteza, sòmente, já não basta. Os fatos se complicam e se investem de significados ideológicos, em razão dos quais se configuram poderosas correntes de opinião. A política deixa de ser uma sucessão de "casos", de pedidos, de lutas individuais, para se constituir como direção do processo histórico geral. Os problemas se dilatam e se compenetram, adquirem repercussão no espírito das massas, geram reações coletivas extensas, que não admitem mais ser apaziguadas por conchavos, pela distribuição de benefícios, pela compensação dos prejuízos, mas exigem dos líderes a clara indicação dos caminhos, o que implica aderir a um pensamento social definido. Nessa etapa a esperteza passa a ser inútil, pois os fatos não se deixam engambelar, as dificuldades da existência material das massas não comportam acomodação, têm de ser eliminadas.

Na realidade brasileira atual esta particular modalidade de consciência primária, a esperteza política, está expirando. Já não surte efeito, está sendo substituída pela inevitável compreensão ideológica e pela consciente tomada de posição. É lícito descrever a rápida mudança de fase que ocorre em nosso tempo, pela indicação da distância entre êstes dois marcos do processo político: um, a esperteza, outro, a compreensão. Cada vez mais, a política é a realização do projeto da comunidade e acarreta a fidelidade a um grupo de princípios, a partir dos quais os fatos recebem um sentido. Estamos assistindo no modo de agir das nossas personalidades políticas proeminentes, nestes dias, aos últimos ensaios de tergiversação, de "incompromisso", de si-

multânea satisfação dos contrários. A realidade já evoluiu até um ponto onde a contradição principal que a afeta não tolera ambigüidade de atitudes. Os remanescentes daquela mentalidade estão sendo levados à escolha compulsória pelos determinantes objetivos a que se acham sujeitos, e se lançarão, por fôrça das circunstâncias, num dos lados da alternativa dominante. A consciência astuta, a que tantos dos nossos personagens políticos devem a carreira vitoriosa, hoje começa a lhes ser fatal; não há mais público para aplaudir as suas habilidades. As categorias ingênuas de que se valiam, agora lhes são nocivas, pois apresentariam os fatos sob uma luz inverídica. Com o desenvolvimento do processo. as categorias objetivas, as únicas neste momento dotadas de valor prático, acham-se em outra modalidade de consciência, a de natureza crítica.

O risco máximo com que se defronta nesse momento o país é a possibilidade de que a consciência ingênua, que detém as posições decisivas, se disponha a elaborar ela própria o projeto de desenvolvimento. Decorre êste perigo do fato de que sua qualidade de consciência primária não a torna incapaz de perceber, embora confusamente, os rumos gerais do progresso do país; apenas tal percepção, não sendo esclarecida por uma teoria lógica do processo, arrasta-a a ter dos problemas particulares noções inteiramente falsas. O risco consiste, pois, em que a consciência dominante se decida a constituir o projeto ingênuo do desenvolvimento. As características dêste, não nos cabe aqui analisá-las; será trabalho dos sociólogos e economistas, munidos das distinções que procuramos estabelecer, declarar quando determinado projeto está impregnado dos traços do pensar simplista. Importante é, porém, que tenhamos a atenção sempre voltada para tal possibilidade. Nem tôdas as medidas propostas como vantajosas para recompor a conjuntura ou amparar iniciativas pioneiras são defensáveis. Podem ser paliativos e recursos de curto efeito, verdadeiros produtos do pensamento elementar, que se mostra incapaz de alcançar a totalidade lógica do contexto para o qual as destina. É o caso, por exemplo, de certa política de auxílio financeiro a emprêsas industriais, que muitas vêzes apenas contribui para que elas ingressem no regime de artificialismo econômico, abandonando aos poucos o solo firme da realidade para se pendurar à árvore dos favores governamentais. Em vez de enveredarem pelos rumos eficazes para solucionar as dificuldades, mediante atos positivos remodeladores da situação, como, por exemplo, o esfôrço pela substituição da ma-

quinaria, a racionalização do trabalho, o aumento da produtividade, serão tentadas a se valer do prestígio adquirido para forçar o govêrno, por meio de ameaças, à política de amparo, primeiro passo para a desvinculação da realidade. Os projetos que se fizerem no sentido de assistir caritativamente a emprêsas nestas condições, são ingênuos e, ademais, nocivos, pois impedem, por uma concorrência preferencial arbitrária, que os industriais decididos a realizar iniciativas racionais de desenvolvimento possam fazê-lo em regime de justo planejamento do processo econômico. Referimo-nos ao caso de organizações obsoletas, parasitárias ou astuciosas, não ao das indústrias internas nascentes, cujo crescimento deve ser assistido pelo govêrno com tôda espécie de auxílios e favores, suprimindo a atuação de organizações similares de origem estrangeira.

Desde que, sob pretexto de promover o desenvolvimento, se abandonam os critérios racionais próprios ao regime econômico vigente, introduzem-se fatôres imprevisíveis, que vão desde a fraude até o privilégio. São modos pelos quais é possível perverter o processo em curso. Não é necessário enumerá-los, bastando chamar a atenção para o essencial, a eventualidade de ter o projeto racional de competir com uma série de sugestões econômicas impressionistas, infundadas, quando não intencionais e malévolas, que seus autores se empenham em impingir como planos de desenvolvimento. A defesa ou a justificação dêsses procedimentos cabe nos propósitos de uma política ingênua de desenvolvimento. Desejávamos acentuar êste particular, para deixar claro que a preocupação com o desenvolvimento nem sempre é indício de pensamento crítico esclarecido, mas pode ter lugar também na mentalidade simplista, conforme observamos tantas vêzes nas declarações de muitos dos nossos homens públicos e em respeitados professôres de economia. Ao pugnarmos pela necessidade de formular a ideologia do desenvolvimento, é imprescindível acrescentar que nos referimos à sua versão autêntica, aquela que é produto do pensar crítico e se distingue por numerosos traços de outros esquemas, também possíveis, originados da reflexão pueril. O simples entusiasmo pelo desenvolvimento não aconselha a que nos entreguemos de imediato à direção dos corifeus que o adotam por insígnia. Antes deveremos até desconfiar da pressurosidade de muitos em se inscreverem nas hostes desenvolvimentistas, como sinal provável de uma mentalidade talvez aberta, mas desprovida das normas do pensar crítico. O estado emocional de entusiasmo pela expansão econômi-

ca nacional e de esperança nos seus resultados não serve de base a uma atitude prática, pois o desenvolvimento consiste na alteração da realidade objetiva e, por conseguinte, o projeto do qual essa mudança decorre não prescinde, para ser eficaz, do conhecimento exato das leis próprias da realidade, das relações sôbre as quais se funda a representação do mundo pelo espírito, da origem e natureza das normas que regulam a ação humana sôbre as coisas materiais, tudo quanto só a inteligência crítica está capacitada para oferecer.

Dissemos que a consciência ingênua é a forma mais vulgar da mentalidade política nas etapas iniciais do desenvolvimento dos países atrasados. Se tal situação é inevitável, pelas razões que aduzimos, cumpre, contudo, superá-la ràpidamente, sob pena de ocorrer, logo a seguir, o declínio do vigor expansivo. Uma vez desencadeado o movimento, ou o país encontra quadros intelectuais aptos a formular de modo crítico o pensamento que interpreta a sua realidade, estabelecendo as bases do projeto lógico de desenvolvimento, ou se verá entregue às experiências mais desorientadas, aos planos mais primários e improdutivos. Há, pois, um ponto crucial na história da nação que se lançou ao esfôrço de superar o subdesenvolvimento: é aquêle em que deve optar entre a ideologia ingênua e a crítica, como matrizes de seu projeto de existência. Tudo nos leva a crer que tal é a situação atual do Brasil. A mentalidade cândida que ainda prevalece na maioria dos nossos homens politicamente representativos, só se configura com esta qualidade porque, em virtude das transformações objetivas por ela mesma suscitadas, se dão agora novas condições, que requisitam e tornam possível outro tipo de pensar. A mentalidade por nós agora acusada de ingênua só tem êste caráter quando considerada em face das atuais realidades; antes, quando não existiam, não teria sentido chamar de ingênua aquela mentalidade, pois era a única então possível. Sua inocência lógica revela-se presentemente, quando deixa de atender aos reclamos do processo objetivo, cujos primeiros impulsos ela mesma ajudou a dar. Hoje, porém, se não encontrarmos meios de superar essa forma primitiva de apreciação, correremos o risco de ser arrastados na tentativa de executar projetos simplistas.

Convém que examinemos a situação presente em função das probabilidades de se formar um grupo de representantes populares capazes de compor o projeto crítico do desenvolvimento. Nas fases iniciais, como a nossa, as pro-

babilidades amparam a ascensão da mentalidade inocente, sendo de esperar que delas surjam concepções simplificadas e diretivas retrógradas. Êste perigo é tão mais sensível, quanto nos primeiros tempos da sua fase de autenticidade, o procedimento eleitoral democrático tende a favorecer o recrutamento dos expoentes da consciência primária. Com efeito, é próprio desta modalidade de percepção deixar-se manipular por empreiteiros políticos, hábeis em formular para ela aquilo que constitui o seu modo específico de pensar. Encontramos nesta observação os fundamentos objetivos da demagogia, a qual não supõe apenas a existência do demagogo, supõe igualmente a massa em etapa primitiva do processo de reflexão. Não tem nenhuma consistência explicar o fenômeno da demagogia apelando para a psicologia individual do demagogo. Êste não conquista a influência que possui mediante um ardil pelo qual se apodera do consentimento das massas; não as fascina por feitiços misteriosos, nem as seduz ùnicamente pelo encanto das suas promessas. Simplesmente formula para elas aquilo que elas mesmas pensam. Não é um feiticeiro estranho ao povo, mas um expoente, um arauto, um porta-consciência. Colocada nesta perspectiva, a demagogia não tem a conotação desprezível que lhe querem atribuir muitos dos mais genuínos exemplares do pensamento ingênuo. A demagogia só merece ser considerada modalidade inferior de expressão política quando posta em confronto com as formas superiores do pensar crítico. Quem mais condena a demagogia são os próprios demagogos, quando a vêem praticada pelos seus adversários. De fato, porém, só é lícito denunciá-la sèriamente, a partir da posição crítica, o que só tem cabimento quando já se desenha a possibilidade de novo plano, superior, de consciência, para o exercício da representação política. Sòmente então a demagogia aparece como nociva. Durante a fase em que não há outros meios de conquistar o favor das massas senão os apelos sentimentais ou o enunciado de idéias confusas e julgamentos infundados ou falsos, mas favorecidos pela aura da popularidade, o demagogo está exercendo a única espécie viável, naquele momento, de comunicação com o povo. Ascendendo aos cargos legislativos ou executivos por fôrça dêste estilo de consciência, o demagogo não está em condições de praticar outra política senão a que se apóia nos pressupostos simplistas, nas idéias confusas e na percepção limitada que constituíam o seu conteúdo de pensamento, aquilo que proclamava, quando se batia pela conquista dos votos.

Devemos proceder a um juízo crítico da figura do demagogo e procurar reconhecer quanto nêle há de autêntico, dada a situação social e o grau de consciência de que é índice. Não tem sentido vituperar indistintamente o tipo genérico do tribuno ou do líder sindical de feição demagógica sem ao mesmo tempo destacar o aspecto afirmativo do fenômeno, que é a sua eficácia. Não existiria, se não desempenhasse função positiva. Há, pois, um teor de autenticidade na escolha do demagogo, que constitui o dado sôbre o qual convém concentrar a atenção. O que se tem de considerar valioso na eleição dos incompetentes, por mais que tenhamos de lastimar seja ela, por algum tempo, inevitável, é a sua legitimidade. Porque é sinal de estar prestes a extinguir-se a fase histórica que a justifica. Devemos regozijar-nos em que a sociedade ainda atrasada já seja capaz de eleger livremente representantes incompetentes para a tarefa política que terão de enfrentar. O sucesso de indivíduos ineptos dá-lhes um poder de agir que, exercendo sua intrínseca nocividade, determinará a revelação da inconveniência do pensamento que representam. A autenticidade de sua ação é o meio de tornar esta impossível no mais breve tempo. Há justos motivos para nos alegrarmos agora com a ascensão política do demagogo credenciado pela fidedigna votação da massa; porque, antes, seriam os representantes da elite sem vínculos populares os eleitos. Agora, porém, o povo começa a dispor de um instrumento que, de momento, só utiliza para exprimir sua simpatia e preferência por aquêles em quem se reflete a sua consciência primária. O processo da realidade, entretanto, é vigorosamente acelerado por êste fato. O predomínio das elites letradas, dos magnatas do latifúndio ou de seus serventuários, é que o retardava.

A possibilidade da demagogia ser bem sucedida é um dos fenômenos mais salutares que cumpre assinalar no atual panorama ideológico brasileiro. Antes, a demagogia não podia ultrapassar o estádio literário, quando se limitava a receber do público palmas e não votos, em troca das arengas nas sacadas ou dos sonetos nos modestos jornais de província. Se hoje obtém apoio e triunfa nas urnas, é porque fala à porta das fábricas ou nas sedes dos sindicatos. Significa isso que mudou substancialmente o quadro sociológico. Tão profundas foram as alterações sofridas pela estrutura econômica do país, com repercussão tão intensa no processo político, que a chamada elite começa a ser desalojada, perdendo tôda oportunidade de predomínio. Sua única *chance* de sobrevivência, individualmente e como classe, está em travestir-

se de demagoga e exprimir de público tudo quanto nega intimamente, na esperança de trair no futuro, depois de eleita, as idéias e compromissos pelos quais se bateu. Tal fato é altamente saudável, como indício de tomada de comando pelas massas. Deparamo-nos, assim, com a ocorrência de curioso fenômeno, a corrupção da demagogia. Reconhecendo a necessidade de proceder demagògicamente, a consciência infatuada consente em esconder por instantes o orgulho da sua superioridade, em assemelhar-se aos que chama de corruptos, praticando portanto a corrupção da corrupção, investindo-se da intonação tribunícia e demonstrando complacência com os apetites da massa, para efeito de manobrá-la. Cria-se assim a má demagogia, a impudica, a inverídica, contra a qual terá de lutar o autêntico demagogo. Vê-se, pois, que êste, para sobreviver, tem de sustentar combate desleal contra aquêles a quem não pode acusar de pregar e praticar o que êle próprio faz, e para os quais a acusação de falsidade e a tentativa de desmascaramento aparece como prova da atitude inferior do acusador. A vitória do autêntico demagogo sôbre os pretendentes espúrios é portanto sintoma salutar, revela significativo grau de avanço do discernimento das massas, no período em que sua melhor escolha consiste em pronunciar-se pelos seus expoentes verdadeiros e por isso ingênuos. Pouco importa que perdurem por algum tempo neste estado de consciência elementar, expostas à conquista demagógica e às maquinações dos empreiteiros de manobras escusas. Passará mais rápido do que se pensa êste período intermediário. Tão poderosas são as modificações introduzidas pelo processo real e tão essencial a participação das massas obreiras nesse resultado, que as personalidades exponenciais que, em breve, serão os representantes delas transportarão outro tipo de consciência, correspondente às novas condições sociais criadas pela atuação das camadas populares. Certamente, os da elite continuarão a chamar muitos dos delegados do povo de demagogos, por motivo da sua origem, mas o têrmo não encontrará a mesma ressonância pejorativa no consenso público e talvez venha até a se enobrecer, como se deu com o de "democrata", outrora desprezível. É inegável estar em curso intensivo processo de esclarecimento da consciência popular, mas, ao contrário do que julgam os simples comentadores de jornais, que diriam acaso esta mesma frase, a direção e o conteúdo dêsse esclarecimento não são agora determinados por aquêles que se presumem portadores de um saber excelso e que, por direito de hegemonia cultural, decidem da qualidade das idéias, cuja

presença na inteligência a habilita a ser considerada esclarecida. Virão do substrato popular, como conseqüência da participação da massa, cada vez mais volumosa, dos trabalhadores no processo político. Não se trata do vago conceito de esclarecimento, de natureza metafórica, aparentado à noção de melhoria moral do homem, mas de verdadeira clarificação da consciência coletiva, no que diz respeito aos interêsses do povo. De agora em diante, a legitimidade do processo eleitoral tende a colocar na função legislativa e nos postos de comando homens representativos da forma de pensar crítico. As exigências do processo real não suportam mais a direção de uma consciência incapaz de encarnar os interêsses objetivos em contínuo surgimento. Torna-se imperioso pensar os fatos com plena veracidade, ou seja, nas suas causas.

Por dois aspectos as condições vigentes tornam agora insatisfatória a apreensão da realidade nacional pela consciência tradicional: a multiplicidade e a complexidade dos fatos. A nossa economia jogava até então com um número restrito de acontecimentos. Marcada pelos traços da produção rudimentar, era fácil constituir em esquemas mais ou menos simples o panorama geral. Sempre havia um produto dominante, o café, por exemplo; os demais bens de produção, assim como os mecanismos financeiros que atendiam a essa economia primária, eram distribuídos em tôrno dêle, em correlações reduzidas e simples. De outro lado, ao produto único, com interêsses nítidos e indisputáveis, correspondia um grupo social de produtores e a respectiva coorte de dependentes e anexos, cujos objetivos econômicos e políticos não entravam em choque com os de qualquer outro bloco competidor, podendo, portanto, criar a imagem da realidade nacional que convinha à situação daquele grupo. O interêsse predominante de um só produto, de natureza agrícola e destinado à venda externa, e a tácita subordinação dos demais àquele, faziam com que a apreensão, pela consciência, de uma realidade objetiva desta espécie fôsse cômoda, pois era sumário o modêlo a construir. A supremacia do produto dominante era incontestável, não dava ocasião a que os detentores de interêsses distintos, mas subordinados àquele, se sentissem instigados a criar para si próprios representações divergentes. Enquadravam-se pacificamente no esquema geral, e isto, traduzido em atuação política, significava aceitar a liderança natural do tipo de consciência que exprimia a concepção da realidade nacional cor-

respondente ao ponto-de-vista dos defensores daquele interêsse supremo.

Êste estado visìvelmente não existe mais em nossos dias. A diversificação da produção caminha a passos largos e, se ainda cabe falar de um produto dominante em nossa economia, não há mais direito de subordinar as diretrizes gerais da produção às vantagens dêle. A dificuldade em que hoje nos debatemos, para ter a representação exata da realidade, está em que, sem querermos nem podermos desinteressar-nos do produto de que ainda dependemos em tão larga escala, somos contudo obrigados a desvincular dêle progressivamente os interêsses de múltiplos outros ramos da atividade econômica. Impõe-se o exame aprofundado das causas reais que determinam o surto dos novos tipos de produção e dos mecanismos que os sustentam. Mas é evidente que a consciência armada sòmente dos precedentes esquemas sumários de compreensão é insuficiente para isso.

Por outro aspecto também essa ineficiência igualmente se revela: a complexidade das relações econômicas e da dinâmica social correspondente a esta nova fase. Com a diversidade da produção, complicaram-se os seus processos, criaram-se profundas interdependências entre diferentes setores, originaram-se problemas como os de suprimento, de abertura e sustentação de mercados, e mais um sem-número de dados ignorados da velha economia rotineira. Concorre ainda para perturbar o antigo quadro, e por fim aboli-lo, o desequilíbrio das anteriores condições sociais, determinado pelos novos rumos do processo econômico. A progressiva configuração das classes sociais, em conseqüência da especificação cada vez mais delimitada dos seus respectivos interêsses, condiciona um painel de antagonismos, pressões, inquietudes, exigências, que a primitiva consciência simplória não está habilitada a alcançar. Nos moldes elementares em que apreendia a realidade social não cabem agora o tumulto e a complexidade dos dados com que se defronta. Incapaz de praticar a imprescindível substituição do seu esquema interpretativo, aferra-se ao modêlo dessueto e pretende forçar os fatos a se conformarem a êle. É então que se torna ingênua, incompetente e reacionária.

Mas a violência contra a realidade não tem senão êxito efêmero. Logo se evidencia não ser aquela a consciência adequada ao momento. Brota inevitàvelmente outra, que responde aos desafios das novas circunstâncias mediante uma representação coerente em teoria e eficaz na prática. Esta última adquire, por isso, o caráter crítico, em relação à anterior,

que decai na ingenuidade. A substituição das formas de consciência não é fenômeno que deva ocorrer apenas em indivíduos excepcionais, privilegiados, quer pela inteligência, quer pela posição de comando político, quer por serem os detentores dos interêsses ascendentes. É fenômeno de massa, e só por isso tem significação histórica decisiva. À medida que ingressam no processo de produção superior, em nível não mais vegetativo, as massas se apoderam do pensar de qualidade crítica, pois o seu modo de ver a realidade é que se torna cada vez mais a verdade da consciência coletiva. Só enquanto são mudas é que não têm pêso estatístico; mas, quando despertam e progridem em número, aquilo que exprimem representa cada vez mais o que a sociedade pensa de si própria. Enquanto à imensa maioria da classe média, por não estar efetivamente empenhada nos misteres reais da produção, é dado permanecer nas formas do pensar ingênuo, as massas, abaladas por profunda transformação material de amplitude crescente, começam a transitar diretamente da inconsciência à consciência crítica. Tornam-se mais adiantadas, quanto ao modo de compreender a realidade, do que os intérpretes colocados em níveis supostos mais altos e oficialmente reconhecidos como melhor capacitados, porque há mais verdade no modo como entendem os seus interêsses do que na idéia que dêles têm os observadores que os consideram de fora. Ora, tais interêsses são as próprias conveniências do processo nacional. Por isso, no aparente desaparelhamento conceitual das massas, nas suas aspirações e reivindicações, nos seus comentários grosseiros, na sua ironia mordaz, na sua malícia, pulsa maior verdade objetiva do que nas expressões habituais dos representantes comuns das elites políticas. Estamos assistindo, portanto, ao declínio da influência exercida pela mentalidade ingênua das classes dirigentes sôbre as massas. Contudo, permanece por enquanto como traço marcante da consciência popular, o de ser fàcilmente manobrada pelos que lhe oferecem, sob a capa de fórmulas políticas e sociais, a ingenuidade de pensamento que é ainda em larga margem um modo de ser daquela consciência.

32 — AMBIGÜIDADE E CONCILIAÇÃO DE IDÉIAS INCOMPATÍVEIS

Novo traço da consciência ingênua merece ser consignado nesta descrição: sua capacidade de harmonizar tendências ideológicas antagônicas.

É de larga difusão êste modo de ser com o qual nos deparamos a cada passo. Explica-se pela natureza dessa própria consciência, que, descomprometida com os seus determinantes objetivos, não pode evitar a superficialidade das posições ideológicas que assume. Desprovida da correta representação da realidade, a preferência por determinado sistema doutrinário, em qualquer campo do pensamento, filosófico, social, político, religioso etc., é ditada por causas circunstanciais; as idéias e as teorias são recebidas sem crítica sôbre sua justificação. Superficialidade não significa aqui falta de veemência ao exteriorizar suas convicções, antes esta reação é a mais comum; significa ausência de fundamentos na reflexão racional. O pensar simplório é superficial neste sentido: não se julgando condicionado pela realidade objetiva, acredita bastar a satisfação interior despertada pelas idéias que lhe são transmitidas pelo meio social, ou que, eventualmente, lhe ocorrem na inteligência. A impressão de verdade que causam emociona a consciência o suficiente para fazê-la aderir a tais idéias. Não tendo pròpriamente discutido, no domínio lógico, o valor das proposições a que adere, substitui esta operação, a seu ver desnecessária, pelo desencadear de impetuosas reações emotivas, que conferem, à idéia em aprêço, o valor de mero símbolo doutrinário, e a fazem ser difundida com tanto mais vigor quanto menos é examinada a sua validade.

A defesa de uma convicção assumida por motivos acidentais, ou em conseqüência da presença passiva do sujeito no processo de transmissão social das idéias, é tanto mais renhida quanto parece ao pensamento ingênuo que o debate racional é uma armadilha a que o desejam atrair para arrancá-

lo do seu melhor fundamento, a certeza emocional de estar de posse da verdade. O pensamento ingênuo encontra-se nesta situação paradoxal: defende com vibrante entusiasmo certas proposições e pontos-de-vista doutrinários, mas, ao mesmo tempo, está sempre pronto a harmonizá-los com posições ideológicas diferentes ou opostas, desde que não lhe sejam exigidas as justificativas teóricas dessa acomodação. A verdadeira razão está, como sabemos, na superficialidade com que aceita tanto umas como outras das aludidas posições, e que lhe permite conciliá-las sem maior dificuldade. Observe-se que a alegação de que em alguns casos se vale para coonestar o acôrdo de idéias antagônicas é também, ela própria, superficial, e por isso não lhe custa fazê-la. Não tolera o aprofundamento das idéias, o exame dos seus motivos e conseqüências, pois lhe parecem exercícios apenas especulativos, e o que lhe importa é o que chama de "prática". Na prática as orientações divergentes se encontram e se associam; só há dificuldades em explicar doutrinàriamente êste conúbio ideológico do ponto-de-vista da doutrina adversária, que, por isso mesmo, se mostra inadequada, pois faz exigências especulativas que a "prática" não confirma. Se a doutrina do opositor impugna a compatibilidade de certas posições, mas a "prática" demonstra serem compatíveis—e para prová-lo o argumentador ingênuo aponta a si mesmo como exemplo—então é preciso dar a última palavra à "prática" e não a pretensos imperativos racionais. Dêste modo, aumentando a confusão em que habita, o pensamento ingênuo se desvencilha de qualquer escrúpulo que porventura o assaltasse ao perceber as diferenças de comportamento exigidas pelas idéias que esposa.

Êste traço do pensar ingênuo parece à primeira vista o oposto do fanatismo, que é também, como vimos, um dos aspectos característicos dêsse mesmo tipo de consciência. Mas a discordância entre êles se explica pela volubilidade e inconsistência que são raízes de ambos. No descompromisso e ausência de objetividade, a mentalidade inocente é às vêzes fanática no exclusivismo com que adota um limitado grupo de idéias, mas, em outros casos, é, ao contrário, irracionalmente liberal e adota simultâneamente orientações conflitantes, incompatíveis entre si. São variantes individuais, que em nada alteram a essência ingênua da mentalidade, e se explicam, tôdas, pela inexistência de reflexão crítica sôbre os determinantes do pensamento. O caso vulgar da coexistência de princípios contraditórios no mesmo pensamento nos é dado pela atitude daqueles indivíduos que ne-

cessitam parecer progressistas nas suas idéias, "adiantados", pessoas insuspeitas de pactuar com as tendências retrógradas da sociedade, mas se mostram, ao mesmo tempo, incapazes de se libertar de todo um acervo de idéias e comportamentos que não desejam denunciar pelos prejuízos que êsse gesto lhes causaria. Tal atitude é típica de alguns intelectuais que necessitam assumir posição ambígua em relação às correntes de pensamento social; por um lado, são suficientemente inteligentes para se declarar favoráveis à renovação das idéias, à aceitação de teorias "avançadas", mas, por outro, não têm coragem de romper com as idéias e convicções nas quais se educaram e que não ousam desafiar e definitivamente rejeitar. Procuram, então, um ajuste impossível, mas não pretendem fazê-lo em forma de nova teoria, envolvente das partes antagônicas, e sim por meio de gestos práticos, pela declaração de que não tomam conhecimento das divergências entre as idéias, bastando-lhes a certeza de se comportarem como pessoas progressistas nas coisas que realmente interessam, embora cultuem, em privado, opiniões que talvez a um frio exame sejam incompatíveis com as primeiras. Como, porém, não é de exames lógicos que se vive, e sim de atos, desde que sua ação seja progressista, ninguém tem o direito de lhes censurar as convicções íntimas. É um tipo de comportamento encontrado com freqüência nos intelectuais de meia-esquerda, nos quais é inegável certa disposição às idéias renovadoras, persistindo embora com crenças arcaicas e opiniões tradicionais, como é também a dos personagens de meia-direita, nos quais predominam os conteúdos retrógrados de pensamento, porém com pretensões a ousadias ideológicas, que a seus olhos os justificam como pessoas avançadas e sem nenhuma inclinação reacionária. Em todos êsses casos, trata-se de indivíduos cujo desempenho social é oscilante e impreciso, em virtude do desajuste interior que os impede de alcançar a etapa de consciência plenamente crítica.

Não haveria tanta gravidade neste desencontro, que a realidade, por seu processo natural, se incumbiria de resolver, se alguns dêsses indivíduos não tentassem estabilizar a própria ambigüidade, sob a capa de superficial justificação teórica. Produzem aqui uma explicação inaceitável; querem dar-se por vítimas da situação, querem apresentar o seu modo de pensar como inevitável efeito de uma realidade em transformação, mas ainda indecisa e portanto comportando a duplicidade de pensamento e de atitudes como fato natural e inevitável. Dêste modo, pretendem que sua duplicida-

de seja efeito da transição de fase na dinâmica da realidade, o que, se fôsse verdade, os converteria em portadores do pensar crítico. A confusão que fazem está em julgar que a dualidade de consciência, realmente presente na atual fase de transformação do país subdesenvolvido, é justificada quando tem lugar entre setores da consciência individual, quando sòmente o é entre setores da consciência social. É no âmbito da consciência coletiva que se diferenciam os setores retrógrados, representativos das estruturas sociais em decadência, das áreas progressistas, onde se desenham as formas da realidade emergente. Aqui, sim, a dualidade é inevitável, pois corresponde a grupos sociais distintos, com situações objetivas que os condicionam a pensar do modo pelo qual o fazem. Se considerarmos, porém, o âmbito particular, a consciência individual, a coexistência de tendências opostas pode dar-se, e é até freqüente, mas nunca estará legitimada em princípio, é apenas efeito da dúbia situação do indivíduo no processo objetivo, sem a consciência de tal situação, ou da insuficiente reflexão sôbre as idéias que admite. Num caso como noutro estamos em presença de um pensamento ingênuo. Eis porque, se a mentalidade primária quer se valer dêste arremêdo de teoria para repelir a pecha de ingenuidade, mais lhe servirão tais esforços para caracterizá-la como ingênua.

Em face desta ambigüidade o pensamento ingênuo reage por diversos meios, de acôrdo com o caso pessoal. Poderá exibir cìnicamente a duplicidade, ostentando-a como fato puro e simples, do qual não tem de prestar contas a ninguém. Achará que as idéias só até certo ponto necessitam de justificativa e que debatê-las em profundidade é uma inclinação de espírito, compreensível em certas pessoas, mas que a outras não agrada. A coerência ideológica é um preconceito como outro qualquer e vale o mesmo que vale a incoerência. Na vida prática nada obriga alguém a se inquietar por êsse motivo, desde que em cada caso particular sejam respeitadas as conveniências e os interêsses individuais. O que importa é a coerência entre determinado fato e a compreensão que dêle se tem, de modo a assegurar que, em face das mesmas circunstâncias, se comportará sempre do mesmo modo. Não importa a coerência entre as compreensões, pois isso é coisa teórica, que não interessa discutir. Repele a acusação de incoerência, porque tem coragem de exibi-la naquilo em que lhe parece inevitável. Se as situações são díspares, também diversos devem ser os modos de pensar apropriados a cada qual. Assim sendo, a consciência sente-se paci-

ficada, a fidelidade às idéias é proclamada como virtude e exercida pràticamente, no peculiar sentido de ser a fidelidade a cada idéia no seu momento próprio.

Mas, outra atitude também comum em relação à ambigüidade ideológica é o recalque, a tentativa de ignorá-la, a negação em confessá-la a si mesmo. Trata-se, aqui, em geral, de indivíduos inquietos por motivo da íntima contradição, que muitas vêzes toma contornos dramáticos. Não encontram outra saída para essa duplicidade senão o recalque, a obstinada recusa a aceitar a própria dubiedade, e procuram então justificar por diversos argumentos as posições ideológicas conflitantes. Inventam sutis teorias para associar idéias opostas, acreditam que nenhum conflito é insolúvel, pois há sempre uma acomodação possível. Não sabendo, embora, como obtê-la, não desesperam, por isso, e preferem suprimir o problema—e nisto está o que chamamos de recalque—, recusando-se a discuti-lo, porque o consideram questão de fôro íntimo. O valor lógico das concepções doutrinárias é interior a cada uma destas; há sempre compatibilidade externa entre elas, porquanto a razão que, numa delas, se insurgisse contra o contato com as outras, só é válida dentro dessa mesma concepção. Basta esta afirmativa para encerrar o debate; é inútil preocupar-se com um problema inexistente. O espírito é livre de aceitar as teses que mais lhe pareçam verdadeiras, de maneira que a discussão deve limitar-se apenas a essas teses e não pôr em questão a racionalidade da consciência que conjuntamente as adota. A inquietude por motivo de tendências conflitantes é amiúde causa do que caberia chamar de mutismo ideológico. Habitado pela contradição interior e sem coragem para decidir-se entre direções doutrinárias que lhe disputam o espírito, o indivíduo emudece ideològicamente, ou seja, recusa-se a participar de debates teóricos, a assumir posição, prefere retirar-se, ou então se dispõe a assistir, com aparente indiferença, às lutas sociais. É grave êste resultado, pois não só afasta da controvérsia quem nela poderia desempenhar valioso papel, como ainda conduz o indivíduo a murar-se na solidão da subjetividade, onde se inutiliza numa angústia estéril.

Porém, uma terceira forma—a mais sincera—de reação da consciência à ambigüidade ideológica é a real inquietude e a intenção de encontrar desfecho para o conflito existente. O que confere caráter ingênuo a esta reação é a maneira como é tentada a conquista da consciência justificada. Em vez de ser feita pelo debate e pelo aprofundamento dos efeitos dos determinantes sociais da consciência individual,

o empenho em alcançar a concordância entre idéias incompatíveis se faz no sentido da subordinação forçada de umas tendências a outras, antagônicas. Neste caso, não se busca uma doutrina envolvente que harmonize os conflitos de pensamento; procura-se enquadrar algumas idéias no âmbito de validade de outras, consideradas dominantes. Nenhuma convicção é jogada fora, não é abandonada nenhuma posição ideológica, apenas se tenta estabelecer um compromisso no interior do "sistema" da consciência em conflito, que, caso fôsse realizado, viria pacificar completamente a inquieta existência dos portadores desta ingenuidade. É importante assinalar êste tipo, porque a êle pertencem certas pessoas entre cujas facêtas ideológicas figura o nacionalismo, ao lado de convicções ou de atuações incompatíveis com essa atitude doutrinária. Acontece, mesmo, que o nacionalismo venha a ser o elemento dominante nessa mentalidade, e então assistimos ao esfôrço feito por essas pessoas para compor o seu nacionalismo, sem dúvida subjetivamente sincero, com outras opiniões e situações pessoais em aberta oposição a êle. É grave esta eventualidade, pelo que significa de desvirtuamento e confusão. Nas suas formas extremas, tem-se visto intelectuais convicta e lealmente nacionalistas, expoentes da pregação ideológica nacionalista, serem ao mesmo tempo, de profissão, advogados de grandes companhias estrangeiras exploradoras de nossos recursos naturais. Claro está que são pessoas inquietas, semiconscientes da própria ambigüidade, mas impotentes para resolver criticamente a sua situação. Incapazes de se libertar dos condicionamentos impuros, de onde retiram proveitos e prestígio social, e de se lançar à incerteza das lutas ideológicas autênticas, figuram entre os representantes do pensamento nacionalista, sem que ainda estejam objetivamente capacitados para assumir essa qualidade. Têm a angústia de ver chegar a qualquer momento o ponto crucial onde serão chamados a uma decisão inapelável, quando não lhes será mais possível manter a dúbia atitude interior em que por enquanto prosseguem. Até lá, tentam esboçar um arranjo entre as idéias em conflito e são os primeiros a se declarar inquietos pela própria situação. São pessoas geralmente válidas e das quais não se deve desesperar. Enquanto porém não tiverem eliminado a base existencial onde assentam, não é possível confiar na verdade do que dizem, pois nunca se sabe em que ponto cessa, para dar lugar à mistificação ideológica que o condicionamento pessoal impõe.

A irracional harmonização de inclinações doutrinárias opostas é um traço do comportamento ingênuo. Deve-se à

incapacidade do indivíduo em refletir sôbre os determinantes objetivos do pensamento e à ligeireza em tirar conclusões das idéias que diz adotar. Jamais desce às profundidades das opiniões que parece ter, nem deseja tirar tôdas as inferências delas, sendo freqüente vê-lo aceitar uma proposição e repudiar, indignado, as conseqüências lógicas de tal premissa. Acredita que é direito seu interromper a cadeia das conseqüências no ponto onde lhe apraz e mostrar-se fiel a uma idéia sem a obrigação de aceitar-lhe as inevitáveis conclusões. Assim procede porque deseja admitir em lugar das que repudia outras, que são conclusões de outras idéias, que não aceitou. Produz, então, uma mistura de afirmações díspares e sem conexão interna e com isso compõe a sua representação da realidade, donde deriva os seus comportamentos correntes. Quando lhe é apontada a incoerência dêsse procedimento e um eventual contendor lhe exige fidelidade às conseqüências das idéias, sejam quais forem, retruca que tal modo de proceder é fanatismo. Só os fanáticos se deixam dominar pelas idéias a ponto de se tornarem escravos das conclusões delas decorrentes. O pensador ingênuo não aceita essa limitação, é livre e soberano na escolha dos princípios que assume e das atitudes que toma. Não se comove com a imputação de incoerência, pois a coerência é que lhe parece ser comportamento suspeito e inconveniente. A coerência é a negação da liberdade de pensar, leva ao fanatismo, à cegueira, à obstinação na verdade inviável. A consciência simplista, ao contrário, considera-se sábia e se aproveita dêste privilégio, próprio da inteligência arguta: o de se deter a meio-caminho, aceitar os princípios sem se comprometer a executá-los. O que chama de conformismo com a realidade é a sua habilidade específica, que lhe assegura manter-se sempre em consonância com os fatos, desligando-se das idéias tôda vez que comprometam as ações que deseja executar.

É assim que se constitui no plano social a curiosa figura do retrógrado progressista. É um indivíduo cujo modo de pensar tem por reais fundamentos concepções obscurantistas, místicas, aristocráticas, fascistas, entreguistas, mas suficientemente atilado para perceber o desapreço social por essas idéias, esforça-se em apresentar-se como partidário da renovação de valores, do progresso do país, da participação nas novas fôrças políticas, nacionais e mundiais, e se dispõe a fazer pronunciamentos em tal sentido. É partidário decidido do progresso e da emancipação do país, mas não compreende que se alterem as idéias tradicionais. Trata-se

na verdade de nova versão do velho liberalismo, essa doutrina indefinida, que permite a defesa de qualquer idéia e a prática de qualquer ação. Ligados quase sempre a grupos econômicos que direta ou indiretamente exploram o trabalho do povo, ou a credos religiosos que imobilizam o pensamento, conseguem os representantes dêste modo de pensar, graças à síntese irracional a que antes aludimos, apresentar-se como paladinos do que chamam de "progresso sem quebra da tradição". Há até partidos políticos que se organizam com êsse lema; são em geral aquêles que ostentam a palavra "cristão" no rótulo. Mal é preciso dizer que se trata de um rebanho de simplórios. Na idéia do progresso sem quebra da tradição está contida a essência da ingenuidade agora comentada. Na verdade, o que entendem por progresso é a continuação invariável do passado. Tôda alteração nas idéias, nos costumes, nos valores, nas relações de produção é observada com alarme e julgada merecedora de denúncia e hostilidade; o que entendem por progresso é simplesmente a marcha para adiante da existência tradicional. Regozijam-se com tôdas as manifestações de vitalidade do passado, exaltam as idéias e crenças que o definem e se assustam com os debates que as ponham em causa. Na esfera intelectual, a figura do progressista retrógrado é freqüente, numa sociedade em rápido processo de transformação, como a nossa. Para não se definir como inimigo das alterações históricas, o intelectual retrógrado procura acomodá-las a uma concepção filosófica prévia, estática e reacionária, quase sempre a serviço de instituições religiosas. Não se opõe ao progresso, porém o recebe na teoria que de antemão possui para interpretá-lo e dirigi-lo. Dêste modo, as transformações da realidade não afetam as crenças que defende, pois são desvalorizadas no seu verdadeiro significado de matrizes de novas idéias, porquanto o único sistema ideológico válido se acha estabelecido desde há muito e de uma vez por tôdas. Apoiado em concepções obsoletas, algumas até medievais, propõe-se receber os fatos inéditos e interpretá-los por meio delas, com o que estrangula o sentido específico que possuem, impedindo-os de se tornarem fonte de idéias originais. A realidade fica impossibilitada de falar à consciência, porque a obstinação filosófica e a mentalidade fideista se opõem a todo surgimento de novas idéias e valores.

Temos em nosso meio pitorescas confrarias de intelectuais sectários, pessoas totalmente inatuais e desnecessárias, que insistem em se fazer ouvir, apesar de nada mais terem a dizer. Passada a época em que a esperança de um próximo

regime totalitário lhes poderia dar a ilusão de ainda ter um papel social a desempenhar, nada mais lhes resta que se resignar à pregação ingênua, quando não ao tartufismo patrocinador de bons negócios. São pessoas inteiramente desligadas das questões reais do país, vivendo num mundo ilusório de crenças inúteis e falsos problemas metafísicos, quase todos engendrados pelas lucubrações da filosofia medieval. Mas, apesar disso, pretendem atuar num meio social que não compreendem e que os considera com o indiferente respeito que se tributa aos anciãos. Sendo muitos dêles dotados de algum preparo intelectual, emitem declarações sentenciosas em tôrno de idéias e fatos de que tem conhecimento indireto, pois lhes falta a prática social vivificante e criadora. Presos na caverna de um intelectualismo estéril e balofo, tentam compensar a falta de autêntica correlação com a realidade pela manipulação grave e pomposa de têrmos filosóficos e sociológicos. Produzem, então, o que acreditam ser sutis especulações e profundas interpretações dos acontecimentos. São evidentemente personagens ingênuos, mas nunca de boa-fé, pois a intenção reacionária é indisfarçável. Porém o desejo de se mostrar progressistas os leva a tentar camuflar tal intenção e, para isso, usam de numerosos artifícios. Um dêles, comum aos expoentes dessas pias irmandades de letrados, é produzir complicadas distinções ideológicas, quase sempre de caráter apenas verbal, a fim de resolvê-las pelo modo como lhes convém. Descobrem no âmago da realidade ou nos movimentos sociais contradições insuspeitadas, e depois de formular em linguagem confusa e pedante essas supostas contradições, delas "saem pela esquerda", num simulacro de atitude progressista. Êste fato é de alta importância para se apreciar a nossa situação cultural. Gostariam êsses intelectuais retrógrados de ter uma posição de "esquerda", e então o modo como a obtêm é fabricar uma falsa oposição ideológica, tal que lhes permita resolvê-la graças a uma saída que, em relação aos têrmos considerados, é de fato de esquerda, mas apenas em relação a êsses têrmos. Noutras palavras, arquitetam uma oposição ideológica fictícia na qual ambos os pólos estão situados no terreno da "direita" e depois saem dela "pela esquerda", o que lhes permite na verdade permanecer no "centro". Esta prestidigitação é típica do intelectual religioso, supostamente progressista, na verdade reacionário e obscurantista. Para se dar ares de homem de esquerda, combate uma direita conceituada a seu modo, para servir às suas conveniências, e com isso pensa valorizar-se como elemento de vanguarda, livre

da pecha de reacionário ou fascista, porque se coloca à esquerda do falso dilema que forjou. Apenas essa "esquerda" é na verdade o "centro", pois a distinção foi propositalmente estabelecida para fazer crer que o letrado não está comprometido com as correntes sociais anacrônicas. Cultuam-se figuras "progressistas" do pensamento ingênuo metropolitano, e os nossos intelectuais alienados se exaurem em discutir o papel e o valor dessas personalidades, com as quais nada temos a ver. Com êsse malabarismo, é comum sentirem-se justificados os pregadores de idéias caducas, que as apresentam como capazes, apesar de vetustas, de solucionar os problemas brasileiros atuais. Para isso é preciso reafirmar a crença na perenidade das idéias e dos valores, atitude que, já sabemos, é tìpicamente ingênua. Mas é sobretudo necessário acreditar na perpetuidade dos problemas, o que é muito mais grave. A figura do retrógrado progressista só é possível pela convicção da ausência de verdadeiro dinamismo histórico. Só em face de uma história imutável é que uma consciência poderia julgar-se ao mesmo tempo vanguardeira e tradicionalista. Em relação à história real isso é impossível, e portanto a tentativa de conciliar na mesma representação os valores mortos e as fôrças nascentes no seio da sociedade está destinada a permanecer como tema para salão de conferências de devotas agremiações.

O estudo desta atitude da consciência ingênua é muito proveitoso para se compreender o nosso passado filosófico, caracterizado em grande parte por concepções de tipo eclético. O ecletismo foi um dos traços do nosso pensamento colonial; cultivaram-no alguns autores de ensaios filosóficos, que se destacaram em nosso passado cultural. É visível o parentesco de tal atitude com o traço ingênuo aqui comentado. Realmente, para o pensador colonial só se abriam duas possibilidades de formar uma concepção da realidade, a hermenêutica e a eclética. Ou aderir a uma doutrina metropolitana, aceitando-a integralmente, e se limitar a comentá-la, divulgá-la e defendê-la, ou tentar reunir em um novo corpo idéias de várias procedências, considerando êste trabalho uma realização original e fecunda. A criação do sistema representativo da realidade em condições autênticas, essa lhe era interdita, pois a realidade nem a exigia nem a possibilitava. Se deixarmos de lado o caminho da infindável exegese, que não é agora o nosso assunto, um breve exame nos fará compreender porque o ecletismo foi a tendência ideológica que congregou tantos dos nossos melhores espíritos coloniais. Era, com efeito, a fórmula que melhor cor-

respondia ao desejo de alcançar a originalidade de pensamento, de fato impossível. Ocupando-se dos produtos da meditação alheia e procurando combiná-los segundo sistematizações novas, a mentalidade colonial satisfazia sua vaidade de criação filosófica, sem produzir efetivamente idéias originais.

Mas o ecletismo, como ingenuidade da consciência colonial, procurava justificar-se por diversas razões. Uma delas era a de que, com êsse procedimento, viria a utilizar apenas "o que há de bom" em cada doutrina. Todos os sistemas filosóficos contêm alguma parte de verdade, mas infelizmente de mistura com numerosas falsidades e apêndices inúteis, donde consistir a tarefa do pensador prudente em filtrá-los e depurá-los dos elementos desnecessários. É claro que o sumo de verdade de cada um, depois de apurado, deve ajustar-se ao dos demais, pois sendo todos verdadeiros, não pode haver contradição entre êles. Molda-se, assim, o bloco eclético e está satisfeita a ânsia criadora de quem não pode fazer mais do que isso. Outra razão, mais sutil, leva também o filósofo do país atrasado à atitude eclética: o desejo de mostrar-se superior, de demonstrar capacidade crítica em relação aos produtos metropolitanos. Descobrimos aqui uma ilusão típica de mentalidade ingênua do país subdesenvolvido. Parece-lhe que sua própria posição de afastamento da área central, onde se criam as grandes idéias, dá-lhe excepcional vantagem, que os pensadores do centro não têm, a de ver num panorama a produção metropolitana e, olhando-a de cima, julgá-la e combinar, na forma que lhe parece justa, o que o conjunto oferece de aproveitável. Por esta ilusão, o filósofo colonial chega a julgar-se em condições preferenciais, pois só a êle é dado apreciar o campo das idéias e proceder à conveniente síntese de tôdas elas. O ecletismo é proclamado como atitude de que o pensador lateral se orgulha. É como se os outros, os mais adiantados, fôssem obrigados a trabalhar para êle, a lhe submeterem os resultados do seu pensamento para que os aprecie, critique, corte, substitua e combine. Assim, o pensador da região subdesenvolvida termina por achar a sua colocação favorecida, porque é a única que permite alcançar a verdade sistemática, pela escolha das idéias verdadeiras. Êste estado de espírito de ingênua vaidade e de comprazimento na posição distanciada dos centros culturais, observa-se em alguns personagens do nosso passado filosófico, que exibem com enternecedora candura a sua "originalidade". Uma terceira razão, ainda, é invocada para justificar a atitude eclética do pensador ingênuo: pa-

rece-lhe haver descoberto a fórmula lógica que supera e harmoniza as contradições dos diversos sistemas. O ecletismo torna-se então imperioso e sistemático. Por definição, as doutrinas filosóficas, antigas ou contemporâneas, não são mais do que ensaios nos quais os autores obtiveram verdades parciais, de mistura com erros patentes ou velados. Foram úteis porque permitiram ao pensador eclético descobrir a fórmula que associa os pontos-de-vista verdadeiros, em todos existentes, e que não teria sido revelada senão pela comparação dessas doutrinas. O ecletismo torna-se assim o supersistema, a fórmula das fórmulas, e por isso sua verdade é inconteste e definitiva. Temos nesta atitude nova modalidade da mesma ingenuidade fundamental, a crença na distribuição da verdade pelas diferentes correntes de pensamento. É uma crença particularmente grata ao filósofo do país marginal, porquanto o dispensa de ser produtor de idéias, pois antecipadamente lhe reserva o papel, muito honroso, de crítico e sistematizador supremo.

Em tôdas estas modalidades, quaisquer que sejam as suas razões, o ecletismo é atitude ingênua, enquadrada no traço que estamos comentando. É sempre uma teoria só explicável no pensador subjetivamente desligado do contexto social do seu país, embora objetivamente condicionado, sem disso ter consciência, pelo estado de atraso e subdesenvolvimento da realidade a que pertence; é o produto filosófico normal do estudioso voltado para a contemplação, a aquisição e o consumo das idéias dos centros metropolitanos. As sínteses que os pensadores ecléticos conseguem fazer variam de um para outro, o que não é de admirar, pois se trata sempre de lucubrações subjetivas e como tais válidas sòmente para quem as elabora. O ecletismo do filósofo das áreas coloniais é um artefato da especulação individual, é a resposta do pensador solitário, impossibilitado de se ocupar dos verdadeiros problemas da sua realidade nacional e orgulhoso de fazer qualquer coisa a que possa chamar de obra própria. Não tendo meios de produzir uma autêntica interpretação da realidade, e com isso alçar-se ao plano da verdadeira universalidade, contenta-se em conquistar a falsa universalidade, a que consiste na mera aglomeração de idéias. O caráter subjetivo dos chamados sistemas ecléticos, a falta de correspondência dêstes com os fatos da realidade social do pensador, evidencia-se na impossibilidade em que êste se acha de criar escola. A síntese eclética é obra subjetiva do autor, e como tal intransferível. Não deixa continuadores porque não se apóia na realidade e por isso admite ser seguida de outra

síntese diferente, ao sabor da preferência individual, mas não é seguida por outro pensador. Em nenhum caso leva-se em conta a realidade brasileira nos seus aspectos essenciais. O pensador eclético, em regime de plena alienação cultural, é prisioneiro do próprio arbítrio intelectual, escravo da liberdade de combinação ideológica de que tanto se orgulha. Se, ao contrário, se apoiasse na dinâmica da realidade, a continuidade do sistema que viesse a conceber estaria, em princípio, assegurada, pois aos eventuais sucessores caberia apenas corrigir as elaborações teóricas, para acompanhar o movimento da realidade. Tivemos exemplos vários dêsse comportamento ingênuo em nosso passado, porém a fase eclética e hermenêutica da nossa filosofia está encerrada. Não é mais possível a nenhum ensaísta combinar idéias alheias, a fim de produzir uma exegese da nossa realidade, pois esta é agora tão premente, atuando tão intensamente sôbre o existência do pensador, que se revela fonte inesgotável de idéias originais.

Tôdas as modalidades de harmonização de tendências ideológicas conflitantes têm por origem o mesmo descomprometimento com os fatôres objetivos da realidade social. Ignorando o condicionamento que êstes exercem sôbre a consciência, os pensadores ou os estudiosos inocentes consideram ser livre estabelecer associações entre as idéias; é questão de gôsto pessoal ou de acuidade intelectual. A conciliação entre as teorias é em princípio sempre possível, desde que nenhuma exige a radicalidade do comportamento ideológico, ou seja, a aceitação obrigatória das conseqüências das posições adotadas. Merece particular atenção esta ingenuidade pelo risco a que expõe a convicção nacionalista de quem acidentalmente nela incorre. De acôrdo com êste critério simplório, o nacionalismo de intenção é perfeitamente compatível com qualquer atitude social e política. O nacionalismo é uma idéia e como tal é aceito; nada obriga porém a ter de aceitar as conseqüências dessa idéia, mesmo porque cada qual é livre de considerar como conseqüências dela aquilo que melhor lhe aprouver. A lógica interna da doutrina é repudiada pela mentalidade que admite como natural o cruzamento de conclusões díspares numa só consciência. Mesmo deixando de lado os casos de visível má-fé na defesa desta atitude conciliatória, pelo que tem de conveniente para a prática de vantajosas transações, é preciso salientar o perigo dêste espírito acomodatício de tôdas as orientações, que coonestaria o fato de ser o mesmo político nacionalista de fins e entreguista de meios, sem desdouro ou receio de in-

coerência. O apoio a medidas que beneficiam o capital estrangeiro é fácil então de ser explicado como genuína manobra nacionalista, e até louvado, pelo que representa de sagacidade e esperteza em proveito dos objetivos nacionais.

Tudo isto é prova de estar a sociedade brasileira numa fase do seu processo na qual a radicalização das posições não é ainda uma imposição do meio. Quando o fôr, a consciência será necessàriamente levada a abandonar a superficialidade de convicções e a adotar em caráter radical as idéias e comportamentos a que se filiar. Por enquanto, é lícito ao indivíduo jogar com a elasticidade do processo real, cuja forma de reflexão na consciência é justamente essa ambigüidade e superficialidade ideológica. À medida que o processo avance e se apresentem situações urgentes mais complexas, a trama das relações objetivas se irá cerrando, definindo modos inequívocos de pensamento e de ação. Caberá então ao indivíduo a escolha entre êsses modos e, uma vez situado num dêles, dificilmente lhe será possível compor situações pessoais imprecisas, com partes tomadas a outros comportamentos, distintos do seu. A realidade irá tornando cada vez mais inoperante o que é obsoleto e retrógrado e exigindo a ação constante e esclarecida dos setores progressistas da sociedade. Não será possível, daí em diante, mascarar o pensamento reacionário mediante declarações exteriores de amor ao progresso, de adesão aos princípios nacionalistas, de interêsse na luta pelos direitos das massas trabalhadoras.

33 — RECUSA DA ATRIBUIÇÃO DE INGENUIDADE

Por fim, seja-nos lícito apontar um aspecto da consciência cândida que não deve ser deixado em silêncio, em vista da importância que possui para a correta caracterização da reflexão superior. Referimo-nos à peculiar atitude de ingenuidade pela qual a consciência, em verdade inocente, julga-se crítica. É a pretensão do pensar ingênuo de querer passar por crítico.

Estamos em face de um aspecto mais profundo do comportamento da consciência, e, ao analisá-lo, chegaremos a compreender algumas estruturas da sua natureza, que, do contrário, não seriam descobertas. Existe efetivamente uma atitude crítica inábil e insegura, um modo simplificado do exercício do pensar que, em si, é autêntico, pois é esclarecido sôbre os seus suportes, apenas não se exerce pràticamente com a desejada lucidez. Ao saber disso, a genuína consciência ingênua pretende denunciar de modo geral o comportamento crítico, ou pelo menos lançar suspeitas sôbre êle, considerando-o como ilusão de filósofo e chamando-o de ingênuo. Existe, pois, a possibilidade da consciência simplista acusar de ingênua a consciência crítica. Como o que esta última faz é acusar de ingênua a primeira, descobrimos um fato de importância capital, que exige ser dilucidado, sob pena de nosso trabalho desembocar numa área de confusão: entre as duas modalidades da consciência estabelecer-se-ia um jôgo de espelhos, ambas se acusando recìprocamente de despreparo e inocência. As qualificações de crítica ou de ingênua não poderiam então ser tomadas no seu correto significado, se sabemos que o pensar ao qual denominamos ingênuo se julga crítico, assim como é julgado ingênuo o que nos parece crítico.

Diante dessa reciprocidade impõe-se a obrigação de procurar entender porque se constitui essa mútua acusação e se tem fundamento na própria estrutura da cons-

ciência. Ademais, temos de saber se existem meios de solver o jôgo de reflexos, de maneira a definir sem equívoco um dos modos de pensar como o único autênticamente crítico, sendo o outro o verdadeiramente inocente. Se êste último problema tiver solução satisfatória, fica estabelecido o caráter próprio real de cada modalidade de consciência, e, portanto, conclui-se que a acusação de ingenuidade lançada por uma das consciências à outra, é, enquanto tal, um traço a mais para caracterizar a sua essencial ingenuidade.

Quanto à primeira questão, a existência da recíproca objurgatória, temos de aceitá-la como resultante de um processo mais amplo, a dialética das consciências. Sabemos ser êste um tema de magna importância, sôbre o qual especularam alguns conhecidos pensadores modernos. Não vamos expor, nem resumidamente, as linhas gerais dos seus sistemas, pois o objeto específico de nosso estudo, a realidade nacional, determina, juntamente com a descoberta do tema, o caráter distinto das considerações que a respeito dêle nos ocorrem. Não aproveitaremos senão o espírito geral da analítica do encontro das consciências, que, como problema, é de ordem existencial, tendo por fundamento a realidade social e o fato de pertencerem os indivíduos aos diversos grupos em que se acha dividida a sociedade. O que diremos a seguir refere-se tão-sòmente à dialética de consciências diferentes quanto ao grau de claridade da representação e ao modo de comportar-se, em face da mesma realidade nacional. Estabelece-se uma trama de relações entre as formas extremas, a de ingenuidade e a crítica, criam-se interdependências, ligações de complementaridade, que mereceriam investigação bem mais extensa. A êsse respeito faremos apenas algumas observações gerais.

Nenhuma consciência existe isolada, em face apenas do mundo de objetos. Tanto quanto é evidente a presença dêstes também é a de outras consciências, que simultâneamente os apreendem. Logo, tôda consciência sabe que o mundo, de que possui a imagem subjetiva e do qual produz uma interpretação, está igualmente presente na representação de um ser semelhante. Em princípio, pois, a existência de outra representação, que não a minha, é um dado da minha percepção, incluído necessàriamente na interpretação geral que faço da realidade. Mas não é só um dado, ao lado de outros também presentes, igual aos demais, e sim um dado que ao mesmo tempo que se oferece à minha percepção influi sôbre ela, modificando a maneira como apreendo os restantes aspectos da realidade. Uma coisa é perceber o mundo.

na presunção de ter um conhecimento solitário, outra é percebê-lo com a certeza de partilhar com outro ser humano o conhecimento dêle. Neste caso tenho de admitir que a minha compreensão é uma entre muitas concomitantes, o que me conduz ao problema do privilégio na posse da verdade. Ao produzir a interpretação daquilo que percebo, tenho plena ciência de que não é a única possível, nem mesmo às vêzes a mais evidente. A convicção, em que me encontro, de ter achado a forma justa de entendimento, resulta de processos mentais, que não interessa discutir neste momento: mas o esfôrço que tive de desenvolver para obter a idéia que julgo correta, para alcançar essa convicção e a ela me manter fiel, mostra que a possibilidade de equívoco, de defeito, no processo reflexivo, é sempre atual. Logo, ao exame imparcial, devo admitir como muito provável que outros se desgarrem da direta via epistemológica. Se tal acontece, como de fato é o caso, nem por isso deixa a consciência equivocada de possuir a mesma certeza que tenho, a de estar de posse da verdade. Por conseguinte, é perfeitamente compreensível que outra consciência, por hipótese a equivocada, veja a minha através do prisma ingênuo.

A diversidade de percepções, que determina a diversidade dos modos da consciência, provém portanto da estrutura própria da consciência, que não é reflexo passivo, cópia fotográfica da realidade, mas, conforme seja a qualidade do ato pelo qual se apropria dos dados objetivos, admite a eventualidade da imperfeita captação do significado dêstes e da lógica imanente ao "devenir". A natureza ativa da consciência permite compreender o engano na representação da realidade. A interpretação dos fatos supõe o propósito de se deixar penetrar pela objetividade, o gesto de aplicar o espírito ao dinamismo das transformações reais e de com êle coincidir. Mas, a conquista dêste hábito não é imediata nem espontânea, tanto mais que causas sociais pesam sôbre a consciência individual, impedindo-a de abrir-se livremente à correta percepção do mundo. Referimo-nos aos procedimentos intelectuais recebidos da tradição pela via educativa ou impostos ao espírito pela fôrça dos interêsses a êles ligados, ou ainda às crenças subjetivas. Todos êsses fatôres concorrem para que a consciência autônoma se torne o caso menos freqüente. As modalidades errôneas de reflexão do mundo conseguem impor-se, adquirem prestígio que lhes reforça a falsa certeza. A capacidade de interpretar, própria da consciência, funda a possibilidade da dialética das consciências, no sentido, muito particular, em que a consideramos. Li-

mitamo-nos a examinar o encontro das consciências enquanto consideradas em frente da mesma realidade exterior nacional. É uma forma peculiar de encontro, que possui modalidades específicas dentro do tema geral da relação das consciências, e vale a pena ser assinalada, pois, sem compreendê-la bem e ter presente o seu significado, cairíamos no êrro de julgar solitária a consciência crítica. Não se trata apenas de ver o mundo, mas de ver o mundo enquanto visto também por outro. Êste aspecto, de que modernamente se têm ocupado alguns filósofos, precisa ser acentuado em algumas de suas particularidades não comumente postas em relêvo.

Tem-se admitido o caráter intersubjetivo dessa dialética, tem-se indicado o surgimento do outro na esfera da subjetividade. Foram descritas as relações que com êle travo, considerando-o como consciência para si, como pólo de representações eventualmente distintas das minhas. Mas, o espírito idealista que anima estas análises e reflexões vicia tôda a investigação, levando-a a desinteressar-se do caráter de atividade, de prática social, próprio da consciência, faz esquecer que, sendo esta foco de percepções do mundo, é necessàriamente origem de ação sôbre a realidade. O verdadeiro encontro das consciências enquanto fenômeno original é o encontro na ação, na *praxis* social, modalidade de correlação, que não pode ser apreciada apenas na perspectiva da intersubjetividade, mas demanda a referência ao plano dos fatos objetivos, a referência aos fundamentos de cada consciência, ao plano de origem, onde as antagonistas se defrontam e as semelhantes se reconhecem e se agrupam, o que torna a presença do outro um fato também objetivo.

Há, portanto, o surgimento objetivo do outro, manifestado por múltiplos modos no meu campo de mundo. Para não alongar êste tema, bastaria fixar uma dessas maneiras, a que cabe denominar de resistência opinativa. A opinião do outro aparece-me com freqüência como resistência ao meu projeto; quando tal se dá, não a considero fato pertencente à subjetividade do espírito alheio, mas dado concreto da realidade objetiva. O mundo me aparece como feito de tal modo que nêle as pessoas não pensam da mesma maneira que eu, e essa discordância se revela não só nos atos que executam, e se opõem aos meus desejos, senão também na simples resistência da opinião, ao contradizer os meus enunciados. A emoção, a irritação que a diferença de entendimento causa, quando não vejo aplaudidos e automàticamente aceitos pelo outro os pontos-de-vista que enuncio, são a prova de que me choco contra algo real, que encontro no mundo e revela a presença de

outros eus, que também percebem, a seu modo, a realidade que me é dada. Para êles, o meu pensamento é também uma resistência, é dado empírico adverso, com o qual devem contar para os projetos que fizerem. Devem saber que não penso como êles e que o meu julgamento, errado do ponto-de-vista dêles, perturba a tranqüilidade e a universalidade de sua compreensão. Desta sorte, é natural que me julguem como consciência mal informada e vejam, nas exigências críticas que enuncio, uma ingenuidade pessoal e nada mais. Percebemos, assim, a existência de um jôgo de reflexos, pelo qual cada forma de consciência é obrigada a reconhecer no plano objetivo a presença de uma contrária. Embora sem o rigor da meditação cuidadosa, a mentalidade simplista não está impedida todavia de notar a existência desta polaridade e da mútua acusação das consciências. A explicação ingênua de tal situação é, como não podia deixar de ser, superficial e inadequada. Limita-se, com efeito, a atribuir a forma oposta à ignorância, à má-fé, ao pedantismo filosófico, à subserviência a interêsses inconfessáveis etc. Não se eleva, evidentemente, acima do terreno das explanações psicológicas, e em nenhum momento faz referência aos condicionamentos objetivos do pensar, como possível origem da divergência.

Ora, compreender e explicar a necessária existência das modalidades da consciência são comportamentos do pensar crítico e só a êste pertencem. A mentalidade simplória, quando atribui caráter de ingenuidade ao pensamento crítico não o faz porque se considere crítica, mas porque se julga normal. Não vê na dualidade de modos de pensar possibilidades inerentes ao processo epistemológico, em vista das quais um capta, e outro não, os seus suportes e a êles se refere. Toma essa dualidade pela alternativa entre o normal e o anormal, o bom e o mau uso do pensamento, o honesto e o pervertido. A explicação que apresenta para o fato da existência de outra consciência, excluindo *a priori* todo sentido autocrítico e metodológico, a torna inacessível ao ponto-de-vista oposto, até mesmo para conhecer em que êle consiste. De antemão, elimina o diálogo e a comunicação, pois, no seu entender, não se trata de discutir a posição alheia, o que seu liberalismo inocente em princípio permitiria, mas de interessar-se por um comportamento que considera impuro e, muitas vêzes, francamente fraudulento.

O primeiro problema que propusemos, à vista do antagonismo das representações e da reciprocidade das acusações, o de saber de onde deriva êste dualismo, encontra solução, ao verificarmos que o processo de reflexão sôbre a rea-

lidade é aberto ao êrro, no sentido de serem múltiplas as maneiras pelas quais é possível explicar a presença, no espírito, das idéias correspondentes aos objetos. Conforme se interprete o nexo entre a representação e as coisas representadas, criam-se modalidades distintas de reflexão. Se considero legítima uma dessas interpretações, devo reconhecer que alguém possa escolher outra; em conseqüência do prestígio adquirido pelo caráter de "crítico" e do desvalor atribuído ao título de "ingênuo", é compreensível que a representação diferente da minha, errônea como seja em função da minha, resolva chamar-se crítica e lançar-me a pecha de ingenuidade.

Mas, uma segunda causa explica ainda o mesmo fato e diz respeito à maneira de ser do existente humano. As duas modalidades de consciência não são dois modelos de pensar completos, encerrados em si, incomunicáveis, de tal sorte que cada indivíduo tem de possuir um ou outro; são comportamentos que, em sua estrutura, se mostram coerentes, formando uma totalidade, mas podem alternar-se no mesmo indivíduo. Êste fato é de importância capital; a êle, aliás, já fizemos menção. Ninguém assume uma das formas da consciência como se envergasse uma indumentária completa, que daí em diante caracterize o indivíduo. Ao contrário, os dois modos do pensar persistem sempre como alternativas possíveis e, por isso, o exercício de um dêles não exclui manifestações próprias da atitude oposta. A oscilação entre ambos não é arbitrária, nem se deve tomar por volubilidade da consciência, passando de um a outro ao acaso ou por motivos superficiais. Mesmo quem se firmou na posição crítica, e procura conduzir-se por ela, não está isento de tombar nas atitudes primárias nem de exprimir opiniões ingênuas. Assim também, por acidente, à consciência simplória é dado emitir às vêzes observações profundas, corretas, críticas, sôbre a realidade. Abrem-se sempre ao homem duas possibilidades de existência, a autêntica e a inautêntica. A análise e descrição dêsses modos de ser foram feitas na filosofia contemporânea pela chamada fenomenologia existêncial. Não a vamos discutir, apenas desejamos situar, dentro dessa dualidade, o problema, mais restrito, do julgamento da realidade nacional. Esta valiosa distinção conceitual, cuja origem se encontra nos filósofos chamados existenciais e por êles é mais extensamente explorada, foi contudo prejudicada pelo delineamento idealista e aristocrático que recebeu dos seus primeiros investigadores. Devemos conservá-la, mas alterando-a em partes essenciais. O existir autêntico não é de modo al-

gum o do homem que "vive para a morte", que sofre a "angústia do nada", que sabe estar votado ao "fracasso", mas o daquele que assume concretamente as tarefas que lhe são impostas pela sua existência social, na comunidade a que pertence. O existir inautêntico é que se caracteriza pela presunção filosófica de possuir um saber quinta-essencial, pelo ridículo orgulho de se destacar da massa e de viver no mundo da própria subjetividade. Nestas condições o filósofo está inteiramente inutilizado para a sua função social. Será levado a tôdas as formas de misticismo, de desprêzo pelo povo, de vaidade intelectual. Conservamos a distinção entre os dois modos de existência e os seus qualificativos, porque realmente há essa distinção. Todavia, cabe dizer que a verdade se obtém pela troca das designações, pois quase tudo quanto foi considerado autêntico pelos pensadores existenciais deve ser decididamente considerado inautêntico. Só não fazemos a inversão pura e simples dos qualificativos porque alguns traços descritos como inautênticos de fato pertencem a êsse modo de ser, tal como o entendemos.

Ainda quando os pensadores que primeiro estabeleceram êste dualismo, como metafísicos que eram, não tenham mencionado a questão que nos ocupa, a alternativa existencial compõe um esquema dentro do qual a diferença, por nós discutida, entre os modos de pensar recebe novo esclarecimento. A oscilação entre êles, no mesmo indivíduo, deriva de que o pensar ingênuo, no que respeita à consciência da realidade nacional, é o análogo da existência inautêntica, é o pensamento sem reflexão, a opinião "da gente", aquilo que "todo mundo" acha, o que é dito sem compromisso com a verdade. Há um ponto-de-vista inautêntico sôbre a realidade; exprimi-lo ocupa quase todo o âmbito da loquacidade, da "tagarelice", feitio de comportamento característico da forma inautêntica de viver. A fala, quando perde sua raiz ontológica no ser do homem e na referência aos entes objetivos, deixando-se ir como exercício que se estimula a si próprio, por isso prosseguindo sem necessidade de fundamento no real, torna-se traço de inautenticidade, do ponto-de-vista ontológico, e traço de ingenuidade, no plano epistemológico. Com efeito, a consciência primária é tagarela, com o que aduzimos novo aspecto da sua natureza; sua ingenuidade consiste, em grande parte, neste comportamento, o de falar por falar. Uma vez instalada no regime da tagarelice, o processo de expressão dispara no vazio, e cada enunciado, na torrente verbal de que faz parte, já não se funda senão no enunciado anterior, que, por seu turno, funda-se em outro

anterior, e assim ao infinito. Não há mais referência da palavra expressa ao real, mas a outra palavra, esta também referida apenas a outra, de modo que o conjunto não está mais inserido na perspectiva da autêntica relação com o mundo, mas se sustenta no ar, porquanto cria, pelas articulações do discurso, a trama de relações acidentais que desempenha o papel de lógica para essa torrente vocal. É evidente ser essa construção palavrosa o oposto do que entendemos por lógica imanente ao real.

É característica do existir inautêntico desligar a palavra do seu suporte objetivo e fazê-la valer por si, representar-se a si mesma. O mundo de representações que assim se constrói é um mundo de palavras, cada uma das quais dá apoio às outras e, em totalidade, ocupam o espaço da consciência. O mundo real fica ao longe, talvez na origem de alguns conceitos, mas a referência direta a êle está perdida, não é nem procurada, nem bem recebida. Uma vez transformados em palavras, os fatos podem ser despedidos, pois já nenhuma importância têm. Desde que possuímos o seu equivalente verbal, o mundo não precisa ser consultado; a lógica tecida entre os conceitos, na verdade, entre as palavras, é suficiente para assegurar a correta interpretação formal. Dêste modo, a lógica deixa de ser concebida como existente nos próprios fatos, não é induzida dos fenômenos e da sua causalidade objetiva, mas tem assento no mundo das abstrações que tomaram o lugar das coisas e na linguagem com que são expressas. Daí a alta valorização da pureza verbal, da sintaxe gramatical, que acaba por se converter em único valor reverenciado no processo do raciocínio. Decide-se da natureza exterior de acôrdo com as regras do silogismo, a discussão sôbre os acontecimentos sociais é ganha pela elegância do estilo. Não é por acaso que grande parte do trabalho intelectual no país subdesenvolvido consiste em investigações gramaticais, filológicas e lexicográficas. A cópia de gramáticas e dicionários do idioma é notável no país que não tem maior produção científica em outros terrenos do saber. Quando a massa é inculta, o conhecimento da língua é altamente valorizado e serve de motivo de orgulho para os que o possuem. Mas essa situação só é possível enquanto se admite que o falar correto não é o do povo, porque se tal fôsse o caso, o saber do idioma tornar-se-ia universal e deixaria de ser matéria da cultura de uns poucos indivíduos letrados. A figura do gramático só é viável, por definição, quando se aceita que o povo fala mal. Não se esqueça,

porém, que esta última assertiva quem a faz são, por coincidência, os próprios gramáticos.

A propósito, encontramos aqui a explicação dêste fato universal nos estágios primários da consciência em países subdesenvolvidos, a grandiloqüência, a verbosidade, o gôsto imoderado pela sonoridade, apuro e preciosismo da frase. A crença de que é preciso primeiro construir o idioma, para depois exprimir com êle as idéias originais e proceder à observação dos fatos, constitui exigência típica da consciência cândida do país atrasado. Vêmo-la, por exemplo, na discussão sôbre a ausência de vigoroso surto filosófico no passado intelectual brasileiro, atribuído por intérpretes inocentes à falta de adequada linguagem. Nas condições históricas em que surge e que o explicam, o estilo pomposo e altissonante é traço marcante da existência inautêntica e portanto da consciência inocente. À falta de um mundo de onde nasçam estímulos eficazes para o trabalho, e de que seja obrigatório ocupar-se efetivamente, o espírito, vivendo nestas condições elementares, que coincidem sempre com o regime econômico de semicolonialismo, considera-se livre para entregar-se a líricas excursões, de que às vêzes resultam excelentes criações poéticas; quando, em tal situação, o espírito se dispõe a tratar de questões objetivas, de compreender o país e o mundo, não produz senão a frase faustosa e rica, mas sem conteúdo, a formosura de estilo para exprimir trivialidades, a eloqüência em não dizer nada. Na impossibilidade do bem-fazer, o indivíduo contenta-se com o bem-dizer. Ademais, as investigações da inteligência filológica dirigem o espírito para o passado, que é o seu domínio específico, e afastam da direção do futuro e do interêsse pelas coisas que é preciso fabricar.

Para a consciência ingênua em estado semicolonial, ocupar-se das leis da gramática é a sua única possibilidade, enquanto não tem recursos para se ocupar das leis do mundo real. É um modo de exercício inautêntico da consciência, enquanto esta não possui meios de se afirmar. A fundamentação verbal dos enunciados é, pois, um traço do pensar despreparado. Mas, nenhum de nós dêle está livre, pois o fato de havermos reconhecido a existência e a significação da modalidade crítica da consciência não nos identifica com ela, não nos assegura automática e definitivamente o emprêgo exclusivo de tal modo de pensar. Ao contrário, em conseqüência das correlações entre a consciência imperita e a forma inautêntica do viver, que é o desligamento das condições da realidade social e dos proble-

mas reais que suscita, quando nos privamos da prática transformadora, achamo-nos constantemente na pauta do pensar ingênuo, é dêle que nos servimos para nos comunicar aos outros na troca habitual de impressões e na construção das relações de convivência. Pensamos ingênuamente por necessidade de comunicação, para nos fazer compreender no trato quotidiano das questões rotineiras. Quando, porém, pela natureza excepcional da matéria examinada, somos levados a assumir o modo de pensar crítico, sabemos com segurança que o estamos adotando e com plena clareza o distinguimos dos julgamentos de todos os dias.

Nesta capacidade de superar os procedimentos inocentes e não de eliminá-los, é que consiste a superioridade da atitude filosófica. Só descrevemos os traços específicos da consciência primária para saber com certeza quando estamos pensando com rigor crítico. Já a mentalidade simplista não é capaz de proceder assim, nunca se eleva ao ponto-de-vista autêntico. Falta-lhe, como é natural, em primeiro lugar o simples reconhecimento da dualidade nas maneiras de representação e, ademais, a humildade para despojar-se do acervo de conceitos, dos vezos de estilo, dos hábitos de raciocínio, que tão bons resultados dão na prática diária superficial. Falta-lhe a exigência de rigor científico, em que de fato assenta a racionalidade dos enunciados. Assim, enquanto a consciência crítica é autoconsciente daquela dualidade, a outra persevera na limitação que a define, desdenha da procura de fundamentos ou se julga espontâneamente bem fundada. Incumbe, pois, ao filósofo ou ao sociólogo uma tarefa difícil, porquanto não sòmente têm de construir para si a interpretação correta da realidade, mas devem ainda defendê-la das distorções e pseudocríticas a que a submete a mentalidade singela.

O conflito entre as modalidades extremas da consciência repousa tanto sôbre a alternativa inerente ao processo da apreensão, quanto sôbre a diversidade do existir humano. ligado, num caso, aos interêsses da sua comunidade, ou se opondo a êles, no outro caso. Neste sentido, é lícito dizer que a consciência ingênua tem tanto fundamento quanto a crítica, apenas se trata de determinantes cujo conhecimento é o que precisamente repudia. Se a mentalidade simplória jamais desaparece, não é porque o homem a possua em virtude de êrro inextirpável por procedimentos racionais, mas porque assenta num modo de ser a que ninguém está de todo imune; de fato, mesmo aquêles que se empenham em viver na base do compromisso com os interêsses da sua co-

munidade, podem por vêzes perdê-lo de vista, por confusão de julgamento, por fadiga, por insuficiente inserção em certos aspectos da realidade. A consciência crítica combate contra a ingenuidade não para eliminá-la de todo, mas para se constituir a si própria, com relação aos assuntos nos quais a escolha entre ambas significa justa ou errônea interpretação da realidade, e portanto ação eficaz ou ineficiente.

Todavia, é imperioso consignar aqui uma observação. Ao mencionarmos a dualidade de formas da consciência e a alternância entre elas, temos, nestas últimas considerações, nos referido à representação da realidade na reflexão individual. Se observarmos, porém, a consciência popular, então o fenômeno se apresentará diversamente. A mudança das condições exteriores origina transformações da representação coletiva, que excluem a eventualidade da alternância. O significado sociológico do dualismo nas modalidades da consciência é então distinto. Neste plano a dialética tem caráter histórico. Estabelece-se já não entre atitudes pessoais opostas, mas entre etapas do desenvolvimento da comunidade. A alternativa é aqui substituída pelo trânsito irreversível, porque não há retôrno às formas superadas de existência. Sociológica e històricamente, a predominância da consciência ingênua pertence às fases primárias do processo nacional. Encontramo-la em longo período do evolver da comunidade, desde a época da economia natural até a da economia colonial e semicolonial. Estas são, é claro, bem mais complexas que a primeira, mas, em relação à análise aqui feita, os traços essenciais que as definem são os mesmos, uma vez que tôdas carecem de autoconsciência e de independência no representar e conduzir o processo nacional. No caso mais arcaico, a comunidade não se desprendeu dos misteres simples e primordiais de sustentação da vida, estando entregue às fainas grosseiras, a fim de prover à subsistência mediante a exploração imediata das fontes de suprimento encontradas ao redor e pela utilização direta dos materiais à mão, para fins de abrigo, vestuário, transporte e defesa. É a fase da economia primitiva, apenas melhorada, mas não alterada em substância, ao passar às etapas da agricultura e do pastoreio rudimentares. Em tais condições, não cabe fazer projetos, porque êstes estão inscritos por si mesmos no ritmo das transformações naturais. A natureza, pelos prazos em que distribui os seus fenômenos, pelos ciclos que impõe, traça de antemão ao homem a perspectiva do tempo social. O rústico lavrador que semeia uma roça de milho não faz pròpriamente o "projeto" de colhê-lo daí a

seis meses, e isso porque, de um lado, a intenção de plantar é mera imposição de subsistência e, de outro, o momento da obtenção dos resultados é fixado pela ordem da natureza. Não há "projeto", porque não há subjetividade. O homem permanece imerso no contexto natural puro, cola-se a êle, nada faz senão obedecer às leis que regem o mundo, não concebe o plano de modificá-lo. O mundo é então o cenário de um desenrolar exclusivamente natural, onde o homem nada faz senão acompanhar a sucessão dos fenômenos, submetido ao imperativo físico, não se destaca do curso dos acontecimentos, não se opõe aos objetos, não projeta a alteração dêstes. Uma comunidade neste estágio é um agregado humano que ainda não se elevou à idéia de destino próprio e por isso não merece, então, o atributo de "nacional". Seu esfôrço esgota-se na exploração imediata do ambiente, para conseguir recursos que lhe permitam sobreviver. Seu tempo é ocupado nessa tarefa primordial, que, por falta de conhecimento e técnica superiores, consome a existência inteira dos trabalhadores. Um grupo social dêste tipo não alcançou o plano da subjetividade, não se configurou como sujeito histórico. Sua realidade decorre ao nível da natureza e, como tal, é uma existência que se oferece como objeto para a subjetividade de outro grupo que já tenha transposto o pórtico da história.

Eis a razão de não haver pràticamente senão uma consciência coletiva ingênua nos povos coloniais ou nos que ainda não completaram a independência econômica, mesmo quando sua condição, por alguns aspectos particulares, já se tenha elevado bem acima dos padrões da economia natural. O olhor crítico pertence aos outros, aos mais adiantados, àqueles que são possuidores da subjetividade, porque assumiram consigo mesmos o compromisso de fazer de si o que desejam. A capacidade de projetar o próprio destino, pela qual um povo ingressa na categoria de sujeito histórico, identifica-se com a existência do pensar crítico. Enquanto o pensamento está colado ao curso dos fenômenos naturais, obedecendo mecânicamente às suas leis, e portanto refletindo em caráter passivo e inconsciente as determinações imanentes à realidade, não há problematização dos fatos, não há indagação original, não há teoria. Sòmente quando a realidade se apresenta à reflexão em forma de problema, porque surge como modo de ser de um mundo que o homem não mais aceita e por isso se movimenta para modificar, é que o pensamento se destaca do curso da realidade e, nos esforços que faz por configurar as coisas aos

seus desejos, toma conhecimento da separação entre o plano objetivo, agora aparecendo enquanto dado e afazer, e a esfera da subjetividade. Trata-se de alterar, pela ação positiva, o que até então existia pacìficamente; por exemplo, tem-se de melhorar, por processos a descobrir, o rendimento de uma plantação, de obter meios mais simples e melhores de fabricar os objetos ordinários, de satisfazer necessidades não essenciais tornadas insistentes.

Nesta nova dimensão não há limites à atividade. Desde que a consciência, refletindo a realidade, intervém positivamente no processo nacional, abrem-se-lhe oportunidades ilimitadas de projetar. É certo que sempre existiu o campo da fantasia, a imaginação não é privativa de nenhuma espécie de consciência. Dá-se, porém, agora, uma possibilidade humana realmente inédita, a de projetar. Nela entra a imaginação, mas a serviço de um fim imposto pelo homem a si mesmo, como realizável com os meios de que tem conhecimento, ou, quando êstes pareçam insuficientes, com os que porfia em descobrir. A capacidade de projetar só aparece nos povos que problematizaram as suas relações com o mundo em geral, enquanto natureza, e em particular com os outros povos, enquanto história. Surge, portanto, na consciência das comunidades que se criticam a si próprias, que refletem sôbre a sua realidade, entendida esta como formada pelo mundo onde se encontram e pelas relações políticas a que estão submetidas. A capacidade de projetar define, realmente, nova e superior modalidade de consciência, porque o povo que a possui descobre que, ao formular qualquer projeto, está de fato projetando o seu destino. Vemos, pois, que a passagem da consciência nacional do grau elementar ao crítico não é acontecimento limitado à subjetividade individual, porém é característica coletiva, e se manifesta como sucessão de fases no correr da história. Vemos, igualmente, que essa transição na qualidade da reflexão não se faz ao acaso, incompreensìvelmente, por obra de apelos ou de educação, mas tem suportes materiais. A persistência de indivíduos representativos e de setores sociais dotados de consciência ingênua no país em processo de desenvolvimento explica-se pela sobrevivência de estruturas econômicas em franco declínio e pelos vínculos de tais setores com os interêsses mercantis de países colonizadores. Quando o país desencadeia o processo de sua independência econômica, pelo aproveitamento racional dos recursos de que dispõe, é porque deliberou constituir a própria estrutura, é porque se vê a si mesmo como capaz de existên-

cia autônoma. Isto acontece porque está à altura de conceber objetivos de ação em seu benefício, quando trabalha para si e não para outro.

De fato, o povo que trabalha em condições de mera rotina de sobrevida, não trabalha para si, no sentido autêntico da palavra, mas apenas no sentido primário; trata de prover às suas necessidades, para continuar vivendo, mas não concebe o trabalho que faz como produtor de um acréscimo no seu ser, como instrumento do seu progresso e de ascensão histórica. É um trabalho que não o leva a tornar-se diferente do que é, não exterioriza as suas virtualidades, não o engrandece. Sendo trabalho de repetição, contribui para conservá-lo ao nível da inconsciência de si, e portanto para oferecê-lo como objeto, sem projeto próprio, à decisão e ao projeto alheio. Mantendo-o estagnado no plano do pauperismo, faz dêle prêsa para os objetivos dos que trabalham para si. O trabalho no ramerrão de subsistência é sempre, direta ou indiretamente, trabalho para outro, pois, impedindo o surto, no povo estacionário, de uma consciência crítica, deixa ao dominador a posse exclusiva da clarividente percepção do mundo, de que êle se utiliza, antes de tudo, ao atribuir valor universal às suas idéias e à sua imagem da realidade, para confirmar a posição de dominância. Não possuindo reflexão crítica, a sociedade subdesenvolvida nem sequer discerne o estado em que se acha. A mais profunda das suas ingenuidades é não se ver como primitiva ou explorada. Falta às populações em estágio rudimentar a noção de nível de existência; a vida parece-lhes ter de ser assim como é sem poder ser de outra espécie. Também às coletividades em regime de espoliação colonial falta a consciência da sua servidão.

Quando, porém, por várias razões, principalmente ao terem acesso à observação dos tipos adiantados de civilização, ou porque se exacerbou até o insuportável a tirania colonizadora, começa a gerar-se em seu seio o movimento da reflexão, que breve conduzirá aos primeiros delineamentos de uma representação crítica do seu estado, tal coletividade transmuta-se do nível do aborígene, do nativo, do exótico para o da história. As novas modalidades de trabalho a que a intensificação do domínio colonial obriga, a fim de atingir mais alto rendimento, ou, em fase mais adiantada, a verificação dos perniciosos efeitos do capital estrangeiro na exploração dos seus recursos, abrem perspectivas lúcidas, pois, ao serem criadas maiores riquezas, logo carreadas pelo empresário colonizador, tem origem a idéia do ex-

prática atual sòmente aquela que chamamos de crítica é eficiente. A forma de pensar que hoje denominamos ingênua foi outrora operante, quando eram outras as condições da realidade. Naquela ocasião não era possível estabelecer explìcitamente o dualismo, pois só agora se torna visível, porque também só neste momento existem bases objetivas que o explicam. Tornada anacrônica como representação do mundo, a consciência anterior perde vigor de ação, pois o que pensa já não corresponde ao que existe. Contudo, seu hábito de agir—não só pela identidade de representação e decisão, como pelo prestígio social que até agora lhe dava a direção dos negócios públicos, —a faz persistir no empenho de orientar os acontecimentos. Enquanto é cabível uma certa margem residual de primitivismo nas circunstâncias materiais da realidade, sua ação se torna dúplice, confusa, pois ainda retém algumas poucas possibilidades de operação, na parte em que comanda o velho estilo de ser, os aspectos declinantes da realidade, mas em aberto conflito com as diretrizes úteis que se referem à área renovada e inédita do real nacional. Cada vez perde mais o poder de governar eficientemente a comunidade, escapando-lhe da rêde de idéias os fatos que deveria orientar e produzir. Sua ingenuidade se acentua, marcada pelo sinal da falência na prática. Correlatamente, a consciência crítica se vai mostrando mais útil à medida que encampa o processo real e lhe dá assistência propulsora.

Caberia aqui indicar quais os tipos individuais e classes sociais que encarnam respectivamente uma e outra modalidade de consciência, mas as referências anteriores são bastantes para revelar que, representadas no âmbito político por facções sociais distintas, a figura crítica encontra a sua realização prática na ascensão das massas trabalhadoras, no progressivo avanço dos setores nacionalistas da burguesia empresarial, no predomínio dos grupos técnicos da alta administração pública e no reconhecimento obtido pelos pensadores, sociólogos e economistas empenhados na compreensão dialética do processo do desenvolvimento.

ÍNDICE
DO
PRIMEIRO VOLUME

INTRODUÇÃO

CONSCIÊNCIA E SOCIEDADE

a) *Consciência privada e consciência coletiva* 18
b) *As modalidades da consciência* 20
c) *Necessário condicionamento de todo ponto-de-vista* 23
d) *As idéias da comunidade* 25

CONSCIÊNCIA IDEOLÓGICA E DESENVOLVIMENTO

a) *Os fatôres ideológicos na produção do desenvolvimento* 28
b) *O subdesenvolvimento como contradição principal* 34
c) *Os fatôres ideológicos na condução e avaliação do desenvolvimento* 37
d) *A intencionalidade da consciência coletiva* 42
e) *Os componentes volitivos da consciência ideológica* 44
f) *Os comportamentos emocionais das massas. O papel da propaganda* 46

CONSCIÊNCIA OCUPADA E DESENVOLVIMENTO

a) *A consciência e a* praxis *do desenvolvimento* 52
b) *A prática no país subdesenvolvido* 55
c) *O trabalho e a prática* 59
d) *Trabalho e filosofia no país subdesenvolvido* 63
e) *A filosofia existencial como filosofia do centro dominante* 65
f) *O conceito de amanualidade. O mundo como dado e como feito* 67

g) *A industrialização e o conhecimento do mundo* .. 72
h) *A superação do subdesenvolvimento pela acumulação do trabalho* 73
i) *A filosofia da técnica. A inércia da técnica e a técnica como invenção* 75

CONSCIÊNCIA INGÊNUA E CONSCIÊNCIA CRÍTICA

a) *Conceituação das formas da consciência* 82
b) *Distribuição social e histórica das modalidades de consciência* 90

CONSCIÊNCIA POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO

a) *Dois sofismas relativos ao desenvolvimento* 96
b) *Os economistas, os políticos e a consciência ingênua* 105
c) *O trabalho, fator de transmutação da realidade e da consciência* 107
d) *A democracia e o processo da consciência nascente* 112
e) *O significado da educação para o desenvolvimento* 117
f) *O equívoco da predominância do técnico sôbre o político* 123

CONSCIÊNCIA DA MASSA E PENSAMENTO BRASILEIRO

a) *A ambigüidade do conceito de massa* 127
b) *A constituição da massa no processo de desenvolvimento* 128
c) *A massa como origem da ideologia do desenvolvimento* 134
d) *A produção da ideologia a partir da massa* 142
e) *A conversão do pensamento à realidade nacional* 149

A CONSCIÊNCIA INGÊNUA

Caráter Sensitivo 163
Caráter Impressionista 167
Condicionamento pelo Âmbito Individual .. 170
Absolutização da sua Posição 173
Incoerência Lógica 178
Irascibilidade 183
Incapacidade de Dialogar 188
Pedantismo 193
Ausência de Compreensão Unitária 211
Incapacidade de Atuação Ordenada 217
Moralismo 221
Idealização dos Dados Concretos 229
Apêlo à Violência 232
Desprêzo pela Massa 238
Culto do Herói Salvador 247
Messianismo da Revolução 256
Admissão da Existência de Problema Supremo 260
Coisificação das Idéias 267
Maledicência e Precipitação de Julgamento 272
Crença na Imutabilidade dos Padrões de Valor 280
Desprêzo pela Liberdade 288
Intelectualismo na Concepção dos Problemas Sociais 295

Culto ao Bom-Senso 303
Defesa do Progresso Moderado 313
Ignorância do Potencial Político na Atuação Internacional 325
Visão Romântica da História 335
Romantismo na Concepção das Relações Econômicas e Políticas 348
Pessimismo 357
Ufanismo 367
Saudosismo 374
Primarismo Político 383
Ambigüidade e Conciliação de Idéias Incompatíveis 402
Recusa da Atribuição de Ingenuidade 416

Êste livro foi composto e impresso, nesta cidade do Rio de Janeiro, nas oficinas gráficas da Escola Técnica Nacional, do Ministério da Educação e Cultura, para o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, no mês de setembro do ano de 1960.

I m p r e s s o n a
Escola Técnica Nacional
Rio de Janeiro — 1960

ALVARO
VIEIRA PINTO

CONSCIÊNCIA
E
REALIDADE
NACIONAL

1.º VOLUME

ISEB